

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

HISTÓRIA

II SÉRIE • VOL. IX • PORTO • 1992

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA

DIRECTOR — PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO
(PROF. DOUTOR LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS)

COORDENADOR — PROF. DOUTOR JOSÉ MARQUES

SEDE E REDACÇÃO — FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
RUA DO CAMPO ALEGRE, 1055
4100 PORTO
PORTUGAL

TIRAGEM — 500 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO ANUAL

ÍNDICE GERAL

	Pág.
HUMBERTO CARLOS BAQUERO MORENO <i>A Navegação e Actividade Mercantil no Entre-Douro-e-Minho</i>	9
MANUEL GARCÍA FERNÁNDEZ <i>Don Dionis de Portugal y La Minoría de Alfonso XI de Castilla. (1312-1325)</i>	25
MÁRIO JORGE BARROCA <i>Medidas-Padrão Medievais Portuguesas</i>	53
JOSÉ MARQUES <i>O Regimento da Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga no Século XV: Tipologia Documental e Taxas</i>	87
EUGÉNIO DOS SANTOS <i>Índios e Missionários no Brasil Quinhentista: Do Confronto à Coope- ração</i>	107
SANTIAGO DE LUXÁN MELÉNDEZ <i>El Control de la Hacienda Portuguesa desde el Poder Central: La Junta de Hacienda de Portugal 1602-1608</i>	119
INÊS AMORIM <i>Os Poderes Urbanos Face às Mutações Económicas: A Fábrica de Algodão de Aveiro — 1769/78</i>	137
JORGE MARTINS RIBEIRO <i>Economia e Política no Burgo Portuense através da correspondência dos Cônsules dos Estados Unidos no Porto (1841-1851)</i>	173
JORGE FERNANDES ALVES <i>Percursos de um Brasileiro do Porto — o Conde de Ferreira</i>	199

	Pág.
JORGE FERNANDO ALVES, M. FERNANDA V. FERREIRA e M. DO ROSÁRIO MONTEIRO <i>Imigração Galega na Cidade do Porto (2.ª metade do século XIX)</i>	215
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA <i>Iberismo e Nacionalismo no Pensamento de José Barbosa Leão — O Futuro de Portugal visto do Porto em 1881</i>	237
MARIA ANTONIETA CRUZ <i>Impacto da Legislação Eleitoral Fontista de 1878 no Distrito do Porto</i>	251
HENRIQUE DAVID <i>A Mortalidade no Porto em finais do Século XIX</i>	269
FERNANDO DE SOUSA <i>Um Instituto Religioso na República. As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (1910-1926)</i>	295
PEDRO DE BRITO <i>O Patriciado Urbano na recente Historiografia Alemã</i>	319
JOAQUIM JAIME B. FERREIRA ALVES <i>Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (Séculos XVII e XVIII)</i>	337
NATÁLIA MARINHO FERREIRA ALVES <i>A Apoteose do Barroco nas Igrejas dos Conventos Femininos Portu- gueses</i>	369
NATÁLIA MARINHO FERREIRA ALVES <i>Nótula para o Estudo da Actividade do Arquitecto António Pereira na Cidade do Porto</i>	389
JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO <i>O Paleolítico no Vale do Rio Lis</i>	401
VÍTOR OLIVEIRA JORGE <i>As Mamoas Funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como elementos indicadores de uma progressiva comple- xidade social: Esboço preliminar da questão</i>	463
CARLOS A. BROCHADO DE ALMEIDA, JOÃO M. VIANA ANTU- NES, MARIA JOSÉ CARVALHO E SOUSA e RUI M. CAVA- LHEIRO DA CUNHA <i>O Forno Cerâmico da Correlhã — Ponte de Lima</i>	481
MÁRIO JORGE BARROCA <i>A Inscrição de Santa Maria de Açores (666). Nova Leitura</i>	507
<i>Notícias e Recensões</i>	517

NOTA DE ABERTURA

O IX volume da «Revista da Faculdade de Letras. História» vem a público num momento cultural marcado, entre outros aspectos, pelo clima das Comemorações do V Centenário dos Descobrimientos Portugueses e Encontro de Culturas, em que fomos pioneiros, e pelas ambivalentes sequelas da integração europeia.

Se a primeira destas realidades nos obriga a reflectir sobre a nossa identidade e no que fizemos, omitimos e fizemos mal, em relação aos povos e territórios outrora de administração portuguesa, exige também a indispensável abertura para o apoio, o diálogo e a colaboração, em pé de igualdade, que os novos estados de língua oficial portuguesa privilegiam com Portugal, tendo a História, neste sector, uma função relevante a desempenhar.

Por sua vez, o processo de integração europeia, para lá das inegáveis vantagens económicas, políticas, defensivas, etc., que lhe são reconhecidas, vai introduzindo subtil e profundamente, por via cultural, factores de estreitamento dos vínculos de adesão, que todos desejamos não venham ferir a saudável consciência da identidade nacional.

É neste contexto que não pode deixar de causar apreensão o

desdém, publicamente manifestado perante todo o País pelo mais alto responsável pelo Ministério da Educação e Cultura, em relação ao ensino da História e da Filosofia, que, de mãos dadas com a Língua e a Cultura Portuguesas, constituem os melhores pilares da razão e da consciência de sermos portugueses.

Mesmo sendo redundante, impõe-se, por isso, recordar que não serão as ciências puras e as mais sofisticadas tecnologias de ponta — cujos êxitos e benefícios para a sociedade vivamente saudamos — que poderão transmitir às gerações presentes e futuras a consciência da especificidade portuguesa. Trata-se, sem dúvida, de assunto da mais elevada importância, que, a médio ou mais dilatado prazo, poderá ter graves consequências no plano nacional.

Não obstante a perplexidade e o desânimo instalados em certas áreas do Ensino Superior, no âmbito das Ciências Humanas, acreditamos que o bom senso dos responsáveis triunfará e não permitirá que a visão economicista do saber e da cultura destrua radicalmente um património científico e valores e recursos humanos que tanto custaram a formar.

J. Marques

A NAVEGAÇÃO E A ACTIVIDADE MERCANTIL NO ENTRE-DOURO-E-MINHO

Por Humberto Carlos Baquero Moreno*

Parece ser indubitável que desde os alvares da formação de Portugal a navegação no mar e nos rios do Entre-Douro-e-Minho constituiu uma actividade que determinou a vontade colectiva dos homens, os quais repartiram as suas iniciativas entre a exploração agrária e a faina marítima, com prevalência das acções relacionadas com a pesca. No momento actual encontra-se ultrapassada a polémica que colocou frente a frente, Alberto de Sampaio e Lúcio de Azevedo, ao dirimirem se Portugal foi uma «*monarquia agrária*» ou em alternativa uma «*monarquia marítima*». Considero que a questão deverá antes colocar-se noutros termos, que tem sobretudo a ver com o desenvolvimento da navegação em função dos primeiros séculos da história portuguesa.

Enquanto para Alberto de Sampaio no «norte do país, achava-se pois, firmada a marinha mercante de longo curso, muito antes da aquisição de todo o solo nacional. O curto pedaço de costa movimentava-se cheio de vida; a pesca ora no mar ora nas barras do rio; nas do Lima e Ave, talvez também na do Minho, a navegação para o estrangeiro; e em grande, na do Douro, a cabotagem generalizada. Fez-se tudo isto nas três gerações que se seguiram à do fundador da monarquia. Desde então tem

* Professor da Faculdade de Letras do Porto.

de datar-se a nascença das navegações portuguesas. Não era o génio do sul, ainda no berço, que podia influir de qualquer modo neste progresso marítimo. Lisboa comerciante data de Afonso III, que a elevou a capital e fomentou o seu engrandecimento. Da chancelaria do mesmo monarca, entre 1254 a 1258, emanou-se o documento, do qual consta haver então um comércio de panos com a França pelos portos do Algarve. No Porto, já antes de 1188, entravam os «*pannis navium*» de Sancho I. A álea, que foi pelos mares fora, lançou-a, não a índole duma ou doutra população, mas a força das circunstâncias. No norte, onde ela punziu primeiramente, aqui se esboçou logo o futuro da nação»¹, um insuspeito geógrafo italiano, Gaetano Ferro, tece as maiores reticências acerca da importância da navegação portuguesa nos primeiros séculos.

Segundo este autor era diminuto o alcance das navegações portuguesas, as quais se ressentiam duma fraqueza congénita. No seu dizer «*nos princípios do século XIII pode [afirmar-se] que entre os portugueses não existiam actividades comerciais, regulares e intensas, em relação a ambientes estrangeiros. Esta situação reflectia uma carência de produtos essenciais no país como o atesta um édito real de 1253, que só permitia as exportações na condição de ser importada uma quantia semelhante de mercadorias. Só no decorrer do século é que os comerciantes estrangeiros que já anteriormente operavam em Portugal se juntaram aos locais, que começaram a frequentar mercados de outros países; mas foi só pelos fins do século que as suas actividades se tornaram competitivas. Analogamente devia ter pouco relevo a marinhagem local; é realmente verdade que em 1190 as tropas do corpo expericionário para o Algarve foram transportadas por via marítima, mas pode supor-se que tenham sido utilizados sobretudo barcos de pesca ou de pequena cabotagem. Também não devia existir uma marinha real (ou de guerra) de que se fala com insistência nos documentos de arquivo do século XIII, sobretudo da segunda metade, estabelecendo, por exemplo, que os judeus tivessem de contribuir com uma âncora e uma corda para o equipamento das galés reais e instituindo, em 1288, o título de almirante, precisamente o que em 1317 viria a ser confiado a Manuel Pessanha*»².

¹ Alberto de Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos. As póvoas marítimas*, vol II, 2.ª ed., Lisboa, 1979, p. 85. A primeira edição, publicada graças ao empenho de Luís de Magalhães, remonta a 1923, constituindo um dos principais clássicos da historiografia portuguesa pelo rigor da metodologia utilizada.

² Gaetano Ferro, *As navegações portuguesas no Atlântico e no Índico*, Lisboa, 1989, p. 52.

Percorrendo os grandes portos marítimos localizados entre o Minho e o Douro temos de considerar pela sua importância os de Caminha, Viana, Fão, Vila do Conde e Porto. Sobre cada um deles teceremos algumas considerações sobre a actividade que desenvolveram desde os primórdios da nacionalidade até 1460, ano da morte do infante D. Henrique³.

Conforme observa Alberto Sampaio encontramos nas águas do Minho em 1121 as primeiras embarcações portuguesas, embora se ignore a sua procedência. A inquirição de D. Afonso III relativa a Caminha não refere qualquer tipo de navegação ou de construção naval. Uma passagem do foral de D. Dinis de 1284 mostra a existência dum pequeno centro de construção naval na vila, cuja função recaía sobre a prática de navegação de médio alcance e de uma actividade pautada por uma pesca artesanal. Os vizinhos estavam isentos de pagar o imposto designado por nabão, mas metade da sua receita paga pelos forasteiros deveria beneficiar os naturais⁴.

Escasseiam as referências documentais ao porto de Caminha na sequência dos informes que se encontram no foral de D. Dinis. Um importante documento de D. João I de 21 de Abril de 1392 revela-nos que uma exposição efectuada pelo concelho significava ao rei que os navios passavam pela orla marítima sem a maior parte das vezes entrarem no porto. Com a finalidade de atrair a navegação defendiam a necessidade de se fundar um porto franco, devidamente assinalado com marcos divisórios, que oferecesse abrigo aos navios. Os mareantes ficariam isentos do pagamento de dízima e de ancoragem, apenas devendo ser cobrado o imposto no caso de descarregarem as suas mercadorias. A carga não declarada devia ser confiscada pelas justiças locais devendo reverter para a coroa⁵.

Preocupado com o desenvolvimento da vila de Caminha o rei D. João I, por carta de 9 de Novembro de 1401, privilegiou cem dos seus moradores ao isentá-los da obrigatoriedade de servirem fora da localidade como galiotes ou na vintena do mar, libertando-os do mesmo modo do desempenho das funções militares como besteiros do conto. O falecimento

³ No mapa portuário de Gaetano Ferro aparece omitido o porto de Vila do Conde (p. 50), cuja importância tem de ser considerada. Aliás outras omissões a sul do Douro observam-se no mesmo.

⁴ *Ob. cit.*, pp.53-55.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 66. Publicado por João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. I, Lisboa, 1944, pp.71-72.

ou o abandono do lugar por parte de alguns dos homens abrangidos por este numeramento implicava a sua automática substituição⁶.

Em reforço da sua política de desenvolvimento populacional de Caminha o mesmo monarca por carta de 4 de Agosto de 1406 determinou que no prazo de um ano poderiam acolher-se à vila os pescadores e marinheiros de todo o reino que tivessem praticado crimes graves, mas que não fossem autores de actos de aleivosia ou traição. O diploma régio instituiu um novo couto de homiziados tendo em atenção que o lugar era despovoado e com uma escassa população. Estes homens não teriam qualquer restrição no desempenho das suas artes de pescadores, mas estavam impedidos de desembarcar em outro porto mesmo que a ele acoressem em caso de tempestade no mar⁷.

As medidas adoptadas por D. João I não surtiram o efeito desejado pelo que se impunha aumentar os incentivos de fixação de novos núcleos populacionais. O monarca deliberou por carta de 16 de Julho de 1412 que quarenta homiziados poderiam fixar-se na vila sem terem forçosamente de ser pescadores. Poderiam deslocar-se ao exterior desde que o seu regresso se efectuasse no mesmo dia⁸.

A vocação de Caminha assentava nas práticas piscatórias. Por isso mesmo adquiria uma acentuada tonalidade a queixa apresentada pelo seu procurador Vasco Fernandes, nas cortes de Lisboa de 1439, ao significar as dificuldades com que se debatiam os seus habitantes por causa da aplicação do imposto da dízima sobre a pesca. Acrescia que às duas dízimas que os pescadores pagavam à coroa eram ainda obrigados a pagar uma outra dízima à igreja, o que totalizava três dízimas. Desta sobrecarga fiscal resultava que muitos optavam por partir para as vilas da Guarda e de Baiona na Galiza, onde não estavam submetidos a tais imposições. A diminuição do ritmo económico traduzia-se em que em vez de andarem sete ou oito pinaças na pesca apenas uma ou duas o faziam. Como solução defendia o procurador que a sisa devia ser suprimida⁹.

A gravidade do problema equacionado era de tal monta que anteriormente tinham-se deslocado a Lisboa, para se encontrarem com a

⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 177.

⁷ *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, livro V, Coimbra, 1792, título 61, pp. 241-242.

⁸ Humberto Baquero Moreno, *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa*, in «Portugaliae Historica», vol. II, Lisboa, 1974, p. 37, onde se estuda e revela o documento exarado na *Chancelaria de D. Manuel*, livro 30, fol. 26.

⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20, fol. 13. Documento por mim publicado em *A representação do concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV*, in «Revista da Faculdade de Letras», vol. VI, Porto, 1989, pp. 101-102.

rainha D. Leonor e o infante D. Pedro, dois mensageiros, os quais requeriam com urgência a supressão da dízima. Não tiveram logo de imediato o êxito pretendido dado que o assunto apenas poderia ser tratado em cortes. A promessa foi no entanto cumprida tendo sido suspenso o pagamento da dízima pelo espaço de três anos. Este benefício revertia a favor dos moradores e de quem vivesse fora do reino. Em relação aos do reino apenas seriam contemplados os que não vivessem nas proximidades do mar¹⁰.

Que as relações entre os agentes da coroa e os naturais da vila nem sempre andaram pelo melhor temos a prova apresentada pelo procurador da vila, Garcia Gil, nas cortes de Lisboa de 1455, ao mencionar a existência dum acordo celebrado entre o rei D. Dinis e os do lugar, em que os residentes eram obrigados a pagar à coroa uma certa quantia em dinheiro pelos despojos que viessem a dar à foz do Minho e não fossem reclamados por alguém dentro de um prazo razoável. Sucedia que os contadores do rei se opunham a este convénio e prendiam os homens que recolhessem os salvados. D. Afonso V deu-lhes razão, por carta de de 10 de Abril desse ano, ao restabelecer o contrato acordado no tempo do seu antecessor¹¹.

Tudo indica que o ritmo económico de Caminha foi crescendo paulatinamente. O espírito associativo dos municípios de Viana da foz do Lima, de Vila Nova de Cerveira, de Valença e de Caminha, veio ao de cima, quando nas cortes de Lisboa de 1459 se fizeram representar em bloco pelos procuradores João Paz e Fernão Martins. O assunto principal interessava a todas as localidades representadas. Todos os anos procedia-se ao carregamento no rio Minho de um navio que alternava o seu destino para Flandres, no mar do Norte, ou para Aragão no Mediterrâneo. Nessa embarcação recolhiam-se as mercadorias oriundas desses lugares, procedendo o almoxarife ao seu inventário. Parte da carga provinha da Galiza, sendo ainda o navio conduzido para meio do rio Minho, onde ainda eram colocados outros artigos vindos dessa região. Sucedia que a partir de 1457 o contador Gonçalo Afonso opunha-se ao fretamento o que redundava em prejuízo dos mercadores e da própria coroa. Face ao pedido de reclamação o rei determinou em 4 de Julho de 1459, a apresentação dum instrumento com resposta¹².

Através do foral de Viana de 1258 tem-se conhecimento de um movimento comercial marítimo e piscatório que já vinha de trás. Em

¹⁰ Ibidem, *ibidem*.

¹¹ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fols. 135v. Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 103.

¹² Idem, *ibidem*, livro 36, fols. 197-197v. Idem, *ibidem*, pp. 103-104.

virtude do mencionado foral estabelecer os impostos dos artigos que provinham da terra dos sarracenos e de França, depreende-se da existência dum porto com uma vitalidade considerável. Entravam pela barra do Lima embarcações com peixe, o qual era comercializado tanto pelos residentes na vila como pelos que procediam do exterior. Enquanto os residentes estavam isentos de impostos, os demais eram obrigados a eles. Neste caso a coroa reservava para si a décima de todas as importações vindas pelo mar¹³.

Os privilégios que contemplavam os moradores de Viana aparecem manifestados numa carta régia de 1 de Junho de 1402, a qual foi confirmada pelo rei D. Manuel em 23 de Março de 1497. Enquanto os residentes se encontravam isentos do pagamento de portagem sobre as mercadorias que trouxessem por mar do reino ou fora dele, os outros deveriam depositá-las num armazém da alfândega de Viana, com a finalidade de se determinar se deviam pagar dízima ou portagem¹⁴.

Reveladoras da importância portuária de Viana são as petições apresentadas pelo seu concelho nas cortes de Lisboa de 1439. Em conformidade com a sua exposição os moradores da vila e do termo pagavam por uma «coiraça» que se fazia na vila de Viana de Caminha, a quantia de dezasseis reais por pessoa, sendo a obra prolongada e não necessária ao lugar. Em alternativa sugeriam antes que se procedesse à reparação do cais, o qual já estava construído e era considerado o melhor do reino, pois o mesmo era «*muyto allapidado das aguas e correntes do mar que o derribam*». Na sua resposta o infante D. Pedro entendia que antes da reparação do cais deveriam proceder ao levantamento da couraça de protecção da vila, no seu entender muito necessária à sua defesa¹⁵.

A ameaça dos corsários bretões fazia-se sentir em Viana, os quais partiam das rias galegas nas suas incursões. Ao desencadear os seus ataques apoderavam-se dos navios grandes e pequenos que andavam na pesca, do que resultava prejuízo para a fazenda que assim se via impedida de cobrar as dízimas e as sisas «*por quanto esta he huã das grandes pescarias desta comarca*». Para atalhar o mal requeriam licença para armarem uma nau ou um barinel, fundeados no rio, e aprovisioná-los com as vitualhas e mantimentos indispensáveis no combate aos corsários que os ameaçavam¹⁶.

¹³ Alberto Sampaio, *ob. cit.*, pp. 55-59.

¹⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 27, fol. 54.

¹⁵ Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fols. 11v-12. João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1944, pp. 402-403.

¹⁶ Idem, *ibidem*, Idem, *ibidem*.

Viana inseria-se numa das principais rotas de navegação dos navios que se dirigiam ao porto de Lisboa e provinham da Galiza. A carta de segurança de 17 de Junho de 1441 colocava esta linha marítima sob protecção da armada de guerra da coroa¹⁷.

Em consonância com os privilégios estabelecidos no seu foral, o infante D. Pedro concedeu aos de Viana, por carta de 6 de Novembro de 1442, isenção no pagamento de potagem e costumagem de todas as mercadorias compradas ou vendidas no reino por parte dos seus vizinhos, de acordo aliás com as mercês que lhe haviam sido outorgadas pelos reis da primeira dinastia. Os artigos sobre os quais recaía a dízima provinham de França ou de terras de muçulmanos, o que deveria corresponder a Marrocos e a Granada. Usufruíam do privilégio os vizinhos que vivessem na vila em permanência, pois a falta de o cumprimento desta regra implicava para todos a sua privação¹⁸.

Nem sempre as relações com os navegantes da Bretanha eram de hostilidade. De salientar que a carta de segurança de 14 de Janeiro de 1444, em vigor até ao ano seguinte, estipulava que todos os dessa nacionalidade que viessem comerciar ao porto de Viana, ou aos restantes que se estendiam ao Cabo Espichel, não seriam apreendidos ou confiscados, mas tal medida não se aplicaria se andassem envolvidos na guerra de corso. Os navios que actuassem dentro da legalidade poderiam comprar ou vender os seus artigos pagando à fazenda nacional os seus direitos¹⁹.

A segurança concedida aos bretões tornou-se válida por mais um ano, precisamente até 1 de Janeiro de 1446, mediante novo privilégio real outorgado no primeiro dia de Novembro de 1444²⁰.

Os privilégios de que gozavam os residentes em Viana, no respeitante à isenção de dízimas pagas à coroa, tinha como resultado que muitos dos seus naturais se conluiassem com outros mercadores de Entre-Douro-e-Minho e carregassem as suas mercadorias como sendo suas, o que implicava graves danos nas rendas da coroa. Para combater este abuso o rei D. Afonso V, por carta de 30 de Março de 1450, deu instruções aos seus almoxarifes de Guimarães, Ponte de Lima e Viana no sentido de que dessem a conhecer, por pregão público, que aos infractores seriam confiscados todos os seus haveres. Estas medidas vigoraram até ao reinado de D. João III conforme no-lo prova a carta régia de 28 de Maio de 1528²¹.

¹⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fol. 74.

¹⁸ Idem *Livro 3 de Além-Douro*, fol. 180.

¹⁹ Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 24, fol. 15 v.

²⁰ Idem, *ibidem*, livro 25, fol. 4.

²¹ Idem, *Chancelaria de D. João III*, livro 11, fol. 73.

Significativa se revela a carta de D. Afonso V de 27 de Maio de 1450 enviada ao almoxarife de Viana, idêntica a outras tantas remetidas aos lugares do Porto, Aveiro, Buarcos, Lisboa, Setúbal, Faro e Tavira, a qual constitui uma demonstração de se tratar de um dos principais portos do país nessa época. Nas instruções contidas no documento régio determinados artigos de luxo que fossem apreendidos pelos navios da armada sediados nesses portos deveriam reverter em benefício da rainha D. Isabel, a qual obteria um quinto sobre os mesmos²².

Mais para sul na foz do Neiva encontrava-se a paróquia de Santiago do Castelo. Os seus escassos povoadores ora pescavam no rio em pesqueiras, de que pagavam metade do peixe, ora no mar, conforme o testemunha a inquirição de 1220. Neste local apenas se praticava a pesca marítima, não havendo qualquer sinal de navegação comercial. O mesmo panorama verificava-se na margem direita do rio Cávado, conforme aliás se observa através das inquirições da mesma data²³.

O desenvolvimento de Esposende no domínio da construção naval e da navegação é posterior, embora as inquirições de 1258 aludam ao local onde se erigiu a primitiva povoação²⁴. A importância marítima deste lugar apenas se deu em fins da Idade Média, possuindo em meados do século XVI uma frota comercial de vinte e sete navios²⁵.

Na margem esquerda do rio Cávado localizava-se Fão que em 959 era uma vila rural. As inquirições de 1220 referem a pesca fluvial em «piscarias» ou «camboas» e ainda a fabricação do sal²⁶.

Com a finalidade de incentivar o seu povoamento D. Afonso, conde de Barcelos, obteve de seu pai o rei D. João I, em 22 de Fevereiro de 1412, uma isenção em benefício de dez homens que viesse morar nesse lugar, o qual se encontrava «*despobrado per mjangoa de gentes*» de servirem no mar como galeotes ou colocados na vintena do mar por galeotes²⁷. Enquanto Esposende foi aumentando a sua importância naval, a vila de Fão foi decaindo restando em meados do século XVI, apenas algumas caravelas sediadas no seu porto fluvial²⁸.

²² Um documento idêntico proveniente da *Chancelaria de D. Manuel*, livro 27, fol. 54 v, encontra-se publicado por João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos portugueses*, pp.471-472.

²³ Alberto de Sampaio, *ob. cit.*, p. 59.

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 59-60.

²⁵ Jaime Cortesão, Os factores demográficos na formação de Portugal, Lisboa, 1964, p. 63.

²⁶ Alberto de Sampaio, *ob. cit.*, p. 60.

²⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fol. 136.

²⁸ Jaime Cortesão, *ob. cit.*, pp. 63.

Pelo foral outorgado pelo rei D. Dinis em 1308 à Póvoa do Varzim aparecem referências a uma actividade de pesca, mas é sobretudo através dum documento de 1310, do mesmo rei, em que se ordena a todos os povoadores que tiverem barcas ou baixeis utilizadas no transporte do pão ou do vinho e ainda do sal e das sardinhas, que os mesmos ficariam obrigados ao pagamento de sete soldos por cada uma dessas embarcações. Esta determinação significa sobretudo uma intensa actividade neste domínio que suscitava o interesse fiscal da coroa²⁹.

Na margem esquerda do rio Ave situava-se o lugar de Vila do Conde, sobre o qual se encontram referências num documento de 953. Em documento posterior, do ano de 1039, já se detectam amplas informações duma intensa pesca fluvial e numa indústria salineira florescente. Pela leitura das inquirições de 1258 depreende-se existirem na barra fluvial mais de sessenta pinácias³⁰.

Em Vila do Conde havia uma importante indústria de panos de tréu para a armação de navios. O rei D. Fernando, por carta de 25 de Janeiro de 1377, deu instruções no sentido de que as medidas desses panos deveriam corresponder por marca de ferro a um palmo e dois dedos de largura, o que na prática correspondia ao que se utilizava nas galés reais³¹.

No referido instrumento enviado pelo rei D. Fernando ao almoxarife do Porto refere-se que alguns mercadores de Vila do Conde transportavam ferro e peixe em navios vindos de fora e se furtavam ao pagamento das dízimas devidas à coroa. Chegava mesmo a acontecer que o sal exportado por mar para França, Flandres e Inglaterra fugia ao pagamento de impostos, alegando os vilacondenses que pagariam a dízima na viagem de retorno ao porto do rio Ave. Mas o contrabando era uma prática corrente na medida em que muitos dos navios que retornavam procediam ao desembarque de mercadorias em pequenos navios furtando-se deste modo ao pagamento dessa dízima. Nas ordens régias dadas ao almoxarife instruíam-se no sentido de impedir essa descarga em batéis e em relação aos mestres infractores aplicar-se-ia o castigo adequado, por vezes passível de prisão³².

Através de um mandato de 25 de Abril de 1390, elaborado por um tabelião de Vila do Conde, de nome Álvaro Gonçalves, era outorgada uma autorização em benefício do marinheiro de Azurara, João Domingues, para que o mesmo pudesse administrar a terça parte de um navio que o

²⁹ Alberto Sampaio, *ob. cit.*, pp. 61-64.

³⁰ Idem, *ibidem*, pp. 65-68.

³¹ Arquivo Municipal do Porto (A.M.P.), *Livro Grande*, fols. 41v-42. Publicado por João Martins da Silva Marques, *ob. cit.*, pp. 156-157.

³² Idem, *ibidem*. Idem, *ibidem*.

referido tabelião possuía, conjuntamente com Diogo Afonso e João Bartolomeu. Tratava-se de um baixel destinado a ser fretado para o transporte de mercadorias, entendendo-se igualmente no contrato a possibilidade de contratar marinheiros e «sergentes»³³.

A importância comercial do porto de Vila do Conde aparece sobretudo manifestada na composição efectuada em 15 de Abril de 1435 entre a coroa e a abadessa do mosteiro de Santa Clara. Em conformidade com o convénio celebrado todos os navios que trouxessem do exterior mercadorias a esse porto deveriam pagar à coroa os competentes direitos e dízimas. Se no entanto os navios viessem carregados desde Castela com destino expresso a Vila do Conde então os direitos e as dízimas deveriam reverter em benefício do mosteiro de Santa Clara. Qualquer descarga dos navios castelhanos noutros portos implicava o pagamento dos direitos em benefício da coroa³⁴.

De particular interesse se apresentam os capítulos apresentados pelo procurador de Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde nas cortes de Lisboa de 1456. Segundo o requerimento apresentado à coroa os residentes nessas localidades tinham por principal actividade «a obra da pescaria». Daqui resultavam muitos benefícios para a fazenda pública na medida em que se cobravam os direitos estabelecidos. Dado que entretanto o assoreamento desses rios vinha dificultando a circulação de grandes navios sucedia que tinham de recorrer à utilização de caravelas no transporte do peixe que se destinava ao Mediterrâneo. O uso da caravela resultava com vantagem atendendo a «demandarem pouco augoa», a serem mais leves e com ágil manobra escaparem aos ataques dos corsários. Ora sucedia que os contadores da coroa contrariavam esse propósito ao imporem o fretamento das caravelas, recorrendo ao carregamento de couros e pão com destino à praça de Ceuta. No seu pedido o procurador solicitava ao rei que as caravelas pudessem ser utilizadas com carga de espécies piscícolas durante os meses de Janeiro a Março³⁵.

Referia o citado procurador que as caravelas dessas localidades levavam duas vezes ao ano carregamentos de sal com destino à Irlanda, transportando de retorno tecidos «hilandras», os quais panos pagam as devidas dízimas à coroa. Como a mercadoria não era totalmente vendida

³³ A.N.T.T., *Mosteiro de Vairão*, maço 17, n.º 215. Publicado por João Martins da Silva Marques, *ob. cit.*, p. 193.

³⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fol. 124 v.

³⁵ *Idem*, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fol. 114. João Martins da Silva Marques, *ob. cit.*, *Suplemento ao vol. I*, pp. 256-257.

no reino, uma boa parte era exportada para a Galiza. Sucedia que os contadores tornavam a taxá-las, o que significava indevidamente uma dupla tributação. Nesta reclamação como na anterior o rei D. Afonso V dava razão ao procurador mandatado pelas três vilas³⁶.

Localizadas na margem esquerda do rio Ave situavam-se as localidades de Zurara e Pindelo. Embora no primeiro século da monarquia portuguesa a sua população fosse escassa, a afluência de moradores foi alargando a actividade piscatória. Durante o reinado de D. Sancho I no Pindelo havia o imposto por «pinácia» e «barca» quando pescavam no mar e «caravela» quando apanhavam um peixe. Logo a seguir ao falecimento de D. Sancho I começou a surgir uma navegação comercial internacional que procedia à importação de panos, chumbo, estanho e ainda por cabotagem o sal de produção local ou provavelmente oriundo das salinas de Aveiro³⁷.

Mais para o sul Leça e Matosinhos (Bouças) desenvolviam uma intensa actividade piscatória, tanto no mar como no rio Leça, conforme se comprova pelas inquirições de 1258. Aliás davam um peixe por «nabão» se reexportavam em barcas o pescado que provinha de fora³⁸.

Através duma demanda gerada por um contencioso entre o procurador de D. Pedro I e o prior da Ordem do Hospital sediado no mosteiro de Leça sabemos que os pescadores desse lugar procediam à apanha de solhos e toninhas. A sentença de 6 de Outubro de 1360 considerava improcedente a queixa do priorado que contestava aos rendeiros reais do julgado de Bouças o direito a cobrarem a terça do pescado³⁹.

O rei D. João I, por carta de 10 de Dezembro de 1387, confirmou aos pescadores de Leça, Maroça e Foz do Douro, a isenção de que usufruíam desde tempo remoto, de não pagarem dízimas à coroa sobre o peixe que pescavam em suas barcas. Salientava o monarca que esta medida se devia ao serviço anual que esses pescadores prestavam com as referidas barcas na armada real⁴⁰.

Uma minuciosa ordenação elaborada por D. João I, em 2 de Novembro de 1405, regulamentava as obrigações que recaíam sobre os homens do mar, vintaneiros e galiotes, pertencentes a Leça e Matosinhos,

³⁶ Idem, *ibidem*. Idem, *ibidem*.

³⁷ Alberto Sampaio, *ob. cit.*, pp.68-71.

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 71-72.

³⁹ *Chancelarias Portuguesas D. Pedro I*, ed. do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (INIC), Lisboa, 1984, pp. 190-191.

⁴⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fol. 30v. Publicado por João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, pp. 601-602.

o que reflecte o seu peso intervencionista no sistema militar implementado em relação à defesa naval do território⁴¹.

Por motivos não devidamente explicitados os pescadores de Leça e Matosinhos, no julgado de Bouças, foram condenados, por sentença régia de 8 de Abril de 1451, a pagarem para a coroa por cada barca que entrar na foz do rio Leça, com pescado doutro lugar, um «peixe por nabo». Exceptuavam-se desta obrigação os moradores de São Miguel de Moroça e de Gueifões, os quais não pagavam o referido «nabo» em função dos privilégios contidos no foral e nas inquirições antigas⁴².

De acordo com as inquirições de 1258 sabe-se, que em São João da Foz do Douro, a pesca desenvolvia-se em bom ritmo. Nessa altura existiam seis pinácias, uma caravela e vinte barcos saveleiros, que se encontravam isentos do pagamento no nabão. O sal era transportado nas pinácias. Os habitantes de Lordelo pescavam no Douro e no mar e apenas pagavam à coroa metade do que pescavam em espécies como o atum e a baleia. O desenvolvimento da pesca na barra do Douro vinha do tempo do rei D. sancho I⁴³.

Para termos uma ideia do ritmo de crescimento de Leça e Matosinhos bastará lembrar que em 1552 a primeira localidade possuía quarenta e quatro navios e a segunda mais de vinte⁴⁴.

No couto de Cedofeita, vizinho da urbe portuense, existia a aldeia de Massarelos. Os seus moradores queixavam-se de que se não atreviam a ir ao rio Douro a pescar ou a comercializar os seus produtos na Galiza por temerem represálias ou ataques por parte dos seus vizinhos de Gaia ou de Vila Nova. A coroa outorgou-lhes em 3 de Julho de 1325 uma carta de segurança em relação às suas pessoas e haveres comerciais⁴⁵.

Ultrapassa o âmbito deste trabalho uma apreciação sobre a cidade do Porto e o seu papel na navegação e no comércio⁴⁶. Será, contudo, necessário lembrar, o conteúdo das palavras de Jaime Cortesão, sobre a importância fulcral desta cidade na navegação. Segundo escreve este

⁴¹ A.N.T.T., *Livraria códice n.º 9A*, fols. 157 e seg. Publicado por João Martins da Silva Marques, *Ob. cit.* Suplemento ao vol. I, pp. 78-80.

⁴² A.N.T.T., *Gaveta XII*, maço 6, n.º 23.

⁴³ Alberto Sampaio, *ob. cit.*, pp. 71-73.

⁴⁴ Jaime Cortesão, *ob. cit.*, p. 64.

⁴⁵ *Corpus Codicum Latinorum et Portucalensium*, vol. I, Porto, 1891-1912, p. 87.

⁴⁶ A última grande tentativa de síntese, embora incompleta, deveu-se ao falecido historiador António Cruz, *O Porto nas navegações e na expansão*, Porto, 1972, sendo em minha opinião necessário efectuar uma recolha documental exaustiva que evidencie o assinalável papel desta cidade na expansão portuguesa.

autor «Do Porto diremos já que os documentos não permitem fazer remontar a sua actividade marítima além do reinado de D. Sancho I, mas em breve lapso de tempo progrediu de tal forma que, nos meados do século XIV, era, de todos os portos de Portugal, o que possuía mais numerosa frota mercantil e que, aquando da tomada de Ceuta, quase metade dos navios da expedição, isto é, setenta naus e barcas e muita fustalha, saíram da sua barra»⁴⁷.

Para evidenciar o pêso histórico do Porto apenas referiremos alguns documentos mais expressivos. Assim, a testemunhar a intensa actividade comercial por mar da cidade do Porto temos o estabelecimento de taxas sobre fretes estipulados pelo rei D. Fernando, por carta de 29 de Julho de 1372, e que resultava de um contencioso entre os mercadores e os moradores da cidade e os mestres e os proprietários dos navios. A questão relacionava-se com a exportação de artigos para a França e para a Flandres, sendo a taxa estabelecida pela coroa de seis e oito escudos de Flandres, por cada frete, se se tratasse, respectivamente, das épocas de Verão ou de Inverno⁴⁸.

De grande minúcia e particular interesse foi a carta de privilégio outorgada por D. Afonso IV em 12 de Setembro de 1352. Os moradores do Porto eram isentos de direitos aduaneiros sobre panos de vestir, artigos de estanho, mantas, bacios, canivetes e outros géneros que importavam para seu uso desde a Flandres. Aqueles que dolosamente o fizessem, usando esses produtos no comércio, seriam punidos exemplarmente⁴⁹.

Algumas medidas protectoras foram aplicadas aos mercadores portuenses que iam a França. O rei D. Fernando concedeu-lhes o privilégio, de 9 de Janeiro de 1379, mediante o qual eram isentos de apresentar o seu cavalo e armas, função que caberia a suas mulheres, enquanto estivessem ausentes nesse país por motivos profissionais⁵⁰.

A evidenciar as intensas relações entre os navegadores portuenses e os reinos de França e de Inglaterra temos o artigo apresentado pela cidade, nas cortes de Coimbra de 1390, em que se queixavam a D. João I, de muitas vezes nesses países os seus bens serem embargados e confiscados, além dos transportadores serem presos. Requeriam represálias sobre os súbditos desses países residentes em Portugal, ao que o rei retorquia prudentemente mandando analisar caso a caso⁵¹.

⁴⁷ Jaime Cortesão, *ob. cit.*, pp. 64-65.

⁴⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fol. 109. Publicado por João Martins da Silva Marques, *ob. cit.*, p. 145.

⁴⁹ *Corpus Codicum Latinorum et Portucalensium*, vol. I, p. 96.

⁵⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fol. 37.

⁵¹ A.M.P., *Livro A*, fol. 4.

Também eram intensas as relações do Porto com o Mediterrâneo. É muito provável que alguns dos seis navios portugueses que foram apressados em Barcelona, em Junho de 1334, pertencessem à poderosa frota naval portuense. Todos eles traziam um carregamento de trigo numa fase em que grassava uma intensa crise cerealífera causadora de fome em larga escala em toda a Península Ibérica⁵².

A circunstância de grande número de navios portugueses demandarem o Mediterrâneo no segundo quartel do século XIV obriga a rever o conceito expresso pelo eminente medievalista francês Jacques Heers de que a presença portuguesa, no mínimo, nessas águas, remontaria ao início do século XV, quando na realidade já recua pelo menos um século atrás⁵³.

Um importante documento de 23 de Fevereiro de 1441, consistindo numa carta escrita pelo Infante D. Pedro aos conselheiros de Barcelona, protestava contra o facto de nau Santa Clara, pertencente ao conde de Barcelos, que tinha partido da cidade do Porto com destino a Pisa, transportando carga que era da propriedade desse fidalgo, de João Afonso do Prado e doutros cidadãos portuenses, tinha sido apressada frente à mencionada cidade catalã em 11 de Janeiro de 1440. O corsário João de Barbora, cavaleiro da casa de D. Afonso V de Aragão não só apreendera a carga como aprisionara a sua carraca e obrigara a declarar que a mercadoria transportada pertencia aos genoveses, com quem Aragão estava em guerra⁵⁴.

Para além dos aspectos negativos deste incidente registe-se que o navio continha mercadoria avaliada em quatro mil florins, consistindo em armamento de guerra, com destaque para as bombardas e os «trões» e ainda taças, tapetes, panos de armar e outros artigos de utilização⁵⁵.

Algumas reflexões finais se impõem, à guisa de conclusão, sobre a actividade marítima das cidades portuárias do Entre-Douro-e-Minho. Assim e contrariamente ao que opina Gaetano Ferro a nossa actividade naval nos dois primeiros séculos não se limitou apenas às tarefas artesanais da pesca, embora estas prevalecessem. Desde o reinado de Sancho I observa-se o despontar dum ritmo comercial, a longa distância, que tem como eixo polarizador a cidade do Porto. Numa fase mais tardia

⁵² Humberto Baquero Moreno, *Cartas do Infante D. Pedro aos Conselheiros de Barceloma*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. IV, Paris, 1972, p. 20.

⁵³ *L'expansion maritime portugaise à la fin du moyen Age: la mediterranee* in «Revista da Faculdade de Letras», tomo XXII, n.º 2, Lisboa, 1956, pp. 8 e seg.

⁵⁴ Arquivo Histórico do Município de Barcelona (A.H.M.B.), *Cartas reales originales* série B-63. Publicada por Humberto Baquero Moreno, ob. cit., pp. 29-30.

⁵⁵ Humberto Baquero Moreno, ob. cit., p. 20.

este ritmo estender-se-ia a Viana e a Vila do Conde. O fluxo comercial naval que se gera a partir do Porto, desde os fins do século XII, constitui uma afirmação que as acções desenvolvidas a partir desta cidade não se confinavam apenas à pesca fluvial ou marítima.

Outro aspecto que cumpre sublinhar assenta no papel dinamizador que coube ao porto de Viana, ora associando os seus interesses com o eixo limítrofe da Galiza, em que despontam Caminha, Cerveira e Valença, ora diversificando o seu raio de acção, quer para interior, através da navegabilidade do rio no sentido de Ponte de Lima, quer estendendo o seu espaço marítimo até à desembocadura do Ave, em direcção a Vila do Conde. Daí que muitas vezes Viana apareça associada nos seus interesses aos concelhos fronteiriços da Galiza, na defesa da sua estratégia comercial, para outras vezes inflectir os seus objectivos mais para sul, numa tentativa de contrabalançar a hegemonia portuense.

Outros portos apenas crescem na fase final da Idade Média. É o caso de Caminha cujos navios, para além da vocação atlântica, começam a procurar outras paragens como é o caso do navio caminhense de João André, natural da vila, que em 1408 foi apressado quando transportava para Portugal mercadorias compradas em Valencia, o que constitui um sinal de que a vila sediada na desembocadura do Minho avançava a passos largos para a expansão naval de longo curso que se verifica no século XVI⁵⁶. O mesmo se pode dizer de Esposende num ritmo anterior mais lento cujo poderoso arranque corresponde ao dealbar do período quinhentista, o que em certa medida também sucede com Vila do Conde, embora neste caso o despertar, no que respeita à navegação comercial, remonte já ao século XIV.

A hegemonia do Porto não obsteu a que localidades limítrofes como Leça e Matosinhos tivessem uma enorme actividade naval, apesar de mais circunscrita às artes da pesca.

De sublinhar que o burgo portuense desde princípios do século XIII teve uma actividade naval, de tipo comercial com carácter regular, o que é aliás testemunhado pelos documentos. Essa hegemonia só viria a perdê-la para Lisboa no derradeiro quartel do século XV, quando o eixo da expansão portuguesa se transferiu para o sul e ainda sem esquecer a afirmação de Lagos, no terceiro quartel de quatrocentos, graças ao empenhamento do Infante D. Henrique, o qual acabaria por suplantar o porto de Tavira, principal centro de ligação à cidade de Ceuta logo após a sua conquista no ano de 1415.

De notar, ainda, que a alteração do curso dos rios e das zonas

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

portuárias, devido ao assoreamento dos leitos fluviais, alterou as condições de acesso e navegabilidade no decurso de quatro séculos. As mudanças operadas tiveram como resultado que as grandes embarcações não pudessem entrar em cursos de água pouco profunda, como era o que sucedia com os rios Lima, Cávado e Ave, de menor volumetria aquática. As alterações verificadas implicaram uma revolução na tecnologia da construção naval com a feitura da caravela, mais leve e manobrável, do que os outros navios utilizados nas navegações. A qualidade da água dos rios também se foi degradando devido à incúria dos homens, os quais lançavam todo o tipo de lixo e transformavam rios límpidos, como o Douro, em autênticos vassadouros⁵⁷.

⁵⁷ Sobre a poluição dos rios veja-se o ilustrativo documento pertencente ao cartório de São Domingos, de 6 de Setembro de 1409, existente no Arquivo Distrital do Porto, (A.D.P.), *Convento de São Domingos*, livro 36, pergaminho 94. Publicado por mim em *O fornecimento de água ao convento de S. Domingos do Porto nos séculos XIV e XV*, in «Boletim do Arquivo Distrital do Porto», vol. II, Porto, 1985, pp. 67-68.

DON DIONIS DE PORTUGAL
Y LA MINORÍA DE ALFONSO XI DE CASTILLA.
(1312-1325)

Manuel García Fernández *

Es por todo conocido que la minoría de Alfonso XI (1312-1325) constituye un periodo oscuro y difícil de la historia castellana. Se trata de una larga etapa, de complejos entramados políticos y militares, dominada por la violencia y las intrigas de una nobleza, ávida de poder, que se aglutina en banderías entorno a los aspirantes a la tutoría y a la regencia del monarca. La degradación de la autoridad real y el desorden en las instituciones de gobierno y poder constituyen la tónica dominante en la mayor parte del reino¹.

La división nobiliaria en Castilla y las ansias de poder a cualquier precio, sin sopesar nunca la inversión del riesgo político exterior, van a permitir la intervención de los reinos vecinos — Corona de Aragón y Portugal — en la ordenación de los asuntos internos castellanos. Frente a

* Universidad de Sevilla

¹ Sobre el reinado de Alfonso XI de Castilla (1312-1350) y la situación general del reino ver: M. GARCIA FERNANDEZ, *Andalucía; guerra y frontera (1312-1350)*. Sevilla, 1990. y también del mismo autor *El Reino de Sevilla en tiempos de Alfonso XI (1312-1350)*. Sevilla, 1989. A nivel de síntesis general, de gran utilidad resulta siempre la lectura de *La España de los Cinco Reinos (1085-1369)* en *Historia de España y América*. vol IV. Edt. Rialp. Madrid, 1984. pp. 691-693. Así mismo es interesante consultar *Historia de España. La Expansión Peninsular y Mediterránea (1212-1350)*. Tomo XIII. Vols. (*) y (**), Madrid, 1990.

Castilla, sumergida en el abismo de las banderías nobiliarias, la monarquía catalano-aragonesa se encontraba sólida y perfectamente estructurada, tras la paciente tarea de reconstrucción llevada a cabo durante el reinado de Jaime II. El prestigio y la influencia de este monarca, emparentado con algunos de los linaje de ricos hombres más importantes de la sociedad política castellana, va a ser enorme, especialmente a raíz de sus éxitos militares en el Mediterraneo². Idéntica consideración tendría también entre muchos nobles castellanos la figura excepcional de don Dionís de Portugal; pues el gobierno del «rei lavrador» marca uno de los puntos culminantes de la política exterior portuguesa³.

En la ingenerancia aragonesa y portuguesa existía cierto paralelismo; cierta similitud en la actuación de sus respectivos monarcas, que no pasaría nunca completamente desapercibida entre la nobleza castellana, entre los círculos del poder real, regentes y tutores. Al inicio del reinado de Fernando IV en 1295, la Corona de Aragón y Portugal se habían caracterizado por la entusiasta defensa de la caduca idea de la «desmembración catellana», apoyando incluso militarmente a todos los abandonados de esta empresa; los infantes de la Cerda y el infante don Juan de Haro, señor de Vizcaya. En los tratados de Ariza (1303), Torrellas y Agreda (1304) don Dionís y Jaime II llegaron a firmar el posible «reparto del botín castellano» y sus respectivas áreas de influencias territoriales⁴.

² Sobre las relaciones de Jaime II con la sociedad política castellana ver mi trabajo «Jaime II y la minoría de Alfonso XI (1312-1325). Sus relaciones con la sociedad política castellana» en *Historia. Instituciones. Documentos*. n. 18, (1992) pp. 139-177. De gran utilidad resultan también los trabajos clásicos de A. GIMENEZ SOLER *Don Juan Manuel. Biografía y estudio crítico*. Zaragoza, 1932. J. E. MARTINEZ FERNANDO *Jaime II de Aragón. Su vida familiar*. Barcelona, 1948.

³ A. H. OLIVEIRA MARQUES, *Historia de Portugal*. vol. I. Lisboa, 1973, pp. 139-140. y del mismo autor «As relações diplomáticas de Portugal nos séculos XIV e XV» cap. II de *Historia de Portugal nos séculos XIV e XV*. Lisboa, 1989. J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal. Estado, Patria e Nação (1080-1415)*. Lisboa, 1979, pp. 247-265. Una síntesis muy completa del reinado se ofrece en *Historia de España... ob. cit.*, *Los Proyectos de Expansión*. cap. V. pp. 565-584. Ver también P. S. MARTINES, *Historia diplomática de Portugal*. Lisboa, 1986. Interesante es también la síntesis de J. SERRÃO, *Dicionário de Historia de Portugal*. vol. I. pp. 813-815. A nivel general pueden consultarse los trabajos siguientes A. L. CARVALHO HOMEM, *O Desembargo regio (1320-1433)*. Porto, 1985. A. H. OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV-XV*. Lisboa, 1987. J. MATTOSO, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa, 1985. del mismo autor *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Lisboa, 1985. e *Historia de Portugal*. Lisboa, 1984.

⁴ Sobre la minoría de Fernando IV ver C. GONZALEZ MIGUEZ, *Fernando IV de Castilla (1295-1312), La guerra civil y el predominio de la nobleza*. Vitoria, 1976. y M. GAIBROIS DE BALLESTEROS, *María de Molina, tres veces reina*. Madrid, 1967.

Sin embargo, al inicio de la minoría de Alfonso XI y frente a lo ocurrido en la etapa anterior, los reyes de Aragón y Portugal aparecen empeñados en la guardia y custodia de la institución monárquica de su sobrino y nieto respectivamente. Su intervención en Castilla, el apoyo abierto o solapado a los diferentes bandos nobiliarios, se hará siempre en defensa de lo que estimaban ser los derechos legítimos de Alfonso XI, que los aspirantes a tutores debían jurar y respetar para ser reconocidos como tales. Pero el vehículo de actuación no fue siempre el mismo. Jaime II apoyará la causa de su yerno, el infante don Pedro; mientras que don Dionís amparará las reivindicaciones del infante don Juan, señor de Vizcaya. En cualquier caso el objetivo final debía ser el mismo; una Castilla en paz y sosiego, sin la violencia de bandos antagónicos, y al mismo tiempo el control de la sociedad política a través de sus hombres de confianza.

La pacificación y el control político castellano era vital para garantizar a Jaime II la tantas veces proyectada y aplazada conquista de Cerdeña⁵. Para don Dionís, en cambio, el reconocimiento castellano de su «hegemonía peninsular» significaba la consolidación de la prolíja actividad repobladora y edificadora llevada a cabo en las fronteras interiores de los ríos Tajo, Duero y Guadiana; justificaba la nacionalización de las órdenes militares y la creación de la Orden de Cristo, y sobre todo aseguraba la definitiva conversión de Lisboa en una gran capital, en un gran puerto abierto a las rutas del Atlántico y del Estrecho, en competencia directa con las ciudades portuarias de Andalucía⁶.

Así pues, de alguna manera, tanto la Corona de Aragón como sobre todo Portugal necesitaban de la pacificación y tranquilidad de la sociedad política castellana. Don Dionís va a representar para un sector de la misma, especialmente el integrado en el bando del infante don Juan, no sólo el árbitro de las banderías sino también la parte más interesada en la defensa y consolidación de la monarquía de su nieto. En repetidas ocasiones lo notificará a la reina doña María de Molina y al papa Clemente V, justificando de esta forma, una posible intervención en Castilla⁷. Sus pilares castellanos estaban, al margen del señor de Vizcaya, en don Juan

⁵ V. SALAVERT Y ROCA, «La isla de Cerdeña y la política internacional de Jaime II de Aragón» (*Hispania*) (1950), pp. 211-265. y del mismo autor *Cerdeña y la expansión mediterránea de la Corona de Aragón, 1297-1314*. Madrid, 1956. 2 vols.

⁶ A. H. OLIVEIRA MARQUES, *Historia de Portugal... ob. cit.* pp. 139-140. J. VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal... ob. cit.* pp. 250-261. J. MATTOSO, *Historia de Portugal... ob. cit.* y también *Portugal Medieval... ob. cit.*

⁷ *Crónica de D. Dinís*. Porto, 1945, edición de Rui Pina. capítulo XXVI. pp. 303-305. Ver también la *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa, 1952, que edita la APH.

Nuñez de Lara y en su hija doña Constanza, madre del rey. Pero todos desaparecieron de la escena política entre 1313-1319; por lo que don Dionís se quedó prácticamente sólo frente a las desconfianzas de la reina doña María y del infante don Felipe hasta 1325.

En efecto, la aparente buena voluntad del rey de Portugal no conseguía borrar del todo los resentimientos castellanos. Con notable sorpresa, el sector nobiliario más próximo a la reina doña María de Molina y al infante don Felipe no terminó nunca de entender ni justificar la «nueva política» portuguesa. En la mente de todos, especialmente en la de la reina, estaba la difícil experiencia vivida en tiempos de Fernando IV. Tan sólo el infante don Pedro llegó a solicitar a su suegro Jaime II que interviniese en Portugal para que don Dionís lo reconociera también como tutor del rey frente a don Juan. Sin duda porque en el concierto general de las relaciones diplomáticas, entre Castilla y Portugal durante la minoría de Alfonso XI, la Corona de Aragón y en concreto su monarca Jaime II jugaba un papel básico de aliado e intermediario, por los muchos intereses familiares y políticos que le unían a la sociedad castellana y portuguesa⁸.

De todo ello ha llegado hasta nosotros una copiosa e interesante documentación conservada en el Archivo de la Corona de Aragón en la ciudad de Barcelona. En las páginas que siguen hemos querido ofrecer al posible lector una síntesis general de estas relaciones políticas y diplomáticas. Para la realización de este trabajo hemos utilizado en su mayor parte la documentación inédita del ACA, depositada en la Sección de Cancillería, en los registros y en las cartas reales de Jaime II. Especial interés han tenido para este estudio las llamadas «legatio comissa» que eran embajadas que los monarcas de Aragón enviarón a Castilla y/o Portugal. En ellas se recogen con extraordinario detalle todo cuanto los respectivos embajadores debían transmitir a sus destinatarios portugueses y castellanos, así como significativas cartas de presentación y recomendación, públicas o privadas, a algunos miembros notables de sus respectivas sociedades políticas y círculos de poder: parientes reales, obispos, altos nobles y funcionarios, etc.

Se podría argumentar que este tipo de documentación ofrece una imagen muy parcial de los acontecimientos que estudiamos. Pero su

⁸ J. E. MARTINEZ FERRANDO, *Jaime II de Aragón. Su vida familiar*. Barcelona, 1948. A. MUÑOZ FERNANDEZ, «Santa Isabel, reina de Portugal. Una infanta aragonesa paradigmática de religiosidad y comportamiento femenino en el Portugal bajomedieval» en las *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval*. vol. III. Porto, 1989. pp. 1127-1143. J. SERRÃO, *Dicionário de História de Portugal*, vol II, pp. 566-567. y V. NEMESIO, *Isabel de Aragón, Rainha Santa*. Coimbra, 1936.

objetividad queda fuera de toda duda al completarse su visión con fuentes otras «tradicionales» para este tipo de estudios y con la bibliografía al respecto. Por último hemos incluido un apéndice documental donde transcribimos algunas cartas reales de don Dionís, de la reina doña Constanza de Portugal y del infante don Juan, al rey Jaime II y sobre todo una interesante «legatio comissa» o embajada de 1313.

La primera tutoría (1321-1319). La época del infante don Juan, señor de Vizcaya, y doña Constanza de Portugal

En el otoño de 1312, poco después de la muerte del rey Fernando IV, don Dionís mantuvo una entrevista en las proximidades de Ciudad Rodrigo con la reina doña María de Molina⁹. En ella quedaría bien claro la nueva política del rey de Portugal; la defensa de la monarquía de Alfonso XI y sobre todo los derechos que su hija, doña Constanza, tenía a la custodia del niño como su madre que era¹⁰. Para la reina, las vistas constituían, curiosamente, la primera garantía de seguridad que recibía acerca de su la monarquía de su nieto, viniendo además de un enemigo tradicional. Para don Dionís el reconocimiento de doña María de Molina a su nueva política le proporcionaba de momento la tranquilidad necesaria para concluir ante el papa el complejo proceso de nacionalización de los órdenes militares y la repoblación de los castillos y fortalezas del río Guadiana¹¹.

Pero en Ciudad Rodrigo ni el rey de Portugal ni la reina de Castilla olvidaron del todo los viejos rencores personales. Por el contrario, consciente tal vez de todo ello, la diplomacia exterior portuguesa había conseguido entre 1312-1313 notables partidarios de la mediación de don Dionís como árbitro de las banderías nobiliarias por la tutoría del rey Alfonso XI. Los personajes claves de la influencia portuguesa en la corte castellana, en lo que tradicionalmente se llaman «los altos círculos del poder», eran el infante don Juan, hermano de Sancho IV y señor de Vizcaya, y su pariente don Juan Nuñez de Lara, cabeza de uno de los linajes más ricos y poderosos del reino¹². El apoyo prestado al infante

⁹ *Itinerarios regios medievais*. vol. I. Itinerarios del-rei D. Dinis (1279-1325). Lisboa, 1962.

¹⁰ *Crónica de D. Dinís... ob. cit.* cap. XXVI, p. 303.

¹¹ J. VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal... ob. cit.* pp. 225-256. Ver J. MATTOSO, *Portugal Medieval... ob. cit.* pp. 293-308.

¹² S. DE MOXO, «La sociedad política castellana en la época de Alfonso XI», *Cuadernos de Historia*, n. 6, (1975), pp. 201-203 y De la nobleza vieja a la nobleza nueva. «Las transformaciones nobiliarias castellanas en la Baja Edad Media», *Cuadernos*

propició rápidamente la constitución de una liga o «partido», favorable a su tutoría, de la que formaban parte su esposa doña María de Haro, su sobrino don Lope de Haro, don Juan Nuñez de Lara, don Fernando de la Cerda, Sancho Sánchez de Velazco, Pedro Ponce de León, don Lope de Mendoza, García de Villamayor y los obispos de Lugo y Orense, al margen de otros ricos hombres y caballeros de Galicia, León y Vizcaya donde don Juan contaba con notables partidarios¹³.

En espera de las cortes de Palencia, donde confiaba conseguir el reconocimiento oficial a la tutoría del rey, el infante don Juan había sido ya ampliamente aceptado como tal por muchas villas y ciudades de los territorios «controlados», y desde luego por su propia liga nobiliaria y sin duda por el propio don Dionís de Portugal. Don Juan aspiraba, cuando menos, a la tutoría compartida en toda Castilla, juntamente con su sobrino el infante don Pedro y la reina doña María de Molina. Pero llegado el caso y a la hora de preferencias era partidario de la tutoría individual en el antiguo reino de León. Incluso en algún momento llegó a pensar en la «fragmentación del reino» entre los dos candidatos a tutores. Para ello era necesario que tanto Jaime II como don Dionís aprobaran el proyecto. Sin embargo todo parecía indicar que ambos monarcas no estaban interesados en el empeño, que contaba además con la enérgica oposición de la reina doña María y, por su influencia, con la del infante don Pedro y la mayor parte de los nobles andaluces y castellanos, incluso de don Juan Manuel¹⁴.

En este contexto, a comienzos de 1313 don Juan Nuñez de Lara había acudido a Portugal para comunicar a don Dionís las intenciones políticas del infante don Juan y recibir de su aliado, el rey de Portugal, consejos y respaldo financiero ante la inminente convocatoria de cortes en Palencia para la próxima primavera¹⁵. Al mismo tiempo, para no despertar desconfianzas en el rey de Aragón, el infante notificaría la estancia de don Juan Nuñez en Portugal, así como el reconocimiento favorable a

de Historia, n. 3 (1969), pp. 33-44. Muy interesante resulta la consulta del MATTOSO, J. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Portugalia Monumenta Historica. Lisboa, 1980. vol. I y II.

¹³ *Gran Crónica de Alfonso XI*. Edición de D. CATALAN. Madrid, 1976. cap. IV, pp. 282-283. vol. I. y S. DE MOXO «La sociedad política... ob. cit.» p. 202.

¹⁴ S. DE MOXO, «La sociedad política... ob. cit. pp. 201-203. Ver también A. GIMÉNEZ SOLER, *Don Juan Manuel, Biografía y estudio crítico*. Zaragoza, 1932.

¹⁵ A. GIMÉNEZ SOLER, *Don Juan Manuel... ob. cit.* El 4 de enero de 1313 Guillén Palasín, embajador de Aragón en Castilla, comunicaba al rey Jaime II que «*Don Johan Nunneç era ydo a veerse con el rey de Portugal... porque don Johan tiene allá poder de firmar por entramos partes con el rey de Portugal, e él aca con los Leoneses...*» doct. n.º CCVIII.

la tutoría que los hombres buenos y los concejos del reino de León le habían otorgado en Benavente. Con el apoyo generalizado del reino de León y la tolerancia de los reyes de Portugal y de Aragón, el señor de Vizcaya, confiaba que los concejos de Andalucía, Castilla y Extremadura lo reconocerían también como tutor del rey en Sahagún a primeros de febrero de 1313, para acudir a las cortes con un amplio respaldo municipal y nobiliario¹⁶.

Pero los proyectos políticos del infante don Juan no fueron asumidos por Jaime II. En la corte de Aragón la bandería de don Juan fue acusada de proximidad a los intereses de don Dionís, cuya actitud hacia la reina doña Isabel, hermana de Jaime II, y con su hijo y heredero el infante don Alfonso empezaba a ser, cuando menos, preocupante¹⁷. Por el contrario, la influencia argonesa en la sociedad política castellana se realizaba a través del infante don Pedro y en menor medida de don Juan Manuel, en una labor sorda pero eficaz llevaba a cabo por sus hijas doña María y doña Constanza, esposas respectivamente de estos dos grandes nobles castellanos¹⁸.

Si para don Dionís el infante don Juan constituía el hombre clave para el control de la minoría de Alfonso XI, para Jaime II esta responsabilidad recaía en su yerno don Pedro, quien sin duda reunía mejores condiciones diplomáticas que su adversario político. El rey de Aragón siempre vió en la bandería del infante don Juan la influencia nefasta de don Juan Nuñez de Lara y sus partidarios portugueses. En repetidas ocasiones aconsejaría al infante don Pedro e incluso a don Juan Manuel el alejamiento del señor de Lara de toda participación en el gobierno castellano¹⁹.

¹⁶ Archivo de La Cozona de Azagón (ACA), Cancillería (C), cartas reales (CR) n.º 4688.

¹⁷ Sobre el enfrentamiento de don Dionís con la reina Isabel y con su hijo el infante don Alfonso ver la síntesis de J. VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal... ob. cit.*, pp. 261-264, con abundante bibliografía al respecto, y también A. H. OLIVEIRA MARQUES, *Historia de Portugal... ob. cit.* p. 175 y ss. Curioso resulta el trabajo de A. MUÑOZ FERNANDEZ, «Santa Isabel, reina de Portugal; una infanta aragonesa...» ob. cit. S. ANTUNES RODRIGUES, *Rainha Santa. Cartas inéditas e outros documentos*. Coimbra, 1958. Ver especialmente J. MATTOSO, «A guerra civil de 1319-1324» en *Portugal Medieval... ob. cit.*, pp. 293-308. y también aunque referida al reinado de Alfonso IV, M. H. DA CRUZ COELHO «O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV» en *Revista de Historia*, n. VIII (1988), pp. 35-51.

¹⁸ Sobre la influencia en la corte castellana de Jaime II ver mi trabajo «Jaime II y la minoría de Alfonso XI (1312-1325). Sus relaciones con la sociedad política castellana» en *Historia. Instituciones. Documentos*. n. 18 (1992) pp. 139-177 (1991) en prensa.

¹⁹ ACA, C, registro (reg.) n. 251, ff. 55rv. S. DE MOXO, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva... ob. cit.» pp. 33-44.

Frente al infante don Juan y su apoyo leonés, el infante don Pedro contó siempre con el respaldo de su madre doña María y su tío, don Alfonso de Molina, don Tello, don Juan Alfonso de Haro y Cameros, Fernán Ruiz de Saldaña, Rodrigo Alvarez de Asturias y sobre todo con los hombres buenos y los concejos de la Frontera²⁰. La paulatina política de nacionalización de las órdenes militares emprendida por el rey don Dionís, denunciando en la curia pontificia de Juan XXII la subordinación de sus maestros, especialmente el de Avís, a los castellanos, arrojó a los maestros de Santiago, Calatrava y Alcántara en las manos de la bandería de don Pedro²¹.

La definición de los bandos antes las próximas cortes de Palencia, hizo tener en Castilla una verdadera guerra civil. Jaime II envió a Portugal al caballero Miguel Pérez de Arbe, hombre de gran experiencia en asuntos castellanos, para solicitar a don Dionís el reconocimiento de la tutoría del infante don Pedro, con la promesa de que éste respetaría siempre los derechos de la reina doña Constanza a la custodia de su hijo Alfonso XI²². La embajada es muy importante porque nos descubre además la verdadera intención del rey de Aragón para asegurar su «hegemonía peninsular»; privar al partido de don Juan del principal apoyo y argumento moral que tenía en Castilla y Portugal; la defensa de los intereses familiares y señoriales de doña Constanza frente a doña María de

²⁰ *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. IV, pp. 282-283 tomo I.

²¹ El tema ha sido suficientemente estudiado. No vamos a insistir en ello. Ver la síntesis de J. VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal... ob. cit.* pp. 255-256 donde afirma que «*Numa época em que o monarca procurava definir a fronteira, impunha-se que a acção dos cavaleiros-monges dependesse apenas da sua autoridades. Não podia o mestre castelhano, para além do direito de visita que lhe era desconhecido, interferir na esfera política e militar dos cavaleiros. Aqui se fundamenta o proposito regio de nacionalizar as ordens, procurando afasta-la dos seus prelados directos — os comendadores ou mestre-gerais — que viviam en Castela e estavam sujeitos à pressão deste monarca em caso de guerra com Portugal*». Muy interesante resulta también la síntesis desde la perspectiva castellana que se ofrece en *Historia de España. La Expansión peninsular... ob. cit.* vol. (**), cap. V. *Los Proyectos de Expansión*, pp. 573-575.

²² En efecto el embajador aragonés don Miguel Pérez de Arbe era un hombre de probada eficacia en las relaciones con los reinos cristianos peninsulares. En 1315 lo encontraremos de nuevo en Castilla como embajador de Jaime II ante don Juan Manuel, ante la reina doña María de Molina y otros miembros notables de la sociedad política castellana. De su actividad diplomática da siempre buena cuenta a su señor el rey, informándole al detalle de la situación en Castilla y Portugal, de la evolución de los bandos nobiliarios por la tutoría de Alfonso XI, etc. Ver A. GIMENEZ SOLER, *Don Juan Manuel... Ob. cit.*, doct. n. CCCXXIII-V.

Molina²³. Jaime II solicitó a su viejo aliado, ahora rival encubierto, lo siguiente:

1. La aceptación formal de la tutoría del infante don Pedro, el cual había recibido de Fernando IV la custodia del rey Alfonso XI.
2. La denuncia del apoyo prestado a la bandería del infante don Juan y a don Juan Nuñez de Lara.
3. La defensa de los derechos de su hija doña Constanza a la custodia de su hijo, como le había prometido el infante don Pedro, frente a doña María de Molina.
4. La protección de la monarquía de su nieto, Alfonso XI, junto al rey de Aragón para que *«los regnos no vengan en escândalos ni en discordia, que á esto son temidos mucho el rey de Portogal e el rey d' Aragón»*.

La legación se completó con dos capítulos finales dedicados respectivamente a la nacionalización de las órdenes militares en Portugal, y al embarque que preparaba para la conquista de Córcega y Cerdeña, recordándole a don Dionís sus promesas incumplidas de ayuda económica.

Si embargo la embajada resultó ser un estrepitoso fracaso de la diplomacia exterior aragonesa. El rey de Portugal no renunció de momento a los proyectos políticos de ayuda a la bandería del infante don Juan, señor de Vizcaya, a pesar incluso de las cartas escritas sobre este respecto al infante don Alfonso, a don Alfonso Sánchez, al arzobispo de Braga y otros nobles portugueses²⁴. Tal vez porque en la definición de los bandos la reina doña Constanza de Portugal jugaba un papel muy importante, como soporte moral y legal de la tutoría, que ni el infante don Pedro, ni el infante don Juan pasaron nunca por alto.

Efectivamente la reina doña Constanza, madre del rey Alfonso XI, era en teoría la más indicada para defender y asegurar la influencia portuguesa en la sociedad política castellana, en los altos círculos del poder real. Como madre del rey gozaba de ciertos derechos naturales a la custodia de su hijo que todos reconocieron de inmediato. Pero en un primer momento, la reina depositó sus esperanzas no en su padre, ni siquiera en el infante don Juan, sino en su cuñado, el infante don Pedro y sobre todo en el rey de Aragón. Desde Jaén y Córdoba, por indicación de su madre

²³ ACA. C, reg. 337, ff. 192r-193v. Cit. por J. ZURITA *Anales de la Corona de Aragón*. Edición de A. Canellas López. Zaragoza, 1970, cap. V. CII, p. 775-776. y también por V. SALAVERT Y ROCA, *Cerdeña y la expansión aragonesa... ob. cit.*, vols. II, p. 611.

²⁴ *Ibid.*, ff. 193rv.

la reina doña Isabel, escribe a su tío lamentandose amargamente de los muchos enemigos que tenía la monarquía de su hijo «*por la mala muy ventura que Dios sobre my touo por bien de poner más que en otra cosa del mundo*»²⁵. Por ello le encomienda la suerte de sus hijos, Alfonso XI y Leonor que residía en Aragón como prometida del infante heredero don Jaime. En el fondo doña Constanza tan sólo persigue la influencia del rey Jaime II para acceder a la custodia de su hijo frente a las aspiraciones de la reina doña María de Molina. De este modo se ve obligada a defender la bandería de su cuñado don Pedro, quien, como ya sabemos, le había prometido la custodia del niño. Juntos acuden a Avila, donde estaba el rey, antes de que lo hiciesen el infante don Juan y don Juan Nuñez de Lara²⁶.

En la actitud de la reina se observa cierto resentimiento hacia su padre, fruto de su desafortunada política castellana en tiempos de Fernando IV²⁷. Asimismo desconfía del díscolo infante don Juan y de don Juan Nuñez de Lara, próximos a Portugal. Sólo el partido del infante don Pedro, a quien profesa gran devoción y amistad desde la muerte de su esposo, constituye la única garantía de sus aspiraciones familiares y políticas sobre su hijo. Pero éste cuenta con el apoyo entusiasta y decidido de doña María de Molina que también pretende la custodia de su nieto. Para salvar la paz en Castilla, en los ayuntamientos de Benavente y Sahagún en febrero de 1313, la reina es forzada por gran parte de la nobleza castellana a la renuncia de sus legítimos derechos sobre su hijo, que permanece en Avila, en espera de la cortes de Palencia. Sólo, separada de sus hijos, bajo el ferreo control de doña María de Molina, doña Constanza escribe en repetidas ocasiones a su tío Jaime II confiada en su respaldo político; «*et sabía e está çerta de que non fariades contra mí lo que era para vos*»²⁸. Sin embargo, apenas convocadas las cortes en abril de 1313, como nada conseguía ni de Jaime II ni del infante don Pedro, denuncia la alianza con la bandería de su cuñado y se pasa el bando de don Juan y don Juan Nuñez de Lara, con la promesa, una vez más, de la custodia del hijo, solicitando, ahora sí, el reconocimiento de don Dionís de Portugal²⁹.

²⁵ ACA. C, cr. n. 4536 y 4538.

²⁶ *Gran Crónica de Alfonso XI* cap. I, pp. 276-277 vols. I. y ACA. C, reg. 251, ff. 24rv y 45rv.

²⁷ ACA. C, cr. n. 4536. La reina doña Constanza participa a Jaime II su temor, pues los enemigos de su difunto esposo, el rey Fernando IV, pueden aprovechar la poca edad de su hijo, el rey Alfonso XI, para quebrantar la autoridad de la monarquía castellana y violentar sus señoríos.

²⁸ ACA. C, cr. n. 4679.

²⁹ *Grand Crónica de Alfonso XI*. cap. IV, pp. 282-283, vol. I. y M. GAIBROIS DE BALLESTEROS *Doña María de Molina... ob. cit...* p. 201.

El cambio de bandería significaba de inmediato la enemistad con el infante don Pedro y con Jaime II de Aragón. Temerosa de ello, en nombre del infante don Juan, acude a Portugal juntamente con don Juan Nuñez de Lara para solicitar de su padre apoyo y protección. Pero el esperado auxilio portugués nunca llegaría, ni la custodia de su hijo tampoco. Desilusionada y utilizada doña Constanza murió inesperadamente en noviembre de 1313, dejando al bando del infante don Juan sin su principal argumento moral ante los nobles y los procuradores de los concejos reunidos en la ciudad de Palencia³⁰.

Las cortes de Palencia y sobre todo la situación de debilidad interna que vivió Castilla hasta los Acuerdos de Palenzuelos de 1314 y la cortes de Burgos de 1315 consumaron la división de los bandos mobiliarios de los tutores. Lo que de alguna manera forzaba también a don Dionís y a Jaime II a tomar partido claramente por el infante don Juan y por el infante don Pedro respectivamente³¹. En un ambiente cercano a la guerra civil entre los tutores y sus partidarios, don Dionís llegó incluso a agredir militarmente los intereses señoriales del infante don Pedro en las fronteras de Galicia y Extremadura en el otoño de 1313. Aducía usurpaciones y violencias de vasallos del infante castellano en tierras de Portugal. Pero Jaime II, temeroso de una posible guerra fronteriza de carácter internacional, ordenó energicamente al infante don Pedro y a su liga que olvidasen los agravios sufridos de don Dionís y firmasen cuanto antes la reconciliación³².

Tras la muerte de doña Constanza, el partido del infante don Juan estaba muy debilitado, y no sólo por la desaparición de la reina sino también por el prestigio y los éxitos militares del infante don Pedro en la Frontera. Temiendo quedar desplazado de la política peninsular por la influencia creciente de Jaime II en la corte castellana, don Dionís se entrevistó con doña María de Molina en Fuente Guinaldo entre 1313-1314. La tensión reinante no impidió, sin embargo, un principio de acuerdo sobre la tutoría de Alfonso XI³³. Pero las firmas de estas «vistas»

³⁰ A. GIMENEZ SOLER, *Don Juan Manuel... ob. cit.*, doct. n. CCLXVI. *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. VII, p. 291. vol. I.

³¹ En las Cortes de Palencia, la bandería de don Juan de Haro, señor de Vizcaya, se reúne en el Convento de San Pablo. Mientras que la del infante don Pedro y doña María de Molina lo hace en el de San Francisco. Ambas ligas otorgaran sus respectivos cuadernos de Cortes, pero sólo la de la reina doña María lleva los sellos del rey. *Cortes de los Antiguos Reinos de León y Castilla*. Edición R.A.H. Madrid, 1861, tomo I, pp. 221-233 y pp. 233-247.

³² ACA. C, reg. 242. ff. 206rv. La noticia la sabemos por una carta de Jaime II al infante don Pedro, fechada en Barcelona el 15 de agosto de 1315, por la que obliga al infante a reconciliarse con don Dionís.

³³ *Crónica de D. Dinís... ob. cit.* cap. XXVI, p. 304.

levantaron grandes recelos entre las banderías castellanas. El infante don Pedro desconfiaba del acercamiento ocasional de don Dionís. Por su parte don Juan de Haro reprochó al rey de Portugal su acercamiento a doña María de Molina. Sólo la reina sabía perfectamente que el pacto firmado, al que después se sumaría Jaime II, era la primera garantía sería de paz y una puerta abierta para la concordia definitiva entre los bandos de los dos infantes castellanos. Los Acuerdos de Palenzuelos de 1314 y las cortes de Burgos de 1315 demostraron lo acertada de las negociaciones ante la incrédula sociedad política castellana³⁴. La muerte de don Juan Nuñez de Lara en octubre de 1315 privó al infante don Juan de su principal valedor en la corte portuguesa³⁵. Sólo a partir de entónces, el señor de Vizcaya se alejará de la órbita portuguesa al comprobar que muy poco podía esperar ya de don Dionís, sumido como estaba en conflictos internos familiares.

El acercamiento de don Juan de Haro, señor de Vizcaya, a Jaime II confirma la ruina de la influencia portuguesa en la sociedad política castellana. El infante informará ahora al rey de Aragón de todos los sucesos relacionados con la tutoría de Alfonso XI. ¿Qué esperaba don Juan de este «obligado» acercamiento?. ¿Tal vez el definitivo respaldo a la tutoría del rey si bién compartida con don Pedro? Parece claro que debió ser así. Pues sólo de esta forma se explicaría que Jaime II aprobase escrupulosamente todos los acuerdos firmados entre los dos infantes sobre el futuro gobierno de Castilla, incluso que enviase, a petición del propio don Juan, un embajador plenipotenciario a las cortes de Carrión de 1317 y Medina del Campo de 1318³⁶. Pero la paz no perdonó la saña acumulada. Era una medida transitoria, de emergencia, fruto de la infatigable mediación de la reina doña María de Molina que contaba con el respaldo de los reyes de Portugal y Aragón. En efecto, los éxitos militares de don Pedro en la frontera de Granada, tan entusiastamente recibidos por el rey Jaime II, levantaron suspicacias en el infante don Juan, cuyos partidarios no acudieron como habían prometido a las cortes de Valladolid y Medina del Campo en 1318. Una vez más la reina doña María de Molina tuvo que actuar como mediadora ante los infantes; «*e fizo los quedar por amigos*», para que juntos bajaran a Andalucía en el verano de 1319 en una campaña, casi una cruzada, contra el reino Nazarí. Lo que provocaría, como es

³⁴ *Gran Crónica de Alfonso XI*. cap. VIII, pp. 292-293 y cap. IX, pp. 294-295.

³⁵ *Gran Crónica de Alfonso XI*. cap. IX, p. 295.

³⁶ ACA. C, cr. n. 4645 y 4668.

sabido, la derrota y muerte de don Pedro y don Juan en la Vega de Granada³⁷.

La segunda tutoría (1319-1325). La época del infante don Felipe y la trama castellana de la guerra civil portuguesa

La muerte de doña Constanza y la firma de los acuerdos de Fuente Guinaldo con doña María de Molina en 1313, la desaparición de don Juan Nuñez de Lara en 1315 y la pérdida irreparable de infante don Juan en 1319 fueron cerrando al rey de Portugal su influencia en la sociedad política castellana. Consciente de ello don Dionís tan sólo se limitó a comunicar laconicamente a la reina su pensar por la trágica muerte de los infantes y tutores³⁸.

Sin embargo la desaparición de los tutores inauguraba en Castilla una nueva etapa de banderías nobiliarias. El rey de Portugal, que en modo alguno deseaba quedar fuera de las altas esferas del poder peninsular, pasó a la ofensiva denunciando los conciertos firmados con la reina doña María de Molina años antes. En el otoño de 1319 comunicó al papa Juan XXII «o estado perigroso em que as coisas de Castella, pela morte dos infantes estavam, pedindo a sua Santidade que o favorecesse, certificando-lhe com isto a vontade com que estava para, em todo, o ajudar e defender; e o Papa lhe respondeu dando-lhe muitas graças e louvores por sua bondades e magnificencia, por querer, con tão bom desejo, encarregar se da defensão e amparo dos reinos de seu neto»³⁹. ¿Qué pretendía realmente don Dionís con estas reivindicaciones en la curia pontificia de Aviñón?. ¿Era su verdadera intención intervenir en Castilla en la defensa de la monarquía de su nieto ante los abusos de poder de los nuevos aspirantes a tutores don Juan Manuel, don Juan «el tuerto», señor de Vizcaya, y el infante don Felipe?. En repetidas ocasiones comunicó al papa que la intervención castellana estaría relacionada con la solución de algunos problemas fronterizos en el Guadiana y la sierra del Andévalo. Pero en realidad se trataba de una expedición naval, con carácter de cruzada peninsular, a las aguas del Estrecho de Gibraltar, que contaba

³⁷ Sobre la muerte de los infantes y tutores en las Vega de Granada ver A. GIMENEZ SOLER. «La expedición a Granada de los infantes don Juan y don Pedro en 1319» en *Revista de Archivos, Museos y Bibliotecas*, n. XI, (1904), pp. 353-260 y n. XII (1905), pp. 24-36. *Gran Crónica de Alfonso XI*. cap. XVI, pp. 306-307. *Crónica de D. Dinís*, cap. XXVI, p. 304.

³⁸ *Crónica de D. Dinís*, cap. XXVI, p. 305.

³⁹ *Crónica de D. Dinís*, cap. XXVI, p. 305.

además con la aprobación de las ciudades portuarias de Andalucía⁴⁰. Pero desconocemos si la expedición se realizó en algún momento.

Por el contrario más bien parece que ésta nunca se concretó por el enfrentamiento con el infante castellano don Felipe, hijo de la reina doña María de Molina y tutor del rey Alfonso XI reconocido por la Hermandad General de Andalucía⁴¹. En efecto, don Felipe era un hombre «pragmático» y sin escrúpulos, enemigo de toda ingerencia extranjera en el gobierno de Castilla. A la muerte de los infantes irrumpe con fuerza en la sociedad política castellana, como heredero de la vieja bandería de su hermano, don Pedro, de la que por iniciativa propia y de la reina doña María de Molina ha desaparecido toda posible influencia aragonesa. Era un firme candidato a la tutoría del rey. Por ella compite frente a don Juan el «tuerto», hijo del infante don Juan y frente a don Juan Manuel, convertido ahora en la cabeza visible del partido pro aragonés. Así, al menos, se lo notificaría en 1321 Jaime II a don Dionís, exigiendo su reconocimiento inmediato como único tutor Alfonso XI, frente al infante don Felipe y a la anciana reina doña María de Molina enferma ya de muerte⁴².

En repetidas ocasiones don Dionís se quejó al papa Juan XXII del apoyo encubierto prestado desde Castilla al príncipe heredero don Alfonso, en rebeldía contra su padre. Pero las acusaciones de don Dionís carecían de fundamento alguno. Es cierto que la guerra civil de Portugal abría una puerta a la intervención castellana en los asuntos internos portugueses; y que en 1320 la reina doña María de Molina se había visto en Ciudad Rodrigo con el infante heredero, prometiéndole ayuda militar contra su padre. Pero, ¿pensaba la reina resarcirse del daño sufrido por don Dionís durante la minoría de Fernando IV?, ¿Tenía el poder político y las fuerzas físicas necesarias como para apoyar abiertamente la rebeldía del heredero de Portugal?. ¿Contaba con los medios financieros imprescindibles? Y lo más importante, ¿estaba el infante don Felipe, su principal baluarte militar, dispuesto a acudir en ayuda de don Alfonso si se lo soli-

⁴⁰ El asunto es muy interesante. Así lo afirma con algunos detalles sobre la preparación de la expedición naval contra los Benimerines que peligrosamente se acercaban al Algarbe aprovechando la debilidad castellana J. VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal... ob. cit.*, p. 258. Ver también C. ERDMAM, *A Ideia da Cruzada em Portugal*, Coimbra 1940, y M. GARCIA FERNANDEZ, «Las relaciones internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía. La participación portuguesa en la Gran Batalla del Estrecho, 1325-1350» en las *Actas das II Jornadas Luso-espanholas de Historia Medieval*. Porto, 1987. vol. I, pp. 201-216.

⁴¹ Sobre la Hermandad General de Andalucía ver M. GARCIA FERNANDEZ, «La Hermandad General de Andalucía durante la minoría de Alfonso XI de Castilla, 1312-1350» en *Historia. Instituciones. Documentos*. n. 12 (1985), pp. 351-375.

⁴² ACA. C, cr. n. 6629.

citaba su madre?. Parece que no. Las promesas de ayuda de la reina doña María a su yerno carecían del amparo político del infante don Felipe. Pues éste contaba entre sus partidarios con la familia castellana del infante bastardo don Alfonso Sánchez, casado con Juana Alfonso de Meneses, señora de Albuquerque⁴³. Por lo que la reina tan sólo se limitó a recordar a don Dionís los derechos dinásticos del infante don Alfonso⁴⁴.

Sin embargo, en la contienda civil de Portugal, Jaime II de Aragón estaba llamado a jugar un papel de primer orden como mediador entre las partes, pues no debemos olvidar que el infante heredero don Alfonso era hijo de la reina doña Isabel de Aragón y por tanto sobrino de Jaime II⁴⁵. Don Dionís notificó siempre a su cuñado la actuación del infante rebelde y el apoyo que encontraba en su madre, temiendo quizás que una desinformación pudiera decidir su intervenir directo en el conflicto familiar⁴⁶.

El verdadero temor del rey de Portugal estaba en Castilla. Don Dionís nunca entendió la actitud ambigua del infante don Felipe, su injustificada inhibición. Entre 1320-1321, en plena guerra civil, el infante castellano, que tantos intereses tenía en Galicia, en las fronteras de Portugal, no se decidió nunca a intervenir a favor de su aliado y pariente. Si don Alfonso Sánchez y su vasallos castellanos de Albuquerque eran fieles partidarios de la tutoría de don Felipe, ¿porqué el infante no atacaba el norte de Portugal, donde el heredero causaba tantos estragos en las tierras y los intereses de su hermano bastardo?, ¿porqué sólo respondía con buenas palabras a las peticiones de auxilio de don Alfonso Sánchez?, ¿tenía algo que ver en todo ello el apoyo que don Dionís prestaba al bastardo, convertido en representante de los municipios y la realeza frente a la nobleza que, al mando de don Lope Fernández Pacheco, apoyaba abiertamente al heredero?⁴⁷.

En realidad don Felipe nunca se inclinó a actuar directamente en el conflicto doméstico. Temía la posible internacionalización del mismo, sobre todo si la reina doña María y el rey Jaime II defendían claramente

⁴³ Sobre la familia castellana del infante bastardo don Alfonso Sánchez ver S. DE MOXO «De la nobleza nueva a la nobleza vieja... ob. cit.», p. 70 y también *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. XLI, pp. 355-357 vol. I.

⁴⁴ J. ZURITA, *Anales de Aragón... ob. it.*, libro VI, cap. XXLIII, pp. 124-125.

⁴⁵ J. MATTOSO, «A guerra civil de 1319-1324» en *Portugal Medieval... ob. cit.*, pp. 293-308.

⁴⁶ ACA. C, cr. n. 6758.

⁴⁷ Sobre el linaje de los Pachecos y sus relaciones con Castilla ver el trabajo de A. FRANCO SILVA «Los Pachecos. La imagen mítica de un linaje portugués en tierras de Castilla» en *las Actas das II Jornadas Luso-espanholas de Historia Medieval*. Porto, 1989, vol. III, pp. 943-991.

los derechos dinásticos de don Alfonso. El apoyo militar a don Alfonso Sánchez significaría de alguna manera el alejamiento de su madre, que custodiaba al rey Alfonso XI y constituía el principal baluarte de su tutoría entre los concejos y los nobles andaluces y castellanos. A ello se sumaba además el paulatino acercamiento del infante don Alfonso de Portugal, por la meditación de Jaime II, a don Juan Manuel y a don Juan, el «tuerto», señor de Vizcaya⁴⁸. Esta era la principal atadura del infante don Felipe; la difícil situación interna de Castilla tras la muerte de la reina doña María en julio de 1321, sumida en una guerra civil entre los diferentes tutores en Galicia y Extremadura⁴⁹. Así como el grave conflicto fronterizo con el reino de Granada a raíz de la firma de la paz de Baena por los concejos andaluces en 1320⁵⁰.

La actitud dubitativa del infante don Felipe había disgustado a todos; a don Dionís por no atender las llamadas de su pariente y partidario don Alfonso Sánchez, y al príncipe don Alfonso por no atender los ruegos de doña María de Molina en su favor. Tal vez por ello, cuando en mayo de 1322, por la mediación una vez más de la reina doña Isabel de Aragón, se firmó una concordia entre el rey de Portugal y su heredero, ambos unieron sus ejércitos contra el infante don Felipe, contra sus señoríos gallegos y extremeños⁵¹.

Efectivamente, haciendo valer la ayuda demandada y prometida al rey de Castilla, con el consentimiento del papa Juan XXII, don Dionís ordenó al infante heredero acudir a Badajoz, a la frontera del Guadiana, para frenar los abusos de poder que don Felipe realizaba en la ciudad y su tierra⁵². ¿Qué había de verdad en todo ello?. ¿Reclamó Alfonso XI en algún momento el auxilio militar de su abuelo contra su tío don Felipe?. O, por el contrario, ¿era ésta una nueva estratagema de don Dionís para justificar ante el papa de Aviñón el castigo de la inhibición del infante

⁴⁸ ACA. C, reg. 410, f. 181v.

⁴⁹ La *Gran Crónica de Alfonso XI*, caps. XXIII-XXV, pp. 325-331 vol. I. detalla el enfrentamiento armado del infante don Felipe y don Juan Manuel cerca de las ciudades de Avila y Santiago.

⁵⁰ M. GARCIA FERNANDEZ, *Andalucía; guerra y frontera (1312-1350)*. Sevilla, 1990.

⁵¹ F. LOPES «Santa Isabel na contenda entre D. Dinis e o filho, 1321-1322» en *Lusitania Sacra* n. VIII (1970), pp. 57-80.

⁵² *Crónica de D. Dinís*, cap. XXVII, p. 307. «E, estando El-Rei D. Dinís en Santarem, El-Rei D. Afonso, seu neto, lhe enviou pedir, que por quanto el estava em Valladolid, donde ainda nao podia sair nem remediar por si o mal e danos que o infante D. Filipe fazia, que lhe rogava mui afincadamente que se lembrasse da ajuda e defesa que muitas vezes lhe prometera e que, em cumprimento dela, mandasse dizer ao infante D. Filipe que cessasse e se apartasse daquela terra e dos males que nela fazia».

don Felipe y sus partidarios?. Nada dice al respecto la documentación castellana. En cambio la portuguesa nos informa con exactitud como en el verano de 1322 el infante don Alfonso acudió a Elvas; «o infante D. Filipe, sabendo da sua ida e de poder que levava, alevantou-se, forçado e foi para Sevilha»⁵³.

La muerte de la reina doña María de Molina y concordia de Leiria entre don Dionís y don Alfonso en 1322 obligaron al infante don Felipe a inclinarse definitivamente por la causa de don Alfonso Sánchez, refugiado en Albuquerque con sus partidarios⁵⁴. Este suceso justifica la diligencia del príncipe don Alfonso de Portugal en hacer cumplir las ordenes de su padre contra don Felipe, pues ya era la hora de pasar factura a la impasividad del infante castellano, a su apoyo «encubierto» a su hermanastro. ¿Confiaba el príncipe don Alfonso encontrar en Badajoz a don Alfonso Sánchez entre los partidarios de don Felipe?. En cualquier caso no cabe la menor duda que don Alfonso Sánchez contó siempre con el apoyo y el reconocimiento de don Felipe, al menos mientras tuvo en su manos el poder real durante la minoría de Alfonso XI⁵⁵.

Los años finales del reinado de don Dionís vienen caracterizados por el enfrentamiento de nuevo con don Alfonso desde las cortes de Lisboa de 1323. El príncipe heredero exigió a su padre que retirase a don Alfonso Sánchez todos los privilegios concedidos en el pasado, especialmente el oficio de Mayordomo Mayor del reino, acusándolo de residir en Castilla bajo la protección de los enemigos de Portugal, especialmente del infante don Felipe⁵⁶. El señor de Albuquerque, se había convertido ya en un fiel vasallo de don Felipe, interviniendo de manera muy activa en todos los asuntos relacionados con los derechos a la tutoría del infante frente a don Juan Manuel y don Juan el «tuerto». Así aparece en 1324 destacado en Zamora defendiendo la ciudad a favor de don Felipe⁵⁷.

⁵³ *Crónica de D. Dinís*, cap. XXVII, p. 307.

⁵⁴ M. GAIBROIS, *María de Molina... ob. cit.*, p. 243.

⁵⁵ En efecto, al inicio del reinado de Alfonso IV en 1325 y con anterioridad a la mayoría de edad de Alfonso XI, el infante don Felipe, tutor del rey, apoyaba las reivindicaciones de don Alfonso Sánchez, saqueando las tierras de Braganza. Al mismo tiempo, su hijo, don Juan Alfonso de Menseses, penetrando por el río Guadiana, derrotaba al maestre de Avis, don Gonzalo Vaz, partidario del rey de Portugal. Cfr. *Historia de España. La expansión Peninsular... Ob. cit.*, vol. (**), «Una tragedia doméstica», pp. 585-587.

⁵⁶ J. VERISSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal... ob. cit.*, p. 265.

⁵⁷ *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. XLI, pp. 355-357.

Viejo y cansado, sumido en una guerra más familiar que civil, sin reconciliación posible con la doña Isabel y con su hijo don Alfonso, resentido de los asuntos de Castilla en los que tantos esfuerzos diplomáticos había gastado desde fines del siglo XIII, celoso del prestigio peninsular de su viejo aliado Jaime II, don Dionís murió el 7 de enero de 1325, dejando en el recuerdo de la sociedad política castellana la falsa imagen de una política sombría, muy lejos de la brillantez de los tiempos pasados durante la minoría de Fernando IV.

DOCUMENTOS

1. 1312, septiembre 18. Córdoba.

Carta de la reina doña Constanza de Portugal a Jaime II de Aragón notificándole la situación del reino de Castilla a la muerte de Fernando IV. Le comunica asimismo su buena disposición en todo lo referente a la administración de su hacienda y la de su hijo Alfonso XI.

A. ACA. Cancillería (C), cartas reales (cr). n. 4538.

«Al muy noble e mucho onrrado Don Jaymes, por la gracia de Dios, rey de Aragón, de Valençia, de Cerdenía, de Córçega, e conde de Barçelona de de Santa Iglesia de Roma senallero almirante e capitán general. Donna Costança, por esa misma gracia reyna de Castilla e de León, salut commo al tio que tengo en lugar de padre que mucho amo e de quién mucho fío e para quién querría que diese Dios mucha onrra e bona ventura e tanta vida e tanta salut quanta yo mesmo para mi querría. Rey fagos uos saber que ví uestra carta que me enbiásteis en fecho del pleito de don Alfonso, fijo del infante don Ferrando, e entendí muy bien quanto en ella me enbiáuades deçir. Et a lo que desiedes que auiedes auido cartas del Papa, en que uos enbiaua rogar que enbiásedes vuestras cartas al rey don Ferrando, mio sennor, en commo le entregase las tierras e las rentas que él auía tollido, et yo que lo ouiese con el rey, mio sennor, e que gelo rogase e gelo conseiase que lo que fisiese asi faser. Rey, sabet que mala la mía ventura, en ante que yo ouiese la vuestra carta, es acaesçida la muerte del rey. Et yo agora non puedo y faser ninguna cosa fasta en este ayuntamiento que á de seer de las Cortes del rey don Alfonso, mio fijo, que se an de llegar todos los infantes e ricos onmes de Castilla e de León e todos los otros onmes bonos de la tierra. Et yo fablar lo hy con ellos. E toda cosa que yo entienda e ellos me conseiarenya enbiar uos lo hy faser saber. Et otrosi sabet que el infante don Pedro se a de yr a veer se conmusco sobre fecho de la mi fasienda, e uos fablar lo hedes con él; e aquello que uos y entendieredes que y yo pueda faser, faserlo hy de bonamiente. Et en ésto e en lo al que delo e dela mi fasienda sea con uos tomase yo conseio. Dada en Córdoua XVIII días de setiembre, era de mill e CCC e çinquenta annos.

Yo, Pelay Suares, la fís escreuir por mandado de la reyna [rúbrica].

2. 1313, enero 13. Calatayud.

Carta de Jaime II al rey de Portugal don Dinoís comunicándole que le envía a su mensajero Miguel Pérez de Arbe.

ACA. Cancillería, reg. n. 337, f. 192r.

«Al Rey de Portugal, etc. Don Jayme etc. Rey hermano fasmus uos saber que vos enuiamos al amado cauallero e familiar nuestro Miguel Peres d'Arbe; al qual auemos acomendado que vos diga algunas cosas de parte nuestra. Ende uos rogamos, rey, que lo creades de todo lo que uos él dixere de nuestra parte, así como fariades a nos mismo. Dada en Calatayut XIII días andados del mes de janero, en el ayño de nuestro Seynnor de mil CCC XII.

3. 1313, enero 13. Calatayud.

Embajada de Miguel Perez de Arbe al rey don Dionís de Portugal .

ACA. Cancillería, reg. 337 ff. 192r-193r. [Selección]

Esto es lo que don Miguel Peres d'Arbe a de dezir al rey de Portugal de parte del rey D'Aragón:

[1]. Primeramente diga en como después de la muerte del rey de Castiella, el rey d'Aragón enbió, segunt que él cree que sabe por sus cartas, rogar a las reynas e a los infantes e a los otros honmes buenos de Castiella que quisiesen seer vnos e concordantes al seruicio del rey don Alfonso e a buen estamieto de toda su tierra, a las quales cartas las reynas e todos los otros le respondieron muy bien.

[2]. Enpués aquesto, el infante don Pedro embió rogar al rey d'Aragón muy afincadamente que touiese por bien açerca se a las partidas de Catalatayut por que se pudiese veer con el dicho rey, por cosas que auía a doliurar con él a seruicio del rey don Alfonso, e él rey fizo lo así. Et el infante don Pedro vino a él en las ochauas de Naudat. Et la razón que el dixo en summa fue aquesta; que como él auiese mayor derecho que ninguno otro de Castiella en seer tutor del rey, e otrosí ouiese grant razón de la guardar por el deudo que auía con el rey e por el bién e la merçed que auía recebido de su padre de guardar el pro e el seruicio del rey don Alfonso, su fijo, e el buen estamieto de sus regnos, ca ésto se acordasen las reynas e el infante don Felipe, e don Johán Manuel, e otros muchos honmes buenos de Castiella, e la mayor partida del seynnorío de Castiella, que él rogaba al rey d'Aragón que él que fuese bueno a ésto e en consello e en ayuda; et aún que enuiase rogar al rey de Portugal que así mismo le fuese bueno en consello e en ayuda, diziendo muy afincadamente que sabía Dios que ésto quería allí primeramente a seruicio de Dios e a seruicio e a pro del rey don Alfonso, su sobrino, e a buen estamieto de sus regnos, et a seruicio e a honra de la reyna, su madre, la qual, después del rey finó, auía seruido e cataba por ella e por la su honra así como era razón e guisado e entendimiento faser lo así aquí adelante.

[3]. Et así diga quel rey d'Aragón, veyendo la buena intención del dito infante e que pareçe que el derecho faze por él, e aún que la mayor parte de los honmes bonos

de los regnos de Castiella se acuerdan a ésto, le ruega que a él le plasa ésto. Et que y sea bueno en consello e en ayuda; e aún y endiga el infante don Johán e don Johán Nunnez, con honrra e pro e segurança dellos, por tal que los regnos no vengan en escándalos ni en discordia, que a ésto son temido mucho e rey de Portugal e el rey d'Aragón, catando los buenos deudos que la reyna e el rey, su fijo, an con el rey de Portugal e con el rey d'Aragón. Et es çierto que el rey de Castiella no puede seer tan bien ayudado en ninguna guisa del rey de Portugal e del rey d'Aragón como que les caten la tierra e sus honmes buenos de desperamiento.

[4]. Item le diga que como quier que sabe el rey d'Aragón que él como padre es muy rogado al bien e honra de la reyna donã Costança, su fija, aún el dicho rey d'Aragón lo rogaba que él esté por la honra e por el buen estado de su fija, así que la reyna finque poderosa e con el rey su fijo questo es razón e guisado; ca el rey d'Aragón a ésto entiende seer bueno quanto por ende. Et así sea ella honrada e poderosa e aurá el estado que deue auer.

(En este capitol, enpero, faga Míguel Peres segunt la información que aurá de la reyna dona Costança.)

[5]. Item seua informado que sí el rey o la reyna le preguntauan porqué el rey d'Aragón no les auía enuiada la infanta dona Yolant, responda que él seyendo que quisaua la infanta para enuiarla con don Remón de Cardona, así como el rey e la reyna le auían rogado, acaesció la muerte del rey de Castiella. Por la qual cuydo tot hombre que los regnos de Castiella viniessen a grant bolliçio, e catando que todos los de Castiella no se pasan del seruicio del rey d'Aragón, no tobo de consello de enuiarla ni ponerla por Castiella, porque el rey d'Aragón ende podrá reçeibir dayno e desonrra, e el rey de Portugal e la reyna deseruicio.

[6]. Item que sea menbrant que faule con el rey de Portugal sobre el feyto del aunamiento quel Papa quiere faser de los bienes del Temple e del Hospital, que entiende el rey d'Aragón que si se faga que sería muy grant dayno de todos los reynos de Espayna, seynaladamente del rey de Portugal e del rey d'Aragón por los grandes algos que ellos auían en los nuestros regnos; et así quel rey d'Aragón no y entiende aconsentir por ninguna manera. Et sobre ésto le muestre los capítulos de la mandadería quel rey d'Aragón a enuiado al Papa, por quel rey de Portugal ende pueda prender aquello quel semellara que faga por él e por sus regnos. Et quel diga de parte del rey d'Aragón que muyto conuiene quel rey de Portugal e el rey d'Aragón sean vnos en este fecho.

[7]. Item le ruegue de parte del rey d'Aragón que como el rey d'Aragón entiende en todas maneras de embarcar en la conquista de los regnos de Cerdeyna e de Córçega, e a esperal que se en el entre los otros amigos que a, que por el sea en esto bien ayudado, et como él bien lo enuiase desir por don Johán, su hermano, e por don Marcían Peres, que lo cumpla así.

4. 1313, enero 13. Calatayud.

Carta del rey Jaime II al infante don Alfonso de Portugal. Le comunica que había enviado al rey, su padre, al embajador don Miguel Pérez de Arbe para tratar algunos asuntos. Le ruega que actúe como mediador ante el rey don Dionís.

ACA. Cancillería, reg. 337 f. 193r.

Al muy noble e muy honrado infante don Alfonso, fijo primero heredero del muy noble rey de Portugal, muy caro sobrino nuestro. Don Jayme, etc. Fazemos uos saber que enuiamos a los muy nobles rey e reyna de Portugal, padre e madre uestros, por algunos negocios nuestros, al amado cauallero e familiar nuestro Miguel Péres d'Arbe, al qual auemos acomendado que vos diga algunas cosas de parte nuestra. Ende vos rogamos, quanto más podemos, que sobre los ditos feytos seades ayudador e endictador, así como de uos fiamos, e creer al dito Miguel Péres de lo uos dixiere de parte nuestra sobre los ditos feytos. Et auer uos emos muyto que gradesçer. Dada en Calatayut XIII dias andados del mes de janero en el ayno de nuestro Seynor de mill. CCC. XII.

5. 1313, enero 13. Calatayud.

Carta de Jayme II al infante don Alfonso Sánchez de Portugal. Le comunica que había enviado a su embajador Miguel Pérez de Arbe al rey don Dionís. Le ruega que actue como mediador ante su padre.

ACA. Cancillería, reg. 337 f. 193v.

Don Jayme, etc. Al noble e honrado Alfonso Sánchéz, fijo del muy noble rey de Portugal, etc. Fazemos uos saber que enuiamos al dito rey e a la muy noble reyna de Portugal, muy cara hermana nuestra, sobre algunos negocios nuestros al amado cauallero e familiar nuestro Miguel Péres d'Arbe, al qual auemos acomendado que uos diga algunas cosas de parte nuestra. Ende uos rogamos quanto más podemos que sobre los ditos feytos seades ayundador e endictador, así como de uos fiamos a creer al dito Miguel Peres delo que uos dixere de parte nuestra sobre los ditos feytos, et agradeçer uos lo emos muyto. Data en Calataut XII días andados del mes de janero.

6. 1313, enero 13. Calatayud.

Carta del rey Jaime II a don Ramón de Cardona recomendándole a su embajador don Miguel Pérez de Arbe que acude ante el rey don Dionís de Portugal.

ACA. Cancillería, reg. 337 f. 193v.

Jacobus, etc. viro nóbili e directo Ramón de Cardona, etc. Fasemos uos saber que nos enuiamos al rey e a la reyna de Portugal al amado cauallero e familiar nuestro Miguel Peres d'Arbe por algunos feytos, quel uos dirá, e entre los otros por demandar las ayudas para la conquista del regno de Cerdenya. Ende uos rogamos que vos endigades quanto más pudiéredes a los ditos rey e reyna que nos fagan ayuda para la dita conquista, e en esto nos facedes muy gran seruício. Et creer al dito Miguel Péres de todo loque uos dixere de nuestra parte sobre los ditos feytos, así como fariades a nos mismo. Dada en Calatayut XII días andadaos del mes de janero.

7. 1313, enero 13. Calatayud.

Carta de Jaime II a la reina doña María de Molina, reina de Castilla. Le comunica como había enviado a Portugal a don Miguel Pérez de Arabe sobre algunos asuntos relacionados con el infante don Pedro y la reina doña Constanza.

ACA. Cancillería, reg. 337 f. 193v.

A la Reyna de Castiella dona María, etc. Don Jayme, etc. Reyna fazemos uos saber que uos enuiamos al rey de Portugal al amado cauallero e familiar nuestro Miguel Peres d'Arabe, sobre fecho del infante don Pedro, uestro fijo, e de la Reyna dona Costança, al que auemos acomendado algunas cosas que uos diga de parte nuestra. Ende uos rogamos que lo creadesde todo lo que uos diga de nuestra parte sobre el dito feyto. Dada en Calatayud XII días andados del mes de Janero.

8. 1313, enero 19. Castro Toraf.

Carta del infante don Juan, señor de Vizcaya, a Jaime II comunicándole diversas noticias sobre Castilla, así como sus deseos de reunirse con él lo antes posible para tratar el asunto de la tutoría de Alfonso XI, según lo habían acordado los procuradores de los concejos en Banavente.

A. ACA. C, cr. n. 4688.

«Al muy noble e mucho onrrado sennor don Jaymes, por la graçia de Dios, rey de Aragón, e de Valençia, e de Córcega, e de Sardenna, e conde de Barcelona, e senallero almirantem e de la Santa Iglesia de Roma capitán general. Yo infante don Johán, fijo del muy noble rey don Alfonso, sennor de Viscaya, me encomiendo mucho a la uestra graçia así commo de cormano e sennor para quien cobdiçio mucha vida e mucha salut por muchos annos e más en bien e en onrra, e a quien seruiría muy de bona miente en todas quantas cosas pudiese e sopiese. Cormano sennor, bien sabedes de commo uos enbié yo este otro día vna carta con que uos enbié desir que yo que auía mandado a Guillén Palaçin que fincase conmusco fasta que me yo viesse con los onmes bonos, personeros de los conçeios del regno de León, que se juntaron en Benaunte, e desque con ellos ouiese librado que uos podría enbiar desir con el mas çierto quando podrá seer la uestra vista e mía. Et agora sabet que los onmes bonos del regno de León que se juntaron agora en Benaunte así commo era puesto e que pusieron e firmaron su pleito conmusco e con el infante don Felipe, mio sobrino, e con don Johán Nunnes, que lo puse e lo firmé yo por él por rason que era ydo al rey de Portugal, segunt uos lo enbió desir por la otra mi carta, con don Pero Ponse, que era presente. Et acordamos luego que se ajunten estos personeros de las villa del regno de León con los de Castiella en Sant Fagunt quinze días andados de febrero, e an de poner y e firmar su hermandat en vno lo más firme que pudieren e que acuerden y otrosí do sean las cortes e a qual tiempo an de enbiar dende sus cartas e sus mandaderos a los de las Estremaduras, e de la Frontera, e a todos los onmes bonos, e a los prelados que vegan a ellas para ordenar e acordar commo fagan tutor que sea a seruiçio de Dios e del rey don Alfonso e a pro de los reynos. Et luego que de la vista sobre dicha de Benaunte me partí, fuemos yo e don Pero Ponse

a Villalgando a vernos con la reyna donna María e con la reyna donna Costança e con los arçobispos de Santiago e de Toledo e con otros prelados que eran y e fablamos en vno sobre este fecho asi commo cunple e es menester, en guisa que touieron por bien todo este fecho en la manera que era firmado, e lo trayemos. Et fueron se luego dende las reynas e los prelados para Toro, e acordamos, por que don Johan Nunnes era aún en Portugal, e tornemos, que serà aca en la tierra de vn día que esta carta fue fecha fasta quanto o çinco días quel acudiese, yo en tierra de Çamora e luego que llegase que nos fuesemos amos en vno para las reynas a Toro. Et visto e fablado con ellas, enbiamos hi a Guillén Pasalín con çierto manàdado así de lo con que don Johan Nunnes provinia de Portugal commo delos otros fechos de aca de la tierra en qual manera sea, e otrosi en qual día me podre yr a veer convusco. Dada en Castro Toraf XIX días de enero, era de mill e CCCLI anno.

Yo, Ferrant Gonsales la fís por mandado del infante [rúbrica]».

9. 1313, febrero 4. Toro.

Carta de la reina Doña Constanaza de Portugal a Jaime II. Le comunica que había recibido sus cartas con Miguel Pérez de Arbe, le ruega haga todo lo posible por la defensa de los intereses de su hijo y de ella misma. Por lo que le suplica no abandone la frontera de Castilla para ir a Cataluña en tanto que no se resuelva la custodia del rey niño.

A. ACA, C. cr. 4679.

«Al muy noble e mucho onrrado don Jayme, por la graçia de Dios rey de Aragón, e de Valençia, e de Çerdenia, e de Córcega, e conde de Barçelona, e de la Santa Eglesia de Roma senalero almirante, capitán general. Donna Costança, por esa misma graçia reyna Castiella e de León. Salut commo al tío en que mucho fio e para quien querría tanta vida e tanta salut e onrra e tanto plaser commo para mí misma. Rey, fagos uos saber que resçebí uestras cartas que me enbiaste con don Miguel Peres d'Arbe, uuestro cauallero, et entendí lo que por él me enbiastes desir. Et sabed tío que de quanto don Miguel Péres me dixo de uestra parte de commo uos tomauades a los fechos del rey mio fijo e mios, sabed que ésto esperaua yo de uos, et sabía e estó çierta dende que non fariades contra mí lo que era por auos, e que conplia a mí en este tienpo. Et sabed de ningunt onme del mundo non me lo podría desir de uestra parte tan bién, que yo mejor non he ayudo que uos auedes talante contra mí de leuar la fazienda del rey e mía adelante. Et see çierta que por lo uuestro podemos agora seer ayudados el rey, mio fijo, e yo más que por onme del mundo. Et sabed que me fasieren entender que uos querriades yr a tierra de Catalona, et ruego uos, commo del uuestro amor fio, que agora en este tienpo que uos non querrades partir de la frontera de Castiella, que sabed que muchos reçelan agora a mí e la fasienda del rey, mio fijo, sopiendo la voluntad que uos auedes en me ajudar. Et si uos agora fueredes para Catalona ayudaría aquellos que non quieren tanto seruiçio del rey e mio que lo non amades a coraçón commo lo auedes; poque uos ruego quanto mas porque el tiempo de agora que uos non uos querrades yr delas Papadas de Aragón. Dada en Toro, quatro dias de febrero, era de mill e CCCL e vn anno.

Yo, Johán Gutierrez la fís escreuir por mandado de la reina [rúbrica]».

10. 1321, marzo 28. Santarem.

Carta de don Dionís a Jaime II solicitándole su colaboración en la captura de unos caballeros portugueses que dieron muerte al obispo de Evora y que se habían refugiado en Aragón.

A. ACA, Cancillería, c.r. n. 6628.

«Al muy noble e muyto honrrado don Jayme pela graça de Deus rey d’Aragon, de Valença, de Serdenha, de Corcega e conde de Barcelona e da Santa Egreia de Roma sinaleiro almirante e capitam general. Don Denis per essa meesma graça rey de Portugal e do Algarue, saude assi como a rey que muyto amamos e de que muyto fiamos e para que tanta uida, saude, honrra e bona uentura queriamos como para nos meesimo. Rey irmaano creemos que ia agora saberedes huun feito muy strayno por uos enuyamos dizir por nossa carta que se agora fez da nossa terra, qual se nunca hy fez en tempo dos reis, nossos antecessores onde nos vinimos nem em o nosso tempo, e affeito he tal; Affonso Nouaanes e Nuno Martines Barraco, caualeros nossos naturaes, conselheiramte con outros homenes armados de caualo, e depoen, foron tener o camino a don Giraldo, bispo de Euora hu andaua uisitando en seu bispado, sayndo deuan nossa vila que chaman Stremoz hu se hya para Euora, recudiron a el hu lhy tynhan o camino e mataronno assy como jauari a grandes azcunadas que todo o desfezeron, e despois que iazia morto lhy desfezeron toda a coroam e o rosto non temendo Deus nem nos que sempre tanto straryamos os maalos feitos nem catando ao stado e aam dignidade do bispo, nem a como era nosso conselheiro e nosso familiayro muy chegado. E bem deuedes uos atender quanto anos deue de pesar de tan strayno feito como este e quanta razones hy ha, por que deueos tomar em noio. Porque sus rogamos, por aquel que uos sodes e que sempre fostes en querer justiça e dereito e em straynar os maalos feitos, que se por essa terra recudirem os que fezerom, ca nos disserom que se forom para essas partes, que os mandedes poner en recado para se complir e emlos aquella justiça con scarmento que alos merecen por tan maalo feito e tan strayno como este e faredes hi dereito e bona stança prao de Deus e prao mundo e nos gradeceruolo emos muyto. Dante en Santarem viinte e oyto dias de março. El rey o mandou Joham Dominguez a ffez era de mill e trezientos cinquenta e noue anos».

11. 1321, marzo 29. Santarem.

Carta de don Dionís a Jaime II de Aragón. Le comunica que había recibido sus cartas en las que se le solicitaba que reconociese al don Juan Manuel como tutor de Alfonso XI. El rey de Portugal responde que así lo hará.

A. ACA. Cancillería, c.r. n. 6629.

«Al muy noble e muyto honrrado don Jayme pela graça de Deus rey d’Aragon de Valença de Serdenha de Corcega e conde de Barcelona e da Santa Egreia de Roma sinaleiro almirante e capitam geeral. Don Denis, por essa meesma graça rey de Portugal e do Algarue, saude assi como a rey que teemos en logar de irmaano que amamos muyto de coraçom e en que muyto fiamos e para que tanta uida, saude, honrra e bona uentura queriamos como para nos meesimo. Rey irmaano vimos uossa carta que nos enuyastes en razom de don Joham, filho do infante don Manuel, que dezides que a mayor partida

dos logares de Castela e o auryam reęebudo por tutor, entendendo que era sufficiente para aquelo por que lhi eram muytos contrayros e que por que pela uiida do cardenal delegado en Castela cuydauades que fosse trautado feito dessa tutoria, que nos rogauades que quissemos seer ajudador na honrra do dito don Joham. Rey entendemos nos assy como uos dizedes que tal he don Joham e de tal logar uen e taes son as sas condięones e tal deuida a con el rey, nosso neto, que para esto he el assaz muy suficiente. E por todas estas razones e assinaladamente polo deuydo que el comuosco ha razom e umcotade ouuemos nos sempre e auemos de quereremos eesto e entoda cousa que nos possamos e deuamos de fazer cada quello que sa por le sa onrra foi, ca teemos nos que toda cousa que uos tanger a comuosco deuydo ouuer que en aquel logar meesmo o demamos de teer como aque nos tanger, mayormente tal qual don Joham he, e que a conosco o linhage e o boom deuydo que sabedes que ha. Outrossi uos gradecemos muyto por que nos fazestes saber de uossa saude e dos iffantes, uossos filhos, e rogamos uos que sempre o assi faęades, ca he couisa em que nos faredes gran prazer e que uos muyto gradeceremos. De nos e da reinha, uossa irmaa, uos fazemos saber que somos con saude loado Deus e enuyamosulo dizir por que sabemos que uos prazera. Dante en Santarem viinte e noue dias de maręo. El rey o mandou Joham Dominguez affez. Era de mil trezientos e cinquenta e noue anos».

12. 1321, junio, 8. Lisboa.

Carta de don Dionís a Jaime II de Aragón sobre el asunto de la rebelión de su hijo el principe don Alfonso de Portugal.

A. ACA. Cancillería, c.r. n. 6758.

«Al muy noble e muyto honrrado don Jayme pela graęa de Deus rey d' Aragon de Valenęa de Serdenha de Corcega e conde de Barcelona e da Santa Eygreia de Roma almirante e capitam geeral. Don Denis por essa meesma graęa rey de Portugal e do Algarue. Saude assy como a rey que teemos en logar de irmaano que amamos muyto de coraęom e en que muyto amamos e de que muyto fiamos e para que que tanta uida, saude, honrra e bona uentura queríamos como para nos meesmo. Rey irmaano bem sabedes comouos outra uez fazedes saber por Joham Minguez, nosso clerigo e nosso scriuano, coonigo de Ourens e abade de Seam, algunas maneras en quo iffante don Affonso, nosso fihlo, andaua metudo e mal conselhado copntra nos. E por que depois desso en logo desse repeender e correger como [era] ya tornou affazer outras obras muy peyores contra Deus e contra nos e contra o nosso stado e [a nossa] onrra en tolhimento de justięa. Tenemos por bem de uolo saber, e enuyamos a uos sobresto o dito Joham Minguez, para uolo contar e mostrar tambien por palabra como por strumentos feitos por notairos publicos que sobresto leua, por que somos certo que uos pesara do nosso noio tanto como a nos meesmo, mayormente uiindomos de tal logar como nos uem. Por que uos rogamos que creades a dito Joham Minguez do que uos disser em esta razom de nossa parte. E gradeceuolo emos muyto. Dante en Lixboa oyto dias de junyo. El rey o madou Joham Dominguez a ffez. Era de mil trezientos cinquenta e noue anos».

13. 1321, junio 9. Lisboa.

Carta del rey don Dionís al infante de Aragón, solicitándole noticias sobre el estado de salud de su familia.

A. ACA. Cancillería, c.r. n. 6760.

«Al muyto honrrado infante don Affonso, filho primeiro herdeiro do muy noble don Jayme rey d'Aragón e seu procurador general e conde d'Vrgel. De nos don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarue, saude assi como a aquel que muyto amamos e de que muyto fiamos e para que tanta uida, saude, honrra e bona uentyura queríamos como para nos meesmo. Fazemos uos saber que nos enuiamos nosso recado al rey d'Aragón, uosso padre, con Joham Minguez nosso clerigo e nosso scriuano, coonigo de Ourens e abade de Saem. E por que tomamos gran prazer doyr sempre bonas nouas de saude e do bono stado del rey, uosso padre, e uossa dos iffantes, uossos irmaanos, rogamos uos que nos façades saber da saude e bono stado deles, e da uossa, e faremos hi gran prazer e gradeceruolo emos muyto. De nos e da reinha, uossa tya, fazemos saber que somos con saude, loado Deus e enuyamos uolo dezir por que sabemos que uos prazara. Dante en Lixboa noue dias de junyo. El rey o mandou Joham Doiz a ffez, era de mill trezento e cinquenta e noue anos».

MEDIDAS-PADRÃO MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Por Mário Jorge Barroca*

O estudo das Medidas-Padrão que se encontram gravadas em diversos monumentos medievais portugueses não tem encontrado grande eco entre os investigadores nacionais. O tema, que desde há algum tempo nos tem chamado a atenção, mereceu até hoje apenas breves referências, na sua maior parte isoladas e dispersas por uma bibliografia muito variada, dificultando deste modo uma visão de conjunto. Se é certo que estes testemunhos arqueológicos dizem sobretudo respeito a medidas lineares, destinadas ao comércio de tecidos, abrangendo deste modo uma pequena parte do complexo sistema medieval de pesos e medidas, eles não deixam de ser interessantes documentos com evidentes implicações económicas, que permitem um mais correcto conhecimento do panorama nacional nestes domínios. Por isso, e porque o desconhecimento generalizado do seu verdadeiro significado pode conduzir a uma destruição irremediável, urge que sejam inventariados e valorizados. É para primeira destas tarefas que nos propomos apresentar aqui um primeiro contributo.

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do I.N.I.C.

1 — O Sistema Medieval de Medidas Lineares e as Medidas-Padrão

É sabido que a Idade Média se socorreu de uma grande variedade de pesos e medidas¹, num quadro complexo e tão diversificado que, à partida, seríamos tentados a pensar que nele a unidade nacional teria tido pouco lugar. No entanto, pelo menos no que respeita às medidas lineares destinadas à mensuração de tecidos, o quadro que nos revela o levantamento das medidas-padrão sobreviventes parece apresentar, desde cedo, uma relativa uniformidade nacional².

O sistema de medidas utilizado no Portugal medieval para medir e comerciar tecidos baseava-se no Palmo, com 22 cm de comprimento, que se assumia como unidade-base, e nos seus dois principais múltiplos: o Côvado, por vezes também designado na nossa documentação mais antiga como Alna³, correspondente a três Palmos (com 66 cm), e a Vara, correspondente a cinco Palmos (com 110 cm)⁴. Destas duas medidas

¹ Sobre o tema cf., entre outros, H. Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, vol. X, Lisboa, 2.^a ed., 1954, p. 15-115; A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, 1903, p. 255-258; A. H. Oliveira Marques, s. v. «Pesos e Medidas», *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, p. 67-72, A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, «Nova História de Portugal», vol. IV, Lisboa, 1987, p. 139-140.

² Já Costa Lobo registara que em todas as tentativas de normalização dos sistemas de medidas encetadas pelos monarcas portugueses ao longo dos séculos XIV e XV, desde D. Pedro I, não se referiam medidas de extensão, num silêncio que o autor interpretou como sintoma de que estas já seriam relativamente uniformes em todo o reino: «D'estes factos concluímos que a vara, medida geral, e o covado, empregado em artefactos mais preciosos, eram, pelo menos no século XV, da mesma craveira em todo o reino.» (A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, 2.^a ed., Lisboa 1984, p. 256).

³ Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases...*, vol. I, Ed. Crítica de Mário Fiúza, Porto, 1965, p. 425-427; Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. X, Ed. de Torquato de Sousa Soares, Lisboa, s/d, p. 25-27.

⁴ As Varas não eram apenas utilizadas para o comércio de tecidos mas também para o de fitas e linhas. No Livro das Posturas Antigas de Lisboa encontra-se uma postura municipal datada de 28 de Setembro de 1422 que regulamenta o comércio de linhas e fitas «... *asy de seda como outras quaaesquer que vendam as dictas linhas mayes pequenas que de vara de claveira de çinquo palmos e as fitas menos que de dez palmos a vara dellas nem as meça per outra medida senom per a vara*» (cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, pp. 81-82). A «vara de claveira de cinco palmos» corresponde à Vara (110 cm), enquanto de a «vara de claveira de dez palmos» corresponde a 220 cm.

Embora Varas, Côvados e Palmos fossem utilizados na esmagadora maioria das referências documentais conhecidas para o comércio de tecidos, eles podiam também

existiam dois submúltiplos: o Meio Côvado, com 33 cm, e a Meia Vara, com 55 cm. O sistema medieval apresentava ainda uma quarta medida, usada sobretudo no comércio de fitas e linhas, a Braça, que teria um valor de cerca de 184 cm. Esta era a única medida, de todas as que abordaremos ao longo do nosso estudo, que se desviava do sistema que tinha por unidade-base o Palmo. Nos dois exemplos que conhecemos de medidas-padrão correspondentes a Meias-Braças (Sé do Porto, n.º 3, e Igreja da Madalena, em Monforte, n.º 19) encontramos valores da ordem dos 92 cm, o que nos permite colocar a Braça nos 184 cm.

Assim, poderíamos sistematizar as principais medidas utilizadas na nossa Idade Média para o comércio de tecidos no seguinte quadro:

Braça	184 cm	—
Vara	110 cm	5 Palmos
Meia Braça	92 cm	—
Côvado ou Alna	66 cm	3 Palmos
Meia Vara	55 cm	2,5 Palmos
Meio Côvado	33 cm	1,5 Palmos
Palmo	22 cm	Unidade-Base

Desta breve lista, apenas para a primeira medida — a Braça — não dispomos de qualquer exemplo de medida-padrão. Para os restantes casos (Palmo, Meio Côvado, Meia Vara, Côvado, Meia Braça e Vara) os valores encontrados nas medidas-padrão sobreviventes apresentam uma assinalável uniformidade de valores. Como teremos oportunidade de verificar através do seu inventário, a uniformidade destas medidas parece

ser utilizados para determinar a extensão de terrenos. Sobre este aspecto veja-se Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. X, Ed. de Torquato de Sousa Soares, Lisboa, s/d, p. 36-37.

Na maior parte dos estudos históricos encontramos a equivalência do Côvado aos 70 cm e do Palmo aos 20 cm. O inventário de medidas-padrão que encetamos parece recomendar-lhes a atribuição dos 66 e 22 cm, respectivamente.

ter-se estendido a todo o território nacional desde relativamente cedo, talvez já a partir dos meados do século XIII. Por outro lado, se atendermos a que o Còvado e a Vara são múltiplos perfeitos do Palmo, e se ponderarmos os valores encontrados para estas medidas, somos levados a pensar que já antes do reinado de D. João I o Palmo seria uma medida uniforme⁵.

Esta regularidade da unidade-base do sistema de mensuração, que ao estender-se de Norte a Sul do país aparentemente facilitaria o combate a fraudes, não obstou, no entanto, a que durante toda a nossa Idade Média se registassem insistentes apelos das populações contra abusos e falsificações. Estes podiam assumir dois tipos de contornos: utilização de medidas falseadas, mais curtas do que o devido, ou a venda de tecidos com recurso a medidas incorrectas. Se o procedimento na primeira modalidade é óbvio, já a segunda forma de se retirarem lucros ilegais em prejuízo do comprador só se tornava possível graças ao sistema medieval de comercializar tecidos, onde os tecidos finos eram vendidos em Còvados e os tecidos correntes eram comercializados em Varas⁶. Acontecia, no entanto, que alguns mercadores procuravam vender tecidos vulgares como se fossem tecidos finos, prejudicando, deste modo, o comprador. No *Livro das Leis e Posturas Antigas* da Câmara de Lisboa encontramos um eco desse procedimento numa queixa aí exarada, datada de 28 de Fevereiro de 1499, onde se regista que mercadores menos honestos compravam

⁵ Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, 1903, p. 256-257, e A. H. Oliveira Marques, s. v. «Pesos e Medidas», *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, p. 68, entendem que o Palmo seria medida uniforme já no tempo de D. João I. Os dados revelados pelas medidas-padrão aqui inventariadas apontam para uma uniformidade em época bastante anterior.

⁶ Na Lei de Almotaxaria de D. Afonso III, promulgada em 1253, os Còvados são a única medida referida em relação aos tecidos de luxo, importados das mais diversas proveniências (da Inglaterra, da Flandres, da Normândia, de Castela, muitas vezes especificando as cidades de origem), enquanto que as Varas são mencionadas apenas em relação ao burel: «... et vara de burello valeat duos solidos ...» (cf. João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas ...*, vol. III, Parte 2, 2.^a Ed., Lisboa, 1857, pp. 64-65, tb. publicada in P.M.H., *Leges et Consuetudines*, p. 192-196). Na Lei de Almotaxaria as Braças surgem-nos como a medida utilizada para cordas e fitas nacionais.

A referência sistemática aos còvados na Pragmática de 1340 é também um bom exemplo de como essa medida se destinava sobretudo ao comércio de tecidos finos, de luxo (cf. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da U.N.L., Lisboa, INIC, 1982, p. 103 e ss.).

A mesma dualidade de medidas mantinha-se na Ementa de 1439-1448 (cf. Ana Maria Pereira Ferreira, *A Importação e o Comércio Têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*, Lisboa, 1983, p. 35, nota 20, e p. 120).

«... panos chapristooes e outros taaes os quaaes devem ser vendidos per varas E depois de os terem conprados os fazem tingir E os vendem por covodos no que ho povoo recebe mujto agravo ...»⁷.

O problema não deveria ser, no entanto, apenas uma realidade desses finais da centúria de Quatrocentos, sendo previsível que remontasse a épocas bastante mais recuadas. De igual modo, os prejuízos que daí decorriam não afectavam apenas os particulares. Também a Coroa era duramente atingida por este tipo de fraudes, já que o sistema de impostos devidos pelo comércio de tecidos não variava de acordo com o tipo de tecido mas sim em função da dimensão da medida utilizada. As Inquirições da Guarda de 1395 registavam que por «panno de cor» o forasteiro pagaria 3 dinheiros por Côvado (até um total de 15 Côvados), e que por cada Vara de burel pagaria igualmente 3 dinheiros⁸. Deste modo, a distinção para efeitos de impostos também não se fazia em função do tipo de tecido. O comprador pagaria sempre três dinheiros por cada unidade de tecido comprada, fosse qual fosse a sua qualidade. Apenas a extensão dessa unidade variava de acordo com a qualidade do tecido em causa. Na prática, e reduzindo os cálculos ao sistema métrico, o comprador de tecido fino, de côr, pagaria cerca de 4,5 dinheiros de imposto por cada metro de tecido, enquanto que quem comprasse burel pagaria apenas 2,7 dinheiros de imposto por cada metro.

Mas havia outras formas, mais subtis, de se retirarem lucros ilícitos do comércio de tecidos. Nas Cortes de Lisboa reunidas em 1352, o Art. 6.º dos Capítulos Gerais alude aos prejuízos que o povo sofria por alguns mercadores menos escrupulosos comprarem tecidos em zonas onde as medidas eram grandes e os venderem em áreas onde elas eram menores⁹. Este testemunho pode indicar que nem em todas as zonas do território nacional se usavam as Varas de 110 cm e os Côvados de 66 cm, mas também pode ser interpretado como um sintoma de que os tecidos eram comprados em outras áreas fora do Reino. Na Igreja de St.^a Maria de Monterrei (Orense), a Vara que se encontra gravada nos seus muros apresenta 124 cm de comprimento, no que excede em 14 cm os exemplos

⁷ Cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, pp. 228-229: «Sobre os panos chapristooes».

⁸ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. X, ed. de Torquato de Sousa Soares, Lisboa, s/d, p. 31, onde se referem outros exemplos, nomeadamente de Alfaiates e de Marialva.

⁹ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da U.N.L., Lisboa, INIC, 1982, p. 127.

de padrões dessa medida conhecidos em Portugal¹⁰. Sobre essa reclamação de 1352 o Monarca haveria de ordenar

«... que em todo nosso Senhorio nom aia outra medjda de pano de coor ssenom a Alna per hu ora medem os mercadores de lixboa...»¹¹.

O mesmo artigo das Cortes de 1352 refere ainda que

«... o poboo recebija grande agravo em rrazom das medijdas que fazem os mercadores dos panos de Coor porque medem os panos pelos aurelos e nom pelo festo. E acontece que quando o medem os que o compram pelo ffesto acham menos o quinto dos [covedos] ou Alnas que elles compram pellos aurelos...»

pelo que o Monarca mandou que se medissem os panos sempre pelo festo¹².

O facto de a Vara e o Còvado serem as medidas mais utilizadas no comércio de tecidos explica o seu claro predomínio no conjunto das medidas-padrão que tivemos oportunidade de inventariar. Efectivamente, a frequência com que ocorrem as várias medidas-padrão revela uma expressiva maioria para os exemplos de Còvados e de Varas. Em 29 medidas cujos valores são conhecidos, repartidas por 19 locais distintos, a distribuição percentual das diferentes medidas é a seguinte:

¹⁰ Cf. *História de Galiza*, dir. por Ramon Otero Pedrayo, vol. 2, Akal Editor, Madrid 1979, p. 651.

¹¹ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da U.N.L., Lisboa, INIC, 1982, p. 127.

¹² *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da U.N.L., Lisboa, INIC, 1982, p. 127.

Vara	10 casos	34,48%
Côvado	9 casos	31,03%
Meia Vara	5 casos	17,24%
Meia Braça	2 casos	6,90%
Palmo	2 casos	6,90%
Meio Côvado	1 caso	3,45%

O predomínio das Varas e Côvados (com um total de 19 casos ou 65,51%) não pode deixar de ser um reflexo da sua função e a própria associação destas duas medidas em quatro monumentos (Lavandeira, n.º 6; S. Martinho de Mouros, n.º 8; Marialva, n.º 10; e Sortelha, n.º 14), revela-se elucidativa da complementaridade destas duas medidas.

Outra forma de se retirarem lucros ilícitos consistia, como vimos, na utilização de medidas falseadas, com comprimento insuficiente. Este sistema de falsificação esteve precisamente na origem dos exemplos de medidas-padrão que são inventariadas neste trabalho, e que se destinavam a conferir a legitimidade das medidas utilizadas pelos mercadores. A obrigatoriedade de as suas medidas serem regularmente conferidas por confronto com o padrão encontra-se registada no *Livro das Posturas Antigas* de Lisboa, em disposição que ordenava o aferimento das medidas todos os meses (no caso de o mercador ser morador em Lisboa) ou todos os três meses (no caso de ele ser de fora da cidade mas do seu termo), estipulando igualmente as multas para os infractores:

«... acordarom e poseram por postura que quallquer que nam afinar as medidas e varas e pessas os moradores da cidade cada mes e os do termo de tres em tres meses meses Outrosy se lhe forem achadas medidas ou pessas medidas [sic] nam verdadeiras que paguem por cada huua vez cinquenta livras pera o comçelho afora as penas que lhe per direito devem a dar por medirem por medidas falsas»¹³.

¹³ Cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, pp. 78-79: «das medydas e varas e pessas». Refere A. H. de

No mesmo Livro das Posturas antigas encontramos referência ao «Afinador das Medidas» e às quantias que podia cobrar pela sua actividade:

«... que o afinador leve das medidas grandes e pequenas quatro dinheiros de cada huua e de todallas outras medidas e varas e alqueires e meyo alqueires e quartas e oytavas leve quatro dinheiros por cada huua e sse o afinador mays levar pague por cada vez çem livras e jaça quinze dias na cadea»¹⁴.

Esta disposição, muito embora diga sobretudo respeito a medidas de capacidade, cujos padrões estariam à guarda do Afinador, inclui as Varas entre as medidas citadas, o que pode indicar que nem todas as medidas-padrão lineares seriam gravadas em locais públicos, e que pelo menos nas grandes cidades aferir as medidas custava dinheiro ao comerciante. Uma outra postura municipal de Lisboa, exarada no mesmo livro, contemplava a obrigatoriedade de os mercadores de fora de Lisboa, nomeadamente os do Porto e de Guimarães, terem de aferir as suas varas antes de comerciarem os seus panos:

«Outrosy acordarom e poseram por postura que todollos mercadores do rregno asy do porto como de gimarãaes E dos outros lugarees que vyerem com panos de linho e sayaaes que ante que os vendam façam afinar as varas per que medirem os dictos panos e nom ho fazendo asy que ajam a pena comtheuda na hordenaçom daquelles que nam afinam cada mes»¹⁵.

Esta medida surge na sequência de outras exaradas no mesmo Livro onde se sublinhava a obrigatoriedade de se usarem os pesos e medidas da terra, vedando a utilização em Lisboa das medidas de outras localidades¹⁶.

Por outro lado, Costa Lobo refere uma queixa apresentada nas

Oliveira Marques que «Em Évora, nos fins do século XIV, decretou-se o aferimento mensal das medidas de cereais, sal, vinho, azeite e mel, das varas de tecidos e dos pesos de metais, carne, sabão, etc.» (cf. *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, 1974, p. 148).

¹⁴ Cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, p. 73: «Do afinador das medidas».

¹⁵ Cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, p. 80: «dos mercadores do rregno».

¹⁶ Cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, p. 3 («Ordenaçom que nam conprem panos nem coussas de pesso ssenom per medidas e pessos da terra») e p. 84 («dos mercadores»). Veja-se também

Cortes de 1472-73 onde se registava que em aldeias do Norte de Portugal e das Beiras havia casos de utilização de Varas e Côvados falseados, sobretudo por mercadores ambulantes, pelo que as populações pediam a suspensão da actividade desses vendedores ambulantes, o que o monarca não aceitou dados os evidentes prejuízos daí decorrentes para a economia do reino¹⁷. Concluía Costa Lobo que

«A fabricação e ajustamento d'estas [medidas] não requer especial destreza; e o afilamento é prompto, basta uma simples apposição. As fraudes previnem-se, sem necessidade de recorrer aos padrões do concelho, pelo assinalamento, em qualquer parede de um edifício público, da extensão da medida; como parece se praticava em algumas povoações de Portugal»¹⁸.

Sublinhava o mesmo autor o facto de não serem conhecidas referências à quebra de medidas lineares por serem falsas, à semelhança do que acontecia com as medidas de capacidade, o que poderia indicar que à facilidade de aferimento corresponderia uma menor apetência pelas falsificações. No entanto, a situação não devia ser tão clara quanto seria de desejar. As Ordenações Afonsinas registam a obrigatoriedade de as medidas, tal como os pesos, terem marcas a atestar a sua legitimidade, bem como as multas devidas a quem fosse encontrado na posse de medidas sem as respectivas marcas, «...*porque acerca dos pesos e medidas som achados muitos erros em desvairadas maneiras...*»¹⁹. Acrescentavam as referidas Ordenações que

«... *na parte dos covodos, e varas, em que for achado erro de dous dedos, pague aquelle, em cujo poder for achado tal erro, duzentos reis, e por erro d' huu dedo cem reis, e por erro de meo dedo cincoenta reis*»²⁰.

a «Ordenaçom que nam vendam pano emteyro», onde se proíbia a venda ou compra de «*nenhuus panos enteiros assy largos como estreitos a emgros sem se midirem pollas mjdidadas acustumadas da çidade asy a couados como a varas segumdo se fez amitijamente ...*» (pp. 17-18).

¹⁷ Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, 2.^a ed., Lisboa 1984, p. 257.

¹⁸ Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, 2.^a ed., Lisboa 1984, p. 257-258.

¹⁹ *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Titulo V, § 34-36, 2.^a ed., Lisboa, F.C.G., 1984, pp. 54-55.

²⁰ *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Titulo V, § 38, 2.^a ed., Lisboa, F.C.G., 1984, p. 56.

A análise das diversas medidas-padrão que conseguimos inventariar sugere-nos que o aferimento das medidas utilizadas pelos mercadores devia ser feito pelo confronto da medida do comerciante com o padrão gravado na parede do monumento, devendo aquele encaixar dentro deste. Efectivamente, se exceptuarmos o caso das medidas-padrão da Sé do Porto, muito delidas pela erosão, e o Côvado de Resende, de manufactura rude, todos os restantes exemplos apresentam uma configuração característica, com o campo rectilíneo cuidadosamente rebaixado, com paredes verticais e espaço geometricamente defenido, tudo sugerindo que a medida do mercador deveria «encaixar» no seu leito. Desta forma, a análise das medidas-padrão sobreviventes permite-nos saber que as medidas utilizadas pelos comerciantes de tecidos deveriam possuir já nos tempos medievais uma secção quadrada, tal como ainda hoje apresentam os metros destinados ao comércio de tecidos, facto confirmado por diversas iluminuras e frescos medievais²¹. A uniformidade dos diferentes padrões, quer na configuração do seu leito, quer na preocupação de assinalar de forma clara e inequívoca os seus limites legais sugere, ainda, que eles não deveriam ser gravados por qualquer cidadão mas sim por pessoa especializada e habilitada para tal. Só assim se podia garantir a legitimidade e uniformidade destes registos, levando a que eles fossem reconhecidos e aceites por ambas as partes, compradores e vendedores.

A própria localização das medidas-padrão revela-se elucidativa dessa preocupação em se sublinhar a sua legitimidade. Todas as medidas-padrão que chegaram até aos nossos dias *in situ* foram gravadas em três tipos de locais:

— nas paredes de igrejas (Colegiada de Guimarães, n.º 2; Sé do Porto, n.º 3; Igreja de Telões, n.º 4; Igreja de S. João, Lavandeira, n.º 6; Igreja Paroquial de Resende, n.º 7; Igreja Paroquial de S. Martinho de Mouros, n.º 8; Igreja de S.^{ta} Marinha, Moreira de Rei, n.º 13; Igreja da Misericórdia, Sabugal, n.º 15; Igreja de S. Miguel, Monsanto, n.º 16; Igreja de S.^{ta} Maria de Finisterra, Soure, n.º 17; Igreja da Madalena, Monforte, n.º 19)

²¹ Veja-se, por exemplo, a iluminura do *Maestro del Lancelot*, manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris (Nouv. Acq. Lat. 1673), retratando o interior de uma oficina de alfaiate, reproduzida por Emma Pirani, *La Miniatura Gotica*, Milão, Fratelli Fabbri Editori, 1966, p. 92, ou o fresco representando igualmente uma oficina de alfaiate reproduzido na *História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, vol. 3, Lisboa, Alfa, 1983, p. 152. Em ambos os casos encontramos representadas medidas lineares de secção quadrangular.

- nas portas de amuralhamentos urbanos (Vila Real, n.º 5; Marialva, n.º 10; Sortelha, n.º 14; Redondo, n.º 21; Monsaraz, n.º 22)
- em castelos (Torre de Menagem de Braga, n.º 1; Penedono, n.º 9; Alandroal, n.º 20; Castro Marim, n.º 23).

Em todas as situações estamos perante locais de prestígio, quer sejam de iniciativa eclesiástica quer real. A própria natureza do edifício onde o padrão era gravado ajudava, deste modo, a sublinhar a sua legitimidade.

Mas a localização dos padrões não pode deixar de ser colocada em paralelo com os locais onde se realizavam as feiras e mercados. A presença de medidas-padrão pode ser um contributo para a definição dos espaços onde essas reuniões periódicas de mercadores tinham lugar. No caso do Porto a relação entre os dois elementos — medidas-padrão e local de mercado — parece ser bem evidente. Um documento não datado de D. Sancho I encerra declarando:

«... Et mando quod episcopus faciat fieri mercatum ante Sanctam Mariam...»²².

A cidade do Porto tinha, portanto, nos fins do século XII, um mercado que se reunia no espaço fronteiro à Sé, certamente não muito longe do local onde se gravaram as medidas-padrão portuenses. E, muito embora o exemplo do Porto seja aquele que é mais significativo, vários são os locais onde encontramos medidas-padrão gravadas que tinham mercados ou feiras nos tempos medievais. Compulsando o estudo já clássico de Virgínia Rau encontramos referências a feiras em Braga, Guimarães, Vila Real, Ansiães, Marialva, Castelo Rodrigo, Pinhel e Sabugal²³, todas localidades para as quais conhecemos medidas-padrão. A mesma autora entendia que as feiras portuguesas localizar-se-iam quase sempre dentro dos espaços amuralhados, pelo menos até aos fins do século XIV, e que desde então apresentariam tendência para se realizarem nos arra-

²² Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. 1, Coimbra 1979, doc. 209, p. 316. Cf. tb. Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu Estudo*, 2.ª Ed., Lisboa 1982, p. 94.

²³ Cf. Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu Estudo*, 2.ª Ed., Lisboa 1982, respectivamente pp. 127, 73-76, 81-83, 93, 112-113, 130-131, 128-129 e 125-126.

baldes²⁴. Se a associação entre o local onde se gravaram as medidas-padrão e a reunião de feiras ou mercados é legítima, a perspectiva que, neste aspecto, as medidas-padrão nos transmitem parece apontar para a realização de feiras e mercados nos espaços fronteiros às igrejas, aproveitando a praça ou o alargamento da rua em torno desses centros de culto onde convergiam regularmente as populações, ou as zonas extramuros junto das principais portas das vilas ou castelos, em torno dos acessos mais trilhados.

Resta-nos abordar um dos mais delicados problemas das medidas-padrão: a sua cronologia. Apenas para um caso — Sabugal, n.º 15 — possuímos elementos cronológicos seguros, facultados pela sua epígrafe do ano de 1250. Quase todos os restantes exemplos encontram-se gravados em monumentos medievais, quer templos românicos, quer amuralhamentos urbanos, quer castelos, mas a datação destas construções apenas nos garantem um *terminus a quo* para os padrões. Mesmo considerando estas limitações, vale a pena analisar, de forma breve, os principais elementos cronológicos facultados pelas construções. Começaremos pelos edifícios religiosos.

O Claustro da Colegiada de Guimarães (n.º 2) tem sido atribuído à segunda metade do século XIII, tendo a sua construção sido decidida em 1255²⁵. No caso da Sé do Porto (n.º 3), se a rosácea da sua fachada reflecte o acabamento tardio da Sé, a zona inferior da fachada, com o arranque dos contrafortes, já devia estar concluída antes. As afinidades do Portal Ocidental da Sé do Porto com o Romântico de Coimbra sugerem uma cronologia nos finais do século XII ou inícios do século XIII²⁶. À segunda metade do século XIII tem sido atribuída a fábrica medieval de Telões (n.º 4)²⁷, enquanto que a igreja de S. Salvador, na Lavandeira (n.º 6), junto dos muros do castelo de Ansiães, tem sido enquadrada nos finais do século XII ou nos meados do século XIII²⁸. A igreja paroquial de Resende

²⁴ Virginia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu Estudo*, 2.ª Ed., Lisboa 1982, p. 48.

²⁵ Cf. Gerhard N. Graf, *Portugal Roman*, vol. II, Zodiaque, Yonne, 1986, p. 158. Veja-se, igualmente, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. 2, Porto, 1978, p. 228; Manuel Monteiro, «O Românico Português. Sobrevivências vimaranenses», *Dispensos*, Braga, 1980, p. 346 e ss..

²⁶ Veja-se o ensaio da sua reconstituição em Manuel Luís Real, «Inéditos de Arqueologia Medieval Portuense», *Arqueologia*, n.º 10, Porto, 1984, p. 32-37.

²⁷ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. 2, Porto, 1978, p. 273.

²⁸ Respectivamente Gerhard N. Graf, *Portugal Roman*, vol. II, Zodiaque, Yonne, 1986, p. 297; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988, p. 105.

(n.º 7), muito alterada por reformas posteriores, conserva vários testemunhos do templo anterior, sensivelmente coevo da construção de S. Martinho de Mouros. Entre os silhares encontram-se vários com inscrições não datadas, que paleograficamente devem ser atribuídas ao século XIII. A Igreja de S. Martinho de Mouros (n.º 8) deve ser obra da primeira metade do século XIII, devendo estar relacionada com a sua construção uma inscrição gravada na capela-mor datada de 1217, que possivelmente datará o fim das obras nesta parte da igreja, já que a conclusão da fachada ocorreu em época posterior, nos meados da centúria²⁹. Os templos de St.ª Marinha, em Moreira de Rei (n.º 13), e de S. Miguel, em Monsanto (n.º 16), são igualmente obras do século XIII, o de St.ª Marinha da primeira metade da centúria³⁰, o de S. Miguel mais tardio, possivelmente da segunda metade ou finais da centúria.

No que respeita aos castelos onde encontramos medidas-padrão gravadas, o de Penedono (n.º 9) apresenta uma reforma que tem sido atribuída aos tempos de D. Dinis, não podendo ser dissociada do valor estratégico que esta fortaleza apresentava antes da assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297. Também o castelo de Alandroal (n.º 20) pode ser atribuído com segurança ao reinado de D. Dinis. Terá começado a ser erguido em 6 de Fevereiro de 1294, por iniciativa do mestre de Avis D. Lourenço Afonso, conforme nos garante uma inscrição coeva. É provável que tivesse sido concluído em quatro anos, já que na sua Torre de Menagem se conserva uma outra inscrição comemorativa da construção do castelo, datada de 24 de Fevereiro de 1298. E o mesmo se diga de Castro Marim (n.º 23), onde a porta junto da qual se gravou a respectiva medida-padrão foi mandada erguer por D. Dinis em 1 de Julho de 1279, conforme documenta uma outra inscrição coeva.

As cronologias dos amuralhamentos urbanos onde encontramos medidas-padrão não se afastam muito das perspectivas reveladas pelos castelos. Em Vila Real (n.º 5), a construção da vila reguenga, instituída por D. Afonso III, só seria concretizada em 1289, por mão de D. Dinis. A este monarca se costumam atribuir as muralhas. Em Marialva (n.º 10) o sistema de muralhas, com as suas quatro portas, é igualmente atribuída ao Rei Lavrador, tendo a sua importância estratégica diminuído com a assinatura do tratado de Alcanices. Em Sortelha (n.º 14), as muralhas da vila velha são comumente atribuídas a D. Sancho II (responsável pelo

²⁹ Gerhard N. Graf, *Portugal Roman*, vol. I, Zodiaque, Yonne, 1986, p. 307; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988, p. 108.

³⁰ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. 3 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1988, p. 111.

segundo e decisivo esforço de povoamento) ou a D. Dinis. No Alentejo, as muralhas de Monsaraz (n.º 22) têm sido atribuídas a D. Afonso III ou a D. Dinis³¹, embora o seu urbanismo criado sugira mais a intervenção de D. Dinis³². As muralhas de Redondo (n.º 21) começaram a ser erguidas em 1319, em pleno reinado de D. Dinis, conforme nos garante uma inscrição coeva.

Todos estes exemplos, que nos facultam elementos para datação das respectivas medidas-padrão, apresentam uma notável coerência cronológica, apontando para os meados ou finais do século XIII, no que afinal são corroborados pela única medida-padrão com datação absoluta, a do Sabugal, de 1250. O exemplo de Braga (n.º 1), por estar visivelmente reaproveitado na Torre de Menagem do castelo da cidade, erguida por D. Fernando em 1375, dá-nos, pelo contrário, um *terminus ad quem*, devendo a sua Vara ser anterior a esse ano.

O problema avoluma-se em relação aos elementos avulsos ou reaproveitados (Pinhel, Soure, Monforte), para os quais apenas as analogias tipológicas permitem entrever uma cronologia mediéevica afim da dos restantes exemplos.

2 — Contributo para o Inventário das Medidas-Padrão Medievais Portuguesas:

Nota: O Inventário das Medidas-Padrão encontra-se organizado geograficamente, partindo do Norte de Portugal para o Sul, sendo em todos os exemplos indicada a *Localidade* onde se regista a presença de medidas-padrão (ou onde se conhece notícia de terem existido), o seu actual *Paradeiro*, a identificação da *Medida*, o seu *Comprimento* no sistema métrico actual e um pequeno *Comentário*. Para os casos onde conhecemos referências bibliográficas, elas são indicadas em derradeiro lugar. Os exemplos que julgamos inéditos não apresentam qualquer indicação.

³¹ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, Lisboa 1978, p. 358 e ss..

³² Cf. Jorge Gaspar, «A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média», *Finisterra*, vol. IV, n.º 8, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1969, pp. 209-211.

N.º 1

Localidade: BRAGA (freg., conc. e dist. de Braga)

Paradeiro: Torre de Menagem do Castelo de Braga

Medida: Vara

Comprimento: c. 110 cm

Comentário: Medida-padrão gravada na horizontal, na 13.^a fiada de silhares acima da sapata da Torre de Menagem do Castelo de Braga, na fachada oposta à entrada principal. Ocupa dois silhares de granito. A elevada cota dificulta a sua medição rigorosa. Deve estar deslocada do seu local de origem, sendo o resultado do reaproveitamento de silhares. Quando para ali foi deslocada perdeu, certamente, a sua função de medida-padrão.

N.º 2

Localidade: GUIMARÃES (freg. e conc. de Guimarães, dist. de Braga)

Paradeiro: Colegiada de Guimarães

Medida: Meia Vara

Comprimento: 55 cm

Comentário: Medida gravada verticalmente nos silhares da ombreira esquerda do portal de acesso ao claustro da Colegiada de Guimarães, hoje voltado à Rua Alfredo Guimarães, junto da mediéfica Rua dos Mercadores. Ocupa dois silhares.

N.º 3

Localidade: PORTO (freg., conc. e dist. do Porto)

Paradeiro: Sé do Porto

- Medida: A) Meia Braça
B) Meia Vara
- Comprimento: A) 92 cm
B) 55 cm
- Comentário: Medidas gravadas horizontalmente no primeiro contraforte à direita do portal ocidental da Sé do Porto, hoje algo delidas pela erosão e pelas reformas posteriores. Estiveram temporariamente encobertas pelas obras barrocas na fachada da Sé. Manuel Real identifica a medida B como os três palmos, deduzindo que o palmo no Porto teria 18,3 cm. Pensamos tratar-se antes da Meia-Vara.
- Bibl.: Armando de Mattos, «Medidas Padrões», *Douro Litoral*, 1.^a série, vol. VII, Porto, 1943, p. 32; Mário Jorge Barroca, «As Escavações de Mendes Correia na Cividade (1932) e as Origens da cidade do Porto», *Arqueologia*, n.º 10, Porto, 1984, nota 7; Manuel Luís Real, «Inéditos de Arqueologia Medieval Portuense», *Arqueologia*, n.º 10, Porto, 1984, p. 36-37.

N.º 4

- Localidade: TELÕES (freg. de Telões, conc. de Amarante, dist. do Porto)
- Paradeiro: —
- Medida: Desconhecida
- Comprimento: Desconhecido
- Comentário: Medida referida por A. Mattos, que estaria gravada na galilé da igreja paroquial de Telões, e que não conseguimos encontrar. Supomos ter sido destruída. O autor não refere o seu valor métrico.
- Bibl.: Armando de Mattos, «Medidas Padrões», *Douro Litoral*, 1.^a série, vol. VII, Porto, 1943, p. 32.

N.º 5

- Localidade: VILA REAL (freg., conc. e dist. de Vila Real)
- Paradeiro: —
- Medida: Desconhecida
- Comprimento: Desconhecido
- Comentário: Medidas outrora gravadas no arco da porta principal das muralhas de Vila Real, entretanto demolidas, referidas por Teixeira Girão e citadas por Costa Lobo e por A. C. Pires de Lima, sem indicações dos seus valores métricos ou das suas designações.
- Bibl.: Teixeira Girão, *Memórias sobre os pesos e medidas*, p. 14, citado por A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, 1903, p. 258, nota 1 (ed. facsimilada, Lisboa, 1984), e também por Augusto César Pires de Lima, «Medidas Gravadas nos Muros», *Douro Litoral*, 2.ª Série, vol. III, Porto, 1945, p. 49.

N.º 6

- Localidade: LAVANDEIRA (freg. da Lavandeira, conc. de Carrazeda de Ansiães, dist. de Bragança)
- Paradeiro: —
- Medida: A) Vara
B) Côvado
- Comprimento: A) —
B) —
- Comentário: Medidas outrora gravadas no exterior da Igreja de S. João do Castelo, no castelo da Lavandeira, em silhar da capela-mor, e hoje destruídas. Na impossibilidade de serem medidas, as suas dimensões podem ser

deduzidas a partir das respectivas designações: cerca de 110 cm para a primeira e 66 cm para a segunda.

Bibl.: *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, s.v. «Carrazeda de Ansiães», vol. V, p. 1004.

N.º 7

Localidade: RESENDE (freg. e conc. de Resende, dist. de Viseu)

Paradeiro: Igreja Paroquial de Resende

Medida: Vara

Comprimento: 109 cm

Comentário: Na fachada principal da Igreja Matriz de Resende, à direita do portal, entre vários silhares reaproveitados, alguns com restos de inscrições medievais, encontra-se gravada na horizontal uma medida-padrão correspondente à Vara. Trata-se do exemplar mais imperfeito que conseguimos identificar, com uma assinalável sinuosidade. Sobre esta medida-padrão pode-se ler parte de uma inscrição de provável conteúdo funerário:

... VO ERMIG(i)us

A terminação —US foi gravada na forma do característico símbolo de abreviatura estilizado em sinal anguloso semelhante a um «7». Num outro silhar junto deste encontra-se o início desta inscrição:

GONÇAL ...

A sua lição completa seria, portanto, GONÇAL / VO ERMIGIUS. Pensamos que a inscrição se refere a D. Gonçalo Ermiges da Teixeira.

Bibl.: Joaquim Caetano Pinto, *Resende. Monografia do seu Concelho*, Braga, 1982, p. 358.

N.º 8

Localidade: S. MARTINHO DE MOUROS (freg. de S. Martinho de Mouros, conc. Resende, dist. de Viseu)

Paradeiro: Igreja Paroquial de S. Martinho de Mouros

Medida: A) Vara
B) Côvado

Comprimento: A) 107,5 cm
B) 66 cm

Comentário: Medidas gravadas horizontalmente na fachada ocidental da igreja paroquial de S. Martinho de Mouros, na primeira fiada de silhares acima da sapata do templo e à esquerda do portal principal. Cada medida ocupa o seu silhar. Associada à Vara, junto da sua zona terminal direita, encontra-se uma curta inscrição, hoje de difícil leitura:

1/ PADRAO (?)

Mantemos, no entanto, algumas dúvidas quanto a esta proposta de leitura.

Bibl.: Armando de Mattos, «Medidas Padrões», *Douro Litoral*, 1.ª série, vol. VII, Porto, 1943, p. 32; Joaquim Caetano Pinto, *Resende. Monografia do seu Concelho*, Braga, 1982, p. 358.

N.º 9

Localidade: PENEDONO (freg. e conc. de Penedono, dist. de Viseu)

Paradeiro: Afloramento junto da porta do castelo de Penedono

Medida: Meio Côvado (?)

Comprimento: 33 cm

Comentário: Gravada no afloramento granítico junto do portal de acesso ao castelo de Penedono, imediatamente antes dos degraus e à direita, uma possível medida-padrão correspondente ao Meio-Côvado.

N.º 10

Localidade: MARIALVA (freg. de Marialva, conc. de Meda, dist. da Guarda)

Paradeiro: Porta Ocidental das muralhas de Marialva

Medida: A) Vara
B) Côvado
C) Palmo

Comprimento: A) 110 cm
B) 66 cm
C) 26 cm (valor actual)

Comentário: Medidas já referidas por Alexandre Herculano nos seus apontamentos de viagem de 1853-1854, gravadas na ombreira esquerda da porta principal das muralhas de Marialva. Herculano refere ainda a presença do Alqueiz, hoje não visível. A medida do Palmo foi adulterada posteriormente, tendo sido destruído o seu limite inferior, razão porque actualmente mede 26 cm, quando deveria medir cerca de 22 cm. Foram gravadas na vertical, na secção interna da ombreira, abrigadas sob o arco da porta, com o Côvado à esquerda, a Vara ao centro e o Palmo à direita.

Bibl.: Pedro de Azevedo, «Apontamentos de viagem de Herculano pelo País em 1853 e 1854», *Archivo Histórico Português*, vol. IX, Lisboa, 1911, p. 418.

N.º 11

Localidade: CASTELO RODRIGO (freg. Castelo Rodrigo, conc. de Figueira de Castelo Rodrigo, dist. da Guarda)

Paradeiro: Casa particular

Medida: Desconhecida

Comprimento: 32 cm (máximo sobrevivente)

Comentário: Silhar reaproveitado no muro de casa particular junto da entrada do castelo de Castelo Rodrigo, onde resta parte de uma medida-padrão, actualmente com 32 cm de comprimento. As suas características não deixam lugar a dúvidas, apresentando o campo linear rebaixado, de secção quadrangular, cuidadosamente delimitado na extremidade sobrevivente.

N.º 12

Localidade: PINHEL (freg. e conc. de Pinhel, dist. da Guarda)

Paradeiro: Biblioteca Municipal de Pinhel

Medida: Côvado

Comprimento: 66 cm

Comentário: Fuste de coluna avulso, hoje depositado junto da entrada da Biblioteca Municipal de Pinhel, onde foi gravado o côvado. Desconhecemos a sua proveniência. A medida foi gravada na vertical, ao longo do corpo do colunelo.

N.º 13

Localidade: MOREIRA DE REI (freg. de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, dist. da Guarda)

Paradeiro: Igreja de St.^a Marinha, Moreira de Rei

Medida: A) Côvado
B) Palmo

- Comprimento: A) 66 cm
B) 22-23 cm
- Comentário: Nos dois colonelos que hoje sobrevivem *in situ* no portal ocidental da Igreja de St.^a Marinha, no centro de Moreira de Rei, encontram-se gravados o côvado e o palmo. Alexandre Herculano, nos apontamentos da sua viagem de 1853-1854, registava a existência de quatro medidas: Vara, Côvado, Palmo e Alqueiz. Soares Moreira, em 1931, referiu apenas a existência do Côvado, Meio Côvado, e Quarta. É provável que as medidas ausentes estivessem gravadas nos dois colonelos perdidos, do lado esquerdo do portal. As medidas sobreviventes foram gravadas verticalmente, arrancando do limite inferior do fuste da coluna, junto do contacto com a base. No palmo (B), dado o seu desgaste, torna-se difícil determinar qual o seu exacto valor original.
- Bibl.: Pedro de Azevedo, «Apontamentos de viagem de Herculano pelo País em 1853 e 1854», *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, Lisboa, 1911, p. 419; David Bruno Soares Moreira, «Moreira de Rei», *Ilustração Moderna*, vol. 3, 1931, p. 261; Gerhard N. Graf, *Portugal Roman*, vol. I, Zodiaque, Yonne, 1986, p. 96.
- N.º 14**
- Localidade: SORTELHA (freg. de Sortelha, conc. de Sabugal, dist. da Guarda)
- Paradeiro: Porta das muralhas de Sortelha
- Medida: A) Vara
B) Côvado
- Comprimento: A) 109 cm
B) 67 cm
- Comentário: No pano de muralha imediatamente à direita da porta Oeste das muralhas de Sortelha, conhecida vulgarmente como Porta do Sol, na face voltada ao exterior, gravadas

horizontalmente, encontram-se a Vara e o Côvado. As pessoas mais idosas de Sortelha ainda se recordam de utilizar as medidas para conferir as dimensões dos tecidos, identificando as duas medidas pelas suas correctas designações.

Bibl.: Pedro de Azevedo, «Apontamentos de viagem de Herculano pelo País em 1853 e 1854», *Archivo Histórico Português*, vol. IX, Lisboa, 1911, p. 423.

N.º 15

Localidade: SABUGAL (freg. e conc. de Sabugal, dist. da Guarda)

Paradeiro: Igreja da Misericórdia

Medida: Côvado

Comprimento: 66,3 cm

Comentário: Na face exterior da parede Norte da nave da Igreja da Misericórdia de Sabugal, um silhar reaproveitado, hoje em posição horizontal, onde se encontra gravado o Côvado associado a inscrição e a símbolos religiosos (duas cruces românicas insertas em círculos, gravadas nas duas extremidades da pedra), sublinhando a legitimidade e veracidade da medida. O silhar apresenta vestígios de ter sido mutilado ao longo de toda a sua face inferior, onde, atendendo à simetria da peça poderia ter tido outra medida gravada. A inscrição reparte-se por dois campos: um, superior e de menores dimensões, onde se gravou texto curto e de difícil leitura; outra, de maiores dimensões, ao centro do silhar, onde se lê:

1 / : Ē : M :

2 / : Ć : Ć :

3 / : 2̄ : X̄ : X̄ :

4 / . X̄ : VIII :

ou seja: Era MCCLXXXVIII, A.D. 1250.

O silhar, que hoje mede 144,5 cm de comprimento e 37 cm de altura, destinava-se, originalmente, a estar na vertical, como elucida a sua inscrição.

Bibl.: José António Ferreira de Almeida (dir. de), *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, 1976, p. 489.

N.º 16

Localidade: MONSANTO (freg. de Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova, dist. de Castelo Branco)

Paradeiro: Igreja de S. Miguel, Castelo de Monsanto

Medida: Côvado

Comprimento: 66,5 cm

Comentário: No colunelo esquerdo do Portal ocidental da Igreja de S. Miguel, erguida no sopé do Castelo de Monsanto, na zona extra-muros, encontra-se gravada na vertical uma medida correspondente ao Côvado. O fuste do colunelo é constituído por três tambores. A medida arranca do seu limite inferior e termina no início do terceiro tambor.

Bibl.: Maria Manuela de Campos Milheiro, *Monsanto. História e Arqueologia*, s/1, 1982, p. 103.

N.º 17

Localidade: SOURE (freg. e conc. de Soure, dist. de Coimbra)

Paradeiro: Igreja de St.^a Maria de Finisterra, Castelo de Soure

Medida: Vara

Comprimento: 109,3 cm

Comentário: Fuste de coluna, em mármore, aparecido durante as escavações arqueológicas realizadas na Igreja de S.^a Maria de Finisterra, junto do castelo de Soure. Apresenta duas medidas-padrão gravadas: uma, mais antiga, em parte mutilada por uma segunda gravada em época algo posterior. A medida mais antiga, que parte do colarinho da coluna, poderá nunca ter sido acabada. Mede, na sua extensão visível, 85 cm. Centrada com a coluna e sobrepondo-se em parte a esta medida, foi gravada uma outra, em época posterior, com 109,3 cm de comprimento e apresentando as características comuns das medidas-padrão. Não sabemos se se trata de um caso de correcção de medida-padrão, hipótese que nos parece algo remota se atendermos a que a primeira medida (85 cm) era bastante menor que a que lhe sucedeu (109,3 cm). A coluna devia pertencer a um alpendre da igreja, já que todas as medidas-padrão se localizavam em espaços exteriores, por forma a facilitar a sua utilização. Na parte inferior do fuste encontra-se gravada uma pequena estrela de cinco pontas. O fuste conserva-se hoje no espaço da antiga igreja de St.^a Maria de Finisterra, apoiado em suporte metálico.

N.º 18

Localidade: CASTELO DE VIDE (freg. e conc. de Castelo de Vide, dist. de Portalegre).

Paradeiro: ?

Medida: ?

Comprimento: ?

Comentário: Temos informações de que em Castelo de Vide existirá uma medida-padrão. Não a conseguimos localizar e ignoramos as suas dimensões.

N.º 19

Localidade: MONFORTE (freg. e conc. de Monforte, dist. de Portalegre)

- Paradeiro: Igreja da Madalena
- Medida: A) Meia Braça
B) Meia Vara
- Comprimento: A) 91,5 cm
B) 55 cm
- Comentário: Medidas padrão gravadas verticalmente em coluna, hoje embutida no pilar Sul do alpendre da igreja da Madalena, em Monforte.

N.º 20

- Localidade: ALANDROAL (freg. e conc. de Alandroal, dist. de Évora)
- Paradeiro: Porta do castelo do Alandroal
- Medida: Vara
- Comprimento: 110 cm
- Comentário: Medida padrão gravada verticalmente na ombreira direita da porta do castelo de Alandroal voltada ao largo de S. João de Deus (e axialmente oposta à Porta Legal). Os silhares são em mármore.

N.º 21

- Localidade: REDONDO (freg. e conc. de Redondo, dist. de Évora)
- Paradeiro: Porta do Sol das muralhas de Redondo
- Medida: A) Vara
B) Meia Vara (?)
- Comprimento: A) 110 cm
B) 56 cm

Comentário: Na ombreira direita da Porta do Sol das muralhas de Redondo, na face voltada ao exterior, as duas medidas da vila, gravadas verticalmente.

N.º 22

Localidade: MONSARAZ (freg. de Monsaraz, conc. de Reguengo de Monsaraz, dist. de Évora)

Paradeiro: Porta da Vila das muralhas de Monsaraz

Medida: A) Vara
B) Meia Vara (?)

Comprimento: A) 110 cm
B) 56 cm

Comentário: Na ombreira direita da Porta da Vila das muralhas de Monsaraz, na face voltada ao interior, estão gravadas verticalmente as duas medidas padrão da vila.

N.º 23

Localidade: CASTRO MARIM (freg. e conc. de Castro Marim, dist. de Faro)

Paradeiro: Porta do castelo de Castro Marim

Medida: Côvado

Comprimento: 66,5 cm

Comentário: Em silhares à esquerda da porta principal do castelo de Castro Marim, gravado horizontalmente, encontra-se o côvado. Nos silhares imediatamente abaixo, vestígios de uma outra medida padrão, desaparecida com os restauros da fortaleza, e de que sobrevive apenas a zona terminal direita.

3 — Outras medidas-padrão, não lineares, gravadas em muros:

Já tivemos oportunidade de referir que Alexandre Herculano, nos seus Apontamentos de Viagem, registara a existência do Alquiez junto das medidas-padrão de Marialva (n.º 10) e de Moreira de Rei (n.º 13), hoje desaparecidas³³. O Alquiez era a antiga medida não-linear utilizada no comércio de solas de couro para a manufactura de sapatos. No Livro das Posturas Antigas regista-se a dado passo que

«... os que as dictas solas venderem que as vendam pella grandura e largura do alquiez da cidade...»,

estabelecendo as penas para os infractores: pela primeira infracção 300 reais, pela segunda infracção 500 reais, e pela terceira infracção 500 reais e 8 dias de cadeia³⁴. Infelizmente não conhecemos qualquer exemplo de Alquiez que tenha sobrevivido até aos nossos dias. A sua configuração deveria, no entanto, ser semelhante aos símbolos que encontramos gravados em diversas estelas discoides ou tampas de sepulturas tardias, onde se gravaram moldes de solas de sapatos como forma de identificar a profissão do morto³⁵.

Outro exemplo de medida-padrão não-linear diz respeito ao Corazil. Regista Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo que em documentos do mosteiro de Salzedas, datados de 1466 e 1481, se esclarecia que «... o corazil deve ter duas costas da pá do porco ate a cabeça e pezar 14 arrateis ...»³⁶. No foral que D. Manuel I deu ao concelho de Sabugosa em 27 de Junho de 1514 regista-se:

³³ Pedro de Azevedo, «Apontamentos de viagem de Herculano pelo País em 1853 e 1854», *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, Lisboa, 1911, respectivamente p. 418 e 419.

³⁴ Cf. *Livro das Posturas Antigas*, Leit. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, C.M.L., 1974, p. 135.

³⁵ Cf., entre outros, José Leite de Vasconcelos, «Cabeceiras de Sepulturas», *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. XXII, Lisboa, 1917, p. 108 (estela do Alandroal); José Beza Moreira, *Cabeceiras de Sepultura do Museu de Torres Vedras*, Torres Vedras 1982, n.º 5-R (p. 10) e n.º 24-S (p. 14) (estelas de Torres Vedras); Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, Porto, 1987, p. 346, n.º 8 (tampa de sepultura do Museu Arqueológico de Barcelos).

³⁶ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases...*, vol. 2, Ed. Crítica de Mário Fiúza, Porto, 1966, p. 133.

«... quaaesquer moradores nos ditos lugares foreiros se matarem porco macho hu gorazil — a saber cortado o porco pelo meyo e fendido tomase da meatade daquelle porco huu pedaço comtra o rabo domde tomam huu medida de couto e daly correm comtra as costas atee chegarem a segumda costa contando a mendinha e cortam per aquelle dereito da medida gramde e pequena a cordel dereito e aquelle chamam gorazill a quall marca fica demarcada na parede da Igreja do seu lugar a que chamam Sam Mamede e per ella mandamos que todallas da comarca se julgem.»³⁷.

Viterbo, no século XVIII, ainda teve oportunidade de ver a referida medida-padrão gravada no cunhal direito da Capela de S. Mamede (Sabugosa, Tondela), de que nos deu croquis com medidas em palmos³⁸. Infelizmente, com a reconstrução do templo no século XIX, acabou por ser destruída³⁹.

Encontramos um último exemplo de medida-padrão não-linear numa pedra reaproveitada na parede sul da Capela-Mor da Igreja de Real (Castelo de Paiva), na qual Margarida Rosa Moreira de Pinho identificou a Cõngrua⁴⁰.

³⁷ Cf. Amadeu Ferraz de Carvalho, *A Terra de Besteiros e o Actual Concelho de Tondela (Esboço Histórico e Toponímico)*, 2.ª Ed., Tondela, 1981, p. 264-265, doc. LII. Ao mesmo documento já se referira Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases...*, vol. 2, Ed. Crítica de Mário Fiúza, Porto, 1966, p. 133.

³⁸ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases...*, vol. 2, Ed. Crítica de Mário Fiúza, Porto, 1966, p. 133.

³⁹ Cf. Amadeu Ferraz de Carvalho, *A Terra de Besteiros e o Actual Concelho de Tondela (Esboço Histórico e Toponímico)*, 2.ª Ed., Tondela, 1981, p. 49, nota 1.

⁴⁰ Cf. Margarida Rosa Moreira de Pinho, *Elementos para a História de Castelo de Paiva*, 2.ª ed., Castelo de Paiva, 1991, p. 39 e fot. junto a p. 88.

Nota Final:

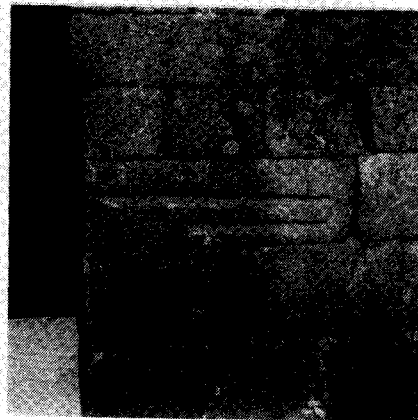
Já depois de este trabalho ter dado entrada em tipografia tivemos oportunidade de identificar um novo caso de medidas-padrão. Em Algodres, aldeia a 4 km de Fornos de Algodres, nas colunas do lado esquerdo do portal ocidental da Igreja Paroquial estão gravados o Còvado (com 66 cm) e a Vara (com 109,5 cm). Cada medida foi gravada no seu fuste de coluna, ambas arrancando da moldura superior. Trata-se, portanto, de mais um exemplo onde se associam estas duas medidas destinadas ao comércio de tecidos finos e comuns, que eleva o número de medidas-padrão sobreviventes aqui inventariadas para 31 repartidas por 20 locais distintos. O predomínio das Varas e Còvados vê-se assim ligeiramente ampliado, com 67,74% dos casos inventariados. O exemplo de Algodres vem apenas sublinhar o facto de o levantamento aqui apresentado não ser exaustivo mas tão somente um ponto da situação que, esperemos, será em breve ampliado com novos exemplos.

ANEXO 1

Localidade	Vara	1/2 Braça	Côvado	1/2 Vara	1/2 Côvado	Palmo
	110 cm	92 cm	66 cm	55 cm	33 cm	22 cm
Braga	*					
Guimarães				*		
Porto		*		*		
Telões (1)	?	?	?	?	?	?
Vila Real (1)	?	?	?	?	?	?
Lavandeira,						
Ansiães (1)	*		*			
Resende	*					
S. Martinho de Mouros	*		*			
Penedono					*	
Marialva	*		*			*
Castelo Rodrigo (2)	?	?	?	?	?	?
Pinhel			*			
Moreira de Rei			*			*
Sortelha	*		*			
Sabugal			*			
Monsanto			*			
Soure	*					
Castelo de Vide	?	?	?	?	?	?
Monforte		*		*		
Alandroal	*					
Redondo	*			*		
Monsaraz	*			*		
Castro Marim			*			

(1) Medida destruída.

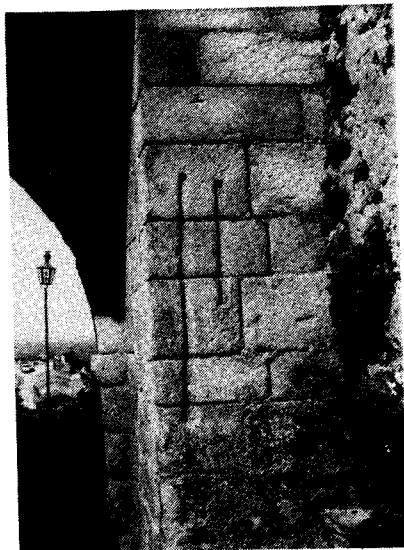
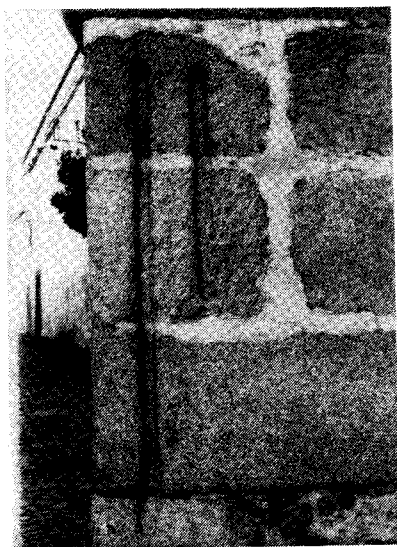
(2) Medida incompleta.



- 1 — Colegiada de Guimarães (N.º 2)
- 2 — Marialva (N.º 10)
- 3 — Moreira de Rei (N.º 13)
- 4 — Sortelha (N.º 14)



- 5 — Sabugal (N.º 15)
- 6 — Monsanto (N.º 16)
- 7 — Redondo (N.º 21)
- 8 — Monsaraz (N.º 22)



O REGIMENTO DA CHANCELARIA ARQUIEPISCOPAL DE BRAGA NO SÉCULO XV: TIPOLOGIA DOCUMENTAL E TAXAS *

Por José Marques

1 — Introdução

— O tema que nos propomos desenvolver andava nas nossas preocupações, desde que, há precisamente uma década, concluímos e defendemos a nossa dissertação de doutoramento¹. Com efeito, quando, nesse estudo, analisámos a figura do arcebispo D. Fernando da Guerra — que presidiu aos destinos da Arquidiocese de Braga nos cinquenta anos imediatamente subsequentes ao termo oficial do Cisma do Ocidente (1417-1467), durante os quais se afirmou como prelado verdadeiramente *reformador* — abordámos também, embora de passagem, este assunto,

* Este estudo foi expressamente elaborado como homenagem ao Prof. José Trenchs Odena, promovida pela Universidade de Valência, em cujos volumes aparecerá integrada. Considerando, porém, que obras estrangeiras desta natureza dificilmente circulam entre nós, decidimos publicá-lo também nesta revista, proporcionando aos investigadores portugueses e, em especial, aos nossos alunos, acesso a dois documentos medievais do maior interesse para o estudo da Diplomática.

¹ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1988.

ao tratarmos da reorganização do cartório da cúria arquidiocesana por ele levada a cabo.

Nessa altura, não nos preocupavam tanto os aspectos diplomáticos como o que as duas intervenções do prelado na reorganização da sua chancelaria representavam na perspectiva de autêntico reformador, cuja obra não teve a ressonância de que era merecedora. Parece-nos, por isso, particularmente oportuno retomá-lo em homenagem ao Professor José Trenchs Odena, que ao estudo e ao ensino da Diplomática consagrou o melhor do seu saber e da sua dedicação. Além disso, atendendo à falta de estudos, em Portugal, nos domínios da Diplomática Eclesiástica, esperamos contribuir, de algum modo, para o seu melhor conhecimento, revelando os tipos documentais, então mais em voga — muitos dos quais, actualmente, desaparecidos — e as respectivas taxas de chancelaria.

Não se pense, porém, que se restringem às enunciadas as vantagens decorrentes da análise deste regimento da chancelaria arquiépiscopal, pois a sua leitura atenta esclarece aspectos da organização administrativa diocesana, elucidando-nos, ao mesmo tempo, sobre a delegação de poderes feita pelo Arcebispo, quem podia outorgar cartas por delegação do prelado, intervir na sua feitura e na fixação dos emolumentos por elas devidos, como participavam deles os diversos oficiais da chancelaria arquiépiscopal, etc.

2 — Nótula biográfica do Arcebispo

Para melhor compreensão desta temática, convém evocar, embora de forma sumária, a biografia do arcebispo D. Fernando da Guerra e a sua época, que já estudámos noutra lugar².

Fernando da Guerra, pelo lado paterno, era bisneto do rei de Portugal, D. Pedro I (1357-1367), porque seu pai, D. Pedro da Guerra, era bastardo do Infante D. João, filho do referido monarca e de D. Inês de Castro, faltando-nos elementos relativos à linhagem de sua mãe, Maria Anes. Cedo orientado para a carreira eclesiástica, beneficiou da protecção de seu tio, D. João I, circunstância que não foi estranha ao facto de, em 1406, apenas com dezoito ou dezanove anos de idade, Fernando da Guerra ser investido na dignidade de mestre-escola da Sé de Lisboa, partindo, pouco depois para Bolonha, onde cursou Direito Civil, passando depois para Pádua, onde se encontrava em 4 de Dezembro de 1411, a fim de aí se formar também em Direito Canónico. Terminados os cursos

² MARQUES, José — *O. c.* pp. 43-168.

universitários, completou a formação teórica com a prática adquirida na Cúria pontifícia, experiência que muito útil lhe viria a ser. Na verdade, em 2 de Julho de 1409, o jovem Fernando da Guerra tinha sido nomeado bispo da sé algarvia de Silves, continuando, entretanto, a residir em Itália, sem receber a ordenação episcopal, o que só viria a acontecer, após a sua nomeação para a diocese do Porto, em 18 de Junho de 1414. Finalmente, transitou para o sólio metropolitano de Braga, que ocupou desde 1417 até à sua morte, em 26 de Setembro de 1467³.

3 — A génese destes «regimentos»

O simples facto de se indicar o ano de 1417 como início do seu arcebispado deixa entrever as dificuldades que iria encontrar na acção pastoral e o longo caminho a percorrer, em ordem à tão desejada reforma da Igreja em Portugal, aliás procurada em perfeita sintonia com o que se passava além fronteiras. Entre as inúmeras dificuldades que este prelado sentiu durante o longo período de cinquenta anos, em que presidiu ao governo da arquidiocese de Braga, ressalta a sua grande extensão, pois estendia-se desde o Atlântico e desde o Rio Lima até à fronteira transmontana com Castela, na zona de Quintanilha e Alcañices. Tornava-se necessário, por isso, facilitar o acesso dos párocos, curas e populações aos órgãos da administração diocesana, tendo o arcebispo, que bem conhecia por experiência esta situação geográfica⁴, deliberado fixar vigários-gerais, em pontos estratégicos distantes da cidade episcopal, como Chaves, Vila Real e Bragança⁵, restringindo-os, posteriormente, às duas últimas localidades, que, no decurso do tempo, vieram a tornar-se sedes das dioceses de Miranda (1546) e de Vila Real (1922).

Passou, assim, a haver três grandes pólos onde se emitiam documentos eclesiásticos, todos perfeitamente articulados com os serviços centrais da

³ Estas notas biográficas são extraídas dos dois primeiros capítulos da obra citada na nota 1.

⁴ MARQUES, José — *Os itinerários do Arcebispo D. Fernando da Guerra (1417-1467)*, Porto, 1978.

Conforme demonstram os seus itinerários, este prelado conhecia bem a importância da visita pastoral, chegando, inclusive, durante o período em que esteve ao serviço de D. Afonso V, como chanceler-mor e presidente da Casa da Suplicação, a ausentar-se da Corte a fim de vir à sua diocese, onde prosseguia as visitas pastorais.

⁵ Em rigor, os serviços administrativos funcionavam na «câmara» de S. Martinho de Mateus, porque Vila Real era dos respectivos Condes, não se podendo instalar aí o Arcebispo, e no Mosteiro de Castro de Avelãs, dado que Bragança pertencia aos Condes de Barcelos, que a partir de 1442, passaram a ser também Duques de Bragança.

chancelaria arquiépiscopal, sediada em Braga. É esta, sem dúvida, uma primeira medida inovadora, no plano administrativo, imposta pela grande extensão da diocese. Esta realidade, documentada por abundante documentação, assume contornos bem mais definidos nos *regimentos* dados pelo prelado aos diversos serviços da sua chancelaria, que, apesar de incompletos, nos permitem conhecer melhor a sua orgânica, tipologia das cartas aí passadas, as taxas ou emolumentos pagos e a percentagem em que os diversos oficiais da chancelaria intervenientes na elaboração e expedição das cartas deles participavam, etc. Já por mais de uma vez nos referimos, de passagem, a estes *regimentos*, impondo-se, por isso, descrevê-los em pormenor, como fontes que são deste breve estudo.

4 — Descrição

Trata-se de um conjunto de dez folhas de papel, de 300x200 mm, conservadas na *coleção cronológica* do Arquivo Distrital de Braga, actualmente integrado na Universidade do Minho, com excepção das duas últimas, todas escritas no rosto e no verso. O seu exame atento obriga a concluir que estamos perante dois exemplares dos *regimentos*, outorgados em datas diferentes, e, nos dois casos, intencional e prioritariamente destinados a serem utilizados pelos oficiais dos mencionados serviços descentralizados desta chancelaria arquiépiscopal⁶.

As três primeiras folhas desse conjunto, com uma disposição e numeração completamente arbitrárias e abundantes sinais de uso intenso, que chegou a tornar ilegíveis algumas passagens, apresentam-se como tendo pertencido a dois cadernos anteriores, cujo mau estado obrigou a proceder à sua substituição por outros novos. Por sua vez, as duas seguintes, com numeração original de 3 e 4, contêm o alvará outorgado pelo arcebispo D. Fernando da Guerra, estando em Braga, no dia 22 de Janeiro de 1460, com a «... *regla e regimento que se segue acerca do levar da nossa chancelaria na comarca de Trallos Montes perante os nossos vigairos*». Nas folhas seguintes — embora o conteúdo da fl. 6-6v esteja repetido na fl. 7-7v — está especificada a tipologia das cartas contidas no *regimento* com que o arcebispo D. Fernando da Guerra «*tenperou a chancelaria sua*», em 1464, apresentando, em primeiro lugar, as que deviam ser objecto de despacho do prelado, mencionando depois as que cabiam no âmbito da jurisdição delegada nos vigários-gerais.

⁶ As cinco primeiras folhas, que, até há pouco, estiveram na caixa 30 de referida *coleção cronológica*, encontram-se agora na pasta 41, n.º 106; as restantes cinco que estavam na caixa 31, têm agora o n.º 134, com a menção de se tratar de dois documentos.

Em contraste com este, o *regimento* de 1460, expressamente destinado à comarca de Trás-os-Montes, não diverge substancialmente do que, então, se observava nos serviços centrais da diocese. Com efeito, se em atenção aos destinatários abre com o elenco das cartas que os vigários podiam outorgar em virtude da jurisdição neles delegada de forma ordinária, aí se encontra também, logo a seguir, o elenco das cartas cujo despacho, em princípio, era reservado ao prelado.

Nas transcrições que apresentamos destes dois *regimentos* da chancelaria arquiiepiscopal de Braga, respeitamos a sua ordem cronológica, pois, assim, mais facilmente se poderá surpreender uma certa evolução no sentido da conveniente hierarquização dentro dos serviços centrais, bem patente no *regimento* de 1464:

- cartas correspondentes a despachos do prelado,
- cartas subsequentes a despachos dos vigários-gerais — um dos quais era, pelo menos na segunda parte do seu longo arcebispado, bispo auxiliar — que exerciam as suas funções nos serviços centrais diocesanos, em Braga,
- e, finalmente, as cartas emanadas dos vigários-gerais, responsáveis pelas comarcas de Trás-os-Montes e de S. Martinho de Mateus, com a mesma natureza e o mesmo valor jurídico das outorgadas pelos vigários-gerais sediados na cidade de Braga.

Pensamos ser dentro destes dois grandes grupos — cartas outorgadas pelo arcebispo e cartas emanadas dos vigários-gerais — que se deverá proceder ao inventário da tipologia documental produzida na chancelaria arquiiepiscopal bracarense.

Estamos, efectivamente, perante dois *regimentos*, que, embora à primeira vista pareçam iguais, analisados com atenção, revelam acentuadas diferenças.

Assim, o de 1464, mais completo e ordenado, além de conter um maior número de assuntos reservados à decisão do prelado, explicita alguns, que restringem a jurisdição dos vigários gerais, mesmo na zona que lhes estava confiada, como acontece com os vigários de Trás-os-Montes em relação à confirmação dos clérigos apresentados para as *rações* da colegiada de Freixo de Espada à Cinta. Da exclusiva competência do arcebispo era comissionar os juizes que deveriam organizar os processos e decidir causas matrimoniais, bem como as relativas a benefícios e outras particularmente difíceis, tanto do foro cível como criminal. Por vezes, a nova formulação surge em conceitos mais extensos, patente, por exemplo, no caso de dispensa a conceder, desde 1460, ao «*que nom sabe latim*», para receber ordens menores e até mesmo o presbiterado, como

documentámos noutro estudo⁷, e na «*despensaçom acerca dos que nom sabem gramatica...*», não se restringindo o seu alcance apenas ao caso do latim. Por sua vez, a *carta de segurança* que, em 1460, podia ser outorgada pelos vigários-gerais, em 1464, aparece incluída nas reservadas ao prelado.

O que acabámos de expor não passa de algumas diferenças facilmente detectáveis entre estes dois regimentos, que nas taxas encontram alguma ampliação, não só em ligeiros aumentos, mas também no abandono sistemático das equivalências monetárias, aspectos de que nos permitimos registar uma amostra de aumento, aliás, quase insignificante. Tal é o caso da carta *citatória*, pela qual, em 1460, se pagava «*XX dinheiros que he —I real VIII pretos*» e, em 1464, custava dois reais (*brancos*), isto é, mais dois reais pretos.

5 — Amostra tipológica

Neste momento, poder-se-á perguntar pelo elenco das cartas produzidas na chancelaria arquiépiscopal bracarense e pelas respectivas taxas, aliás enunciadas em epígrafe.

Atendendo ao facto de, em apêndice, publicarmos estes dois *regimentos*, dispensamo-nos de enumerar, neste lugar, todos os tipos de cartas neles previstos, convindo, no entanto, explicitar um ou outro menos claro para quem não estiver familiarizado com a terminologia canónica. Um dos mais característicos é, sem dúvida, a carta dita «*de participantes*», que faz parte da terminologia penal do Direito Canónico medievo.

Pela expressão «*de participantes*» são designadas as cartas de excomunhão relativas a pessoas feridas com essa gravíssima pena, produzindo o singularíssimo efeito de proibir os outros fiéis não só de conviverem com o excomungado em causa, mas também de os obrigar a afastarem-se dele, isto é, de o *evitarem*. Era, afinal, o que, na terminologia jurídica-canónica contemporânea, se designa por excomungados *vitandos*.

A carta «*de ichocorvaria*», pela qual se pagava um marco de prata, podendo, por isso, contar-se entre as de taxas mais elevada, credenciava o seu destinatário, autorizando-o a pedir esmolas para os fins nelas especificados, no âmbito de toda a arquidiocese ou apenas em parte dela, de

⁷ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 1002-1004 e 1049-1052.

acordo com as cláusulas restritivas, eventualmente estabelecidas.

Através desta carta, por princípio concedida apenas àquelas pessoas consideradas indóneas para exercerem as funções de mamosteiros, a autoridade eclesiástica pretendia impedir, na medida do possível, a nefasta acção dos «ichacorvos», que, não raro, pediam fraudulentamente, sob o alegado pretexto de que os bens e valores recolhidos se destinavam a alguma igreja ou causa pia⁸.

A carta de «icollomia», termo que, de algum modo, podemos ver perpetuado na designação e conteúdo canónico de «vigário *ecónomo*», destinava-se a autorizar algum clérigo a substituir um beneficiado, ausente ou legitimamente impedido, na assistência ao ofício divino, no coro, e noutras obrigações de natureza religiosa, que sobre ele impendessem, pelo que lhe era devida alguma compensação material⁹, que poderia estar ou não expressamente estipulada na carta emanada da cúria arquiiepiscopal.

Por sua vez, a «carta de confirmação de terçanaria» é também um elemento revelador das dificuldades materiais que o Cabido Metropolitano de Braga atravessou, no século XV, tal como aconteceu com a Colegiada de Guimarães. Para obviar a essa lamentável situação, foi pedida e alcançada autorização da Santa Sé para reduzir o número de prebendas de quarenta e quatro (quatro eram supranumerárias e de instituição recente) para trinta, por elas tendo sido distribuído o montante de algumas das extintas, a fim de melhor assegurar a subsistência dos seus titulares, enquanto que o valor da pensão de outras foi sistematicamente dividido em três partes e distribuído por outros tantos clérigos, que na dependência do corpo capitular, ficavam adstritos ao serviço do coro, a troco desta modesta «ração», que constitua apenas um complemento das suas fontes de subsistência, em geral, bastante magras. Cada um destes clérigos beneficiados com a «ração» correspondente à terça parte de uma prebenda extinta passou a chamar-se «raçoeiro» ou terçanário, conforme demonstramos com abundante cópia documental¹⁰. Estes clérigos terçanários — em muitos casos, simples minoristas — eram apresentados ao arcebispo, que os *investia* e *confirmava* nas suas novas funções e respectivos direitos, mediante a carta «de confirmação de terçanaria», pela qual teria de pagar à chancelaria arquiiepiscopal meio marco de prata. No *Livro das*

⁸ Sobre a problemática dos «ichacorvos» e dos «jelacorvos», tendo estes últimos sido expulsos de Guimarães, por ordem régia, em 1498, veja-se SANTA ROSA DE VITERBO, Frei Joaquim de — *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usam e que hoje regularmente se ignoram*, edição preparada por Mário Fiúza, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, pp. 319-320.

⁹ Cf. o. c. na nota anterior, p. 320.

¹⁰ Cf. a nossa obra *A Arquidiocese de Braga, no século XV*, pp. 384-387.

*confirmações de D. Fernando da Guerra (1423-1468)*¹¹ encontram-se abundantes registos destas cartas de confirmação, havendo, ainda, neste Arquivo e até espalhadas por outros arquivos portugueses, alguns originais de cartas emanadas da chancelaria eclesiástica de Braga, cujos teores esperamos estudar noutra ocasião, dispensando-nos, por isso, de prosseguir também neste momento a dilucidação da natureza de cada uma das cartas mencionadas nos dois *regimentos* agora divulgados.

6 — Taxas

Além dos aspectos já citados, o *regimento* da comarca de Trás-os-Montes, indica os critérios e circunstâncias a ter presentes na determinação da taxa a levar pelas diversas cartas, podendo servir de exemplo o caso da carta de dispensa de residência, cuja taxa oscilava conforme a igreja a que o clérigo estava adstrito pagava ou não colheita inteira ou só parcial. Note-se, porém, que, em 1464, são apontados outros critérios, como o facto de os benefícios serem pobres, e o próprio conhecimento das possibilidades que o requerente tinha de poder sobreviver.

Informações importantes são também as que nos esclarecem sobre os critérios de recolha e distribuição dos emolumentos dos escrivães, a começar por aqueles que estavam ao serviço dos vigários, com referência particular, para as incidências de natureza paleográficas, como esta disposição relativa ao modo como se devia pagar aos escrivães dos processos: — «*Item dos processos levara do que screpver de cada dez regras I real. E do primeiro termo — IIII reais*».

Nesta mesma linha, não admira o seu interesse em especificar como se devia pagar ao seu escrivão da puridade — que era Brás Afonso de Portugal, outrora seu contemporâneo na Universidade de Bolonha — ao camareiro, ao meirinho, aos capelães, ao recebedor e ao porteiro, como se verifica pelo *regimento* de 1460, que publicamos em apêndice (doc. n.º 1), para lá remetendo o leitor.

Algumas taxas eram calculadas na base de 10% das quantias devidas pelo assunto a que a carta dizia respeito, assim acontecendo, por exemplo, em relação à licença para arrendar o benefício pela qual pagavam «*a dizima do que por elle derem*». A mesma percentagem se respeitava quanto aos emolumentos do meirinho, pois estava expressamente determinado: — «*Item ho meirinho levara a dizima das execuções que for fazer*» (doc. n.º 1). Por sua vez, os emolumentos de outros oficiais, como o escrivão da puridade, eram pagos na base da incidência de 10%

¹¹ A.D.B., *Registo geral*, n.º 329.

sobre o valor arrecadado pelo arcebispo, isto é, recebiam a redízima, pois assim estava determinado: — «*Item dos arrendamentos levará a redizima, convem a saber, se levamos mill reaes levará C*» (cf. doc. n.º 1).

Importa, ainda, sublinhar as equivalências monetárias entre dinheiros e soldos e os reais, apresentadas no regimento de 1460, mas eliminadas no de 1464.

7 — Conclusão

Neste breve e sentido *in memoriam* do Professor José Trenchs Odena, quisemos chamar a atenção para uma temática que, entre nós, não tem ainda tradição no âmbito dos estudos de Diplomática Eclesiástica, mas que constituirá um aspecto imprescindível, quando se aprofundar o conhecimento desta chancelaria arquiépiscopal, e um estímulo para o estudo de outras, portuguesas ou estrangeiras.

Não pretendemos apresentar a nomenclatura das cartas mencionadas nestes regimentos, convertida em termos actuais, não só porque a explicitação de boa parte dos conceitos ultrapassaria o âmbito deste pequeno texto, mas também para não lhes retirar o característico «sabor» medievo da sua formulação, tornando-se, por isso, necessário proceder à leitura dos próprios *regimentos*, publicados em apêndice, aliás, peças documentais inéditas, do maior interesse e importância.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOC. N.º 1

1460, Janeiro, 12 — Braga

D. Fernando da Guerra dá novo regimento à sua chancelaria, atendendo, especialmente, às necessidades das comarcas transmontanas.

A.D.B., Colecção cronológica, pasta 41, n.º 106. (Antiga caixa 30).

(Fl. 3). Nos Dom Fernando arcebispo de Braguaa fazemos saber a quantos este alvará virem que nossa mercece he e nos praz que tenha esta e regimento que se segue acerca do levar da nossa chancelaria na comarca de Trallos Montes perante os nossos vigairos. E assy no all que se contem no dicto regimento porque assy se leva em a dicta nossa Igreja perante nos e os nossos vigairos geeraaes:

E primeiramente se segue o que preteence aa chancalaria dante os vigairos que se leva a razom de setecentos por hûa:

Item carta citatoria por cada pessoa	XX dinheiros que he
	I real VIII pretos.
Item carta « <i>de rebus furtivees</i> »	XX dinheiros que he
	I real VIII pretos.
Item carta de reveria de cada pessoa	III soldos IIIº dinheiros
	III reaes III pretos.
Item carta <i>de participantes</i> de cada pessoa	III soldos III dinheiros
	III reaes IIIº pretos.
Item carta de precatoria	IX soldos
	IX reaes.
Item carta de segurança	XX soldos
	XX reaes.
Item sentença de processo	XX soldos
	XX reaes.
Item carta pera requerer clerigo aa justiça secular	III soldos III dinheiros
	III reaes III pretos.
Item carta pera tirar inqueriçom	III soldos III dinheiros
	III reaes III pretos.
Item carta de sentença de prazimento de partes	VII soldos meo
	VII reaes meo.
- E d'hii pera fundo	III soldos II dinheiros
	III reaes II pretos.
Item carta de edicto	III soldos II dinheiros
	III reaes II pretos.
Item carta citatoria geerall por I anno	I maravedi
	XXVII reaes.

(Fl. 3 v) **Ora se segue a chancelaria de nossa camara que se recebe na maneira que se segue:**

Item igreja que estiver em taxa de L libras ataa cento paga huum marco de prata.	
E de L ^{ta} libras pera fundo ataa XX libras	meo marco.
E de XX libras pera fundo	I dobra cluzada.
Item carta pera reconciliar igreja ou mosteiro nom sagrado ..	I marco de prata.
Item carta pera lançar dentro na igreja algũa pessoa afora o abbade	I marco de prata.
Item carta pera cantar clerigo de fora do arcebispado em ella por huum anno	II maravidis que som LXXVIII reaes.
Item carta pera cantar clerigo do arcebispado fora por I anno	I maravidi XXXVII reaes meo.
E se for geerall	I dobra cruzada ¹ .
Item carta pera escusar de residencia por cada huum anno se a igreja pagar colheita enteira pagara XV libras antigas que a mil por huum som	III ^c XXVIII reaes VI pretos.
E se a egreja pagar de colheita, <i>convem a saber</i> , de XXX libras ataa dez pagara	V libras que som CRII reaes IX pretos.
E se a egreja pagar de colheita, <i>convem a saber</i> , de X libras pera fundo pagara R soldos que som II libras em que monta	LVII reaes II pretos.
Item carta pera dar sacramentos em algũa egreja por I anno ..	XXXVIII reaes meo.
Item pera dizer as missas ho dicto anno outros	XXXXVIII reaes meo.
Item carta para arrendar beneficio do que por ell derem pagará	a dizima.
Item carta de veedoria de prazo ou escambo	V soldos VII reaes som.
Item de prazo e autoridade delle	XX reaes.
Item de confirmaçom de qualquer raçom	I dobra cruzada ² .
E da posse	huum maravidi que som XXXVIII reaes meo.
Item do que nom sabe latim	I dobra cruzada ³ .

¹ Abreviada: + da.

² Abreviada: + da.

³ Abreviada: + da.

(Fl. 4) Ora se segue ho que perteece aos scripvãaes.

E primeiramente o que perteece aos dante os vigairos.

Item de carta citatoria levava o scrivam	III reaes.
Item <i>de rebus furtivees</i>	VI reaes.
Item de reveria	VI reaes.
Item <i>de participantes</i>	VI reaes e se for de dobra de papell toda cheea levava XVI reaes.
Item de precatória per a dicta guisa	VI reaes.
E se for dobra chea	XVI reaes.
E assy das seguranças e sentenças de processo. E assy de todallas outras.	
Item da carta citatoria geerall levava	X reaes.
Item dos processos levava do que screver de cada dez reglas	I real.
E do primeiro termo	III reaes.

Ora se segue o que perteece <ao nosso scripvam da puridade>.

E se ha de levar das cartas e scripturas que perteecem aa nossa camara, de que perteecem a feitura ao nosso scripvam da puridade. E posto que as faça o scripvam dante os vigairos. E elle lhe dara a meetade do que em ellas montar, que assy se faz perante os nossos vigairos de Bragaa, ou se nom empacharam dellas. E ell poera scripvam que as faça por elle.

Item de qualquer confirmaçom de que se paga marco de prata levava	C reaes
E de meo marco	L reaes.
E da dobra do latim	XXVII reaes.
E assy levava das outras dobras todas.	
Abasta que de todollos marcos de chancelaria que levamos avera de cada marco	C reaes.
E de meo L e de cada dobra	XXVII reaes.
E de cada maravidi	X reaes.
Item dos arrendamentos levava a redizima, <i>convem a saber</i> , se levamos mill reaes	levava C.
E assy mais e menos, etc.	
Item de veedoria	X reaes.
E de prazo	LIII reaes.
Item d'escusar de residencia cada anno	X reaes.

E este que se segue perteece ao nosso camareiro e aos capellãaes e porteiro da camara.

Item levava o dicto camareiro de cada marco	LIII reaes.
E de meo	XXVII.
E da dobra	V reaes.

E dos prazos	V reaes.
Item levaram os capellães de cada marco	R reaes e assy mais e menos.
Item levaram o porteiro de cada confirmaçom	XXVII reaes.
(Fl. 4v) Item levaram a recebedor de cada paga	III reaes.
Item o porteiro levaram de cada revell cada vez que for a sua casa por causa de sua negrignencia	XIII reaes de portaria.
Item ho meirinho levaram a dizima das execuções que for fazer.	
Item levaram as cacerajeens dos presos que prender. E nom all, que assy se acostuma e fez senpre aca e etc. E porem siignamos aqui.	

Fecto em Braguua a XXII de Janeiro de LX.

(Fl. 5) Esto he o que pertece a Luiis Annes da egreja de Murça.

Item de escusar da residencia d'huum anno	seis onças de prata porque paga colhecta inteira.
E a razom de IX ^c reaes marco	VI ^c LXXV reaes.
Item de escusar do siignado por	huum maravidi XXXIX reaes.
Item de dar os sacramentos e missas	dous maravidis LXXVII reaes.
Item da dizima do arrendamento, <i>convem a saber</i> , porque a egreja esta arrendada por VII ^c V ^c reaes vem da dizima	VII ^c L reaes.
<i>Soma do que pertece a chancelaria de huum anno som</i>	I ^c V ^c RI reaes.
Item ao scripvam de seu direito das dictas seis onças do dicto anno	LXXXV reaes.
Item do siignado	X reaes.
Item das missas e sacramentos	XX reaes.
Item do arrendamento da redizima	CLXXV reaes.
<i>Soma do que pertence ao scripvam de huum anno som</i>	CLXXX reaes.

DOC. N.º 2

1464 — [Braga]

O arcebispo D. Fernando da Guerra outorga novo regimento à sua chancelaria.

A.D.B., Coleção cronológica, pasta 41, n.º 1334. (Antiga caixa 30).

(Fl. 7)

«Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesus Cristo de mill III^c LXIII^o o arcebispo Dom Fernando nosso senhor tenperou a chancelaria sua na forma que se segue:

E primeiramente quanto he aa carta da comissom pera reconciliar igreja e moesteiro se o arcebispo for ou seu logo teente per pessoa sejam procurados segundo pertee[n]cer a suas pessoas e nom ajam outro direito de chancelaria. E se for enviada augua exorzizada soamente pera reconciliar nom leve cousa algüua. E o scripvam leve dada (*sic*) escriptura XX reaes por seu trabalho. E se for seelada leve III reaes do seello.

Item quanto he aos que escolhem as sepulturas nas egrejas e moesteiros dentro nos corpos dellas, sejam teudos pagar seus herdeiros per seus beens aa igreja e moesteiro em que se asi mandarem sepultar mill reaaes pera ornamentos da dicta igreja e moesteiro, os quaaes sejam entregues per os dictos herdeiros e despesos em vestimenta ou calez outro ornamento mais necesario, com conselho dos freigueses ou moor parte sem o dando aos abbades. E de chancelaria por carta de lecença pague II^c reaaes. E o scripvam XX reaes.

Item quanto he aas cartas de lecença pera hir a estudo e dispensaçom *ad sptenium* que se nom promova a ordeens sagraes senom aas d'epistola nom pague mais de húa dobra cruzada e o scripvam XX reaaes.

Item quanto he aas cartas per que o arcebispo comete a algum os seus casos pague C reaaes e o scripvam aja X reaaes.

Item quanto he aas cartas da ressidencia per que os beneficiados som escusos per algüuas causas legitimas de taaes beneficios per que podem viver paguem II^c reaes por huum anno. E se os beneficios forem pobres per que nom possam viver e tenerem capelas ou beneficios sem cura junto de guisa que todo possam manter e governar (fl. 7v) nom pague cousa algüa e o scripvam aja XX reaaes.

Item quanto he acerca dos prazos ou escambos ou cartas de veadoria por carta de veadoria X soldos e do prazo ou escambo II maravidiis e mais nom. E o scripvam aja XX reaaes por a escriptura e por a escriptura e por a carta de veadoria X reaaes.

Item de cartas missivas graciosas nom leve cousa¹ scripvam nem chancelaria.

Item por as cartas d'asobluções (*sic*) de cada pessoa V soldos e outro tanto das cartas declaratorias e *de participantes* e o escripvam X reaaes.

Item das cartas de lecença pera lançar habito a monge ou que seja recebido em moesteiro nom pague cousa de chancelaria. E o escripvam aja VI reaaes.

Item das execuções das dispensações apostolica[s] nom pague mais de hũa dobra cruzada de chancelaria e o escripvam XX reaaes.

Item das cartas das comissões pera conhecer de causas matrimoniaaes e beneficiaaes e outras arduas civees ou criminaaes pague II maravidiis de chancelaria e o escripvam X reaaes.

Item carta pera levantar altar ou licença pera alçar portatil hũa dobra cruzada e o escripvam X reaaes.

Item carta de segurança II maravidiis de chancelaria e o escripvam XX reaaes.

Item das cartas de confirmaçom das rações de Freixo d'Espada Cinta hũa dobra cruzada e das outras de menos renda C reaaes e o scripvam XX reaaes.

Item carta per'asolver sobre terra os finados excomungados C reaaes e o scripvam X reaaes.

Item da dispensaçom acerca dos que nom sabem gramatica nom levem chancelaria senom hũa vez posto que depois aja muitos benefícios e pagara hũa dobra cruzada² por hũa vez soamente.

Item carta de comissom pera juiz que conheça d'alguuns factos ou facto per qualquer guisa que seja pague de chancelaria hum maravidi e o scripvam X reaaes.

(Fl. 8) **Taixa dante os vigairos**

Item de cartas citatorias dous reaaes cada pessoa e outro tanto por carta *de rebus furtivis*.

Item igreja que estiver em taussa de cinquenta libras ataa cento hum marco de prata e de cinquenta libras pero fundo meo marco ataa XX^{lc} e de XX libras pera fundo hũa dobra cruzada.

¹ A seguir, estão cortadas as palavras *algũa e scripvam*.

² Está abreviada só com uma +.

Item de carta de lecença pera clerigo de fora do arcebispado cantar em elle por hum anno II maravidiis; de carta pera ese medes poder aver e receber beneficio em outras partes outra dobra cruzada³.

Item pera clerigo do arcebispado cantar fora do arciprestado por hum anno I maravidi.

E se for geeral hũa dobra cruzada⁴.

Item de confirmaçom de vigararia hũa dobra cruzada⁵ e o scripvam L reaaes.

Item de comissom pera outro confirmar beneficio outra dobra cruzada⁶ e mais a chancelaria do que o beneficio estevar em taixa segundo dicto he.

Item pera dar sacramentos por hum anno maravidi e se for conigo e a meatade contanto que estee na See de presente. E se for abbade beneficiado e tomar carta geeral enquanto for mercee do senhor⁷ hũua dobra cruzada⁸.

Item de carta de lecença pera rendar beneficio a dizima do que por elle derem.

Item de carta direita	X soldos.
Item de carta <i>quia</i> (sic) <i>rei servando</i>	X soldos.
Item de carta d'escomunhom	V soldos.
Item de carta citatoria de cada pessoa	III soldos III ^o dinheiros.
Item de carta pera requererem a clerigo aa justiça leigal	X soldos.
Item de carta pera requerer as justiças sagraees que prenda o escomungado	X soldos.
Item dispensaçom ordenaria cinco libras ou hũa cruzada.	
Item de carta d'enterdicto	X soldos.
Item de carta de icollomia	X soldos.
Item de confirmaçom de comissom	hum marco de prata.
(fl. 8v) Item de confirmaçom de terçanaria	meo marco de prata.
Item de carta de pose	hum maravidi.
Item de sentença definitiva	XX soldos.
Item de carta de lecença para receber ordeens fora do arcebispado de cada hũuas ordeens	I maravidi.

³ Abreviada assim: + da.

⁴ Abreviada assim: + da.

⁵ Abreviada por uma cruz: + da.

⁶ Abreviada: + da.

⁷ A palavra «senhor» está por senhor *Arcebispo*.

⁸ Abreviada: + da.

Item de carta de ichocorvaria	I marco de prata.
Itemde carta <i>de rebus</i>	V soldos.
Item de carta testemunhavell	huum maravidi.
Item de carta geerall por huum anno	II maravidiis.

Dante os vigairos

Item de carta de reveria de cada pessoa	III soldos III dinheiros.
Item de carta <i>de participantes</i> de cada pessoa	outro tanto.
Item de carta declaratoria	outro tanto.
Item de carta de precatória pera fora	IX soldos.
Item de toda carta pera fora do arcebispado	IX soldos.
Item de carta de segurança	XX soldos.
Item de carta pera requerer clérigo	III soldos III ^o dinheiros.
Item de carta pera tirar enqueriçom	outro tanto.
Item de carta sentençar de prazer de partes de quita de mill libras	VII soldos meo.
E d'hii pera fundo	III soldos dous dinheiros.
Item de carta d'edicto	outro tanto.
Item de carta direita	outro tanto.
Item de carta citatoria geerall	huum maravidil por huum anno.
Item de carta d'asolviçom de cada pessoa	III soldos III ^o dinheiros.
Item de sentença de huum termo sem processo	VII soldos meo.
Item de carta d'asolviçom < de justiça > de juiz	(<i>omissa</i>)
Item de carta <i>causa rei servande</i>	IV [<i>soldos</i>] II pretos.

(Fl. 9) Taixa dante os vigairos

Item cartas citatorias dous reaaes cada pessoa e outro tanto por carta *de rebus furtivis*.

(Fl. 10) Item carta pera asolver sobre terra os finados
que morrem escomungados C reaaes e o..... scripvam X reaaes.

Item da dispensaçom acerca dos que nom sabem gramatica nom lhe levem chancelaria senom hũa vez posto que depois aja muitos beneficios e pagara hũa dobra cruzada⁹ por hũa vez soamente.

Item carta de comissom pera juiz que conheça d'alguns fectos ou fecto per qualquer guisa que seja pague chancelaria huum maravidi e o escripvam X reaaes.

Taixa dante os vigairos

Item cartas citatorias dous reaaes de cada pessoa. E outro tanto por carta *de rebus furtivis*.

(O resto da página está em branco).

⁹ Abreviada por uma: +.

Item donaram donoso Co.º hui xpo de mra. iii lxxij G arzobps
dom fernando nro Co.º tempozoni archa^{ria} pia na forma qe
segue //

Item quanto he a carta d'arcebispo pa Beconalzar.
fiza e moite se o arzobps for ou seu lojo tentos ppejora
sejam puzados os bo pteeres a qua peppas emo aliam
outo dñ^o de qñ^{da} e Esfor^{ca} em qñda a qñda exozgñada poim^{te}
pa peconalzar. no lene causa alguma. E ois qñda leue da
da esstima. e qñda poe seu tñbalho Esfor^{ca} de clada
leue iii nro do Secllo //

Item quanto he aq^{to} q^{to} estolhem as sepulturas nas capelas
e moite de nro na corpa delias. sejam tentos pñtiaaz.
pa herdeiros pei seu beco a qñda e moite e qñda asi mandem
sepultar. mra nro pñcia^m e adina e moite. Es
gaaos sejam outpñtes p os dñ^{os} herdeiros e despidos
da em befini^a ca talz outo oñnam^{te} mais neqñda^m. //
no conselho dos frades. ou meoz parte seu oñam^{te} nos
abbedes e de qñda qñda poi taeta delectenta pague. // nro
Esstima. - xx nro //

Item quanto he aq^{to} cartas delectenta pa hie refido
e de pñcia^m o pñcia^m qñda no pñcia^m aoz dños
qñda seis aq^{to} de pñcia^m no pñcia^m mais de qñda do bea
qñda Esstima. - xx nro //

Item quanto he aq^{to} cartas pa qñda delectenta comete a qñda de
seu cartas pague C nro Esstima da r nro //

Item quanto he aq^{to} cartas delectenta p qñda os bene sem esstima
p a qñda cartas delectenta delectenta bene os por qñda podem
vices. // parte. // nro poe hui and esstima ben. soz pobtes
p qñda nono pñcia^m vices. Etencem capelas ou ben sem
nra quanto de qñda qñda tudo pñcia^m mantee e gñcia^m -

ÍNDIOS E MISSIONÁRIOS NO BRASIL QUINHENTISTA: do confronto à cooperação

Por Eugénio dos Santos

A partir dos finais de Abril de 1500, os portugueses foram descobrindo progressivamente no imenso território, chamado depois Brasil, uma nova humanidade. Descreveram-na ao longo das décadas seguintes, com objectividade, simpatia, notável capacidade de observação e humanismo. Os testemunhos que até nós chegaram são múltiplos e, não raro, divergentes entre si. Não admira que homens de épocas sucessivas, de formação porventura muito diferente, de índole diversa e de actividades profissionais muito variadas, se colocassem em ópticas descritivas muito pessoais. O impressionismo de cada descrição é nota indiscutível. Porém, nos aspectos essenciais, há uma notável convergência de pontos de vista. Este encontro de humanidades, que se miravam mutuamente na diversidade, enriqueceu a civilização dos europeus e do mundo. As abordagens descritivas sobre a terra e as gentes do Brasil constituíram um rápido (e notável) acréscimo dos dados humanos e científicos anteriores, contribuindo desse modo para uma visão planetária ainda incipiente. Mas as limitações de tais contributos são evidentes também. As descrições foram essencialmente valorativas e etnocêntricas, jogando com conceitos-chave como *natureza*, *racionalidade*, *salvação*. O ângulo religião-ética-política foi o critério essencial de valorização de homens ou de grupos. E o cristianismo apresentava-se aos seus portadores europeus como a chave da vitória futura indiscutível. Os portugueses descreviam para informar e atrair outros, agiam com coragem e teimosia, sentindo-se

incumbidos de realizar uma missão escatológica, cujo ideal último era a implantação de uma nova ordem civilizacional assente no «serviço de Deus e bem do povo, que naqueles terras mora»¹.

Infelizmente, a nova humanidade encontrada na América portuguesa era ágrafa. Segundo os seus observadores europeus, os Índios sul-americanos «não têm escriptura, nem caracteres, nem sabem contar, nem têm dinheiro...»². Isso nos impede de sabermos o que pensaram eles próprios dos portugueses, estes homens estranhos, diferentes de si mesmos pelo aspecto físico, pelo vestuário e cerimonial, pela organização social a que pertenciam, pelos utensílios avançadíssimos que usavam. A sua força e poder desconcertavam esses índios primitivos, habituados à guerra, à disputa de territórios, mas que ignoravam o poder monárquico e a ambição de possuir sempre mais, para os quais a ideia de um Deus único, espiritual, exigente, ao qual eram votadas cerimónias vistosas, alfaias ricas e pessoas trajando de modo especial era completamente estranho. Além disso, os novos senhores, vindos do mar, apresentavam-se agora como donos da terra, queriam ocupar as regiões mais férteis e saudáveis, exigiam que os servissem, mesmo usando a força e sem guerra declarada, exibiam costumes e hábitos completamente diferentes.

Estas duas humanidades observaram-se cuidadosamente ao longo de décadas, mediram a sua capacidade de resistência uma à outra e, num primeiro momento, não se hostilizaram. Pelo contrário. A carta de Caminha, primeiro documento escrito por portugueses sobre o Brasil e seu verdadeiro auto de nascimento, é um reflexo do optimismo, da compreensão e da simpatia por essa gente parda, avermelhada, «de bons rostos e bons narizes, bem feitos». Nem o facto de os índios se apresentarem completamente nus, mostrando suas vergonhas, perturbou Caminha, apesar de ser indicativo de uma diferença estrutural de comportamento em relação ao papel do corpo. Para o europeu, este deveria ser coberto, disfarçado, castigado, uma vez que era o instrumento directo dos pecados contínuos. A maldição eterna vinha através dele. Para o aborígine, ao contrário, a ostentação do corpo era uma forma de comunhão directa com a natureza e de participação plena num grupo social determinado³. Nenhuma razão havia para o esconder ou cobrir,

¹ Regimento de Tomé de Sousa, de 1548.

² Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, ms. n.º CXVI (1-33), f. 43.

³ Alguns grupos étnicos mantiveram (pelo menos até finais do séc. XVIII...) o ritual de consumação do matrimónio em público, sem o qual os noivos não se consideravam casados. Para os europeus esse costume era descrito como *bárbaro*.

nem mesmo as exigências climáticas extremas, conhecidas dos europeus e que a maioria deles desconhecia.

Ora este contacto de homens e culturas que iria continuar pelos séculos fora, começara de forma prudente e cautelosa. Os portugueses evitavam os afrontamentos directos, o abuso de poder, a agressividade pública; ao contrário, preferiam a colaboração, a troca directa de objectos, de informações, de serviços. Assim os iam conhecendo melhor e conquistando a sua simpatia. O regimento da nau Bretoa, de 1511, recomendava que os da terra brasílica fossem bem tratados «não se levando deles nenhum para a Europa, ainda que para isso se ofertassem». Porém, esta atitude de mútuo respeito mudaria rapidamente quando os portugueses, a partir de 1534, se dispõem a colonizar e a povoar a nova terra. Então se chocaram frontalmente interesses e se extremaram posições. Os donatários dispunham do privilégio de «cativar gentios para seu serviço», podendo mesmo mandar vender alguns em Lisboa. A escravização, juntando-se à expulsão das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, tornaram-nos inimigos do homem branco. Assim se mudava a primeira atitude de aceitação e colaboração, dando lugar ao confronto directo. A necessidade de uma mão-de-obra cada vez mais abundante e barata iria condicionar as futuras relações das etnias índias com os colonizadores portugueses, oscilando-se entre o entendimento aberto e a oposição frontal, conforme os grupos e as épocas.

Pelo direito de padroado, concedido pelo papado a Portugal, competia à coroa cristianizar as novas terras descobertas, obrigação a que fazia clara referência o texto de nomeação do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, em 1548. Era intenção do rei trazer «os gentios e idólatras ao conhecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e de nossa fé católica para poderem salvar suas almas». Por isso o governador se fez acompanhar de missionários que iriam trabalhar na nova terra, agora de forma organizada e sistemática.

Muito daquilo que sabemos acerca do Brasil quinhentista se ficou a dever a estes homens, dos quais é justo destacar, nos primeiros tempos, os jesuítas. Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Luís da Grã, Fernão Cardim, Francisco Soares e tantos outros. Forneceram-nos informações insubstituíveis, relativamente ao contacto de culturas e humanidades, então postas em presença, nessa zona do globo. Muitas delas são já bem conhecidas e mereceram estudos e comentários eruditos e criteriosos. Porém, outras foram menos ou, até, nunca divulgadas e pareceu-nos, por isso, útil apresentar aqui alguns aspectos importantes destas últimas.

Na Biblioteca Pública de Évora há um famoso manuscrito cuja parte principal corre impressa sob o título: *Tratados da terra e gente do Brasil*, da autoria do jesuíta padre Fernão Cardim, sendo a sua primeira publicação

conjunta já dos finais do século XIX, mas à qual se seguiram outras edições⁴. Porém, nem todo o conteúdo da miscelânea, (pois é disso que se trata) foi convenientemente aproveitado⁵. Muitos outros elementos contém esse precioso documento, de que uma das peças é datada de 31 de Dezembro de 1583, da cidade da Baía⁶. Trata-se de uma *Informação da Província do Brasil para o nosso Padre*, dirigida, talvez, ao geral dos jesuítas, muito provavelmente escrita pelo próprio Cardim. Se assim for, ele redigiu-a apenas alguns meses após a sua chegada ao Brasil, onde aportara em Maio desse ano⁷. O texto é mais ligeiro do que os outros de que o jesuíta alentejano é autor certo e que andam impressos. Mas isso em nada prejudica o seu valor intrínseco.

Por agora deter-nos-emos apenas em alguns pontos fulcrais, os quais traduzem, a nosso ver, um evidente estado de alma do seu autor, imbuido de um optimismo quase ingénuo, face à terra e aos homens primitivos que, com seus companheiros, projectara conquistar para Deus e cujo desígnio, nessa ocasião, ainda lhe parecia fácil de atingir a curto prazo. Eis a imagem que fornece dos nativos:

«Os índios desta província são inumeráveis pela terra adentro, de várias nações, costumes e linguagem e muitos deles são como selvagens e não se pode entender a sua língua e têm pouco remédio para a sua salvação, excepto alguns inocentes ou adultos que se baptizam in extremis e se vão ao céu. Os mais políticos entre eles são os Tupinambás, senhores da Baía e Tupiniquins e outros que se convertem, que dantes viviam pela costa do mar e todos estes são gente de muito pouca capacidade natural, ainda que para a sua salvação tenham início bastante e não são tão boçais e rudes como por aí se imagina... A sua língua é delicada, copiosa e elegante... Na pronunciação são subtis, falam baixo que parece que não se entendem e tudo ouvem e penetram ... Fazem muito caso entre si com os donos de boa língua e chamam-lhes senhores da fala e um bom língua consegue com eles quanto quer..., ouvem-no toda uma noite e às vezes também durante o dia sem dormir, nem comer para o experimentar se é bom língua... São como vermelhos de cor, de mediana estatura, a cara e os membros muito bem proporcionados. O cabelo é corredo de homens e mulheres».

⁴ Cf. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro, 1925, p. 8-9.

⁵ *Cousas do Brasil* (título genérico).

⁶ Cf. fl. 44 (Traduzido do original Castelhanao).

⁷ Era, aliás, a segunda informação sua escrita para o seu superior. Cf. fl. 44.

Eis ainda mais algumas das suas características, que causavam porventura inveja ao observador europeu:

«São grandes pescadores e como peixes no mar e vão ao fundo e estão lá o tempo preciso para trazerem o que buscam. Nos campos e florestas andam e rompem como bichos..., tão destros que não lhes escapa passarinho que não matem e às flechadas matam os peixes na água».

À inveja seguiam-se o exotismo e a surpresa:

«Andam nus. São dados a vinhos que fazem a seu modo e são algo melancólicos e preferem morrer a pensar na morte por imaginação... Andam muitos dias sem comer, se não o têm, mas quando o têm não descansam até acabar e vivunt in diem sem guardar as coisas para outro».

A nudez não escandalizava o autor da informação que se lhe refere, sem surpresa, por estas palavras:

«Têm grande candura natural e com andar nus non verecundant, parece que representam o estado da inocência.»

Não podia, porém, faltar um olhar sobre a sua religião ou práticas supersticiosas:

«Não têm juramentos nem ídolos, alguns fazem feitiçarias, há entre eles aqueles a que chamam Pagê. A eles para alcançar saúde se dão presentes, consentem que lhes façam outras cerimónias, mas não acreditam neles».

Quanto às características sociais, acrescenta:

«Não são quesilentos, mas activos e caritativos; todos os que lhes entram em casa comem com eles sem lhes dizer nada. Não casam de ordinário até que tomem ou matem algum homem».

Depois de se referir às pinturas do corpo e às casas grandes, de palma, em que muitos habitavam, conclui:

«...e têm outras coisas e costumes muito notáveis que por brevidade deixo».

Porém, o desígnio último do nosso autor era a conversão dessas almas rudes, assunto sobre o qual outros autores jesuítas já se haviam pronunciado de forma incisiva, designadamente Manuel da Nóbrega no célebre *DIÁLOGO SOBRE A CONVERSÃO DO GENTIO*, redigido em 1557 ou 1558⁸. Nóbrega usara uma linguagem dura, embora eivada de esperança, como estas palavras sugerem, pela boca de uma personagem:

«Por demais é trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão incarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem aventurança sabem desejar; pregar a estes, é pregar em deserto a pedras».

O interlocutor responde, em tom idêntico:

«Uma coisa têm estes pior de todas, que quando vêm à minha tenda, com um anzol que lhes dê os converterei a todos, e com outros os tornarei a desconverter por serem inconstantes e não lhes entrar a verdadeira fé nos corações... Cristo dizia: não deis o Santo aos cães, nem deiteis as pedras preciosas aos porcos. Se alguma geração há no mundo por quem Cristo Nosso Senhor isto diga deve ser esta, porque vemos que são cães em se comerem e matarem e são porcos nos vícios e maneira de se tratarem e esta deve ser a razão por que alguns padres que do reino vieram os vejo resfriados, porque vinham cuidando de converter todo o Brasil em uma hora e vêem que não podem converter em um ano por sua rudeza e bestialidade».

No decorrer do diálogo, porém, um dos intervenientes pergunta:

«...Não há entre meus irmãos e Padres quem esteja da parte destes negros?»

E o outro responde convicto:

«Todos, porque todos os desejam converter e estão determinados de morrer na demandada...»⁹.

⁸ Cf. Serafim Leite — *Diálogo sobre a conversão do Gentio*. Lisboa, 1954, p. 48 e também Padre Fernão Guerreiro, *Relação anual...* págs. 373 e ss.

⁹ Idem, págs. 55 e ss.

Esta mesma determinação manifesta-a o autor da *Informação*, de 1583, mas é muito mais benevolente e complacente para com os índios. Ao abordar a questão da sua conversão, afirma que já houvera na Baía cerca de 7.000 cristãos, enquanto agora estes não passavam dos 2.000. A razão era a morte de muitos, a fuga de outros para o sertão, por causa dos agravos que recebiam dos portugueses. Estes cativavam-nos, ferravam-nos, vendiam-nos, afastando-os de suas mulheres e filhos. Esse regresso ao sertão causava grande «*detrimento para a sua salvação e aumento da nossa santa fé*». Como agir?

Eis a sua resposta:

«*Não terá isto remédio se não vier a lei que pedimos a Sua Magestade que não sejam cativos, nem os possa ninguém ferrar, nem vender*». Várias leis, com efeito, tinham sido já publicadas a favor dos índios, como a de 20 de Março de 1570 de D. Sebastião, continuada pela Carta Régia de 1573. Mas os abusos dos portugueses continuavam e, por isso, os jesuítas pediam mais protecção real. Consegui-la-iam através de leis, como as de 1595, 1605, 1608, 1609 e outras mais.

O nosso autor fornece-nos, contudo, acerca da conversão dos índios outros dados interessantes:

«*Em todo o Brasil poderão ser baptizados desde que os padres vieram a ele mais de 100.000 pessoas e destas haverá até 20.000*».

Outros autores tinham abordado já a questão da utilidade da catequese aos índios, tanto crianças como adultos, concluindo a maioria deles pela sua pouca utilidade, desde que esses gentios não se fixassem à terra e os padres os não acompanhassem¹⁰. Este também se lhe refere, mas de uma forma tão optimista que quase poderíamos classificar de idílica. Ouçamo-lo:

«*Depois de cristãos têm algumas coisas notáveis e a primeira é que são tanquam tabula rasa para se lhes imprimir todo o bem, nem há para isso dificuldade em tirar-lhes ritos nem adoração de ídolos, porque os não tem. E os costumes depravados de matar homens e comê-los, ter muitas mulheres e embriagar-se de ordinário com os vinhos e outras [coisas] semelhantes, deixam-nos com facilidade e permanecem muito sujeitos aos nossos padres como se*

¹⁰ Casos de Nóbrega, Anchieta, Luís de Grã, Gabriel Soares e outros.

fossem religiosos e lhes têm amor e respeito, não movem pé nem mão sem eles; aprendem muito bem a doutrina cristã e os mistérios da nossa fé, o catecismo e aparelho para a confissão e comunhão e sabem estas coisas tão bem ou melhor do que muitos portugueses.»

Refere-se, como é evidente, o nosso autor aos índios aldeados, de que os padres jesuítas tinham supervisão. Viviam eles em grandes casas, obedecendo a um principal, podendo agrupar-se nelas 100 ou 200 pessoas, entre maridos, mulheres e filhos. O facto de andarem nus não os impedia de serem fiéis a suas mulheres, eram modestos por natureza, andavam muito direitos, choravam de alegria... Enfim, quanto à piedade, ela também não lhes faltava, uma vez que *«ouvem missa todos os dias sem falar, estando de joelhos ou de pé, com as mãos estendidas para o céu»* e afirma ainda o autor *«são tão aficionados à Igreja e culto divino que estarão ali todo o dia. Os padres pregam-lhes nas festas principais ensinando-lhes a doutrina cristã duas vezes por dia, pela manhã, acabada a missa, em português e na sua língua e à tarde, acabados os seus serviços, o diálogo da fé e o aparelho da comunhão e confissão e todos os rapazes e casados, mulheres e meninas respondem às perguntas com grande candura. Os meninos dos índios aprendem com os nossos padres a ler, a escrever e a contar e falar português e tudo captam muito bem»*.

Porém, mais adiante, o mesmo autor escreveu também acerca *«dos impedimentos para a conversão dos brasis e depois de convertidos para o aproveitamento nos costumes e vida cristã.»* Esses impedimentos podem resumir-se a quatro, a saber: a antropofagia que a maioria deles pratica, a poligamia de que os mais poderosos usam sem qualquer limitação, os vinhos em que são muito contínuos e a sua errância constante ou contínua mudança de lugar, geralmente à procura de mantimentos novos. Mas, acrescenta ele, *«todos estes impedimentos são muito fáceis de se lhes tirar»* e, se os não hostilizarmos, cometem muito menos pecados que os portugueses. Aliás, destes procedem os maiores impedimentos, porque não cuidam de os instruir na religião, de os enviar ou, pelo menos, permitir que vão à missa e confissão. E o pior é o escândalo que deles recebem. *«Os que mais padecem, escreve ainda o autor, são os pobres escravos e mais índios livres que estão em poder dos portugueses que não podem ser muitas vezes doutrinados dos padres e assim o maior mal que se fez aos índios da doutrina que vão ajudar os portugueses em suas fazendas é que alguns lhes dão as escravas para com isso os prender mais tempo»*.

Como se vê, chocavam-se frontalmente muitos interesses e práticas

dos europeus idos para o Brasil com as exigências da missionação. Por isso mesmo se compreendem as razões pelas quais, sobretudo os jesuítas, passaram a fazer uma defesa cerrada dos direitos dos índios, face à cupidez dos fazendeiros, que os procuravam escravizar. Manuel da Nóbrega pode bem ser, mais uma vez, considerado um símbolo dessa luta, logo por meados do século XVI. Mas muitos outros lhe seguiram o exemplo, como o autor que aqui vimos evocando. Eis uma das razões pelas quais a cooperação entre missionários e índios se tornou uma constante ao longo dos séculos. Ela foi logo desencadeada a partir da segunda metade de quinhentos, embora os próprios jesuítas não sejam completamente isentos, quanto à questão da escravização do índio. Toda a atenção era votada às crianças sobre as quais se exercia uma acção de catequese intensiva. Os adultos só eram baptizados em casos extremos ou após uma doutrinação longa e se dessem mostras de um mínimo de interesse e afeição à doutrina dos padres, os quais, aliás, também exercitavam missões volantes, servindo-se, na maioria dos casos, de línguas acompanhantes. Nestas acções aculturadoras os missionários procuravam convencer os aborígenes a cobrirem o seu corpo, a não guerrear senão em legítima defesa, a não recorrer a feiticeiros, a nunca mais comerem carne humana, a não errarem constantemente de terra em terra, a não terem mais do que uma mulher...

Estas missões itinerantes deparavam, frequentemente, com intrincados casos de consciência que deveriam ser resolvidos em função da teologia, da ética e da moral e aos quais era necessário responder, de imediato, exigindo, portanto, um cabedal de conhecimentos e segurança jurídica notável da parte dos padres. E algumas dessas questões, então ventiladas, nós conhecemo-las e são reveladoras da cultura de outrora.

Uma delas, muito focada ao longo dos séculos, foi a questão da validade ou não dos casamentos dos índios, seja pela lei da natureza, seja pela lei da graça, isto é, face à Igreja. A espantosa facilidade com que índios, novos ou velhos, sobretudo chefes, tomavam sempre novas mulheres espantava os padres, que não sentiam, na comunidade aborígene, apoio para as suas diligências monogâmicas. Por isso descreviam minuciosamente os hábitos dos nativos na tentativa de lhes perceber as motivações últimas. Como o casamento implica consentimento mútuo dos cônjugues, alguns jesuítas eram de opinião de que se um casal vivesse há vários anos em comunhão e tivesse filhos adultos, continuando juntos, se ambos tivessem mais de trinta anos, *«então pode ser matrimônio, porque a firmeza do consenso destes é terem filhos e não mancebinhos, senão homens feitos de boa idade, porque até então não têm consentimento firme, como é necessário para o casamento. E este é o costume»*. Esta era a opinião do padre Francisco Pinto.

Porém, continua ele «alguns destes mancebos agora quando se convertem não querem de nenhuma maneira casar com aquela moça que tomaram por namorada... dizendo que não a tinham por mulher, senão por amiga, etc., que antes se hão-de ir por aí além». O que afligia o padre era o escândalo das suas decisões, porque os índios nunca perceberam perfeitamente a diferença entre o seu casamento, pela lei da natureza e aquele que os padres diziam ser obra da lei da graça. O constrangimento fornecia, em geral, péssimos resultados. E os padres sabiam-no bem. Rematava, por isso, o dito padre Pinto: «E agora estão assim quando se convertem. Como se pode tornar a desfazer esta meada sem grande escândalo, principalmente alegando eles [os índios] que aquele é o seu costume?» Problema intrincadíssimo, especialmente no caso dos índios honrados, que tinham muitas mulheres como suas.

Assim, o que é necessário para que os casamentos dos gentios fossem considerados válidos? Eis algumas respostas, sugeridas pelos canonistas:

— «Não é necessário que o que se casa tenha intenção de fazer sempre vida com sua mulher e mesmo que tenha intenção de não a fazer, não deixa por isso de ser válido o matrimónio.

— Não é necessário que tenha intenção de não quebrar a fé ou de não a adular..., não deixa por isso de ser válido o casamento.

— Não é necessário não ter intenção de casar com outras pessoas e mesmo que tivesse a tal intenção, nem por isso deixava de valer».

Esta é a opinião comum de teólogos e canonistas».

Como se vê, os missionários tiveram que ceder, em muitos aspectos, aos hábitos locais. Estes pareceres citados são explícitos e surgem como uma forma clara da estreita cooperação entre os missionários e os índios.

Mas nessas missões muitas outras dúvidas surgiram e para elas eram necessárias respostas imediatas. Eis quatro delas, escolhidas de entre mais de duas dezenas:

— «Se se poderá dispensar a um mameluco e índia, que depois de casados se achou que houve relação íntima dele com uma irmã dela antes do casamento?

Resposta: *Sim, com dispensa dos superiores e sem escândalo.*

— «Se depois que estão no mar [i.é, na costa] não querem

casar um com o outro e têm já cada um outro com quem estão amancebados: que remédio se lhes dará?

Resposta: *Que os casem se se querem converter à nossa santa fé, pois consta que entre estes gentios raramente há casamentos na lei da natureza.*

— *«Se se poderão casar dois forros que tem um homem em casa, ainda que o senhor não deu o consentimento a isso?»*

Resposta: *Afirmativa.*

— *«Sabendo-se pela confissão que estão dois escravos amancebados e que se o senhor o souber os açoutará querendo eles casar: se se [deve] falar ao senhor com licença deles se quer que se casem?»*

Resposta: *Afirmativa».*

O nosso manuscrito não termina, porém, com esta matéria controversa. Aborda ainda questões muito específicas que se puseram aos missionários do Brasil quinhentista. Assim, o padre Tolosa exarou um muito interessante parecer sobre o baptismo dos índios, recém-nascidos, jovens, adultos, são e doentes, aldeados ou morando no sertão. Mas outros interessantes pareceres aí estão também transcritos, como:

— *«Que doutrina são os senhores obrigados a dar a seus escravos»;*

— *«Que são obrigados a fazer os senhores de engenho que têm amancebados»;*

— *«Que cousas são obrigados a saber os adultos que se hão-de baptizar»;*

— *«Cousas que se devem ensinar à gente que tem capacidade antes de ser baptizada»;*

— *«Como se poderá saber se receberam o verdadeiro baptismo os gentios do Brasil e os que vêm da Guiné que foram baptizados sem nenhuma instrução e sem lhes explicar o que haviam de crer e o que haviam de obrar».*

O labor dos missionários no Brasil revestiu-se de enormes exigências. E uma das mais notórias era conhecer bem o homem aborígene, captar-lhe a simpatia para conseguir da parte dele a adopção dos valores

européus essenciais, transmitir-lhe a mensagem cristã, dignificando-o e defendendo-o dos abusos dos colonos portugueses, ávidos de mão-de-obra para os seus empreendimentos. O primeiro confronto com alguns costumes «bárbaros» dos índios não impediu os missionários de quinhentos de cooperarem com eles, mesmo que isso os tornasse mal aceites pelos colonos, como tantas vezes sucedeu...

EL CONTROL DE LA HACIENDA PORTUGUESA
DESDE EL PODER CENTRAL:
LA JUNTA DE HACIENDA DE PORTUGAL 1602-1608

Por Dr. Santiago de Luxán Meléndez *

La proliferación del sistema de juntas para gobernar como alternativa a los consejos por motivos de eficacia, a los que se ha referido la historiografía reciente¹, tuvo su correlato en el gobierno de Portugal con la creación de la *Junta de los Contos* en Lisboa en 1601 y, sobre todo, con la aparición de una *Junta de Hacienda de Portugal* en la Corte en 1602, que asumiría las competencias de Hacienda que hubieran debido corresponder al Consejo de aquel Reino, acogiendo en sus deliberaciones a ministros castellanos, permitiendo un mayor grado de control del poder central. A través de una pequeña documentación conservada en Simancas

* Univ. de Las Palmas.

¹ S. de LUXAN MELENDEZ, «La Junta del Padre Confesor en materias de Portugal 1621-1631», *Isleña* (Madeira) 7 (1991), pp. 66-72. A. DOMINGUEZ ORTIZ, *Instituciones y sociedad en la España de los Austrias*, Barcelona, 1985, pp. 14-15. F. TOMAS Y VALIENTE, «El gobierno de la Monarquía y la administración de los reinos en la España del siglo XVII en *Historia de España Menéndez Pidal*, T. XXV, Madrid, 1982, pp. 147-148. J.H. ELLIOTT, «El programa de Olivares y los movimientos de 1640», *Idem*, pp. 410-411. J.L. BERMEJO CABRERA, *Estudios sobre la administración central (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, 1982, pp. 77-82. A.M. HESPANHA, «O governo dos Austria e a modernização política portuguesa», en *Penélope*, 2 (1989), pp. 49-73.

perteneciente al año de 1607, hemos podido trazar un cuadro sumario de cuáles fueron los asuntos que esta Junta tuvo que resolver, sirviendo de instancia superior en los negocios que principalmente consultaba el Consejo de Hacienda desde Lisboa. De este modo, una institución técnica auxiliaba a Su Majestad en la toma de decisiones, referidas especialmente a la partida de las flotas de la India, al aprovisionamiento de las fuerzas de Africa, a intentar resolver las deudas que no disponían de consignación o habían resultado fallidas y, finalmente, a la búsqueda de medios para sufragar esos gastos, teniendo que sortear unos ingresos ordinarios decrecientes y unas rentas que cada vez resultaban más difíciles de arrendar.

I. EL PROCESO DE FORMACION DE JUNTAS ESPECIALES: LA JUNTA DE HACIENDA DE LISBOA 1601-5.

«Por acá e oído que se introduce cierto tribunal de Hacienda en ese Reino con Ministros Castellanos, que no será poca la pesadumbre que se pasará por haverle de asentar»²

(De Zúñiga a Moura en 30-IX-1600)

Las palabras anteriores, escritas desde Bruselas al entonces Virrey de Portugal, expresan con toda lucidez los problemas que traerá consigo la creación en 1601 de una Junta de Hacienda en Lisboa en la que entrarán ministros castellanos. Diez años antes, Felipe II había completado la reforma de la administración central, instituyendo en Portugal un Consejo de Hacienda al que, en teoría, dotaba de las máximas competencias del ramo, convirtiéndole en palabras de Mendes Luz en «O organismo de maior poder e preponderância em todo o reino e seus vastos dominios»³. Dicha Junta, dentro de un estilo de gobernar al que se acudirá cada vez con más frecuencia en épocas posteriores, restaba importantes atribuciones al todavía nuevo Consejo y, lo que es más importante, sería vista como una ruptura de la Carta de Tomar. Desde luego, la buena información de

² S. de LUXAN MELENDEZ, *La revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal: 1560-1640*. Madrid 1988, p. 157 y ss.

³ F. MENDES LUZ, *O Conselho da India*. Lisboa, 1952, p. 82. A.M. HESPANHA, *Vísperas de Leviatán. Instituciones y poder político (Portugal, siglo XVII)*. Madrid, 1989, pp. 182 y ss.

Zúñiga no admite duda por la proximidad de su misiva con la celebración de una consulta por una junta, reunida en Madrid el 18-X-1600, para tratar del orden que debían llevar los ministros que el Rey había mandado fuesen a Portugal⁴. La misión de éstos consistiría en hacer un balance de las rentas y gastos de la Corona, revisando «el libro de quantas que llaman Testamento Viejo» y entender, tanto de los frutos de las naves de la India como del apresto de las del año siguiente. A fin de poder realizar su tarea se les daría acceso a cuantas juntas tuviesen lugar en Lisboa para lo que deberían contar con el beneplácito del Virrey. Se trataba entonces, de buscar un mayor control de la Hacienda portuguesa, aumentando sus rendimientos y agilizando la administración de la que todavía era fuente principal de sus recursos.

Las protestas, como era previsible, no se hicieron esperar, empezando por el Virrey, continuando por la Cámara de Lisboa, llegando incluso al seno del propio Consejo de Portugal. D. Cristóbal de Moura mantendrá por este motivo unas relaciones difíciles con el Consejo de Portugal, desde el que se le acusará de entorpecer la obtención de recursos del Reino para otras partes de la Monarquía, quizás uno de los motivos de la creación de la Junta. La Cámara de Lisboa se quejará arguyendo el quebranto de los privilegios de Tomar (Carta de 19-V-1601), argumento que hará suyo el desembargador (letrado) del Consejo de Portugal Pero Barbosa. Para este ministro, la creación de una Junta de Hacienda («Junta de los Contos») no sólo socavaba las competencias del Consejo de Hacienda, sino del propio Consejo de Portugal, a cuyo cargo debían correr estas materias en la Corte; no entraba sin embargo, a desautorizar el trasvase de recursos a otras partes de la Monarquía siempre que se hiciesen con moderación

«Esto así se guardó inviolablemente en quanto bivió el rey, que esté en gloria, agora de pocos meses acá se quebrantó esta promesa o libertad. Sin se saber la causa, ni el Reino ser oido, y en una junta que se ordenó de ministros castellanos se harán todos los contratos y lo más que perteniense a la Hacienda de Portugal; sim dello se dar cuenta al Consejo de Portugal: de modo que lo que la promesa o libertad tan confirmada dice: que todo se despachará por el Consejo de Portugal, está mudada como

⁴ AHN, Estado, lib. 728.

si dijera que se despacharían los dichos negocios por ministros castellanos y no dixera claramente que se despacharan por el Consejo de Portugal»⁵.

Tanto el escrito de la Cámara de Lisboa como la minuta del consejero de Portugal fueron emitidos cuando los ministros castellanos ya estaban en el vecino Reino. En efecto, en abril de 1601, el ldo. Molina de Medrano del Consejo de Indias, Diego de Herrera contador de Hacienda y Francisco Duarte, factor de la Casa de Contratación de Sevilla, recibieron instrucciones que les asignaban como competencias:

«Toda suerte de arrendamientos de mis Rentas, contratos, y asientos que se hubiesen de hazer y ventas de pimienta y todo lo que tocara a la buena administración de mi Hacienda y apresto de misarmadas y reformación de las cosas que tuviesen necesidad della y arbitrios que se propongan y de lo que pareciere»⁶.

Dicha Junta fue mandada extinguir en 1605 (Carta Regia de 5-XII-1605), pasando sus miembros a formar parte del Consejo de Hacienda, que de ese modo contó en su seno con ministros castellanos. Pero ya entonces, el gobierno central estaba ensayando otra alternativa, pues, desde 1602, se había creado una Junta de Hacienda de Portugal en la propia Corte⁷.

II. LA JUNTA DE HACIENDA DE PORTUGAL EN LA CORTE: UNA VIA ALTERNATIVA A LA JUNTA DE LISBOA

1. Creación, ordenanzas y composición

La creación de la Junta de Hacienda de la Corte que funcionó junto al Consejo de Portugal, parece que tuvo como principal fin, la intervención de ministros castellanos en la toma de decisiones correspondientes a la Hacienda portuguesa. No podemos afirmar que esta fuese una novedad

⁵ Ibidem supra 2. Las cartas de Moura protestando a Borja, máximo responsable del Consejo de Portugal son de 25-IX-1600 y 18-VII-1603. El escrito de Pero Barbosa es un informe presentado a Lerma en 3-IX-1601, cuando se debatía en la Corte la reforma del Consejo de Portugal que culminó en la ordenanza de 1602.

⁶ AHN, E, lib. 81 f. 250.

⁷ MENDEZ LUZ, ob. cit.

absoluta, y de hecho el texto de la ordenanza de la nueva institución⁸ recalca la necesidad de reglamentación por la incorporación a ella de nuevos ministros. En todo caso, la promulgación de instrucciones (14-VI-1602), la presencia de miembros fijos, de lugar de reunión, de atribuciones concretas y permanencia en el tiempo, nos permiten considerar el interés por consolidar esta instancia política a la que se otorgaba un lugar por encima del Consejo de Portugal, tratando de conseguir una mayor coordinación entre las haciendas de los dos Reinos, con la presencia incluso, en sus reuniones, del Presidente del Consejo de Hacienda de Castilla. No parece, sin embargo, que esta nueva Junta mereciese una contestación similar a la de la Junta de los Contos a que nos referimos en el apartado anterior, siendo las circunstancias muy parecidas.

El reglamento de la Junta comenzaba por el nombramiento de sus componentes que serán miembros del Consejo de Portugal (el veedor y dos consejeros) y ministros relacionados con la Hacienda de Castilla, así como el inevitable Confesor Real. Entre 1602-1608, consultaron, que tengamos constancia, catorce ministros diferentes, seis por la parte lusitana y ocho por la castellana. Del Consejo de Portugal destacan por su mayor presencia, D. Enrique de Sousa, Pedralvares Pereira y el Conde de Salinas. De la parte castellana, además del P. Confesor, El Presidente del Consejo de Hacienda, el secretario Pedro Franqueza, y el ldo Molina de Medrano, al que habíamos dejado en la Junta de los Contos de Lisboa. Debemos añadir que la vinculación con el Consejo de Portugal, quedó asegurada en la persona del secretario de Hacienda del Consejo, Luis Figueiredo Falcão, que desempeñaría el mismo puesto en la Junta. El año de 1607, envueltos en un escándalo financiero, Franqueza, Ramírez del Prado y Pedralvares Pereira⁹, eran sustituidos por el Marqués de las Navas y Cristobal de Peñaprieta, habiéndose producido un poco antes la incorporación del 2º Conde de Ficalho.

Las reuniones de la Junta se celebraban normalmente en la misma sala del consejo portugués, aunque una vez trasladada la Corte a Madrid desde Valladolid, en 1606, registremos la petición de licencia por el calor sofocante de aquel verano, para trasladarse al aposento de la Junta de Hacienda de Castilla. Nos interesa igualmente destacar, que la pertenencia a la Junta, como si de un Consejo se tratase, generaba unos emolumentos extraordinarios en concepto de salarios, esmolos, propinas, etc. Los

⁸ AGS, e-Portugal leg. 435.

⁹ AGS, Cámara de Castilla legs. 2792-2796.

ministros cobraban 1000 ducados por 800 los secretarios¹⁰. Con la reforma del Consejo de Portugal en 1607, se produjo el cese como secretario de Figueiredo, quedando en exclusiva el puesto para Francisco de Almeida, también secretario del Consejo, que compartía el cargo con el anterior desde 1606.

Finalmente, debemos reseñar que la ausencia de ministros castellanos en octubre de 1607, produciría un cierto bloqueo en el despacho de los asuntos por parte de la Junta, circunstancia que intentaría ser aprovechada, que nosotros sepamos sin éxito, por el Consejo de Portugal para recuperar atribuciones perdidas.

2 Atribuciones y competencias de la Junta: el ejemplo de 1607

Entre la documentación de Secretarías Provinciales del Archivo General de Simancas existe un libro de registro de consultas de la Junta¹¹ correspondiente a 1607, a través del cual podemos tratar de recomponer el funcionamiento y atribuciones de esta institución, que en esencia fue la última instancia decisoria en la tocante a la administración de la Real Hacienda, como puede leerse en una consulta de mayo de aquel año.

La actividad de la Junta de la Corte puede dividirse básicamente en dos grandes apartados. De un lado, el conocimiento de la situación en que se encontraban las principales rentas de la Corona, tarea que incluía la preocupación general por la falta de liquidez con que atender a los gastos urgentes y las dificultades de arrendamiento de las principales rentas. De otro, la atención a la preparación de las armadas que salían anualmente para la India de cuyo tornaviaje obtenía la Hacienda importantes beneficios, el siempre difícil aprovisionamiento de las fuerzas del Norte de Africa, así como el socorro de las costas de Mina y Cabo Verde, sin olvidar las Capitanías del Brasil sobre las que ya se cernía la amenaza holandesa. Junto a este esfuerzo financiero que no haría más que aumentar, las deudas contraídas antes de 1607 que no tenían consignación cierta. En total un monto de más de 500 millones de reis. Es decir, la Junta de Hacienda en la Corte tomaba las decisiones finales de las materias que correspondían al Consejo de Hacienda de Portugal que, pese a la creación en 1604 de un Consejo de la India, seguía teniendo a su cargo la preparación de las flotas, el control de la venta de la pimienta así como los restantes derechos de la Casa de la India.

¹⁰ Idem supra 2.

¹¹ AGS, SP. lib. 1466. Todas las referencias de consultas de la Junta en este libro.

2.1. Aprestos de armadas y otros socorros

a) *Las flotas de la India*

En 1607 debían aparejarse las naves que en el primer trimestre del año siguiente abandonarían la barra de Lisboa, como efectivamente lo hicieron — según las noticias de Figueiredo Falcão — en número de 5 naos y 7 galeones¹². La responsabilidad directa de la dirección del apresto recayó, de enero a diciembre, en el Conde de Sabugal, Veedor de Hacienda, cuyos puntuales informes constituirían la base de los pareceres de la Junta. En el mes de diciembre se incorporará a esta tarea el también Veedor D. Esteban de Faro que ya se había encargado de esta misión el año anterior, y cuyos roces con Sabugal entorpecerán la labor de la Junta.

A la institución de la Corte llegarán papeles procedentes del Proveedor de los Almacenes — organismo que entendía de la construcción y aparejo de navíos —, del Veedor de Hacienda, del Consejo de Hacienda con el que normalmente concordará la Junta, del de la India, del Virrey y, naturalmente, del Consejo de Portugal que al traslado de los papeles del Reino, añadirá sus propias consultas. Tres pueden ser los asuntos que conciernen al apresto de las naves y que tuvieron que ser atendidos, por tanto, en la Junta: en primer lugar, dado que en 1607 se optó por la fórmula de construir directamente tres naves en vez de contratarlas, *la fabricación de las mismas*¹³; em segundo lugar, *la resolución de la falta de liquidez* de la tesorería real para atender los pagos inmediatos que esta operación requería; y, finalmente, *el control del proceso*, que llevaba incluso la supervisión de lo actuado en el año anterior con el rendimiento de cuentas siempre difícil de obtener, y, que en nuestro caso, además de embargos a hombres de negocios importantes cuyo concurso era fundamental, provocó roces y enfrentamientos entre los propios ministros de Hacienda.

Apenas vamos a detenernos en el primero de los aspectos. La construcción y armamento de tres naves — como indicaba en sus informes Vasco Fernández Cesar, Proveedor de los Almacenes —, además de los problemas financieros, llevaba consigo el corte a tiempo de maderas, la fundición de cañones, el aprovisionamiento de pólvora, de jarcias, aparejos, etc. Las noticias que podemos extraer de las consultas de la Junta, indican que la principal dificultad estuvo en la obtención de piezas de artillería. Al final, habría que abandonar la fundición prevista

¹² J.V. SERRÃO, *Historia de Portugal*, v. IV. Lisboa, 1979, p. 160.

¹³ Incluso aquel año se pensó, ante la imposibilidad de realizar tantas naos como hacían falta en Portugal, que comenzasen a construirse 2 naos en la India cada año. AGS.SP. lib. 1483, ff. 97-98.

y recurrir a la compra apresurada, a las requisas, a los préstamos de todo aquello de utilidad que pudiera encontrarse en las naves fondeadas en Lisboa. Del procedimiento seguido, tan lejos del proyecto inicial, hemos de suponer que la flota de 1608 saldría escasamente pertrechada de artillería, como ocurriese el año anterior. Aspecto este último que sería ampliamente criticado por el Consejo de la India, muy predispuesto a socavar la autoridad del de Hacienda.

La falta de liquidez y los medios a los que había que acudir, contuyeron la parte más importante de la actividad de la Junta. Por un informe del Veedor de Hacienda de 24 de marzo, sabemos que los gastos del apresto se estimaron en un primer momento en 69.779.800 rs repartidos entre la fabricación de 130 piezas de artillería (48.584.000), municiones (5.850.000) y madera y aderezos (15.344.500). Un mes más tarde, sin embargo, el monto ascendía a 138.175.186 rs. El problema era encontrar medios no consignados o consumidos de la Hacienda Real. El recurso escogido por la Junta fue la venta de la pimienta. Primero, se asignaron 2000 quintales que se habían salvado de las naves que el año anterior naufragaron en la costa de Lisboa, cantidad que se redondearía hasta llegar a 3.500 q. con otros restos que había en la Casa de la India. Este medio no dió resultado por la depreciación del momento (informe de Sabugal de 28-IV) y hubo que estudiar otros procedimientos. Recordemos que el Consejo de la India había consultado sobre la necesidad de separar para los aprestos un caudal cierto dando de lado a los dineros extraordinarios y a la ejecución de viejas deudas. Pero no hubo otro remedio que acudir a este tipo de arbitrios, el principal de ellos, *el servicio del perdón de los hebreos*, del que se ofrecieron primero 60.000 cruzados de los consignados a Octavio Centurión (28-II). Más tarde otros 20.000 que el rey tardó en resolver, que fueron los que realmente se hicieron efectivos, haciendo posible que se fuera vendiendo sin tanto apremio la pimienta, a mejor precio. A mediados de junio, cuando se recibieron amenazas de paralización del apresto, la Junta volvería a ofrecer otros 30.000 cruzados, cuyo resultado ignoramos. Además de estos ingresos, se dispuso la ejecución de las cuentas del derecho de las tres naves correspondiente a 1606 (que devengaba 90.000.000 rs), de lo que sobrase del Palo-Brasil después de pagar las fuerzas de Africa, etc.

Sabemos que para completar la flota se realizó asimismo un asiento con el hombre de negocios Jorge Rodríguez Solís, que se comprometió a aderezar la nao «Palma» que había regresado inservible de la India, y que, en este caso, actuó la Junta con gran celeridad, cerrando primero el trato y enviándoselo después para la firma al Rey. Igualmente, se firmó contrato con el arrendador de la renta de la sal (que valía 24 millones) para suministrar bastimentos a la armada por un total de 11 millones a razón

de una postura de 335 rs por ración y persona durante seis meses, de los que la mitad serían reembolsados en la propia renta de la sal y el resto en los derechos de las naves que se esperaban.

El último informe del año, enviado esta vez por Faro (Consulta del 24-XII), dejaba el conjunto del apresto sin concluir, con faltas de dinero, el servicio de los hebreos por cobrar, sueldos sin pagar y en espera del bizcocho, aunque se transmitía el mensaje de que los galeones seguían preparándose. Ante esta situación la Junta solicitó del Rey un préstamo de la Corona de Castilla (vía Sevilla) que sería restituído en las consignaciones que se esperaban percibir.

Hasta aquí, hemos dado la imagen de una Junta que fue siguiendo, paso a paso, todo lo que se hizo en la preparación de la flota durante 1607 (un total de 18 consultas). No ocurrió lo mismo con la supervisión del procedimiento del apresto anterior. Se pidieron informes a Faro, el Consejo de la India denunció por dos veces irregularidades en el procedimiento y, finalmente, la Junta encargó un informe secreto del que por motivos de enemistad manifiesta se desentendió Sabugal, siendo Melchor Teve del Consejo de Hacienda de Portugal, quien cargaría con la responsabilidad. No tenemos constancia de su informe, pero sí de otras acciones de control iniciadas aquel año. Por ejemplo, la petición de cuentas del contratador Manuel Caldeira, pero, sobre todo, el embargo y encarcelamiento de Manuel Gomes Acosta, arrendador de la renta del Consulado, por defectos de la armada del año anterior. El procedimiento fue abierto por el Consejo de Portugal, a través del Consejo de la India, y en este caso, la Junta actuaría como brazo ejecutivo de una orden real, consultada por el Consejo del Reino. Los roces entre los veedores, reflejo del escaso grado de vertebración del Consejo de Hacienda, tuvieron su punto álgido cuando, desde la Corte, se decidió que para mayor celeridad del apresto corriese a cargo de ambos, rompiéndose, de este modo, una tradición.

b) *El aprovisionamiento de los presidios del N. de Africa*

Otro de los cometidos que tuvo que atender la Junta fue el abastecimiento de Tánger, Ceuta y Mazagán, casi siempre sujetos a enormes penurias por la falta de regularidad en los suministros por parte de los asentistas¹⁴. En este caso concreto hay que destacar que la presencia

¹⁴ S. de LUXAN MELENDEZ, «Contribución al estudio de los presidios españoles del N. de Africa: las dificultades de la plaza de Ceuta para abastecerse de trigo 1640-1668», *Hispania*, 130 (1975), pp. 321-342.

de ministros castellanos, permitió una mayor colaboración dado que el suministro se hizo al 50% entre Sevilla y Lisboa, siendo responsable por la parte castellana el Duque de Medina Sidonia. 1607 no fue un año malo para los presidios pese al tono de lamentación general siempre imperante en las comunicaciones de sus gobernadores. A fines del primer trimestre, el estado del suministro del cereal, arrojaba un saldo positivo en Tánger (410 fanegas de más a cuenta de las 2700 que debía recibir por contrato al mes) y Mazagán (400 sobre 1769) mientras que Ceuta pasaba estrecheces (le faltaban 825 de 1625). La Junta dispuso el envío de 15.000 f. para los dos meses siguientes, mitad por mitad desde Sevilla y Lisboa, con lo que se resolverían las penurias. Por el informe del Consejo de Hacienda de Portugal, — remitido el 23-IV —, estamos en condiciones de evaluar los gastos totales de los tres presidios:

1) *Tánger*

32.400 fanegas (2.700 f. al mes)	18.792.000 rs.	
Sueldos y moradías	26.200.000 rs.	
Municiones y arcabuces (fuera de contrato)	2.245.000 rs.	47.237.000 rs.

2) *Ceuta*

19.500 fanegas 81.625 f. al mes)	11.310.000 rs.	
Sueldos y moradías	11.275.000 rs.	
Municiones (tres años)	3.115.474 rs.	25.700.474 rs.

3) *Mazagán*

21.228 1/2 fanegas (1.769 1/2 f. al mes)	12.528.040 rs.	
Sueldos y moradías	11.328.000 rs.	
Municiones	1.824.700 rs.	<u>25.680.740 rs.</u>
		Total 91.371.046 rs.

(Puede observarse un importante error contable pues la cantidad ascendería a 98.618.214 rs.)

En resumen, las fuerzas de Africa no podían ser atendidas con las rentas de los Almojarifazgos (en 1607, 181.907.813 rs.) pues los algo más de 23 millones libras de consignación debían destinarse al pago de juros y otras deudas. Como en el caso de las naves, el servicio del Perdón General se presentaba desde Liboa como la única solución. El problema era el mismo, había que contar con rentas fijas y seguras para poder abastecer regularmente aquellas plazas. La Junta pudo resolver parte del problema, situando en rentas de 1608, 65 millones: 24 procedentes del nuevo derecho de la sal con algunos descuentos de importancia y 36 millones de la renta de los puertos secos que también contaban con

deducciones de peso y, finalmente, los 5 millones de la renta de Santo Tomé. Por Carta real de 4-IX así se dispuso, pero quedó sin aclarar de donde saldría el dinero restante, aunque una posible respuesta a esta cuestión quizás proceda de la reducción de fuerzas que se pensó realizar¹⁵. Como decíamos, el año de 1607 no fue especialmente malo y, a comienzos del último cuatrimestre, Tánger y Mazagán tenían faltas de 725 y 481 f. respectivamente, mientras que en Ceuta los almacenes rebosaban 429 f. por encima del total del año. Por esta razón, La Junta se felicitó de su gestión, dándose las gracias a Medina y Sabugal por su eficaz ejecución.

c) *Apresto de naves para echar a los enemigos de Mina, Cabo Verde y el Brasil*

Armar dos carabelas y un galeón, a mediados de año, para ir a expulsar a los enemigos de las costas de Guinea y Cabo Verde no era tampoco tarea fácil. A la Junta de Hacienda llegó consulta del Consejo de Portugal, remitiéndose el asunto a una Junta de armadas que se reunía en Lisboa. Los avisos de ataques holandeses al castillo de San Jorge de Mina eran conocidos por el Consejo de Portugal que había consultado al Rey, en este sentido, el verano anterior¹⁶. Según los datos que aportaba el Consejo, solamente el año de 1605, los rebeldes habían sacado de aquella zona, hacienda por valor de 500.000 cruzados, con la que además hacían la guerra a Su Majestad. En aquel presidio apenas quedaban 30 soldados y la pérdida del mismo tendría un enorme valor sentimental, además del comercial. Para el Consejo, había que enviar 6 carabelas con 150 soldados provistos de todo lo necesario, que serían sufragados con la venta de la pimienta. En aquellos momentos, se acababa de nombrar nuevo Capitán de la fortaleza y la respuesta regia fue apremiar su salida. Un año después, en 1607, la inseguridad no había descendido y todo lo que se obtuvo fueron 6.000 cruzados del servicio de los cristianos nuevos, con los que armar una única carabela de la que no tenemos constancia que efectivamente saliese. Sí sabemos sin embargo, que el asunto continuó estando entre las preocupaciones del Consejo de Portugal que en consulta de 23-XII volvía a plantear la necesidad de armar una flota de 5 navíos y dos galeones que debían permanecer en aquellas costas

¹⁵ AGS, SP, lib. 1476, ff. 385-386. Consulta del C. de Portugal de 7-XI-1607.

¹⁶ Consulta de 20-VIII-1606, Idem, ff. 121-127.

para impedir el comercio a los enemigos, lo cual dificultaría enormemente la falta de hacienda¹⁷.

Los preparativos holandeses también incumbían al Brasil. En consulta del Consejo de Portugal de 28-XII-1607¹⁸ sobre otra del Consejo de la India, se recomendaba se aprestasen con toda brevedad dos naves que trasladasen al nuevo gobernador D. Diego Meneses a aquellas tierras, con gente de guerra, municiones, armas, etc., procediéndose a una revista de todas las fortificaciones, especialmente las de Río de Janeiro. En este caso la Junta de Hacienda actuaría como brazo ejecutor del Consejo de Portugal, enviando un correo urgente a Lisboa para se proveyese el dinero necesario. Como se vio por esta institución, en consulta de 5-V-1607, la salida del nuevo gobernador del Brasil se ligaba a una combinación más amplia de nuevos gobernadores que saldrían con refuerzos para Angola, Mina y Santo Tomé.

2.2. Situación general de las rentas de Portugal

Uno de los aspectos fundamentales que tuvo que atender la Junta de Hacienda de Portugal fue el arrendamiento de las rentas reales, dentro de un clima de necesidad motivado por la falta de dinero en el Arca de asentamiento de dicho Reino. Como hemos señalado en el apartado anterior, había que obtener numerario al contado para el apresto de las naves de la India, aprovisionamiento de las fuerzas de Africa, carabela de Mina, que eran asuntos que no admitían dilación, junto a los ordenados de los criados del Rey, guarda alemana y limosnas a monasterios y hospitales que salían de los derechos de la India.

a) *El problema del arrendamiento de las rentas*

Según el informe de Melchor de Teve, el bajo rendimiento de las rentas y la falta de contratistas de crédito y caudal, eran los principales obstáculos. El asunto era especialmente grave en el caso de la Alfandega de Lisboa, en la que el contrabando y el excesivo rigor de los ministros castellanos en sus visitas habían ahuyentado a los posibles contratadores.

En el año de 1607, registramos un cambio en el procedimiento que haría recuperar parte del protagonismo perdido al Consejo de Hacienda

¹⁷ Idem f. 401-402.

¹⁸ Idem, ff. 253-256.

de Portugal. Hasta entonces, el remate de los asientos se hacía en la Corte con las consiguientes tensiones entre Junta y Consejo de Hacienda que podían defender opciones diferentes, como ocurrió en el remate del estanco de los naipes y solimao resuelto a favor de la Corte. Sin embargo, la situación que hemos enunciado más arriba obligó a la Junta a adoptar una posición más realista, decidiendo que los contratos se hiciesen en Lisboa. Este es el sentido de la importante consulta de 3-IV. En Madrid, faltaban hombres de negocios, se tenía poca noticia de ellos y la experiencia demostraba que los remates salían fallidos. Las rentas deberían pregonarse, a partir de ahora, en Lisboa, e incluso las posturas que se presentasen en la Corte se remitirían al Consejo de Hacienda de Portugal, que remataría los contratos con la única condición de llevar la firma, y por tanto, la autorización real final. La Junta de Hacienda no renunciaba por ello a su preeminencia como indica la advertencia siguiente

«Y conviene que VMgd. tenga noticia de la forma en que se hacen y a tiempo que pueda mandar lo que más convenga al beneficio de las dichas rentas y por conservar la buena dependencia y buena correspondencia que importa tenga el dicho Consejo de Hacienda con esta Junta y excusar otros inconvenientes...»¹⁹.

b) *Situación de las rentas*

Debemos destacar en primer lugar, que uno de los asuntos debatidos en 1607 fue el del principal ingreso ordinario de la Corona, *las sisas*. En efecto, este impuesto, semejante a las alcabalas castellanas, permanecía encabezado desde 1558 estabilizado en un monto de 222 millones de reis. La cuestión de su acrecentamiento venía debatiéndose desde 1605, en que se nombró por parte del Consejo de Portugal una comisión que hubiera debido visitar el Reino negociando el aumento que en un estudio manejado por la Junta se cifraba en el doble. Después de un intrincado proceso con posiciones contradictorias, en el que se debatió la prolongación del encabezamiento o la administración directa, se optó al final por dejar las cosas como estaban. Recuérdese en que 1607 esta renta, aún estancada

¹⁹ Idem supra 2 p. 190.

desde hacía tiempo, significaba el 40% del total de los ingresos ordinarios de Portugal²⁰.

Otro ingreso fundamental era el de las *Casas de Lisboa*, ciudad en la que las sisas no estaban encabezadas, y donde existía un impuesto especial sobre los vinos que motivaría diferencias entre la Cámara de Lisboa y el Consejo de Hacienda por la fijación del precio. La renta del vino (valorada en 24 millones), era un asunto importante y lo que se debatía era el mantenimiento o no del privilegio de la Cámara de fijar su precio. En cuanto a los derechos de las Casas de Lisboa, debido al mal procedimiento de su contratador Fernão Lopes, consultó la Junta que debería ordenarse a la Cámara de Lisboa que se hiciese cargo del mismo a idéntico precio que lo tenía el referido arrendador. En este caso, La Junta se conformó, como en otras tantas ocasiones, con el parecer del Consejo de Hacienda.

En la renta del *Estanco de los naipes* (que valía 10. millones)²¹, se produjo un contencioso entre la Junta y el Consejo de Hacienda que apoyó el remate presentado por Manuel Gomes Cardoso que en nombre de Baltasar Pinhel, ofrecería casi 10 millones que incluían 3000 cruzados de anticipo, 500 para gastos de la Junta más 2000 de prometido y 100 para una obra pía. Sin embargo, el estanco sería adjudicado a Francisco Gómez de la Peña, en nombre de Vicente Núñez Torres, con una postura sensiblemente inferior pero con una segunda puja que rebasó al competidor de Lisboa. El Consejo de Hacienda que había cerrado el trato se vió desautorizado por la Junta de la Corte, mostrando ambas instituciones un fuerte grado de descoordinación.

El contrabando y las visitas eran la cara negativa que en la *renta de las aduanas*, produjo el embargo del comercio extranjero. Esta era al menos, la opinión de Melchor de Teve, cuyas minutas eran siempre bien atendidas en la Junta. Siendo un ingreso que fue valorado en 186.500.000 rs, hacía un año que no se pagaban en él, ni tenças, ni juros, ni salarios. En noviembre de 1606, según informe de Martín Alvarez de Castro, se había contratado la alfandega de Lisboa con Manuel Rodríguez Elvas y Diego Rodríguez de Lisboa en 157 millones, arrendamiento que no llegó a rematarse. Por otro lado el rendimiento de aquel año no llegó a los 100 millones, por lo que el contrato se debía intentar realizar. Volviendo a la opinión de Teve, había criados de Su Majestad que por no recibir sus

²⁰ A.M. HESPANHA, «Portugal y la política de Olivares. Ensayo de análisis estructural» en *La España del Conde Duque de Olivares*, Valladolid, 1990, pp. 621-651.

²¹ V. MAGALHÃES CODINHO, «Finanças Públicas e estrutura do Estado» en J. SERRÃO, *Diccionario de Historia de Portugal*, 1984, v. III, p. 88.

sueldos, tenían que acudir a la sopa de los monasterios. La única respuesta de la Junta de la Corte fue escribir al Consejo de Hacienda instándole a que tratase de conseguir arrendador, buscando mientras tanto el medio para evitar los descaminos.

Otra renta, igual de importante, era la del Consulado, impuesto creado en 1593 para el apresto de las flotas. Un decreto de 1607 había dispuesto que lo obtenido de aquel medio (contrato que detentaba Manuel Gomes) y lo procedente de los derechos de las naves de la India se mantuviese líquido para poder acudir a las necesidades que fueran surgiendo. Por los datos que el Proveedor de los Almacenes envió de Lisboa, de los 7.822.287 rs que montaba la suma referida hasta el momento, los factores del citado hombre de negocios sólo habían entregado 2 millones, ordenándose por la Junta la restitución del resto, que se había utilizado en pagar sueldos a la armada. Ante esta nueva situación de descoordinación, la Junta pasó a considerar la posibilidad de administrar directamente la renta quitándosela a los contratistas, inclinándose como en otras ocasiones, por la mejor conveniencia del arrendamiento, encargándose para ello que se pregonase la de 1608.

El rendimiento de la *pimienta* era uno de los capítulos fundamentales con el que se financiaban los gastos extraordinarios del Estado. El informe presentado a la Junta por Martín Álvarez de Castro a comienzos de año, estimaba en 12.000 quintales las existencias, entre pimienta en buen estado y averiada. Vendidas a 30 cruzados/q. podrían proporcionar una cantidad cercana a los 360.000 cruzados, operación que debía cerrarse en el plazo de tiempo más breve posible con los arrendadores de la aduana de Lisboa arriba citados, teniendo en cuenta que estos contratadores podrían situar fácilmente dinero en Flandes. En la Junta de Hacienda se vieron a fin de año sendos informes de Melchor Teve y Esteban de Faro, ya al frente del apresto de las naos de la India, que confirmaban algunos datos antes consignados. Efectivamente se habían reunido aquel año 12.000 q., pero descontando lo que Su Majestad había ido pidiendo a lo largo del año, especialmente 2.900 q. para su estanco en Castilla, sólo quedaban 5.000 q. que rendirían poco dinero por haber mucha pimienta distribuida en detrimento de su precio. El escrito del Veedor de Hacienda ligaba el apresto de las naos de la India al buen concierto de la venta de las especias con los hombres de negocios, especialmente con Hector Méndez y Ruy López de Evora que dudaban en subir el precio de compra por el problema de las usuras.

Otro medio, aunque mucho más inseguro y sobre todo lento, era la *ejecución de deudas*. Aquel año, se trataron en la Junta las contraídas por el arrendador de Santo Tomé Baltasar Rodríguez Chaves (19-I); los adeudamientos del antiguo tesorero de la Casa de la India, Francisco

Rebello, de los años de 1579 a 1581 en que pagó sin mandamiento 17.349.274 rs en juros de aquella institución (20-I), proceso que duraba ya más de tres años; de lo que debía Diego Faleiro del contrato de la Casa de la India (29-VII); los problemas con Manuel Gómez de Elvás por supresión del cargo de tesorero de los Almojarifazgos (18-VI); finalmente, el aplazamiento que pedía Fernão Lopez para pagar lo que adeudaba de la renta de los derechos de la Casa de Lisboa (12-XII).

Por último la Junta de Hacienda consultó sobre dos medios extraordinarios: el *servicio del perdón de los cristianos nuevos* y el *concierto de las usuras*. El primero, ya lo hemos visto, fue decisivo para el apresto de las naves de aquel año. El cobro de este servicio corrió a cargo de una Junta presidida por D. Constantino de Melo de la que formaban parte los letrados Carlos Blandao, Medo da Mota y el Dr. Andrés de Mello que actuaba como fiscal. El servicio, en un principio de 1.700.000 cruzados, fue aumentado a 2.000.000 en junio de 1606, siendo muy contestada la repartición de los mismos. En cuanto a las usuras, se trató de un concierto con Héctor Méndez y Ruy López de Evora por el que se obtendrían 300.000 cruzados.

c) Deudas contraídas por la Hacienda Real y peticiones de cambio de situados

El Conde de Sabugal presentó a comienzos de año un estado general de las deudas de la Hacienda Real por un montante total de 211.032.715 rs, distribuidos de la forma siguiente:

Misericordia de Lisboa	7.724.989 rs.
Cautivos	89.150.605 rs.
Obras Pías	14.150.605 rs.
Esmolaria	3.146.135 rs.
De lo que debía Fernao Lopes de las Casas de Lisboa correspondiente a 1605	33.052.340 rs.
Situado en los libros de Almacén, Guinea e Indias	8.541.485 rs.
Casa de India y Mina	17.088.909 rs.
Nómina de Alfandega (1604)	28.075.064 rs.
Deudas de diferentes personas	9.599.605 rs.
Total	=211.032.716 rs.

(Hemos apreciado un error contable de medio millón de rs.)

La citada relación se confeccionó en respuesta a una O. Real a la Junta de 24-XI-1606, en la que se pedía un informe detallado de a quién se debía, por qué títulos y desde cuánto tiempo. En la consulta de 28-II-

-1607, la Junta destacó especialmente la necesidad de acudir a las deudas con la Misericordia de Lisboa (situadas en juros de la Casa de la India) y a la redención de cautivos, pagándose en el crecimiento que se esperaba obtener en las sisas, parecer con el que no se conformó el Rey quien ordenó a la Junta que buscara un medio más seguro.

De modo particular en aquel año, se vieron los casos de la Misericordia de Lisboa a la que se conmutó a cuenta de los 40.000 cruzados que le adeudaba Su Majestade, outra de 6.400.000 rs (12-I); de Pedro López de Vilanova al que se adeudaban 1.741.381 rs en la Tesorería de los Almojarifazgos que se respondió afirmativamente (12-III); del Convento de la Madre de Dios de monjas descalzas de Lisboa que solicitaron el cambio de los 900.000 rs de limosnas que tenían pendientes por el tesorero del Arca a los Almojarifazgos de la Torre de Moncorco, Guarda y Miranda, como se hizo (29-III); de las deudas con la Guarda alemana, cuyos ordenados quedaron situados en los rendimientos de las haciendas que venían de las Indias de los que quedaban sin consignar 15 millones, dándoles 12.000 cruzados a cuenta de los 27.000 que se les debían en el primer pago del arrendador de la sal (21-VII); del Monasterio de la Anunciada de las dominicas de Lisboa que solicitaban un cambio de los 900.000 rs que tenían en juros de la Casa de la India a las sisas retardadas de la Casa de Suplicación, lo que no se concedió (31-VII); los 30 moyos de paz y 1.340.000 rs que se debían al Hospital de Todos los Santos de Lisboa que se consignaron de un dinero que entregó al Arca el Correo mayor y de la décima de la Chancillería (8-X); de la Cartuja de Evora que solicitaban el cambio de un juro de 179.034 rs de la imposición de los vinos de Lisboa a la de Evora, como se concedió (12-XII); por último, el pago de una deuda de los testamentarios de la Emperatriz por valor de 5333 ducados (14-XII).

OS PODERES URBANOS
FACE ÀS MUTAÇÕES ECONÓMICAS:
A FÁBRICA DE ALGODÃO DE AVEIRO — 1769/78

Por Inês Amorim

Acerca da economia portuguesa no Antigo Regime, é ideia geralmente difundida que o país era essencialmente agrícola, e que o desenvolvimento industrial foi de tal forma lento e condicionado, que nunca atingiu um estágio industrial característico¹. Este princípio resulta naturalmente duma história industrial em construção, e igualmente de algumas ideias feitas acerca dos efeitos devastadores da concorrência inglesa, logo a partir do Tratado de Methuen: entrada de tecidos ingleses, saída do ouro brasileiro em contrapartida da expansão da vinha entregue a um nicho de interesses (em grande medida também britânicos), o retrocesso de outras culturas, a falha de sectores produtivos, finalmente, uma balança comercial desequilibrada, especialmente com a Inglaterra². Alguns anos mais tarde, o Tratado de 1810 de abertura dos portos brasileiros à oferta inglesa fez

¹ Custódio, Jorge — Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos, Lisboa, Querco, 1983, pág. 39; refere esta ideia generalizada apontando a falta de trabalhos que contrariem tal.

² Sideri, Sandro — Comércio e Poder, Lisboa, Cosmos, 1978, pág. 64 e segs.

renascer a ideia duma concorrência à indústria portuguesa, especialmente têxtil, agora dos algodões, que perde o seu principal mercado³. Mas a interpretação complica-se quando novas ideias suscitam a discussão, sobretudo na perspectiva da articulação entre agricultura e indústria no período Pombalino: «os movimentos de industrialização e desindustrialização não serão reflexo da melhor ou pior conjuntura agrícola, mais do que outros factores?»⁴.

É ideia aceite que o Marquês de Pombal concedeu uma atenção especial ao sector secundário, organizando-o, antecedido já por iniciativas do Conde de Ericeira, apoiadas por uma actividade artesanal ou doméstica, complementar da estrutura agrária, e que explicaria, segundo a perspectiva de Borges de Macedo, o facto da produção portuguesa ser pouco afectada pelo Tratado de Methuen de abertura dos portos aos têxteis ingleses, a não ser o litoral⁵.

Outra ideia aceite é a de que os «arranques industriais» (1670-75 a 1690; 1769-70 a 1778; 1806-1826(?)) verificaram-se alternadamente com as conjunturas favoráveis à actividade comercial, sobretudo colonial⁶. Entretanto V. Magalhães Godinho aprofundava a discussão entre conjuntura dos preços e salários e industrialização: uma baixa de preços agrícolas era factor de investimento, pelo peso maior dos salários, mais altos, no cálculo dos custos, o que fomentaria o avanço tecnológico com vista à substituição da mão de obra⁷. Sem dúvida que quer as concepções de V. Magalhães Godinho quer de Borges de Macedo, não apresentam qualquer contestação para os dois primeiros períodos de fomento manufactureiro: dificuldades do comércio colonial, embaraços no escoamento dos produtos coloniais, com afundamento dos preços, e se em 1770 o tabaco resiste à

³ Alexandre, Valentim — Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro, in «Ler História», n. 7, Lisboa, 1986, págs. 3 a 45.

⁴ Justino, David, recensão crítica a Macedo, Borges de — Problemas de História da Indústria no séc. XVIII, in «Revista de História Económica e Social», n. 11, 1983, pag. 128. Chama a atenção para a contradição em que cai Borges de Macedo, ao concordar na relação intrínseca dos dois factores, mas que não aceita precisamente a tese de Vitorino Magalhães Godinho que fundamenta o arranque industrial numa conjuntura deficitária dos preços agrícolas.

⁵ Macedo, Borges de — A situação económica no tempo de Pombal, 2.^a edição, Lisboa, Moraes Editores, 1982, pág. 120.

⁶ Godinho, Vitorino Magalhães — Prix et Monnaies au Portugal, Paris, A. Colin, 1955, pág. 249 a 281.

⁷ Pedreira, Jorge Miguel — Industrialização e flutuações Económicas, Preços, Mercados e Inovação Tecnológica. Apontamentos e reflexões sobre o caso português (1670-1890), in «Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho», Lisboa, 1988, pág. 278.

baixa e o vinho atravessa uma fase favorável, a contracção das remessas de ouro, produz uma escassez de meios de pagamento que impõe a promoção das manufacturas⁸. Este consenso esbate-se com o estudo do terceiro arranque industrial, em que alguns se inclinam para a impossibilidade de se falar num verdadeiro impulso industrializador comparável aos anteriores; mas a recomposição dos níveis pós Invasões Francesas ultrapassa também uma simples reelaboração. Essa «démarrage» surgirá por volta de meados da década de 1830⁹.

Parece, porém, interessante a ideia que Jorge Pedreira defende num recente artigo, «o crescimento dum ramo de actividade não tem obrigatoriamente de fazer-se à custa dos outros», ou «nem sempre [...] mesmo no Portugal de Setecentos a indústria e a inovação tem de insinuar-se através das adversidades da esfera comercial para assumirem um lugar de destaque»¹⁰. É que quando após o fomento Pombalino os tráfegos se recompõem, não se reproduz a recessão industrial; embora restringindo os subsídios às fábricas, transferindo-as para a propriedade e exploração privadas, o Estado não deixou de as proteger por pautas sobre importações, isenções e exclusivos. As inovações prosseguem mesmo no período de subida de preços a partir de 1789 com as fiações de algodão, cardar e sobretudo a estamperia, correspondendo este vigor não apenas a um mercado interior, ou à substituição das importações, mas voltado para fornecimento às colónias, representando entre 1796 e 1806, 36% de todas as manufacturas exportadas¹¹; o Brasil é o grande mercado¹². A clarificação de funções, entre a Junta do Comércio, e a criada Junta da Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres em 1778, permitiu saldar as empresas que eram viáveis¹³, numa espécie de «clearing» industrial.

O nosso objectivo é o estudo da aplicação dum programa industrial do Estado, no período Pombalino (1769-1777), na perspectiva de o testar ao nível do espaço histórico que era a Provedoria de Aveiro, observando a capacidade de adaptação da conjuntura local à do Reino, ou seja, os

⁸ Id., *Ibid.*, pág. 279.

⁹ Id., *Ibid.*, pág. 280-281.

¹⁰ Id., *Ibid.*, pág. 289.

¹¹ Id., *Ibid.*

¹² Acerca do peso preponderante do mercado brasileiro pelo menos até 1810, altura em que a sua perda agonizou o sector têxtil do algodão, ver o interessante e polémico artigo: Alexandre, Valentim — Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro, in «Ler História» n. 7, 1986, págs. 3 a 45.

¹³ Neves, José Acúrsio das — Memória sob os meios de melhorar..., o.c., pág. 47.

poderes municipais face às intervenções do poder central, os governos municipais face às mutações manufactureiras; e ainda avaliar até que ponto as iniciativas estatais foram precedidas ou encontraram condições favoráveis, à formação dum mercado interno. Confronto este que não tem merecido a atenção da investigação histórica, afinal num dos aspectos que move discussões, as relações centro/periferia; a oportunidade surge com a instalação da Fábrica de Algodão de Aveiro... Esta, tornou-se cidade a partir de 1759, centro duma recém-criada Comarca e Provedoria, em 1760¹⁴, na sequência da extinção da Casa de Aveiro. Estudaremos o tempo iniciado com o surto industrializador de Pombal, no ramo têxtil, seda e algodão, a partir de 1769, e num âmbito correspondente à instalação e primeira fase da laboração da Fábrica de Algodão de Aveiro (1772/1778).

* * *

Até 1760 a legislação industrial dizia respeito quase exclusivamente à indústria de tecelagem de seda, às manufacturas de tabaco, açúcar e pólvora, e o objectivo era proteger a produção nacional face ao concorrente francês. A protecção ao tecelão, a cultura das amoreiras e a reorganização da Real Fábrica de Sedas do Rato, são os aspectos mais exemplificativos deste esforço¹⁵. A partir de 1770, e depois dum certo desinteresse motivado pela prosperidade colonial, o fomento da indústria tradicional visava mais uma melhoria da qualidade (estabelecimento da calandra, melhoramento no método de dar lustro e goma aos tecidos), mas também da quantidade, com a intensificação do plantio de amoreiras¹⁶; só para o termo de Lisboa, cerca de 20.000 pés¹⁷.

Aveiro, segue este exemplo através das medidas tomadas pelo Dr. José António Pestana e Silva, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo do Desembargo de Sua Magestade, juiz de fora de Aveiro até Dezembro de 1771, empossado então como corregedor até Julho de 1779, ou seja perto de três mandatos¹⁸. Apresenta um plano de sementeira de amoreiras

¹⁴ Milenário de Aveiro. Colectânia de Documentos Históricos, vol. 2, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1945, págs. 586, 588.

¹⁵ Macedo, Borges de — A situação económica..., o.c., pág. 122.

¹⁶ Macedo, Borges de — Problemas de História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII, 2.^a ed., Quercos, 1982, pág. 227.

¹⁷ Id., *Ibid.*

¹⁸ A.M.A.-L.V. n. 8, ss. 1/12/1771.

verdadeiramente exemplar pela rapidez de concretização. Em Março de 1772, em reunião com a Vereação de Aveiro, refere as medidas a tomar na divulgação da planta¹⁹:

* a compra de estacas de amoreiras da Província de Trás-os-Montes, zona por excelência de tradicional cultivo e indústria²⁰, por encomenda feita a um homem de negócio do Porto, Vicente Pedrossem da Silva, figura conhecida do meio comercial e financeiro de Aveiro;

* a encomenda de sementes de amoreiras brancas, «para se aproveitarem as pessoas desta Comarca»;

* o contacto com os juizes de Ílhavo, Vagos, Águeda, Estarreja, incumbidos igualmente de as mandar vir de outras Comarcas;

* o plantio nos baldios do Concelho, e à volta das muralhas de Aveiro²¹; nos lugares do Termo, nos rocios e praças;

* visto não haver maninhos do Concelho, se persuadissem os donos, senhorios e enfiteutas a plantá-las;

* o cultivo de cerca de 20 amoreiras por lavrador, operando as enxertias que ainda fossem a tempo.

Em 1773 procedeu-se à vistoria das plantações em Aveiro: locais, amoreiras por plantador e sua identificação, bichos, seda, etc., para o que se nomeiam três homens bons²²; passados dois meses surgem os resultados do ano de 1772, ainda modestos²³ 109, amoreiras novas, contra as 23 velhas; mas logo no ano de 1773 um grande vigor se verifica com o próprio corregedor a plantar nos seus terrenos 500 pés, os Mosteiros da cidade cerca de 163, e vários particulares em número de 1213²⁴, cerca de 30 por pessoa, numa missão que se pretendia certamente didáctica e exemplar. Logo são enviadas para a Junta do Comércio notícias detalhadas acompanhadas por uma amostra dos fios obtidos²⁵: refere-se o plantio de 82.867 amoreiras para lá das 564 já existentes no ano de 1772, na Comarca e Termo de Aveiro. Descreve nominalmente os donos das antigas

¹⁹ A.M.A.-L.V. n. 8, ss. 2/3/1772.

²⁰ Sousa, Fernando de — A indústria das sedas em Trás os Montes (1790-1813), in «Revista de História Económica e Social», n. 2, 1978, pág. 69.

²¹ AMA-LV n. 8, ss. 2/3/772, especificam-se o campo da Fonte Nova, e o de S. Tiago, e à volta das muralhas, junto à Torre dos Oleiros, em Aveiro, na freguesia do Espírito Santo.

²² A.M.A.-L.V. n. 8, ss. 11/8/773.

²³ A.M.A.-L.V. n. 8, ss. 2/10/773.

²⁴ A.M.A.-L.V. n. 8, ss. 23/10/773.

²⁵ A.H.M.O.P.-J.C. n. 8, cx. João, Carta de Venâncio Galhardo, escrivão da Correição de Aveiro, 6/11/1772.

amoreiras lugar a lugar, quer do Termo quer da Comarca, sobressaindo o número impressionante de mais de 20.000 pés só para o concelho da Bemposta. Esta sua febril actividade é-lhe reconhecida pela mesma Junta do Comércio quando lhe renova o cargo de corregedor, e nas muitas razões apontadas se inclui o zelo na divulgação do trato da amoreira: «...para cujo conhecimento distribuiu por várias pessoas os livros que tratam sobre o método de os criar e conservar, promovendo ao mesmo tempo a Plantação das Árvores de Sumagre e outras úteis para a composição da tinta; e do mesmo modo a sementeira dos linhos em sítios adequados...»²⁶.

* * *

Mas é o algodão que trará um vigor novo ao sector têxtil, e que contará uma vez mais com o zelo deste mesmo corregedor, a quando da instalação duma unidade de fiação tecelagem de têxteis em algodão com mistura de seda e linho, em Aveiro (depois duma primeira em Lisboa), sob a iniciativa dum italiano João Baptista Locatelli. Talvez veneziano²⁷, teria começado por fundar uma fábrica de grude em Lisboa²⁸, a que se seguiria uma oficina de azeite e salga de peixe em Aveiro²⁹. Mas o sector que o faria relativamente conhecido, estranhamente pouco conhecido, seria a iniciativa na «introdução e ensino de fazer cardar e fiar o algodão»³⁰. A notícia mais desenvolvida acerca deste assunto é dada por

²⁶ Id., *Ibid.*, curioso documento intitulado: «Plano y Estado das Amoreiras, Velhas e Novas plantadas no anno de 1772 para a futura próxima Creacion de Bichos de Seda que se hade fazer mediante disposição do S. D. Antonio Pestana Corregedor Dignissimo da Cidade de Aveiro y su Comarca».

²⁷ Pereira, Esteves — *A indústria portuguesa. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Guimarães e Ca. Editores, 1979, pág. 136.

²⁸ Serrão, J. Veríssimo — *História de Portugal*, v. 6, Lisboa, Verbo, s.d., pág. 200.

²⁹ Pereira, Esteves — *A indústria portuguesa...*, o.c., pág. 137; refere ter Locatelli fundado primeiro uma fábrica de azeite de peixe em Aveiro, e depois um francês «Minjoal», uma segunda em Ovar. Aurélio de Oliveira estudou a iniciativa do francês Pedro Myouille, com a sua instalação por volta de 1773 em Ovar, numa conjuntura de defesa das áreas e mercados de pesca, a que se associaria o conflito gerado pela suspensão das exportações galegas de pescado e o abalo nas colónias algarvias; oportunidade de que igualmente se teria aproveitado Locatelli, como afirma Oliveira, Aurélio de — Póvoa de Varzim e os Centros de Salga na Costa Noroeste nos fins do século XVIII. O contributo da técnica francesa, in «Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima — Tecnologia e Economia», Póvoa do Varzim, 1985, pág. 103-104. Nós, porém nunca encontramos quer nos Livros de Vereação, quer nos de Registo Geral, qualquer informação acerca da iniciativa de Locatelli em Aveiro.

³⁰ A.T.C., C.A., Cx. 23, n. 17, Alvará 18/9/1769.

Timotheo Lecussan Verdier, responsável pela Real Fábrica de Algodões, Lençaria e Meias, de Tomar, fundada em 1789, associado a Jacome Rattton, numa sua «Memória sobre as fiações d'algodão...» em 1799³¹.

Uma biografia de Locatelli é praticamente impossível, em parte porque, como escreveu Borges de Macedo: «franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses, em viagens perfeitamente de ocasião, chegam a Portugal impelidos pelos mais variados motivos e interesses»³²; em parte porque os elementos depositados no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, por vezes em ficheiros com entradas inimagináveis, esperam a elaboração de biografias.

A figura de João Baptista Locatelli desmente a ideia duma simples passagem por Portugal. Desconhece-se a data da sua entrada no Reino; viveria quer em Lisboa, pelo menos em 1783 em S. Pedro de Alcântara³³, quer em Aveiro, aqui nas casas que foram do Duque de Lafões, a partir da década de oitenta³⁴, na freguesia de S. Miguel, onde se concentrava a aristocracia da cidade. Morre em Aveiro a 18 de Novembro de 1795³⁵, e deixa três filhas³⁶, provavelmente ainda um filho algures na Ásia³⁷. A viúva, D. Joaquina Locatelli, assegura a continuidade da Fábrica, pelo

³¹ «Memória sobre as Fiações d'algodão actualmente estabelecidas em Portugal, e sobre os obstáculos que impedem os seus progressos e que provocam a sua ruína», publicado por Guimarães, M. da Silva — História duma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar, Santarém, 1976, págs. 220 a 235. Escreve: «o primeiro que intentou fiar algodão em Portugal, foi um italiano chamado Locatelli; obteve do Marquês de Pombal grandes privilégios, e algum dinheiro. No ano de 1771 montou esta fábrica no palácio do Principal Lázaro Leitão [...]. O algodão era fiado em rodas de mão e as fazendas eram fabricadas com o dito fio e urdidura de linho. Esta fábrica depois da morte de Locatelli, acha-se seguida em Aveiro por sua viúva D. Maria Joaquina Locatelli que faz uso do nosso fio de urdidura com que mistura as fiações de trama que na dita cidade de Aveiro se executam ou em rodas de mão ou por Jennys».

³² Macedo, Borges de — A situação económica no tempo de Pombal..., o.c., pág. 129-130.

³³ AHMOP-JCn. 8-3/1/1783, cópia duma certidão passada por um notário de Lisboa, referindo a residência em S. Pedro de Alcântara.

³⁴ AHMOP-JCn. 8/7/11/1790, vistoria à fábrica, em que se refere ter saído das antigas instalações para melhores casas do Paço do Exmo Sr. Duque de Lafões, porque as anteriores estariam velhas, arruinadas, e de Inverno atingidas pelas cheias.

³⁵ A.D.A.-R.P., S. Miguel — Óbitos, L. 26, fol. 31v.

³⁶ Cerqueira, Eduardo — O “Cofre da Barra” de Aveiro na função de caixa de empréstimos ou subsídios, in «Arquivo do Distrito de Aveiro», vol. 39, Aveiro, 1973, pág. 134.

³⁷ AHMOP-JCn. 8-25/5/1789, parecer de Domingos Vandelli, um dos elementos da Junta do Comércio, que afirma a dado passo a propósito da viabilidade da fábrica que era possível «pelo filho bem estabelecido em Ásia».

menos até à sua morte em 30 de Novembro de 1814³⁸. Uma das filhas, D. Maria Joaquina Locatelli casa com o famoso engenheiro militar hidráulico Reinaldo Oudinot, responsável pelas obras de desassoramento da Barra de Aveiro, em 1802³⁹. O bisneto de Locatelli⁴⁰, José Reinaldo Rangel de Quadros (1842-1918), que na historiografia local deixou valiosíssimos escritos sobre variados assuntos, acerca da Fábrica, apenas quatro páginas manuscritas⁴¹, que terminam assim «com a sua morte [de Locatelli] acabou a fábrica! Não vem para aqui contar os desgostos e contrariedades de que foi vítima para a família»⁴², e nada mais diz efectivamente. Procuremos nós...

A — Um projecto nacional: fábricas de algodão no Minho, Trás-os-Montes e Beira

A fábrica de algodão de Aveiro teria surgido numa conjuntura de crise comercial e financeira estreitamente ligada aos produtos coloniais, com o acumular de alguns stocks e o mingar do fluxo do ouro, e inaugurou um sector cujo crescimento melhor disseca as dificuldades da indústria portuguesa⁴³.

Em finais da década de sessenta a situação era clara: «cada dia se aumenta mais a entrada do algodão neste Reino, vindo da América [...] de sorte que a sua extracção chega já a experimentar em diversas ocasiões alguns empates provenientes de não ter consumo algum...»⁴⁴ [ver doc.

³⁸ A.D.A.-R.P., S. Miguel — Óbitos, L. 26, fol. 99v. Surge a inscrição seguinte: D. Joaquina Locatelli Erra, mulher de Paulo Erra de nação italiana, o que significa a contracção dum segundo casamento; a probabilidade de se tratar duma filha é impossível pela razão referida na nota seguinte.

³⁹ A.D.A.-R.P., S. Miguel — Casamentos, L. 20, fol. 241, 17/10/1802; D. Joaquina Locatelli, natural freg. N. S. Loreto, cidade Lisboa, com Rainaldo Oudinot, natural da freguesia S. Pignei (Sepignes), Bispado de Verdun, Reino de França, viúvo de D. Vicência. Existe ainda uma referência como, madrinha de baptismo a uma D. Joana Locatelli: R.P. — Espírito Santo Baptismos, L. n. 12, fol. 174.

⁴⁰ Uma nota biográfica acerca de José Reinaldo Rangel de Quadros, nunca refere as ligações a Locatelli: Quadros, J. Reinaldo Rangel — Aveiro, origens, brasão e antigas freguesias, Aveiro, Paisagem Editora, 1984, págs. 7 a 10.

⁴¹ Quadros, Rangel de — Aveiro, Apontamentos Avulsos (Manuscritos) de 1911 a 1916, fotocopiados, existentes na Biblioteca Pública Municipal de Aveiro.

⁴² Id., *Ibid.*, pág. 114.

⁴³ Pedreira, Jorge Miguel — Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural, in «Análise Social», n. 97, Universidade Nova de Lisboa, 1987, pág. 568.

⁴⁴ A.T.C.-C. Av. — Cx 23 — alvará de 18/9/1769.

n. 1]. Os remédios para tal situação passavam pela sua utilização na indústria, mas como tinha ficado bem claro numa carta enviada a D. Luis António de Sousa, Governador e Capitão Geral da Capitania de S. Paulo em 1766, a propósito da instalação duma fábrica de algodões na Vila de Santos «será melhor suspender esta, e as mais manufacturas, e promover a lavoura; porque a política de todas as nações tem estabelecido receber das colónias ultramarinas os frutos e materiais crus, assim como as terras os produzem, para serem lavrados e digeridos na Europa, e se remeterem depois delas às manufacturas. Por cujo princípio se deve V. S.^a aplicar a promover com grande força a lavoura de algodão, para ser aqui transportado em rama»⁴⁵; estão assim delimitados os papéis da colónia.

João Baptista Locatelli foi o primeiro a solicitar e a obter em 1769 a exclusividade do ensino do cardar e fiar o algodão em rama, assim como de todo o algodão a consumir no Reino por espaço de 10 anos, livre de todos os direitos e encargos da Casa da Índia, no sentido de introduzir as fábricas de tecidos deste género, debaixo de determinadas condições (14 cláusulas), que prevêm: a exclusividade de compra à Companhia do Grão Pará e Maranhão (I), o preço de venda e o lucro (II), isenção de direitos, quer sobre entrada algodão em rama quer na saída de produtos manufacturados (IV), embora contemplando a liberdade de venda aos moradores do Brasil que enviarem algodão já fiado (V); o direito de Locatelli passar certidões de habilitações aos que estiverem aptos no uso do cardar e fiar, (VII), ajudas de custo para as suas deslocações (VIII), e caso a sua acção merecesse, ser nomeado Inspector Geral de todas as Fábricas de tecidos de algodão (IX). Quem quisesse levantar fábricas, quer Locatelli, quer outros particulares, de algodão simples ou mistura de seda, linho ou lã, solicitaria licença à Junta do Comércio (X)⁴⁶.

Ou seja, o primeiro objectivo é ensinar a cardar e fiar um produto que se encontrava a baixos preços, e cujo consumo se pretendia incrementar, como muito claramente se estabelece no alvará referido: «em razão dos estrangeiros lhe arbitrarem o preço regulado pela quantidade das remessas dele; sendo somente os que lhe dão extracção; procurando abatê-lo sem reparo em que o algodão das conquistas deste Reino he melhor que o das Provincias do Levante [...] o meio de conservar este género a sua esti-

⁴⁵ Moreira, António — Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do séc. XVIII, in «Pombal Revisitado», vol. 2, Lisboa, Estampa, 1983, pág. 19.; publicada ainda com ligeiras alterações e mais abreviada in Guimarães, Manuel da Silva — História duma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar..., o.c. pág. III.

⁴⁶ A.T.C.-C. Av. — Cx. 23 — alvará 18/9/1769. Ver apêndice documental, doc. n. 1.

mação é o de se lhe facilitar e ampliar o consumo no uso interior do Reino, em que até agora não teve, [...] servirão consideravelmente ao tráfico do comercio, ao exercio de ocupar grande numero de seus vassallos...»⁴⁷. Assim, e na conformidade da condição oitava deste alvará, a Junta de Comércio estabelece uma ajuda de custo de 300.000 reis a fim de locatelli percorrer as Províncias da Beira e Minho para o estabelecimento do fiado do algodão⁴⁸. E as notícias desta grande «escola» continuam, registadas na Junta do Comércio:

* uma informação do Inspector da Fábrica e Estabelecimento das manufacturas de Algodão de Lisboa, Manuel Inácio Ferreira(?), à Junta do Comércio, em 1770, indica que Locatelli se tinha deslocado à «Provincia do Minho, Trás-os-Montes e Beira para ensinar os tecidos do dito algodão com linho, que servirá duma grande utilidade posto em prática muito principalmente na dita Provincia do Minho, onde abunda aquele segundo género e se factura com grande aplicação daqueles povos como é constante nos tecidos dele que dali sai não só para todo este Reino, mas também para as Conquistas»⁴⁹;

* Locatelli relatando a sua actividade em benefício da fiação do algodão, a partir de Lisboa, e daqui para Estremoz, Elvas, Portalegre, Montemor-o-Velho, Porto, Aveiro, Sobral, Alcobça, Torres Novas, Minde no termo de Porto de Mós, e finalmente perto de Óbidos⁵⁰.

Registe-se, desde já, três aspectos fundamentais, relacionados com as características da mão-de-obra:

* o aproveitamento duma mão-de-obra familiarizada com a fiação do linho, com notório desenvolvimento⁵¹;

* a localização dessa mão de obra especialmente no Norte, Província do Minho⁵²;

⁴⁷ Id., *Ibid.*

⁴⁸ A.H.M.O.P.-J.C. — n. 6, 30/4/1770.

⁴⁹ A.H.M.O.P.-J.C. — n. 8, 26/4/1770.

⁵⁰ A.H.M.O.P.-J.C. — n. 8, 3/1/1783.

⁵¹ Este aspecto foi vincado em Alexandre, Valentim — Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro..., o.c., pág. 14 e 15; quando refere a ligação da indústria rural do Entre Douro e Minho e o mercado colonial, reforça a ideia de não o ser exclusivamente de Portugal. Critica ainda a perspectiva de Borges de Macedo em *Problemas de História da Indústria Portuguesa...*, o.c., que minimiza a ligação da indústria rural do linho aos circuitos coloniais, reduzindo-a ao âmbito local.

⁵² David Justino, numa recensão à reedição da obra de Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa...*, o.c., in «*Revista de História Económica e Social*», n. 11, 1983, pág. 128, critica a tese duma oposição interior-costa, destacando

* o enquadramento numa mão de obra dispersa dentro dum novo processo de aprendizagem, de «escola», que fazia a ponte entre a tradição e a inovação, como o demonstra a dado passo uma das instruções dada a Locatelli: «animar e dirigir as Fábricas em que se possam tecer diferentes drogas de algodão [...] sujeitando-se aos disvelos que de modo ordinário trazem consigo as novas introduções»⁵³.

Os ingredientes do agrarismo vigente estão aqui presentes, defendidos numa memória sobre o algodão em 1789: «quase todo o trabalho do algodão é mais leve, e mais fácil, que o do linho e da lá e assim empregando-se nele (como se pode e se faz na Índia) a idade e sexo mais fraco, se evita a ociosidade tão nociva ao bem comum: e ficam reservados outros braços de maiores forças para outros empregos que os requerem»⁵⁴.

Um último aspecto terá condicionado o lançamento das fábricas de algodão, a disputa dum mercado onde concorre uma grande maioria de produtos têxteis ingleses. Ora, relativamente aos lanifícios, cuja infiltração em Portugal está bem estudada, os algodões têm a vantagem de serem defendidos por medidas proteccionistas contra a entrada dos estrangeiros, especialmente ingleses, que experimentavam uma verdadeira revolução tecnológica, com efeitos significativos no preço e logo no consumo, alcançando franjas até então arredadas do mercado. Este aspecto, numa legislação proteccionista certamente que explica, em grande medida o sucesso dum sector que alimenta nos finais do séc. XIX, o fluxo comercial dos tecidos de algodão, ainda que em grande medida de simples estampagem, para o Brasil colonial⁵⁵.

Em suma, uma conjuntura propícia ao investimento no sector manufactureiro, que no sector têxtil algodoeiro, contou com algumas vantagens: baixo preço da matéria-prima, protecção alfandegária, mão-de-obra familiarizada com a tecelagem tradicional, mão de obra feminina que não desvia a mão de obra masculina do trabalho da terra (embora também não a poupe, como critica Vandelli), que cumpre pois o pacto colonial, «ficando desta sorte todo o lucro dum género tão vasto, como útil e necessário, inteiramente para a nação na sua cultura, na sua fábrica,

na costa a oposição norte-sul, com vantagem para o primeiro que no séc. XIX apresentará um grande dinamismo, e se vinha já estruturando desde meados de XVIII.

⁵³ A.T.C.-C. Av. — Cx. 23 — alvará de 18/9/1769. Ver apêndice documental, doc. n. 1.

⁵⁴ Loureiro, P.^o João de — Memória sobre o algodão, sua cultura e fábrica, in Memórias Económicas da Academia Real de Ciências, 1789-1815, t. 1, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, pág. 42.

⁵⁵ Alexandre, Valentim — Um momento crucial do subdesenvolvimento..., o.c., pág. 16.

e no seu comércio»⁵⁶. A carta que Locatelli escreve à Junta do Comércio, a propósito da criação da figura de Juiz Conservador das Fábricas de Tecidos de Algodão da Comarca de Aveiro, na pessoa do seu corregedor, resume estes factores: «distribuiu [o corregedor] por várias pessoas os livros que tratam sobre o método de os criar e conservar [bichos da seda], promovendo ao mesmo tempo a Plantação das árvores de Sumagre e outras úteis para a composição da tinta; e do mesmo modo a sementeira dos linhos em sítios adequados, e ultimamente a de se aplicarem as famílias tanto a fiar o dito algodão e linho, como a executarem as suas teias, adquirindo por este modo tecidos próprios para seu uso sem maior despesa e com preferência aos estrangeiros [...], aplicando ao mesmo tempo a mocidade a estes exercícios, enquanto não têm maiores forças para se empregarem nas culturas das terras e pescarias, em que ordinariamente se ocupa aquele povo»⁵⁷.

B — Estabelecimento em Aveiro: factores e objectivos, privilégios e isenções

Em 1771, Locatelli, depois de fundar uma primeira fábrica em Lisboa, como já referimos, instala-se em Aveiro, na «Província da Beira». O corregedor, em sessão da Câmara de 26 de Agosto de 1770 propõe a presença do italiano, «Director geral das novas manufacturas do Algodão do Reino», a quando da sua passagem para o Porto, a fim de se ouvir as suas propostas e resoluções⁵⁸. Um ano depois, uma Carta Régia⁵⁹, concede a autorização para a instalação duma Fábrica de algodão, apontando algumas razões:

- * a inexistência de outras fábricas;
- * uma Comarca populosa;
- * a fundação já duma «Escola de arquear e fiar»;
- * a existência dum Cofre da Barra, depósito dos reais destinados às obras de desassoreamento da barra, de Aveiro⁶⁰ donde se poderia tirar 12 contos de réis para a «execução de tão útil projecto».

⁵⁶ Loureiro, P.º João de — Memória sobre o algodão..., o.c., pág. 42.

⁵⁷ A.H.M.O.P.-J.C., Cx. 8, 22/8/1774.

⁵⁸ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão, 26/8/1770.

⁵⁹ A.T.C.-C. Av. — Cx. 23 — cópia de Carta régia de 10/6/1771. Ver apêndice documental, doc. n. 2.

⁶⁰ Os dinheiros recolhidos no Cofre provinham de imposições de dois arratéis sobre o quartilho do vinho e arratel de carne para a obra da Barra desde 1739 (Milénario de Aveiro, 2 vol., o.c., pág. 562), e que a partir de 1751 (Milénario de Aveiro, o.c.,

Outros aspectos são apreendidos com a leitura dos relatórios do corregedor e das sessões da câmara:

* a solução para a decadência em que se encontrava a cidade que mitificando o seu passado glorioso, via aqui uma oportunidade de superar uma série de dificuldades⁶¹;

* a ocupação das gentes, o seu ensino, criando riqueza, evitando o «ócio», ao ponto de se propor o ensino da fição ao carcereiro, sua mulher, e depois aos presos da cadeia de Aveiro, numa constante escola⁶²;

* a formação duma mão-de-obra disponível, que fornecesse a(s) fábrica(s), o fiado, num sistema já conhecido de carácter doméstico, reservando a cidade o papel de distribuidor de matéria-prima, acabamento e comercialização: «o ter a Fábrica aprendizes não é o maior negócio, só na razão de estes servirem ao depois para mestres, o negócio está nas tecedeiras de fora...»⁶³;

* a existência dum mercado consumidor facilitado por baixos custos de transporte: «a esta cidade descem os povos circum-vizinhos [...] pelos rios Cértima, Alfusqueiro e Vouga em barcos e por estes levam os mesmos géneros com muito pouca despesa»; ou o fácil aprovisionamento em algodão através da «Boa Barra» de Aveiro ou da Figueira⁶⁴;

* um custo de vida baixo, com mão de obra barata, como se deduz da expressão: «e sobretudo esta cidade e as povoações circumvizinhas são muito baratas, e isto e não pequena condições para o estabelecimento de Fábricas»⁶⁵;

Enfim, Aveiro adaptava-se às exigências da nova matéria-prima⁶⁶. Curiosamente não se verifica o mesmo com Espanha, em que a Real Fábrica de Algodão de Ávila, se localizava no centro da Península Ibérica, abundante em lã, mas longe da costa. Só que o objectivo, várias vezes repetido, era o de ganhar o mercado espanhol, competindo com as

pág. 569), passaram a recair não só sobre a Vila, mas toda a comarca de Esgueira/Aveiro. Ver sobre o assunto Cerqueira, Eduardo — O Cofre da Barra de Aveiro na função de Caixa de Empréstimos..., o.c., pág. 130.

⁶¹ A história local sempre desenvolveu esta ideia duma decadência ao longo do séc. XVIII. Neste momento não analisamos esta questão, apenas constatamos a existência de tal consciência para os contemporâneos, e as consequências na aceitação de projectos de «salvação».

⁶² A.M.A.-L.V. n. 8-Ss. 2/3/1772.

⁶³ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — Carta da Correição de Aveiro, 11/11/1772.

⁶⁴ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — Carta da Correição de Aveiro, 11/11/1772.

⁶⁵ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — Carta da Correição de Aveiro, 11/11/1772.

⁶⁶ Macedo, Borges de — Problemas de História da Indústria..., o.c., pág. 231, chama a atenção para o forte pendor litoral da instalação das novas indústrias que dependiam da importação de matérias-primas coloniais: algodão, couros e madeira.

telas de origem inglesa, e para tal a instalação no centro da Península em Ávila, podia servir de complemento à catalã, que já iniciara o seu desenvolvimento em meados do séc. XVIII; é que o mercado consumidor de Madrid, bem próximo, compensava a desvantagem do afastamento dos portos⁶⁷.

O conjunto de privilégios que a iniciativa se vai fazer rodear é bem sinal do seu tempo, a necessidade do privilégio, face aos lanifícios: isenção de encargos quer sobre a matéria-prima quer sobre os produtos acabados por 10 anos (alvará de 18/8/1769); renovada e extensiva a todos os que se dedicassem áquelas manufacturas (5/7/1774). Mas Locatelli encontra ainda condições que lhe são exclusivas: a isenção de 1% exigido pela Mitra do Porto na entrada do algodão (24/3/1774), a obtenção de capitais a partir do Cofre da Barra em condições nitidamente vantajosas, por prazo de 10 anos (10/6/1771)⁶⁸.

A evolução da Fábrica obedece a 4 fases fundamentais: 1.ª fase até 1778, acompanhando as normas de Pombal; a 2.ª fase assistindo à política da Junta do Comércio de entrega da fábrica ao seu fundador a partir de 1789, depois dum período de silêncio entre 1778 e 1787, altura em que foi sequestrada pela Câmara de Aveiro; 3.ª fase, da morte de Locatelli, 1795 à administração pela sua esposa desde 1798, mas falando-se frequentemente em decadência; uma 4.ª fase de tentativa de arranque pelos esforços do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não passa dum inquérito, sem resposta. De momento apenas nos preocupamos com a 1.ª fase: 1769/78, embora remetendo esporadicamente para os restantes períodos.

B — Organização e Administração

De começo competia a Locatelli a exclusiva responsabilidade sobre a Fábrica, até à criação dum Juiz Conservador de Todas as Fábricas de tecidos de algodão na Comarca de Aveiro até à cidade do Porto «exclusivé», criado em 5/9/1774, a pedido do italiano⁶⁹, sendo nomeado o seu amigo e Corregedor de Aveiro. Superentendia ainda sobre o juiz de fora e vereador mais velho da vereação. Competia-lhe não apenas vigiar o andamento da fábrica como inclusivamente os teares que se encontravam dispersos pela cidade e arredores.

⁶⁷ Martin Garcia, Gonzalo — La indústria textil em Ávila durante la etapa final del Antiguo Regimen. La real Fabrica de Algodon, Ávila, 1989, pág. 209.

⁶⁸ A.T.C.-C.Av. — Cx. 23.

⁶⁹ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — 22/8/1774.

Até 1787, foi administrador Jacome António Buzi⁷⁰, figura praticamente desconhecida. Nos registos paroquiais de Aveiro, surge várias vezes a apadrinhar baptismos, com a ocupação de tendeiro⁷¹, e em 1774, em livros da Alfândega, explicitamente como Administrador⁷², nada mais.

Os capitais, foram, como já o dissemos, extraídos do Cofre da Barra, o que lhe confere um carácter simultâneo de iniciativa estatal e privada; o montante de 12 contos de reis, provenientes da imposição fiscal, vai servir para a aquisição de matéria-prima, máquinas e trabalho. A forma de ter acesso a tal quantia estava prevista; aquele montante era colocado num cofre com 3 chaves: uma para Locatelli, outra para o juiz de fora, e outra para o vereador mais velho, auferindo cada um destes dois 50.000 reis anualmente⁷³. Parece, no entanto que não faltou a oferta de capital por parte do rico mercador, da cidade do Porto, Vicente Pedrossem da Silva, homem de negócio, matriculado na Junta do Comércio, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo que disponibilizou cerca de 30.000 cruzados que Locatelli não aceitou. Pedrossem, escreveu várias cartas ao Corregedor, em Dezembro de 1771 e Maio de 1772, louvando a nova fábrica⁷⁴. Aliás, o seu interesse em investir em Aveiro é múltiplo, acabando por fazê-lo numa fábrica de louça fina principiada à volta de 1775⁷⁵, o que nos dá ideia dum capital comercial à procura de pontos de rentabilização, que passa mesmo pelos tradicionais arrendamentos (das sisas), pois como diz é-lhe «indiferente estabelecer neste ou em qualquer outro porto de mar negócio avultado [...] e tendo já com a sua fábrica de louça dado um princípio de estabelecimento de negócio, pretende ampliá-lo e estabelecer um ramo de negócio digno do mesmo nome»⁷⁶ [o que significa que por um lado explorar a ideia numa oposição entre

⁷⁰ A.H.M.O.P.-M.R. — Cx. n. 41 — 25/8/1787.

⁷¹ A.D.A.-S.P. — Espírito Santo, Baptismos, L. 12.

⁷² A.N.T.T.-A.A. — L. 528-1775.

⁷³ A.M.A.-L.V. b. 8, sessão 6/7/1771.

⁷⁴ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8.

⁷⁵ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 12 — «Relação das fábricas em 1788...: Louça fina em Aveiro; Vicente Pedrossem da Silva e Ca, e hoje Bento João Ferreira de Sousa; principiou em 1775». A.M.A.-L.V. n. 8, sessão de 12/9/1775.

⁷⁶ A.M.A.-L.V. n. 8, pág. 224. Este Vicente Pedrossem de origem flamenga, é um dos mais ricos negociantes do Porto, como o atestam: Guerra, Rui Moreira de Sá e — As capelas ou vínculos instituídos no Convento de S. Francisco, in «O Tripeiro», Outubro de 1966, pág. 312. Schneider, Susan — O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pág. 134. Em Macedo, Borges de — A situação económica no tempo de Pombal, Lisboa, Moraes, 1982, pág. 139, uma lista dos accionistas da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos, surge o seu antepassado Pedro Pedrossem da Silva como dos maiores participantes. Igualmente Costa, Agos-

iniciativa comercial e industrial está ultrapassada, como alguns estudos já o demonstraram⁷⁷, e por outro, o «génio empreendedor» tem raízes bem mais longínquas do que se supõe⁷⁸.

A matéria-prima, o algodão, a ser fiada num sistema doméstico, não era, ao contrário de outras situações conhecidas na Europa, distribuída por negociantes⁷⁹; neste caso é o Estado, através dum privilegiado, Locatelli. A partir daqui não mais encontrámos notícias do processo de distribuição pela população disseminada.

As informações acerca da mão de obra e tecnologia são poucas. Mas uma listagem de 1772 apresentada pelo Corregedor refere o somatório de 36 pessoas [ver doc. n. 21]. Não aparecem tecedeiras dentro da fábrica, porque, como é referido várias vezes, se conta com uma mão de obra dispersa pela comarca, em tal quantidade que poderia fornecer uma fábrica de algodão do Porto de José Maria Ruci, (sobre a qual não encontrámos qualquer referência) «seria útil ao dito Ruci valer-se de algumas tecedeiras desta comarca [...] pois este [Locatelli], não pode aproveitar por si só as fiadeiras e tecedeiras desta Comarca com o pequeno cabedal de 30 mil cruzados [...] que ainda com 100 mil cruzados de fundo ainda não bastam para a aplicação de imensas gentes que se podem aproveitar»⁸⁰. Em finais do século fala-se em mais de mil tecedeiras espalhadas por Vagos e Ílhavo⁸¹. Entretanto alguns aprendizes foram cumprindo o seu curriculum e começam a surgir mestres, como António da Costa que solicita à Junta do Comércio o seu registo como Mestre cardador, atestando a sua formação por um certificado passado por Locatelli⁸².

tinho Rebelo da Costa — Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto, 1789, pág. 38, refere a Quinta de Vicente Pedrossem em Vilar, comparável às da nobreza portuguesa.

⁷⁷ Pedreira, Jorge Miguel — Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880, in «Análise Social», n. 112-113, 1990, pág. 559, apresenta esta crítica e recolhe artigos com o mesmo parecer.

⁷⁸ Pedreira, Jorge Miguel — O «Génio Empreendedor»: Espírito de empresa e dificuldades económicas no itinerário dum fabricante português. Custódio Braga (1793-1832), in «Penélope», n. 1, Lisboa, 1988, pág. 65 a 84.

⁷⁹ Uma síntese em Kriedte, Peter — Feudalismo Tardio e Capital Mercantil, Barcelona, Editorial Critica, 1983, pág. 179.

⁸⁰ A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 8 — carta do corregedor de 11/11/1772.

⁸¹ A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 6 — carta do corregedor de 16/2/1802.

⁸² A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 8 — certidão de 20/6/1772, passada por João Baptista Locatelli, Director das Fábricas de Algodão do reino: «certifico que António da Costa, filho de Manuel da Costa, natural de Minde, termo de Porto de Mós, tem

Tecnologicamente, pouco podemos dizer: utilizam-se rodas de mão, e as fazendas eram fabricadas com o algodão e com urdidura de linho⁸³. Munida de calandra, imprensa e tinturaria, preconizava-se a sua utilização mesmo por outras fábricas do Porto ou dos povos das redondezas⁸⁴. Ou seja uma fábrica que funcionava como centro de actividades artesanais, e apetrechada de meios inacessíveis para os pequenos (ou mesmo maiores fabricantes), o que significa que a sua função não se esgotava no aproveitamento da fição.

A produção não se pode avaliar para este período, só a partir da década de 90 se verificam alguns dados. Far-se-iam panos com mistura de algodão, seda e linho: fustões, toalhas, guardanapos, baetilhas de seda, etc.⁸⁵. Mas o corregedor afirma em 1772, que a fábrica «para Lisboa pode fazer uma boa remessa de 500 até 600 peças passadas pela calandra que trabalha há dias»⁸⁶.

Os custos serão nitidamente inferiores aos dos lanifícios, pois que o mesmo corregedor e Inspector das Fábricas, calcula para uma peça de 50 covados de mistura de lã e algodão, fique a 146.5 reis/covado⁸⁷ [ver doc. n. 2], muito longe dos 535 reis do covado de pano dozeno da Covilhã⁸⁸.

A comercialização e sistema de venda é novamente de difícil avaliação. Na cidade não transparece qualquer impacto. É provável que o administrador Buzzi sendo tendeiro em Aveiro expusesse os seus novos produtos. Mas os dados são sobretudo qualitativos. Apenas dois apontamentos a partir mais uma vez das notícias do corregedor Dr. António Pestana:

* «esta Comarca com as terras das Comarcas circunvizinhas que já se aproveitam e fornecem desta fábrica por os tecidos que nas mesmas se vão introduzindo desde Montemor-o-Velho, Cantanhede, Feira e mais

perfeitamente aprendido a cardar, o algodão e presentemente se acha na qualidade de Mestre nesta fábrica de algodão de Aveiro ensinando a vários aprendizes o dito officio de preparar e cardar o dito algodão». Registado na Junta do Comércio a 20/7/1772.

⁸³ Guimarães, Manuel da Silva — História duma Fábrica..., o.c., pág. 220.

⁸⁴ A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 8 carta do corregedor 11/11/1772.

⁸⁵ A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 6 carta do corregedor de 16/2/1802.

⁸⁶ A.H.M.O.P.-J.C. cx. n. 8 carta do corregedor de 19/7/1772.

⁸⁷ A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 8 carta do corregedor de 6/11/1772; A.N.T.T. — M.R. — Correspondência dos juizes de fora, maço 367, carta ao juiz de Albergaria em 20/2/1777; os valores são extraídos duma avaliação de custos do corregedor Dr. José António Pestana e Silva, a que chamou «Cálculo para todos se vestirem sem despesa...», ver anexo 2.

⁸⁸ Macedo, Jorge Borges de — Problemas de História da Indústria Portuguesa no séc. XVIII, o.c., pág. 325.

partes adjacentes ao mar, e vadiáveis pelos rios, se poderá chamar uma nova Ásia em tecidos»⁸⁹;

* «os tecidos [...] são cobiçados pelos comerciantes do Porto que vindo a esta cidade [...] os pediram e recomendaram ao Director da Fábrica persuadindo a este que lhe dariam consumo e prometendo-lhe direitos de antemão por algumas drogas de linhas e riscadilhos que têm saída para as nossas conquistas»⁹⁰.

Em suma esperava-se o despertar dum mercado interno e colonial. Mas rigorosamente qual o aparelho distribuidor montado e circuitos, não sabemos. As margens de lucro são desconhecidas, embora o entusiasta corregedor afirme mais uma vez que «deixam grande conveniência e [...] são 50% bem seguros, ainda que não fosse tão avultado o lucro, se deve persuadir as fábricas pela utilidade pública de se espalhar o dinheiro pelos povos pelo meio do trabalho e aplicação destes»⁹¹, ideia esta que nos nossos dias poucos adeptos colheria...

C — Um projecto bloqueado

No contexto duma actividade artesanal transmitida por tradição, surge a palavra Fábrica, com novas técnicas, que exigem aprendizagem; ora o Dr. António Pestana admira-se, dentro do seu fervor iluminista, «que as pessoas desta cidade pouco se aplicavam, aos fiados, tecidos e mais misteres da mesma fábrica»⁹². E este é o primeiro sinal dum mau-estar que se instalou e que aflorando aqui ou acolá, virá totalmente ao de cima com o afastamento do Corregedor em 1778. Os problemas resumem-se a quatro aspectos fundamentais: a origem do capital, os interesses comerciais locais, a concorrência de outras instalações, as contradições do mercado. Ou seja, os dois primeiros puramente locais, e os restantes de carácter nacional.

a — *origem do capital*

Sabemos já que foi do Cofre da Barra que saíram os 12 contos de reis, desviados do seu destino primeiro, as obras de desassoreamento, colectados por toda a Comarca. Não era uma situação nova: noutras

⁸⁹ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — carta do corregedor de 19/7/1772.

⁹⁰ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — carta do corregedor de 19/7/1772.

⁹¹ A.H.M.O.P.-J.C. — Cx. n. 8 — carta do corregedor de 11/11/1772.

⁹² A.M.A.-L.V. — n. 8, sessão 2/3/1772.

ocasiões saíram verbas para obras nos campos do Mondego, Companhia de Vinhos do Alto Douro, etc., etc.⁹³, só que desta vez, a Câmara passava por dificuldades várias de arranjo urbanístico⁹⁴, de arrendamento das sisas, de cobrança dos reais sobre o vinho⁹⁵, ou seja, com dificuldades financeiras extremas.

Daí que o Senado em 1777, perante a petição dum particular dum empréstimo do Cofre da Barra para edificar umas casas e armazéns, dê uma resposta afirmativa, pois que tal obra era «praticável e melhor empregue pela falta de casas nobres», até porque o dinheiro emprestado, 30.000 cruzados para a fábrica de Algodão, e 400 mil cruzados para a Companhia de Vinhos do Alto Douro, estava perdido, com «gravíssimo prejuízo desta povoação»⁹⁶.

No mesmo ano o Senado abertamente insurge-se contra a liberdade de acção do Corregedor, e o juiz de fora manda que «para obviar à continuação de semelhantes procedimentos que podiam praticar-se na sua ausência ou impedimento, representar aos oficiais do mesmo Senado a obrigação que tinham de obstar a todas as providências ou determinações que fossem dadas pelo sobredito dr. Corregedor como juiz conservador duma fábrica que quase já não existia», e ainda «porque a todas as ditas inúteis despesas ficavam directamente responsáveis eles ditos oficiais da Câmara que assinavam e consentiam nas ditas audiências de capítulos»⁹⁷. A culminar lança-se a suspeita sobre o Corregedor ao solicitar o mesmo juiz de fora que apresentasse, como Superintendente da Barra, e receptor das sisas sonegadas, as contas do Cofre. Neste sentido, enviou para o Ministério do Reino uma relação dos rendeiros devedores ao Cofre da Barra, referindo erros de transcrição de verbas, a ausência do Corregedor por largos períodos em Lisboa» provavelmente com a conivência do escrivão que compra prédios urbanos e rústicos quando há bem pouco serviu como criado das bestas do Corregedor»⁹⁸. Enfim, pesa sobre o corregedor a falta de transparência, a promoção pessoal, a ânsia de protagonismo...

⁹³ A.M.A.-L.V. — n. 8, sessão 4/5/1774.

⁹⁴ A.M.A.-L.V. — n. 8, sessão 4/5/1774, 31/8/1774, etc.

⁹⁵ A.M.A.-L.V. — n. 8, sessão 5/10/1774.

⁹⁶ A.M.A.-L.V. — n. 8, sessão 30/4/1777.

⁹⁷ A.M.A.-L.V. — n. 8, sessão 30/8/1777.

⁹⁸ A.N.T.T.-M.R. — maço n. 367, Correspondência dos juizes de fora. Carta do juiz de fora de Aveiro, João Vidal da Costa Sousa, de 22/3/1778, servindo de corregedor por ausência deste, com um rol de dívidas desde 1768 por cobrar, em que só para o ano de 1777, estavam cerca de 50% em débito.

b — *a concorrência*

É sabido que após a unidade de Aveiro, uma série de fábricas de algodão, especialmente à volta de Lisboa, surgiram, de que se destaca a Real Fábrica de Fiação de Tomar, em 1789⁹⁹. O próprio Vandelli, em 1789, num parecer à Junta do Comércio, afirma que Locatelli não viu cumpridas as cláusulas n. 1 a 14 do alvará de 1769¹⁰⁰, ou seja a perda de exclusividade da fiação do algodão. E as novas unidades esforçaram-se por introduzir novidades tecnológicas que não se encontram em Aveiro.

O preço da matéria-prima subiu extraordinariamente, sobretudo a partir de 1789, momento em que a Inglaterra aumentou as suas compras a Portugal¹⁰¹. Também a França compra valores significativos, mesmo à frente da Grã-Bretanha¹⁰². Custos agravados naturalmente para todos, mas a adaptação veio com o desenvolvimento da estampanaria, facto que não se verificou em Aveiro¹⁰³. Finalmente, a partir de 1810, a abertura dos portos brasileiros aos têxteis em algodão ingleses, até aí vedados, marca a crise¹⁰⁴.

Mas a concorrência verifica-se a nível local. Qual o interesse dos comerciantes em ver estabelecida uma indústria que podia pôr em causa o negócio de tecidos de sedas e lãs, nacionais e estrangeiras, quer nas lojas da cidade, quer nas feiras à volta de Aveiro, até Viseu¹⁰⁵, sobretudo a esses mesmos lojistas que integram a vereação como procuradores do concelho¹⁰⁶?! Aliás, como já foi dito, a ambição pelos lucros do fornecimento do algodão às zonas rurais nunca os atraíu.

Por outro lado, não se pode afirmar que estivesse em causa um modelo corporativo de trabalho têxtil, porque apesar da existência de regimentos de tecedeiras e tecelões¹⁰⁷, nunca transpirou qualquer manifestação de mau-estar frente à nova «indústria».

⁹⁹ Verdier, Timotheo Lecussan — Memória sobre as fiações de algodão... refere as diferentes fábricas; A.H.M.O.P.-J.C. N. 12 — Relação das Fábricas em 1788.

¹⁰⁰ A.H.M.O.P.-J.C. Cx. n. 8, parecer de D. Vandelli, 1789.

¹⁰¹ Macedo, Borges de — Problemas de H., o.c., pág. 199-200.

¹⁰² Alexandre, Valentim — o.c., pág. 12.

¹⁰³ Alexandre, Valentim — o.c., pág. 16 e 17.

¹⁰⁴ A.N.T.T.-A.A. — L. n. 528 Fianças dos Portos Secos.

¹⁰⁶ Um exemplo entre muitos que estamos a apurar: Bento Ferreira Guimarães e Manuel da Costa Guimarães, mercadores de lã e seda, nomeados almotacés em Março/Abril de 1775, (A.M.A.-L.V. n. 8), o primeiro procurador do Concelho em 1780, o segundo em 1776.

¹⁰⁷ A.M.A.-L.V. n. 6 — Regimento e Taxas de ofícios mecânicos em 31/12/1772.

c — *mercado*

Torna-se claro que um dos problemas maiores da Fábrica de Algodão de Aveiro, foi a dificuldade de distribuição dos seus produtos. Apesar das expectativas que o peso demográfico da comarca apresentava, os baixos custos de produção e consumo, as dificuldades de escoamento mostram-se evidentes. Alguns stocks acumulados, a ausência nas feiras mais frequentadas da Comarca ou fora dela, como os Livros de Fianças dos Portos Secos registariam, resta a hipótese do produto se destinar a Lisboa, ou Porto. Mas as notícias são parcas; em 1802 escreve o então corregedor, que a Fábrica apesar de possuir ainda 30 teares nem todos trabalhavam por «não o permitir o consumo», e fabricaria ainda como anteriormente «se o consumo o permitisse»¹⁰⁸.

Mas se por um lado se pretendia um alargamento do mercado, simultaneamente incentivava-se o auto-consumo, circulando pela Comarca em 1772 um «cálculo para todos se vestirem sem despesa ou com despesa tão módica que chegar e aos lavradores a conservação de seu dinheiro tendo o necessário vestido para suas famílias pelo meio da sua própria indústria e aplicação»¹⁰⁹. Onde estão então os consumidores? Mais ainda, aconselha-se que os lavradores e seareiros, ponham seus filhos nas «primeiras idades em que não servem para a agricultura» a fiar e tecer para se poderem vestir com asseio e sem despesa vendendo ou trocando o algodão por lã¹¹⁰.

d — *uma mentalidade conservadora*

O Senado só minimamente se interessou pela nova Fábrica, ao ponto de duvidar do empenho do Corregedor, elogiado pelo poder central, que de juiz de fora o promoveu a corregedor por dois mandatos sucessivos, Superintendente das Fábricas, Superintendente e responsável pelo Cofre e Obras da Barra, numa carreira brilhante.

A Barra era a grande preocupação, o sal e o comércio pareciam esgotar as hipóteses dum renascer de Aveiro. Quando, acerca dos impostos para o Cofre, se justifica a continuidade da sua colaboração, a

¹⁰⁸ A.H.M.O.P.-J.C. — N. 6 — Carta do corregedor de Aveiro de 15/2/1802.

¹⁰⁹ A.H.M.O.P.-J.C. — N. 6 — Carta de 6/11/1772.

¹¹⁰ A.M.A.-L.V. n. 8 — sessão 9/1/1773.

Fábrica surge como um dos factores de prosperidade para a cidade é a comarca, ao lado da agricultura, sal e milhos, mas só se a Barra fosse restaurada, para um bom fluxo comercial¹¹¹.

A Fábrica só marginalmente tocou a população urbana, às vezes até pela negativa, queixando-se da sujidade provocada pela lavagem dos tecidos nas pias de algumas fontes da cidade; por outro lado recomendava-se aos almocatés, na hora do juramento «não perturbem o estabelecimento da fábrica em cousa alguma, sendo digno de louvor tudo o quanto obrarem em benefício do assunto dela, pela consequência do interesse público e sendo caso que se movam algumas dúvidas ou questões contrárias [...], ele Dr. Corregedor com assistência do Dr. Juiz de Fora [...] darão as providências necessárias»¹¹². Esta carta em branco não resultou por muito, e a guerra surda toma aspectos curiosos, como seja a recusa em contratar um professor espanhol de matemática, recomendado pelo Corregedor, provavelmente aquele que com um extraordinário espírito de estatística, descreveu minuciosamente as amoreiras da Comarca¹¹³.

Finalmente, a desconfiança por hábitos não costumados: «à noite eram os salões da sua habitação [de Locatelli] frequentados pelas pessoas mais altamente colocadas. As paredes dos salões eram cobertas de damascos de seda de diversas cores»¹¹⁴. O extremo desta ostentação, sobretudo quando a conjuntura local era de dificuldades, e quando os impostos acabavam por ir para a Fábrica, revela-se numa voz que corria em Aveiro, e que alguns afirmam ser testemunhas, segundo a qual o papel higiénico de hoje, recurso inimaginável para então, era, na casa de Locatelli, a reciclagem dos restos de tecidos¹¹⁵.

D — Conclusão

A divulgação da fição do algodão, foi um passo fundamental na evolução da indústria portuguesa; na sua forma de mistura com seda e linho, demonstra a vertente tradicional, mas a substituição gradual das tramas de linho, mais frágil, pelo algodão, com a introdução de tecnologia inglesa fê-la indústria de ponta, bafejada por medidas proteccionistas

¹¹¹ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 4/5/1774.

¹¹² A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 26/8/1772.

¹¹³ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 30/8/1777.

¹¹⁴ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 11/4/1772.

¹¹⁴ Quadros, Rangel — Apontamentos avulsos..., o.c., pág. 112.

¹¹⁵ Cerqueira, Eduardo — O Cofre da barra, o.c., pág. 131.

perante a concorrência inglesa, só abaladas pelo Tratado de 1810 de abertura dos portos brasileiros; a Fábrica de Aveiro, viveu as dificuldades de quem principia, sofrendo imediatas concorrências sem recursos para a renovação de investimentos, limitando-se, assim a gerir o estabelecido.

Por outro lado, a implantação do fiado contou com um recurso a uma mão-de-obra familiarizada com a fiação do linho, pelo menos no Minho; ora Aveiro não possuía na sua Comarca uma tradição em linhos, contrastando com a vizinha Terra da Feira¹¹⁶, o que hipoteticamente poderá traduzir a resistência duma tradição a novas aprendizagens. No caso de Aveiro, as fiadeiras espalhavam-se por Vagos, Ílhavo, zonas de pescadores, cujas mulheres e filhos se ocuparam da novidade. Zonas sem tradição artesanal, de baixíssimo nível de vida como se repete amiudadamente, com uma fraca produtividade agrícola (terrenos arenosos), e uma taxa de crescimento demográfica significativa¹¹⁷. O recurso às migrações seria frequente como refere Vila Nova Portugal na povoação de Azeitão, onde se encontram 118 «habitadores da Comarca de Aveiro», deixando na suas terras «mulheres, meninos e inválidos»¹¹⁸. Logo, a Fábrica mostrava-se como factor de sobrevivência para esta transmigração, confirmada pelo pároco de Vagos¹¹⁹: «nesta vila, há muitas mulheres pobres que se sustentam de fiar algodão para a Fábrica da cidade de Aveiro, que sem isso viveriam miseravelmente»; se juntarmos a estes aspectos a quase inexistência de maninhos de livre usufruto da população, e a carga tributária senhorial, compreendemos como a Fábrica, neste sistema de putting out, significava a sobrevivência de muitos. Desaparecida a Fábrica não ficou vestígio de continuidade. Como escreveu Vila Nova Portugal: «não faz aqui, a manufactura a subsistência do excedente da povoação; faz o equivalente para suprir a falta que sofre uma povoação que não goza em grande parte das terras que cultiva: e por isso é um equivalente necessário, pois neste estado de cultura a terra não tem outro

¹¹⁶ O Linho e suas tradições em terras de Santa Maria da Feira, edição Orfeão da Feira, 1986.

¹¹⁷ Carvalho, Joaquim, Paiva, José Pedro — A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados e títulos dos párocos, in «Revista de História das Ideias», n. 11, Coimbra, pág. 211.

¹¹⁸ Portugal, Tomás António de Vila — Nova — Observações sobre o mapa da povoação do termo da vila de Azeitão, in Memórias Económicas..., vol. 3, 1791, pág. 229.

¹¹⁹ A.H.M.O.P.-J.C., Cx. n. 8, certidão do pároco de Vagos, Padre José Tavares Nogueira, de 21/9/1793.

regresso que não seja o destas manufacturas de chitas e tinturaria»¹²⁰. Por este mesmo motivo funcionou a introdução do algodão como a solução para situações verdadeiramente insustentáveis.

Aveiro, significa a aplicação dum modelo de salvação do Reino; apresentava os problemas de que enfermava o País: falta de indústria, preços baixos, vadiagem, problemas comerciais, invasão de produtos ingleses, etc. Daí o afincamento no estabelecimento de todos os princípios que do geral se achava por bem aplicar no particular. O Corregedor, Dr. António José Pestana e Silva, simboliza este projecto quando em audiência de 21/6/1776, afirma que na cidade de Aveiro se aceitam todas as directrizes da Academia da Agricultura pelo seu procurador geral que é o próprio corregedor, ouvidor e ex-intendente-geral de S. José de Rio Negro, Estado de Grão-Pará¹²¹. A partir de 1777, é a reforma da Junta do Comércio, com o consequente «clering» industrial, aquele projecto deixou de importar, a não ser no que de mais tradicional possuía, ocupar as gentes.

Mas sem dúvida, a grande dificuldade era a articulação da produção com um mercado consumidor, interno e externo. Sabia-se da necessidade de circulação de mercadorias dependentes das condições viárias ou fluviais, sabia-se mesmo que havia uma procura diferenciada, e tentava-se arrecadar a mais modesta, que escapava à oferta inglesa. Mas, paradoxalmente incentiva-se o auto-consumo, como se vê pelas normas divulgadas pelo corregedor¹²²: «introdução de tecidos caseiros fazendo-se uma continuada fábrica desde Montemor-até-ao-Porto e terras adjacentes ao mar [porque] tendo sido decidido o estabelecimento das fábricas de algodão com mistura de linhos, lãs, seda, e cada género separadamente, sendo para tal preciso que se façam sementeiras dos mesmos linhos pelos lavradores e se faça criação de bichos de seda usando-se as amoreiras, as lãs dos melhores gados, e persuadindo-se os lavradores a fazer tecidos nas suas casas, vestindo-se de graça ou com pouca despesa»; ou seja, era preciso criar tudo na Comarca, linhos, amoreiras, lãs, porque aqui só havia mão-de-obra barata e o algodão que chegava por mar. Situação artificial, impossível de rápida concretização, de tal forma que em 1802, quando se ordena o plantio de amoreiras e outras árvores, o balanço das existentes é perfeitamente desolador, em suma uma medida política e nunca

¹²⁰ Portugal, Tomás António de Vila-Nova — Observações..., o.c., pág. 229.

¹²¹ A.N.T.T.-M.R. — Correspondência dos Juizes de Fora, maço n. 367; cópia da audiência de 21/6/1776.

¹²² A.M.O.P.-J.C., Cx. n. 8, carta do corregedor de 6/11/72, enviada aos juizes da Comarca Aveiro.

económica¹²³. Parece-me que tais tecidos caseiros não tiveram viabilidade perante a forte actividade artesanal dos linhos a Norte e a implantação de outras fiações e estampagem em Lisboa. De momento estava assente que o objectivo era resolver uma conjuntura de abundância de matéria-prima, e obstar ao consumo de produtos ingleses.

Depois o artificialismo do transplante de iniciativas que nada tinham a ver com a cidade, mais preocupada com a situação financeira insustentável, epidemias¹²⁴, inundações¹²⁵, entupimento da Barra, a que o poder central virava as costas, saqueando mesmo os cofres de contribuições locais para projectos nacionais, vincando este abismo ao arredar a vereação de qualquer responsabilidade, apoiando-se no Corregedor. Este numa acção verdadeiramente pedagógica, ordenava aos juizes, procuradores, vereadores e escrivães do concelho observassem todas as medidas tomadas¹²⁶, considerando ser através das correições no termo, a forma de persuadir «com falas» os agricultores¹²⁷; e o esquema encontrava-se bem montado: «o juiz e oficiais das câmaras todas as semanas, e estes unidos com os deputados da Direcção(?) uma vez todos os meses, e os Directores dos lugares todos os domingos com os seus Reverendos Párcos sendo contemplados os Assessores(?) nas conferências de todos os meses dando as instruções precisas aos juizes para estes sendo requeridos para promoverem o bem e evitarem o mal»¹²⁸. No fundo os primeiros a serem convencidos teriam que ser os poderes locais, e estes estariam pouco preparados para encarar as alterações da 2.^a metade do século, e deste ponto de vista, entre as iniciativas estatais e o cumprimento havia uma grande distância, embora a consciência de tal facto seja clara.

Em suma a euforia dum projecto iluminista, certamente com uma lufada de novidades, mas de feição eminentemente agrarista como claramente revela e confirma Domingos Vandelli numa sua memória, relativamente às fábricas que as que «não prejudicam a cultura da terra, são aquelas que estão espalhadas; e nas quais o salário dos fabricantes é

¹²³ B.P.M.P. — Reservados, ms. 294 — Registo de ordens e ofícios respeitantes à plantação de amoreiras..., 1803. Dois exemplos apenas: em Ílhavo em 1772, foram semeadas 470 amoreiras, e em 1803, afirma-se que tem pinhais, sendo imprópria para outras plantações; enquanto Vagos, para 1600 pés em 1772, se refere a plantação de pinheiros, não se podendo plantar quaisquer outras árvores.

¹²⁴ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 28/8/1776.

¹²⁵ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 6/7/1771.

¹²⁶ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 9/1/1773.

¹²⁷ A.M.A.-L.V. n. 8, sessão 2/3/1772.

¹²⁸ A.N.T.T.-M.R. — maço 367 — Correspondência dos juizes de fora: officio recebido pelo juiz de Albergaria em 20/2/1777.

um lucro seguro, por serem estas executadas pelos cultivadores, e suas mulheres no tempo inútil à cultura; como são as ordinárias de lãs e de pano de linho, (as de algodão que principiavam a espalhar-se em algumas províncias), que são as mais estimáveis, e que por si mesmas se estabeleceram em quase todos os países aonde existem; e que se aperfeiçoam e se aumentam à proporção dos progressos da agricultura»!¹²⁹

¹²⁹ Vandelli, Domingos — Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas, in «Memórias Económicas da Academia Real de Ciências, 1787», vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal, pág. 191.

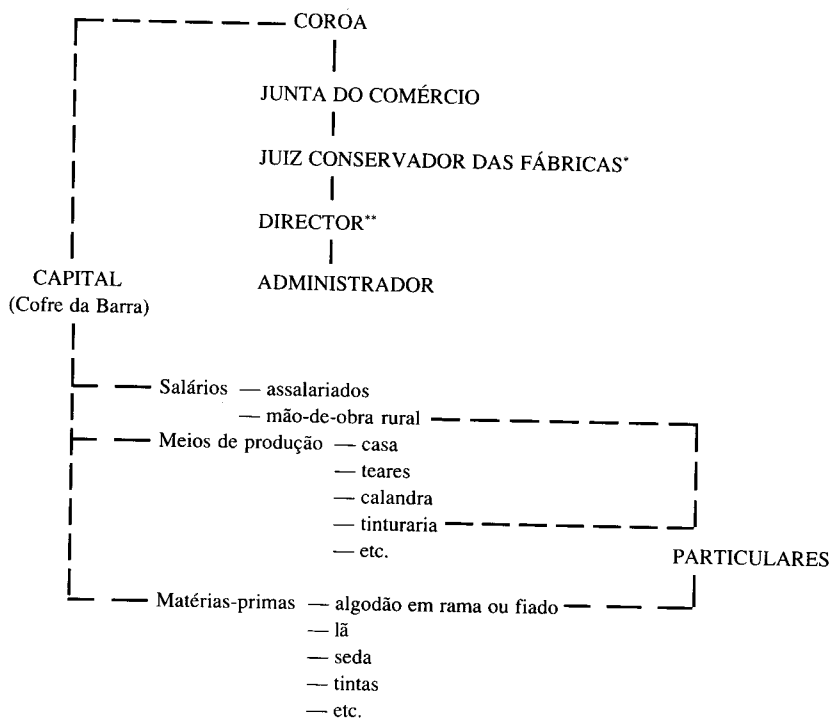
REGRAS DE TRANSCRIÇÃO

A ortografia dos documentos transcritos é actualizada segundo as normas em vigor: as maiúsculas em desuso são suprimidas, a não ser quando se impõe o realce de certas expressões, e desdobram-se as abreviaturas. A pontuação e a sintaxe originais são respeitadas.

ABREVIATURAS

A.A.	Alfândega de Aveiro
A.D.A.	Arquivo Distrital de Aveiro
A.H.M.O.P.	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
A.M.A.	Arquivo Municipal de Aveiro
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A.T.C.	Arquivo do Tribunal de Contas
Cx.	Caixa
C.Av.	Cartórios Avulsos
J.C.	Junta do Comércio
L.V.	Livro de Vereações
M.R.	Ministério do Reino
R.P.	Registos Paroquiais
ss.	Sessão

**Esquema da Organização Administrativa da
FÁBRICA DE ALGODÃO DE AVEIRO (1771/1778)**



* Juiz Conservador das Fábricas de Tecidos de Algodão da Comarca de Aveiro, até à cidade do Porto;

** Director Geral das Novas Manufacturas do Algodão do Reino.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO N. 1

«As Fábricas de Algodão erigidas nesta Corte, e na Cidade de Aveiro por João Baptista Locatelli»

Eu El Rei faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-me presente em Consulta da Junta do Comércio destes Reinos, e seus Domínios, as abundantes produções com que cada dia se aumenta mais a entrada do Algodão neste Reino, vindo da América, especialmente do Maranhão pelo benefício da cultura com que se tem animado esta importante lavoura; de sorte que a sua extracção chega já a experimentar em diversas ocasiões alguns empates provenientes de não ter consumo algum nestes Reinos o referido Algodão para os tecidos em que tem o seu maior uso, e isto em razão de faltar a prática de o cardarem e fiarem tão facilmente que possa ficar em conta para se tecerem nas Fábricas as inumeráveis, e diversas drogas que se fabricam com este importante material. Querendo Eu animar, e proteger os Moradores do Brasil, que louvavelmente se aplicam à sua cultura: Atendendo a que este ramo do comércio promete grandes progressos em benefício da utilidade pública dos meus vassallos, se se lhe facilitarem os meios de poder ficar em conta para se tecer nas Fábricas. E sendo-me também presente o requerimento de João Baptista Locatelli, em que se oferece a introduzir pelas Províncias destes Reinos o ensino do primeiro benefício de cardar, e fiar por engenho facilissimamente o referido algodão debaixo das condições que me propôs, que sendo examinadas na mesma Junta do Comércio, subirão por Consulta à Minha Real Presença: Hei por bem fazer mercê ao referido João Baptista Locatelli de lhe conceder por tempo de dez anos o privilégio exclusivo de todo o algodão, que se haja de consumir nestes reinos para Fábricas, e tecidos em remuneração do desvelo e trabalho com que se propõem para a introdução e ensino de fazer cardar e fiar o algodão; fazendo-lhe também mercê de lhe conceder livre de direitos, e de todos os mais encargos da Casa da Índia o referido algodão que ele gastar nestes Reinos, durante o tempo do seu privilégio; e isto com as mais mercês e encargos que expressamente se trataram com o sobredito, e que vão declarados nas condições abaixo com este Alvará, assinadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meu Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos, que também serve dos

Negócios do Reino. Pelo que tudo quero e mando que lhe sejam quartadas as ditas condições como parte deste Alvará tão inteiramente como nelas e em cada um dos seus catorze capítulos se contém, sem embargo de quaisquer leis, disposições, ordens, ou estilos em contrário, que hei por derogados para este efeito somente, como se de tudo fizesse especial menção, ficando aliás sempre em seu vigor.

E mando à Mesa do Desembargo do Paço, Inspector Geral do meu Real Erário, Conselhos da Fazenda, e do Ultramar, Regedor da Casa da Suplicação, Governador das Justiças da Relação da Casa do Porto, Juntas do Comércio destes Reinos e seus domínios, das Companhias Gerais do Grão Pará e Maranhão, e de Pernambuco e Paraíba, Capitães Gerais do Brasil, Chanceleres das Relações do Rio de Janeiro e Baía, Desembargadores, Corregedores, Juízes e Justiças destes meus Reinos, e Senhorios, que assim o cumpram e guardem, e façam cumprir, e guardar sem dúvida, nem embargo algum: e hei por bem que este Alvará valha como Carta, posto que o seu efeito haja de durar mais de um ano, sem que passe pela Chancelaria, e sem embargo da Ordenação, Livro segundo, Título trinta e nove, em contrário; e se registará nos lugares onde pertencer. Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a dezoito de Setembro de mil setecentos sessenta e nove=Rei=Francisco Xavier de Mendonça Furtado=

Alvará por que Vossa Magestade há por bem conceder a João Baptista Locatelli por tempo de dez anos o privilégio exclusivo de todo o algodão, que se consumir nestes Reinos, para as Fábricas, e tecidos do mesmo género; tudo na forma acima declarada, e das condições que se apresentarem=Para Vossa Magestade ver=Gaspar da Costa Posser o fez=

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no Livro V da Junta do Comércio destes Reinos, e seus Domínios. Nossa Senhora da Ajuda a 20 de Setembro de 1769=Gaspar da Costa Posser=

CONDIÇÕES

Condições com que sua Magestade é servido conceder a João Baptista Locatelli, o privilégio exclusivo de todo o algodão que se consumir nestes Reinos por tempo de dez anos, para o uso e tecidos das diversas fábricas das diversas drogas deste material, em remuneração do encargo a que o mesmo se sujeita de fazer introduzir o uso de o cardar e fiar facilíssimamente; e com todas as condições abaixo declaradas, que o mesmo Senhor manda observar por Alvará de dezoito de Setembro de mil setecentos sessenta e nove.

Sua Magestade atendendo ao aumento da cultura do algodão, que de poucos anos a esta parte se tem visto na América, e especialmente na Capitania de Maranhão; sendo-lhe presente, que o referido género chega já a experimentar empate no seu consumo em razão dos estrangeiros lhe arbitrarem o preço regulado pela quantidade das remessas dele, sendo somente os que lhe dão extracção, procurando abatê-lo sem reparo em que o algodão das Conquistas deste Reino é melhor que o das Províncias do Levante. E considerando o mesmo Senhor por uma parte, que o meio de poder conservar este género a sua estimação é o de se lhe facilitar e ampliar o consumo no uso interior do Reino, em que até agora o não teve; e pela outra parte, que os tecidos deste género servirão consideravelmente ao tráfico do comércio, ao exercício de ocupar grande número de seus vassallos, e igualmente a fabricarem-se muitos tecidos, e drogas de toda a qualidade, que sirvam abundantemente a uso dos Povos. Foi servido atender a estes

utilíssimos fins, promovendo todos os meios que podem ser conducentes a introduzir pelas Províncias do Reino o cardar e fiar algodão com facilidade, e em preço tão cómodo, que faça conta aos fabricantes para o uso dos teares, a cuja introdução se obrigou o referido João Baptista Locatelli; e lhe concede o mesmo Senhor a liberdade de principiar da sua particular direcção a ensinar neste Reino a cardar e fiar algodão, e a introduzir as Fábricas dos tecidos deste género debaixo das condições seguintes:

I

É Sua Magestade servido conceder ao suplicante, que por decurso de dez anos contados da data do referido Alvará, ninguém, senão ele, possa comprar algodão em rama para o gasto deste Reino, sendo de qualquer dos domínios de Sua Magestade; e isto para o mandar preparar como intenta, o qual comprará à convenção das partes, sem que a Companhia do Grão Pará e Maranhão ou outro qualquer proprietário negociante o possa vender a outra alguma pessoa para o gasto destes Reinos; mas sim e tão somente para ser extraído para fora deles. E enquanto ao preço deve ser o do meio, por que se rematar para fora do Reino, quando se remate por diferentes preços; e sendo um só preço o pagará por ele, tanto a referida Companhia, como aos particulares; não ficando contudo obrigados os donos a entregar-lho sem preceder a seu arbítrio as seguranças que entenderem necessárias para o pronto pagamento no devido tempo dos seus ajustes.

II

Semelhantemente se obriga a prover de algodão com abundância todas as Províncias do Reino. A saber, o algodão em rama com o proporcionado lucro de um vintém de acréscimo em cada arratel na Província da Estremadura; na do Alentejo e Algarve de vinte e cinco reis, e nas mais Províncias destes Reinos de trinta reis; e isto sobre o preço que o comprou; e o algodão depois de beneficiado ao arco, por cem reis mais em cada um arratel, também contado sobre o preço da compra. O que tudo se entende sendo o algodão posto por conta dele privilegiado, nas Províncias do reino, onde lho pedirem; fazendo todas as despesas por sua conta e risco; e sendo obrigado a tirar atestações da Companhia do Grão Pará e Maranhão do preço dos seus respectivos leilões; a qual não será registada na Junta do Comércio, mas se deverá apresentar em todas as Províncias, para que clara, evidentemente conste o seu estabelecido preço. E para que nunca possa haver a menor fraude, ou conluio a este fim. Manda Sua Magestade ordenar à Junta do Comércio, fiscalize muito exactamente a observância desta precisa condição.

III

No caso porém, de que senão prôva abundantemente de algodão todo o Reino, experimentando-se falta em qualquer Província, haverá liberdade com informação dos respectivos corredores das Comarcas de se poder comprar livremente a qualquer outro negociante, sem que o privilegiado o possa obstar, precedendo porém justificação, para com elas poderem comprar algodão e beneficiá-lo como bem lhes parecer.

IV

Faz Sua Magestade mercê ao mesmo João Baptista Locatelli para mais o animar no útil progresso a que se propõem, de lhe isentar de direitos e todos os mais emolumentos que paga por entrada o algodão na Casa da Índia todo o que comprar para

gasto do Reino dentro do referido tempo de dez anos do seu privilégio. E igualmente o isenta de outros quaisquer direitos e encargos que lhe fossem devidos das respectivas conduções e vendas pelo interior do reino, sendo também livres de direitos por saída todas as drogas novamente manufacturadas nas Fábricas de todos os tecidos de algodão.

V

Ficará sempre livre a beneficio dos moradores do Brasil a entrada e consumo nestes Reinos do algodão que do mesmo Brasil vier já beneficiado em fio; pois sendo das Reais intenções de Sua Magestade, e do espirito deste estabelecimento, a introdução do uso de fiar algodão, seria contraditório dificultar aos moradores do Brasil applicarem-se semelhantemente ao mesmo fim, coartando-se-lhes os meios de lhe poderem dar saída; e igualmente a extracção que ele pode ter no consumo destes reinos sem que seja para tecidos de Fábricas, e só sim para uso doméstico das casas, a cujo fim se não deve inovar coisa alguma.

VI

Quanto ao algodão de fora do Reino, cuja entrada é proibida ficará a cargo do suplicante fiscalizar exactamente que haja de ser vedado, dando a esse fim as denúncias competentes, segundo as Leis, e Ordens que a este respeito se acham estabelecidas.

VII

Poderá o mesmo Locatelli dar certidões a todas as pessoas, a quem ensinar o uso de cardar e fiar perfeitamente o algodão, assim do tempo do seu ensino, como dos progressos e agilidade que tiverem adquirido nestes officios a cada um dos quais ficará a liberdade de requerer à Junta do Comércio o seu provimento, a qual lho dará, entendendo ser necessário, e ter a devida capacidade para usar de qualquer dos referidos officios. Não poderá porém dar as ditas certidões, sem que primeiro fiquem registadas na Junta do Comércio; a fim de que se possa saber na mesma Junta as pessoas que cada dia se vão instruindo no seu ensino. Parecendo à referida Junta com o uso do tempo que deve destinar aprendizes para estes officios, arbitrar-lhes os anos que devem dar do ensino; e fazer qualquer regulamento a este respeito, como melhor entender, em beneficio da utilidade pública; fará tudo presente a Sua Magestade para o considerar.

VIII

Para mais animar e beneficiar o desvelo do mesmo João Baptista Locatelli, há Sua Magestade por bem, que conhecendo a Junta do Comércio, que o mesmo se emprega eficazmente no cumprimento das condições a que se obrigou, lhe possa arbitrar uma ajuda de custo para as despesas das jornadas, que precisamente há-de fazer nestes primeiros anos pelas Províncias do reino, ficando a arbítrio da mesma Junta a necessidade, e o justo valor das ditas ajudas de custo.

IX

Sendo também da incumbência do mesmo suplicante animar e dirigir as Fábricas em que possam tecer diferentes drogas de algodão, facilitando nos Povos, a criação dos teares; e sujeitando-se aos disvelos, que de modo ordinário trazem consigo as novas introduções. Quando a Junta do Comércio conhecer, que o suplicante por este segundo

exercício se faz digno da Real atenção, o consultará ao mesmo senhor para Inspector Geral de todas as Fábricas dos tecidos de algodão com o ordenado que lhe for competente.

X

O mesmo suplicante, e todas as mais pessoas que quiserem levantar Fábricas, ou ter tecidos, assim de algodão simples como com a mistura de seda, linho ou lã, o poderão fazer. Com tanto porém que tirem licença da Junta do Comércio, a qual lhe dará livremente, sem despesa de emolumento algum, e unicamente aos fins de ter matriculados estes teares, e de poder regular este ramo do comércio em utilidade pública com aqueles precedentes arbítrios que forem pedindo os casos ocorrentes.

XI

Também é Sua Magestade servido determinar, que depois de serem passados os primeiros três anos, lhe consulte a Junta do Comércio o efeito que tiver produzido o ensino a que obriga o suplicante, para ser informado, se corresponde ao fim a que lhe foram feitas as mercês conteúdas nestas condições.

XII

Sua Magestade toma debaixo de sua Real Protecção, todas as dependências deste novo estabelecimento. E é servido ordenar à Junta do Comércio lhe consulte tudo o que for conducente a proteger e aumentar este projecto, o qual há por muito recomendado à mesma Junta, que o faça promover e adiantar quanto lhe for possível, distribuindo a um dos seus deputados, o especial cuidado em examinar a inteira observância destas condições, os abusos que se possam introduzir, e a reforma que devem ter; para de tudo dar conta em Junta, e se lhe applicarem as providências necessárias, pois que na conformidade do seu instituto, a mesma Junta do Comércio vigiará sobre a observância destas Condições, e do Alvará a elas respectivo que baixa com a data deste dia.

XIII

O mesmo Senhor é servido conceder ao referido suplicante os privilégios que se tem concedido aos mais erectores das Fábricas especialmente os que se contém nas dos vidros pelo Alvará de sete de Julho do presente ano, na parte em que lhe for applicável.

XIV

O sobredito João Baptista Locatelli se obrigará ao inteiro cumprimento destas condições, e a observá-las de boa fé, assinando a esse fim Termo na Junta do Comércio. Caso porém de faltar pelo que lhe pertence, ou em todo ou em alguma parte, do cumprimento das mesmas condições, ou que venha a provar-se-lhe dolo, malícia, subterfúgio, ou outra qualquer tergiversação oposta ao espírito literal das mesmas condições, desde logo há Sua Magestade por acabado o tempo do referido privilégio, e por nulas e de nenhum efeito as mercês que lhe são concedidas, para mais não as gozar, ficando extinta esta graça, como se lhe não tivera sido concedida, e o mesmo Locatelli sujeito às penas estabelecidas contra os que mentem a El Rei.

Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a dezoito de Setembro de mil setecentos sessenta e nove = Francisco Xavier de Mendonça Furtado=

DOCUMENTO N. 2

«Cálculo para todos se vestirem sem despesa ou com despesa tão módica que chegar, e aos lavradores a conservação do seu dinheiro tendo o necessário vestido para suas famílias pelo meio de sua própria indústria e aplicação.

Conta para a peça de 50 côvados:

● 8 arratéis de algodão a 460 reis	3.380
● 8 arratéis de linho a 250 reis	2.000
● de tecer 30 varas que fazem 50 côvados	
a 40 reis/vara	1.200
● de tingir e tirar o pêlo a 15 reis/vara	450
.....	7.330
Importa cada côvado	146.5 reis

Para o forro, uma peça de 30 varas:

● 6 arratéis de linho a 250 reis/vara	1.500
● 4 arratéis de algodão a 460 reis/vara	1.840
● de tecer cada vara a 35 reis	750
● de tingir e beneficiar a 15 reis	450
Importa cada côvado dos 50 a	91 reis

Um vestido ordinário leva

● 15 côvados a 146.5 reis	2.197.5
● 2 côvados de forro a 91 reis	1.092
	3.289.5
Cresce da peça 35 côvados, que a preço de 240 reis	8.400
Cresce da peça do forro 38 côvados, que a preço de 150 reis	5.700
.....	14.100
Da despesa da feitura das peças	11.870
Acresce	2.230

«Com estes se pagará ao alfaiate os preparos do vestido que ficará mais barato fazendo-se a fiação pelas criadas da mesma casa, e havendo nesta quem saiba tecer e tendo linho de casa só se fará despesa do algodão».

«Semelhante cálculo com a sua respectiva aplicação se faz de lã com algodão [...] para melhor asseio dos lavradores que fazem suas teias para casa e muito mais interessante é a seda com algodão tendo os lavradores seda das suas próprias amoreiras».

Fonte: A.H.M.O.P. — Junta do Comércio, Cx. n. 8, e A.N.T.T., M.R. — Correspondência dos Juizes de Fora, maço 367.

«Carta do Corregedor de Aveiro, Dr. José António Pestana e Silva mandada a cada vintena da Comarca, em 1772».

DOCUMENTO N. 3

Relação da quantidade de pessoas que ocupam a fábrica...1772

Função	N. pessoas	Salário (reis)
mestres teares	1	320/dia
	1	15/côvado
aprendiz	1	70/dia +vestir
mestre de Calandra	1	360/dia
homem da roda	2	120/dia
homem tirar o pêlo	2	6/vara
mulher da água	2	80/dia
administrador	1	12800/mês
caixeiro	1	4800/mês
rapaz do Armazém	1	3000/mês+vestir
aprendiz	16	70/dia
oficial	1	a côvado
mestre*	1	80/cinta
	Total: 36	

* com 5 teares e 5 aprendizes

Fonte: A.H.M.O.P. — J.C. Cx. 8

ECONOMIA E POLÍTICA NO BURGO PORTUENSE
ATRAVÉS DA CORRESPONDÊNCIA DOS CÔNSULES
DOS ESTADOS UNIDOS NO PORTO
(1841-1851)*

Por Jorge Martins Ribeiro

1 — Introdução

O período em estudo é rico em eventos, sobretudo de carácter político e militar, em que a cidade do Porto ocupou um lugar de relevo. Neste trabalho, utilizámos, principalmente, a correspondência dos diplomatas americanos acreditados em Portugal, com particular incidência para os despachos enviados pelos cônsules dos Estados Unidos no Porto ao Departamento de Estado. A correspondência diplomática oficial, embora enfermando de certas limitações, pois, muitas vezes, silencia aspectos importantes, ou delicados, das relações entre os países, reflecte, de qualquer modo, as opiniões e as preocupações dos diplomatas e do governo que representam. Assim, e tendo em mente o que acabámos de referir, achámos de interesse estudar as opiniões dos cônsules ame-

* Uma primeira e resumida versão deste trabalho foi apresentada no Congresso «O Porto na Época Contemporânea», promovido pelo Ateneu Comercial do Porto, no dia 10 de Outubro de 1989.

ricos acerca da economia e dos movimentos revolucionários que sacudiram o burgo portuense na década de quarenta e inícios da de cinquenta do século XIX.

2 — Corpo consular americano no Porto

Os Estados Unidos, que se declararam independentes em 1776, têm desde cedo um agente consular na cidade do Porto¹. Estes primeiros representantes americanos tinham a categoria de vice-cônsules e sabemos que este lugar, até à década de 1840, esteve nas mãos da família Clamouse-Browne, de ascendência franco-irlandesa². Isto, apesar de em 1821 ter sido nomeado pelo presidente James Monroe um cônsul para o burgo portuense. Parece, porém, que este não chegou a ocupar o cargo para que fora designado. De modo que a representação americana na cidade continuou entregue a um vice-cônsul por mais alguns anos³.

O primeiro Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países foi assinado em 26 de Agosto de 1840⁴. Só depois da conclusão deste acordo é que o Presidente Van Buren nomeou Luís Walter Tinelli cônsul dos Estados Unidos no Porto, onde chegou em Junho de 1841, mantendo-se no seu posto até 1850, ano em que foi substituído por Horace Smith⁵. Este veio para Portugal com a categoria de Cônsul Geral e resolveu fixar a sua residência no Porto, pois era a principal praça de

¹ RIBEIRO, Jorge Martins — *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990, p. 26.

² Idem — *The American Presence in Oporto in the beginning of the 19th century*, in «New Lights on the Peninsular War. International Congress on the Iberian Peninsula. Selected Papers 1780-1840», [Lisboa], The British Historical Society of Portugal, 1991, p. 296.

³ Idem, *ibidem*, p. 297.

⁴ *Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e os Estados Unidos da América. Assignado em Lisboa aos 26 de Agosto de 1840 e trocadas as ratificações em Washington a 23 de abril de 1841*, in «Nova Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias, compilados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros», tomo 1, Lisboa, 1890, p. 1-11.

⁵ *National Archives and Records Administration, Washington, DC., Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Cartas enviadas do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado John C. Clayton, 19 e 27 de Janeiro de 1850. *Dispatches from the U.S. Ministers to Portugal, 1790-1906, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847)*, (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo cônsul A.T. Donnet ao Secretário de Estado John Forsyth, 14 de Dezembro de 1840.

comércio com a América⁶. Isto vem confirmar a importância das trocas comerciais da cidade com a América do Norte, trocas essas que eram já relevantes mesmo antes da separação das treze colónias da Grã-Bretanha. E será de mencionar a importância dos mercadores britânicos residentes no Porto neste escambo. Não nos podemos esquecer, contudo, que muitos dos produtos importados dos Estados Unidos e exportados para este país eram transportados a bordo de navios ingleses⁷. Entre os artigos enviados para além Atlântico encontrámos vinho, sobretudo vinho do Porto, sumagre, lã e cortiça⁸.

O cônsul Luís Walter Tinelli, ao comparar o número de navios americanos e ingleses entrados na barra do Douro, durante o ano de 1843, constata que o Tratado de 1840 pouco ou nada fez para favorecer os interesses americanos em Portugal⁹. De facto, apesar do comércio existente entre os dois países, eram poucos os navios estadunidenses que demandavam o Porto, o que se traduzia num diminuto rendimento do consulado.

Assim, em carta de 28 de Dezembro de 1842, para o Secretário de Estado, Daniel Webster, Tinelli afirma que, devido às leis gerais de falências e à má administração dos seus negócios em Nova Iorque, pelo agente deles encarregado, se via limitado a viver de um pequeno rendimento, restos de uma fortuna considerável que havia possuído em Itália. Estas dificuldades financeiras levam o cônsul a pedir a sua transferência para outros postos mais lucrativos como Cádiz, Málaga, Marselha, Portsmouth, Bristol, Cork ou Dublin. Por outro lado, declara não querer dedicar-se à actividade mercantil, em Portugal, o que certamente

Nos casos futuros, designarei os National Archives and Records Administration, Washington, DC. pela abreviatura N.A.R.A..

⁶ N.A.R.A., *Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821—October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Presidente dos Estados Unidos, general Zachary Taylor, 1 de Março de 1850.

⁷ RAU, Virgínia — *O movimento da barra do Douro durante o século XVIII: uma interpretação*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Porto, 21 (1/2), 1958, p. 16; RAMOS, Luís A. de Oliveira — *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, p. 61-62.

⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821—October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T 342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 31 de Outubro de 1842.

⁹ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado John C. Calhoun, 7 de Julho de 1844.

lhe resolveria parte dos problemas que o afligiam, pois considerava esta ocupação incompatível com o cargo que ocupava¹⁰.

O representante americano que não desiste desta pretensão, em carta de 16 de Setembro para o Secretário de Estado, John Calhoun, pede a sua transferência para Antuérpia, uma vez que tinha sido informado da vacatura deste posto. O diplomata, como razões para ser provido no lugar ambicionado, invocava os 4 anos de serviços prestados em Portugal e os seus conhecimentos dos idiomas francês e holandês, bem como do Código Civil Napoleão, então, em vigor na Bélgica. E, mais uma vez, refere as esperanças que alimentou aquando da assinatura do Tratado de 1840. Esperava que este acordo se traduzisse por um incremento das relações comerciais entre os dois países. Segundo o diplomata isto não se verificou devido à política tacanha seguida pelo governo de Lisboa, que impossibilitou o desenvolvimento comercial e industrial de Portugal. Tudo isto lhe causava problemas a nível pessoal e familiar, pois como os emolumentos consulares eram insignificantes, o dinheiro que auferia pelo desempenho das suas funções era insuficiente para a manutenção da família¹¹. E, este problema revelara-se de tal maneira premente que, em 10 de Março de 1845, Luís Walter Tinelli se vê obrigado a pedir a demissão ao Presidente. Ao mesmo tempo recomenda José A. da Silva, vice-cônsul desde 1829, para seu sucessor, afirmando que tem tido uma actuação eficiente e zelosa dos interesses dos Estado Unidos. Por outro lado, José A. da Silva era um homem rico, altamente considerado na cidade, literato, de educação refinada e de ideais que se coadunavam perfeitamente com as instituições americanas. Outra das razões que aduz para aconselhar a nomeação deste português, como representante dos Estados Unidos, é a de que não residia nenhum cidadão estadunidense no Porto e considerava ser difícil que um americano se quisesse estabelecer na cidade devido aos poucos rendimentos do consulado.

Apesar do seu pedido de demissão, Tinelli declarava-se, mais uma vez, disponível para ocupar qualquer outro posto mais lucrativo, como Cádiz, Málaga, Bordéus, Amesterdão, Bremen ou Hamburgo¹². Porém, ainda no decurso de 1845, reconsidera a sua decisão, retirando o seu pedido de demissão¹³. As razões que apresenta para continuar no Porto

¹⁰ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

¹¹ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado John C. Calhoun, 16 de Setembro de 1844.

¹² Ibidem, Cartas enviadas do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 10 de Março e 19 de Maio de 1845.

¹³ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Julho de 1845.

prendem-se com o facto de ter entrado em negociações relativas a uma valiosa propriedade, que lhe iria permitir viver sem sobressaltos de carácter financeiro¹⁴.

Assim, este homem, que devotara a sua vida à causa da liberdade, resolveu fixar-se em Portugal. De facto, lutara em Espanha, em 1823, contra os franceses, participara na Revolução de 1831, em Itália, após a qual foi detido pelos austríacos, tendo passado 4 anos na prisão. Foi posteriormente exilado para os Estados Unidos, país que adoptou como sua segunda pátria¹⁵.

No ano de 1846, Luís Walter Tinelli envia ao Congresso dos Estados Unidos uma petição solicitando a manutenção de um consulado americano na cidade do Porto. A apoiar este pedido, juntavam-se ainda três documentos, dois da parte de comerciantes portuenses e um outro da parte do Director Geral da Alfândega da cidade. Além disto, os negociantes nova-iorquinos mostravam-se interessados que continuasse a existir no Porto uma representação diplomática estadunidense, pelo que também eles exerceram pressão, nesse sentido, junto das autoridades de Washington¹⁶. Tinelli, a fim de justificar esta solicitação, afirma, ainda, não ter havido nenhum provimento para os consulados entre Lisboa e Bordéus, localidades que distavam uma da outra mais de 4.000 milhas. O diplomata declara ainda que Bordéus é inferior ao Porto tanto política como comercialmente. A confirmá-lo, escreve que a cidade tem cerca de 100.000 habitantes e é a capital das três províncias do norte de Portugal onde se situam as manufacturas mais importantes, estando a indústria em franco progresso, especialmente a têxtil, sobretudo do algodão. Além disso, o burgo portuense era o empório dos produtos mais importantes do país, especialmente do vinho do Porto, artigo exportado para todo o mundo. Por outro lado, é de opinião que a cidade se tornará um porto chave para a exportação e importação dos produtos de algumas regiões da Espanha, nomeadamente de Castela-a-Velha. Para que isto se tornasse uma realidade, era necessário que fosse permitida a livre navegação do Douro, o que ele aliás previa para breve. Apesar do que dissemos, este agente consular revela-se confiante no futuro e afirma ter aumentado muito o tráfego mercantil com os Estados Unidos desde a sua nomeação,

¹⁴ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Setembro de 1843.

¹⁵ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Maio de 1845 e carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Presidente dos Estados Unidos, general Zachary Taylor, 1 de Março de 1850.

¹⁶ Ibidem, Carta enviada de Nova Iorque ao Secretário de Estado James Buchanan, 23 de Dezembro de 1846.

de modo que a cidade do Porto era mais importante para o comércio deste país do que Lisboa. E, declarava, ainda, que o burgo portuense se tornaria em breve um dos melhores mercados da Europa para o tráfego marítimo americano¹⁷.

Todos estes argumentos serviam para reforçar o seu pedido de readmissão no lugar que ocupava. Daí a notícia da sua substituição por Horace Smith o ter apanhado desprevenido. Este diplomata chegou a Lisboa no início de 1850 e no dia 27 de Janeiro já tinha recebido o *exequatur* do governo português¹⁸. Luís Walter Tinelli escreve ao Presidente Zachary Taylor não ter podido esconder do recém-nomeado cônsul-geral a sua dor e humilhação por ter sido destituído do cargo que ocupava. Confessa estar consciente de ter exercido as suas funções com o maior zelo e eficácia possíveis e de haver protegido com êxito os interesses e os cidadãos americanos. Assim, pede ao presidente que analise os serviços prestados e caso se verifique que a sua demissão não resultou do mau exercício do cargo, solicita para ser reintegrado; isto se Horace Smith apresentar a resignação, ou for nomeado para outro posto diplomático¹⁹.

3 — Tráfego comercial entre o Porto e os Estados Unidos

Através da correspondência consular vemos que uma das principais preocupações dos cônsules dizem respeito ao comércio entre Portugal e os Estados Unidos.

É interessante referirmos aqui a descrição dos mecanismos do comércio portuense feita pelo cônsul Luís Walter Tinelli. Assim, as vendas são entregues a agentes que recebem honorários moderados pelos seus serviços. O vinho é uma excepção, pois é geralmente vendido a crédito entre 6 a 8 meses, enquanto que todas as outras mercadorias destinadas à exportação são pagas em dinheiro. A comissão normal, tanto para vendas como para compras, é de 3%. O valor médio de um frete para qualquer porto dos Estados Unidos variava entre 7 e 8 mil reis por tonelada para certos bens e 5% de primagem²⁰. Pelo seguro pagava-se

¹⁷ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 22 de Outubro de 1846.

¹⁸ Ibidem, Cartas enviadas de Lisboa pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado John Clayton, 19 e 27 de Janeiro de 1850.

¹⁹ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Presidente dos Estados Unidos, general Zachary Taylor, 1 de Março de 1850.

²⁰ A primagem é uma percentagem sobre o frete, que se paga às vezes ao capitão de um navio.

2%, quando efectuado em Portugal, e 1,25% se feito na Inglaterra ou na América. O cônsul refere, ainda, os níveis dos salários praticados, recebendo os trabalhadores que vivem perto dos portos de mar entre 200 a 260 reis diários e no interior do país 160 a 180 reis. Os ordenados normais dos marinheiros rondavam os 7 a 8 mil reis mensais²¹.

Nos primeiros tempos da sua estada no Porto, Tinelli veicula para o Departamento de Estado informações acerca das dificuldades encontradas na aplicação das estipulações do primeiro Tratado luso-americano de 1840. De facto, alguns dos artigos deste acordo foram alvo de forte oposição, chegando alguns deles a ser revogados pelo Parlamento²². Segundo o estipulado no tratado, tanto os navios portugueses que entrassem nos portos dos Estados Unidos como os barcos americanos que aportassem a Portugal seriam tratados, tanto num caso como noutro, da mesma maneira que as embarcações nacionais, no que diz respeito aos direitos que tivessem de pagar. Por sua vez, as taxas de importação e exportação pagas pelos produtos de qualquer das duas nações não podiam exceder os quantitativos fixados para artigos de outros países. Permitia-se, ainda, que tanto os bens portugueses como americanos fossem transportados para uma e outra nação em navios de qualquer das duas potências. Tanto Portugal como os Estados Unidos podiam exportar mercadorias para outros países, em embarcações americanas ou portuguesas, «sem pagar outros ou maiores direitos ou encargos, de qualquer modo ou denominação que sejam, do que se as ditas mercadorias ou artigos de commercio fossem exportados ou reexportados em navios nacionaes»²³.

As autoridades aplicavam aos navios dos Estados Unidos, quando estes transportassem bens americanos, a mesma taxa de 15% imposta aos barcos portugueses que traziam para Portugal mercadorias estrangeiras. E, apesar de haverem sido revogados por parte do Parlamento de Lisboa alguns artigos do Tratado de 1840, as embarcações americanas continuaram a pagar os mesmos direitos de tonelagem que as portuguesas. Mas, segundo o cônsul Luís Tinelli, os navios dos Estados Unidos não eram

²¹ N.A.R.A., *Dispatches from United States consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T 342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 31 de Dezembro de 1842.

²² RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, p. 299-301.

²³ *Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e os Estados Unidos da América. Assignado em Lisboa aos 26 de Agosto de 1840 e trocadas as ratificações em Washington a 23 de Abril de 1841*, in «Nova Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias, compilados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros», tomo 1, Lisboa, 1890, p. 4-5.

tratados nos portos lusos da mesma maneira que os barcos portugueses na América do Norte. Contrariamente ao estipulado no Acordo de 1840, certas mercadorias estavam, no entanto, proibidas de circular em Portugal, enquanto outras só podiam entrar no país quando transportadas a bordo de navios nacionais²⁴.

Estes problemas são os que mais preocupam o diplomata durante o seu primeiro ano de estada no Porto. Nos anos subsequentes, porém, as dificuldades criadas por Portugal na aplicação do articulado do tratado vão ser alvo da atenção do cônsul. Luís Walter Tinelli é de opinião que o negociador do acordo não teve em consideração os princípios liberais sobre os quais assentavam as leis comerciais e financeiras dos Estados Unidos, nem as restrições, monopólios e proibições existentes nos portos portugueses que dificultavam o comércio americano. Por outro lado, acha que não se aproveitou a euforia reinante, em Portugal, na altura em que o tratado foi assinado, para se obterem mais vantagens, sobretudo no que diz respeito ao tráfego indirecto e à armazenagem em portos portugueses de farinhas e tabaco²⁵.

No ano de 1842 as disposições do Tratado relativamente aos direitos pagos pelos vinhos portugueses na América foram alvo de alguma controvérsia nos jornais portuenses *Periódico dos Pobres no Porto* e *A Revolução de Setembro*. Recorde-se, a propósito, que o texto do Acordo de 1840 estabelecia que a Convenção franco-americana de 1831 acerca dos vinhos franceses terminaria em Fevereiro de 1842²⁶.

Luís Walter Tinelli informa ainda o Secretário de Estado, Daniel Webster, que a pauta de 1841 foi objecto de ataques, tanto na imprensa como no Parlamento, por parte de diversos oradores. O diplomata acusa o governo de Costa Cabral de ser contrário aos princípios liberais e de ter suscitado má vontade contra os Estados Unidos e suas instituições, tanto na imprensa afecta ao governo como nas Cortes. Devido a isto, teve de

²⁴ RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, p. 299-301.

²⁵ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli para os Estados Unidos, incompleta e sem data.

²⁶ *Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e os Estados Unidos da América. Assignado em Lisboa aos 26 de Agosto de 1840 e trocadas as ratificações em Washington a 23 de Abril de 1841*, in «Nova Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias, compilados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros», tomo 1, Lisboa, 1890, p. 4.

responder aos ataques feitos e corrigir os erros que por ignorância ou malícia se tinham espalhado entre o povo²⁷.

O jornal *A Revolução de Setembro* publicou uma interpelação do Visconde de Fonte Arcada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em que afirmava terem os Estados Unidos infringido as disposições do Tratado, pois os vinhos portugueses pagavam mais 20% do que os dos outros países, enquanto os produtos americanos gozavam de tratamento especial em Portugal. O cônsul, em carta enviada ao redactor do *Periódico dos Pobres no Porto*, contraria estas declarações e afirma que os vinhos portugueses tais como os dos outros países «que tenham celebrado tractado com os Estados Unidos, pagão sómente o direito de 20% *ad valorem* quando importados nos portos daquela Republica», não sendo taxados em mais nada além disto. Em relação ao tratamento preferencial usufruído, segundo o mesmo Visconde, pelas mercadorias americanas em Portugal, o diplomata informava o seu governo que os direitos diferenciais de 15% foram abolidos três meses depois da ratificação do tratado. Esta afirmação está, aliás, de acordo com as informações que ao longo de 1841 enviou para Washington²⁸.

O diário *A Revolução de Setembro* contra-ataca, informando que o facto dos vinhos portugueses pagarem tanto como o das outras nações nas alfândegas americanas não é de maneira nenhuma contrário às notícias publicadas. Portugal acabava por ser lesado porque era atribuído aos vinhos um valor muito elevado, passando na prática a pagar «mais de vinte por cento do que os vinhos das outras nações, que foram avaliados favoravelmente»²⁹.

O cônsul não se dá por vencido e, em carta dirigida ao redactor de *A Revolução de Setembro*, datada de 7 de Agosto de 1842, observa que a pauta de 1841 «estabeleceu um direito uniforme de 20% *ad valorem* sobre todos os vinhos importados nos Estados Unidos». Escreve, ainda, que a regra utilizada nestes casos «é a de cobrar os direitos, não arbitrariamente, mas sobre o valor declarado nas facturas originais devidamente legalizadas pelo cônsul residente no porto de carregação». E, só em casos de suspeita de falsas declarações é que as mercadorias são avaliadas por peritos. Mas, mesmo nestes casos, as fazendas «são sempre avaliadas em menor valor que o seu custo original». Tudo isto é corroborado pelos

²⁷ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Webster ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

²⁸ *Periódico dos Pobres no Porto*, n.º 173, 25 de Julho de 1842.

²⁹ *A Revolução de Setembro*, n.º 501, 1 de Agosto de 1842.

exportadores de vinho para a América do Norte em depoimento publicado no mesmo número de *A Revolução de Setembro*³⁰.

Em 9 de Outubro de 1842 os direitos sobre muitos produtos foram acrescidos, e outros, como coco, óleo de coco, bacalhau, café, óleo de peixe, óleo de castor, óleo de linhaça, arroz e açúcar, foram onerados com taxas adicionais. Além disso, os direitos extraordinários de 3% foram aumentados para 6%³¹.

Ao falarmos do comércio portuense com os Estados Unidos não podemos deixar de nos referir ao principal produto exportado através da barra do Douro: o já, nesta altura, afamado vinho do Porto. Este artigo quando era expedido para qualquer ponto da Europa pagava o imposto alfandegário de 12 mil reis por pipa, se enviado para fora do velho continente era taxado, apenas, em 100 reis. O vinho para poder ser exportado tinha de ser acompanhado por um certificado ou licença passada por um agente da Companhia dos Vinhos e o montante a pagar pela inspecção de cada pipa era de 480 reis³². O que acabámos de referir explica as razões pelas quais muito do vinho que saía a barra do Douro para a América do Norte não era na realidade destinado ao mercado americano. Assim, uma vez chegado aos Estados Unidos e obtidos os necessários certificados de desembarque, o vinho era reexportado para portos europeus, muitas vezes a bordo do mesmo navio³³. O cônsul afirma que este tráfego prejudicava e continuaria a afectar, enquanto existisse, o comércio entre Portugal e os Estados Unidos.

Horace Smith explica ao Secretário de Estado que o vinho era escalonado em quatro qualidades, sendo a última a recusa. Depois desta classificação se ter processado, era enviada uma relação ao governo, que decidia qual a porção a ser vendida para a Europa. A quantidade de vinho qualificado para exportação era, porém, menor que a do classificado de primeira qualidade. Os produtores recebiam, nessa altura, um bilhete, certificando a quantidade que podiam enviar para portos europeus, a qual era apenas uma proporção do vinho considerado como de primeira qualidade. O restante desta classe e o de segunda qualidade recebiam, então, um certificado no qual estava indicado a quantidade que o proprietário era autorizado a mandar para fora do país. O vinho recusado

³⁰ *A Revolução de Setembro*, n.º 556, 6 de Outubro de 1842.

³¹ NA.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli para os Estados Unidos, incompleta e sem data.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado John M. Clayton, 20 de Março de 1850.

e o classificado como de terceira qualidade não podia ser exportado, destinando-se ao consumo interno ou à destilação.

Acontecia, porém, que os produtores podiam vender os seus bilhetes separadamente dos vinhos, havendo mesmo um mercado para estes certificados, que se tornaram objecto de compra e venda. Assim, um bilhete de primeira qualidade variava entre 14 a 18 dólares por pipa, enquanto que um de segunda classe era avaliado entre 2,5 a 3 dólares por pipa. Isto quer dizer que na prática qualquer tipo de vinho podia ser exportado para países europeus desde que acompanhado por certificados de primeira qualidade. Por outro lado, o governo havia determinado que os vinhos destinados à Europa só deviam sair de Vila Nova de Gaia e tinham de pagar 16 dólares de direitos de exportação. Do Porto podiam ser enviados para outros destinos e eram onerados apenas com uma taxa de 12,5 cêntimos. Por decreto de 7 de Junho de 1844, revogado em 21 de Julho de 1852, os vinhos de primeira qualidade tinham de ser armazenados em Vila Nova de Gaia e os de segunda no burgo portuense³⁴. Desta forma, exportar vinho da cidade para Londres, via Nova Iorque, apesar dos fretes e encargos serem quase três vezes e meia mais caros, custava menos cerca de 21,285 dólares por pipa, do que directamente de Vila Nova de Gaia para a capital britânica³⁵.

O cônsul Smith admirava-se que este tipo de tráfego não se processasse em maior escala, pois sabia da existência de grandes quantidades de vinho velho e bom, armazenadas no Alto Douro e excluídas do mercado britânico, pelo sistema existente. É, também, de considerar a posição dos comerciantes que vendiam para os países europeus, pois possuíam

³⁴ MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 332; 452.

³⁵ Despesas relativas à exportação de vinho:

Para Londres directamente de Portugal		Para Londres via Nova Iorque	
Bilhete de 1. ^a qualidade	\$15	Bilhete de 2. ^a qualidade ..	\$ 3
Direitos de exportação	\$16,51	Direitos de exportação.....	\$ 0,125
Fretes e encargos	\$ 3	Fretes e encargos	\$10,10
	<u>\$34,51</u>		<u>\$13,225</u>

N.A.R.A., Dispatches from United States Consul in Oporto, 1821-1863, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado Daniel Webster, 20 de Março de 1850.

Refira-se que, apesar destes valores serem aqui indicados em dólares norte-americanos, todos estes encargos eram, como não podia deixar de ser, liquidados em reis, a moeda então corrente em Portugal.

muito vinho guardado nos seus armazéns em Vila Nova de Gaia e tinham comprado bilhetes para exportação de vinho do Porto de primeira qualidade. Daí, o interesse destes negociantes em desencorajar o envio deste bem para a Inglaterra, via portos dos Estados Unidos. Eles temiam a diminuição do valor do que tinham armazenado, devido a este tráfego. Tal método, porém, era cada vez mais usado e, se muitos mercadores não o faziam, era porque esperavam para breve a intervenção do governo, a fim de pôr termo a este estado de coisas.

De notar que, a princípio, se utilizavam os portos da América do Norte, como locais de transbordo da mercadoria, embora o porto de Nova Iorque acabasse por ser o preferido. Desta cidade, os cascos podiam ser transportados por barcos americanos para a Europa, de forma mais barata e mais segura. Este expediente tornava mais difícil ao governo português descobrir o destino das cargas, o que não aconteceria se estas fossem enviadas nas embarcações que as tinham levado para Nova Iorque.

Horace Smith informa, ainda, ter uma Comissão nomeada pela rainha chegado à conclusão que entre 1845 e 1850 cerca de 5.000 pipas tinham sido enviadas para portos da Europa, via América do Norte, tendo 2.500, no decurso de 1849, sido exportadas desta maneira. O governo de Lisboa teria, assim, perdido mais de 80.000 dólares³⁶.

Na realidade, no quinquénio de 1840-1844, 5% (8,2 milhares de hectolitros) de todo o vinho do Porto exportado foi enviado para os Estados Unidos, enquanto que entre 1845-1849 esta percentagem se elevou a 10,5% (20,6 milhares de hectolitros) e de 1850 a 1854 foi de 8,5% (18,2 milhares de hectolitros). Para logo no quinquénio seguinte descer para 2,5% e após 1860 para percentagens inferiores ou pouco superiores a 1%. E, é ainda interessante notar que os anos entre 1845 e 1849, período de maior exportação de vinho do Porto para os Estados Unidos até 1940-44, correspondem a uma descida da compra de vinho do Porto, directamente a Portugal, por parte da Grã-Bretanha. De mencionar também que de 1840 a 1849 os Estados Unidos, se bem que muito atrás da Inglaterra, ocupam o 3.º lugar entre os importadores do néctar do Douro, logo a seguir ao Brasil. Por outro lado, no quinquénio 1850-1854, são os segundos maiores importadores de vinho do Porto, logo atrás do Reino Unido. Não nos podemos também esquecer que os anos de 1841 a 1843 foram um período de crise, em que houve um decréscimo nas exportações de vinhos portugueses. Assim, estes números apresentados por Conceição Andrade Martins vem confirmar as preocupações e afirmações do cônsul Horace Smith³⁷.

³⁶ Ibidem.

³⁷ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 95; 250-251.

Recomendou-se então a imposição de maiores direitos aos vinhos enviados para a América do Norte, e que se estendesse esta medida a outros países cujo relacionamento comercial com Portugal fosse semelhante ao dos Estados Unidos. Caso isto se viesse a verificar, iria contra o espírito e a lei do Tratado de Comércio e Navegação de 1840. O diplomata duvidava que o governo português tomasse alguma medida que prejudicasse o comércio com a América do Sul, pois iria interferir com grupos influentes. A Companhia dos Vinhos seria a mais atingida com o aumento dos direitos de exportação para destinos fora da Europa. Esta instituição recebia anualmente de Lisboa 150 milhões de reis, pois por força de lei tinha de comprar 20.000 pipas de vinho de segunda e terceira qualidade, a um preço fixo. O principal mercado deste vinho era o Brasil.

O cônsul Smith era de opinião que o governo português tinha de fazer algo. A fazenda pública estava a perder dinheiro diariamente e o partido no poder necessitava de numerário para pagar as tropas, uma vez que se temia uma insurreição. Por seu lado, os comerciantes ingleses, com enormes investimentos em vinhos, guardados em Vila Nova de Gaia, pediam ao governo britânico para pressionar o ministério de Lisboa no sentido de diminuir as taxas impostas aos de primeira qualidade, alegando que tais direitos violavam os termos do tratado assinado entre a Grã-Bretanha e Portugal³⁸. De facto, segundo Conceição Andrade Martins, nos finais da década de 1830 os negociantes queriam a diminuição dos direitos de exportação, pois as taxas então aplicadas, além de tornarem o vinho do Porto caro e pouco concorrencial «fomentavam as exportações dos vinhos de menos qualidade e as exportações indirectas para a América». De referir que, só em 1852, com a Regeneração, se diminuíram substancialmente os direitos de saída do vinho³⁹.

4 — Movimentos revolucionários no Porto segundo o relato dos representantes dos Estados Unidos

Se até agora demos relevo aos aspectos comerciais, importantes sem dúvida na vida da cidade, não nos podemos esquecer dos aspectos políticos. De facto, a década de 1840 foi um período agitado da história portuguesa, tendo a cidade do Porto sido palco de acontecimentos

³⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado Daniel Webster, 20 de Março de 1850.

³⁹ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 105-106.

decisivos para o futuro do país. E, como é óbvio tais eventos aparecem mencionados na correspondência dos agentes diplomáticos americanos.

Recorde-se que, em Fevereiro de 1842, Costa Cabral proclamou no Porto a restauração da Carta Constitucional abolida em 1836. Luís Walter Tinelli durante o movimento revolucionário manteve-se neutral, tendo sempre recusado os convites que a Junta Revolucionária repetidamente lhe enviou para assistir a um *Te Deum* e outras solenidades. O princípio adoptado pelas autoridades americanas era o de aceitar todos os governos *de facto*. Mas, como fora reconhecido cônsul dos Estados Unidos pelo governo deposto, tinha decidido não tomar nenhuma atitude que pudesse ser interpretada como um reconhecimento implícito, da sua parte, de um poder ilegítimo, rejeitado publicamente pelo governo de Lisboa. Já, por sua vez, o encarregado de negócios, Washington Barrow, aceita os convites formulados pelo duque da Terceira para assistir a um *Te Deum* na Sé de Lisboa e à recepção dada pela rainha no Palácio das Necessidades, uma vez que lhe foram endereçados pelas autoridades constituídas⁴⁰. Por outro lado, segundo o cônsul Tinelli, logo que o movimento revolucionário do Porto atingiu a capital, D. Maria II foi obrigada a sancionar os actos revolucionários, tendo havido uma mudança completa em homens e princípios no aparelho de estado. O governo adoptou um sistema retrógrado e o cônsul escreve que os detentores do poder se mostravam abertamente contrários aos princípios liberais⁴¹. Através destas afirmações vemos que o representante americano era contrário à política e aos ideais encarnados pelo Cabralismo, o que, aliás, não é difícil de inferir após a análise da sua biografia, atrás feita.

Ligado com a atitude de neutralidade, adoptada por Luís Walter Tinelli, durante os acontecimentos de Janeiro e Fevereiro de 1842, parece estar um grave incidente ocorrido no dia 4 de Julho desse mesmo ano, dia das comemorações da independência dos Estados Unidos.

Assim, e após o termo das celebrações a bordo do brigue americano *Northumberland*, ancorado no Douro, quando o cônsul juntamente com alguns ingleses seus conhecidos desembarcava no cais, perto da alfândega, um dos primeiros a chegar ao molhe foi insultado pelo guarda de serviço.

⁴⁰ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao Secretário de Estado Daniel Webster, 17 de Fevereiro de 1842.

⁴¹ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821-October 15, 1850), National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

Depois de uma dura troca de palavras este tentou agarrar o súbdito inglês, mas foi prontamente derrubado. O incidente atraiu um grande número de guardas, armados de varapaus, que em vez de se limitarem a defender o camarada e a prender o seu agressor atacaram todas as pessoas desembarcadas. O cônsul e o comandante do *Northumberland*, capitão William Nassan, viram-se então cercados, tendo este último sido agredido pelo guarda Manuel Joaquim da Cunha. Ao mesmo tempo, o representante estadunidense era alvo de ameaças.

Luís Walter Tinelli apresentou um requerimento ao oficial de serviço, tendo obtido para sua protecção uma escolta constituída por 4 soldados e um sargento. Este grupo, porém, foi obrigado pelo dito Manuel Joaquim da Cunha a voltar para trás, devido ao facto do diplomata ser um dos elementos do grupo interveniente na desordem.

No dia seguinte, o representante americano pediu satisfações pelo ocorrido ao director da alfândega. Não obteve, porém, uma resposta conclusiva. E este último informou ter entregue o caso aos tribunais. Tinelli não se deu por satisfeito e enviou outra carta pedindo uma reparação pelo sucedido, missiva esta que ficou sem resposta. O director da alfândega nomeou então uma comissão que procedeu judicialmente contra todo o grupo envolvido no incidente⁴².

Por outro lado, a 11 de Julho o cônsul Tinelli enviou um ofício ao Governador Civil do Porto relatando os incidentes. Este, contudo, em resposta declarava lamentar o sucedido afirmando que não podia interferir «sem offença da independencia entre as differentes cathogorias dos servidores do Estado, e por consequencias sem quebra da regularidade do serviço público». E, explicava, ainda, que a Direcção da Alfândega dependia da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o seu director era apenas responsável perante o respectivo ministro. Conforme se depreende, o Governador Civil não se quis imiscuir neste assunto, ao qual não parece atribuir grande importância⁴³.

⁴² Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 27 de Outubro de 1842.

⁴³ *Arquivo do Governo Civil do Porto*, Correspondência expedida a várias entidades, 1.ª Repartição, n.º 992, livro de registo de correspondência expedida, (1838-1842). Carta do Governador Civil do Porto, António Luís de Abreu, ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, 13 de Julho de 1842, *N.A.R.A. Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906, vol. 14 (January, 1 1839 — November 30, 1847)*, (*National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13*), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, Luís Walter Tinelli, 2 de Setembro de 1842.

No dia 29 de Julho o cônsul foi confidencialmente informado que o Juiz da Polícia Correccional tinha emitido mandados de captura contra ele e contra os súbditos britânicos que o acompanhavam. E, o Juiz Conservador, única entidade competente para julgar os residentes estrangeiros, autorizara os mandados de captura, sem examinar o caso, nem os depoimentos a ele relativos. De facto, a 30 de Julho Tinelli foi preso e encarcerado na cadeia pública, onde foi alojado numa cela suja e desprovida de mobiliário. Após três horas de encerramento foi libertado, porque um amigo tinha pago a fiança, num valor correspondente a 100 dólares.

Luís Walter Tinelli levou, depois da sua libertação, o caso junto do general Washington Barrow, encarregado de negócios dos Estados Unidos em Lisboa e seu superior hierárquico, relatando-lhe o sucedido e declarando que nada tivera a ver com a refrega em que se encontrara envolvido. Pelo contrário, antes tentara tudo para lhe pôr cobro.

Algum tempo depois recebeu uma informação da parte de Barrow que, após ter examinado vários documentos, considerava não terem sido violados nenhuns privilégios. O mandado de captura fora assinado pelo Juiz Conservador e fora libertado mediante fiança. Tinelli então critica a atitude do general Barrow que reputa pouco conhecedor das leis portuguesas. O encarregado de negócios era de opinião que os cônsules não gozavam da protecção da lei das nações, além de que o Tratado de 1840 estipulava que os agentes consulares de ambas as potências estavam sujeitos à legislação do país onde residiam.

Por outro lado, e por considerar que as autoridades portuenses tinham agido em conformidade com a lei, o general Barrow não se sentia autorizado a pedir nenhuma satisfação ou indemnização ao governo português⁴⁴.

Como acabámos de ver o cônsul não obteve apoio por parte dos seus superiores em Portugal, embora se estribasse em diversas autoridades de direito internacional e no artigo 10.º do Tratado de 1840 para demonstrar, ao Secretário de Estado, que os seus privilégios haviam sido violados e que tinha direito a uma indemnização. Nesse sentido, pede ao seu governo para tomar medidas, observando que tanto os cônsules estrangeiros como alguns dos mais respeitáveis cidadãos portuenses não estavam de

⁴⁴ N.A.R.A. *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839—November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Cópia de carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, Luís Walter Tinelli, 2 de Setembro de 1842.

acordo com a atitude do encarregado de negócios americano. Entretanto o Tribunal Correccional do Porto declarara que a prisão do diplomata fora ilegal⁴⁵.

Parece, porém, que as autoridades estavam cientes da não culpabilidade de Luís Tinelli, mas que o tinham feito sofrer por causa do seu republicanismo. É interessante notar, aqui, que tanto o Juiz Correccional como o advogado do cônsul eram de opinião que a prisão do diplomata fora ordenada por despeito⁴⁶. Aliás, o cônsul já se havia queixado ao seu superior em Lisboa, que havia um conluio contra ele por parte do Director da Alfândega do Porto, conjuntamente com outras individualidades públicas e privadas. Washington Barrow, contudo, continuava a declarar que a lei não fora violada⁴⁷. Infelizmente, nem o cônsul, nem o encarregado de negócios referem na correspondência subsequente se o pedido de indemnização obteve ou não satisfação. Parece, assim, que o representante americano na capital portuguesa não levou a sério o incidente, nem deu muita importância às acusações do agente consular no Porto.

Em Abril-Maio de 1846, ocorreu a Revolução de Maria da Fonte que levou à queda e ao exílio de Costa Cabral. O duque de Palmela formou um governo de coligação que não agradou a ninguém, nem a cabralistas, nem a esquerdistas, nem a absolutistas. Este estado de coisas preocupava os países estrangeiros, principalmente a Espanha. Em Outubro de 1846 a rainha obrigou o duque de Palmela a demitir-se e nomeou em seu lugar o duque de Saldanha, considerado por Tinelli como o mais notável dos conspiradores. Ao mesmo tempo, observa que o poder tinha sido entregue aos membros mais odiosos do Partido Cabralista. Este episódio, conhecido com a denominação de Emboscada, deu início à guerra civil, tendo a Junta do Porto pegado em armas contra o governo de Lisboa e arrastado consigo grande parte do país. O cônsul americano revela-se um bom conhecedor da situação, afirmando ter repetidamente pedido instruções ao embaixador em Lisboa, sobre qual a atitude a

⁴⁵ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863, vol 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850)*, (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 27 de Outubro de 1842.

⁴⁶ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Dezembro de 1842.

⁴⁷ N.A.R.A. *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847)*, (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Cópia de Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Washington Barrow ao cônsul dos Estados Unidos no Porto, Luís Walter Tinelli, 2 de Setembro de 1842.

adoptar. Declarava não querer tomar nenhuma iniciativa, porque era de opinião que a Junta se tornara uma espécie de estado dentro do estado. O encarregado de negócios, Abraham Rencher, porém, não lhe respondeu e Tinelli ficou a temer que a sua correspondência houvesse sido interceptada pela Polícia da capital ou que aquele diplomata tivesse deixado Lisboa⁴⁸. Porém, através dos despachos de Abraham Rencher vemos que este se manteve no seu posto e que recebeu as missivas do cônsul americano no Porto⁴⁹.

O cônsul Tinelli simpatiza com a Junta do Porto e, em Janeiro de 1847, escrevia mesmo que, apesar dos reveses sofridos, nem a Junta, nem o povo do norte de Portugal se sentiam desencorajados, antes pelo contrário, a má sorte parecia ter redobrado a sua energia e determinação. Assim, um exército de 15.000 homens tinha sido organizado em menos de um mês e um grande número de guerrilhas actuava no país, ajudadas e assistidas pelo povo. Informava, ainda, Washington que actos de despotismo, perseguição e vingança eram perpetrados pelos agentes do ministério de Lisboa, enquanto a Junta do Porto gozava de muita simpatia entre a população e entre os países estrangeiros⁵⁰. Aliás, o cônsul expressa a opinião de que a atitude despótica e tirânica do governo de Lisboa tinha feito alastrar a rebelião. E, o diplomata, que é contrário à forma de governo monárquico, critica a Inglaterra por ter destruído as perspectivas e as esperanças de um povo que pelo seu nobre comportamento causara a admiração do mundo. A Grã-Bretanha tal como a Espanha, potência com cuja actuação também não concorda, tinha apoiado o governo da capital⁵¹. O que acabámos de escrever é corroborado pelo encarregado de negócios segundo o qual o cônsul tinha profundas simpatias pelos direitos populares. Abraham Rencher temia, porém, que estas suas preferências o levassem a uma condenação indiscreta e imoderada do

⁴⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 28 de Novembro de 1846 e MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 4.ª ed., vol. 2, Palas Editores, Lisboa, 1977, p. 98-100.

⁴⁹ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Janeiro de 1847.

⁵⁰ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 28 de Janeiro de 1847.

⁵¹ *Ibidem*, Carta enviada do Porto pelo Cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 4 de Junho de 1847.

governo, o que, a exemplo do sucedido com o vice-cônsul americano e inglês em Belém, poderia levar as autoridades portuguesas a retirarem-lhe o *exequatur*⁵².

Durante todo este agitado período, o agente consular estadunidense na cidade do Porto revela-se preocupado com o bloqueio da barra do Douro pelas forças afectas a Lisboa. Este facto aparece referido pela primeira vez, na correspondência, por nós analisada, numa carta de 28 de Novembro de 1846. Nesta missiva Luís Walter Tinelli queixa-se ao Secretário de Estado, James Buchanan, de não ter sido informado, pelo seu embaixador, desta decisão governamental, contrariamente ao que sucedera com as outras representações estrangeiras na cidade do Porto. Este bloqueio, se tivesse sido efectivo, poderia ter causado dificuldades aos navios americanos ancorados no Douro⁵³. Mas, os vasos de guerra encarregados de o fazer respeitar encontravam-se a maior parte do tempo ancorados em Vigo, o que permitiu a entrada na barra da cidade de cerca de 150 navios, desde a declaração do bloqueio. Aliás, o encarregado de negócios informa Washington que o representante americano no Porto se tinha visto obrigado a reconhecer o governo provisório. Por outro lado, devido ao facto do bloqueio não ser eficaz e de o comércio de importação continuar a processar-se, viu-se obrigado a tratar de negócios com as novas autoridades, frustrando assim as intenções de Abraham Rencher que se queria manter neutral neste conflito⁵⁴.

Em 8 de Fevereiro, um decreto da rainha ordenava o reforço desta medida, determinando que todo os navios estrangeiros deixassem o Douro até 20 desse mês. O cônsul americano duvidava, contudo, da aceitação deste decreto por parte das potências estrangeiras. Segundo Tinelli, Portugal era obrigado pelo articulado de vários tratados assinados com diversos países, a manter os seus portos abertos aos navios dessas nações. Por isso, não considerava correcto que, devido a uma desavença

⁵² N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839—November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Janeiro de 1847.

⁵³ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821—October 15, 1850) (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1) Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 28 de Novembro de 1846.

⁵⁴ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839—November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Janeiro de 1847.

entre o soberano e os seus súbditos, se fechasse à navegação o mais importante porto do país. Na sua opinião, as forças enviadas para fazer cumprir esta decisão eram insuficientes, além de que, à luz dos princípios das leis internacionais e das práticas dos países civilizados, as várias interrupções do bloqueio levavam a que este fosse ilegal ou nulo.

A Junta do Porto, por sua vez, admitia nos portos que controlava diversas mercadorias, como farinhas, bens alimentares e chá, mediante o pagamento de direitos muito baixos. Assim, o diplomata considerava que apesar da declaração do bloqueio, por parte do governo de Lisboa, a importação de farinhas, especialmente, se transportadas em navios americanos, seria muito considerável. Aconselhava ao seu governo o envio de um navio de guerra para a cidade, a fim de proteger os bens e os cidadãos americanos. Tinelli aponta os exemplos da Inglaterra e da Espanha. Na verdade, a primeira destas potências tinha, dentro da barra, três vapores e um brigue e, fora, ao largo, uma fragata, enquanto que a segunda tinha ancorados no Douro, um vapor e dois pequenos vasos de guerra⁵⁵.

Apesar da decisão de reforçar o bloqueio, a partir de 20 de Fevereiro, tudo continuou na mesma. Os três barcos de guerra, a fragata e os dois brigues enviados para o Porto, pelas autoridades da capital, apenas causaram, durante algum tempo, dano à navegação britânica. A maior parte das vezes encontravam-se ancorados na baía de Vigo⁵⁶.

No decurso do mês de Março, o bloqueio foi objecto de missivas trocadas entre Tinelli e o encarregado de negócios americano em Lisboa, Abraham Rencher. Nestes despachos, o cônsul continuava a defender a opinião de que esta medida era ilegal. Parece, contudo, estar em desacordo com Rencher, que considerava tal juízo infundado. Daí o pedido de instruções, ao Secretário de Estado, acerca deste assunto, por parte do representante acreditado na capital portuguesa. Este, aliás, em carta de 17 de Março para Louis Walter Tinelli afirma que ao princípio o bloqueio não era legal, pois, não havia na entrada do Douro uma força naval suficiente para o tornar efectivo. Nesta altura, porém, a barra do Douro estava efectivamente fechada por uma força naval e se navios americanos tentassem furar o bloqueio, os seus proprietários e seguradores seriam

⁵⁵ N.A.R.A, *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 Fevereiro de 1847.

⁵⁶ Ibidem, Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 29 de Março de 1847.

responsáveis pelos prejuízos, não tendo direito a exigir nada do governo de Lisboa⁵⁷. Apesar disto, Luís Walter Tinelli não se coíbe de apresentar a sua argumentação, apoiando-se em autores como Grotius, Puffendorf e Thomas Hobbes. Além do mais, escreve que o bloqueio está em clara contradição com o texto do Tratado de 1840⁵⁸. O Secretário de Estado, James Buchanan, contudo, não concorda com estas interpretações e afirma estar de acordo com os princípios expostos nos despachos do encarregado de negócios. O Departamento de Estado perfilhava estas opiniões e James Buchanan ordena ao cônsul que actue em conformidade com elas. Além do mais, era inquestionavelmente reconhecido aos soberanos o direito de impedirem um porto, em estado de rebelião, de realizar negócios com o estrangeiro⁵⁹.

Na sequência do apresamento da esquadra, sob o comando do conde das Antas, pelas forças britânicas estacionadas ao largo do Porto, o cônsul americano informava que o bloqueio era agora estritamente observado. A esquadra inglesa tinha-se encarregado de fechar a barra do Douro à navegação. Nenhuma intimação desse facto, porém, havia sido enviada às outras potências⁶⁰. E, como se sabe, este episódio conhecido pelo nome de Patuleia terminou com a assinatura da Convenção de Gramido, em Junho de 1847⁶¹. É interessante notar aqui a afirmação do encarregado de negócios, segundo o qual a Junta do Porto poderia ter conseguido das potências aliadas um acordo mais favorável do que obteve no protocolo de 21 de Maio de 1847. De facto, a cidade estava bem fortificada e

⁵⁷ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 19 de Março de 1847; Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios americano A. Rencher ao cônsul Louis Walter Tinelli, 17 de Março de 1849.

⁵⁸ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Cartas enviadas do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao encarregado de negócios americano A. Rencher, 11 e 29 de Março de 1847.

⁵⁹ *Southern Historical Collection — University of North Carolina Library, Chapel Hill, Rencher Papers*, Carta enviada de Washington pelo Secretário de Estado, James Buchanan ao cônsul Louis Walter Tinelli, 6 de Maio de 1847.

⁶⁰ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 4 de Junho de 1847.

⁶¹ DÓRIA, António Álvaro — *Patuleia, Guerra da (1847)*, in SERRÃO, Joel (dir. de) — «Dicionário de História de Portugal», vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 16-20.

equipada, pelo que, apesar dos desaires sofridos pelas forças afectas, julgava-se que iria resistir durante vários meses⁶².

O bloqueio da barra do Douro, como vimos, não foi nem contínuo, nem completo. Mas, o cônsul Tinelli, no dia 1 de Julho, em despacho enviado para Washington, escrevia que esta medida tinha, durante os últimos 7 meses, interrompido todas as relações comerciais da cidade com os Estados Unidos⁶³.

Uma vez esta crise ultrapassada, outros acontecimentos vão constituir fonte de preocupação para o agente consular americano. Assim, em finais de Março de 1848, o brasão dos Estados Unidos foi roubado, por duas vezes, da porta do consulado no burgo portuense. O cônsul Tinelli interpreta este evento como sendo a manifestação, por parte de certas pessoas, de ódio contra as instituições republicanas e teme que isto possa prenunciar atentados contra cidadãos americanos residentes no Porto, sobretudo se o governo continuar a apoiar este tipo de gente, que identifica como sendo os indivíduos designados por caceteiros. Temendo que as diligências junto do Governador Civil não surtam efeito, pede ao encarregado de negócios para interceder junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros⁶⁴. As investigações, porém, não conduziram a nada, ficando por descobrir os culpados deste ultraje⁶⁵.

O encarregado de negócios mostra-se, ainda, preocupado pela agressão perpetrada, em Águeda, perto do Porto, em 17 de Março de 1848, contra um cidadão estrangeiro, que se julgava americano. O móbil do crime parece ter sido o roubo e o indivíduo em questão ficou bastante maltratado. Informações recebidas do cônsul estadunidense no Porto

⁶² N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 14 (January 1, 1839 — November 30, 1847), *National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 13*) Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios Abraham Rencher ao Secretário de Estado James Buchanan, 9 de Julho de 1847.

⁶³ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 1 (June 5, 1821 — October 15, 1850), (*National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 1*), Carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao Secretário de Estado James Buchanan, 1 de Julho de 1847.

⁶⁴ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 15 (July 27, 1847 — December 9, 1850), (*National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 14*). Extracto de uma carta enviada do Porto pelo cônsul Louis Walter Tinelli ao encarregado de negócios George Washington Hopkins; Despacho do cônsul Louis Walter Tinelli ao Governador Civil do Porto, Porto, 10 de Abril de 1848; Carta do encarregado de negócios George Washington Hopkins ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, J.J. Gomes de Castro, Lisboa, 14 de Abril de 1848.

⁶⁵ *Ibidem*, Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios George Washington Hopkins ao Secretário de Estado James Buchanan, 29 de Maio de 1848.

dão-no como súbdito britânico. George Washington Hopkins, porém, acha que este incidente teve lugar porque os atacantes pensavam estar a agredir e a roubar um cidadão dos Estados Unidos. E o diplomata achou ser seu dever e do interesse do seu país pedir às autoridades a descoberta e punição dos culpados. Acaba, porém, por admitir que a maior parte das vezes os autores deste tipo de agressão escapavam impunes. Por outro lado, elogia as atitudes dos americanos pautadas por prudência e moderação. E acha que estas pessoas, nascidas e educadas num ambiente de liberdade, não podem deixar de defender o seu país de ataques e calúnias.

A propósito dos incidentes referidos o encarregado de negócios escreve que em toda a Europa existem sentimentos de preconceito e de ódio para com as instituições americanas, por parte dos partidários das monarquias tradicionais. E, sobretudo, após a Revolução de Paris de 1848 a experiência americana é apontada por todos os que são contrários ao governo monárquico, como a demonstração da capacidade do povo para se autogovernar. É de opinião que a luta na Europa irá ser longa e sangrenta, embora se mostre confiante que no final a liberdade será restaurada.

Atendendo a tudo isto, e talvez um pouco irrealisticamente, a fim de assegurar a protecção dos direitos dos cidadãos americanos, bem como do seu comércio, o representante estadunidense, em Lisboa, recomenda que parte da força naval dos Estados Unidos seja deslocada para a costa Atlântica da Europa, fundeando em cidades portuárias como Cádiz, Lisboa, Porto e Havre. Uma tal medida assegurava ao seu país a desejada neutralidade, no que diz respeito aos assuntos europeus, pois manteria a paz e protegeria os cidadãos americanos. A fim de reforçar esta ideia aponta os exemplos da Inglaterra e da França, potências que mantinham uma força naval estacionada no Tejo.

George Washington Hopkins revela-se um ardente partidário do sistema americano e da liberdade dos povos. E, apesar de confessar que não simpatiza com nenhum dos partidos portugueses existentes, diz que tem sido tratado com respeito pela rainha, ministros e cidadãos em geral. Além disto, considera Portugal o país mais pacífico da Europa. Teme, porém, que esta calma seja seguida por uma luta sangrenta, pois, medidas adoptadas pelo governo demonstram apreensão e possibilidade de eclosão de uma nova insurreição em Portugal⁶⁶.

⁶⁶ Ibidem, Cartas enviadas de Lisboa pelo encarregado de negócios George Washington Hopkins ao Secretário de Estado James Buchanan, 18 de Abril de 1848 e 29 de Maio de 1848.

De facto, o país iria ainda ser palco de mais uma revolta antes da acalmia do período da Regeneração. Em 1849, como consequência da demissão de Saldanha, Costa Cabral volta ao poder, passando o país a viver sob um Cabralismo moderado. Enquanto isto, o Marechal Saldanha torna-se o chefe da oposição⁶⁷.

Em Março de 1850, James B. Clay, encarregado de negócios dos Estados Unidos, em despacho para o governo americano, é de parecer que o Ministério de Costa Cabral não se aguentará no poder por muito mais tempo. Informações chegadas do Porto dão conta da grande insatisfação reinante na cidade e referem que se as defesas do burgo portuense não tivessem sido destruídas durante a anterior revolução um novo movimento insurreccional teria aí lugar⁶⁸.

O cônsul no Porto, Horace Smith, está obviamente atento ao pronunciamento de Saldanha e relata, em pormenor, ao Secretário de Estado, os acontecimentos que se desenrolam no Porto. Assim, em 28 de Abril informava que a população do norte do país parecia estar a favor do duque de Saldanha e que os amigos deste último previam um aumento do número das suas tropas, em breve, pelo que este poderia começar a ofensiva dentro em pouco⁶⁹.

Como é do conhecimento geral esta insurreição terminou com o triunfo de Saldanha, que foi encarregado de formar governo pela rainha D. Maria II, dando, assim, início à Regeneração. Portugal entra, a partir desta altura, em um período politicamente estável e de fomento económico.

5 — Conclusão

Como acabámos de ver, a cidade do Porto é a praça de comércio mais importante no tráfego entre Portugal e os Estados Unidos. O burgo portuense, era segundo o cônsul americano, o centro mais relevante do norte do país, região onde se localizava a maior parte da indústria portuguesa, então em franco progresso. O Tratado de Comércio e Nave-

⁶⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 102.

⁶⁸ N.A.R.A., *Dispatches from the United States Ministers to Portugal, 1790-1906*, vol. 15 (July 27, 1847 — December 9, 1850), (National Archives Microfilm Publication, M43, rolo 14), Carta enviada de Lisboa pelo encarregado de negócios James B. Clay ao Secretário de Estado John M. Clayton, 18 de Março de 1850.

⁶⁹ N.A.R.A., *Dispatches from United States Consuls in Oporto, 1821-1863*, vol. 2 (January 15, 1851 — December 31, 1856), National Archives Microfilm Publication, T342, rolo 2), Carta enviada do Porto pelo cônsul Horace Smith ao Secretário de Estado Daniel Webster, 28 de Abril de 1851.

gação, assinado em 1840, contrariamente ao que Luís Walter Tinelli pensava quando veio tomar posse do seu lugar no Porto, não contribuiu para incrementar as relações comerciais entre os dois países. E, por tal facto, o rendimento do consulado portuense era muito baixo, mal chegando para as despesas correntes. Assim, o cônsul, que lutava com dificuldades financeiras, chegou a pedir a transferência para um posto mais lucrativo. A sua situação pessoal, porém, melhorou com os negócios realizados pelo que decidiu ficar na cidade. Em 1850 foi substituído por Horace Smith, cônsul-geral para Portugal, que, devido à importância comercial do burgo, decidiu fixar residência no Porto.

Após a assinatura do Tratado de 1840, houve dificuldades e controvérsias na aplicação do estipulado neste convénio, sobretudo no que dizia respeito aos direitos pagos pelas diversas mercadorias nos portos portugueses. Estes problemas saltaram mesmo para as páginas dos jornais portuenses, tendo o representante americano de intervir para justificar as medidas adoptadas pelo seu país.

Por outro lado, o vinho do Porto, o produto mais importante exportado através da barra do Douro, é alvo da atenção do agente consular estadunidense. De referir que, os direitos de exportação de vinhos para fora da Europa eram consideravelmente mais baixos do que os pagos pelos vinhos destinados a portos europeus. Assim, era mais barato enviar este produto via Nova Iorque ou outros portos da América do Norte para Londres, do que directamente de Vila Nova de Gaia para os portos ingleses. Isto, como não podia deixar de ser, traduzia-se num enorme prejuízo para o estado português.

A correspondência dos cônsules americanos, por nós analisada, não podia deixar de reflectir os acontecimentos políticos que agitaram a cidade e o país na década de 40 e inícios da de 50 — a Revolução de Costa Cabral, a Patuleia e o pronunciamento de Saldanha. Luís Walter Tinelli, o cônsul americano então residente no Porto, revela-se um partidário dos movimentos liberais. Mantém uma atitude de neutralidade face ao movimento desencadeado por Costa Cabral, o que lhe acarretou sérios dissabores e inimizades.

Durante a guerra civil da Patuleia, o diplomata mostra-se um decidido simpatizante da Junta Revolucionária do Porto, criticando a actuação do governo de Lisboa e das potências estrangeiras que o apoiavam. De mencionar, ainda, que Tinelli considerava ilegal o bloqueio da barra do Douro, pelas forças governamentais. Ia contra o estipulado nos tratados existentes entre Portugal e os outros países, nomeadamente contra o já mencionado convénio luso-americano de 1840. E, embora o fecho da barra do Douro fosse ineficaz, o certo é que interrompeu, enquanto durou, as trocas comerciais da cidade do Porto com os Estados

Unidos. De notar que, também o encarregado de negócios em Lisboa, George Washington Hopkins, se mostra um ardente defensor da causa da liberdade, bem como dos direitos e cidadãos americanos, mostrando pouca simpatia pelos governos monárquicos tradicionais.

Finalmente, em 1851, dá-se no Porto mais uma sublevação militar, chefiada pelo duque de Saldanha, que é relatada, em pormenor, pelo cônsul Horace Smith, ao seu governo.

Os diplomatas americanos, sobretudo os cônsules no burgo portuense, revelam-se, pois, bons observadores dos acontecimentos ocorridos na cidade e no país. Os despachos destes agentes mostram como a realidade portuguesa era apercebida por homens que pugnavam acima de tudo os princípios da liberdade, como representantes que eram de uma República democrática, além de muitas vezes serem contrários ao sistema de governo monárquico.

PERCURSOS DE UM BRASILEIRO DO PORTO — O CONDE DE FERREIRA

Por Jorge Fernandes Alves

O esboço biográfico, que aqui se apresenta, refere-se a Joaquim Ferreira dos Santos (Conde de Ferreira) e insere-se numa linha prosopográfica sobre os «brasileiros» do século passado. Com o objectivo de introduzir a componente qualitativa num projecto de investigação sobre a emigração e o retorno, multiplicamos o estudo dos percursos individuais, recuperando o papel do emigrante enquanto sujeito, valorizando a dimensão do vivido e o campo das decisões pessoais e da interacção. Procuramos, assim, esclarecer o fenómeno migratório que, partindo de um contexto sócio-económico idêntico, conduz a percursos tão diversos como, por exemplo, os do Conde de Ferreira, Silva Porto ou José do Telhado¹.

Naturalmente, o volume e a qualidade de informação disponível variam muito de caso para caso. No que se refere ao Conde de Ferreira, é possível refazer a história, ultrapassando a literatura «hagiográfica» produzida sobre os «brasileiros» beneméritos e os estereótipos iconoclastas

¹ Sobre a problemática biográfica, vd. *Problèmes et méthodes de la Biographie — Actes du Colloque*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985.

Sobre o brasileiro, vd., por todos, ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, «Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil» in *Análise Social*, n.º 90, 1986, p. 139-156.

de tipo camiliano. Dispomos para isso de um volume de informação considerável, com acesso a documentação particular e a um elevado número de referências impressas que o estatuto de homem público, atingido por Joaquim Ferreira dos Santos após o seu retorno, proporcionou.

Com a contingência inerente a um estudo de caso mas com objectivos de prospecção e especulação investigativa, eis o percurso de sucesso de Joaquim Ferreira dos Santos o qual parece assumir contornos paradigmáticos. Brasileiro, barão, benemérito, são as etapas de efeito emulativo numa trajectória de ascensão social com repercussão popular, em que a tessitura do mito radica, aqui e ali, no anti-herói.

1 — Emigração e vida comercial

A condição familiar de partida de Joaquim Ferreira dos Santos é uma ilustração típica dos mecanismos de reprodução social no Noroeste português e dos seus dispositivos de distribuição ocupacional. Nascido a 4 de Outubro de 1782, é o quinto filho de um casal de lavradores de Campanhã², então couto exterior à cidade. Ao filho mais velho, Manuel, destina-se a herança e gestão do património agrícola da família, devendo os restantes optar por soluções que passam pela saída da casa paterna. O segundo filho, António, seguirá o sacerdócio. Ao próprio Joaquim é ministrada uma preparação escolar que lhe permitiria avançar para a condição eclesiástica mas que, em mudança de rumo, lhe veio a ser extremamente útil na carreira comercial, permitindo-lhe o domínio das regras de escrituração que tanto prezava e utilizava. Caixeiro no Porto, embarcou jovem para o Rio de Janeiro, por volta de 1800, levando carta de recomendação e não se assustando com um primeiro naufrágio, logo à saída, na fatídica barra do Douro. No Rio completa o seu tirocínio comercial, ascendendo a negociante.

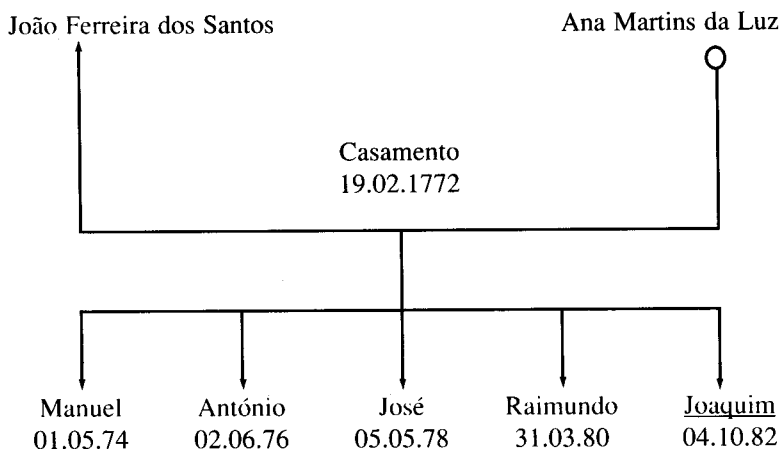
Sublinhe-se, desde já, que o seu trajecto emigratório se realiza sob o signo da colonização, dado que o Brasil é, então, colónia portuguesa.

Que mecanismo permite a um caixeiro, sem capital inicial, transformar-se em negociante? Uma técnica de comércio extremamente praticada na época: a consignação. Do Porto são-lhe consignadas mercadorias por um parente, que presumimos ser o comerciante Jerónimo Carneiro Geraldes, com cuja família manterá longas relações comerciais e de amizade, solidificadas por laços afastados de parentesco. Cabe-lhe a tarefa de colocação no mercado, pelo melhor preço possível, dos produtos recebidos,

² Segundo dados recolhidos no Arquivo Distrital do Porto, nos diversos *livros de registos paroquiais* de Campanhã.

cobrando pelo serviço uma comissão que normalmente era de 4%, podendo atingir em casos particulares 6%. Com as receitas de venda procedia à carregação de volta, cobrando de novo a respectiva percentagem sobre o valor da compra. O comitente negociava depois no Porto os produtos coloniais, reembolsando-se das despesas iniciais. Não é grande a variedade de produtos comercializados: para o Brasil seguem o vinho, sal, chapéus e poucos utensílios ou adomos; do Brasil envia sistematicamente açúcar, aguardente, couros, pequenas quantidades de café e arroz³.

DIAGRAMA FAMILIAR
de
Joaquim Ferreira dos Santos



³ As informações não citadas em pé-de-página baseiam-se na análise dos livros de contas e copiadores de Joaquim Ferreira dos Santos. Podemos informar que estamos a preparar uma biografia desenvolvida do Conde de Ferreira, ampliando e documentando o esboço aqui representado. Queremos aqui agradecer toda a disponibilidade e colaboração do Sr. José Ferreira dos Santos, sobrinho-neto do Conde de Ferreira, bem como do Sr. Fernando J. Moreira que nos facilitou os contactos.

Joaquim Ferreira dos Santos torna-se um elo da vasta rede comercial, de predominância alimentar, que ligava o Porto ao Brasil e vice-versa. Rapidamente as suas ligações comerciais se estendem também a Lisboa. A consignação era o mecanismo quase absoluto, permitindo a circulação dos navios, em cujas carregações havia normalmente interesses de diversos, já que seria arriscado a um só negociante apostar por inteiro no risco da navegação.

Neste contexto, compreende-se que os comerciantes do Porto e Lisboa tivessem preocupação em colocar bem os seus caixeiros ou mesmo filhos no Rio de Janeiro, garantindo-lhes a recepção e o enquadramento inicial, através de «recomendações» aos seus correspondentes, num quadro de solidariedades tácitas. Dando provas de honorabilidade comercial, tornar-se-iam os seus futuros correspondentes, garantindo o fluxo e mesmo ampliação do tráfico. Daí que o consignatário zeloso, com provas dadas, seja assediado, no desembarque das mercadorias, por remessas enviadas por desconhecidos que o solicitam por «recomendação». Neste quadro comercial extremamente personalizado, a ambição do consignatário é, naturalmente, tornar-se comitente, isto é, assumir a iniciativa própria, bastante mais rentável, o que faz com os capitais amealhados nas primeiras comissões, utilizando, no sentido inverso, os mesmos canais que ajuda a dinamizar. Assim a condição do comerciante permanecerá sempre dupla: comitente e consignatário de forma a assegurar a relação biunívoca dos compromissos assumidos.

O comerciante Joaquim Ferreira dos Santos insere-se, porém, numa economia colonial, com ramificações e solicitações muito diversas. A conjuntura das invasões francesas e do tratado de 1810 com a Inglaterra faz mesmo esmorecer a corrente comercial com a Metrópole, obrigando-o a tentativas de diversificação dos seus contactos. Por essa altura, já proprietário do brigue *Activo*, estabelece contactos com a Argentina, os quais se revelarão pouco frutuoso, sob o ponto de vista comercial, embora lhe proporcionem o casamento com uma súbdita desse país.

Mas, ao tempo, o Rio de Janeiro era apenas um pólo urbano de uma vasta economia de plantações e, em consequência, o comércio de «grosso trato» passava por dois produtos essenciais: o açúcar e a sua mão-de-obra, os escravos. Será esta última mercadoria que o leva a África, estabelecendo relações comerciais com casas de Luanda. Penetra mesmo pelo sertão em Molembo, na zona de Cabinda, avistando-se com o régulo e aí estabelecendo uma feitoria. Foi esta viagem, realizada numa altura em que a navegação

⁴ Sobre este aspecto, vd. *Revista Contemporânea*, Lisboa, 1856, p. 106.

era dificultada pelo conflito internacional e pelas posições da Inglaterra sobre o tráfico escravagista, que lhe valeu o hábito da Ordem de Cristo, concedido por D. João VI⁴. Viagem que vai repetir por duas vezes e que lhe proporciona lucros avultados que o levam a fixar-se no Rio, deixando de embarcar pessoalmente, passando a dirigir de terra todas as suas operações comerciais.

Podemos contabilizar, de modo sucinto por agora, o movimento desse comércio, apenas entre 1816 e 1828, embora já o praticasse antes

QUADRO — COMÉRCIO DE ESCRAVOS PELA CASA DE JOAQUIM FERREIRA DOSSANTOS — 1816-1828

ANOS	Por CONSIGNAÇÃO		Por CONTA PRÓPRIA b)	
	n. ^{os}	valor	n. ^{os}	valor
1816 a)	45	4 053\$000	20	1 851\$800
1817	84	7 501\$400	354	36 235\$800
1818	28	2 245\$400	159	17 535\$610
1819	4	563\$200	30	4 350\$000
1820	352	42 065\$632	118	15 797\$015
1821	271	34 366\$100	517	63 828\$000
1822	66	6 853\$400	424	38 335\$100
1823	50	5 743\$000	203	19 916\$597
1824	501	63 554\$400	654	99 432\$719
1825	831	101 040\$900	25	2 857\$600
1826	1575	205 298\$930	999	161 779\$260
1827	537	100 501\$700	711	120 127\$480
1828 a)	1174	302 886\$600	12	2 840\$000
TOTAL	5518	876 673\$662	4 196	584 886\$781

a) Movimento anual incompleto

b) Alguns carregamentos são em sociedade

e depois daquelas datas. Assim, nesse período, Joaquim Ferreira dos Santos comercializou cerca de 10.000 escravos, 4196 por conta própria ou em sociedade, num valor de venda superior a 584 contos de réis, e 5518 como consignatário, com valor de venda na ordem dos 876 contos de réis.

É impossível contabilizar lucros globais, pois só em alguns casos temos acesso aos valores das diversas componentes contabilísticas das remessas. Nas consignações mantinha-se a percentagem de 4 ou 5% sobre as vendas; nos negócios por conta própria o leque de possibilidades apresenta um maior grau de abertura, podendo ultrapassar os 100% ou mesmo dar prejuízo. Por outro lado, a colocação de escravos no mercado não era linear: os clientes «por grosso», os senhores de engenho, levavam

as suas remessas a crédito (total ou parcial), assinando letras de dívida a pagar com a colheita das safras. Dívida que não raro se arrastava, com juros acumulados, tornando-se, em si mesma, uma fonte de rendimento.

O escravo, porém, era mercadoria que circulava num só sentido: a embarcação que se dirigia à costa angolana ía carregada de produtos característicos como peças de pano, ferragens, pólvora e aguardente e mesmo produtos metropolitanos reexportados como o vinho, chapéus e outros objectos de uso corrente. Os valores das remessas de ida e volta deviam equivaler-se, assegurando-se o ajustamento final através da conta-corrente.

O filho do camponês minhoto consolidou, assim, a sua fortuna e a sua posição social no Rio de Janeiro, tornando-se elemento de prestígio no sistema do comércio triangular. A sua casa de grosso trato articula-se num vasto mercado que inclui grande parte do Brasil: mais intenso num círculo de 50 léguas do Rio, atinge S. Paulo e os estados do Norte. Além de Angola e Portugal, as suas relações estendem-se ainda a Londres, através da casa Finnie, a qual lhe transferia para aquela praça verbas que eram aplicadas em títulos de dívida pública de nações estrangeiras (França, Bélgica, Rússia, Espanha), o grande instrumento bolsista dos meados do século passado.

Particularmente interessado nos seguros marítimos foi accionista das companhias *Permanente*, *Concórdia* e *Providente*, co-fundador da *Boa-Fé* e *Retribuição*.

Além da casa comercial, possuía prédios de arrendamento em vários locais do Rio de Janeiro e duas fazendas — Caxoeira, em Iguassú, e Taquarassú, as quais lhe permitiram o acesso simbólico à propriedade fundiária, num verniz aristocrático. A Caxoeira era-lhe particularmente querida: com 185 escravos em 1844, já decadente, próxima do Rio de Janeiro, «*com facil viação por agora e por terra, tem abundancia de mattos, grandes vargens proprias para plantação de cana e arroz, tem hua grande lagoa muito abundante de peixe, tem quantidade de agoa fluyente para tocar qualquer Engenho, e ella mesmo tem um engenho de assucar e outro de mandioca movido por agoa... a plantação ... deveria produzir 700 a mil alqueires de arroz, talvez 15 a 20 pipas de aguardente, e huas 20 caixas de assucar, fora a grande plantação de mandioca*»⁵, com um barco e diversas canoas.

Com a independência do Brasil e a lei da nacionalidade, Joaquim Ferreira dos Santos tornara-se súbdito brasileiro.

Em termos civis era casado com Severa Lastra, argentina, casamento

⁵ Carta ao procurador Francisco José Bernardes, de 10.9.1853.

frustrado que durou menos de um mês. Separados de facto, com relacionamento hostil para com a família da mulher, não foi o casamento que lhe proporcionou oportunidades sociais, como alguma literatura sugere, custando-lhe, porém, uma pensão anual de mil pesos e alguns amargos de boca.

Perfeitamente integrado económica e socialmente, bem relacionado entre gente da corte, comendador por decisão de D. Pedro que, entretanto, lhe concedeu a comenda da Ordem de Cristo por uma beneficência de 10 contos de réis, tendo demonstrado o seu apreço pela causa liberal ao subscrever 12 contos de réis no empréstimo para o corpo expedicionário que aportara ao Rio⁶, que razões o levam ao retorno?

2 — O retorno: o brasileiro negociante

Em 1832 anuncia a sua retirada aos amigos e devedores, carrega o seu brigue Activo de mercadorias (açúcar e couros) e parte para Portugal, não sem antes ter enviado mais duas remessas de letras no total de 12500 libras para Diogo Finnie, em Londres, a aguardar ordens. Passara, entretanto, procuração ao seu antigo caixeiro João Pinto dos Reis para liquidação das cobranças.

Segundo ele próprio, tudo resultou da devassa de que foi alvo a sua casa comercial, na sequência de serem encontrados escravos ilegalmente, face ao tratado de 23.11.1826 entre o Brasil e a Inglaterra, segundo o qual o tráfico seria proibido a súbditos brasileiros a partir de 13 de Março de 1830. Joaquim Ferreira dos Santos sentiu-se humilhado, afirmando-se escrupuloso cumpridor da Lei, tendo abandonado o tráfico escravagista na altura prevista. Não se sentia responsável por uma consignação que em seu nome fora enviada por um dos habituais comitentes e a que era alheio. Recusara a consignação mas, na sua ausência na fazenda da Caxoeira, um dos seus empregados de conluio com o capitão da embarcação, introduzira os ditos no armazém em proveito próprio. Teve problemas judiciais que lhe custaram perto de 20 contos de réis mas, como sopravam já ventos abolicionistas, tal facto foi aproveitado pelos «*periodiqueiros anarquistas*» que através da imprensa incitavam à hostilidade para com os comerciantes portugueses. Hostilidade que resultava em surtos periódicos de nativismo, muito frequentes entre 1831 a 1848, obrigando muitos comerciantes a viagens de descompressão à Europa e a muitos retornos definitivos a Portugal⁷.

⁶ Cf. Revista Contemporânea, p. 105-107.

⁷ Cf. CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 2.º Tomo: *Espírito da sociedade imperial*, s. Paulo, s/d, p. 91-102.

A estas manifestações, de raiz complexa, favorecidas pela instabilidade política da Regência, não eram estranhas as interferências dos devedores socialmente bem cotados, muitos deles titulares, que se viam nas mãos dos comerciantes de grosso trato, aos quais estavam permanentemente endividados.

«Não tenho remédio senão dar huma viagem à Europa, ainda que seja por hum ano», confessa em carta ao seu amigo Rafael Tobias de Aguiar, de S. Paulo. Mas antes de o fazer, recomenda ao administrador da Caxoeira a necessidade de acabar a casa em construção para sua habitação, afirmando: *...«fique certo que logo que eu tenha notícias certas de haver esperanças de continuação de socego, imediatamente regresso...»*

A sua viagem inseria-se em projectos de deslocação a diversos países (França e Inglaterra), com escala em Portugal para negociação das mercadorias, visita a familiares e amigos, uma temporada de «Caldas» e banhos de mar. Até aos inícios dos anos 40 anunciará frequentemente a amigos e correspondentes o seu retorno ao Brasil, logo que terminassem as desordens políticas, solicitando-lhes informações sobre a evolução dos acontecimentos, trocando folhas de imprensa.

Ao desembarcar em Lisboa, a 8 de Setembro de 1832, correndo de novo riscos de naufrágio que o inibirão de fazer futuras viagens, sempre adiadas, depara com a guerra civil: *«Por aqui continua a haver socego, apesar da encarniçada guerra em que estão empenhados os dous irmãos que nada tem com os estrangeiros que não se metem na política, e por isso me demorarei por cá»*⁸.

Não obstante, envia recomendações ao seu irmão P.^o António Ferreira Martins para que, no Porto, vá beijar de sua parte a mão de Sua Majestade Imperial e subscreve o empréstimo nacional de 9 de Agosto de 1833.

No final da guerra, fixa residência no Porto conturbado do pós-cerco, cujo reencontro não podia ser deslumbrante, conforme deixa entrever a um amigo do Rio que lhe refere as saudades da Terra:

...«lembrando-lhe contudo que isto por cá não está tão formozo como lá julga: a perversidade desgraçadamente está ramificada por toda a parte; dizem que temos liberdade, mas de facto tal bem não existe; pois apesar de nos fecharmos a sette chaves não nos consideramos seguros pela inundação de salteadores e assassinos, e para cumulo de maior desgosto qualquer individuo que esteja em circunstâncias e tenha

⁸ Carta ao procurador Joaquim Pinto dos Reis, 8.5.1833.

génio de possuir uma boa e aprazível vivenda no campo, não se anima a fazê-lo por medo de ser surpreendido por essas quadrilhas de gente desmoralizada que estando habituada a fazer saques e roubos atacam aos magotes de 50 a 100 perversos, o ponto está elles contarem com alguma boa preza e o governo sem força phisica nem moral não pode evitar semelhantes acontecimentos; e por isso me lembro infinitas vezes da minha Fazenda da Caxoeira, onde na companhia de alguns bons amigos desejava passar esse resto de dias, o que só me animarei a fazer à vista de seus conselhos»...⁹

Uma vez no Porto dinamiza de novo operações comerciais, reactivando o seu brigue que envia regularmente ao Rio de Janeiro, onde o seu procurador, frequentemente substituído, despacha mercadorias e providencia o retorno. Participa em sociedades com Manuel Ribeiro da Silva, de Lisboa, para «carregação» do *Conde de Palma*.

Passa, assim, a integrar a comunidade dos 163 negociantes brasileiros, (segundo os números do ano de 1838) que exerciam na praça comercial do Porto¹⁰. Brasileiros não apenas no sentido conotativo de retornados do Brasil, mas brasileiros de facto, sob o ponto de vista da cidadania.

O negócio corre-lhe nas veias... Dispondo de capital e considerando-se ousado, vai experimentar as novas propostas de negócios que a instauração do liberalismo proporciona, começando pela compra de acções da Companhia das Lezírias. Torna-se co-fundador do Banco Comercial do Porto, onde com as suas 100 acções é um dos seis maiores accionistas, disputando a presidência da Direcção, que perde por seis votos¹¹.

O ambiente setembrista empalidece as perspectivas comerciais com o Brasil. A importação de aguardente, face às novas medidas pautais, torna-se proibitiva e o açúcar, café e arroz viram os respectivos impostos subirem bastante, onerando-se em mais 15% os géneros importados em navios brasileiros, agora em desvantagem face aos portugueses.

Nesta conjuntura tenta, uma vez mais, diversificar a sua rede comercial, desviando géneros vindos do Brasil para Itália (Génova e Trieste). Sobretudo, introduz-se no negócio do vinho, não só para o Brasil, mas agora também para a Inglaterra. Às suas ordens, compram-se centenas de pipas de vindo no Douro, alugando a Arnaldo Vanzeller

⁹ Carta ao Cónego Joaquim Pereira dos Reis, 30.3.1836.

¹⁰ Cf. *Directório da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia*, Porto, 1838, p. 98-103.

¹¹ Cf. *Lista de accionistas do Banco Comercial do Porto*, 1838.

um armazém que dá para 2.740 pipas. Coloca remessas deste vinho em Londres, consignando-o a Diogo Finnie, João Pinto Ferraz e Fonseca, Monteiro & Guimarães, revelando inexperiência, pois consignando a diversos não consegue manter preços uniformes nem suscitar prestígio. A sua ambição de ser exportador de vinho do Porto, indicador de prestígio na praça portuense, permanece, mas a dificuldade conjuntural de colocação é tal que sucessivamente apela aos consignatários para o escoamento das três mil e tantas pipas de vinho armazenadas que lhe empatam cerca de trezentos contos de réis. Continuará a enviar remessas em quantidades modestas, fazendo surgir o seu nome como exportador no Diário do Governo. Na fase expansionista dos anos 50 ainda tenta dinamizar este ramo, ordenando novas compras e diligenciando a sua colocação.

Entretanto, associou-se à posição colectiva dos negociantes brasileiros, assinando a petição entregue ao novo representante do Brasil em Lisboa, António de Meneses Nascimento de Drumond, para este interceder junto do governo português no sentido de evitar o tratamento discriminatório de que se sentiam alvo face aos restantes grupos de negociantes estrangeiros (ingleses e franceses). O conhecimento e amizade que Joaquim Ferreira dos Santos mantinha com este diplomata desde o Rio de Janeiro farão dele um interlocutor privilegiado, canalizando diversas solicitações e desenvolvendo uma relação importante que os incluirá no mesmo barco: o cabralismo.

3 — O Cabralismo: vida pública e nobilitação

Em Janeiro de 1842 estalou a proclamação cartista no Porto, conduzindo à instalação de Costa Cabral no poder. Movimento complexo, na sua génese encontram-se os principais comerciantes da praça desta cidade, incluindo individualidades estreitamente ligadas à Associação Comercial, cujos interesses dão corpo às linhas políticas do movimento. Joaquim Ferreira dos Santos, que anunciara a amigos do Brasil a eventualidade das alterações, é nomeado pela *Junta Provisória* como Presidente da Comissão do Tesouro, encarregada de arrecadar os fundos necessários à manutenção das tropas. Coloca desde logo à disposição da Comissão os seus capitais disponíveis, enquanto oficia a organismos oficiais como os *Claviculários do Tabaco*, *Arrematante da Ponte das Barcas*, *Administração das Saboarias*, para disponibilizarem os capitais em caixa, em nome da *Junta Provisória*.

Empenha-se a fundo na causa cabralista. Juntamente com o embaixador Drumond e alguns mais, lidera uma subscrição, em Abril de 1842, a favor de Costa Cabral, «a fim de que possa ter de futuro meios de uma

subsistência docente com sua numerosa família, por isso que é pobre por ser honrado», solicitando contribuição e publicitação a diversos amigos do Brasil.

Esta participação entusiástica conduziu-o a *Par do Reino*, por carta régia de 3 de Maio de 1842. Para isso teve de regressar à condição de cidadão português, acto que efectuou apenas a 2 de Maio desse ano, em declaração à Câmara Municipal do Porto. Este pormenor levou a Comissão de Poderes da Câmara dos Pares, integrada pelos Condes do Lavradio e Vila Real, a proporem a sua não admissão, a eles se associando o Visconde de Sá da Bandeira e o Conde da Taipa. Para estes Joaquim Ferreira dos Santos continuava estrangeiro, já que não declarara a sua opção de nacionalidade portuguesa nos termos da lei de 1836, e, por outro lado, fazendo-o a 2 de Maio não seria possível apresentar prova documental à Rainha para a assinatura da carta régia no dia seguinte, o que levantava suspeitas sobre o procedimento do Ministro do Reino, Costa Cabral.

Esta atitude de alguns Pares era sobretudo uma afronta a Cabral, que se viu forçado a justificar-se, e visava impedir a maioria que este preparara com uma *forçada* de novos Pares, escolhidos de entre os seus partidários. Mas, para além da luta política imediata, revela também a resistência da recente elite liberal em patrocinar a ascensão de um novorico, cuja credencial mais significativa era o dinheiro. Os debates sucessivos sobre a questão constituíram um folhetim de humilhação, com o Conde do Lavradio a solicitar-lhe a certidão de nascimento, insinuando que Joaquim Ferreira dos Santos seria galego¹².

Aprovada a sua admissão, Joaquim Ferreira dos Santos só voltará à Câmara dos Pares legitimado com título nobiliárquico. É Barão a 7 de Outubro de 1842, Visconde a 21 de Junho de 1843, Conde a 6 de Agosto de 1850, numa progressão sincrónica com os momentos de afirmação cabralista.

Esta chamada à vida pública afasta-o definitivamente da ideia de regresso ao Brasil, cujos acontecimentos passa agora a acompanhar com um afastamento crescente, embora interessado. Aconselha os amigos a defenderem a causa de D. Pedro II, no sentido da normalização. Verbera a loucura do seu amigo Rafael Tobias de Aguiar, seu antigo consignatário de S. Paulo, que tendo chegado a presidente do governo do Estado, liderou a rebelião republicana em 1842, vendo-se forçado à clandestinidade, sendo amnistiado por altura do casamento do Imperador, para casar finalmente com a marquesa de Santos. Alerta para o exemplo do Haiti, recusando o modelo republicano das ex-colónias espanholas: «*n' aquellas*

¹² Cf. *Diário da Câmara dos Pares*, diversos números de 1842.

há em pequeno numero a escravatura e n' este [Brasil] a maior parte dos habitantes são escravos!»

Na sua vida comercial muda também de atitude: embora ainda continue a exportar pequenas quantidades de vinho do Porto, decide vender o seu brigue *Activo*, que passará a chamar-se *Ferreira* por vontade dos novos donos, pois «*como Par do Reino e Barão não me fica bem continuar a navegar embarcações de minha conta...*»¹³

De facto, agora mais altos voos esperam pelo Visconde de Ferreira, passando a integrar o pequeno número de capitalistas que chamam a si os grandes negócios de 1844, grupo a que os detractores políticos chamarão de «*confederação agiótica*» e que inclui José Maria Eugénio de Almeida, Manuel Gomes da Costa de S. Romão, Carlos Morato Roma, Tomás Bessone e poucos mais¹⁴.

Entra na *Sociedade dos Contratos do Tabaco, Sabão e Pólvora*, do qual vai ser Caixa-Geral. É feito Presidente da *Companhia Confiança Nacional*, da qual é accionista, transitando nesta última condição para o *Banco de Portugal*, quando da fusão da dita Companhia com o *Banco de Lisboa*. Torna-se ainda accionista da *Companhia dos Canais de Azambuja*, *Companhia das Obras Públicas* e *Companhia de Gás Lisbonense*.

Diga-se, de passagem, que o seu papel foi quase só o de investidor, tendo as funções desempenhadas assumido essencialmente um carácter honorífico, pois delegou funções ao fim de 4 meses, dificilmente compatíveis com a sua residência no Porto.

As agitações de 1846-48 vem abalar de novo a situação política, comprometendo o seu capital, quase todo aplicado em fundos estatais e nas ditas companhias. É então que o vinho armazenado assume um efeito tranquilizador, garantindo-lhe um capital de algumas centenas de contos que, todavia, não necessitará de realizar. Na altura viveu quase 6 meses de reclusão na sua casa do Bonfim, apelando à vigilância da Guarda Municipal.

A vida do Visconde de Ferreira esmorece, acompanhando o declínio do ciclo dos Cabrais. Reergue-se um pouco em 1850-51, com o regresso destes ao poder, permitindo-lhe ainda acesso a Conde. Com a Regeneração dá-se o seu afastamento político e frustram-se algumas tentativas de intervenção na Câmara dos Pares, como o discurso que pretendia fazer em 1856 contra a política fontista de recurso aos empréstimos externos, a seu ver discriminando os credores internos.

¹³ Carta ao consignatário José Caetano de Medeiros Barbosa, 11.10.1842.

¹⁴ Cf., de autor anónimo, *A Regeneração e a Reacção*, Lisboa, Typographia da Revista Universal, 1851.

Os últimos tempos passa-os monotonamente no Porto, cumprindo o vício da visita diária à Bolsa, como no-lo descreve Alberto Pimentel, que recorda «o legendário Conde de Ferreira, anichado dentro da sua velha traquitana, puxada por umas velhas mulas, governada por um velho cocheiro, de cabelos brancos e chapéu de oleado»¹⁵.

4 — O benemérito

Aos 24 de Março de 1866, com 84 anos de idade, ao falecer na sua residência do Bonfim, inicia uma nova etapa de ascensão social, agora póstuma: a consagração como benemérito nacional. É certo que, tradicionalmente, o Conde de Ferreira não se furtava a pequenas benemerências, contribuindo para confrarias, hospitais e asilos, ou subscrevendo ofertas com conotação política, como a do monumento de Pampelido ao desembarque liberal ou a da estátua de D. Pedro. Mas o testamento que deixou, influenciado pelo seu amigo e colaborador de longa data, Domingos de Almeida Ribeiro, surpreende a Nação. Almeida Ribeiro propusera-lhe ser um novo *Peabody*, o milionário americano, protector da instrução popular que criara escolas, museus e bibliotecas nos Estados Unidos¹⁶.

Nesse sentido vai testar o velho Conde, exibindo postumamente uma aristocracia filantrópica que vinga as humilhações sofridas pelos seus detractores de ontem. Neste aspecto distingue-se também da maioria dos «brasileiros» que utilizavam a benemerência como degrau para a nobilitação.

Num País sem parque escolar, polvilhou-o de escolas (Mapa), legando verbas para 120 a criar em terras que fossem cabeças de concelho, dando origem a um tipo arquitectónico específico, em que a casa anexa para o professor estava incluída, numa previsão das dificuldades de alojamento dos agentes de ensino deslocados.

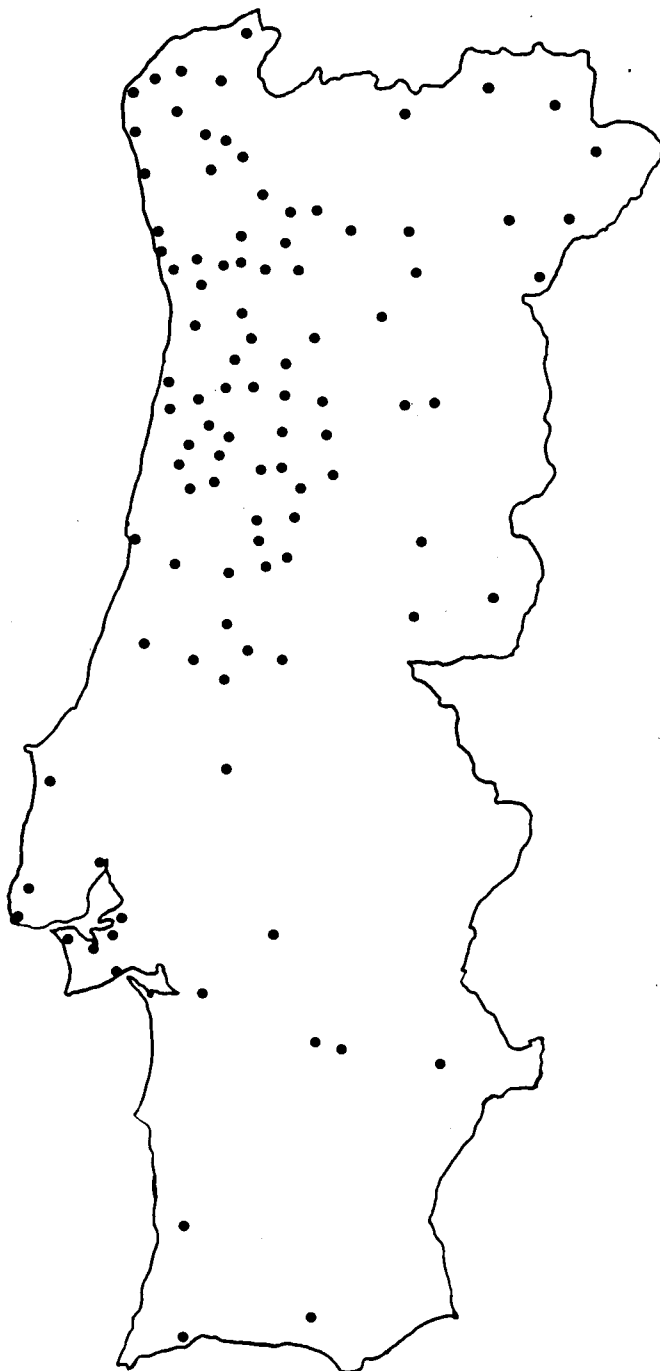
Deixou legados a numerosos asilos, hospitais, confrarias e misericórdias, em especial as do Porto e Rio de Janeiro.

Não esqueceu os familiares, afilhados, criados e amigos, sendo de sublinhar o legado de 60 contos à afilhada D. Luísa, filha de Costa Cabral, e 30 contos de réis a este mesmo.

¹⁵ Cf. PIMENTEL, Alberto, *Homens e Datas*, Porto, Lello e Irmão — Editores, 1981, p. 185.

¹⁶ Sobre este assunto, incluindo o texto testamentário, vd. RIBEIRO, Domingos d'Almeida, *Notícia das irregularidades da execução do testamento do Benemérito snr. Conde de Ferreira*, Porto, 1884.

**MAPA — ESCOLAS CONSTRUIDAS
SEGUNDO O LEGADO DO CONDE DE FERREIRA**



Com o restante, mandou construir e dotar o Hospital de Alienados a que foi dado o seu nome, instituição modelar que constituiu uma verdadeira escola de psiquiatria.

Soares dos Reis encarregou-se de exprimir em mármore de Carrara o sentido da gratidão nacional ao filantropo, modelando a estátua que adorna o seu túmulo em Agramonte.

5 — Conclusões

Esta digressão pela micro-história revela-nos um emigrante que está longe de ser um caso excepcional. Ele é um dos muitos portugueses que organizaram e dinamizaram uma economia colonial que se desestrutura com as transformações revolucionárias do século XIX. Neste sentido é um cidadão integrado na sociedade de acolhimento, a qual não pretende abandonar num retorno saudosista.

O retorno acontece em plena fase dinâmica do seu ciclo de vida, num pressuposto temporário, perspectivando a acalmia da sociedade de adopção.

Na transformação do seu retorno temporário em definitivo, conjugam-se dois factores:

— por um lado, o prolongamento, no Brasil, dos sobressaltos anti-portugueses, em especial, contra os comerciantes, a que não falta o estigma colonialista.

— por outro lado, a existência de mecanismos de recuperação por parte da sociedade de partida, que vale a pena enumerar:

a) legislação favorável à naturalização, criada pela lei de 22.10.1836, por iniciativa de Passos Manuel, em que é possível descortinar um objectivo de transformar os investidores estrangeiros, reais ou virtuais, em súbditos portugueses;

b) um mecanismo de projecção social, correlacionando estreitamente benemerência ou acção pública com nobilitação;

c) existência de atractivos de investimento promovidos pelos surtos desenvolvimentistas com os do cabralismo ou fontismo.

Parece-nos ser este um quadro global que explica, para além dos laços afectivos, o regresso dos chamados «brasileiros» que ao longo do século passado retornaram a Portugal, muitos deles desenvolvendo ainda um papel dinâmico na sociedade de partida, aplicando os seus novos conhecimentos e/ou os seus capitais.

IMIGRAÇÃO GALEGA NA CIDADE DO PORTO (2.^a metade do século XIX)

Por: Jorge Fernando Alves
M. Fernanda V. Ferreira
M. do Rosário Monteiro

1 — Introdução

Ponto de partida e ponto de chegada! Há um século, a cidade do Porto era essencialmente uma plataforma giratória, um palco de intensa mobilidade geográfica. Se, por um lado, daqui partiam milhares de emigrantes que, com origem em todo o Norte do País, buscavam as terras do Brasil, por outro lado aqui chegavam milhares de forasteiros para se instalarem temporária ou definitivamente. Entre eles vinham os galegos.

A imigração galega no Porto era, porém, apenas um exemplo dos fenómenos tradicionais das migrações intra-peninsulares, detectáveis, pelo menos, desde o século XVII, e que se mantiveram com intensidade até aos alvares de 1900. A Galiza, tal como o Norte de Portugal, foi uma das regiões que maiores contingentes forneceu para essas «*peregrinações de trabalho*», segundo a expressão de Mejjide Pardo¹. Ao ritmo dos trabalhos agrícolas, milhares de galegos deslocavam-se sazonalmente para

¹ Cf. PARDO, A. Mejjide, «La Emigración Gallega Intrapeninsular», *Estudios de História Social de España*, Tomo IV. Madrid, 1960, pp.463-606.

Cf. ainda NADAL, Jordi, *La Poblacion Española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1984.

os campos de Castela, Andaluzia e Portugal, num movimento Norte-Sul, cuja explicação reside nas diferentes estruturas económicas e demográficas, já suficientemente conhecidas.

Mas as cidades portuárias, pelo seu dinamismo económico, pela sua contínua expansão urbana e social, foram também agentes de centriptação demográfica, subtraindo e reconvertendo à vida urbana fatias substanciais dessa população flutuante de extracção rural. O crescimento da cidade é sempre o resultado da polarização de um vasto «hinterland»... Assim aconteceu no Porto.

Figura típica do Porto oitocentista, o galego representava a comunidade estrangeira de maior volume demográfico: contavam-se vários milhares, numa presença massiva, em renovação contínua. Apesar disso, nas representações literárias da Cidade, o galego surge quase exclusivamente como figurante. O próprio Júlio Dinis, observador atento da realidade portuense de meados do século passado, quase não dá pela sua presença, esboçando apenas uma vaga referência às ruas do Bairro Central, «*em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e corda e os cadeirinhas com o capote clássico*»².

Na realidade, a imigração galega surge marcada pela diluição social, predominando um fraco nível económico-profissional e uma acentuada mobilidade geográfica. Contrasta assim com a microcomunidade dos ingleses³, hermética e influente, ou com os comportamentos exuberantes dos brasileiros, estes quase todos antigos emigrantes ou seus descendentes em 1.^a geração. Mas a presença do galego está longe da discrição: surge assiduamente na imprensa, particularmente na crónica do quotidiano, protagonizando episódios de desacato, clandestinidade ou pequenos delitos. Estes comportamentos, indissociáveis dos movimentos migratórios de massa e com forte componente juvenil, ajudaram a criar esteriótipos que, invariavelmente, representam o galego nas franjas da ordem social, mas que não são de modo algum generalizáveis.

² Cf. DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, Porto, Liv. Civilização-editora, s/d. p. 41.

³ Em forma de sinédoque, a designação popular de «ingleses» na cidade do Porto é mais abrangente do que no seu sentido denotativo. Por «ingleses» os portuenses designavam os nórdicos, em geral, que habitavam na Cidade e se dedicavam, em especial, ao vinho do Porto e outros negócios rentáveis. Nessa designação popular cabiam então dinamarqueses, alemães, holandeses, suecos, noruegueses, embora os ingleses fossem claramente maioritários. Afinidades religiosas, culturais, económicas e sociais, de que a prática de casamentos entre estas famílias nórdicas é um exemplo, conjugadas com a prioridade e o carácter maioritário dos ingleses, estão na base do reducionismo verificado na designação popular. Para uma ideia desta diversidade de nacionalidades, veja-se o mapa dos estrangeiros com legitimação de residência entre 1869 a 1879 (Anexo I).

O presente texto, integrado em projecto mais amplo sobre os movimentos migratórios no distrito do Porto, procura caracterizar sumariamente esta comunidade fugidia ao observador, reflectindo sobre uma zona de recepção definida: a cidade do Porto, na segunda metade do século passado.

2 — Um fundo documental: o registo dos títulos de residência

Como informação-base, recorremos a um fundo documental ainda não utilizado, os registos de títulos de residência, existentes no Arquivo do Governo Civil do Porto, os quais nos fornecem a identificação sumária de cada indivíduo. O título de residência, enquadrado numa legislação sucessivamente renovada⁴, era obrigatório para todas as estadias superiores a oito dias. Assumia a forma de referenda no passaporte ou certificado de nacionalidade, ou, na falta destes, de impresso específico passado pela autoridade administrativa, acto de que, em qualquer caso, se fazia registo em livro próprio. O custo deste título apresentava-se aos olhos dos imigrantes como um verdadeiro imposto: a taxa era de mil réis, orçando o custo total em 1\$245 reis, ou seja, equivalia a cerca de uma semana de trabalho para as profissões não especializadas.

Gratuito para pobres e mendigos, o título de residência era dispensável aos que «*em contínuo giro entram n' este reino ou d' elle saem por causa do seu constante commercio e relações em Portugal e Hespanha*»⁵, os quais estavam apenas sujeitos a salvo-conduto. Válido por um ano ou seis meses, o título de residência assumia o carácter de permanente desde que

⁴ A legislação sobre controlo dos estrangeiros é numerosa. Destaquemos a seguinte, que nos parece a mais importante para o período em estudo:

- Lei de 25 de Junho de 1760 (criação da Intendência Geral da Polícia);
- Alvará de 13 de Agosto de 1760;
- Decreto de 10 de Outubro de 1811;
- Regulamento de 25 de Maio de 1825;
- Circular de 7 de Março de 1839;
- Circular de 25 de Junho de 1839;
- Decreto de 13 de Agosto de 1841;
- Circular de 10 de Maio de 1842;
- Circular de 27 de Junho de 1859;
- Regulamento de 7 de Abril de 1863;
- Convenção consular de 1870;
- Lei de 23 de Agosto de 1887;
- Decreto de 24 de Maio de 1902.

⁵ In *Regulamento de 7 de Abril de 1863*.

o solicitante provasse residir legalmente em Portugal há mais de 5 anos. A sua prática, porém, estava longe de ser uma realidade efectiva, só se intensificando significativamente após a convenção consular de 1870 que estabelecia critérios de reciprocidade no acolhimento dos nacionais dos dois países, impondo a obrigatoriedade de matrícula. É então que a autoridade passa a exercer um controlo mais eficiente, como se pode comprovar para o Porto, onde em 1872-73, o Comissariado da Polícia procede à detenção de algumas centenas de indocumentados, os quais, depois de afiançados pelo cônsul, acabam por tirar carta de residência. Estas preocupações, impostas pelo acordo com a Espanha, visavam detectar, sobretudo, os refractários espanhóis, os quais encontravam, até então, um refúgio eficaz em Portugal.

Daí que a nossa análise se centre principalmente depois desta data, já que o registo se apresenta mais verosímil face à realidade, embora ainda suscite dúvidas e dificuldades de utilização, aliás como sempre acontece em informações do género. Como elementos de informação, não desprezamos outras fontes, desde documentos administrativos até à imprensa da época.

3 — Incidência nacional e regional

Entre Portugal e Espanha sempre se verificou um constante intercâmbio de mão-de-obra, dada a contiguidade territorial dos dois países. Na realidade, o migrante pauta-se mais por considerações de distância, custos e integração em redes sócio-profissionais do que por situações de relevância fronteiriça. De resto, as autoridades aceitavam essa realidade, preocupando-se apenas com o controlo do elemento marginal e, sobretudo, refractário, como se pode depreender das palavras do Embaixador de Espanha em Lisboa: *«que haya emigracion de uno a otro lado de la frontera poco importa; que la haya à ultramar es terrible para dos naciones que tanto necesitan de brazos y que tan mal repartida tienen la población»*⁶.

O volume de portugueses em Espanha era, no entanto, bem menor do que o inverso: o censo espanhol de 1877 contabiliza 7941 e o censo de 1887 apenas 6755 portugueses residentes⁷.

⁶ In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, p. 45.

⁷ Cf. GONZALEZ-ROTHVOSS, Mariano, *Las relaciones luso-españolas en el siglo XIX sobre migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962, p. 4.

Do lado português, o censo de 1890 é o primeiro a registar a variável «estrangeiros» no seu cômputo populacional (Quadro I). Assim, são nessa altura recenseados 39402 estrangeiros, dos quais 69% são espanhóis, a esmagadora maioria de origem galega. Os espanhóis concentram-se nas áreas urbanas, com as cidades do Porto (3408) e Lisboa (126449 a absorverem 59% do total. Embora as zonas rurais experimentassem essencialmente as migrações sazonais, havia, no entanto, alguns focos

Quadro I - Estrangeiros em Portugal e no Porto - 1890

Nacionalidade	No País		No Porto	
	Nº	%	Nº	%
Espanhóis	27138	68,9	3408	59,3
Brasileiros	5307	13,5	1285	22,4
Inglêses	1786	4,5	485	8,4
Franceses	2492	6,3	236	4,1
Alemães	766	1,9	172	3,0
Italianos	772	2,0	62	1,1
Outros	1141	2,9	98	1,7
Totais	39402	100,0	5476	100,0

Fonte : Recenseamento de 1890

importantes de atracção com carácter de permanência. A linha fronteiriça é, por si só, um foco de concentração: no Alentejo, concelhos como Campo Maior, Elvas, Barrancos, Mértola, Moura, Serpa, Estremoz e Évora atraem entre 100 a 200 imigrantes, na mesma linha se inscrevendo a algarvia Vila Real de Santo António (308 espanhóis residentes), bem como a raia do Alto-Minho, com Caminha, Valença, Monção, Melgaço e ainda Viana. O mesmo se passa com as cidades transmontanas de Chaves e Bragança. É ainda perceptível a importância de um centro interior mas industrial como a Covilhã (257), bem como dos centros vinhateiros, onde se destaca o Douro com uma concentração que engloba mais de 2000 espanhóis residentes: Carraceda (349), Mirandela (100), Moncorvo (100), Alijó (644), Sabrosa (542), Peso da Régua (101), S. João da Pesqueira (416). Mas a grande concentração verifica-se nos dois centros verdadeiramente urbanos — Porto e Lisboa — bem como em alguns dos seus concelhos limítrofes.

4 — Fluxos migratórios para o Porto

A partir dos títulos de residência é possível, com reservas sobre a eficácia da fonte, construir alguns indicadores, de forma a apreender os ritmos do movimento de galegos para o Porto com carácter temporário ou definitivo. Excluem-se, pela natureza da documentação, os movimentos de curta duração (inferior a 8 dias), os de giro contínuo, bem como as deslocações sazonais para os campos do Sul com passagem por esta cidade.

Assim, somos levados a crer que o auge da imigração galega no Porto se terá verificado entre 1875 e 1888, período em que as matrículas de residência anual são sempre superiores a 2000 (Quadro II). Os números vão decaindo na década de 90, para se tornarem relativamente insignificantes no século XX, numa mutação que se explica pela concorrência do destino para o continente americano, definitivamente mais atraente⁸.

Ressalvemos, porém, que poderemos estar em grande parte a observar apenas uma melhoria de registo. Importa, ainda, esclarecer a natureza desta informação que, sendo renovada, não respeita apenas às novas entradas mas também à reforma de cartas cujos titulares ainda não possuem cinco anos de residência legal em Portugal.

Podemos ainda observar uma tendência crescente no número de galegos que se estabelecem de uma forma duradoura no Porto, com o seu auge entre 1889-95, conforme a curva dos títulos de residência permanente obtidos por cinco anos de estadia, curva esta de natureza cumulativa. Sobressai, assim, uma característica fundamental desta imigração urbana face às deslocações tradicionais com destino rural: a tendência aponta para os galegos protagonizarem estadias relativamente duradouras na cidade, muitos deles optando por uma residência definitiva. Sublinhemos que apesar das chegadas contínua (títulos concedidos pela primeira vez), as reformas de títulos são sempre em número superior, revelando a continuidade da estadia (Quadro III). Este facto não deixará de se relacionar com a dinâmica económica da Cidade, com um crescimento mais estável e por isso mais integrador, permitindo que a emigração se assumia como uma deslocação entre dois pólos e já não como a permanente «peregrinação» típica do Antigo Regime.

Já referimos, porém, que os números apontados só ganham credibilidade a partir de 1870, a partir da convenção consular luso-espanhola, a qual é ractificada em 1871, seguindo-se legislação adequada para a

⁸ Cf. LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto, «Estrangeiros no Porto», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 6.

**Quadro II - Concessão de Títulos de Residência
Anual e Permanente a Espanhóis
pelo Governo Civil do Porto**

Ano	Anual	Perman.	Ano	Anual	Perman.
1855	43	?	1885	1955	301
1856	33	?	1886	2001	272
1857	999	?	1887	2287	295
1858	?	?	1888	2585	277
1859	?	?	1889	1901	863
1860	?	?	1890	1530	818
1861	353	15	1891	1518	818
1862	719	47	1892	1624	940
1863	196	18	1893	2021	413
1864	307	28	1894	1168	982
1865	570	52	1895	925	1027
1866	575	24	1896	941	799
1867	603	8	1897	875	294
1868	1379	31	1898	883	108
1869	754	17	1899	602	100
1870	801	7	1900	415	75
1871	828	?	1901	549	63
1872	869	?	1902	529	41
1873	536	243	1903	691	44
1874	1589	365	1904	605	50
1875	2307	718	1905	610	23
1876	2903	730	1906	656	43
1877	2786	662	1907	468	34
1878	2432	575	1908	350	27
1879	1809	438	1909	402	42
1880	1753	344	1910	438	31
1881	1229	390	1911	418	35
1882	2273	447	1912	397	26
1883	2439	41	1913	407	12
1884	2362	379	1914	326	-

Fontes:

Arquivo do governo Civil do Porto:

-Registo de títulos de estrangeiros, ns 3772-3806

-Registo de títulos de res. permanente, ns 3843-3852

-Mapas avulsos de estatística (para cobrir lacunas)

**Quadro III - Distribuição de Títulos de Residência
a Espanhóis no Governo Civil do Porto**

Ano	Concedidos 1ª vez	Reformados	Permanentes
1861	130	214	15
1862	295	424	47
1863	46	150	18
1864	125	182	28
1865	266	304	52
1866	216	359	24
1867	258	345	8
1868	552	827	31
1869	285	449	17

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

- Documentação avulsa , mapa estatístico

renovação e actualização da fiscalização sobre os estrangeiros. Apesar disso, o cônsul de Espanha no Porto, em 1882, vê-se na necessidade de provar a sua acção de esclarecimento junto dos súbditos espanhóis, com anúncios nos jornais da cidade no sentido de alertar para a necessidade da respectiva autorização de residência. Em carta ao Governador Civil aproveitava para pedir medidas conciliatórias, pois «*son muchissimos los que carecen de ese documento indispensable para su residencia; y el numero aumenta al presente con los que por las obras publicas proyectadas y en ejecución ó por otros motivos llegan diariamente*»⁹.

O crescimento estatístico do fluxo imigratório dos galegos para o Porto, deve assim ser interpretado: a) num contexto de intensificação da legalização, mercê das medidas administrativas adoptadas; b) como um crescimento real, sobretudo no que toca a residências permanentes, em resposta à dinâmica da expansão urbana.

⁹ Arquivo do Governo Civil do Porto, *Correspondência recebida*, M700.

A imigração galega para o Porto parece, assim, ter resistido bastante tempo à alternativa transoceânica, só se desvanecendo nos anos finais do século passado. Evidencia, deste modo, uma permanência de fluxos típica das migrações antigas, as quais geralmente teimam em manter activas as suas redes de influência, face ao aparecimento de novas oportunidades migratórias¹⁰.

Importa, porém, interrogarmo-nos: em que medida esta imigração para o Porto esconde uma emigração transoceânica? Não terá servido o Porto de entreposto no percurso migratório que levou o galego ao continente americano, resolvidas que foram algumas questões prévias, como o amealhar do dinheiro para a passagem ou a busca de facilidades burocráticas?

Os dados referenciáveis nos registos de passaportes¹¹ mostram que, na generalidade, nunca foi grande o embarque de espanhóis no Porto, com destino transatlântico, mesmo se considerássemos uma alta percentagem de clandestinidade. Na verdade, só se atinge a centena anual de partidas dessa nacionalidade na década de 1850 (Quadro IV). Embora os dados só nos forneçam o movimento para o Brasil, são em número insignificante os que, pelas mesmas carreiras de navegação, declaram dirigirem-se para a Argentina ou Cuba. Assim, não se pode pôr em causa a estrutura tradicional da corrente migratória dos galegos para o Porto. Era essa também a convicção do Embaixador de Espanha, em 1873: «*Aun estos mismos emigrantes de transito disminuen marcadamente, por la mayor economia y facilidad que encuentran para el embarque en los puertos de España*»¹². Resta a hipótese de a emigração por Espanha se fazer com o aforro efectuado em Portugal nestas deslocações prévias.

Vem a propósito citar Eduardo de Noronha, romancista dos inícios do nosso século, nas suas picarescas *Memórias de um Galego*: «*Os portugueses vão para o Brasil, nós vamos para Portugal. É mais perto, melhor caminho e ganha-se mais dinheiro*»¹³. Palavras exageradas, sem dúvida, reflexo linear do conceito de «migração de substituição», com que se encarava a vinda de galegos para Portugal. Assim o tentaram demonstrar os relatores do *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*,

¹⁰ Cf. POUSSOU, J.P., «Reflexions sur l'apport démographique des études consacrées aux migrations anciennes», *Migrations Intérieures — méthodes d'observation et d'analyse*, Paris, CNRS, 1975, p. 137-156.

¹¹ Arquivo do Governo Civil do Porto, *Registo de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros*, vols. 3737-3745.

¹² In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, p. 44.

¹³ NORONHA, Eduardo de, *Memórias de um Galego*, Porto, 1912, pp. 19-20.

**Quadro IV - Emigrantes espanhóis para o Brasil
(Barra do Porto)**

Ano	Passaportes	Ano	Passaportes
1840	12	1870	71
1841	23	1871	76
1842	47	1872	104
1843	38	1873	98
1844	33	1874	95
1845	22	1875	96
1846	8	1876	76
1847	21	1877	63
1848	23	1878	25
1849	38	1879	24
1840-49	265	1870-79	728
1850	30	1880	6
1851	24	1881	7
1852	47	1882	7
1853	128	1883	14
1854	128	1884	18
1855	152	1885	24
1856	226	1886	12
1857	172	1887	22
1858	154	1880-87	110
1859	88		
1850-59	1149		
1860	57		
1861	66		
1862	64		
1863	36		
1864	55		
1865	43		
1866	9		
1867	65		
1868	70		
1869	102		
1860-69	573		

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

-Registo de referendas e passaportes

concedidos a estrangeiros, ns. 3737-3745

em 1873, laborando, embora, em erro grosseiro, pois correlacionam a soma dos passaportes emitidos para emigração de portugueses com os títulos de residência de espanhóis, na sua maioria de natureza renovável e por isso não cumulativos¹⁴.

5 — A Comunidade Galega no Porto

5.1 — *Inscrição espacial*

O Porto, enquanto espaço de acolhimento, historicamente estruturado, destes imigrantes galegos, atravessa uma fase de expansão a diversos níveis que cria interstícios disponíveis para os recém-chegados.

Se atendermos à residência declarada nos registos de títulos de residência referentes ao ano de 1888, verificamos que os galegos se concentram no coração da cidade, nas freguesias de urbanização mais antiga, com grandes taxas de densidade populacional, onde a actividade económica é mais activa, gerando maiores oportunidades de emprego. (Quadro V). Estas freguesias centrais — Sé, Victória, S. Ildefonso e S. Nicolau — vivem, na altura, a degradação habitacional, de que o exemplo mais vivo é S. Nicolau, com o desmoronamento dos Guindais e a demolição dos bairros dos Banhos e Porta Nova¹⁵. Os estratos dominantes transferiam a sua residência para a periferia que se urbanizava a um ritmo acelerado, mercê dos espaços disponíveis, mais propícios à construção habitacional pautada pelos novos padrões de qualidade. Como Ricardo Jorge mostrou, o crescimento populacional abrandou então o seu ritmo nas freguesias centrais, verificando-se mesmo um decréscimo em S. Nicolau, em contraposição com as freguesias envolventes, de transição rural. Como podemos observar, é no centro antigo da cidade, zona portuária e comercial, mas também a de habitação devoluta, embora degradada, em condições de grande insalubridade, que reside a maior parte dos galegos, com as quatro freguesias centrais a atraírem 72% do total.

Os galegos não estão sozinhos nesta zona de implantação: acompanham-nos imensos forasteiros, habitantes de origem exterior à cidade que aqui chegam com o mesmo tipo de motivações e nas mesmas circunstâncias. Recordemos que em Miragaia, S. Nicolau e Vitória, freguesias históricas da urbe, apenas cerca de 45% da população é natural da cidade, segundo o censo de 1890, sendo a restante em cerca de 13% do distrito,

¹⁴ Cf. *Primeiro Inquérito...*, p. 45-46.

¹⁵ Cf. JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*, Porto, 1899, p. 147.

37% do resto do País e cerca de 6% de estrangeiros (a maior parte galegos)¹⁶.

Os galegos não ocupam assim qualquer «ghetto», com espaço reservado que os conduza a afirmar ou desenvolver uma identidade específica. Vivem um quotidiano de interacção com os estratos mais desfavorecidos da cidade, em relação aos quais é perceptível uma homologia não isenta de conflitualidades afluentes do êxodo rural, integram-se no mercado de trabalho urbano, descomprimindo a procura, permitindo a degradação das condições laborais. Por quase todos esperam as ilhas, as colmeias, as casas de malta. É no quadro «*imundo e miserável*» das ilhas da Fonte Taurina que Ricardo Jorge vai encontrar, em 1899, os primeiros casos de peste bubónica que depois se espalhará pela cidade: as primeiras vítimas são galegos, carregadores de bordo¹⁷.

Quadro V - Distribuição das Residências por Freguesias da Cidade - 1888

Freguesia	Homens	Mulheres	Total	% Freguesia
Bonfim	108	14	122	4,9
Campanhã	62	3	65	2,6
Cedofeita	256	6	262	10,6
Foz do Douro	66	3	69	2,8
Massarelos	64	1	65	2,6
Miragaia	48	1	49	2,0
Lordelo	7	-	7	0,3
Paranhos	49	2	51	2,1
S. Nicolau	351	6	357	14,4
Sé	486	31	517	20,8
S. Ildefonso	456	30	486	19,6
Victória	412	18	430	17,3
Total	2365	115	2480	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil

- Registo de títulos de estrangeiros, ns.3784-3786

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 156.

¹⁷ Idem, *A Peste Bubónica do Porto — 1899*, Porto, 1899, pp. 1-20.

Quadro VI - Ruas da Cidade com 20 ou mais galegos residentes 1888

Freguesia	Rua	Nº Galegos
Campanhã	Estação	25
Cedofeita	Almada	38
	Cedofeita	34
	Príncipe	38
	Rosário	27
	Formosa	21
Massarelos	Campo Pequeno	20
S. Nicolau	Barredo	36
	Ferraria de Baixo	24
	Fonte Taurina	21
	Mercadores	163
	Vieia Val de Pegas	32
Sé	Batalha	34
	Caldeireiros	30
	Cimo de Vila	49
	Entre Paredes	40
	Vieia dos Gatos	20
	Santa Ana	37
	S. Lázaro	31
	Tv. S. Sebastião	62
	Souto	21
S. Ildefonso	Bonjardim	125
	D. Pedro	38
	Praça D. Pedro	25
	Laranjal	25
	Sá da Bandeira	34
	S. Catarina	50
	S. Ildefonso	41
Vitória	Carlos Alberto	35
	Tv. Fábrica	38
	Moinho de Vento	40
	Picaria	40
	Vieia Pasteleiro	58
	S. Teresa	23
	Trás	40
	Mouzinho da Silveira	31

Fonte:

Arquivo do Governo Civil

- Registo de titulos de estrangeiros, ns.3784-3786

Há ruas com grande concentração de galegos, ruas essas que podemos identificar (Quadro VI): as ruas dos Mercadores e Bonjardim ultrapassam a centena de titulares de residência apenas no ano de 1888; as ruas de Cimo de Vila, Entre-Paredes e Travessa de S. Sebastião, na Sé; as ruas de Santa Catarina e Santo Ildefonso; as ruas do Moinho de Vento, Picaria, de Trás e Viela do Pasteleiro, na Vitória, constituem exemplos com mais de 40 galegos residentes, na mesma altura.

Mas os galegos disseminam-se pela cidade: há 209 ruas do Porto com presença de galegos, segundo as moradas dos títulos referentes apenas a 1888. Não podemos esquecer que, sobretudo os jovens que se ocupam como caixeiros, criados e outras profissões servis, a exemplo do que acontece com os portugueses em profissões idênticas, vivem em casa dos patrões, em quartos, cubículos, armazéns ou anexos, como era vulgar no Porto de há alguns anos atrás.

5.2 — *Idades e estado civil*

Em termos etários, o perfil do imigrante galego insere-se dentro do modelo tradicional. São jovens quem anima o movimento, pois cerca de 50% dos titulares de residência anual têm menos de 30 anos, proporção que se eleva a mais de 60% no caso do sexo feminino, embora este represente muito pouco em termos absolutos. Já o estatuto de residente permanente se atinge, em média, depois dos 40 anos (Quadro VII).

Em termos de estado civil (Quadro VIII), os solteiros (62%) são largamente maioritários, embora os casados representem cerca de 35%. As mulheres são esmagadoramente solteiras ou viúvas, pois as casadas raramente acompanham os maridos, ficando em casa, isto é, na terra de origem. Situação diversa se passa com os titulares de residência permanente: 77,5% são casados ou viúvos, contra apenas 20% de solteiros. O casamento é um factor decisivo na sedentarização urbana: dos que chegam solteiros ou viúvos e optam pela permanência, 75% já estão casados ao obterem o título de residência permanente.

Utilizemos uma outra fonte de informação, embora menos representativa: os registos de termos de nacionalidade solicitados pelos filhos nascidos em Portugal na altura do serviço militar para evitar a incorporação no exército português¹⁸. Podemos verificar que os respectivos pais se casaram em mais de 90% dos casos com portuguesas e, em 60%, com

¹⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livros de registo de termos de nacionalidade*.

**Quadro VII - Estrutura Etária dos Galegos no Porto
1888**

Idades	C/ Título Anual				C/ Tit. Permanente	
	Homens		Mulheres		Homens	
	nº	%	Nº	%	Nº	%
10-14	111	4,5	-	-	-	-
15-19	404	16,5	9	6,4	-	-
20-24	414	16,9	63	44,7	-	-
25-29	353	14,5	29	20,6	-	-
30-34	269	11,0	12	8,6	-	-
35-39	231	9,5	9	6,4	2	0,7
40-44	225	9,2	5	3,5	12	4,3
45-49	194	7,9	4	2,8	50	18,1
50-54	111	4,5	4	2,8	79	28,5
55-59	57	2,3	2	1,4	61	22,0
60-64	38	1,6	1	0,7	48	17,3
>65	25	1,1	1	0,7	25	9,1
Ind.	12	0,5	2	1,4	-	-
Totais	2444	100,0	141	100	277	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil

- Registo de títulos de estrangeiros, ns.3784-3786

mulheres oriundas de fora da cidade, isto é, forasteiras como eles, numa homogeneidade de condição social. De resto, 15% desses filhos nasceram em situação ilegítima, na maioria dos casos legalizada posteriormente pelo casamento e, em maior número, pela legitimação.

5.3 — Alfabetização

Em termos culturais, podemos afirmar que os espanhóis constituem o grupo estrangeiro menos alfabetizado. Segundo o censo de 1890, a nível nacional, apenas 51.2% sabiam ler, contra percentagens de 70 a

**Quadro VIII - Estado Civil dos Galegos Residentes
1888**

Estado Civil	Títulos Anuais				Tit. Permanentes	
	Homens		Mulheres		Homens	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiros	1515	62,4	129	91,5	56	20,2
Casados	866	35,4	2	1,4	187	67,5
Viúvos	53	2,2	10	7,1	28	10,1
Indeterm.	10	0,4	-	-	6	2,2
Totais	2444	100,0	141	100,0	277	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

- Registo de títulos de estrangeiros, ns. 3784-3786

80% para os outros grupos significativos de estrangeiros, o que não admira dada a quase absoluta extracção urbana destes.

No caso do Porto, a taxa de alfabetização dos galegos era ligeiramente superior à nacional: cerca de 56% numa proporção idêntica à dos portugueses da cidade.

5.4 — *Ocupação Profissional*

A ocupação profissional dos galegos distribui-se pelos serviços, comércio e alguma indústria. A extracção rural, a grande mobilidade e o carácter de substituição deste movimento migratório explicam a predominância das actividades indiferenciadas, ainda que os galegos cubram um largo espectro profissional: nos registos de 1888 contabilizam-se 86 profissões diferentes (Quadro IX).

Dos 2391 galegos com referência de profissão nesse ano, 75% são serventes, trabalhadores ou criados de servir. As ocupações específicas mais numerosas são as de tendeiro (86), aguadeiro (69) e cocheiro (44), surgindo outras profissões que agregam ainda algumas dezenas de galegos, tais como padeiro, cozinheiro, sapateiro, comerciante, negociante.

Quadro IX - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS GALEGOS

Actividade/ Profissão	1888			
	Anuais		Permanentes	
	Nº	%	Nº	%
SECTOR PRIMÁRIO	21	0,9	5	1,9
Agricultura	15	0,6	5	1,9
<i>caseiro</i>	2			
<i>hortelão</i>	13		5	
Minas	6	0,3		
SECTOR SECUNDÁRIO	213	8,9	33	12,5
Construção Civil	32	1,3	5	1,9
<i>pedreiro</i>	12		1	
<i>carpinteiro</i>	13		1	
<i>outras</i>	7		3	
Alimentação/hotelaria	87	3,6	18	6,8
<i>confeiteiro</i>	10		1	
<i>cozinheiro</i>	24		1	
<i>padeiro</i>	29		7	
<i>refinador</i>	17		5	
<i>outras</i>	7		4	
Têxteis e calçado	37	1,5	3	1,1
<i>sapateiro</i>	20		1	
<i>tintureiro</i>	9			
<i>outras</i>	8		2	
Mobiliário	4	0,2		
Metalurgia	8	0,3	1	0,4
Carvão	16	0,7	3	1,1
Relojoaria	4	0,2	1	0,4
Diversos	25	1,0	2	0,7
SECTOR TERCIÁRIO	2150	90,0	227	84,6
Comércio	181	7,6	35	13,2
<i>negociante</i>	24		3	
<i>caixeiro</i>	12		9	
<i>comerciante</i>	36		12	
<i>taberneiro</i>	17		3	
<i>tendeiro</i>	86		5	
<i>outras</i>	6		3	
Transportes	118	4,9	9	3,4
<i>aguadeiro</i>	69		2	
<i>cocheiro</i>	44		7	
<i>outras</i>	5			
Serviços	48	2,0		
<i>afiador</i>	30			
<i>músico</i>	9			
<i>outras</i>	9			
Indiferenciados	1803	75,4	175	65,0
<i>serventes</i>	1030		60	
<i>trabalhador</i>	693		111	
<i>jornaleiro</i>	14		1	
<i>criado de servir</i>	66		3	
Diversos	7	0,3	8	3,0
<i>proprietário</i>	7			
Totais	2391	100,0	265	100,0

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto

- registo de Títulos de estrangeiros, ns. 3784-3786

Globalmente, a ocupação na actividade industrial representa cerca de 10%, com relevo para as indústrias alimentar, refinação de açúcar, tinturaria, calçado e carvão.

No caso do sexo feminino, o serviço de labores e a prostituição ocupam as referências mais frequentes. Das «toleradas» inscritas no Comissariado Geral da Polícia, na década de 1870, cerca de 20% eram espanholas, quase todas de 1.^a classe.

Observando a profissão dos galegos de residência permanente, o quadro é ligeiramente mais favorável, surgindo uma menor percentagem dos trabalhos servis, em contraponto com melhorias percentuais nas actividades industriais e comerciais. Naturalmente que a opção pela permanência na cidade também se relaciona com expectativas de mobilidade social, embora pareçam ténues as possibilidades de melhoria de estatuto. Tentando seguir as trajectórias individuais, cruzou-se informação e construiu-se uma amostra cuja primeira profissão registada foi a de servente: verificou-se que, na altura de obter o título de residência permanente, 62% continuam como serventes ou trabalhadores, embora os restantes passem a ostentar profissões que revelam alguma especialização ou independência profissional: alguns surgem como proprietários, outros optaram por profissões ligadas ao comércio (tendeiro, taberneiro), outros ainda desempenham ofícios artesanais ou industriais.

Na verdade, os referenciados como proprietários são escassos, não chegando às duas dezenas no período estudado, embora este atributo profissional seja ambíguo. Algumas informações avulsas mostram que os galegos controlam uma parcela do mercado de refinação de açúcar, sendo proprietários de 4 fábricas em Santo Ildefonso, surgindo ainda alguns casos com torrefacção de café e tinturaria de algodão, bem como de estabelecimentos de natureza hoteleira: hotéis, hospedarias, confeitarias, tabernas.

Mas o que ressalta ao observador, nos casos em que lhe é permitido controlar mais vezes cada indivíduo, é a instabilidade profissional, surgindo em diferentes momentos com diversas profissões, numa evolução que está longe de ser ascendente mas antes se pauta por alternativas laterais, com alguns avanços e recuos, ao sabor do clima económico e social, numa vulnerabilidade característica da vida urbana.

Abrir um negócio ou aprender uma profissão é, porém, a ambição do «labrego», vocábulo que significando, no original, o aldeão galego, assumiu entre nós uma conotação pejorativa¹⁹, ligada à rudeza deste

¹⁹ Conotação pejorativa que cobre ainda a designação de *galego*. Mas sublinhe-se aqui também a abrangência deste atributo. Recorde-se que no Sul de Portugal, os migrantes sazonais do Noroeste português eram chamados de «galegos do Minho» (Cf.

imigrante que Ricardo Jorge classifica de «*sóbrio, trabalhador, económico e honesto*»²⁰. A maioria, porém, opta pelo regresso à terra de origem, amealhados os cobres que permitirão outras possibilidades de gestão do seu estabelecimento agrícola, quando não encaram esta migração como uma primeira etapa para novos voos migratórios que os levam ao lado de lá do Atlântico.

5.5 — *Integração Social*

Socialmente, os galegos apresentam-se como um grupo bastante heterogéneo: o grande volume demográfico, a dispersão geográfica de fixação, a diferente ocupação profissional, a diversidade etária, o tempo de permanência na cidade propiciam a existência de estratos diferenciados, ainda que a grande maioria se possa considerar uma massa proletária típica dos movimentos de êxodo rural.

Apesar disso parece existir uma identidade própria, para além daquela que lhes é conferida pela sua nacionalidade, enquanto estrangeiros residentes na cidade. São perceptíveis redes de solidariedade que enquadram os fluxos de gente nova, bem como acções de galegos bem posicionados que apoiam os seus compatriotas. Alguns industriais galegos recebem e empregam operários da sua nacionalidade: assim acontece no domínio da refinação do açúcar e no ramo da hotelaria. Mas nos negócios do submundo também as redes funcionam, não podendo ser esquecidas as da prostituição, as do engajamento de menores para a prática da mendicidade, as do encobrimento de refractários ao exército espanhol.

Um ou outro galego alcança mesmo notoriedade pública, projectando socialmente a comunidade, como António Pereira Baquet que de alfaiate chegou a proprietário do célebre Teatro Baquet, o qual acolhia um público específico, amante das zarzuelas. Se todo o mundo mostrou piedade com a tragédia do pavoroso incêndio deste teatro, em 1888, a população galega foi naturalmente das mais fervorosas, como se pode verificar pelas diversas convocatórias na imprensa, apelando à «comunidade» (sic) para decidir as formas de apoio.

ALVES, Jorge Fernandes, «Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, 1989, p. 284). O mesmo processo de antonomásia se verifica no Brasil, em relação ao imigrante português — «*espécie de tribo, sem pátria que os adopte, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhe galegos*» (RAMALHO ORTIGÃO, *As Farpas*, Vol. X, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 21).

²⁰ JORGE, Ricardo, *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*, 1899, p. 158.

Os galegos também não são indiferentes à fraternidade quotidiana, à necessidade de socorro em caso de doença, tanto mais que a maioria dos seus compatriotas vivia em condições de sanidade deficiente, o que provocava uma assiduidade intensa dos galegos ao Hospital da Misericórdia. Daqui resultou mesmo um conflito entre o Cônsul de Espanha e a Mesa da Santa Casa, a qual, perante a fuga ao pagamento dos serviços prestados, se viu na necessidade de recusar receber doentes galegos, salvo em caso grave, sem uma guia prévia do respectivo consulado a responsabilizar-se pelo pagamento. Tal situação e o espírito da época influenciaram a criação de sociedades próprias de socorros mútuos, de que são exemplo a *Associação de Socorros Mútuos A Espanhola*, criada em 1868, e o *Montepio Espanhol D. Afonso XIII*, estabelecido em 1888.

Havia, porém, a delinquência. Com presença assídua nas cadeias da Relação e nas páginas dos jornais, o galego ajudava a criar uma imagem de não-integração social. É preciso recordar, por um lado, que frequentemente a causa da detenção era a situação de indocumentado. Por outro lado, não podemos esquecer o contexto social da época: a Cidade, apesar da sua dinâmica expansionista, não satisfazia todas as expectativas e naturalmente frustrava os não enquadrados por redes de trabalho ou familiares. A vadiagem era um problema bastante grave no Porto do século passado, para o qual se chegaram a equacionar diversas medidas, desde casas de detenção até ao seu envio para África. Os recém-chegados sem emprego, os antigos expostos agora abandonados a si mesmos formavam bandos de jovens que dormiam nos vãos das igrejas e edifícios públicos, tendo de recorrer ao furto para sobreviverem, ameaçando a ordem pública. Assim, para além do facto de os movimentos migratórios conterem quase sempre uma componente de marginalidade, a cidade, por si só, também produz marginalidade. Isso não podia deixar de acontecer com franjas deste movimento migratório, não constituindo fenómeno isolado, não sendo fruto exclusivo da população galega²¹.

²¹ Embora as referências literárias a galegos sejam inúmeras, apesar de desgarradas (se exceptuarmos a obra já citada de Eduardo de Noronha), é importante sublinhar a tentativa mais estruturada de Alexandre Herculano para traçar um esboço do «tipo social» representado pelo galego. Cf., deste autor, embora publicado anonimamente, «The gallegos in Portugal», *The Lusitanian*, Porto, 1844, pp. 209-217; e ainda o folhetim incompleto «Tipos portugueses - o galego». *A Ilustração - Jornal Universal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845. Num outro género e muito mais tardio (1887), veja-se Bordalo Pinheiro. Cf. BORDALO PINHEIRO, Rafael, *Os galegos*, Lisboa, Vega, 1991 (prefácio de Carlos Consiglieri).

6 — Conclusão

A imigração galega no Porto representa a tradição de um movimento secular que resistiu até finais do século passado ao sonho transatlântico. Forma típica de êxodo rural face à atracção urbana, o movimento intensifica-se mesmo no último quartel do século, quando a emigração para o Novo Mundo era já maciça, incluindo no Norte de Portugal e na própria Galiza.

Neste contexto, a imigração galega assume um carácter de substituição da mão-de-obra emigrada. Tudo indica, porém, que o aumento referido no fluxo de galegos seja restrito ao meio urbano, surgindo como um salto qualitativo, embora residual, do processo migratório face à decadência das migrações sazonais.

Uma nota final: propositadamente ignorámos os refugiados políticos espanhóis que, frequentemente, aqui procuravam asilo, em momentos hostis, não deixando de se organizar e conspirar. Mas estes refugiados tinham um enquadramento institucional específico que não se enquadra na problemática abordada neste trabalho.

ANEXO I

Mapa do numero de estrangeiros que legitimaram a sua residência n'este districto durante os anos de 1869 a 1879

Ano	Alemanha	América	Austria	Brasil	Bélgica	França	Espanha	Holanda	Inglaterra	Itália	Noruega	Marrocos	Polónia	Suécia	Suiçca	Turquia	Uruguaí	Venezuela	Totais
1869	10	2	2	60	-	20	830	-	21	10	-	-	-	3	3	3	1	1	966
1870	7	1	-	37	-	7	908	2	10	15	-	4	-	2	4	4	3	2	1002
1871	5	3	1	35	3	16	828	7	15	10	2	1	2	4	4	2	1	-	935
1872	9	1	2	70	6	10	869	7	14	17	3	2	1	5	9	5	3	-	1035
1873	8	2	3	40	2	19	779	9	18	20	5	6	2	8	7	2	1	5	936
1874	11	2	-	63	2	15	1954	15	42	21	8	4	6	-	9	10	-	-	2162
1875	-	-	-	6	110	-	3025	-	38	15	-	-	-	-	-	-	-	-	3231
1876	-	-	-	26	-	8	3633	4	15	7	-	-	-	-	-	2	6	-	3701
1877	8	3	-	66	2	10	3388	5	15	13	-	4	1	2	3	4	-	-	3524
1878	6	3	1	50	1	15	3007	3	70	9	2	2	1	1	4	2	-	-	3177
1879	2	1	-	37	1	6	2247	4	10	9	1	1	1	2	3	3	-	-	2327
Totais	66	18	15	594	17	163	21468	56	268	146	21	26	13	27	46	37	7	8	22996

Fonte:

Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa

IBERISMO E NACIONALISMO
NO PENSAMENTO DE JOSÉ BARBOSA LEÃO

— *O Futuro de Portugal* visto do Porto em 1881*

Por **Maria da Conceição Meireles Pereira****

A 2.^a metade de oitocentos assistiu ao desenrolar de um aceso debate ideológico sobre os caminhos do futuro da nacionalidade, no qual pontificou a corrente iberista dialecticamente desencadeada por racionalidades supranacionais, envolvida num complexo xadrez peninsular e europeu.

Discurso eminentemente teórico, carente ora de franca implantação ora de confirmação histórica, o iberismo não foi todavia, longe disso, exclusivamente académico, pelo que suscitou uma vastíssima literatura apologética e de contestação, ou tão só analítica, produzida ao longo de várias décadas e derramada por diferentes géneros que vão da dissertação política à parenética, da historiografia à carta, da oratória à sátira, do opúsculo ao prefácio, da poesia ao drama, da canção à caricatura e, compreensivelmente mais frequentes, as intervenções na imprensa.

* Este texto, agora com algumas alterações, foi apresentado no Congresso *O Porto de Fim do Século (1880-1910)*, realizado no Ateneu Comercial do Porto, entre 31 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1991.

** Bolseira do I.N.I.C..

A prolixidade e variedade de testemunhos do iberismo apontam no sentido de que, após ter sido difundido por alguns sectores da intelectualidade peninsular por meados do século, se vai introduzindo no tecido ideológico-cultural da sociedade portuguesa, prefigurando algumas das suas projecções e aversões, assumindo diferentes representações, meio fantasma assombrador, meio sonho utópico doirado. Nas suas evoluções e involuções o iberismo agiu, na expressão de Pilar Vázquez Cuesta, como uma verdadeira arma política e dialéctica¹.

A polémica ibérica radica assim no vasto campo da história das ideias, como assinala o professor Fernando Catroga². O estudo das suas manifestações e interacções permitirá uma mais global intelecção deste complexo fenómeno cultural do Portugal oitocentista.

Um nome associado a esta problemática é o de José Barbosa Leão, médico natural do concelho de Paredes que obteve o grau de doutor em medicina na Bélgica e cuja notoriedade se repartiu nas funções de jornalista, deputado e administrador colonial, tendo ocupado os cargos de secretário geral de Moçambique e Angola, respectivamente nos últimos anos da década de 50 e primeiros da seguinte³.

A maior parte dos setenta anos da sua vida está ligada à defesa apaixonada daquilo que considerava serem os interesses nacionais, pelo que se envolveu denodadamente em questões de grande impacto na opinião pública do seu tempo, como as relações da Igreja com o Estado⁴, a boa administração do império nem que esta passasse pela alienação de algu-

¹ VAZQUEZ CUESTA, Pilar — *O espantallo ibérico como arma política no Portugal do século XIX*, in «Estética do Romantismo em Portugal», Lisboa, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, 1974, pp. 39-43.

² CATROGA, Fernando — *Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX*. «Revista Cultura: História e Filosofia», Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 4, pp. 419-463.

³ Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, GUILHERME — *Diccionario historico, biographico, bibliographico, heraldico, chorographico, numismatico e artistico*, vol. 2, Lisboa, João Ramos Torres Editor, 1906, pp. 106-107; *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopedia Limitada, p. 203; SILVA, Inocencio Francisco — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, t. 4, 1860, pp. 267-268 e t. 12, 1884, p. 253.

⁴ Nos inícios da década de oitenta, José Barbosa Leão sustentou uma polémica jornalística com outro ex-parlamentar, o conde de Samodães, contrariando o primeiro a defesa dos jesuítas apresentada pelo segundo.

mas colónias⁵, a reforma da ortografia no sentido sónico⁶, e ainda a união ibérica.

Esta é, aliás, a matéria principal do opúsculo *O Futuro de Portugal*, que publica no Porto em 1881, o qual constitui um verdadeiro testamento político, não só porque o autor já se encontra afastado dos múnus governativos e batalhas da imprensa, dedicando-se no remanso da sua terra natal à propaganda da ortografia sónica, mas também porque esse opúsculo constituído por escritos recusados três anos antes por diversos periódicos⁷, encerra o acrisolamento da sua doutrina iberista, vertida ao longo dos últimos trinta anos pelas páginas dos jornais de que fora colaborador.

Iniciou-se nesta temática no bissemanário *O Leiriense*, periódico administrativo literário e noticioso, cuja fundação partilhou com D. António da Costa Sousa Macedo e António Xavier Rodrigues Cordeiro, publicando entre Novembro e Dezembro de 1854 uma série de cinco artigos intitulados *A União Ibérica*⁸. Embora não faça qualquer

⁵ No 1.º aniversário da morte de Barbosa Leão, Rodrigues de Freitas recorda em *O Comércio do Porto* de 13 de Novembro de 1889: «Ainda me lembro do efeito que produziu na camara um discurso de Barbosa Leão, no qual discordava das ideias communs ácerca das colonias; teve a sinceridade e a franqueza de preferir poucos territórios bem aproveitados a bem da metrópole, bem administrados, provando ao mundo o poder civilizador do Portugal moderno — á posse de territórios vastos, mas quasi incultos, abertos ás correrias selvagens, sujeitos só nominalmente a Portugal, desacreditando o nome dos sucessores dos grandes portuguezes dos seculos XV e XVI».

⁶ No intuito de valorizar e promover a língua portuguesa no contexto das línguas europeias, defendeu Barbosa Leão a reforma da ortografia no sentido sónico, tendo escrito algumas obras teóricas sobre o assunto e pugnado pela sua divulgação pelo que passou a escrever segundo as regras da ortografia sónica nos vários jornais em que colaborava; deste facto deriva grande parte da popularidade que grangeou entre os seus contemporâneos. O próprio opúsculo *O Futuro de Portugal* foi publicado em escrita sónica.

⁷ «Diriji-me no Porto e em Lisboa aos jornais de que me pareceu que alcançaria a publicação. Mas fil-o de balde: no próprio *Jornal do Comércio* me foi negada. Pelo que tive de guardal-os. Mais tarde fis ainda uma nóva tentativa, sem tódavia ser mais felis; de módo que eces artigos ficarão condenados ao esquêcimento, principalmente depois que decidi conservar-me para sempre estranho à politica. Com a qual me julguei incompatível, porque não coprendo senão a política feita no interece do país primeiro que tudo». Cf. *O Futuro de Portugal segundo o parecer do dr. José Barbosa Leão*, Porto, 1881, p. 3.

⁸ Estes artigos de primeira página datam de 11, 18 e 25 de Novembro e 2 e 13 de Dezembro de 1854. Sobre o primeiro destes artigos e seu autor veja-se MACEDO, Jorge Borges de — *A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII e o seu autor*, in Rebelo da Silva «História de Portugal nos séculos XVII e XVIII», vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, pp. 37-38. Saliente-se que em ocasiões anteriores tratou o jornal de temáticas peninsulares, fundamentalmente sob o prisma económico-administrativo; o desejo de um tratado de união das alfândegas está expresso na secção

referência directa à obra de D. Sinibaldo de Mas, tinham já sido dadas à estampa em 1852 e 1853 duas edições de *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez, e traduzida em lingua portuguesa por um philo-iberico*. Esta memória traduzida e prefaciada por Latino Coelho, o «philo-iberico» referido no subtítulo, é tradicionalmente apontada como a responsável pela intensa efervescência ideológico-literária que se instalou nos anos subsequentes sobre a questão ibérica⁹. O seu preço acessível e conteúdo polémico justificaram uma terceira edição em 1855, publicitada aliás nas páginas de *O Leiriense*¹⁰. Na «Advertência do Auctor» desta última edição em português, D. Sinibaldo faz uma revista pelos jornais e homens que se vinham manifestando a favor da união ibérica e cita inclusivamente algumas linhas do primeiro artigo desta série de Barbosa Leão, sem no entanto referir o nome do autor¹¹.

Também em 1855 *O Leiriense* apresentou ao seu público dois artigos sob o título *Estudos Políticos. O Município e a Sociedade*¹² da autoria de José Félix Henriques Nogueira, autor dos célebres *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, verdadeiro clássico da doutrina iberista num fundo republicano federalista, bem assim como pioneiro já que publicado em 1851.

«Exterior» do dia 12 de Agosto de 1854, e o longo artigo de D. António da Costa Sousa Macedo de 2 desse mês e ano, intitulado *A Peninsula e a Administração* é uma curiosa antecipação da problemática tratada por Barbosa Leão, exaltando as vantagens mútuas de uma união económica entre Portugal e Espanha, sem querer avançar demasiado em matéria de união política: «Não pensem que tratamos da Iberia. É uma questão que respeitamos, cujo estudo intendemos conveniente, mas pela qual passamos de largo. Entre o que por ventura a ordem dos acontecimentos trará d'aqui a anos, e o que a este respeito existe, á uma importantissima materia a que ligamos imensas esperanças, e cujo alcance poderá prever todo o espírito despreocupado. Não é a Iberia politica. É a Iberia administrativa e economica.»

⁹ Cf. SILVA, Inocencio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Imprensa Nacional, 1883, t. 9, pp. 35-48; t. 17, p. 394.

¹⁰ Em Julho e Agosto de 1855, pode ler-se na secção de anúncios de *O Leiriense*: «A Iberia escripta por D. Sinibaldo de Mas ex-enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S.M.C. na China. É um livro de 242 pag. em formato de 8.º francez, nitidamente impresso, passado pela prensa hydraulica, ornado com os retratos d'El-Rei D. Pedro V e da princeza das Asturias, e com mapas giographicos e istoricos. Vende-se por 200 rs. no escritorio d'esta imprensa». Em Outubro deste mesmo ano é também publicitada em *O Leiriense* a *Revista Peninsular*, célebre publicação bilingue de cultura, redigida pelos mais prestigiados intelectuais portugueses e espanhóis e promotora do mútuo conhecimento dos dois países.

¹¹ Cf. MAS, D. Sinibaldo de — *A Iberia. Memoria sobre a conveniencia da União Pacifica e Legal de Portugal e Hespanha*, Lisboa, Typographia do Progresso, 3.ª edição (corrigida), 1855, p. 27.

¹² Artigos publicados em 4 e 8 de Agosto de 1855.

Nestes artigos de *O Leiriense*, a desunião ibérica, ou seja, o total desconhecimento recíproco de dois povos culturalmente semelhantes que partilham uma natureza física sem qualquer fronteira natural a separá-los, é apresentada como o resultado de ódios e rivalidades criados por guerras antigas e por uma mais recente história de sujeição de Portugal à Inglaterra. Tal desunião repugnava aos princípios da razão e da religião, isto é, à «filosofia umanitaria» e aos «princípios do evangelho», segundo palavras do autor, que assim evocava o pressuposto iluminístico da fraternidade universal que, pelo menos e a curto prazo, se poderia parcialmente realizar como fraternidade peninsular¹³. Complementarmente, o conceito de progresso civilizacional tão caro à filosofia das luzes, obedece agora à herança romântica de ressonância providencialista: «Todos começam a convencer-se de que se Deus nos criou no mesmo paiz, foi para vivermos em íntima sociedade; se deu a cada uma das lualidades alguns diferentes produtos, foi para que reciprocamente os repartissemos; se nos colocou nos vales dos mesmos rios, foi para que juntamente os navegássemos. Que aja pois entre nós esse trato social, que permutemos uns com os outros os nossos produtos, que naveguemos em comum os rios e tranzitemos juntamente nas estradas, que promovamos reciprocamente o mutuo progresso e prosperidade, e a grandeza e o bem-estar de todos, eis a aspiração que se vai radicando nos dois reinos»¹⁴.

O éden peninsular assim descrito remete-nos de imediato para uma questão nuclear destes artigos e do pensamento iberista em geral, ou seja, a sua particular preocupação pelo progresso material o qual passava pela defesa de uma estratégia económico-política¹⁵. Avisa Barbosa Leão que «unido à Ispanha, Portugal pode ainda ocupar uma pozição importante na Europa e no mundo, e que separado como oje está, faz uma figura indigna do nome que possui»¹⁶.

¹³ Temática recorrente destes artigos, a fraternidade peninsular é apresentada sempre como inspirada nos ideais da religião: «Quando o principio do evangelho tende a realizar-se em toda a sua extensão e grandeza, começando todos os omens a considerar-se, e marchando a unir-se como irmãos: os povos da peninsula iberica não podem persistir em viver como absolutamente estranhos.» Cf. *O Leiriense*, 11 Nov. 1854. E noutra passagem: «Em fim não comprehendemos, que os que sustentam que crêem, como ninguém entre nós, no evangelho, e fazem alarde do sentimento religioso, se deixem apaixonar a ponto de desprezar o principio de fraternidade universal escrito n'esse livro santo. (...) Se esse principio geral nos move ao amor para com todos, não pode deixar de nos arrastar aos laços de amizade com os ispanhóis que são nossos vizinhos, e mais que nenhuns, nossos irmãos.» Cf. *O Leiriense*, 13 Dez. 1854.

¹⁴ *A União Iberica*. «O Leiriense», 11 Nov. 1854, p. 1.

¹⁵ Cf. MASCARENHAS, Manuela — *A Questão Iberica*, Separata da «Bracara Augusta», t. 34, fasc. 78 (90), Jul.-Dez. 1980.

¹⁶ *A União Iberica*. «O Leiriense», 11 Nov. 1854, pp. 1-2.

Admite então duas vias para a consolidação dessa aliança: a exclusivamente económica e a económico-política. À semelhança de Latino Coelho¹⁷, acredita que a convivência económica conduziria, mais tarde ou mais cedo, a uma união mais íntima. Detém-se por isso longamente a ponderar, passo a passo, as vantagens para o comércio, a indústria e a agricultura nacionais, propõe um amplo e profundo programa de comunhão económica de inspiração livre-cambista, no qual sobressaem os princípios de união aduaneira, a uniformização da legislação comercial, o estabelecimento de uma pauta comum, uma única lei de navegação com equiparação das duas bandeiras, um tratado de propriedade literária e artística, e ainda a uniformização de pesos e medidas e do sistema monetário.

A velocidade e intensidade deste processo eram fundamentais; daí a aposta na tecnologia e comunicações, como a expansão dos caminhos de ferro, de vias de comunicação terrestre e fluvial, telégrafos eléctricos, convenções postais, etc.

Mas como dizia o autor, «o ponto capital n'este negocio é o tratado da união das alfândegas (...) que deve ser muito pensado, muito estudado, e muito discutido»¹⁸, visando numa fase mais adiantada da integração, a livre permuta dos produtos das artes mecânicas, das belas-artes e das ciências, bem como a livre circulação das pessoas.

Só no último desta série de cinco artigos, Barbosa Leão refere que esta união económica dos dois reinos «pode muito bem realizar-se, sem que se toque em coiza nenhuma na sua organização politica», precisando logo adiante que ela «pode operar-se sem que vá intender de modo nenhum com a independencia de qualquer dos paizes; e por tanto não têm que se sentir por isso nem os mais delicados sentimentos de nacionalidade portugueza ou ispanhola»¹⁹.

O autor adia propositamente a questão da união política justificando que «não é possível que dois paizes se reunam a bem, e com vantagens para ambos, n'uma só e unica comunidade, quando esses paizes se não conhecem, e quando mesmo á entre eles algumas aversões e rivalidades»²⁰. É com prudência e pragmatismo que Barbosa Leão protela o assunto, confessando que tal questão «não pode ter solução no presente, nem talvez n'um futuro muito proximo, e que não á necessidade, nem talvez conveniencia, de tratar agora»²¹.

¹⁷ Cf. MASCARENHAS, Manuela — *A Questão Ibérica...*, p. 12.

¹⁸ *A União Iberica*. «O Leiriense», 2 Dez. 1854, p. 2.

¹⁹ *Ibidem*, 13 Dez. 1854, p. 2.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

Esta preferência pelo silêncio em matéria de iberismo político, explica-a pela celeuma e controvérsia que tal temática vinha produzindo na imprensa, convertendo-se numa verdadeira arma política, fomentadora de aversão pública e geral pelos partidários e simpatizantes dessa ideia, quais «jacobinos» dos tempos modernos²².

Assim é no mínimo esquivada a formulação teórica que projecta para tal união, considerando inoportuno «questionar agora se a futura iberia, quando aja d'existir, deverá ser uma monarquia despotica, absoluta ou representativa, uma união federativa, ou uma republica unitaria; por que na ocasião em que isso ouvesse de ter lugar, aviam de ser as circunstancias da Europa, quem decidisse a formula politica que ela avia de tomar»²³.

Apesar da contenção do seu discurso, não deixa de comentar ironicamente a falsa questão da independência, «o blazonar da independencia dos portugueses», como lhe chama, lembrando que nos últimos cinquenta anos o país tinha andado «atrelado» à política das grandes nações europeias, e sofrido delas ofensas graves; este desabafo é aliás transcrito por Fernandez de los Rios, na sua obra *Mi mision en Portugal*, publicada em 1877²⁴.

Em resposta a uma crítica do periódico legitimista *A Nação* que o acusava de defender uma união geradora de submissão, Barbosa Leão reitera a impossibilidade prática de fusão e apresenta dois exemplos concretos: a monarquia dualista da Suécia e Noruega que sob a mesma coroa mantinham governos e nacionalidades distintos, e o Zollverein que não tinha afectado as várias nacionalidades germânicas envolvidas²⁵.

²² «Com efeito, quem pensar no caminho que vai tomando na imprensa a discussão sobre a união ibérica pelo lado politico, tem de convencer-se de que á quem quer exploral-a como arma de partido, motivo por que se quer obrigar todo o mundo a pronunciar-se, — e de que se deseja excitar os odios internacionais, a fim de se levar as coizas ao ponto de se poder chamar a animadversão publica sobre um partido ou sobre um individuo, dizendo — «é ispanhol» — como em outro tempo se dizia — «mata que é jacobino». Cf. *ibidem*.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Cf. FERNANDEZ de los RIOS, Angel — *Mi mision en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris-Lisboa, E. Belhatte-Bertrand, s.d., p. 201, nota 3.

²⁵ Esta *Explicação* data de 20 de Dezembro de 1854. Todavia não eram invulgares críticas deste teor, como o prova a jocosa *Carta do Padre Serapião d'Algures, ao Redactor do Jornal O Porto e a Carta*, publicada no n.º 189 desse jornal (9 Dez. 1854), escrita por um colaborador habitual que pretende condenar o artigo *A União Iberica* às chamas, e o seu autor como réu de crime de inconfidência, admitindo custar-lhe «crer que o artigo do *Leiriense* fosse escripto por um portuguez». A réplica de Barbosa Leão não deixa de acusar a violência da ironia das palavras de Serapião d'Algures, já que não só está assinada, como contém a justificação de tal não ter

É na sua postura assumida de «bom portuguez» e simultaneamente «conscienciozo e ardente partidario da união economica da Peninsula»²⁶, este pensador vai desenhando um percurso assinalável na imprensa portuguesa de que são marcos importantes o *Jornal do Porto* e o *Jornal de Lisboa* dos quais foi fundador, respectivamente em Março de 1859 e Julho de 1864.

É novamente sob o título *A União Ibérica*²⁷ que no *Jornal do Porto* sai um artigo seu, desta feita respondendo ao pedido que Xisto Camara lhe havia dirigido para emitir opinião relativa à sua obra com aquele nome, a qual acabava de ser publicada precedida de um prólogo escrito por Latino Coelho.

Facilmente se reconhece aqui o autor dos artigos do *Leiriense*: se abraça a união económica considerando-a não uma utopia mas, bem pelo contrário, «uma consequencia necessaria do movimento irrezistivel que impelle a Europa e o mundo todo»²⁸, no tocante à união política não se coíbe de dizer que ela é, «e será ainda, quem sabe até quando, impossivel. Pode ser o sonho doirado de alguns, ideia realizavel para muitos, mas repugnará largos anos ao grande numero»²⁹.

Opinando que tal assunto não é «questão para a geração presente», novamente prefere não publicitar muito a ideia, considerando cautelosamente que tal «é provocar susceptibilidades que desvairão a opinião inutilmente (...) e ainda peor, de um grande mal, porque vai prejudicar a realização da união economica, por isso que nem todos separarão convenientemente uma ideia da outra, e votarão contra a ideia pratica e realizavel por odio à ideia theorica, e, na actualidade, utopistica»³⁰.

Fosse a que nível fosse, a união implicava conhecimento e pelo conhecimento dos dois povos e dos dois países, pugnou o Dr. Barbosa Leão através do magno veículo de informação que era a imprensa. As correspondências de Madrid eram habituais no *Jornal do Porto* e, no *Jornal de Lisboa*, não só era muito longa como pormenorizada a secção diária *Revista de Hespanha*. Este periódico incluía ainda na sua secção *Sciencias e Letras* uma *Revista Peninsular de Critica Bibliographica*

acontecido com os seus artigos: «Sou o autor dos artigos respectivos, que deixei d'assinar, não porque tivesse duvida em me apresentar como possuido das ideias que ali se emitem, mas porque como redactor no *Leiriense* adotei o sistema de não assinar os meus artigos». Cf. *O Leiriense*, 30 Dez. 1854, p. 4.

²⁶ Cf. *A União Iberica. Correspondencia dirigida ao respectivo jornal do Porto.*

«*O Leiriense*», 30 Dez. 1854, p. 4.

²⁷ *A União Iberica.* «*Jornal do Porto*», n.º 71, 31 de Maio 1859, p. 1.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ *Ibidem.*

vocacionada para a divulgação de obras portuguesas e espanholas que visavam as áreas científica, literária e artística. Salvo algumas exceções, este comportamento não era comum na imprensa nacional, que sabia tratar-se de um tema delicado, uma assombração para as consciências amantes da independência pátria, propensas a presentir intenções subterrâneas nas referências à Espanha e seus valores.

Ciente desta mentalidade e fiel ao seu princípio de distinção clara entre união económica e união económico-política, Barbosa Leão faz incluir numa folha avulsa, espécie de carta aberta ao assinante que redige em nome da empresa, uma declaração de intenções do jornal no tocante a essa matéria. Aí escreve: «É possível que o Jornal de Lisboa tenha desagradado a alguém, porque trata regularmente das coisas de Hespanha. Ora quem vê em tudo a idéa da união iberica com a perda da nossa nacionalidade, não ha de gostar de que fallemos das coisas de Hespanha, assim como não gostará de que se apertem as nossas relações com o reino visinho pelos telegraphos electricos e pelos caminhos de ferro. (...) É claro que a secção de noticias de Hespanha que o Jornal de Lisboa publica diariamente, constitue um serviço feito ao nosso paiz. Alem de que esse trabalho não respirou até hoje, nem respirará jamais a idéa de união iberica politica, porque não professamos essa idéa, e unicamente propugnamos pela harmonia dos interesses economicos dos dois paizes, da qual é o nosso que tem que tirar mais vantagens. Do mesmo modo porém, que n'este ponto o jornal desagrada talvez aos homens de idéas exageradas, estamos certos de que agradará aos homens de razão, que vêem as coisas como ellas são, e que, conhecendo que o Porto e Lisboa hão de ser em breve os portos da Hespanha no Atlântico, e que ha de ser por elles que ella se communicará, até com as suas actuaes colonias, conhecerão igualmente a vantagem que ha em tratarmos de conhecer bem as coisas do reino visinho»³¹.

E depois deste périplo, eis-nos regressados aos quatro artigos que compõem *O Futuro de Portugal*, escritos em Outubro de 1878 mas publicados três anos depois, os quais constituem, como atrás se disse, o testamento político do autor, o acrisolamento e dilucidação da sua doutrina iberista, propalada ao longo de quase três décadas³².

Da análise deste escrito ressalta a constatação de que não há qualquer retraimento das teses anteriormente formuladas, antes sim a sua

³¹ Folha avulsa do *Jornal de Lisboa*, Lisboa, Tip. Universal, Rua dos Calafates - 110, 15 Set. 1864.

³² Além dos quatro artigos mencionados, uma pequena introdução explicativa da publicação no início, e uma comunicação de teor anti-britânico dirigida ao *Penafidense* no final, preenchem as dezasseis páginas deste opúsculo.

ponderação face a factores epocais e vivenciais diversos, equacionados numa perspectiva quase memorialística. Paralelamente, a amplitude da sua hesitação relativamente à união política com Espanha reduz-se significativamente.

No primeiro artigo, o autor preocupa-se em dar uma «explicação ao publico» sobre duas acusações de que dizia ter sido alvo frequente: a de iberista e a de republicano. Invocando os princípios norteadores de liberdade, igualdade e fraternidade, aprendidos na doutrina cristã e depois confirmados pela filosofia, confessa-se desde mancebo «republicano em teoria» mas declara prontamente nunca ter escrito uma linha com o fim de concorrer para o estabelecimento da república em Portugal. Descrente da viabilidade daquele regime no contexto nacional, diz ter-se «limitado a querer para o noço paiz o sistema monarquico representativo verdadeiro; a monarquia à belga, por exemplo»³³.

Quanto à acusação de iberismo, a resposta de Barbosa Leão consiste fundamentalmente numa retoma das premissas apresentadas no Leiriense, se bem se confesse «iberista em teoria» desde moço, ao constatar, à luz da razão e da religião, que qualquer fronteira política na Península era «artificial e de pura convenção»³⁴.

É nestes moldes que o autor se assume iberista, mas crente que esse «iberismo era prova de patriotismo», ou seja, prova de amor ao seu povo e à sua terra, «primeiro que ao resto do mundo»³⁵.

No segundo artigo aproveita para explicar o seu iberismo de 69, a sua exultação perante a possibilidade de D. Fernando, aceitando a coroa que os espanhóis lhe ofereciam, abrir caminho a uma monarquia dualista peninsular que deveria ser, segundo as suas palavras, «somente como a da Suecia e Noruega: as duas nações ficão independentes e autónomas, unidas simplesmente pelo laço do monarca, que as representará ambas perante o mundo»³⁶.

Os artigos terceiro e quarto ensaiam uma análise do futuro de Portugal dominado pela eventualidade de uma anexação por Espanha³⁷, a qual encara como inevitável mas de efeitos minimizáveis.

³³ LEÃO, José Barbosa — *O Futuro de Portugal segundo o parecer do Dr. José Barbosa Leão*, Porto, 1881, p. 5.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*, p. 6.

³⁶ *Ibidem*, p. 8. Neste artigo Barbosa Leão invocava ainda o conhecimento adquirido ao longo de vinte anos de viagens e permanência pela Europa, África e Ásia, experiências nas quais radica a sua postura filosófico-política.

³⁷ Para corroborar esta sua tese, inclui excertos de um artigo de Guerra Junqueiro, publicado no *Comércio Português* de 5 de Maio de 1878. Cf. *O Futuro de Portugal...*, p. 9.

Inferre a inevitabilidade de tal ocorrência a partir da ponderação de uma série de factores de ordem interna e externa, entre os quais destaca os seguintes:

— O império colonial que tinha sido o garante da independência portuguesa face às tentativas hegemónicas da Espanha nos alvares da idade moderna, era agora o «mais atrasado e abandonado», consumindo improdutivamente somas fabulosas³⁸.

— A metrópole via-se a braços com o deficit anual e o crescimento da dívida pública, para além do descontrole dos poderes públicos.

— A Europa patenteava uma história recente de anexações, pontificando os casos da Alemanha e Itália.

— A aliança inglesa tinha largamente provado a sua ineficácia.

— A união ibérica apresentava-se a Afonso XII como um meio seguro de consolidar o seu reinado.

— A superioridade bélica espanhola era notória³⁹, bem como a sua habilidade diplomática.

Barbosa Leão adverte então que uma união imposta significaria a ruína e dissolução de Portugal como nação e o desmembramento do seu império ultramarino mas, e toda a medalha tem seu reverso, o caminho da união voluntária apresentava possibilidades totalmente diversas, numa solução honrosa e vantajosa para os dois lados. Essa solução que na óptica do autor representaria a vida, grandeza e fraternidade das duas nações, poderia assumir duas formas: a confederação política ou a monarquia dualista.

Ora como vimos, sobre este último regime sempre o autor exprimira a sua opinião positiva, corroborada agora pelo exemplo do dualismo austro-hungaro. Defendia que a monarquia peninsular se poderia consolidar sob a dinastia bourbónica à falta da de Bragança, poderia até ser resolvida por um casamento mas, acrescenta inovadoramente: «se ambas as monarquias caírem, tínhamos o meio da confederação republicana. Os reis e as dinastias mórrem; os povos ficam»⁴⁰.

É assim que Barbosa Leão aponta, pela primeira vez, a confederação como solução para o seu sonho iberista, ressaltando que sob esse modelo «cada nação conservava inteira a independência e à autonomia no seu

³⁸ *O Futuro de Portugal...*, pp. 7 e 8.

³⁹ O autor sublinha este aspecto de superioridade e disponibilidade militar de Espanha, citando passagens de um artigo da autoria do oficial do exército J. E. de Moraes Sarmiento e publicado no *Diário de Notícias*. Cf. *O Futuro de Portugal...*, p. 10.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 12.

governo interno; e avia um governo central, que servia de laço entre elas e que as representava perante o mundo»⁴¹.

Em vista do exposto verifica-se que o debate ideológico quase maniqueísta, monarquia versus república, tão aceso nos finais da centúria de oitocentos, dilui-se neste opúsculo, cedendo a primazia ao proselitismo em favor da união ibérica, única fórmula salvadora já que só ela evitaria ver-se «Portugal obedecendo ao Leão Ispanhol, e os seus domínios ultramarinos saciando a voracidade do Leopardo Britânico»⁴².

Apesar da tibieza e indefinição do seu discurso em matéria de opção de regime, ou talvez por causa disso, Barbosa Leão não deixa de ser aproveitado segundo os interesses de facções. Assim, por exemplo, Rafael Ribeiro na sua obra *O Iberismo dos Monárquicos* pretende ver, com base no mesmo texto, o compromisso preferencial do autor com o regime monárquico⁴³. Por sua vez, Gonzalo de Reparaz⁴⁴ nas suas *Cartas de Madrid*, correspondência que mantinha no diário republicano *A Folha Nova*, iniciado neste mesmo ano de 1881, saúda o recém-publicado folheto do Dr. Barbosa Leão, dizendo que aí o autor expunha «as suas ideias sem o menor rebuço»⁴⁵.

Todavia parece-nos lícito afirmar que o leit-motiv do discurso deste prosélito da união ibérica é a salvaguarda da identidade nacional, daí a ausência de qualquer referência a soluções unitaristas nos vários textos compulsados. Por outro lado, ao eleger como igualmente aceitáveis a via dualista monárquica e a federalista republicana, não ressalta as diversas aspirações autonomistas peninsulares que o pensamento federalista português privilegiara, numa linha teorizada desde Henriques Nogueira a Magalhães Lima⁴⁶, sendo sua preocupação exclusiva a situação e futuro de Portugal.

Os testemunhos de diferentes personalidades, recolhidos e compilados pelo Padre Manuel Barbosa Leão no primeiro aniversário da morte do seu irmão, convergem no sentido de apresentar o autor como um defensor

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*, p. 16.

⁴³ Cf. RIBEIRO, Rafael — *O Iberismo dos Monárquicos*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, s.d., pp. 108-111.

⁴⁴ Gonzalo de Reparaz nasceu no Porto, em 1860, (Antonio de Reparaz, seu pai, dirigia a orquestra do teatro São João nessa cidade), tendo encetado muito jovem uma profícua carreira jornalística quer em Portugal, quer em Espanha. Na sua juventude foi, por exemplo, redactor do *Jornal de Viagens*, dirigido por Emídio de Oliveira.

⁴⁵ *Cartas de Madrid*. «A Folha Nova», Porto, n.º 137, 4 Nov. 1881.

⁴⁶ Cf. LIMA, Artur de Magalhães — *La Fédération Ibérique*, Paris, Gautherin & C.ie, s.d.

estrénuo da pátria e seus valores, verdadeiramente empenhado na moralização do poder e da gestão das coisas públicas⁴⁷. Contrastando com a frequência de louvores ao seu patriotismo, encontramos uma única referência à sua propensão iberista e mesmo esta matizada por aquela. Enfatizando a postura ideológica de Barbosa Leão alheia ao unitarismo absorcionista, o conde de Samodães afirma: «Esta generosa aspiração patriótica oferece um contraste com a acusação de iberismo, que sempre lhe fizeram. Era elle com effeito propenso para uma união mais intima com a Hespanha, cuja política internacional deveria ser analogá á portugueza, mas nunca elle adoptára a opinião de que fosse vantajosa a absorpção da nacionalidade portugueza na hespanhola»⁴⁸.

As palavras finais do opúsculo indiciam aliás a dimensão nacionalista e patriótica sempre presente na expectativa ibérica do autor: «Sou partidário apaixonado da confederação ou dualismo — único meio de salvar a nacionalidade portugueza. (...) Diz-me a razão e a reflexão que oje só acim serei bom portuguez»⁴⁹.

Em suma, o iberismo reclamando aquilo que os seus detractores lhe negavam — nacionalismo e patriotismo; indubitavelmente, uma polémica crucial da história das ideias da centúria de oitocentos.

⁴⁷ Cf. LEÃO, Manoel Barbosa — *Cartas e Publicações relativas ao fallecido Dr. José Barbosa Leão que, em memória do seu saudoso irmão mandou imprimir Manoel Barbosa Leão Bacharel formado em Theologia, e Thesoureiro-Mór da Insigne Collegiada de S. Martinho de Cedofeita*, Porto, Imprensa Comercial, 1888.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 77.

⁴⁹ LEÃO, José Barbosa — *O Futuro de Portugal...*, p. 12.

IMPACTO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL FONTISTA DE 1878 NO DISTRITO DO PORTO

Por **Maria Antonieta Cruz**

A democraticidade do sistema político de um país afere-se, se bem que não exclusivamente, pela participação na vida política permitida aos seus cidadãos. A ordem liberal portuguesa decorrente da revolução de 1820 implicou, como é sabido, a difusão por grupos mais vastos da sociedade, do direito de exercer uma parcela do poder através da eleição dos seus representantes. Estes teriam directa influência na escolha dos governantes assim como na própria orientação da política geral do país.

Reconhecida que foi a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, não tardaram a aparecer normas que limitaram, mais ou menos, o seu acesso à vida política. Foi através do censo, escola a que aderiram quase todos os dirigentes políticos nacionais do período da monarquia constitucional, que se procurou garantir a «qualidade» do voto afastando os grupos sociais que se presumia não salvaguardarem os interesses da classe dominante. Alegando que apenas o censo era prova de independência, de capacidade e de interesse pelo bem geral da sociedade foi retirada, ao longo de décadas, a cidadania política a grande parte da população portuguesa, tal como aconteceu na maior parte dos regimes liberais do século passado. Na realidade, tanto em Portugal como em outros países europeus, a amplitude do sufrágio variou de acordo com os desígnios dos governantes.

Particularmente assinalável, no nosso país, é o enorme acréscimo

do número de eleitores decorrente da legislação regeneradora de 1878¹, cujos efeitos permanecerão intangíveis até 1895, e que permitiu um sufrágio masculino muito próximo do universal e, conseqüentemente, dos mais amplos da Europa de então.

Se o articulado da lei eleitoral de 1878 nos permite prever alterações substanciais na composição quantitativa e qualitativa do eleitorado português urge, porém, avaliar a concretização dos objectivos a que ela se propunha, em termos de distribuição geográfica.

Com efeito a lei de 30 de Setembro de 1852 tinha introduzido no processo eleitoral português o método directo na escolha dos representantes do país na Câmara dos Deputados. Será, porém, apenas em 1878 que a capacidade eleitoral, até então quase exclusivamente concedida aos possuidores de um rendimento mínimo de 100\$000², se alargará aos chefes de família e àqueles que soubessem ler e escrever³. Decorrendo da aplicação do novo articulado legal os recenseados no nosso país passaram de 478.509 em 1877 para 824.726 em 1878⁴.

Documentação existente no arquivo do Governo Civil do Porto, relativa a todos o distrito que tinha como centro a cidade que nascida do rio Douro se expandira para o norte anexando no seu abraço tentacular as belas regiões agrícolas que a envolviam, permite-nos conhecer o impacto real da legislação referida nesta região do país.

Com efeito, se compararmos o número total de eleitores recenseados no distrito em análise, podemos verificar que entre 1877 e 1879 o seu número sofre um aumento substancial na maioria dos concelhos considerados, passando globalmente de 40.277, em 1877, para 74.628, em 1878, sendo o seu valor em 1879 de 75.747. — Ver MAPA n.º 1.

Os elementos de que dispomos apenas nos fornecem o conhecimento detalhado da qualidade que permitiu o recenseamento dos cidadãos do distrito do Porto para os anos 1882/1894⁵. Através destes elementos (Ver MAPAS 2 a 8) parece-nos ficar claro que apenas os concelhos exteriores à cidade principal patenteiam de forma viemente os reflexos da nova legislação. Tal conclusão inelidível, a nosso ver, face aos elementos apresentados, suscita a necessidade duma tentativa de explicação do fenómeno.

¹ Lei eleitoral de 8 de Março de 1878.

² Cf. artigo 1.º da lei eleitoral de 30 de Setembro de 1852 e artigo 2.º da lei de 24 de Novembro de 1859.

³ Cf. artigo 1.º da lei eleitoral de 8 de março de 1878.

⁴ Cf. Diário do Governo de 11 de Outubro de 1878.

⁵ Notemos que a lei de 25 de Março de 1895 (João Franco) retirou a condição de eleitor aos chefes de família que não atingissem o rendimento colectável mínimo, reduzido a 500 réis, e fossem analfabetos.

Para além de outros factores que podem ter contribuído para a diferença verificada parece-nos evidente ter sido o próprio sistema eleitoral do nosso país o gerador preferencial de clivagens regionais na atribuição do direito de voto. Notemos que a existência de uma lei censitária que estabelece um mesmo valor mínimo de renda líquida anual necessária a todos os indivíduos para a obtenção da sua emancipação política nem sempre se traduzirá numa situação equitativa⁶.

Com efeito em Portugal, no século XIX, o censo era determinado fundamentalmente através das contribuições pagas pelos cidadãos. Tal circunstância acarretava por si só complexidades que pensamos ser útil salientar. Em primeiro lugar devemos assinalar que as taxas de algumas das contribuições constantes do nosso sistema fiscal, e com efeitos directos na determinação do rendimento mínimo anual necessário à inclusão de um indivíduo nos cadernos de recenseamento, variavam ao longo do país em função da ordem da terra em que eram aplicadas⁷. Esta situação provocava uma desigualdade manifesta entre os habitantes dos diferentes aglomerados populacionais retirando o exercício pleno da cidadania a muitos dos residentes em terras menos povoadas, consequências dum ausência de neutralização dos efeitos eleitorais que o sistema tributário nacional originava ao tratar de uma forma mais benévola os habitantes de zonas onde o custo de vida era mais baixo como o seriam, provavelmente, também os rendimentos. Assim uma medida de moralização fiscal gerou, a nosso ver, uma distribuição desigual do direito de voto no espaço nacional enquanto permaneceu *o ter* como único critério de avaliação para ser eleitor⁸. Notemos que os parlamentares invocavam, frequentemente, como justificativo da existência do censo, a necessidade de salvaguardar a independência do eleitor através do estabelecimento de

⁶ No nosso país, ao contrário do que aconteceu em alguns outros, nunca houve censo variável ao longo do território nacional. Como tentaremos demonstrar, esta aparente igualdade não foi sinónimo de similitude de condições subjacentes à determinação da capacidade eleitoral. Ver sobre o mesmo assunto a posição assumida por Pedro Tavares de Almeida em *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa, Difel, 1991, p. 39.

⁷ O regulamento geral para a repartição das contribuições directas criadas pela carta de lei de 19 de Abril de 1854 consignava no artigo 33.º que as terras eram «distribuídas em cinco *ordens*, segundo a sua população e riqueza».

Mais tarde o território nacional foi dividido, para efeitos fiscais, em seis *ordens*. A lei fiscal de 30 de Junho de 1860 determinava o número de habitantes que deveria ter cada uma delas e que era de 100.000 ou mais, 50.000 a 100.000, 4.000 a 50.000, 2.000 a 4.000, 500 a 2.000, 500 e menos, respectivamente para as de primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta ordens.

⁸ Alguns parlamentares portugueses preconizaram a existência de um censo mais elevado, que o consignado pela legislação em vigor, para o Porto e Lisboa.

um montante de renda mínima anual que permitia a presunção da sua subsistência⁹. Generalização necessariamente distorcedora sobretudo num país, como Portugal, onde a inexistência de um mercado nacional durante grande parte do século XIX era acompanhada de grandes variações regionais de preços¹⁰.

Tentando demonstrar a nossa afirmação de que a classificação do nosso país em terras de várias ordens, para efeitos tributários, poderá ter originado distorções na atribuição de capacidade eleitoral antes de 1878, passaremos a apresentar alguns dados que pensamos poderem clarificar o nosso raciocínio.

Recorrendo às estatísticas oficiais das contribuições directas¹¹, verificamos que, em 1880, foram contabilizadas no distrito do Porto 27.209 colectas de *contribuição industrial*. Destas 10.205 (37,5%) reportavam-se à 2.^a cidade do país, sendo 17.004 (62,5%) as atribuídas ao resto do distrito. Estes números tornam-se mais esclarecedores quando consideramos a sua distribuição geográfica em função do valor da colecta mínima necessária à classificação do contribuinte como eleitor, isto é 1\$000 réis.

Com efeito, das 18.396 colectas que, no distrito em análise, tinham um valor superior a 1\$000 réis, 10.157 (55,2%) pertenciam à cidade do Porto. Com valores inferiores a 1\$000 réis encontramos 8813 tributo maioritariamente atribuídos aos concelhos exteriores à cidade principal do distrito — 8765 (99,5).

Concluiremos, pois, que 99,5% das colectas de contribuição industrial da capital do Norte eram superiores ao mínimo exigido pela legislação eleitoral como comprovante da renda mínima anual necessária aos eleitores. Quando aos restantes concelhos do distrito do Porto apenas 48,5% estavam nas mesmas condições.

Argumentando com o facto de que o custo de vida era, nestas duas cidades, superior ao existente no resto do país, preconizavam a exclusão dos indivíduos que, por força do exposto, estariam afastados da independência económica. Tratou-se, portanto, de mais uma tentativa de redução do número de votantes mas partindo dum pressuposto idêntico ao que tentamos comprovar. Isto é, era mais fácil ser eleitor nos grandes centros que nas regiões de pequenas dimensões demográficas. Cf., por exemplo, Diário da Câmara dos Senhores Deputados de 11 de Março de 1852.

⁹ Ver debates parlamentares das leis eleitorais nos Diários da Câmara dos Senhores Deputados de Março de 1852 e do mesmo mês de 1878.

¹⁰ Cf. JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional*, Lisboa, Vega, 1988, vol. I.

¹¹ Cf. *Anuário Estatístico das Contribuições Directas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.

Mapa n.º 2 — CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL — 1880¹²

— A —

DISTRITO DO PORTO	COLECTAS					
	Distrito		Cidade do Porto		Outros Concelhos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
TOTAL	27209	100	10205	37,5	17004	62,5
>1\$000	18396	100	10157	55,2	8239	44,8
<1\$000	8813	100	48	0,5	8765	99,5

— B —

DISTRITO DO PORTO	COLECTAS					
	>1\$000		<1\$000		TOTALS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cidade do Porto	10157	99,5	48	0,5	10205	100
Outros Concelhos	8239	48,5	8765	51,5	17004	100
Distrito	18396	67,6	8813	32,4	27209	100

Situação algo semelhante foi também detectada, no mesmo ano, em relação às contribuições de rendas de casa e sumptuária.

Na verdade a cidade do Porto aparece-nos com 9493 colectas de valor superior a 1\$000 réis — 74,6% do total — e apenas com 291 de montante inferior — 4,2% do somatório das mesmas. Quanto aos concelhos restantes os valores atingidos cifravam-se em 3230 colectas de mais de 1\$000 (25,4%) e 6606 das restantes (95,8%).

Uma vez mais a capital do distrito apresentava um número irrelevante de pequenas colectas, cerca de 3% das 9784 que lhe foram adistritas. Quanto ao resto da área geográfica observada esta percentagem atingia os 67,2% das 9836 nela referenciadas.

¹² Cálculos efectuados tendo por base os dados fornecidos pelo *Anuário Estatístico das Contribuições Directas* relativo ao ano de 1880.

Mapa N.º 3 — CONTRIBUIÇÕES DE RENDAS DE CASA E SUMPTUÁRIA — 1880¹³

— A —

DISTRITO DO PORTO	COLECTAS					
	Distrito		Cidade do Porto		Outros Concelhos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
TOTAL	19620	100	9784	50	98365	50
>1\$000	12723	100	9493	74,6	3230	25,4
<1\$000	6897	100	291	4,2	6606	95,8

— B —

DISTRITO DO PORTO	COLECTAS					
	>1\$000		<1\$000		TOTAIS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cidade do Porto	9493	97	291	3	9784	100
Outros Concelhos	3230	32,8	6606	67,2	9836	100
Distrito	12723	64,8	6897	33,2	19620	100

Deveremos ainda aduzir à hipótese veiculada para justificação parcial da nítida diferença de repercussões da lei eleitoral na cidade do Porto e no resto dos concelhos do mesmo distrito, a existência de impostos locais, também eles considerados para determinação do censo, e cuja aplicação era muito variável. Não será demais referir ainda a situação de profunda desorganização das instituições fiscais do nosso país que em nada contribuía para a regular determinação dos montantes colectáveis. Este é porém um problema geral e não deve, cremos, contribuir de forma relevante para a clivagem regional detectada no decurso da aplicação da lei eleitoral de 1878.

Por fim impõe-se salientar ainda o facto de existirem muitas e pequenas parcelas de terra que apesar de passíveis de aplicação tributária — a contribuição predial¹⁴ — muitas vezes não atingiam o montante de

¹³ Ver nota n.º 11.

¹⁴ A contribuição predial foi criada, de acordo com o Código Administrativo em edição oficial anotada de 1865, por decreto de 31 de Dezembro de 1852.

imposto necessário para que os seus proprietários pudessem ser considerados eleitores. Isto, como é evidente, se os referidos titulares das terras não tivessem outros rendimentos, ou os não tivessem comprovado. Em 1880, no distrito do Porto, verificamos a existência de 61.928 colectas sendo 32.198 de valor inferior a 1\$000 réis¹⁵. Destas apenas 349 estavam vinculadas a prédios inscritos na capital do Norte¹⁶.

Sendo certo que antes de 1878 era a fiscalidade a via quase exclusiva de determinação da capacidade eleitoral, parece-nos de salientar que o simples facto de alguns tributos serem mais gravosos nos grandes centros populacionais, considerados como terras de ordem superior, e, como consequência, com taxas de imposição mais elevadas¹⁷, permitia que os

Na realidade o texto legal no seu artigo 1.º afirma:

«Ficam extintas no Continente do Reino, desde o 1.º de Janeiro de 1853, as contribuições seguintes:

- Decima de prédios;
 - Decima de fóros;
 - Decima industrial pela cultura, ou exploração dos prédios;
 - Quinto dos bens denominados da Corôa;
 - Novo imposto de prédios nas cidades de Lisboa e Porto;
- Cinco por cento additionaes ás ditas contribuições, segundo a Carta de Lei de 12 de Dezembro de 1844;
- Sêllo dos conhecimentos para cobrança das contribuições directas, mencionadas neste artigo.»

O artigo 2.º indica a *contribuição predial* como o tributo que substitua os descritos no artigo anterior.

Notemos que o governo de Costa Cabral procedera já á extinção, entre outras, da *décima predial*, e criação, em sua substituição, da contribuição referida, pela carta de lei de 19 de Abril de 1845, e regulamentada a 20 de Dezembro do mesmo ano. A guerra civil de 1846-1847 não deve ter permitido a prossecução das medidas necessárias à implementação da sua execução e estes impostos acabaram por ser anulados em 22 de Maio de 1846, porque «além de vexatorios e oppressivos para os contribuintes, são de difícil cobrança ou não produzem a favor do Thesouro.»

Cf. SILVA, Delgado, Collecção Official de Legislação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, pp. 560-566 e 841-911 e 1846 p. 59).

¹⁵ O valor mínimo de imposto necessário para que os detentores de prédios rústicos ou urbanos, não arrendados, e os seus cultivadores ou exploradores, pudessem ser considerados eleitores era, nos termos do artigo 2.º da lei eleitoral de 24 de Novembro de 1859, de 1\$000 réis.

¹⁶ Não consideramos as colectas anuladas por serem inferiores a 100 réis. No caso do distrito do Porto o seu total foi, no ano em análise, de 4833 totalmente atribuídos aos concelhos exteriores à capital do norte.

¹⁷ As contribuições industrial e de rendas de casa e sumptuária estavam, como já referimos, sujeitas à classificação das terras onde eram aplicadas.

seus habitantes atingissem mais facilmente o censo mínimo exigido pela lei para o exercício do direito de voto. Esta parece-nos ser uma justificação, pelo menos parcial, do diminuto número de homens da cidade do Porto que após a entrada em vigor da legislação eleitoral em análise foram inscritos nos cadernos eleitores por serem chefes de família ou por saberem ler e escrever. A nosso ver a mesma razão pode ser aduzida para justificar o grande acréscimo que se fez sentir nos outros concelhos do distrito.

Concluindo podemos afirmar que a lei eleitoral de 1878 teve um enorme impacto em todo o distrito do Porto, excepção feita à sua capital onde, como vimos, os seus efeitos foram muito moderados. Quanto aos restantes concelhos do referido distrito a capacidade de ler e escrever¹⁸ e sobretudo a condição de chefe de família possibilitaram a existência de um número de eleitores muito superior ao determinado pela via censitária. Como tentamos provar, cremos que esta arritmia regional se poderá justificar, pelo menos parcialmente, através das consequências do regime fiscal português, estreitamente conectado com a determinação da capacidade eleitoral, sobretudo antes de 1878, e que incluía a existência de contribuições cujas taxas eram directamente proporcionais ao número de habitantes de cada concelho.

¹⁸ Notemos que os efeitos da legislação de 1878 para os anos de 1882 a 1894 trazem até nós a constatação de que, em quase todo o distrito, eram muito poucos os indivíduos que obtinham a sua capacidade eleitoral, mediante a comprovação da aptidão para a leitura e escrita. As excepções consubstanciavam-se, quase exclusivamente, nos concelhos de Paredes e Felgueiras numa dessintomia regional para a qual ainda não encontramos qualquer justificação. De facto se nos anos de 1882 a 1884 o concelho de Santo Tirso apresentava uma percentagem assinalável de residentes nas condições referidas, a partir de 1885 o seu número era já diminuto no que, aliás, ficava irmanado com grande parte do distrito a que pertencia e que, tal como o resto do país, detinha um lugar cimeiro nos índices de analfabetismo europeus.

MAPAS ANEXOS

MAPA N.º 1
ELEITORES DO DISTRITO DO PORTO

Concelhos	1877	1878		1879	
	N.º	N.º	% 1)	N.º	% 1)
VILA DO CONDE	2399	2799	116,67	2815	117,34
PÓVOA DE VARZIM	1310	4125	314,89	3691	281,75
SANTO TIRSO	1873	2857	152,54	2953	157,66
PAÇOS DE FERREIRA	815	1946	238,77	1881	230,79
FELGUEIRAS	2084	2129	102,16	3640	174,66
LOUZADA	1825	3724	204,05	3762	206,13
AMARANTE	2178	5333	244,86	5226	239,94
MARCO DE CANAVEZES	2133	4659	218,42	4537	212,70
BAIÃO	1950	4330	222,05	4404	225,84
PENAFIEL	1904	4095	215,07	4090	214,81
PAREDES	1679	3628	216,08	3518	209,52
VALONGO	811	1706	210,36	1706	210,35
BOUÇAS	1827	3363	184,07	3227	176,62
MAIA	1508	2808	186,21	2861	189,72
GONDOMAR	1430	4336	303,22	4312	301,53
PORTO	9685	13058	134,83	14073	145,30
GAIA	4866	9732	200,00	9051	186,00
	40277	74628		7547	

1) Percentagem calculada considerando 1877 = 100

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto
Livros 1781 e 1782

MAPA N.º 2

Círculos Elei- torais	Freguesias ou Concelhos	1882			1883		
		A)	B)	C)	A)	B)	C)
30	V. CONDE	2228	1061	128	2229	1059	120
	P. VARZIM	418	2449	697	962	2242	564
31	S. TIRSO	324	2447	1206	308	2429	1218
	P. FERREIRA	310	1648	120	306	1616	127
32	FELGUEIRAS	2816	289	161	3337	833	791
	LOUSADA	2606	288	7	2040	793	221
33	AMARANTE	1767	3801	38	1826	3736	61
34	MARCO CANAV.	1967	2745	250	1898	2819	125
	BAIÃO	1745	2421	271	1567	2682	209
35	PENAFIEL	977	3539	79	930	3575	83
36	PARÉDES	700	1855	887	801	1786	846
	VALONGO	682	1004	50	645	1138	29
37	BOUÇAS	660	2075	550	809	1721	589
	MAIA	402	1796	818	436	2594	65
38	GONDOMAR	40	4238	94	817	3296	97
	BONFIM	1577	957	171	1995	232	42
39	CAMPANHÃ	1168	313	52	1277	39	10
	PARANHOS	895	176	33	893	85	22
40	SÉ	1503	246	86	1804	57	53
	ST.º ILDEFONSO	2150	239	180	2280	101	59
40	S. NICOLAU	637	32	23	724	38	21
	CEDOFEITA	1602	222	60	2031	162	43
	VICTÓRIA	1475	24	46	1298	18	17
	MIRAGAIA	479	129	120	551	107	7
	MASSARELOS	350	104	9	554	76	9
	LORDELO OURO	456	140	5	560	55	1
	S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	445	74	11	534	53	6
	V.N. DE GAIA	3627	4186	18	4102	3775	111
TOTAIS							
	CIDADE	12737 (78,7%)	2656 (16,4%)	796 (4,9%)	14501 (91,7%)	1023 (6,5%)	290 (1,8%)
	OUTROS CONCELHOS	21269 (34,0%)	35842 (57,4%)	5374 (8,6%)	23013 (35,8%)	36094 (56,1%)	5256 (8,1%)
	DISTRITO	34006 (43,2%)	38498 (48,9%)	6170 (7,9%)	37514 (46,8%)	37117 (43,6%)	5546 (6,9%)

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782

MAPA N.º 3

Círculos Elei- torais	Freguesias ou Concelhos	1884			1885			
		A)	B)	C)	A)	B)	C)	
24	SÉ	1544	124	15	1615	160	14	
	S. ILDEFONSO	1699	258	80	1858	141	81	
	BONFIM	1555	668	89	1493	783	33	
	CAMPANHÃ	980	200	36	1006	269	15	
	PARANHOS	438	44	36	582	198	34	
	CEDOFEITA	1733	254	51	1947	275	9	
	VITÓRIA	1091	73	21	1176	121	7	
	S. NICOLAU	704	45	27	664	40	1	
	MIRAGAIA	484	107	45	429	188	—	
	MASSARELOS	388	230	16	614	126	—	
	LORDELO OURO	424	135	5	501	124	—	
	S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	552	59	17	556	78	8	
	25	VILA DO CONDE	2218	1036	129	2306	1231	206
		P. DE VARZIM	921	2401	400	752	2833	548
26	S. TIRSO	266	2395	1270	173	3398	365	
	P. DE FERREIRA	285	1465	136	274	1569	149	
27	FELGUEIRAS	3112	807	719	3152	1421	1311	
	LOUSADA	527	2294	255	739	3517	736	
28	AMARANTE	1699	3861	47	1913	3832	42	
29	M. CANAVESES	1828	2962	174	1747	3041	169	
	BAIÃO	1549	2763	252	1698	2776	615	
30	PENAFIEL	808	3479	297	818	3329	348	
31	PAREDES	829	1753	838	1363	1436	704	
	VALONGO	630	1073	28	692	978	13	
32	BOUÇAS	1157	996	854	1093	1583	302	
	MAIA	480	1956	603	364	2902	719	
33	GONDOMAR	796	3319	97	712	2742	198	
	V.N. DE GAIA	4091	3997	122	4097	4245	338	
TOTAIS								
	CIDADE DO PORTO	11892 (81,9%)	2197 (15,1%)	438 (3,0%)	12441 (82,4%)	2458 (16,3%)	202 (1,3%)	
	OUTROS CONCELHOS	21196 (33,1%)	36557 (57,2%)	6221 (9,7%)	21893 (31,5%)	40833 (58,8%)	6763 (9,7%)	
	DISTRITO	33088 (42,1%)	38754 (49,4%)	6659 (8,5%)	34334 (40,6%)	43291 (51,2%)	6965 (8,2%)	

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever.

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782

MAPA N.º 4

Círculos Elei- torais	Freguesias ou Concelhos	1886			1887		
		A)	B)	C)	A)	B)	C)
24	SÉ	2211	35	6	2331	150	4
	S. ILDEFONSO	2448	95	41	2375	122	13
	BONFIM	2364	12	2	2052	287	6
	CAMPANHÃ	1249	198	—	921	208	3
	PARANHOS	808	80	5	762	120	13
	CEDOFEITA	1931	232	—	2494	148	19
	VITÓRIA	1220	177	—	1245	188	19
	S. NICOLAU	704	39	—	403	411	—
	MIRAGAIA	391	225	—	396	231	10
	MASSARELOS	431	257	—	509	213	2
	LORDELO OURO	497	299	—	508	381	3
25	S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	553	136	—	661	45	2
	VILA DO CONDE	2131	1504	400	2113	1521	309
25(A)	P. DE VARZIM	4593	4343	247	4635	4358	277
26	S. TIRSO	76	3638	292	59	3839	313
	P. DE FERREIRA	302	1838	281	154	1610	275
27	FELGUEIRAS	2135	1351	1358	2196	1472	1085
	LOUSADA	216	4084	667	740	3195	1011
28	AMARANTE	2065	3791	102	2736	3295	131
29	M. CANAVESES	1687	3090	171	1509	3303	206
	BAIÃO	1524	1093	723	3402	281	764
30	PENAFIEL	799	3480	311	728	3950	393
31	PAREDES	881	1411	1305	697	1636	1513
	VALONGO	617	1356	57	730	1200	38
32	BOUÇAS	23	3022	229	8	3382	164
	MAIA	367	3021	862	330	2998	893
33	GONDOMAR	699	2702	187	348	3323	113
	V.N. DE GAIA	3977	4585	154	3953	4915	163
TOTAIS							
	CIDADE DO PORTO	14807 (89%)	1785 (10,7%)	54 (0,3%)	14657 (84,9%)	2503 (14,5%)	94 (0,6%)
	OUTROS CONCELHOS	22092 (30,0%)	44309 (60%)	7346 (10%)	24338 (31,9%)	44278 (58,1%)	7648 (10%)
	DISTRITO	36899 (40,8%)	46094 (51,0%)	7400 (8,2%)	38995 (41,7%)	46781 (50,0%)	7742 (8,3%)

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever.

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782.

MAPA N.º 5

Círculos	Freguesias ou Concelhos	1888			1889		
		A)	B)	C)	A)	B)	C)
24	SÉ	2331	150	4	2165	13	1
	S. ILDEFONSO	2375	122	13	1669	257	35
	BONFIM	2052	287	6	2024	425	8
	CAMPANHÃ	921	208	3	925	200	13
	PARANHOS	762	120	13	726	354	18
	CEDOFEITA	2188	298	17	2334	315	—
	VITÓRIA	1281	226	15	1169	154	25
	S. NICOLAU	655	31	—	643	53	4
	MIRAGAIA	306	251	—	553	30	5
	MASSARELOS	422	192	—	529	71	14
	LORDELO OURO	383	325	—	750	50	—
	S. JOÃO DA FOZ						
	DO DOURO	603	80	—	585	54	6
	25	VILA DO CONDE	1978	1605	331	1600	2239
25(A)	P. DE VARZIM	4647	4397	250	4693	4445	248
26	S. TIRSO	326	3615	246	304	3621	245
	P. DE FERREIRA	148	1787	108	248	3007	95
27	FELGUEIRAS	2168	1485	1228	6477	3443	4069
	LOUSADA	10	2997	892	150	6417	1402
28	AMARANTE	1217	4682	101	972	5227	1675
29	M. CANAVESES	1468	3324	212	1412	3436	249
	BAIÃO	4043	281	757	3751	282	357
30	PENAFIEL	645	4646	1231	548	4719	1218
31	PAREDES	779	1515	1514	1245	1123	1616
32	VALONGO	618	1262	37	571	3063	114
	BOUÇAS	1	2150	1378	—	3433	203
	MAIA	350	3022	833	302	3146	215
	GONDOMAR	284	3596	129	110	3659	135
33	V.N. DE GAIA	3774	4967	5	3951	5710	203
TOTAIS							
	CIDADE DO PORTO	14279 (85,8%)	2290 (13,8%)	71 (0,4%)	14072 (87%)	1976 (12,2%)	129 (0,8%)
	OUTROS CONCELHOS	22436 (29,1%)	45331 (58,9%)	9246 (12%)	26334 (27,5%)	56970 (59,5%)	12458 (13%)
	DISTRITO	36715 (39,2%)	47621 (50,8%)	9317 (10%)	40406 (36,1%)	58946 (52,7%)	12587 (11,2%)

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever.

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782.

MAPA N.º 6

Círculos	Freguesias ou Concelhos	1890			1891			
		A)	B)	C)	A)	B)	C)	
24	SÉ	2336	—	2	2064	—	3	
	S. ILDEFONSO	2208	—	30	1815	—	10	
	BONFIM	2525	—	12	2077	—	12	
	CAMPANHÃ	1533	5	7	1299	—	16	
	PARANHOS	1146	—	10	861	—	15	
	CEDOFEITA	2731	69	23	2584	—	5	
	VITÓRIA	1577	—	—	1108	—	3	
	S. NICOLAU	651	21	13	632	—	3	
	MIRAGAIA	576	—	—	392	—	—	
	MASSARELOS	685	34	6	588	—	5	
	LORDELO OURO	702	92	5	690	—	—	
	S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	740	23	3	659	—	1	
	25	VIIA DO CONDE	1519	2191	564	1510	2276	513
	25(A)	P. DE VARZIM	4844	4529	315	4870	4530	370
26	S. TIRSO	260	3612	276	352	3595	288	
	P. DE FERREIRA	142	3181	79	205	1809	75	
27	FELGUEIRAS	2011	1489	1116	1966	1369	1362	
	LOUSADA	710	8114	944	—	8523	908	
28	AMARANTE	4028	1731	106	3849	1599	93	
29	M. CANAVESES	1302	3542	306	1249	3551	318	
	BAIÃO	3976	278	114	3681	416	354	
30	PENAFIEL	546	4967	1325	509	3910	914	
31	PAREDES	1280	1602	1215	1257	1697	1723	
	VALONGO	719	1579	15	405	1556	269	
32	BOUÇAS	—	3405	181	—	3467	174	
	MAIA	337	3276	1150	349	3457	1270	
33	GONDOMAR	308	3905	158	225	3269	151	
	V.N. DE GAIA	3688	6139	267	3700	5518	267	
TOTAIS								
	CIDADE DO PORTO	17410 (98%)	244 (1,4%)	111 (0,6%)	14769 (99,5%)	0 (0%)	73 (9,5%)	
	OUTROS CONCELHOS	25670 (29,4%)	53540 (61,3%)	8131 (9,3%)	24127 (28,8%)	50542 (60,4%)	9049 (10,8%)	
	DISTRITO	43080 (41%)	53784 (51,2%)	8242 (7,8%)	38896 (39,5%)	50542 (51,3%)	9122 (9,2%)	

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever.

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782.

MAPA N.º 7

Círculos Elei- torais	Freguesias ou Concelhos	1892			1893		
		A)	B)	C)	A)	B)	C)
24	SÉ	2198	—	4	1984	—	—
	S. ILDEFONSO	1835	—	8	1707	—	2
	BONFIM	2447	—	9	2476	—	—
	CAMPANHÃ	1225	—	21	1351	—	—
	PARANHOS	820	—	8	899	—	—
	CEDOFEITA	2667	—	—	2714	—	—
	VITÓRIA	1293	—	—	1300	—	2
	S. NICOLAU	606	—	—	604	—	—
	MIRAGAIA	329	—	—	351	—	1
	MASSARELOS	488	—	—	622	—	—
	LORDELO OURO	637	—	—	639	—	1
	S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	614	—	—	583	—	—
	25	VILA DO CONDE	1294	2131	419	1286	2255
25(A)	P. DE VARZIM	4846	4517	329	3993	3580	413
26	S. TIRSO	215	3658	381	202	3664	364
	P. DE FERREIRA	175	1913	10	113	2092	15
27	FELGUEIRAS	2457	2030	3032	1410	1158	1486
	LOUSADA	—	10859	950	—	7064	670
28	AMARANTE	3542	1750	98	3427	1716	88
29	M. CANAVESES	1178	3591	360	1092	3545	335
	BAIÃO	3998	284	159	3988	322	179
30	PENAFIEL	638	3450	428	744	3341	371
31	PAREDES	1233	3064	2283	1167	1624	1500
	VALONGO	427	3360	336	406	1420	325
32	BOUÇAS	—	3389	196	—	3200	191
	MAIA	369	3231	1281	388	3177	1198
33	GONDOMAR	433	2926	58	628	3587	280
	V.N. DE GAIA	3523	6087	271	3572	5860	273
TOTAIS							
	CIDADE DO PORTO	15159 (99,7%)	0 (0%)	50 (0,3%)	15140 (99,96%)	0 (0%)	6 (0,04%)
	OUTROS CONCELHOS	24328 (26,7%)	56241 (61,6%)	10691 (11,7%)	22416 (28,7%)	47605 (60,9%)	8131 (10,4%)
	DISTRITO	39487 (37,1%)	56241 (52,8%)	10741 (10,1%)	37556 (40,3%)	47605 (51%)	8137 (8,7%)

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever.

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782.

MAPA N.º 8

Círculos Eleitorais	Freguesias ou Concelhos	1894		
		A)	B)	C)
24	SÉ	1895	—	—
	S. ILDEFONSO	1567	—	—
	BONFIM	2132	—	—
	CAMPANHÃ	1462	—	—
	PARANHOS	866	—	—
	CEDOFEITA	2659	—	—
	VITÓRIA	1223	—	3
	S. NICOLAU	611	—	1
	MIRAGAIA	391	—	—
	MASSARELOS	642	—	2
	LORDELO OURO	622	—	1
25	S. JOÃO DA FOZ DO DOURO	620	—	1
	VILA DO CONDE	1276	2418	542
25(A)	P. DE VARZIM	3656	3246	466
26	S. TIRSO	288	3594	304
	P. DE FERREIRA	60	2072	77
27	FELGUEIRAS	1763	1026	1357
	LOUSADA	—	10522	616
28	AMARANTE	3430	1564	89
29	M. CANAVESES	1037	3654	421
	BAIÃO	4049	317	192
30	PENAFIEL	682	3447	381
31	PAREDES	1087	1551	1595
	VALONGO	414	1485	313
32	BOUÇAS	—	2618	160
	MAIA	370	3238	1298
33	GONDOMAR	225	2922	212
	V.N. DE GAIA	3535	5655	262
TOTAIS	CIDADE DO PORTO	14690 (99,9%)	0 (0%)	8 (0,1%)
	OUTROS CONCELHOS	21872 (27,5%)	49329 (62,1%)	8285 (10,4%)
	DISTRITO	36562 (38,8%)	49329 (52,4%)	8293 (8,8%)

A) Segundo Censo; B) Como Chefe de Família; C) Por saber ler e escrever.

FONTE — Arquivo do Governo Civil do Porto, Livros 1781 e 1782.

UM INSTITUTO RELIGIOSO NA REPÚBLICA.
AS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS
DE NOSSA SENHORA (1910-1926)

Por **Fernando de Sousa**

«As duas leis... a lei de imprensa e a lei das congregações religiosas, são das mais impróprias para fundamentar a educação de gente livre. Ambas elas são por atropelamento a denegação das mais sagradas das liberdades públicas, a liberdade de palavra e a liberdade de reunião, da qual é natural dedução a liberdade religiosa».

(Ramalho Ortigão, *Últimas Farpas, 1911-1914*, Lisboa, 1946, p. 12)

«Les sacrifices ne manquent pas, et le plus grand est bien celui de l'exil le plus complet dans son propre pays».

(*Chronique de l'année 1914 de la Congrégation des Soeurs Franciscaines de Calais*, Calais, 1915)

1 — Introdução

A história eclesiástica e religiosa da Primeira República, como Oliveira Marques reconhece no seu excelente guia¹, está por fazer.

Esta situação revela-se particularmente confrangedora no que diz respeito aos institutos religiosos, não sendo, pois, de estranhar, que aquele historiador, com excepção dos Jesuítas, não nos forneça naquele manual, quaisquer indicações sobre os mesmos. Desconhecemos, na verdade, qual a situação das congregações e ordens religiosas, em Portugal, ao tempo da implantação da República, as suas designações, bens e rendimentos, o número de casas e dos seus membros, a sua localização e actividades, enfim, a acção que exerciam sobre os vários grupos sociais, uma vez que tal influência não pode ser reduzida, como tem sido escrito, apenas à aristocracia.

Essa falta de conhecimento, de peso, sem dúvida, quanto aos institutos religiosos que foram objecto de extinção ou expulsão logo após a instauração da República, transforma-se em pura ignorância se tivermos em atenção a sua existência entre 1910 e 1926. Extinguiram-se pura e simplesmente? Desapareceram de Portugal definitiva ou temporariamente? E, nesta última hipótese, quem e quando regressou? Quais as congregações religiosas instaladas em Portugal em 1926? E quais terão sido as repercussões provocadas na sociedade portuguesa pela extinção e expulsão dos institutos religiosos, nomeadamente, na instrução, sabendo nós, por exemplo, que a taxa de analfabetismo, por 1926, continuou muito aquém das expectativas suscitadas pela República?

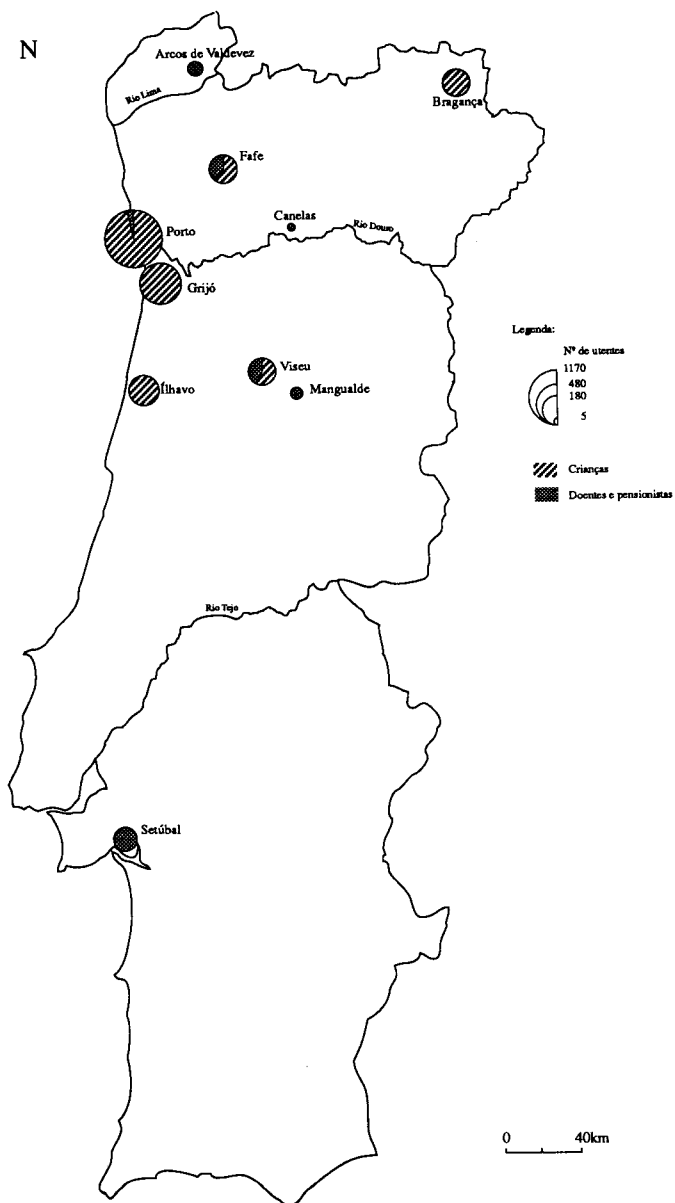
Estas e outras questões permanecem em aberto, não obstante sucederem-se a ritmo impressionante, as histórias de Portugal... que pouco ou nada adiantam quanto a este como a outros sectores da nossa História Contemporânea², a qual exige, ainda, por muitos e longos anos, como Vitorino Magalhães Godinho já alertou, a publicação sistemática de fontes e a multiplicação de estudos científicos, rigorosos, para terminar com «o papaguear de fórmulas abre-te sésamos entorpecedoras da verda-

¹ *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, 1981.

² A título de exemplo, consultem-se os dois volumes dedicados à Primeira República, da *História Contemporânea de Portugal*, dirigida por João Medina, Lisboa, 1985, que nada adianta sobre este assunto, e o inacreditável volume XII da *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, *A Primeira República (1910-1926). História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Lisboa, 1990, que não escreve uma linha sobre os institutos religiosos.

MAPA N.º 1

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1910)



deira pesquisa — penosa, aleatória, perpetuamente demolidora de mitos, evidências, verdades feitas»³.

«Generalizações de factos que não se conhecem ou se conhecem imperfeitamente e incompletamente — advertiu Alexandre Herculano —, fazem rir, e rir ainda mais quando se tomam por factos erros às vezes grosseiros»⁴.

Recusando a generalização fácil e evitando tomar a névem por Juno, aqui fica o nosso contributo para a história das congregações religiosas em Portugal, durante a Primeira República, mais concretamente para a história da *Congregação das Franciscanas de Calais*, hoje designadas por *Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora*, religiosas hospitaleiras da terceira ordem regular de São Francisco, sem clausura, estabelecidas definitivamente em Portugal desde 1875, e que, ao tempo da revolução de 5 de Outubro de 1910, constituíam um dos institutos religiosos femi-ninos mais importantes, mas também, menos conhecidos, do nosso País⁵.

2 — As Franciscanas de Calais nas vésperas da implantação da República em Portugal

No momento da proclamação da República, em 1910, as Franciscanas de Calais registavam, em Portugal, 19 casas e 204 religiosas professas, quer de votos perpétuos, quer de votos simples⁶.

A congregação, em Portugal, era governada pela superiora da Casa de Santo António das Águas Férreas, no Porto, a irmã Maria do Templo, que estava subordinada imediatamente à superiora geral de Calais. Nas Águas Férreas residia, ainda, com carácter mais ou menos permanente, uma religiosa francesa, representante do Conselho Geral do Instituto, a irmã Saint-Etienne, e que, habitualmente, efectuava a visita anual às comunidades portuguesas.

O estado destas Franciscanas em Portugal revelava-se promissor. Com efeito, o noviciado das Águas Férreas apresentava grande dinamismo,

³ Vitorino Magalhães Godinho, *Na mudança, a história — uma história sempre nova*, «Revista de História Económica e Social», n.º 1, Janeiro-Junho de 1978, p. 3.

⁴ Carta de Alexandre Herculano a Oliveira Martins, de 25/12/1872.

⁵ Consultar, de Fernando de Sousa, *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1869-1893)*, Porto, 1991, e a bibliografia indicada nesse trabalho.

⁶ *Congrégation des Soeurs Franciscaines de Calais. Chronique de l'année 1910*, Calais, 1911.

tendo passado de 16 noviças e 7 postulantes em 1906, para 24 noviças e 4 postulantes em 1910, quase igualando o noviciado de Calais. O número de religiosas, entre os mesmos anos, crescera de 196 para 204. E o número de casas, 16 em 1906, aumentara para 19 em 1910⁷. Mas analisemos a situação dos estabelecimentos destas religiosas, a sua localização e a natureza das acções que desenvolviam.

O Porto, com seis casas, assumia-se como o verdadeiro coração do Instituto, seguindo-se Fafe com três, Viseu com três, e com uma casa, Ílhavo, Arcos de Valdevez, Grijó, Setúbal, Bragança, Canelas e Mangualde.

Das 19 comunidades existentes, dedicavam-se sete à assistência a doentes em hospitais, duas aos cuidados de idosos em hospícios e dez ao ensino primário e secundário em escolas e colégios.

No Porto, localizava-se a casa principal, o Convento e Colégio de Santo António das Águas Férreas. Adquirido pela Congregação em 1880, aqui trabalhavam 33 religiosas e efectuavam a sua formação religiosa 24 noviças e 4 postulantes. Nesta casa, funcionava um internato com mais de 90 alunas em 1910 e um externato para cerca de 50 crianças, estas, quase todas provenientes de famílias humildes. O estabelecimento das Águas Férreas, além de sede dos retiros anuais, acolhia ainda as irmãs que necessitavam de repouso ou pretendiam retemperar-se no espírito franciscano.

Na mesma cidade, estas religiosas tinham outra casa de educação e ensino, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, na rua de São Dinis, aberto em 1892, e como o anterior, dispendo de pensionato e externato, frequentados, respectivamente, por mais de 90 alunas e 200 crianças e adolescentes.

Ainda na capital do Norte, as Franciscanas de Calais encontravam-se instaladas em várias Escolas Católicas, a Escola de S. José do Bonfim, desde a sua fundação em 1878, a Escola do Sagrado Coração de Maria, na rua da Alegria, onde ensinavam desde 1881, e a Escola de Santo António da Foz do Douro, desde 1895. Estas três escolas contavam várias centenas de crianças de ambos os sexos.

Registe-se, também, no Porto, o único estabelecimento de assistência pertencente à Congregação, o Hospital de Santa Maria, fundado em 1888, e do qual, as franciscanas, desde 1897, eram legítimas proprietárias. Dirigido clinicamente pelo professor doutor Azevedo Maia (introdutor,

⁷ Nesse ano, a congregação de Calais registava 545 irmãs professoras em França, 53 na Bélgica e Holanda, 54 nas missões e 204 em Portugal, num total de 856 religiosas. E o número de noviças e postulantes era, respectivamente, de 28 e 4 em França, e de 24 e 4 em Portugal, os únicos países com noviciado.

na cidade, da moderna cirurgia), o Hospital de Santa Maria, além de assistir a várias dezenas de doentes pobres, apresentava um considerável movimento, visto possuir uma boa sala de operações e prestar cuidados adequados aos pacientes que sofriam intervenções cirúrgicas⁸.

Em Fafe, as religiosas de Calais encontravam-se instaladas em três casas, o Hospital da Misericórdia com 30 a 35 camas, onde permaneciam desde 1897, o Asilo Montenegro, onde, desde 1899, educavam 25 a 30 raparigas, e o Hospício de Santo António, que lhes fora confiado em 1906, e onde tratavam de 20 a 25 pessoas idosas.

Em Viseu, deparávamos com idêntica situação à de Fafe, uma vez que, naquela cidade, o Instituto prestava assistência ao Asilo da Infância Desvalida, desde 1893, onde ensinavam crianças e adolescentes em regime de internato e externato, ao Hospital da Misericórdia desde 1899 e, a partir de 1908, a um Hospício de idosos.

Na vila de Ílhavo, onde estas religiosas tinham adquirido e fundado, em 1876, a sua primeira casa em Portugal, continuava a funcionar o Colégio de Nossa Senhora das Sete Dores ou do Pranto, com internato e externato, no qual era prestada educação gratuita às raparigas, especialmente, às filhas dos pescadores. A casa dispunha, ainda, de um infantário para crianças com menos de três anos de idade. Por iniciativa das franciscanas existia, desde há alguns anos, a congregação das Filhas de Maria, efectuando-se, anualmente, no colégio, um retiro frequentado por mais de 60 jovens.

Nos Arcos de Valdevez, as religiosas encontravam-se a trabalhar no Hospital da Misericórdia, desde a sua fundação, que ocorrera em 1885. A comunidade, regra geral, formada por sete a oito religiosas, passou a ter, desde 1909, mais duas irmãs, uma vez que, nesse ano, fora criada uma enfermaria de isolamento para doentes contagiosos.

Em Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, as franciscanas, que aqui se encontravam desde 1887, tinham sob sua responsabilidade o colégio de S. Francisco (do Sagrado Coração de Jesus, segundo Fortunato de Almeida), com internato e um externato muito frequentados.

Na cidade de Setúbal, também estas religiosas desenvolviam, desde 1887, um contínuo trabalho de assistência no Hospital da Misericórdia.

No nordeste trasmontano, em Bragança, as Franciscanas de Calais, que, em número de nove, ocupavam uma casa particular desde 15 de Novembro de 1899, a convite do município, tomaram conta, a 3 de Março

⁸ Fernando de Sousa, *Hospital de Santa Maria. Uma instituição centenária*, Porto, 1988.

de 1900, do Asilo Duque de Braçançã, criado em 1867. Em 1910, o número de crianças e adolescentes internas regulava pelas 40, sendo de 70 o número das alunas externas⁹.

Finalmente, e desde 1909, estas religiosas encontravam-se ainda em Canelas do Douro e Mangualde, assistindo a dois pequenos hospitais, aquele para cinco a oito doentes, este para 12 a 15 doentes (Quadro n.º 1).

Em suma, nas vésperas da implantação da República em Portugal, o Instituto das Franciscanas de Calais, fiel às suas origens, continua a dedicar-se, fundamentalmente, ao ensino e à assistência, educando mais de 2000 crianças e jovens e tratando mais de 250 doentes e idosos.

Nas suas escolas, superlotadas, além das matérias do primeiro e segundo grau, da instrução primária e do ensino secundário, e da moral e religião católicas, as religiosas ensinavam o francês, música, piano, flores, bordados e trabalhos manuais. As orfãs, assim como as alunas provenientes das classes mais pobres, iniciavam-se nos «serviços caseiros e labores domésticos» — Francisco Manuel Alves —, preparando-se para ganhar a vida dignamente. E as famílias abastadas, mesmo aquelas que se revelavam indiferentes em matéria de religião, preferiam os seus internatos para a educação das suas filhas.

Por outro lado, nos hospitais e hospícios, as religiosas tratavam dos pacientes e idosos, sem descuidarem, contudo, a salvação das almas, ensinando-lhes as orações que esqueceram e o catecismo que não aprenderam, reconciliando-os com a Igreja e preparando-os para enfrentarem a morte como cristãos.

Mercê de um trabalho insano e de sacrifícios de toda a ordem, o futuro da Congregação, na primeira década do século XX, anuncia-se risonho. O número de casas e de religiosas aumenta, e o recrutamento de novas vocações encontra-se em expansão.

Alias, depois de 1901, a própria «questão religiosa» parece atenuar-se e as crónicas das Franciscanas de Calais, mesmo após a morte de D. Carlos, em 1908, testemunham, com inegável alívio e satisfação, a tranquilidade que se vive em Portugal, gozando as suas religiosas, praticamente, da mesma liberdade existente em França.

A vida do Instituto, nos primeiros meses do ano de 1910, decorre com normalidade. As religiosas deslocam-se livremente, não sendo importunadas. A irmã delegada da superiora geral visita todas as casas. A superiora das Águas Férreas, em Julho, desloca-se a Calais, onde per-

⁹ Francisco Manuel Alves, *Memórias archeologico-historicas do districto de Bragança*, t. II, Porto, 1913, p. 269-272.

QUADRO N.º 1
As Franciscanas de Calais em Portugal (1910)

Casas	Ano da Fundação	Religiosas	Crianças e adolescentes	Doentes e pensionistas (Média diária)
Colégio das Águas Férreas-Porto	1880	43	90 internas 50 externas	
Colégio de São Diniz-Porto	1892	14	90 internas 200 externas	
Escola do Bonfim-Porto	1878	16	380 externas	
Escola da Alegria-Porto	1881	8	150 externas	
Escola da Foz do Douro-Porto	1895	6	170 externas	
Hospital de Santa Maria-Porto	1888	17		40
Asilo Montenegro-Fafe	1899	6	25 internas 60 externas	
Hospital da Misericórdia-Fafe	1897	8		30
Hospício de S.º António-Fafe	1906	3		20
Asilo da Infância Desvalida-Viseu	1893	10	20 internas 50 externas	
Hospital da Misericórdia-Viseu	1899	20		30
Hospício de Santo António-Viseu	1908	5		20
Colégio de N. Sr.ª do Pranto-Ílhavo	1876	12	60 internas 120 externas	
Hospital da Misericórdia-A. de Valdevez	1885	10		25
Escola do Sagrado Coração de Jesus-Grijó	1887	8	30 internas 450 externas	
Hospital da Misericórdia-Setúbal	1887	10	40 internas 70 externas	70
Asilo Duque de Bragança-Bragança	1900	7		
Hospital de Canelas do Douro	1909	3		5
Hospital de Mangualde	1909	4		12
Total — 19 casas	—	204	355 internas 1700 externas	253

manece durante um mês. E os preparativos para os retiros que vão ter lugar, nas Águas Férreas, em Outubro e Novembro, estão já terminados a 4 de Outubro, dia de São Francisco, efeméride que as religiosas comemoram, nesse ano, com particular solenidade, ignorando que, nessa mesma noite, a revolução republicana que vai terminar com a Monarquia e com este clima de paz religiosa, já está na rua...

3 — As Franciscanas de Calais e a revolução de 5 de Outubro de 1910

A instauração da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, abriu o período mais dramático de toda a história das Franciscanas de Calais, ou Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, em Portugal.

A hostilidade para com a Igreja Católica, muito especialmente, contra as ordens religiosas, no século XIX, nunca deixou de se manifestar, e o anticlericalismo demonstrado por alguns sectores da população, e corroborado pelos principais órgãos da imprensa diária, constituía uma realidade incontestável — anticlericalismo tanto mais radical quanto os finais do século XIX e a primeira década do século XX se traduziram por uma maior intervenção da Igreja na sociedade portuguesa e também por uma inegável renovação da vida espiritual.

Mas foi com a Primeira República que a luta do Estado contra a Igreja se exacerbou e conheceu a sua fase mais aguda. Uma vez proclamada, escreveu Oliveira Marques, «a República identificou-se com a luta contra a Igreja».

Foram «abolidos os juramentos e as invocações de tipo religioso, incluindo as escolas, suprimidos os feriados católicos e decretado obrigatório para todos o registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos».

A legislação revolucionária declarou livres todos os cultos, proibiu o ensino da doutrina cristã nas escolas e o ensino geral aos sacerdotes, nacionalizou os bens da Igreja, incluindo os próprios templos e suas pertenças, e introduziu uma fiscalização rigorosa sobre as manifestações de culto. Os sacerdotes foram proibidos de usar vestes talares fora das igrejas, e proibição semelhante recaiu sobre as procissões e manifestações religiosas¹⁰.

No que diz respeito ao clero secular, logo um decreto de 8 de Outubro mandou continuar em vigor as leis de 1759 e 1767, que tinham expulsado os jesuítas e o decreto de 1834 que extinguiu as ordens reli-

¹⁰ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 6.ª ed., Lisboa, 1981, p. 335-343.

gias, anular o decreto de 1901, que autorizara a existência das congregações religiosas desde que se dedicassem exclusivamente à instrução, beneficência, propaganda da fé e civilização no Ultramar, e determinar que os «membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares» seriam expulsos do território da República Portuguesa se fossem estrangeiros, e compelidos a «viver vida secular ou pelo menos a não viverem em comunidade religiosa» se fossem nacionais.

A 15 do mesmo mês, as irmãs de caridade foram substituídas nos hospitais por enfermeiras laicas. E no último dia de 1910, nova legislação regulou a posse, para o Estado, dos bens das extintas corporações religiosas, e proibiu todos os membros de associações religiosas, autorizados a viver em Portugal, de exercer o ensino ou intervir na educação «quer como professores ou empregados, quer como directores ou administradores de quaisquer institutos ou estabelecimentos de ensino, seja directamente, seja por interposta pessoa».

Com tais medidas, que constavam já do programa apresentado por Trindade Coelho, no seu *Manual Político do Cidadão Português*, em 1906, para combater a «reação», a República não só erradicava de Portugal os institutos religiosos, como também impedia, definitivamente, qualquer dos seus elementos de continuarem na assistência ou de participarem de algum modo no ensino¹¹.

Esta política antireligiosa e anticlerical do novo regime lacerou violentamente Portugal, ainda e sempre, católico, e incompatibilizou de modo definitivo a maior parte da população contra a República, sobretudo a população do Norte de Portugal.

Mas vejamos o que aconteceu às Franciscanas de Calais, depois da proclamação da República em Portugal.

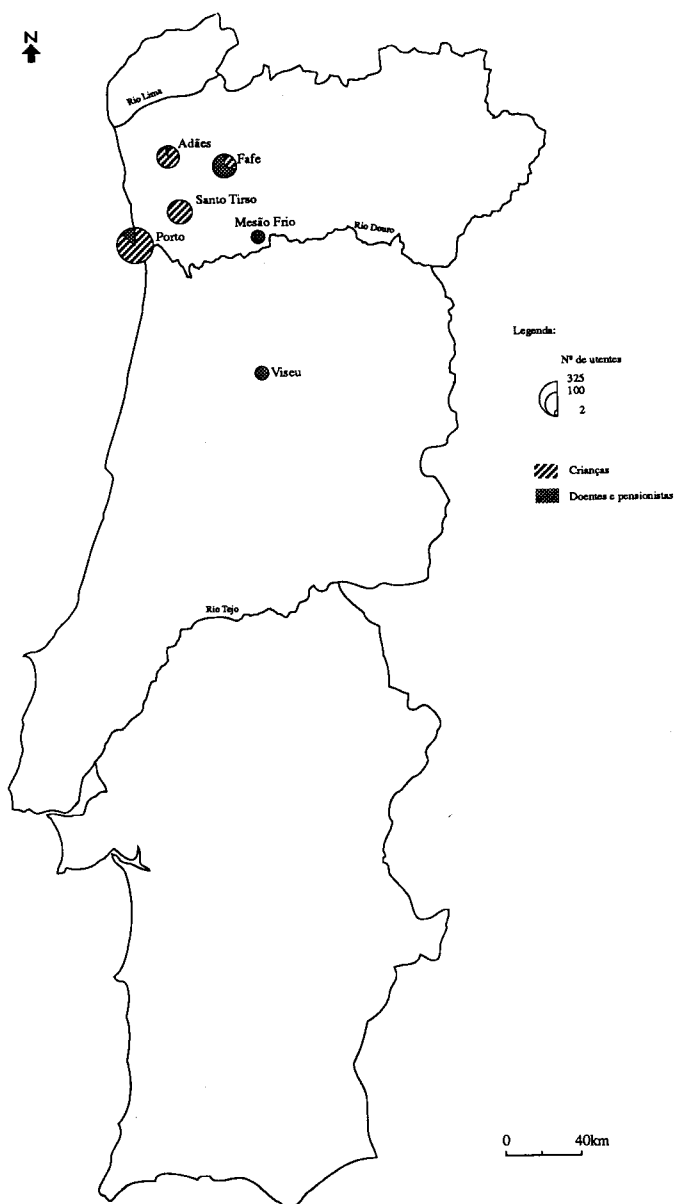
No Porto, logo a 5 de Outubro, a casa das Águas Férreas passou a ser guardada pela polícia. As religiosas abandonaram os seus hábitos, vestindo-se como seculares. Durante três noites sucederam-se as manifestações e os impropérios contra as «irmãs de caridade».

A partir do dia 8, uma vez divulgada a legislação anticongreganista produzida pelo Governo Provisório, noviças e postulantes começaram a regressar às suas famílias, e ao mesmo tempo que as alunas internas eram recolhidas pelos seus encarregados de educação, as irmãs das Águas Férreas e de todas as comunidades do Instituto, a fim de evitarem os interrogatórios das autoridades e as cenas públicas de humilhação e violência, foram aconselhadas a procurar refúgio em casas de familiares ou

¹¹ Obra citada, Lisboa, 1906.

MAPA N.º 2

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1926)



peessoas amigas. Nas noites seguintes, as religiosas das Águas Férreas, auxiliadas pelas domésticas e alunas, procuraram colocar em casas de pessoas amigas os móveis e utensílios existentes no seu colégio. A 20 de Outubro, as autoridades que vieram interrogar a superiora, irmã Maria do Templo, encontraram nas instalações apenas 7 religiosas e 25 crianças, e o estabelecimento de ensino praticamente vazio. A vigilância exercida a partir de então não mais permitiu a retirada de quaisquer objectos.

A 26 do mesmo mês, iniciou-se, por parte do Estado, o inventário dos bens, e no dia 29, a superiora abandonou o colégio, recolhendo as únicas duas crianças que ainda aí se encontravam, a um orfanato.

Em Setúbal, onde desde 4 de Outubro se registavam violentos tumultos populares, as irmãs de Calais que prestavam serviço no Hospital da Misericórdia viram-se obrigadas a abandonar aquele estabelecimento, tendo sido transportadas, a 10 do mesmo mês, sob escolta policial, em quatro viaturas, até à gare, onde embarcaram, com outras religiosas, para Lisboa. Na capital, sob os insultos da multidão, foram conduzidas ao arsenal da marinha, onde já se concentravam 315 religiosas de outros institutos religiosos. Após três dias de interrogatórios, foram munidas de um salvo-conduto e libertadas.

De todas as outras casas em que trabalhavam, estas religiosas foram expulsas sem qualquer violência. Em Fafe, Viseu, Arcos de Valdevez e Bragança, as administrações dos respectivos estabelecimentos procuraram, contudo, mantê-las, apesar da legislação em vigor o não permitir¹².

Súbita e violentamente, a República, em poucos dias, aniquilava quatro décadas do árduo e laborioso trabalho desenvolvido pelas Franciscanas de Calais em Portugal.

Aniquilava?

4 — A dramática sobrevivência (1911-1917)

Nos inícios de 1911, com a perseguição religiosa no auge, parece não haver qualquer esperança de sobrevivência para as Franciscanas de Calais em Portugal.

Esbulhadas das propriedades de que são titulares, nomeadamente, das Águas Férreas, São Dinis e Ílhavo, expulsas das casas em que trabalhavam, dispersas as comunidades, as irmãs acolhem-se às famílias, ou, em vagas sucessivas, optam pelo exílio, buscando refúgio em França, (em número superior a 130), a fim de poderem continuar a vida religiosa.

¹² *Congrégation des Soeurs Franciscaines de Calais. Chronique de l'année 1912, Calais, 1913.*

Mas, as Franciscanas de Calais, quer em França, quer em Portugal, detinham já uma longa experiência de perseguições, de provações de toda a ordem, que tinham servido, afinal, para lhes robustecer a fé e desenvolver ainda mais o apego que devotavam às obras de caridade que lhes estavam confiadas.

A dissolução das suas comunidades, por força da legislação republicana, não levou à retirada total destas religiosas dos estabelecimentos em que se encontravam, sobretudo, das obras de assistência, onde, pelo contrário, vestidas à secular, com o apoio e a cumplicidade de administrações e populares, algumas delas continuaram a desempenhar as funções que lhes estavam cometidas.

Assim aconteceu no Hospital de Santa Maria, uma vez que, em virtude de se encontrar juridicamente representado pela Associação do mesmo nome, formada ao abrigo do decreto de 18 de Abril de 1901, cujos sócios eram cidadãos portugueses, e de, por outro lado, não pertencer ao Instituto, mas ser propriedade de seis das suas religiosas, que surgiam até, no título constitutivo, com o nome civil, esta casa não foi abrangida pela legislação de 1910, continuando aberta.

No Colégio de São Dinis, aquando da expulsão das religiosas, em Outubro de 1910, duas delas foram designadas pelas autoridades como guardiãs do imóvel e seu recheio, o que permitiu que, enquanto o Governo não decidia do destino a dar ao prédio, outras irmãs se fossem aí refugiar.

Em Bragança, graças à protecção do bispo, permaneceram três franciscanas, que mantiveram aí o estabelecimento de ensino em funcionamento, com algumas dezenas de crianças e adolescentes.

Em Fafe, também algumas religiosas continuaram nas obras em que trabalhavam. E o mesmo aconteceu em Viseu, onde, até Março de 1914, as irmãs se mantiveram no Hospital da Misericórdia.

Por outro lado, em 1911, a ex-superiora das Águas Férreas alugou uma casa na rua Gonçalo Cristóvão, Porto, onde instalou, sob sua direcção, e em rigoroso sigilo, uma pequena comunidade, que logo passou a receber algumas crianças internas do extinto Colégio das Águas Férreas, e a efectuar alguns trabalhos de rendas e bordados para o exterior¹³.

O choque, embora traumatizante, não levou, pois, à retirada das irmãs de Calais de todas as suas obras. Mais que uma atitude de renúncia, as franciscanas, sob a direcção de Maria do Templo, assumem uma posição de continuidade e de esperança no futuro, encaminhando para França algumas postulantes, e accionando os mecanismos legais de defesa dos bens que o Estado lhes confiscara.

¹³ Idem, anos 1913, 1914 e 1915.

Nos anos seguintes, não houve quaisquer alterações a esta situação, mas, em 1913, o Conselho da Congregação viu-se obrigado a abater dos seus efectivos as 16 jovens professoras de votos temporários, as quais, continuando em Portugal, não puderam ser admitidas a votos perpétuos.

Os sacrifícios — reza a crónica de 1914 — não faltavam, sendo o mais duro, o do «exílio mais completo na sua própria pátria».

Em 1915, sob a orientação da irmã Maria do Templo, o Instituto registava em Portugal 56 religiosas, distribuídas por sete casas, três no Porto, (Gonçalo Cristóvão, São Dinis e Santa Maria), três em Fafe (hospital, asilo e hospício já referidos), e uma em Bragança.

Na casa principal, de Gonçalo Cristóvão, as Franciscanas educavam na religião católica e ensinavam gramática, cálculo e trabalhos manuais a 10 crianças internas e algumas externas. Não possuíam na casa o Santíssimo Sacramento, não podiam trajar de hábito, e com muitas precauções, sob pena de verem a casa encerrada, praticavam em comum os exercícios religiosos.

Na casa de São Dinis funcionava um infantário para bebés, em número de 24, e um pequeno externato onde 49 raparigas e 50 rapazes aprendiam a ler e escrever. As irmãs ensinavam ainda às jovens, a costura, os bordados, e o *tricot*. A casa tinha capela, pelo que, com algumas precauções, faziam o exercício da comunidade.

No Hospital de Santa Maria, onde tinham sido tratados 278 doentes ao longo do ano (192 em 1916), as religiosas continuavam a dispôr de capela e, com prudência, a administrar os sacramentos aos doentes em perigo de vida. Servia ainda o hospital de casa de recolhimento para as irmãs da Congregação que, pela idade ou pela doença, já não podiam trabalhar.

Em Fafe, as religiosas de Calais tratavam, em média, 30 a 35 doentes por dia no Hospital da Misericórdia, 22 pessoas idosas no Hospício, e educavam e preparavam para a vida, 28 crianças e adolescentes no Asilo Montenegro. Todas as casas possuíam o Santíssimo Sacramento.

Finalmente, em Bragança, as religiosas continuavam a assegurar o funcionamento de uma pequena escola, com sete alunas internas e 60 externas, não dispondo a comunidade de um oratório para guardar o Santíssimo Sacramento, o que apenas veio a suceder em 1918.

A estas sete casas juntou-se, a partir de 1916, um pequeno hospital, em Mesão Frio, com 16 camas e um dispensário. Com capela, as franciscanas gozavam aí de inteira liberdade religiosa¹⁴.

Em 1917, o Instituto não tinha recebido ainda nenhuma das casas

¹⁴ Idem, ano 1916.

que lhes pertenciam, e o Hospital de Santa Maria como o Colégio de São Dinis, com as instalações e equipamentos degradados, encontravam-se em grande decadência.

Trabalhando precária e semi-clandestinamente nos estabelecimentos referidos, impedidas nalguns deles de exercerem vida comunitária, o número das suas religiosas revelava-se inferior a meia centena.

Mas, graças às transformações sócio-políticas entretanto registadas em Portugal, as Franciscanas de Calais, a partir de 1918, vão reforçar e expandir a sua acção com a abertura de novas casas e, por outro lado, experimentar uma melhoria significativa das suas condições de trabalho (Quadro n.º 2).

5 — O relançamento da Congregação (1918-1926)

Entretanto, a perseguição à Igreja perdera a virulência que caracterizara os primeiros anos da República.

Em 1914, um chefe do Governo, Bernardino Machado, pronunciou-se, pela primeira vez, a favor de um entendimento com a Igreja. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a intervenção de Portugal no conflito (1916), a exigir assistência religiosa aos militares em campanha, atenuaram consideravelmente a «questão religiosa». Algumas ordens religiosas, a partir de 1916, começaram a regressar a Portugal. Por outro lado, as aparições de Fátima, em 1917, promoveram um extraordinário renascimento da devoção mariânica, que se intensificara em Portugal desde os inícios da guerra.

O sidonismo, em 1917-1918, trouxe a paz à Igreja portuguesa e os templos rumorejaram novamente de fiéis. As relações de Portugal com a Santa Sé, interrompidas em Abril de 1911 com a Lei da Separação do Estado e da Igreja, depois da reintegração dos bispos depostos, e da revisão daquela lei, foram reatadas em 1918.

A violência anarco-sindicalista, nos anos que se seguiram à Grande Guerra, moderou significativamente o anticlericalismo de raiz liberal-republicana, característico da pequena e média burguesia urbana, anti-clericalismo que, a partir de então, se afirma como uma realidade anacrónica, ultrapassada.

Mas os efeitos negativos que a política republicana causara às instituições religiosas, e, em particular, à Congregação de Calais, revelavam-se trágicos. Infatigáveis, porém, as religiosas franciscanas continuaram o seu trabalho, educando e instruindo crianças e adolescentes, tratando os doentes e idosos, nunca perdendo a esperança em melhores dias...

Em 1918, as «irmãs francesas» regressaram a Ílhavo, à sua antiga

QUADRO N.º 2
As Franciscanas de Calais em Portugal (1918)

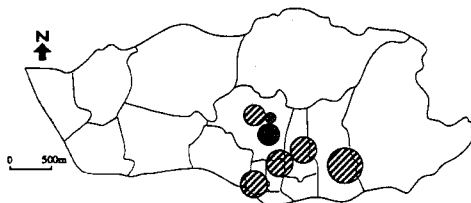
Casas	Ano da Fundação	Religiosas	Crianças e adolescentes	Doentes e pensionistas (Média diária)
Escolas de Gonçalo Cristóvão-Porto	1911	7	16 internas 10 externas	
Colégio de São Dinis-Porto	1893	10	30 internas 80 externas	
Hospital de Santa Maria-Porto	1888	12		30
Asilo Montenegro-Fafe	1899	3	20 internas	
Hospital da Misericórdia-Fafe	1897	2		30
Hospício de S.º António-Fafe	1906	3		20
Asilo de Infância-Bragança	1900	3	10 internas 80 externas	
Hospital de Mesão Frio	1916	2		12
Casa de N. Sr.ª do Pranto-Ílhavo	1876	4		40 ¹
Total — 9 casas	—	46	76 internas 170 externas	132

¹ Pobres atendidos.

MAPA N.º 3

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora no Porto (1891-1926)

1891



Legenda:

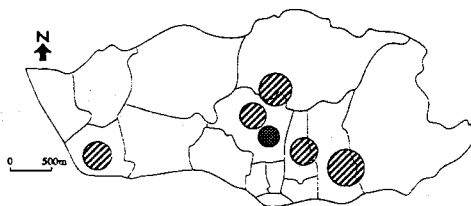
N.º de vizinhos



/// Crianças

■ Doentes e pensionistas

1910



Legenda:

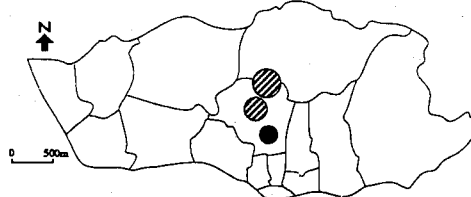
N.º de vizinhos



/// Crianças

■ Doentes e pensionistas

1926



Legenda:

N.º de vizinhos



/// Crianças

■ Doentes e pensionistas

casa, a pedido das autoridades civis, a fim de assegurarem o funcionamento de uma cozinha económica, popularmente designada por «sopa dos pobres», que servia, em média, 40 indigentes por dia. Tentaram abrir ainda um externato, mas sem êxito, visto não disporem do número de irmãs necessárias para tal objectivo.

As religiosas permaneceram em Ílhavo, aguardando a decisão do Tribunal Permanente da Justiça Internacional de Haia quanto ao seu prédio. Não lhes tendo sido favorável a decisão, em 1920, as Franciscanas de Calais abandonaram definitivamente o seu estabelecimento, o qual veio a transformar-se em sede da Câmara Municipal de Ílhavo.

Em Dezembro de 1919, estas irmãs entraram como enfermeiras numa clínica particular de Viseu, a substituir as Dominicanas que aí se encontravam.

No ano seguinte, a Congregação viu reconhecidos os seus direitos de propriedade às Águas Férreas. O edifício do Colégio de São Dinis, por decisão de Haia, passou para as mãos do Estado, o qual, no entanto, concedeu às franciscanas o seu usufruto desde que, (ironia do destino), aí continuassem a sua actividade educativa. E na casa de Gonçalo Cristóvão, as religiosas abriram um externato com duas classes, uma das quais gratuita, para as crianças de famílias pobres.

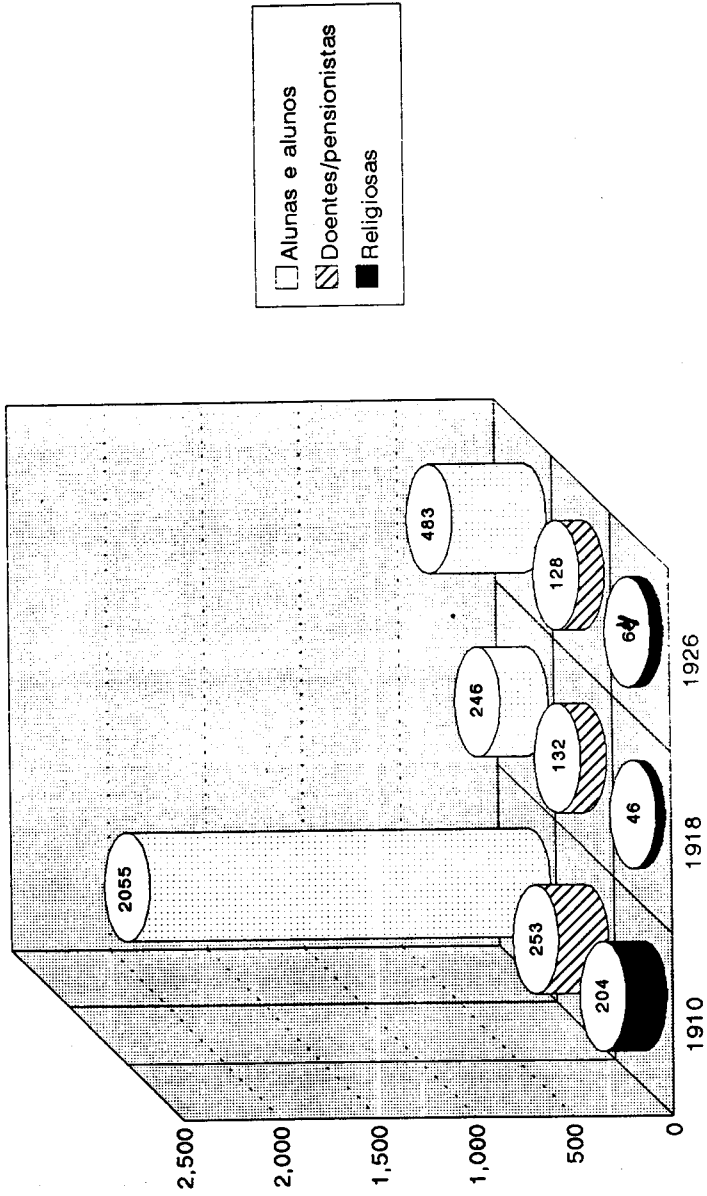
Em 1921, o Instituto reabriu o Colégio das Águas Férreas (não nas antigas instalações, entretanto expropriadas pelo Estado por nelas estar a funcionar um reformatório para jovens, mas numa casa localizada, também, na rua do Melo), com 40 alunas internas e 30 externas (acontecimento que provocou a colocação de algumas bombas junto das suas instalações, mas que foram levantadas sem terem deflagrado), e encerrou a casa de Gonçalo Cristóvão.

Foi também nesse ano que regressaram de França as superiores do Hospital de Santa Maria e do Colégio de São Dinis, refugiadas naquele país desde 1910.

Em 1922, as Franciscanas de Calais adquiriram, em Santa Cristina, concelho de Santo Tirso, uma propriedade que pertencia às religiosas espanholas de Santa Teresa de Jesus, onde estas tinham dirigido um colégio, e do qual tinham sido expulsas em 1911.

O Instituto retira então as suas religiosas de Bragança, a única escola católica da cidade, a qual era, ao tempo, frequentada por 12 crianças e jovens e 70 a 80 externas, e abre em Santa Cristina, no mês de Março de 1923, um colégio, que, logo nesse ano, contava com 19 alunas internas e 33 crianças externas, e que, no final do ano foi reconhecido pelo Ministério da Instrução Pública. As suas instalações, degradadas, foram objecto de várias obras de reconstrução. A iluminação era feita a acetileno, e só em 1924 passou a dispôr de água canalizada.

As Franciscanas de Calais em Portugal (1910-1926)



QUADRO N.º 4
As Franciscanas de Calais em Portugal (1910-1926)

Em Janeiro de 1924, as franciscanas instalaram uma comunidade em Adães, numa propriedade cedida ao Instituto por uma das suas religiosas, a qual passou a ser casa de repouso das religiosas doentes ou idosas, e a funcionar como escola, aberta às crianças da região três a quatro horas por dia, uma vez que aquelas, desde os 9 anos de idade, ajudavam já os seus pais em trabalhos do campo¹⁵.

No que diz respeito à melhoria das condições de vida e de trabalho das religiosas de Calais, importa sublinhar que, a partir de 1918, a liberdade religiosa deixou de ser tão questionada. O ensino da religião cristã, que até então só podia ser ministrado com autorização dos encarregados de educação, a partir do consulado sidonista, passou a ser feito pelas irmãs em liberdade. Como refere a crónica do Instituto, de 1918, «o horizonte ilumina-se» e já não era necessário ensinar o catecismo às escondidas.

Por outro lado, de 1922 em diante, todos os estabelecimentos pertencentes à Congregação foram alvo de uma notável obra de recuperação e modernização, graças às verbas arrecadadas pelas récitas, festas e esmolos, e pelos legados e donativos que a partir de então puderam voltar a ser recebidos.

Assim, o Hospital de Santa Maria, entre 1922 e 1927, é restaurado interna e externamente. A sala de operações, onde os especialistas já se recusavam a operar, é totalmente remodelada e ampliada, revestida inteiramente a mosaico, dotada com novos aparelhos de desinfecção, material de esterilização e equipamento cirúrgico, e passa a ser aquecida por irradiadores eléctricos (até então com fogões a petróleo), transformando-se numa das melhores salas de operações da cidade. São construídos quartos individuais e casas de banho dotadas com água quente. As suas instalações passam a dispôr de iluminação eléctrica. Quartos e enfermarias são reapeetrechadas com novo mobiliário, roupas de cama e o material sanitário indispensável. Em 1922, é aberto um poço no seu jardim, o qual, equipado em 1925 com motor eléctrico, passa a garantir um abastecimento de água contínuo e abundante ao hospital. Em 1924, é instalado o seu primeiro ascensor, e em 1926 começa a dispôr de telefone¹⁶.

Nos mesmos anos, as instalações das Águas Férreas e Adães vão conhecer, igualmente, amplos trabalhos de renovação e ampliação que alteraram praticamente todos os seus interiores.

Em 1926, quando termina a Primeira República, o Instituto de

¹⁵ Idem, anos 1918 a 1922.

¹⁶ Idem, anos 1922 a 1926.

Calais regista em Portugal 63 irmãs em 10 casas¹⁷, sendo o estado destas bastante satisfatório, o mínimo necessário para ajudar as franciscanas a esquecer a terrível provação por que passaram após 1910 (Quadro n.º 3).

6 — Conclusão

Implantada a República em Portugal, a violência da política desenvolvida pelo Governo contra os institutos religiosos foi de tal natureza que alguns historiadores foram levados a pensar que nenhum deles sobreviveu à tormenta de 1910 a 1913, e muito menos, uma congregação com sede no estrangeiro como era o Instituto das Franciscanas de Calais.

Mas a verdade é que tal aconteceu. Estas religiosas, como vimos, conseguiram manter vida comunitária própria, continuar as suas tradicionais funções assistenciais e educativas em várias casas do Norte de Portugal, e atravessar os difíceis anos que vão desde a revolução de 5 de Outubro de 1910 até à Primeira Guerra Mundial.

O clima de tolerância religiosa que se estabeleceu em Portugal, depois de 1917-1918, vai permitir que a Congregação, paulatinamente, se restabeleça dos anos do ostracismo e da perseguição e abandone a situação de autêntica clandestinidade em que vivera desde a instauração da República.

As comunidades das franciscanas restabelecem-se em toda a sua plenitude, e a organização de associações e congregações de alunas, dos Santos Anjos, das crianças de Maria, das filhas de Maria, etc., é reatada. A superiora geral, em 1924, visita as casas portuguesas sem qualquer constrangimento. No ano seguinte, as reproduções de carácter religioso são novamente colocadas nas enfermarias dos hospitais onde trabalham, e na capela da Escola de São Dinis, com a assistência de numerosas pessoas, efectua-se a primeira comunhão solene desde 1910. Por 1925-1926, as religiosas ainda não usam o hábito, mas são já reconhecidas popularmente como «as irmãzinhas», não havendo quaisquer sinais de hostilidade contra elas.

Num gesto sem precedentes, as autoridades públicas vão mesmo reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelas franciscanas, ao concederem o estatuto de utilidade pública ao Hospital de Santa Maria, em 1920, e ao Colégio de São Dinis, em 1925.

¹⁷ Em Dezembro de 1926, o número total de irmãs professoras da Congregação era de 801, tanto em França como nos outros países. O noviciado de França registava 31 noviças e 13 postulantes.

QUADRO N.º 3
As Franciscanas de Calais em Portugal (1926)

Casas	Ano da Fundação	Religiosas	Crianças e adolescentes	Doentes e pensionistas (Média diária)
Colégio das Águas Férreas-Porto	1880	13	60 internas 35 externas	
Colégio de São Dinis-Porto	1893	12	50 internas 140 externas	
Hospital de Santa Maria-Porto	1888	13		40 ¹
Hospital Montenegro-Fafe	1899	3	20 internos	
Hospital da Misericórdia-Fafe	1897	3	24 internas ²	
Hospício de S. ^{to} António-Fafe	1906	3		25
Hospital de Mesão Frio	1916	3		16 ³
Clínica de Viseu	1919	3		15
Colégio de S. ^{ma} Cristina-S. ^{to} Tirso	1923	6	40 internas 60 externas	
Escola de Adães	1924	5	4 internas 70 externas	2 ⁴
Total — 9 casas		64 ⁵	178 internas 305 externas	128

¹ Foram atendidas 500 pessoas.

² Entre os 6 e os 18 anos.

³ Atendidas 178 pessoas no dispensário.

⁴ Todos atendidos no dispensário ou ao domicílio.

⁵ Algumas postulantes ajudavam as religiosas nas suas funções.

Consequência, em grande parte, do clima de paz que se vive, a partir de 1920-1921, as condições materiais do Instituto vão alterar-se de modo positivo. As receitas correntes dos estabelecimentos de assistência e de ensino aumentam, e o número de benfeitores cresce substancialmente, o que permite às religiosas de Calais iniciar o processo de recuperação e modernização das casas, e adquirir novos prédios a fim de alargarem a sua obra.

Porém, os reflexos negativos da política anti-congreganista da República, estão longe, em 1926, de estarem ultrapassados. Faltam as religiosas necessárias ao pleno funcionamento das suas casas, sendo obrigadas, assim, a recorrer a pessoal laico. Despojadas do noviciado do Porto, impedidas de suscitarem novas vocações, limitadas ao recrutamento de uma ou outra postulante que enviam para França, a Congregação, em Portugal, apesar de ser reforçada, de 1921 em diante, com algumas das irmãs que se tinham exilado em 1910-1911, de modo algum consegue suprir as baixas provocadas nos seus efectivos pela legislação de 1910, a qual levou à secularização e ao exílio de largas dezenas de irmãs — muitas destas últimas, aliás, a trabalharem noutras partes do mundo, nomeadamente na Argentina, onde o Instituto de Calais, aproveitando o êxodo das religiosas portuguesas, logo em 1911 instalou a sua primeira casa.

Por tais razões, a Congregação, no nosso País, em 1926, dispõe de um quadro de irmãs muito reduzido, fortemente envelhecido, e até certo ponto desajustado das novas obrigações que lhes são exigidas, uma vez que, tanto na assistência, como no ensino, algumas dificuldades vão sendo levantadas quanto ao exercício dos cuidados de saúde e de docência, respectivamente às enfermeiras e mestras que não possuem os necessários diplomas de habilitação (Quadro n.º 4).

O estudo da maneira como estas franciscanas vão superar tais limitações e obstáculos ultrapassa, contudo, o âmbito cronológico da Primeira República, pelo que, de momento, abtemo-nos de o fazer.

O que importa sublinhar, e para concluirmos, é que durante a Primeira República, a acção das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, ou Franciscanas de Calais, em Portugal, embora fortemente perturbada nos anos que se sucederam à revolução de 5 de Outubro de 1910, nunca foi totalmente interrompida, uma vez que a experiência acumulada de décadas de perseguições, e o espírito de organização, disciplina, perseverança e iniciativa das religiosas, aliado a uma inegável cumplicidade das populações do Norte, nunca permitiu que tal acontecesse.

Sob este aspecto, a República, em Portugal, não chegou demasiado cedo. Chegou tarde demais...

O PATRICIADO URBANO NA RECENTE HISTORIOGRAFIA ALEMÃ

Por Pedro de Brito

Introdução

A esmagadora maioria dos historiadores portugueses contemporâneos tem andado arredada da historiografia alemã. Salvo os casos de Virgínia Rau, que nos arquivos alemães passou algum tempo, e mais recentemente de Oliveira Marques, cujo tema da tese de doutoramento¹ o fez percorrer e inclusive catalogar fundos de arquivos alemães importantes para a história portuguesa², não conhecemos outros que se tenham apoiado na investigação alemã. É sabido o peso da recente historiografia francesa em Portugal — esse tipo de influência tem sido de resto uma constante de certos períodos da nossa história cultural, e tem contribuído para ofuscar outras influências que nos seriam porventura úteis. Quanto à historiografia alemã nem sempre foi assim: estão certamente na memória de muitos, abundantes notas de pé de página da História de Portugal de Herculano — a historiografia portuguesa oitocentista soube bem apoiar-se na alemã.

¹ MARQUES, A.H. de Oliveira — *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959.

² Idem — *Documentação sobre Portugal em arquivos hanseáticos alemães in Portugal Quinhentista*, Lisboa, 1987.

Por outro lado, muitos portugueses ainda vivos utilizaram como manual uma História de Portugal escrita por um alemão³.

Mas o autor destas linhas, ao iniciar a investigação que conduziu à sua dissertação de mestrado⁴, seguiu também a presente tendência académica e foi, na ausência de estudos portugueses semelhantes, procurar na historiografia francesa paradigmas para o seu trabalho, no que não teve grande sucesso — só curtos capítulos, pouco informativos, tais como o da clássica monografia de Pierre Goubert⁵. Procurou depois nas historiografias de língua espanhola⁶ e italiana, e também na anglo-saxónica, mas não foi mais feliz em obras referentes ao século XVI. Teve assim de desenvolver uma metodologia de investigação e uma estrutura de trabalho próprias.

Tendo-se no entanto deslocado a Nuremberga já depois de redigida e entregue para prestação de provas a sua tese, teve ocasião de, em conversa pessoal com o Prof. Dr. Rolf Walter, assistente e colaborador do recentemente falecido Prof. Kellenbenz, obter referências sobre a intensiva investigação que, sobretudo depois da guerra, se tem feito na área da história urbana e social, muito especificamente sobre o patriciado. Porque ela é provavelmente desconhecida da maioria dos estudiosos portugueses parece-nos útil divulgá-la.

1 — Estudo das élites

O Institut zur Erforschung historischer Führungsschichten em Bensheim, alguns quilómetros a sul de Frankfurt a.M., dedica-se, como o nome indica, à investigação histórica dos grupos sociais dominantes. Promoveu a partir de 1963 colóquios para fazer o ponto da situação desse tipo de investigação, cujas actas tem publicado: assim em 1963/4, dois sobre a nobreza⁷, em 1965, um sobre o patriciado⁸; em 1966, sobre

³ SCHAEFER, Heinrich — *História de Portugal*, ed. portuguesa com tradução e continuação de José Pereira de Sampaio (Bruno), 7 vols., Lisboa, 1897-1926.

⁴ BRITO, A.P. da C.M., *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto 1500-1580*, (dissertação de mestrado policopiada), Faculdade de Letras do Porto, 1991.

⁵ GOUBERT, Pierre — *Cent mille provinciaux au XVII^e siècle — Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*, Paris, 1977.

⁶ MOLAS, Pere — *La burguesia mercantil en la España del antiguo regimen*, Madrid, 1985 — Esta obra refere a bibliografia da área editada até à data da publicação.

⁷ *Deutscher Adel 1430-1555*, Limburg/Lahn, 1963.

Deutscher Adel 1555-1740, Limburg/Lahn, 1964.

⁸ ROESSLER, Hellmut (ed.) — *Deutsches Patriziat 1430-1740*, Limburg/Lahn, 1968.

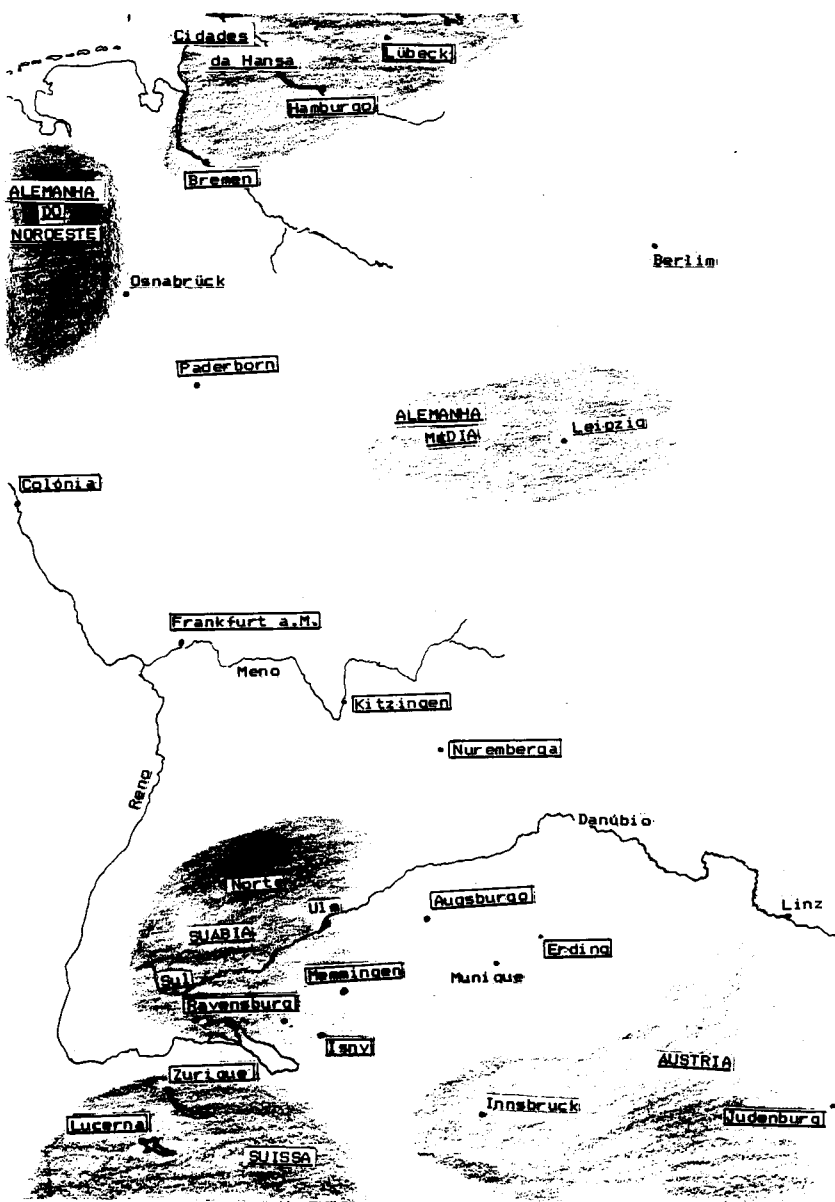


Fig. 1 — Cidades e Regiões de Língua Alemã

universidades e quadros académicos⁹; em 1967, sobre clérigos e funcionários¹⁰; em 1965/77, sobre forças dominantes da economia¹¹; em 1971/72, sobre o campesinato¹²; em 1973/75, sobre forças e grupos dominantes do movimento operário alemão¹³; em 1976, sobre banqueiros¹⁴; em 1977, sobre o corpo de oficiais alemães nos últimos 100 anos; em 1978, um balanço por épocas do trabalho anteriormente realizado¹⁵.

Vários outros trabalhos de carácter geral foram além disso publicados sobre o estudo dos patriciados urbanos¹⁶ e nas últimas duas décadas têm-se multiplicado as monografias sobre este tema. No mapa anexo indicamos a localização na área de língua alemã das cidades para as quais referenciamos trabalhos recentes: deslocando-nos de Norte para Sul temos assim para as da Hansa¹⁷, para as do Noroeste Alemão¹⁸, para Paderborn¹⁹, para Colónia²⁰, para Frankfurt²¹, para as da Alemanha

⁹ *Universitaet und Gelehrtenstand 1400-1800*, Limburg/Lahn, 1966.

¹⁰ *Beamtenum und Pfarrerstand 1400-1800*, Limburg/Lahn, 1967.

¹¹ HELBIG, Hans, *Führungskraefte der Wirtschaft in Mittelalter und Neuzeit 1350-1850*, Limburg/Lahn, 1965/73.

Führungskraefte der Wirtschaft im neunzehnten Jahrhundert 1790-1914, Limburg/Lahn, 1977.

¹² *Bauernschaft und Bauernstand 1500-1970*, Limburg/Lahn, 1972.

¹³ *Führende Kraefte und Gruppen in der deutschen Arbeiterbewegung*, Limburg/Lahn, 1975.

¹⁴ *Bankherren und Bankiers*, Limburg/Lahn, 1976.

¹⁵ HOFMANN, Hans Hubert/Franz, Günther (Hrsg.) — *Deutsche Führungsschichten in der Neuzeit. Eine Zwischenbilanz*, Boppard 1980.

¹⁶ BATORI, I. — *Das Patriziat der deutschen Stadt* in «Zeitschrift für Stadtgeschichte und Stadtsoziologie» 2, 1975, pp. 1-30.

HAUPTMEYER, C.-H. — *Probleme des Patriziats oberdeutscher Staedte vom 14. bis zum 16. Jahrhundert* in «Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte» 40, 1977, pp. 37-56.

Idem — *Vor — und Frühformen des Patriziats mitteleuropaeischer Staedte. Theorien zur Patriziatentstehung* in «Die alte Stadt» 6, 1979, pp. 1-20.

MIECK, Ilja (ed.) — *Soziale Schichtung und soziale Mobilitaet*, Berlin 1984.

¹⁷ EHBRECHT, W. — *Bürgertum und Obrigkeit in den hansischen Staedten des Spaetmittelalters* in W. RAUSCH (ed.) *Die Stadt am Ausgang des Mittelalters. Beitrage zur Geschichte der Staedte Mitteleuropas*, 1974, pp. 275-302.

¹⁸ SCHILLING, H. — *Die politische Elite nordwestdeutscher Staedte in den religioesen Auseinandersetzungen des 16. Jahrhunderts* in W. J. Mommsen (ed.) *Stadtbürgertum und Adel in der Reformation*, Stuttgart 1979.

¹⁹ DECKER, R. — *Bürgermeister und Ratsherren in Paderborn vom 13. bis zum 17. Jahrhundert. Untersuchungen sur Zusammensetzung einer staedtischen Oberschicht*, Paderborn 1977.

²⁰ HERBORN, H. — *Die politische Führungsschicht der Stadt Koeln im Spaetmittelalter*, Bonn 1977.

²¹ KOERNER, H. — *Frankfurter Patrizier. Histor. — genealogisches Handbuch der adeligen Ganerbschaft des Hauses Alten — Limpurg zu Frankfurt am Main*, 1971.

Média²², para Kitzingen²³, para Nuremberga²⁴, Augsburg²⁵, Erding²⁶, cidades do norte²⁷ e do sul da Suábia²⁸, Memmingen²⁹, Isny³⁰, Ravensburg³¹, Zurique³², Lucerna³³ e Judenburg³⁴.

Como se pode ver, estes trabalhos correspondem geograficamente a cidades da Alemanha Ocidental, Suíça e Alta Áustria. Compreende-se

²² KRAMM, H. — *Studien über die Oberschichten der mitteldeutschen Staedte im 16. Jahrhundert*, 2 vol., Koeln 1981.

²³ BATORI, I./WEYRAUCH, E. — *Die bürgerliche Elite der Stadt Kitzingen. Studien zur Sozial — und Wirtschaftsgeschichte einer landesherrlichen Stadt im 16. Jahrhundert* (Spaetmittelalter und frühe Neuzeit 11), Stuttgart 1982.

²⁴ PFEIFFER, G. — *Nürnberger Patriziat und fraenkische Reichsritterschaft in Norica, Festschrift F. Bock*, 1961, pp. 35-55.

HOFMANN, H.H. — *Nobiles Norimbergenses* in «Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte» 28, 1965, pp. 124-150.

²⁵ KIESSLING, R. — *Bürgerliche Gesellschaft und Kirche in Augsburg im Spaetmittelalter*, 1971.

SIEH-BURENS, K. — *Oligarchie, Konfession und Politik im 16. Jahrhundert. Zur sozialen Verflechtung der Augsburger Bürgermeister und Stadtpfleger 1518-1618* München 1986.

²⁶ PRESS, V. — *Konflikte zwischen Rat und Bürgerschaft in einer altbayerischen Landstadt in Stadt Erding*, 1978, pp. 153-164.

²⁷ RABE, H. — *Der Rat der niederschwaebischen Reichsstaedte, rechtsgeschichtliche Untersuchungen über die Reichstaedte Niederschwabens bis zum Ausgang der Zunftverfassungen*, 1966.

²⁸ EITEL, P. — *Die ober-schwaebischen Reichsstaedte im Zeitalter der Zunfttherrschaft. Untersuchungen zu ihrer politischen und sozialen Struktur unter besonderer Berücksichtigung der Staedte Lindau, Memmingen, Ravensburg und Überlingen*, 1970.

²⁹ EIRICH, Raimund — *Memmings Wirtschaft und Patriziat 1347-1551*, Weissenhorn 1971.

³⁰ HAUPTMEYER, C.-H. — *Verfassung und Herrschaft in Isny. Untersuchungen zur reichstaedtischen Rechts —, Verfassungs — und Sozialgeschichte, vornehmlich in der frühen Neuzeit*, Goepfingen 1976.

³¹ DREHER, A. — *Das Patriziat der Reichstadt Ravensburg. Von den Anfaengen bis zum Beginn des 19. Jahrhunderts*.

SCHÜTZE, Wolfgang — *Oligarchische Verflechtung und Konfession in der Reichstadt Ravensburg 1551/52-1648. Untersuchungen zur sozialen Verflechtung der politischen Führungsschichten*, (Tese de doutoramento policopiada), Augsburg 1981.

³² JACOB, W. — *Politische Führungsschicht und Reformation. Untersuchungen zur Reformation in Zürich 1519-1528*, Zürich 1970.

³³ KURMANN, J. — *Die politische Führungsschicht in Luzern 1450-1500*, Luzern 1976.

MESSMER, K./HOPPE, P. — *Luzerner Patriziat. Sozial — und wirtschaftsgeschichtliche Studien zur Entstehung und Entwicklung im 16. und 17. Jahrhundert*, Luzern-München 1976.

³⁴ FELSER, R. — *Herkunft und soziale Schichtung der Bürgerschaft oberoesterreichischer Staedte und Maerkte waehrend des Mittelalters unter besonderer Beruecksichtigung der Bürger der Stadt Judenburg*, Wien 1977.

bem que o estudo de elites burguesas não estivesse propriamente nas primeiras prioridades da historiografia da ex-República Democrática Alemã. É natural que, se o estado de organização actual dos arquivos na ex-RDA, e nas áreas de língua alemã da Polónia e da Rússia (Kalinine, ex-Koenigsberg), o permitir, possamos também beneficiar para lá de trabalhos semelhantes.

2 — Problemática

2.1 *Desenvolvimento do capitalismo na Alemanha do Sul*

Quanto à problemática por trás desta área de investigação, encontramos-a de vários tipos. Em meados do século XIV, as corporações de ofícios parecem ter conseguido afirmar-se politicamente nas cidades imperiais, ou seja, naquelas cujo senhorio directo era o Imperador. Passam a participar activamente no governo das cidades, arrancando ao patriciado a exclusividade do poder político urbano. É o período da *Zunftverfassung* (que traduziremos grosseiramente por Foral Corporativo); esse período durará dois séculos, até meados do XVI, altura em que o poder regressará de novo ao patriciado por intermédio de novos forais concedidos por Carlos V. Segundo Eirich³⁵, o relativo afastamento do poder político urbano, fará com que o patriciado se dedique mais intensamente aos negócios, sendo assim uma das origens remotas do capitalismo alemão meridional da segunda metade do século XVI, que serviu de suporte financeiro à política expansionista de Carlos V e Filipe II. De facto é em Memmingen que tem origem a sociedade dos Voehlin que, ligados aos Imhof³⁶ e aos Welser, constituíram a sociedade que gerou os fundos bancários depois utilizados por estes últimos.

2.2 *O patriciado como instrumento da penetração urbana da reforma*

Mas a mais importante problemática para a maioria destes estudos é a da penetração urbana da Reforma, e a tentativa de determinar qual a

³⁵ EIRICH — *O.c.*, p. 117.

³⁶ Há que recordar a importante actividade desenvolvida também em Lisboa pela sucursal dos Imhof. Vide as rúbricas *Imhof* e *Welser*, da autoria de H. Kellenbenz in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, 1.º ed., Lisboa, 1968-1971, resp. V. II, pp. 469/70 e V. IV, pp. 348/9.

importância como instrumento ou obstáculo a essa penetração, do patriariado alemão. Por esse motivo se concentram eles no período que grosseiramente vai de 1450 até 1618, início da Guerra dos Trinta Anos. Assim dirige o Professor Hans-Christoph Rublack na Universidade de Tübingen, uma secção da Área Especial de Investigação 8 — «Baixa Idade Média e Reforma», financiada pela DFG — Deutsche Forschungsgemeinschaft. Trata-se da secção «A cidade da Baixa Idade Média e a Reforma na Alemanha», que por sua vez tem uma sub-divisão: «A estratificação social nas cidades». Comparam-se várias cidades de diferente estrutura (cidades imperiais, cidades senhoriais, ...) e dimensão: grandes (Augsburgo), médias (Colmar, Noerdlingen, Eger, Kitzingen) e pequenas (Mindelheim, Buchau, Wunsiedel)³⁷. O já mencionado trabalho sobre Kitzingen é o primeiro a ser publicado.

Outra área de investigação financiada pela DFG designou-se por «Problemas da história social e constitucional do Santo Império Romano Germânico na Baixa Idade Média — Alta Idade Moderna», com uma secção intitulada «Entrelaçamento oligárquico e confissão religiosa», e foi dirigido pelo Professor Wolfgang Reinhard na Universidade de Augsburg. Ambos estes esforços de investigação parecem sobrepor-se nos objectivos, usando embora de metodologias diversas de investigação e estrutura de trabalho.

3 — Metodologia

3.1 Prosopográfica

Em Tübingen o método usado foi o prosopográfico, enaltecido por Laurence Stone num artigo assim designado (Prosopography). Trata-se, como é sabido, da elaboração de fichas biográficas sintéticas e normalizadas, de personalidades, permitindo fácil informatização em base de dados; é conhecido entre nós, tendo sido muito apropriadamente utilizado por Adelaide Millan da Costa na sua tese de mestrado, para os vereadores do Porto no fim do século XV³⁸. A obra de Brady³⁹ sobre a oligarquia de Estrasburgo entre 1520-1550 tem sido considerada por estes historiadores

³⁷ RUBLACK, H.-C. — *Vorwort* in BATORI, Ingrid/WEYRAUCH, Erdmann, op. cit.

³⁸ COSTA, M.A.P.M. da — «VEREAÇÃO» E «VEREADORES»: *O governo do Porto em finais do século XV*, (Tese de mestrado policopiada), Porto, 1989.

³⁹ BRADY, T.A. Jr. — *Ruling Class, Regime and Reformation at Strasbourg 1520--1555*, Leiden 1978.

alemães como paradigmática deste tipo de metodologia. Em Tübingen foi já editado o citado trabalho sobre Kitzingen, dos Doutores Weyrauch e Ingrid Batori, mas outros também atrás citados seguem o mesmo método — o de Jacob, sobre Zurique, o de Kurman, sobre Lucerna e o de Felser, sobre Judenburg. Sobre os resultados que se podem obter da sua utilização relata Ingrid Batori noutro seu trabalho⁴⁰. No entanto parece este método dar maior preferência à actividade de personalidades individuais dominantes, que à das famílias.

3.2 *De entrelaçamento (Verflechtung), de Wolfgang Reinhard*

Em contrapartida, o método utilizado em Augsburg, prefere a investigação e exposição do relacionamento, incluindo o familiar, à investigação e divulgação de dados individuais. Foi desenvolvido pelo próprio Professor Wolfgang Reinhard, presentemente decano do Departamento de História na Universidade de Freiburg, como reflexão à posteriori sobre a introdução teórica do seu trabalho de agregação àquela universidade, que tinha como objectivo o estudo da Cúria Romana por volta de 1600. Depois de publicado posteriormente⁴¹, foi utilizado em duas teses de doutoramento tendo como temas patriciados urbanos, apresentadas à Universidade de Augsburg, onde o Professor Reinhard leccionava. Trata-se dos trabalhos já atrás citados de Wolfgang Schütze sobre Ravensburg, e de Katarina Sieh-Burens sobre Augsburg. É um método que pode ser aplicado ao estudo de todos os grupos de poder, e assim o foi, de forma curiosa, por Wolfgang Weber⁴² às personalidades marcantes da historiografia alemã desde 1800-1970, procurando investigar se o clientelismo na distribuição das cátedras de História nas universidades alemãs desde o princípio do século XIX, não teria contribuído para uma certa estratificação dessa mesma historiografia.

Reinhard foi à sócio-antropologia anglo-saxónica buscar o conceito de «network», que traduz por «Verflechtung», para o qual poderemos

⁴⁰ BATORI, I. — *Sozioökonomische Untersuchungen in Süddeutschen Staedten des 15. und 16. Jahrhunderts. Programmablaeuße — Erfahrungen — Ergebnisse* in F. IRSIGLER (ed.), *Quantitative Methoden in der Wirtschafts — und Sozialgeschichte der Vorneuzeit*, Stuttgart 1977.

⁴¹ REINHARD, W. — *Freunde und Kreaturen. «Verflechtung» als Konzept zur Erforschung historischer Führungsgruppen. Römische Oligarchie um 1600*, München 1979.

⁴² WEBER, W. — *Die Priester der Klio. Historisch-sozialwissenschaftliche Studien zur Herkunft und Karriere deutscher Historiker und zur Geschichte der Geschichtswissenschaft 1800-1970*, Bern 1984.

usar, ao menos provisoriamente, a tradução portuguesa de «Entrelaçamento». Segundo ele «Os grupos dominantes não são constituídos em primeiro lugar através de características sociais semelhantes dos seus membros, e sim através do entrelaçamento social desses membros, porque através desse entrelaçamento é possibilitada, melhorada e canalizada a interacção. «Constituir» quer dizer tanto «recrutar» como também «integrar». Ou seja, formulado inversamente: uma oligarquia não necessita de nenhum grupo social como substrato, basta-lhe o entrelaçamento dos seus membros»⁴³.

O sociólogo americano Jakob L. Moreno⁴⁴ elaborou em 1934 diagramas para esquematizar as relações entre membros de um grupo: simbolizando-os por pontos e ligando esses pontos por traços que representam essas relações, obtém-se o chamado «sociograma». Mas se o número de membros e relações entre eles for grande, a esquematização beneficia se for utilizado outro tipo de diagrama em rede, a chamada «sociomatriz». De ambos daremos exemplos mais adiante.

O conceito de «network» acima mencionado foi pela primeira vez utilizado em 1940, pelo sociólogo, melhor dizendo sócio-antropólogo Radcliffe-Brown⁴⁵, que define a estrutura de uma sociedade, objecto de estudo da sua ciência, como a «network» (rede) de relações entre as pessoas, relações essas que, em regra, são determinadas por interesses. Adrian C. Meyer⁴⁶, no sentido de evitar a intrincada rede de relações possíveis entre um grupo de pessoas, isola aquelas que se verificam entre uma personalidade central, a que chama «ego», e aqueles com ela relacionados, que designa por «set». No sociograma correspondente poder-se-ão depois exprimir geometricamente várias características, tais como distância, densidade, grau, etc.⁴⁷.

Aplicando estes conceitos da sociologia à investigação histórica, Reinhard tenta delimitar os tipos de relacionamento que podem existir entre um «ego» e o seu «set». São eles parentesco, comum origem geográfica, amizade e patrocínio ou patronagem (utiliza o galicismo «Patronage»). Exemplifica, utilizando-os depois na análise dos entrelaçamentos na Cúria Romana por volta de 1600⁴⁸, que constituía

⁴³ REINHARD, W. — op. cit., p. 19.

⁴⁴ MORENO, J.L. — *Who shall survive*, Washington 1934.

⁴⁵ RADCLIFFE-BROWN, A.R. — *On social structure* in «Journal of the Royal Anthropological Society of Great Britain and Ireland», No. 70, 1940.

⁴⁶ MAYER, A.C. — *The significance of quasi-groups in the study of complex societies* in S. Leinhardt (ed.) *Social networks. A developing Paradigm*, New York, 1977.

⁴⁷ REINHARD, W. — *O.c.*, pp. 24 a 32.

⁴⁸ Idem — *O. c.*, pp. 45 a 77.

como já se disse o objecto do seu trabalho de agregação. Para não nos afastarmos do tema deste nosso, passaremos a referir-nos a outra publicação de Reinhard, realizada posteriormente.

A fundação de Munique, Historischen Kollegs, promoveu em 1984 um colóquio sobre Clientelismo na Europa da Alta Idade Moderna; a contribuição do Professor Reinhard para este colóquio intitula-se apropriadamente «Entrelaçamento oligárquico e confissão religiosa nas cidades da Alemanha Meridional»⁴⁹. Faz o ponto da situação do trabalho realizado em Augsburg ao abrigo do financiamento da DFG atrás mencionado: são duas as monografias concretizadas — as teses de doutoramento já mencionadas, de Wolfgang Schütze e Katarina Sieh-Burens, respectivamente sobre Ravensburg e Augsburg. Schütze reuniu um catálogo prosopográfico dos membros do conselho municipal da cidade, mas elaborou também sociomatrizes das famílias que tiveram assento nele.

Temos assim duas sociomatrizes que é interessante comparar: a primeira é a elaborada por Schütze para as 40 famílias que no período de 1500-1660 tiveram membros no conselho municipal de Ravensburg⁵⁰. A segunda foi elaborada pelo autor destas linhas a partir dos elementos divulgados na sua tese de mestrado⁵¹ para as curiosamente também 40 famílias que no período de 1500-1580 deram «oficiais» ao senado portuense. Claro que não dispondo dos mesmos elementos para 1580-1660, é impossível comparar relativamente ao Porto se a uniformidade e a impermeabilidade do senado a novas famílias foi semelhante a Augsburg. Por outro lado a reforma alemã dos forais por Carlos V, em 1548, veio como já se referiu devolver o poder ao patriciado; ora a relação entre o patriciado e os 48 no Porto teve uma evolução e característica diferentes das cidades imperiais alemãs.

Mas já o entrelaçamento esquematizado em ambas as matrizes pode-se comparar matematicamente: atendendo a que os pontos negros em cada triângulo que a diagonal divide representam as ligações matrimoniais entre as 40 famílias, temos para Ravensburg 90 ligações, e para o Porto 63. Atendendo a que para o Porto se está a considerar um período correspondente só à primeira metade do coberto para Ravensburg, parece o «entrelaçamento por parentesco» ser 1/3 mais intensivo no Porto que

⁴⁹ Idem — *Oligarchische Verflechtung und Konfession in oberdeutschen Staedten* in Antoni Maczak (ed.) *Klientelsysteme im Europa der frühen Neuzeit*, München 1988.

⁵⁰ SCHÜTZE, W. — *O.c.*, citado por REINHARD, W., *Oligarchische Verflechtung...*, op. cit., p. 54 — Fig. 2.

⁵¹ BRITO, A.P. da C.M., — *O.c.*, — Fig. 2.

na cidade alemã. Há que ter em conta que estas sociomatrizes não indicam os casos em que houve mais do que um casamento entre duas famílias. Ora pelo menos para o Porto sabemos acontecer isso relativamente a várias das indicadas. De qualquer forma parece-nos que este tipo de diagrama, se elaborado para várias cidades portuguesas relativamente ao mesmo período, permitiria comparar a coesão social do seu patriciado.

Para Augsburg, Katarina Sieh-Burens construiu um sociograma, não de indivíduos, mas de famílias⁵². Podemos compará-lo com o por nós construído para o Porto na tese mencionada⁵³; foi este, puro resultado de intuição, pois na altura não tínhamos qualquer conhecimento dos trabalhos quer do Professor Reinhard, quer da Doutora Sieh-Burens. É o nosso assim um sociograma algo grosseiro, ao qual tentamos na altura acrescentar mais informação decompondo-o em outros, um para cada família estudada. Se para Augsburg Katarina Sieh-Burens detecta 4 «redes» de poder, praticamente independentes umas das outras, a dos Welser, a dos Fugger, a dos Herbrot e dos Seitz⁵⁴, para o Porto poder-se-iam estudar aquelas que se parecem detectar: a dos Carneiros, a dos Brandões Sanches, a dos Leites e a dos Figueiroas-Madureiras. Não se teve isso em mente ao compor a citada tese, mas há fontes suficientes, e seria certamente interessante determinar os jogos de forças na cidade. Outro motor de entrelaçamento que a historiadora de Augsburg determina, é a vizinhança⁵⁵. Também para o Porto, independentemente de ainda não se dispor duma planta minuciosa para a cidade nessa época, há fontes suficientes para um estudo da influência da vizinhança na constituição de «redes» de poder.

4 — Conclusão

Mas haverá alguma vantagem em comparar estudos do patriciado alemão quinhentista com estudos do nosso? Trata-se de facto de ambientes diferentes, que tiveram evoluções históricas diferentes.

De facto tiveram: Portugal declinou para a cauda da Europa, a Alemanha avançou para a sua vanguarda. A economia portuguesa não tem significado; a economia alemã é a primeira da Europa e na sua origem está claramente o patriciado urbano. Se estudar o passado nos ajudar a compreender o presente⁵⁶, então a justificação está dada.

⁵² SIEH-BURENS, K. — *O.c.*, p. 131 — Fig. 3.

⁵³ BRITO, A.P. da C.M. — *O.c.*, p. 13.^a — Fig. 4.

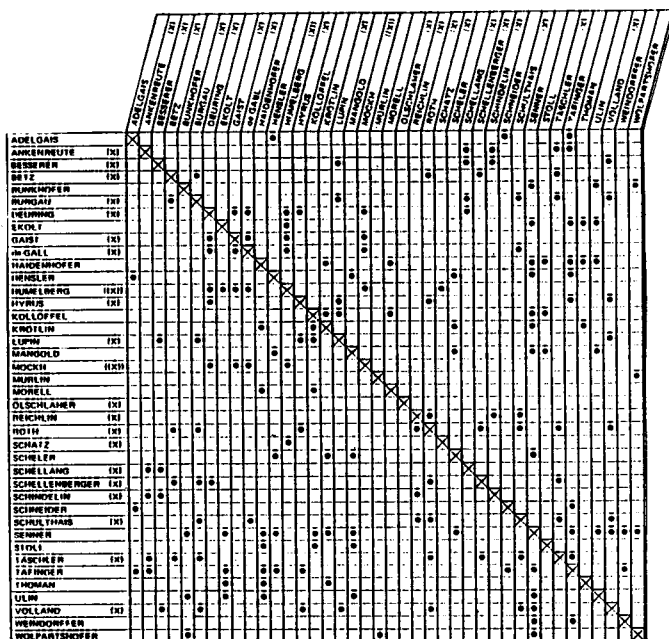
⁵⁴ SIEH-BURENS, K., *op. cit.*, pp. 74 a 132.

⁵⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 125.

⁵⁶ BLOCH, M. — *Apologie pour l'histoire*, 7.^a ed., Paris 1974, pp. 44 ss.

Quanto aos fins. E quanto aos meios? As fontes parecem ser em geral semelhantes: genealogias, registos paroquiais, fundos dos arquivos municipais — actas de vereações, livros de impostos, etc. A experiência é, como julgamos ter demonstrado, das mais vastas, se não a mais vasta entre as historiografias europeias. Desenvolveram-se métodos de interpretação e estruturação de trabalho que, como o de Reinhard, são perfeitamente originais. Parece-nos assim que quem se quizer dedicar ao estudo do patriciado urbano português, não pode ignorar o que se está a fazer na Alemanha, e apraz-nos por isso ter tido esta ocasião de o noticiar.

Entrelaçamento por casamento das famílias de membros
do Conselho Restrito de Ravensburg 1500-1660
(in W. Reinhard, Oligarchische..., op. cit., p. 54)



Entrelaçamento por casamento das famílias de «oficiais» do senado do Porto 1500-1580

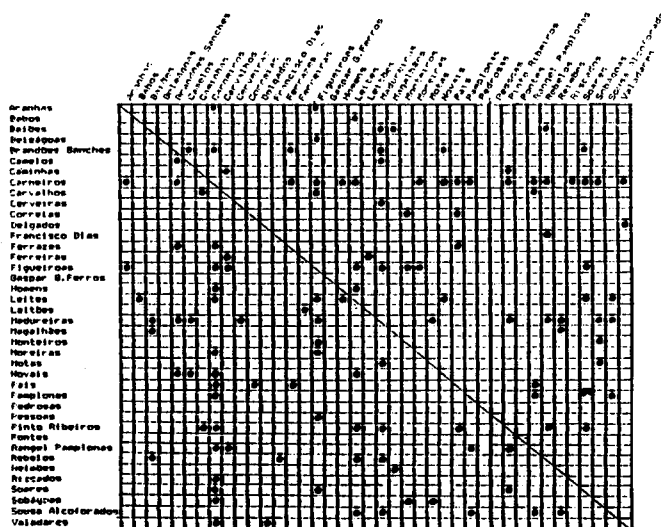
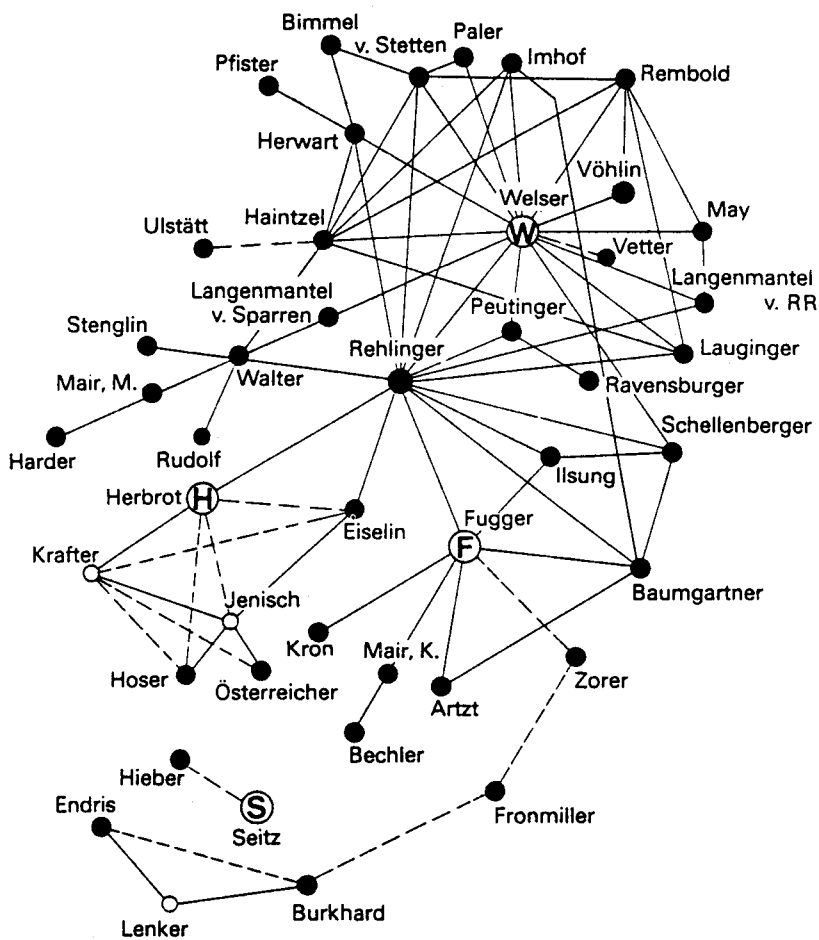


Fig. 2 — Sociomatrices



- Família c/ burgomestre
- Família s/ burgomestre
- Relações de um só tipo
- Relações de vários tipos (Entrelaçamento familiar e de parentesco, e pelo menos um da categoria de interação legal ou relação económica)

Fig. 3 — Entrelaçamento social da oligarquia de Augsburg
 (seg. K. Sieh-Burens, op. cit., p. 131)

Mapa da cidade de Augsburg, seg. Detlev Schroeder, Munique 1975

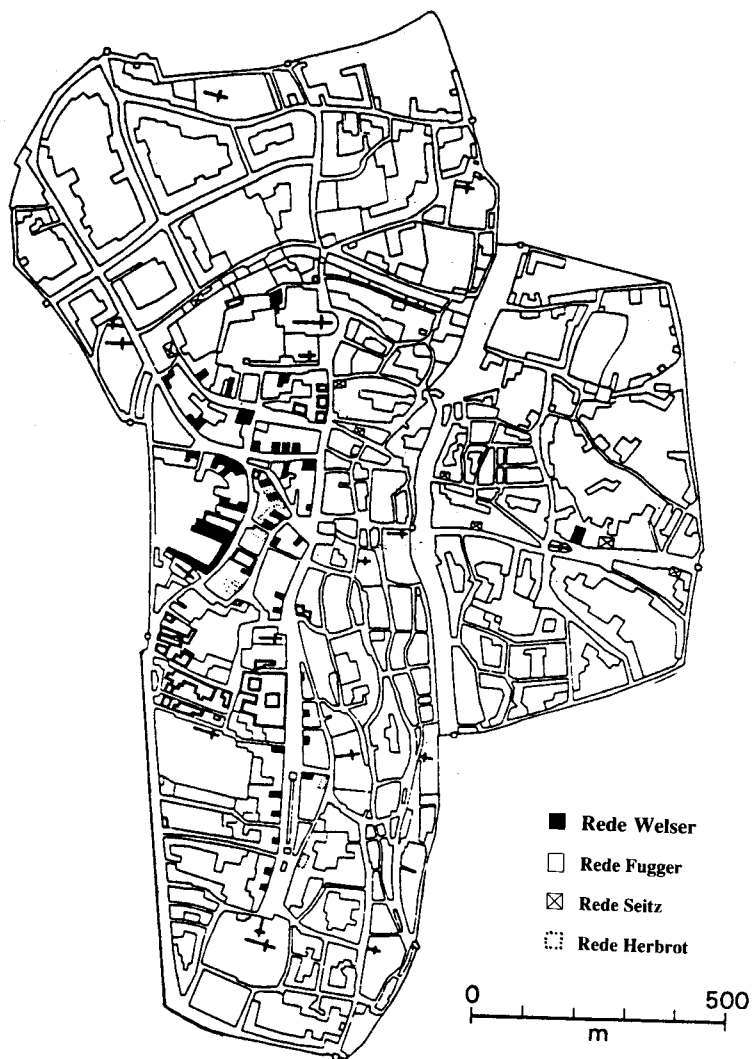


Fig. 5 — Localização topográfica das residências da oligarquia
(seg. K. Sieh-Burens, op. cit., p. 125)

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS SOCIEDADES ENTRE MESTRES PEDREIROS (Séculos XVII e XVIII)

Por Joaquim Jaime B. Ferreira Alves

1. Introdução

O levantamento dos livros notariais do Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.) referentes aos séculos XVII e XVIII relacionados com a cidade, tem permitido conhecer muitos documentos sobre a actividade de mestres pedreiros e mestres carpinteiros que trabalharam no Porto e na sua área de influência.

Alguns desses documentos deram-nos a oportunidade de realçar a importância de algumas figuras que, embora não fossem desconhecidas, não tinham ainda a dimensão que mereciam na arquitectura portuense. Tal foi o caso do *padre Pantaleão da Rocha de Magalhães*, autor das traças de grande parte dos edifícios que se levantaram no Porto no último quartel do século XVII, e, sem dúvida, o principal arquitecto da cidade nesse período. O mesmo aconteceu com o mestre de estuques *António Pereira* que, vindo de Lisboa, foi um notável arquitecto do Porto (e do Norte) na primeira metade do século XVIII, ao lado de Nicolau Nasoni. Seria também um documento notarial de 1766 que daria ocasião a conhecermos o autor da planta da Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, o arquitecto e engenheiro militar *Eugénio dos Santos e Carvalho*.

Ao lado destas personagens, os documentos revelam-nos muitos

artífices, entre os quais pedreiros e carpinteiros, que estiveram ligados às mais diversas obras feitas na cidade e em outras zonas. Estas tanto podiam ser na área de influência do Porto como fora dela. Entre esses artífices encontramos: naturais do Porto ou do seu termo; vindos da província e que se fixaram na cidade, permanente ou temporariamente, e os que vêm à cidade fazer o contrato de obrigação de obra.

Neste trabalho iremos tratar de um tema que nos parece do maior interesse para um melhor conhecimento da actividade dos mestres pedreiros dos séculos XVII e XVIII: a sociedade que fazem entre si para a concretização de uma obra.

2. Sociedades entre mestres pedreiros

Raramente um trabalho de pedraria era arrematado por um único mestre pedreiro, ainda que se encontrem casos em que isso acontece. Arrematada a obra eram chamados para nela trabalharem os homens necessários (cujo número é muitas vezes estipulado no próprio contrato) para a sua execução. Como únicos arrematantes aparecem, a título exemplificativo, os seguintes mestres pedreiros:

— *António Vieira*, natural de Esmegilde (Paço de Sousa), que em 1 de Outubro de 1658¹ se obrigou a fazer os «concertos e reparos dos muros» do Porto, desde a Porta Nova até à Porta da Ribeira; no ano seguinte, em 14 de Janeiro², arrematou a obra do «muro da serca» do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique, que ficava para o lado do rio Douro, e que «estava cahido»;

— *Pantaleão Vieira*, residente na freguesia de Santo Ildefonso (Porto), arrematou em 1670 duas obras: a primeira, em Setembro³ — relacionada com o conserto da ponte de Lordelo, «que esta cahida»⁴, a construção da fonte da Bica⁵, «que de novo se ha de fazer», e que ficava «sita em São João

¹ A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 49, fls. 112-113.

² A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 150, fls. 93-94v.

³ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 165, fls. 8v-9v.

⁴ «se obriga a levantar e fazer a dita ponte de Lordello de pedra de esquadria pondo pera iso pedra cal madeiras e tudo o mais que pera a dita obra for necesario e fazella muito forte segura e com toda a prefeisção necessaria». Nesta obra *Pantaleão Vieira* tinha que trazer permanentemente dezasseis homens.

⁵ A fonte teria um tanque e duas bicas. *Pantaleão Vieira* teria que trazer na obra, até à sua conclusão, oito homens.

da Fos», e a obra das «calsadas» do mesmo lugar — a segunda, de 5 de Dezembro⁶ dizia respeito à construção da capela-mor e sacristia da igreja matriz de Ovar⁷;

— *Marcos Gonçalves*, residente como *Pantaleão Vieira* na freguesia de Santo Ildefonso, é referido num documento de «fiança de declaração de obra», de 10 de Dezembro de 1681⁸, como o mestre pedreiro que tinha arrematado a reedificação da igreja de São Miguel o Anjo, em Castelo Branco.

Mais frequente é contudo encontrarmos dois, três ou mais mestres pedreiros a tomarem conta de uma empreitada como aconteceu nos seguintes exemplos:

— *Domingos Pires de Matos*, *António da Costa*, *João Moreira* e *Manuel Luís*, todos mestres pedreiros, arremataram

⁶ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 37, fls. 56v.-59v. Ver também: A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 48, fls. 33-34. A escritura para a construção da capela-mor e sacristia da igreja de Ovar teve como testemunha o *padre Pantaleão da Rocha de Magalhães*. Em casa do *padre Pantaleão da Rocha de Magalhães*, na rua dos Açougues (Porto), em 23 de Maio de 1702 (A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 6 (2), fls. 158-160v.), fez-se um contrato para uma obra na igreja de Santa Eulália de Oliveira do Douro. *Feliciano Fernandes*, mestre pedreiro, casado com Jerónima Francisca, residente na aldeia do Pinheiro (freguesia de Oliveira do Douro) arrematou a obra de pedraria que constava em fazer-se de novo a igreja. Levantamos a hipótese da traça da nova igreja ser do *padre Pantaleão da Rocha de Magalhães* que assina o contrato como testemunha. Tendo falecido o mestre pedreiro *Feliciano Fernandes*, «e por seu falecimento ficara muita parte da dita obra por fazer», o arcebispo de Oliveira, *Cristóvão de Magalhães*, contratou, em 26 de Fevereiro de 1706 (A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 129, fls. 191v.-194v.), os mestres pedreiros *André Martins*, seu genro *Manuel Fernandes* e *Sebastião Fernandes*, todos da freguesia de Campanhã, para terminarem a obra da igreja.

⁷ A obra de pedraria devia estar concluída em 1674 altura em que *Simão António*, mestre carpinteiro, arrematou toda a obra de «madeiramento» da capela-mor e sacristia da igreja de Ovar. A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 49, fls. 38v.-41v.

⁸ *Marcos Gonçalves*, casado com Maria Francisca, deu como fiança da obra que tinha arrematado as seis casas que tinha no Porto: duas «sitas no Posso das Patas»; três na rua nova dos «Ladros» (sic) e uma que possuía defronte da igreja de Santo André. A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 73, fls. 204-208v.

Esta obra de Marcos Gonçalves é referida por: *BASTO*, Artur de Magalhães — *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, 1964, p. 376.

em 18 de Dezembro de 1699⁹ a obra da capela-mor e cruzeiro do Mosteiro de São Bento da Vitória (Porto); — *Domingos Pinto*¹⁰, *Francisco Gonçalves*, *Manuel Francisco*¹¹ e *Manuel Dias*¹², mestres pedreiros, foram contratados, em 31 de julho de 1734¹³, por Francisco João Martins, «benfeitor» da Capela de São Roque (freguesia de Campanhã), para executarem toda a obra de pedraria da referida capela.

Se nestes dois exemplos vemos respectivamente quatro mestres pedreiros que, em parceria, arremataram as obras referidas, casos há em que o número de intervenientes é inferior ou superior. No primeiro caso, temos, como exemplo, a parceria do mestre pedreiro *António Alves da Silva*¹⁴ com o mestre carpinteiro *Pedro Francisco*¹⁵, ambos contratados por Luís Ferreira de Araújo¹⁶ para fazerem «reboques, telhados, e por hum campanario de seis palmos de alto, excepto o sino; e concertarem o ladrilho do corpo da capella» do Espírito Santo em Vila do Conde, que

⁹ FERREIRA ALVES, Joaquim J.B. — *Aspectos da actividade arquitectónica no Porto na segunda metade do século XVII*, Porto, 1985, p. 13.

Domingos Pires de Matos residia na freguesia de Santa Marinha (Vilar do Pinheiro); *António da Costa* residia na freguesia de Moreira assim como *Manuel Luís*. Estes três mestres pedreiros arremataram em 10 de Junho de 1705 a construção da sacristia do Mosteiro de São Bento da Vitória (A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 112, fls. 253v.-255). Referida esta obra por: BASTO, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 418. Sobre o mosteiro ver: SMITH, Robert C. — *S. Bento da Vitória, no Porto à luz dos «Estados» de Tibães*, Porto, s/d.

Domingos Pires de Matos
António da Costa
Manuel Luís

¹⁰ Residente na aldeia da Lameira, freguesia de Campanhã.

¹¹ Ambos do «lugar e freguesia» de São Martinho de Lordelo do Ouro. Da freguesia de Serzedo, Vila Nova de Gaia.

¹³ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 34 (2), fls, 230v.-233.

¹⁴ Residente na freguesia de Cedofeita.

¹⁵ Residente na freguesia de Ramalde.

¹⁶ Residente na «sua» quinta de Ramalde.

lhe pertencia¹⁷. No segundo caso, onze mestres pedreiros¹⁸ tomaram conta, em 6 de Maio de 1744¹⁹, da obra do «corpo da igreja» de São Pedro Gonçalves do Corpo Santo em Massarelos.

Não temos conhecimento, até ao presente, de qualquer contrato de sociedade relacionado com as obras apontadas. Postas a lanços, foram arrematadas pelos mestres pedreiros que aparecem citados no contrato. Esta era uma prática usual na arrematação de obras de pedraria e carpintaria.

Outros casos há em que a obra que foi posta a lanços é arrematada por um único mestre pedreiro, que a seguir faz um contrato de sociedade com outro(s) mestre(s) do mesmo ofício, ou de ofícios diferentes, para com ele trabalhar(em). Sobre estas sociedades iremos dar alguns exemplos para um melhor conhecimento do seu funcionamento.

¹⁷ A.D.P., Secção Notarial, Po-2, n.º 217, fls. 95-96. Data do contrato: 2 de Março de 1720.

¹⁸ *Manuel Luis*, da freguesia de Leça do Balio;
Manuel Tomé, da freguesia de Santa Cruz do Bispo;
José Alves do Couto, da freguesia de Santa Cruz do Bispo;
André João, da aldeia da Guarda, freguesia de Moreira;
João Moreira Bouça, da aldeia da Guarda, freguesia de Moreira;
Silvestre Moreira, da aldeia da Guarda, freguesia de Moreira;
António João, da freguesia de Moreira;
José Francisco, da freguesia de Paranhos;
Nicolau Moreira, da freguesia de Vila Nova da Telha;
José Pereira Braga, residente na rua do Bonjardim (Porto);
Manuel Tomé da freguesia de Leça do Balio.

Este documento é referido por: *BASTO*, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 79.

¹⁹ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 215, fls. 107v.-109v.

2.1. *Sociedades para a construção de dois «corpos da guarda» na cidade do Porto (1697,1699)*

O mestre pedreiro *Manuel Vieira*²⁰ arrematou em 1697²¹ e em 1699²² a construção de dois «corpos da guarda», o primeiro na rua Nova, «junto as cazas» de António de Sousa Cirne, e o segundo, «junto ao passo» dos marqueses de Arronches (edifício que ficou conhecido pelo nome de Palácio do Corpo da Guarda).

Manuel Vieira para a edificação do «corpo da guarda» da rua Nova, deu sociedade, aos fiadores que apresentou no contrato de arrematação, os «oficiais de pedreiro» *Domingos Tomé*²³ e *António Gomes*²⁴, ficando assim os três sujeitos à «perda e ganho» que tivessem na obra. *Manuel Vieira* seria «bolsa e caixa para cobrar o preço e pagar os materiais e fazer ferias e pagamentos no fim de cada semana aos oficiais e serventes que trabalharem na dita obra». *Domingos Tomé* e *António Gomes* receberiam «por cada hum dia que trabalharem na dita obra» dois tostões. Durante o tempo da sociedade tinha que existir um livro de receita e despesa «para que no fim da dita obra se saber do ganho ou perda» que nela houve, sendo esse «ganho ou perda» repartido pelos sócios.

Servindo o mestre pedreiro *António da Costa*²⁵ de fiador a *Manuel Vieira* na escritura de arrematação do «corpo da guarda» que seria levantado junto ao Paço dos Marqueses de Arronches, é-lhe dada

²⁰ Residente na freguesia de Santo Ildefonso. Este mestre pedreiro arrematou, em 7 de Agosto de 1696, juntamente com o mestre pedreiro *Manuel Mendes* (residente na freguesia de Santo Ildefonso), uma obra de pedraria no Convento de São João Novo (Porto). A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 96, fls. 182v.-184.

²¹ 2 de Dezembro. A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 203 (1), fls. 105-105v.

²² 5 de Janeiro. A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 204 (3), fls. 22-22v.

²³ Residente na freguesia de São Cosme.

²⁴ Residente na freguesia de Vilar do Paraíso.

²⁵ Residente na freguesia de Santo Ildefonso.

sociedade na obra, já que havia um compromisso entre os dois mestres pedreiros para esse efeito. Segundo o documento *Manuel Vieira e António da Costa* tinham combinado que, no caso de qualquer dos dois arrematasse a obra, deveria «largar a metade della hum a outro trabalhando nella hum e outro exercitando seu officio».

2.2. Sociedade entre os mestres pedreiros Feliciano Alves do Rego, Manuel Martins Valente e Manuel Luís (1738)

*Feliciano Alves do Rego*²⁶ e *Manuel Martins Valente*²⁷ tinham arrematado «a obra de pedraria do novo dormitorio de São Bento dos Frades (Mosteiro de São Bento da Vitória) desta cidade (Porto); e a de São Pedro de Miragaia extramuros da mesma e da do castello da Pouva (sic) do Brazim (sic)». A *Manuel Luís*²⁸, sócio na primeira obra dos dois referidos mestres pedreiros, estes davam-lhe sociedade nas outras duas, sendo feito, com essa finalidade, um contrato de sociedade em 5 de Outubro de 1738²⁹.

The image shows several handwritten signatures in black ink. At the top left, there is a signature that appears to be 'Feliciano Alves do Rego'. To its right is another signature, possibly 'Manuel Martins Valente'. Below these, there is a large, stylized signature that reads 'Manuel Luís'. To the right of this is another signature, possibly 'Manuel Martins Valente'. At the bottom, there are several more signatures, some with coats of arms (shields) next to them, representing witnesses or guarantors.

Assinaturas dos intervenientes, fiador e testemunhas
do contrato de 5 de Outubro de 1738

²⁶ Da freguesia de Gontinhães, termo de Caminha.

²⁷ De Viana do Castelo. *Manuel Martins Valente*, *Domingos da Costa* (da freguesia de Vilar do Pinheiro), *Manuel Pereira* (da freguesia de Serzedo), *José Alves do Rego* (de Gontinhães, termo de Caminha), *António da Silva* (residente na rua Nova dos Anjos, «no Campo das Ortas», Porto) e *Baltasar Francisco* (da freguesia de Vilar do Pinheiro), arremataram, em 23 de Maio de 1738, a obra do corpo da igreja de São Pedro de Miragaia (A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.^a série, n.º 39, fls. 112v.--114). Documento referido por: *BASTO*, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 537.

²⁸ Da freguesia de Leça do Balio.

²⁹ A.D.P., Secção Notarial, Po-2, n.º 265, fls. 66-67.

Foi fiador da escritura *Domingos Moreira*, mestre carpinteiro, da freguesia do Salvador de Moreira (Maia). Este carpinteiro, em 29 de Janeiro de 1739, arrematou a obra de carpintaria que era necessária fazer-se na igreja de São Miguel de Barreiros (A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 204, fls. 112-114v.).

2.3. *Sociedades para a construção do cais de Gaia e do cais de Vila Nova (1750 a 1789)*

A construção do cais de Gaia³⁰ e do cais de Vila Nova, designações que estão relacionadas com o cais que ao longo da segunda metade do século XVIII se fez em Vila Nova de Gaia, levou à realização de uma série de sociedades entre mestres pedreiros. O cais de Vila Nova de Gaia começou a ser construído em Gaia continuando depois em direção de Vila Nova. A razão para a sua edificação vamos encontrá-la numa provisão de 25 de Agosto de 1742³¹, pela qual D. João V mandava fazer o «caminho desde a passage da Bica até a fonte da Madalena», a pedido dos frades do Convento de Santo António de Vale de Piedade, já que esse caminho estava «inteiramente aruinado» devido à cheia do Douro de 1739, o que impedia a passagem na altura da «mare cheia».

O primeiro contrato que conhecemos relacionado com a construção do chamado cais de Gaia é de 29 de Agosto de 1750³², pelo qual o mestre pedreiro *António da Costa*³³ se obrigou a fazer a obra que tinha arrematado em 23 de Agosto. Para «melhor administração» da obra fez um contrato de sociedade, em 31 de Agosto³⁴, com os mestres pedreiros *Bernardo Borges*³⁵; *Mateus dos Santos* (assina *Mateus dos Santos da Cunha*); *José António*³⁶ e *António Francisco*³⁷ e Bento Pereira Guimarães, homem de

Foram testemunhas da escritura: *Inácio de Matos*, pedreiro, da freguesia de Moreira, e *Fernando dos Santos*, pedreiro, da freguesia de Moreira.

³⁰ CAMPO BELO, Conde de — *A propósito dos cais de Gaia*, in «Boletim Cultural», Porto, vol. 25, 1962, pp. 439-464; BASTO, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 77, pp. 170-171, p. 509.

³¹ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 1, fls. 63v.-64.

³² A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 230, fls. 193-197.

³³ Residente no lugar de Vilar, freguesia de Cedofeita.

³⁴ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 230, fls. 197v.-198v.

Foi testemunha do contrato: *Manuel de Araújo*, oficial de pedreiro, residente no lugar de Arcozelo (Vila Nova de Gaia).

³⁵ Residente na freguesia de Cedofeita.

³⁶ *Mateus dos Santos* e *José António* residiam na freguesia de Cedofeita.

³⁷ Residia na rua do Bonjardim (Porto).

negócio. Segundo o contrato obrigavam-se todos a dar «comprimento» à obra segundo as cláusulas da arrematação, ficando «nella com igual parte e quinhão». Os sócios *José António* e *António Francisco* estariam «continuadamente» na obra³⁸ da qual não podiam retirar-se para outro trabalho, sem ela estar concluída. Um segundo contrato de «sociedade e companhia» foi feito em 21 de Dezembro de 1751³⁹, no qual se reafirmam as cláusulas do contrato de 29 de Agosto:

- todos teriam «igual parte e quinhão»;
- «havendo ganho se repartira igualmente entre elles socios todos e avendo (sic) perda a pagarão igualmente todos»;
- os mestres pedreiros *José António* e *António Francisco* estariam «continuadamente» na obra, sem dela se retirarem sem ela estar terminada;
- os mesmos mestres pedreiros estariam sempre no «lugar de Gaia» excepto aos Domingos e dias Santos;
- seria «caixa» da empreitada o mestre que arrematou a obra, *António da Costa*;
- falecendo um dos sócios durante o tempo da sociedade «se ajustarão as contas da perda e ganho com os erdeiros (sic) do falecido»⁴⁰.

³⁸ «Assistindo sempre no dito lugar de Gaia continuamente salvo Domingos e dias Santos».

Em 15 de Setembro de 1750, *António da Costa*, *Bernardo Borges*, *José António* e *António Francisco* contrataram *Leandro Nogueira*, residente «nos Quarteis» (freguesia de Cedofeita) para lhes levar a pedra das pedreiras «donde os mestres a pretendiam tirar para a dita obra» (do cais de Gaia). A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 231, fls. 31-32v.

Em 1 de Setembro de 1753 os mesmos mestres pedreiros, que aparecem no contrato anterior, e mais o mestre pedreiro *Mateus dos Santos da Cunha*, fizeram nova escritura também relacionada com o cais de Gaia. A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 242, fls. 69v.-71.

³⁹ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 235, fls. 112-113.

⁴⁰ A.D.P., Idem, ibidem, fls. 112-112v.

Através desta empreitada iniciada em 1750, e concluída em 1757, fez-se o cais «desde o sitio da Bica onde principiou the a lingueta despedida a fonte de santo Antonio»⁴¹, obra que foi examinada pelo architecto *Manuel Álvares (ou Alves) Martins*⁴².

Em 18 de Abril de 1757⁴³ novo contrato foi feito com os mestres pedreiros *António da Costa* e *Mateus dos Santos* para se continuar com a obra do cais de Gaia, que haviam arrematado em 6 de Março⁴⁴. *António da Costa* e *Mateus dos Santos* teriam que executar a «obra que estava por rematar e por fazer the a fonte do Cabaquinho chamada da Madalena que hera o cais que the hi havia de correr a beira do rio Douro com as linguetas necessarias, e hum paredão que era preciso por de tras da fonte de Santo Antonio em que se fazem as agoadas dos navios, reedificação e concerto desta e das escadas que della sobem para sima para o povo subir para o convento, e delle decer para o rio fonte cais». Toda esta obra seria feita segundo o que estava projectado em «tres plantas» da autoria do architecto *Manuel Álvares Martins*.

Esta empreitada levaria a um novo contrato de sociedade feito em 3 de Maio⁴⁵. Nele, *António da Costa* e *Mateus dos Santos* davam sociedade na construção do segundo lanço da obra do cais de Gaia⁴⁶ aos mestres pedreiros: *Bernardo Borges*; *Caetano Pereira*⁴⁷; *Manuel Pereira*;

⁴¹ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 1, fl. 64v.

⁴² E pelo «mestre engenheiro das fortificações».

⁴³ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 1, fls. 63v.-68v.

⁴⁴ A obra foi posta a pregão pelo «pregoeiro» da Relação António do Souto que a apreguou pela cidade do Porto «ruas e praças della, e por todas as obras de pedraria que nella e seus suburbios e extramuros se fazem que todo o mestre pedreiro que quizece lançar na obra que se ha de fazer e continuar no cais de Gaia desde a lingueta e cruzeiro da fonte de Santo Antonio the a fonte da Madalena, e na obra da fonte e escadas della e no paredão por de tras da mesma». Os pedreiros que estivessem interessados na obra podiam ver as plantas e os apontamentos em casa do superintendente da obra António Novais do Vale. A arrematação fez-se junto à porta da casa do Doutor Desembargador Corregedor do Civel, João Barroso Pereira. Foram testemunhas do auto de arrematação: o architecto *Manuel Álvares Martins*; os mestres pedreiros *Caetano Pereira* e *José Francisco*; e António Novais do Vale.

⁴⁵ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 1, fls. 76-77.

⁴⁶ «segundo lanço do cais de Gaia, que ha de continuar do cruzeiro de Santo Antonio athe a fonte da Madalena com suas linguetas, e de hum paredão por de tras da fonte de Santo Antonio reedificação e concerto desta e as escadas que ahi se hão de fazer».

⁴⁷ Residente na rua da Póvoa, freguesia de Santo Ildefonso.

*João Pereira*⁴⁸ e a Duarte Lopes Pereira, negociante. As condições do contrato foram as seguintes:

— *António da Costa* e *Mateus dos Santos* davam sociedade na obra a *Bernardo Borges*, *Caetano Pereira*, *Manuel Pereira*, *João Pereira* e a Duarte Lopes Pereira, «de modo que todos juntos» se obrigavam a dar «cumprimento a toda a obra»;

— todos os sócios «terão nella (sociedade) igual parte e quinhão», no caso de haver «ganho» será repartido por todos assim como se houver «perda a pagarão igualmente»;

— na obra estariam permanentemente os mestres pedreiros *Mateus dos Santos* e *João Pereira*, «sem della se poderem retirar», para outra obra «nem para outra parte» sem o consentimento da «companhia e sociedade», até ao fim dos trabalhos; no caso de se ausentar um deles sem o conhecimento da sociedade perderá «todo o direito e acção que tem nesta companhia e sociedade como se a ella não fosse admitido»;

— *António da Costa* seria «caixa e administrador da obra»;

— *João Pereira* faria a folha «da gente que andar na obra»;

— *Mateus dos Santos* seria o «pagador» até à altura em que a obra estivesse meia feita; a partir dessa altura inverter-se-iam as funções, *Mateus dos Santos* ficaria a fazer a folha e *João Pereira* passaria a pagar;

— *Bernardo Borges* assistiria «ao fazer de todas as folhas para averiguar a sua verdade» as quais seriam assinadas por *João Pereira*, *Mateus dos Santos* e *Bernardo Borges*.

The image shows five handwritten signatures in black ink. From top left to bottom right, they are: António da Costa, Mateus dos Santos, Manuel da Costa, Bernardo Borges, and João Pereira. The signatures are written in a cursive, historical style.

Assinaturas dos mestres pedreiros da sociedade de 3 de Maio de 1757

Devido ao falecimento de um dos sócios, *Mateus dos Santos*, foi admitido na sociedade, em sua substituição, o mestre pedreiro *Manuel da Costa*, que ficaria permanentemente na obra ao lado de *João Pereira*.

Esta alteração na sociedade, levaria a um novo contrato feito em 9 de Setembro de 1761⁴⁹.

Terminada esta empreitada do cais de Gaia, «de grande utilidade do povo, e de todas as suas vezinhanças», a obra iria continuar para a parte de Vila Nova, como o permitiu a provisão de 7 de Junho de 1764⁵⁰ — «e como da parte de Villa Nova do Porto não tinha serventia de carro, e seja muito dificultosa de pé principalmente nas enchentes das chuvas, e das marés necessitavão muito de que o dito caes continuace para a parte de Villa Nova tambem todo ligado do sitio donde o principiarão a fazer athe Villa Nova». Para este efeito os moradores de Vila Nova ofereciam todo o terreno que fosse necessário da parte do rio.

A continuação da obra do cais, desde a «lingoeta que está junto ao armazem da Bica» até à praia de Vila Nova «ou athe donde permitir a neccidade», foi arrematada pelo mestre pedreiro *António da Costa*⁵¹ em 16 de Junho⁵², fazendo-se a respectiva escritura em 17 de Junho⁵³. Novamente para se levar a efeito esta obra fez-se um novo contrato de sociedade entre pedreiros como podemos constatar na escritura de 22 de Junho⁵⁴. Ficaram sócios nesta empreitada os seguintes mestres pedreiros:

⁴⁸ Ambos residentes na freguesia de Campanhã.

⁴⁹ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 35, fls. 60v.-62.



⁵⁰ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 65, fl. 72v.

Foi testemunha o mestre pedreiro *Manuel da Costa*, residente na freguesia de Cedofeita (ver nota 49).

⁵¹ Residente na rua da Cruz, freguesia de Cedofeita.

⁵² Foram testemunhas do auto de arrematação: *João Pereira*, mestre pedreiro, residente «ao Poço das Patas», freguesia de Santo Ildefonso, e *Manuel Pereira*, mestre pedreiro, residente na freguesia de Campanhã.

⁵³ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 65, fls. 72-76.

⁵⁴ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 65, fls. 86-87v.

António da Costa; *António da Costa, o novo*; *Manuel da Costa* (ambos da freguesia de Cedofeita); *Caetano Pereira*; *João Pereira* (ambos da freguesia de Santo Ildefonso); *José Francisco*, da freguesia de Paranhos; e *Manuel Pereira*, da freguesia de Campanhã.

Assinaturas dos mestres pedreiros da sociedade de 22 de Junho de 1765

Segundo esta sociedade ficariam permanentemente na obra os mestres pedreiros *João Pereira* e *Manuel da Costa*, com as mesmas condições que referimos nos contratos anteriores. *António da Costa* seria «caixa e administrador». *João Pereira* (ver Adenda — Documento) faria «a folha da gente» que andasse na obra e *Manuel da Costa* seria o «pagador»; a partir de metade da obra, seriam invertidas as responsabilidades.

Dois contratos de 1781, um de 7 de Fevereiro⁵⁵ e outro de 2 de Março⁵⁶, relacionados com a obra do cais de Vila Nova de Gaia, permitem-nos conhecer novos pormenores sobre essa importante realização que ocuparia alguns dos melhores arquitectos e mestres pedreiros do Porto e do seu termo ao longo da segunda metade do século XVIII.

As duas obras referidas nos contratos levariam à construção de um cais «desde a calçada da Cerra athe o fim dos armazens do Excelentissimo Governador das Justiças (João de Almada e Melo)» e à continuação do cais «alem do que se acha feito» para o lado do Cavaquinho. A primeira obra foi arrematada⁵⁷ pelos mestres pedreiros *Manuel Alves*⁵⁸,

⁵⁵ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 378 A, fls. 33-37.

Foram fiadores do contrato: *José de Beça Correia*, mestre carpinteiro, e *Veríssimo da Costa*, mestre pedreiro.

Foi testemunha o mestre pedreiro *José Francisco*.

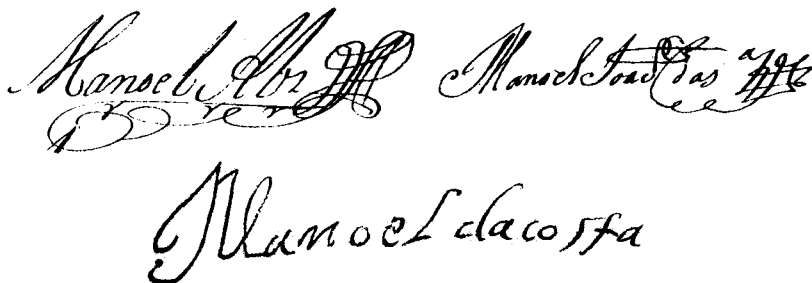
⁵⁶ A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª Série, n.º 379, fls. 9-11v.

Sobre o cais de Gaia ver: A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 338, fls. 43-43v.

⁵⁷ Em 30 de Janeiro de 1781.

⁵⁸ Da freguesia de Santa Cruz do Bispo.

«mestre das obras do Excelentissimo Reverendissimo Bispo desta deoceze (D. João Rafael de Mendonça)», e *Manuel José da Silva*⁵⁹, devendo ser executada segundo os apontamentos do architecto padre *Joaquim Teixeira Guimarães*, que foi director das Obras Públicas do Porto de 1779-1787/1789. Da factura da segunda encarregou-se o mestre *Manuel da Costa*⁶⁰.



Assinaturas dos mestres pedreiros dos contratos
de 7 de Fevereiro e de 2 de Março de 1781

Finalmente, um último documento de 24 de Julho de 1789⁶¹ informa-nos ainda sobre uma sociedade relacionada com o cais de Vila Nova de Gaia. *António da Costa Ferreira*⁶², mestre pedreiro, não podendo «assistir» a obra que arrematara trespassou-a a Cândido Pereira de Moura, residente na rua Nova do Almada (Porto) e aos seus sócios *António Gonçalves*⁶³ e *José Rodrigues*⁶⁴, ambos mestres pedreiros.

2.4. *Sociedade para a construção do cais do rio Douro desde o Mosteiro da Madre de Deus de Monchique até Massarelos (1754)*

Para a construção de um cais que se pretendia construir desde o Mosteiro de Monchique até Massarelos fez-se uma sociedade em 27 de

⁵⁹ Residente na rua do Almada (Porto). Ver *BASTO*, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 509.

⁶⁰ Residente na freguesia de Cedofeita.

⁶¹ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 186, fls. 79v.-80.

⁶² Residente na freguesia de Leça do Balio.

⁶³ Residente na freguesia de Ramalde.

⁶⁴ Residente na freguesia de Paranhos.

Junho de 1754⁶⁵ entre o mestre pedreiro *José Francisco*⁶⁶ e diversos mestres do mesmo ofício, a saber: *Caetano Pereira*, da freguesia de Santo Ildefonso; *João Pereira*, da freguesia de Campanhã; *Bento Francisco Correia*, do «cítico» dos Ferradores, freguesia de Cedofeita; *José Moreira da Silva*, da freguesia de Moreira; *Francisco Alves*, da freguesia de Vila Nova da Telha; *Domingos da Costa*, *Baltasar Francisco* e *José Francisco*, os três da freguesia de Vilar do Pinheiro; *Francisco de Sousa*, da freguesia de Oliveira do Douro; *Francisco de Castro*, também da freguesia de Oliveira do Douro; *Diogo Francisco*, da freguesia de Avintes; *Manuel Pereira*, da freguesia de Serzedo e *José de Sousa Barros*, da freguesia de Santo Ildefonso. Nesta sociedade todos os mestres pedreiros teriam partes iguais na «perda» ou «ganho» que a obra desse.

2.5. Sociedade para a construção da nova igreja de São Martinho de Lordelo do Ouro (1758)

Em 8 de Janeiro de 1758⁶⁷ os mestres pedreiros *António da Silva*, *Manuel João* e *António Francisco Malta*⁶⁸ fizeram um contrato pelo qual se obrigavam a executar a obra de pedraria da nova igreja de São Martinho de Lordelo do Ouro que a Confraria do Santíssimo Sacramento pretendia mandar levantar. Quatro dias⁶⁹ após o contrato, os mestres pedreiros referidos fizeram um novo contrato pelo qual davam sociedade na obra ao pedreiro *António Alves Afonso*⁷⁰, ficando todos com «igual sociedade tanto na administração como no gasto e perda que der».

⁶⁵ A.D.P., Secção Notarial, Po - n.º 245, fls. 37-38. *BASTO*, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 341.

⁶⁶ Residente na freguesia de Paranhos.

⁶⁷ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 254, fls. 66v.-67v.

⁶⁸ *António da Silva* residia na freguesia de Leça do Balio; *Manuel João* e *António Francisco Malta*, residiam na freguesia de São Mamede de Infesta.

⁶⁹ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 254, fls. 69-69v.

Manuel João
António da Silva

António Francisco Malta
António Alves Afonso

⁷⁰ Residente na rua do Bonjardim (Porto).

2.6. *Sociedade para a construção de duas pontes na freguesia do Salvador de Ramalde (1759)*

Para a construção de duas pontes na freguesia de Ramalde fez-se uma sociedade entre o mestre pedreiro que a tinha tomado, *Manuel Bento da Silva*, e os mestres pedreiros, *António Francisco Malta*, que apareceu na anterior sociedade, seu irmão *Domingos Francisco da Silva* e *Manuel João*, e o mestre carpinteiro *José de Sousa Barros*. Segundo as condições do contrato, feito em 11 de Fevereiro de 1759⁷¹, *Manuel Bento da Silva* e *José de Sousa Barros* ficavam com «a metade da dita obra» e a *António Francisco Malta* e seu irmão *Domingos Francisco da Silva* cabia-lhes a outra parte. Da metade desta, que pertencia a *Domingos Francisco da Silva*, este repartiria, igualmente, com o mestre pedreiro *Manuel João*. Ficavam assim todos os sócios «intereçados na perda ou ganho que Deos der cada hum conforme a parte que lhe toca». Na sociedade seria «caixa» *José de Sousa Barros*, com a obrigação de meter escrivão para fazer as folhas, «as quais serão assignadas pellos mestres que andarem na obra, e na sua prezença se farão os pagamentos aos officiais».

2.7. *Sociedade para a «factura da calçada de Vila Nova de Gaia» (1778)*

Arrematada a obra da «factura da calçada de Vila Nova de Gaia», pelo mestre pedreiro *José Alves do Rego*⁷², este, pelo contrato de 22 de Abril de 1778⁷³, entregou a administração da referida obra ao mestre

⁷¹ A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 15, fls. 23v.-24.

⁷² Residente «no lugar de Sobredouro freguesia de Nossa Senhora da Boaviagem».

⁷³ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 291, fls. 56v.-57v.

Foi testemunha *Paulo José Alves do Rego*, oficial de pedreiro, residente no «sitio de Sobredouro».

pedreiro *Manuel Gomes*⁷⁴, já que tinha «outras obras a que necessariamente deve assistir», ficando assim os dois mestres pedreiros sócios. Para escrivão «para fazer os assentos» foi designado o oficial de pedreiro *João dos Santos*. Em 5 de Maio⁷⁵, juntar-se-ia à sociedade o mestre pedreiro *António Pinto*⁷⁶.

3. Conclusão

Estes exemplos de sociedades entre mestres pedreiros permitem conhecer um pouco melhor a actividade dos homens que associaram os seus nomes à arquitectura seiscentista e setecentista do Porto e do seu termo.

Arrematada a obra por um ou mais mestres pedreiros, surgia por vezes entre eles a necessidade de se associarem devido ao vulto da empreitada (o que aconteceu em relação ao cais de Vila Nova de Gaia), ou por quaisquer outras razões, como sucedia quando o(s) mestre(s) arrematante(s) tinha(m) outra(s) empreitada(s). A partir da criação da sociedade dividiam-se as responsabilidades tanto técnicas como económicas, já que todos participavam, directa ou indirectamente, na construção, e assumiam os lucros ou os prejuízos que tivessem nos trabalhos.



Two handwritten signatures in black ink. The first signature on the left is 'José Alberto de Sousa' and the second signature on the right is 'Paulo José Alberto de Sousa'.

⁷⁴ Residente no lugar da Lavandeira, freguesia de Oliveira do Douro.

⁷⁵ A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 291, fls. 84v.-86.

Foi testemunha o mestre pedreiro *José Carvalho*, da freguesia de Serzedo.



A handwritten signature in black ink that reads 'António Pinto'.

⁷⁶ Residente no lugar do Carvalhido, freguesia de Paranhos.



A second handwritten signature in black ink that reads 'António Pinto'.

ADENDA

DOCUMENTO

1765.Setembro.24

«Declaração que fas o mestre pedreiro João Pereira, e obrigação que lhe fazem os mestres pedreiros Caetano Pereira, Antonio da Costa, e outros, em 24 de Setembro de 1765.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instrumento de declaração, contrato, e obrigação, virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos secenta e sinco, aos vinte e quatro dias do mes de Setembro do dito anno, nesta cidade do Porto, e rua Cham della no escritorio de mim tabaliam aparecerão prezentes partes outorgantes a saber de huma João Pereira mestre pedreiro morador na aldeia da Povia de Baixo freguezia de Santo Ildefonço extramuros desta cidade, e da outra seus irmãos Caetano Pereira mestre pedreiro da dita aldeia e freguezia e Manoel Pereira mestre pedreiro da freguezia de Campanham, e Antonio da Costa e seus sobrinhos Manoel da Costa, e Antonio da Costa o novo todos mestres pedreiros da freguesia de Cedofeita, e Joze Francisco mestre pedreiro da freguezia de Paranhos, pessoas reconhecidas pellas proprias de mim tabaliam, e testemunhas ao diante assignadas de que dou fé, perante as quais dice o dito mestre pedreiro João Pereira, que elle he socio, e companheiro com todos os sobreditos mestres pedreiros na obra do caes de Gaia em que novamente se manda continuar como consta da escritura da dita sociedade, outorgada em minhas notas aos vinte e dous de Junho do corrente anno, e que para maior conveniencia, e utelidade da dita sociedade, e companhia, se comprou a Bernardo Borges mestre pedreiro e sua mulher da freguezia de Cedofeita huma morada de cazas com seu quintal sito no lugar de Gaia, pello preço e quantia de sincoenta e sinco mil reis fora siza, e dominio como consta da escritura da dita compra tambem outorgada em minhas notas aos vinte e quatro de Agosto do corrente anno; e supposto que a mesma compra foi feita em nome delle dito João Pereira, comtudo o dinheiro de toda ella sahio do monte da dita companhia, e sociedade, o que asim declara por esta escriptura para evitar duvidas para o futuro, e que as ditas cazas, e seu quintal

lhe não pertencem in solidum, mas sim a toda a companhia, e sociedade pella qual há de ser repartido todo o produto quando ellas se venderem, o qual se há de executar logo que a obra do dito caes estiver finda, e pellos ditos mestres pedreiros Caetano Pereira, Manoel Pereira, Antonio da Costa, Manoel da Costa, Antonio da Costa o novo, e Joze Francisco foi dito que elles aceitavão a dita declaração, e se obrigavão por esta escritura a tirar a pas e a salvo ao dito seu socio, e companheiro João Pereira de todo o prejuizo, ou perda que por razão da dita compra tiver, e receber, e a concorrerem todos para o pagamento da penção de quatro mil e oitocentos reis que se paga das ditas cazas, e quintal ao Convento da Madre de Deos de Monchique direito senhorio dellas, e outorgarão huns e outros que finda que seja a dita obra do caes de Gaia, se venderão logo as ditas cazas e seu quintal pello preço que se poder alcançar, o qual se repartirá por todos elles socios, e aquelle que não quizer concentir na venda, será obrigado a ficar com as ditas cazas e quintal, e a pagar aos mais as suas partes, e havendo demora na dita venda por qualquer motivo que seja se obrigão todos elles socios a entregar ao dito João Pereira a quantia de cem mil reis para este os por a juros, e delles pagar a dita penção ao dito convento direito senhorio, e ao inteiro cumprimento desta escritura obrigão huns e outros suas pessoas e bens moveis e de rais presentes, e futuros. Em testemunho de verdade assim o dicerão, outorgarão, e aceitarão de parte a parte, e eu tabaliam o aceito por quem tocar auzente, e declarou o dito mestre pedreiro Antonio da Costa, que elle como rematante da obra do dito caes se obrigava emquanto o dito quintal se não vender a pagar a dita penção de quatro mil e oitocentos reis os quais entregará ao dito mestre João Pereira para este os levar ao dito convento, e receberá de todos os socios a parte que a cada hum tocar para a dita penção e aqui asignarão depois de lida com as testemunhas presentes Manoel Pereira de Sampaio, e João de Souza Moreira desta cidade, e dou fé passar o refferido na verdade, eu Luis Joze Coelho de Almeida tabaliam o escrevi.

o mestre João Pereira

Caetano Pereira

Joseph Francisco

Manoel Pereira

Antonio da Costa o novo

Antonio da Costa

Manoel da Costa

João de Souza Moreira

Manoel Pereira de Sampaio».

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 67, fls. 36-36v.

Assinaturas dos mestres pedreiros

**NOTÍCIAS SOBRE ALGUNS ARTISTAS E ARTÍFICES
DOS SÉCULOS XVII E XVIII**

ALVES, António

mestre pedreiro

1783.Dezembro.24

António Alves, mestre pedreiro, residente na rua das Taipas (Porto), arrematou a obra da capela-mor da igreja matriz de Valega, comarca da Feira. Foram fiadores: *Caetano Pereira*, residente na rua da Póvoa de Baixo, freguesia de Santo Ildefonso (Porto); *Manuel Pereira dos Santos e João Pereira*, ambos da freguesia de Campanhã, e todos mestres pedreiros.

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 403, fls. 1-3.

1784.Agosto.12

António Alves, arrematou a obra de carpintaria da capela-mor da igreja matriz de Valega. Foram fiadores: *Caetano Pereira* e seu sobrinho *Manuel Pereira dos Santos* (residente na aldeia de São Pedro, freguesia de Campanhã), ambos mestres pedreiros.

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 408, fls. 97-98v.

ANDRÉ, António

pintor

1668.Dezembro.06

«e cazas que forão de Antonio Andre (na rua junto à Porta do Olival) pintor e de sua mulher Maria Nunes ja defuntos aonde ahí estavam presentes *Manoel da Costa Pinto* outro si pintor com sua mulher Agueda Nunes filha e genro dos sobreditos defuntos».

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 162, fls. 67-68.

ANTÓNIO, Bento

mestre carpinteiro

1699.Abril.13 e 14

Bento António, mestre carpinteiro, morador na freguesia de Miragaia. Era casado com Mariana da Conceição, filha de *Domingos Jorge*, mestre carpinteiro, residente na mesma freguesia. Aparece referido também *Manuel Correia dos Santos*, mestre carpinteiro, residente na referida freguesia.

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 205, fls. 54-55v. e 59v.-60.

ANTÓNIO, Francisco

carpinteiro

1758.Abril.01

Francisco António, carpinteiro, aparece como testemunha de uma procuração. Vivia na aldeia da Colmieira, freguesia de Valbom.

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.^a série, n.º 7, fl. 48.

AZEVEDO, Manuel Camelo de

pintor

1727.Outubro.08

Manuel Camelo de Azevedo, pintor, foi testemunha de um documento de empréstimo de dinheiro a juro. Morava na rua «junto» ao chafariz da Batalha (Porto). A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.^a série, n.º 25 A, fl. 65.

BAPTISTA, Agostinho

mestre pedreiro

1740.Setembro.26

Agostinho Baptista, mestre pedreiro, residente no Reimão (freguesia de Santo Ildefonso), e *António Fernandes*, mestre pedreiro, residente em Santo André na rua Direita de Santo Ildefonso, arremataram a obra da cerca do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique (Porto), que ficava para o lado do rio Douro, e que se tinha arruinado devido à grande cheia de Dezembro de 1739. Foram fiadores: *Manuel Martins*, mestre pedreiro, residente em São Lázaro (Porto) e *João Fernandes*, mestre pedreiro, residente ao Padrão das Almas (Porto). Assinou como testemunha *Manuel da Costa*, pedreiro, residente em São Lázaro. A.D.P., Secção Notarial, Po-2, n.º 270, fls. 204-205v.

BARBOSA, António

carpinteiro

1734.Dezembro.29

António Barbosa, carpinteiro, vivia na rua Direita de Santo Ildefonso (Porto). A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.^a série, n.º 34 B, fls. 73-74.

BARBOSA, Francisco

carpinteiro

1674.Setembro.29

Francisco Barbosa, carpinteiro, vivia em Santo Ildefonso. A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 49, fl. 171.

BARROS, Joaquim de

pedreiro

1798.Janeiro.30

Joaquim de Barros, pedreiro, era casado com Ana Moreira e residiam no lugar de Migide, freguesia de Canelas (Vila Nova de Gaia). A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.^a série, n.º 226, fls. 13v.-14v.

BARROS, José de Sousa

mestre carpinteiro

1744.Julho.22

José de Sousa Barros, mestre carpinteiro, *José Ferreira Pinto*, *Custódio Alves*, *João Ferreira* e *Manuel dos Santos*, todos do mesmo ofício, arremataram a obra de madeira e pedra da «cerqua» do Convento de São Francisco (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 197, fls. 106-107.

1744.Abril.20

José de Sousa Barros, residente na rua do Bonjardim (Porto) tinha arrematado a obra de carpintaria «e reboques e vidrassas e caixois e goarda roupas e sachristia e castiçaies» da banqueta da capela-mor da igreja de Baltar, e trespassava-a a *Manuel Moreira*, da freguesia de Alfena («aldeia de Baguim comarca da Maia») e a *Manuel Fernandes*, da freguesia do Salvador de Lordelo («aldeia de Agrella, comarca de Penafiel»)
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 66, fls. 94v.-95.

1755.Junho.07

José de Sousa Barros e *Luís Moreira*, mestre carpinteiro, arremataram uma obra de carpintaria na igreja de Santa Cruz do Bispo. *Luís Moreira* residia no Laranjal (Porto). Foi fiador *Manuel Coelho*, mestre pintor, residente na rua do Bonjardim (Porto), e que assina *Manuel Coelho Leal Paraíso*. Este documento está referido em *BASTO*, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 70.
A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 304, fls. 171v.-173.

1758.Agosto.10

José de Sousa Barros e *Miguel Ferreira*, mestre carpinteiro aparecem num documento de quitação.
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 10, fls. 127v.-128.

BARROS, Manuel de

mestre pedreiro

1781.Fevereiro.14

Manuel de Barros, mestre pedreiro, residente na freguesia de Nogueira da Regedoura, *José Dias da Costa*, mestre carpinteiro, morador na freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Esmoriz e *Miguel José da Silva*, oficial de carpinteiro, morador na freguesia de Lamas, arremataram a obra da casa da residência paroquial de Esmoriz.
A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 330, fls. 54v.-57v.

BRAGA, José Rodrigues

pedreiro

1778.Setembro.23

José Rodrigues Braga, pedreiro, residente na rua de Santa Catarina (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-2, n.º 339, fl. 144.

CARVALHO, António Domingues de

mestre pedreiro

1768.Junho.09

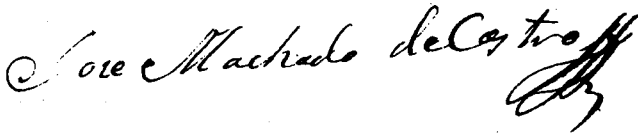
António Domingues de Carvalho, mestre pedreiro, residente na freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro, arrematou a obra da reedificação da igreja de Santa Cruz do Bispo (Maia). A reedificação era necessária por causa dos estragos provocados por dois raios que caíram na igreja, um em Setembro de 1766 e outro em Fevereiro de 1767. Um dos fiadores foi *Domingos Alves Pereira*, mestre carpinteiro, residente na freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro.
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 84, fls. 34v.-36.

CASTRO, José Machado de

escultor

1780.Agosto.09

José Machado de Castro, escultor, residente na viela dos Congregados (Porto), assina como testemunha feita entre António Inácio Saldanha e José Booz, «de nação flamenga», para estabelecerem no Porto uma fábrica «de toda a qualidade de oleados; assim de chapéus como de panos de varias cores».



A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 302, fls. 32v.-33v.

CERQUEIRA, Manuel de

mestre pedreiro

1774.Novembro.14

Manuel de Cerqueira, mestre pedreiro, morador na freguesia do Salvador, couto de Arentim, arrematou uma obra de pedraria na casa de José António Mondanha, na rua Direita de Santo Ildefonso (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 343, fls. 104v.-105v.

COSTA, António da

mestre pedreiro

1702.Janeiro.19

António da Costa, mestre pedreiro, residente na freguesia de Santo Ildefonso (Porto). Era filho de *António da Costa*, mestre pedreiro.
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 6, fls. 123v.-126.

1721.Dezembro.17

António da Costa, mestre pedreiro, e *João Fernandes*, ambos residentes na freguesia de Santo Ildefonso, arremataram uma obra no Convento de São Domingos (Porto), que consistia em «fazer e acabar de todo o seu dormitório que ficava pera a parte da Ferraria de Baixo que entesta com outro dormitório que fica pera a parte do rio Douro, que ficava na mesma forma deste».
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 168, fls. 228-230v.

COSTA, António da

mestre pedreiro

1750.Agosto.29

António da Costa, mestre pedreiro, residente na freguesia de Cedofeita, no lugar de Vilar.

A.D.P., Po-8, n.º 230, fls. 193-197.

1757.Junho.07

António da Costa, mestre pedreiro, residente na freguesia de Cedofeita. Era casado com Inocência Maria do Espírito Santo.

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 2, fls. 17-18.

COSTA, António da (o novo)

mestre pedreiro

1758.Novembro.01

António da Costa (o novo), mestre pedreiro, residente na rua da Cruz, freguesia de Cedofeita. Era casado com Josefa Maria dos Reis. Assina como testemunha *António da Costa (o velho)*.

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 13, fls. 35-36v.

1766.Março.26

António da Costa (o novo), aparece referido neste documento como sobrinho de um António da Costa.

A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 266, fls. 22-23.

1773.Julho.05

António da Costa (o novo), residente na rua da Cruz, freguesia de Cedofeita, tinha os seguintes irmãos: *Manuel da Costa*; *Veríssimo da Costa* (ambos residentes na aldeia da Pena da referida freguesia); *Joaquim da Costa* (residente na aldeia de Vilar, da mesma freguesia) e Joana Maria (viúva de José Rodrigues e residente na aldeia de Vilar). *Manuel da Costa*, *Veríssimo da Costa* e *Joaquim da Costa* eram mestres pedreiros. Eram filhos de Manuel da Costa e de Maria Teresa dos Reis. *José Ferreira*, mestre carpinteiro, assinou a rogo de Joana Maria. Foram testemunhas: *António Pereira*, oficial de carpinteiro, da freguesia de Pedroso (Vila Nova de Gaia) e *Duarte de Sousa*, oficial de carpinteiro, residente na rua do Cano da Água, freguesia de Cedofeita.

A.D.P., Po-9, 4.ª série, n.º 114, fls. 61-61v.

António da Costa o novo Verissimo da Costa
Manuel da Costa Joaquim da Costa
Rogo sobre dita e como José Ferreira
Duarte de Sousa D.ª António e Pereira

COSTA, José da mestre pedreiro

1702.Janeiro.19

José da Costa, mestre pedreiro, da freguesia de Santo Ildefonso, era filho de *António da Costa*, mestre pedreiro.
A.D.P., Secção Notarial, Po-9 3.ª série, n.º 6, fls. 123v.-126.

COSTA, José da mestre carpinteiro

1758.Dezembro.02

José da Costa, mestre carpinteiro, residente na viela do Laranjal de Cima «que foi campo do Estevão», freguesia de Santo Ildefonso, pertendendo embarcar «na presente frota para os Estados do Brazil a ganhar sua vida», fazia seu procurador o seu cunhado Luís Teixeira. Era casado com Joana Maria Teixeira.
Foi testemunha *Custódio Rodrigues*, mestre pedreiro, residente na rua do Reimão (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 14, fls. 15-15v.

COSTA, Manuel da mestre pedreiro

1766.Março.26

Manuel da Costa, mestre pedreiro, residente na freguesia de Cedofeita, aparece neste documento como sobrinho de António da Costa.
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 266, fls. 22-23.

1776.Setembro.26

Manuel da Costa, do lugar da Pena (freguesia de Cedofeita), e sua mulher Marcelina Teresa dotaram sua filha Teresa Angelica para casar com José Leite «homem marítimo» de Vila Nova de Gaia.
A.D.P., Secção Notarial, Po-2, n.º 332, fls. 177v-178.

1781.Abril.29

Manuel da Costa, mestre pedreiro, residente na freguesia de Cedofeita, estava associado com Francisco Teotónio da Silva Pereira e *José Ribeiro*, mestre carpinteiro, para executarem a obra «do cais de Vila Nova do Cavaquinho enthe a caza ou fabrica da cal».
A.D.P., Secção Notarial, Po-1, n.º 380, fls. 56v.-57v.

COUTO, António do mestre pedreiro

1773.Janeiro.16

António do Couto, mestre pedreiro, residente no lugar de Sanhoane da freguesia de Pedroso (Vila Nova de Gaia) e *Manuel Fernandes*, mestre pedreiro, residente no lugar

de «Mixedo» da mesma freguesia, arremataram a obra da igreja de Santa Cruz de Jovim, bispado de Penafiel, que se achava «muito aruinada e incapas de nella se celebrarem os officios Divinos». Foram feitas cinco plantas para a obra. Ver BASTO, Artur de Magalhães — ob. cit., p. 274.

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.^a série, n.º 111, fls. 66-67v.

COUTO, Manuel do

mestre pedreiro

1693.Agosto.16

Manuel do Couto, mestre pedreiro, residente na rua da Porta de Carros (Porto), foi contratado para «fazer a capella mor e altares colatrais e capellas» da igreja de Nossa Senhora da Vitória (Porto). A obra deveria estar concluída em Maio de 1694.

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 199, fls. 22-22v.

CUNHA, Francisco da

carpinteiro de navios

1695.Junho.21

Francisco da Cunha, carpinteiro de navios, residente na freguesia de Lordelo do Ouro, fez seu procurador seu cunhado *Manuel de Faria*, carpinteiro de «obra branca», residente na mesma freguesia.

A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 105, fls. 17-18.

DOMINGUES, Francisco

mestre pedreiro

1773.Março.24

Francisco Domingues, mestre pedreiro, residente na viela do Estêvão, freguesia de Santo Ildefonso (Porto).

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.^a série, n.º 112, fls. 86v.-87v.

FARIA, Manuel de

mestre carpinteiro

1702.Agosto.29

Manuel de Faria, mestre carpinteiro, residente na freguesia de São Martinho de Lordelo do Ouro, arrematou a obra de carpintaria do corpo da igreja de São Miguel da Gandra (Paredes).

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 211, fls. 188v-190v e fls. 216-217v.

FERNANDES, António

carpinteiro

1735.Janeiro.23

António Fernandes, carpinteiro, residente no lugar de Fradelos (Porto) era casado com Custódia Maria Coelho.

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.^a série, n.º 34 B, fls. 136v.-137.

FERNANDES, Manuel mestre pedreiro

1704.Julho.23

Manuel Fernandes, mestre pedreiro, residente na freguesia de São Cristóvão de Mafamude (Vila Nova de Gaia) e *Manuel Gonçalves*, mestre pedreiro, residente na freguesia de Cedofeita, arremataram a construção da capela que Tomás de Freitas pretendia construir na quinta que possuía na freguesia de Avintes.
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 126. fls. 111v.-114 e 151v.-153.

FERREIRA, Francisco mestre carpinteiro

1715.Fevereiro.24

Francisco Ferreira, mestre carpinteiro, e *José Teixeira Pinto*, mestre carpinteiro, ambos de freguesia de Cedofeita, arremataram uma obra de carpintaria na Capela do Senhor Jesus do Calvário Novo, na alameda da Cordoaria (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 137, fls. 239-241.

FONTAINHA, Bernardo José mestre pedreiro

1773.Março.24

Bernardo José Fontainha e *Francisco Domingues*, mestres pedreiros, ambos residentes na viela do Estevão (freguesia de Santo Ildefonso, Porto), arremataram a «obra de pedraria do muro da serca de terra que comprou para o seu Paço na cidade de Penafiel». Foi testemunha *Caetano Pereira*, mestre pedreiro.
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 112, fls. 86v-87v.

GOMES, Manuel (o novo) mestre pedreiro

1785.Dezembro.31

Manuel Gomes (o novo), mestre pedreiro, residente no lugar da Lavandaria (freguesia de Oliveira do Douro), foi contratado para «fazer a obra de pedraria das trazeiras das cazas» que tinha, na rua Direita da Estrada de Cedofeita, Domingos Gonçalves Chaves «botequim», residente na rua nova de São João (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-2, n.º 368, fls. 44v.-45v.

GONÇALVES, João mestre carpinteiro

1699. Setembro.28

João Gonçalves, mestre carpinteiro, morador «a Seê» do Porto, arrematou uma obra de carpintaria na igreja de Santa Cruz do Bispo.
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 115, fls. 6v.-8v.

GONÇALVES, Manuel

pedreiro

1701.Fevereiro.12

Manuel Gonçalves, pedreiro, residente na aldeia de Valbom de Baixo (freguesia de Valbom), foi contratado por Domingos da Costa Guimarães para lhe fazer «hum arco de pedra em nora que elle dito Domingos da Costa Guimaraens tem na sua quinta na freguezia de São Cosme de Lovelha».

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.^a série, n.º 5(1), fls. 5-6.

GOUVEIA, Inácio da Silva Coelho Valente de

retratista

1780.Agosto.09

Assina como testemunha do contrato entre António Inácio Saldanha e José Booz.
Ver: CASTRO, José Machado de
Inácio da Silva Coelho de Gouveia residia na rua da Ferraria de Cima (Porto).



LOURENÇO, Manuel

pedreiro

1669.Abril.04

Manuel Lourenço «pedreiro desta cidade» (Porto).

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.^a série, n.º 162, fl. 177.

MARTINS, André

mestre pedreiro

1684.Maio.04

André Martins, mestre pedreiro, residente na aldeia de Noeda (freguesia de Campanhã), *Manuel Fernandes*, mestre pedreiro, residente na freguesia de Santo Ildefonso, *António Mendes* e *Manuel Vieira*, mestres pedreiros, ambos residentes na referida freguesia, arremataram uma obra de pedraria no Convento de Santa Clara em Vila do Conde.

A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 81, fls. 204v.-206.

OLIVEIRA, Luís de

pedreiro

1731.Outubro.17

Luís de Oliveira, pedreiro, residia «fora das portas de Sima de Villa».

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.^a série, n.º 28 A, fls. 12v.-13.

OLIVEIRA, Manuel de

mestre pedreiro

1742.Junho.03

Manuel de Oliveira, mestre pedreiro, residente no lugar de Idanha, freguesia de Anta (Vila Nova de Gaia) arrematou a obra da capela-mor e sacristia da igreja de São Martinho de Anta.

A.D.P., Secção Notarial, Po-5, 1.ª série, n.º 179, fls. 239v.-241.

OLIVEIRA, Pedro de

carpinteiro

1669.Outubro.11

Pedro de Oliveira, carpinteiro, residente na rua de Belomonte. Era casado com Madalena Fernandes.

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 163, fls. 62-62v.

PIMENTEL, Alexandre

mestre pedreiro

1791.Setembro.13

Alexandre Pimentel, mestre pedreiro, residente na freguesia de Oliveira de Azemeis, termo da Vila da Feira, arrematou a obra do «reparo» da capela-mor da igreja de Santa Maria de Pindelo, comarca da Feira.

A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 346, fls. 4-5.

PONTES, João de

carpinteiro

1701.Fevereiro.14

João de Pontes, carpinteiro, residente na aldeia da Formiga, freguesia de Campanhã. Era casado com Maria Pereira.

A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 5(1), fls. 6-9.

PORTO, Manuel António

mestre carpinteiro

1684.Junho.07

Manuel António Porto, Domingos Jorge, João Francisco Guimarães e Manuel Correia dos Santos, «todos oficiais de carpintaria da Ribeira Nova», residentes na freguesia de São Pedro de Miragaia fizeram uma «sociedade e companhia».

A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 182, fls. 240-240v.

RIBEIRO, José

pedreiro

1777.Fevereiro.13

José Ribeiro, oficial de pedreiro, residente no lugar do Padrão de Campanhã, fez a obra da «irmida ou nicho» do Senhor do Padrão de Campanhã, por quem tinha «especial

devoção de venerar o Senhor do mesmo padrão que fica ao pé das suas cazas». A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 347, fls. 32v.-34.

RIBEIRO, Pedro

carpinteiro

1694.Julho.20

Pedro Ribeiro, carpinteiro, residente em São Lázaro. Era casado com Maria Gonçalves. A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 102, fl. 130.

SANTOS, André dos

mestre pedreiro

1702.Abril.11

André dos Santos, mestre pedreiro, da aldeia de Curro (freguesia de São João de Canelas), *António Moreira*, mestre pedreiro, da aldeia de Figueiredo (couto de Pedroso), arremataram a obra da capela-mor e do corpo da igreja de São Miguel da Gandra (Paredes). A.D.P., Secção Notarial, Po-1, 4.ª série, n.º 210, fls. 91-93v.

SILVA, Manuel João da

mestre pedreiro

1788.Agosto.21

Manuel João da Silva e Verissimo da Costa, mestres pedreiros, arremataram a obra «que falta para se acabarem os armazens do Caes Novo pertencentes ao senhor Joze Pinto da Cunha». A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 333, fls. 66v.-69.

SOUSA, Manuel de

carpinteiro

1701.Julho.18

Manuel de Sousa, carpinteiro, casado com Leonarda dos Santos, residentes defronte de Nossa Senhora da Batalha (Porto), «são senhores e posuidores de huma morada de cazas terreas com seu quintal citas na rua Direita de Santo Ildefonso [...] que forão de *Manoel Mendes* pedreiro e de sua molher Maria do Rozario da sobredita rua quouis cazas e quintal partem da banda do nacente com cazas de Philipe Martins e do poente com terra de Mathias de Almeida e do norte com a rua publica e do sul com o adro de Santo Andre». Esta casa foi comprada por *Manuel Furtado de Mendonça*, escultor, residente na rua Chã. A.D.P. Secção Notarial, Po-9, 3.ª série, n.º 5(2), fls. 24v.-27.

TAVARES, José Domingues

mestre carpinteiro

1771.Dezembro.10

José Domingues Tavares, mestre carpinteiro, residente em Vilar do Paraíso (Vila Nova de Gaia), trespassou, a *Manuel Pinto*, mestre rebocador, *João Pinto*, do mesmo ofício, e a *José de Sousa*, carpinteiro, todos da freguesia de Vilar do Paraíso, uma obra que tinha arrematado na igreja e casa da residência da freguesia de São Pedro de Vilar do Paraíso. *José Domingues Tavares* era filho do carpinteiro *José Domingues Tavares*.
A.D.P., Secção Notarial, Po-4, n.º 279, fls. 59-60.

TEIXEIRA, Caetano de Jesus

mestre pintor

1758.Dezembro.31

Caetano de Jesus Teixeira, mestre pintor, residente na rua «chamada» dos Oleiros do Campo de São Lázaro (Porto). Era casado com Maria de Jesus Marques.
A.D.P., Secção Notarial, Po-9, 4.ª série, n.º 14, fls. 91v.-93.

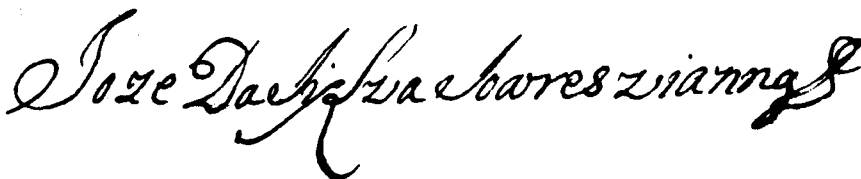


VIANA, José da Silva Soares

carpinteiro

1786.Abril.07

José da Silva Soares Viana, carpinteiro, natural da «vila» de Viana e «assistente» no hospício do Mosteiro de Monchique (Porto).
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 325, fl. 28.



VIEIRA, José

mestre pedreiro

1696.Julho.01

José Vieira, pedreiro. Era filho do mestre pedreiro *Pantaleão Vieira*.
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 107, fls. 232-234v.

VIEIRA, Manuel

mestre pedreiro

1696.Julho.01

Manuel Vieira, mestre pedreiro. Era filho do mestre pedreiro *Pantaleão Vieira*.
A.D.P., Secção Notarial, Po-8, n.º 107, fls. 232-234v.

A APOTEOSE DO BARROCO NAS IGREJAS DOS CONVENTOS FEMININOS PORTUGUESES*

Por Natália Marinho Ferreira Alves**

1 — Introdução

Os conventos femininos portugueses dão-nos hoje uma imagem profundamente distorcida, não só do espírito que presidiu à sua fundação, mas também da evolução artística dos próprios edifícios. Para este facto contribuíram a cobiça, o vandalismo e a ignorância que golpearam as instituições religiosas a partir dos inícios do século XIX. Só assim podemos entender o estado lamentável a que chegou a maioria das construções conventuais (algumas delas de grande imponência), sendo a sua listagem vastíssima e inúmeras as causas apontadas ainda que, em primeiro lugar, deva destacar-se a Extinção das Ordens, decretada em 28 de Maio de 1834¹.

Contudo, se os aspectos referidos são comuns aos conventos masculinos e femininos, no segundo caso torna-se, para além disso, pre-

** Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

* Texto da comunicação apresentada ao *Congresso de Monacato Feminino*, realizado na Universidade de Léon, em Abril de 1992.

¹ Sobre este assunto ver AGUIAR, *Joaquim António de (1792-1871)*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, Lisboa, 1975, pp. 69-70; *Bens nacionais*, idem, pp. 332-334; *Clero*, idem, vol. II, pp. 76-80.

mente a elaboração de estudos aprofundados que possibilitem um melhor conhecimento de cada um desses núcleos, onde a componente artística é dada a maior relevância.

De particular interesse para essa análise é o período que medeia entre os reinados de D. Pedro II (1683-1706) e D. José I (1750-1777) sendo, no entanto, na época de D. João V (1707-1750) que se atingirá o máximo esplendor no interior das igrejas conventuais. Esta riqueza que, ainda hoje, persiste em algumas delas como Santa Clara do Porto, Jesus de Aveiro e Santa Maria de Arouca, não corresponde de forma alguma à sobriedade da sua arquitectura.

Locais de grande prestígio, os conventos acolhiam senhoras da melhor nobreza, inclusivé de sangue real, encontrando-se entre os seus fundadores os próprios monarcas e, como protectoras por excelência, rainhas² e infantas. Dispondo de rendimentos de diversa índole, e por vezes avultados, alguns deles, a partir do último quartel do século XVII e durante os dois primeiros terços do século XVIII, sofrem importantes obras de transformação nas suas dependências. Serão as suas igrejas que irão reflectir a feição magnífica e opulenta do barroco com os revestimentos a azulejo e nomeadamente a talha dourada, criando um espaço único, de que são paradigmas as de Jesus e de Santa Clara.

2 — Conventos femininos: aspectos dicotómicos

2.1. — *Nobreza de sangue/austeridade de vida*

Acompanhar o percurso vital do mosteiro desde a sua fundação até à morte da última freira³ é uma tarefa árdua mas apaixonante já que, ao debruçarmo-nos sobre esse universo feminino, é-nos possível seguir o quotidiano das monjas e observar a multiplicidade das suas facetas nos âmbitos temporal e espiritual.

Tomando alguns conventos como pontos referenciais, verificamos que, apesar do estrato social elevado dos fundadores — reis, rainhas e infantas — e de muitas das freiras, era severo o espírito que havia presidido à sua fundação e que pautava a existência diária da comunidade religiosa.

² Refira-se o caso do Mosteiro de Arouca — cuja igreja trataremos adiante — legado por D. Sancho I, em 1210, a sua filha D. Mafalda que, em 1217, exerce sobre ele o seu padroado. De acordo com as suas disposições testamentárias, o mosteiro seria grandemente beneficiado por sua morte.

³ Segundo a legislação referente à Extinção das Ordens, os conventos femininos extinguíam-se com a morte da última freira.

Os monarcas e suas esposas surgem-nos com frequência como padroeiros dos conventos por eles fundados, colocando-os sob sua protecção e empenhando-se de forma directa no seu destino, obrigação essa que passava muitas vezes para os seus herdeiros. Esta ligação é testemunhada de diversas formas entre elas, pela presença real na cerimónia solene da fundação da igreja conventual, ou pelo desejo expresso de aí serem sepultados. Apontemos alguns exemplos comprovativos desta nossa perspectiva:

Convento de Santa Clara do Porto

Pelas palavras do cronista, sabemos que a Rainha D. Filipa de Lancastre tendo-se apercebido de que a morte a impediria de assistir à fundação do Convento de Santa Clara na cidade do Porto⁴, recomendou a seu marido, D. João I, que desse cumprimento, em sua memória, a esta vontade. O Rei, que fez questão de «executar o que ella intentou, com grande gloria sua veio em pessoa ao Porto»⁵, acompanhado dos filhos, o Infante D. Fernando e o Conde de Barcelos, D. Afonso.

Em 28 de Março de 1416, a fim de se proceder à cerimónia da benção da primeira pedra, saiu «a mais grave procissão que esta cidade tera visto»⁶, presidida pelo Bispo do Porto, D. Fernando da Guerra⁷.

Durante o ritual, foram colocadas as quatro pedras fundamentais da igreja, da seguinte maneira: a *primeira*, depois de benzida, pelo Bispo na parte direita do cruzeiro; a *segunda*, no canto direito junto da porta, pelo Rei «por suas proprias mãos»⁸; a *terceira*, no canto que lhe ficava em frente, pelo Infante D. Fernando; e a *quarta*, no lado do cruzeiro «em correspondencia da que o Bispo lançou»⁹, por D. Afonso, Conde de Barcelos.

⁴ D. Filipa morreu em Odivelas a 19 de Julho de 1415. Em 12 de Março de 1405, pela *Bula Sacrae Religionis*, a Rainha obtivera autorização do Papa Inocêncio VII para se trasladarem para o Porto as freiras do Convento de Santa Clara de Entre-os-Rios. Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII*, in «Revista da Faculdade de Letras — História», II Série — vol. II, Porto, 1985, p. 274.

⁵ ESPERANÇA, Frei Manuel da — *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da S. Francisco na Província de Portugal*, tomo I, Lisboa, 1656, p. 573.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ D. Fernando da Guerra era sobrinho-neto de D. João I. Sobre a sua ascendência e nascimento, ver MARQUES, José — *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, pp. 45-168.

⁸ ESPERANÇA, Frei Manuel da — *ob. cit.*, p. 574.

⁹ Idem, *ibidem*.

Este envolvimento do Rei e de seus familiares na fundação do convento, teria sequência nos reinados imediatamente posteriores. Assim, D. Duarte confirmaria todos os privilégios concedidos¹⁰, sendo também consideráveis as dádivas feitas por D. Afonso V¹¹.

Mosteiro de Jesus de Aveiro

Ao Mosteiro de Jesus de Aveiro aparecem ligadas as figuras da Princesa Santa Joana e de seu pai D. Afonso V, que o funda em 1462. Com efeito, chegando a Aveiro em 12 de Janeiro desse ano, o Rei fez saber «que tomava ê devacõ e prazer viür põor a primeyra pedra do alicece da Igreja per sua propria mão»¹². De imediato, as madres mandaram abrir os alicerces da igreja e, três dias depois, após missa solene e pontifical, D. Afonso, seguido de numerosa e faustosa comitiva dirigiu-se ao local e, tomando «cõ suas mãos hũa fremosa pedra e muy bem lavrada»¹³, juntamente com o Bispo de Coimbra «cõ muita devacõ, e bêecoens a poserõ e assentaram por firme fũdameto de tã sancta obra»¹⁴.

A 14 de Agosto de 1472, a Infanta D. Joana dava entrada no mosteiro que o pai havia fundado, aí vivendo de forma edificante durante dezoito anos. Por sua morte deixá-lo-ia herdeiro «de toda a sua fazenda»¹⁵.

Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa

Fundado por D. Leonor, mulher de D. João II¹⁶, teve nos reis patronos que «sempre o favoreceram com grandes esmolas»¹⁷. Em 23 de Junho de 1509 deu-se início à construção da sua igreja, tendo sido o local benzido pelo Arcebispo de Lisboa e estando presente a Rainha. Tendo

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 578.

¹¹ Idem, *ibidem*; e VITERBO, Sousa — *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1904, pp. 142 e 147.

¹² *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rei Dom Afonso V*, Aveiro, 1939 (Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil), p. 28.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem, p. 155.

¹⁶ O Convento da Madre de Deus foi fundado em 1508, por Breve do Papa Júlio II. Cf. COSTA, Carvalho da — *Corografia Portuguesa*, vol. III, Braga, 1869, p. 261 (2.^a edição).

¹⁷ Idem, *ibidem*.

falecido em 1525, D. Leonor, por sua vontade foi enterrada em campa rasa no claustro à entrada do Capítulo¹⁸.

Mosteiro de São Bento da Ave-Maria do Porto

A edificação do Mosteiro de São Bento da Ave-Maria em 1518¹⁹, ficou a dever-se à «Real Liberalidade»²⁰ de D. Manuel I que «teve movido da sua devoção tão grande gosto desta Fundação, que para se não faltar em couza alguma à magnificencia, e boa arquitetura da obra»²¹ nomeou como responsáveis para o seguimento dos trabalhos três fidalgos da Sua Casa²². À morte do Rei, não se encontrando terminadas as obras, D. João III — seu filho e sucessor — mandou continuá-las «com o mesmo zelo, e fervor»²³. Estes motivos levariam a que o mosteiro, concluído em 1527²⁴, fosse considerado «hum dos mais magnificos deste Reino de Portugal, tanto pelo sitio em que se acha fundado, que he o melhor, e mais aprazivel da Cidade, como pelos Privilegios e Regalias, de que goza»²⁵.

Se destacámos o facto do Rei ou da Rainha assumirem o papel de fundadores e padroeiros, e das freiras serem «quasi todas fidalgas», como acontecia relativamente ao Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Lisboa²⁶, ou ao de São Bento da Ave-Maria do Porto que, em finais do século XVII, se dizia abrigava «lo más selecto de toda la Nobleza y Hidalguia de la Sangue Portuguesa en sus Religiozas y Monjas»²⁷, importa

¹⁸ Também no mesmo local foi sepultada sua irmã D. Isabel, mulher do Duque D. Fernando.

¹⁹ *Livro da Fundação deste Real Mosteiro de S. Bento da Ave Maria do Porto*, 1776, A.D.P., Secção Monástica, Mosteiro de S. Bento da Ave Maria, n.º 288 (198), fl. 3v.

²⁰ Idem, fl. 4.

²¹ Idem, ibidem.

²² Os três fidalgos da Casa Real eram: Bartolomeu de Paiva, amo do Príncipe D. João; Gomes Pais e Álvaro de Braga. Idem, ibidem.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ Idem, fl. 3v.

²⁶ O Convento de Nossa Senhora da Esperança foi fundado, em 1530, por D. Isabel de Mendanha, senhora fidalga de grandes virtudes. Convento de freiras franciscanas, nele residiam nos inícios do século XVIII «sessenta Religiosas, quasi todas Fidalgas». Cf. COSTA, Carvalho da — ob. cit., p. 359.

²⁷ Ver NOVAIS, Manuel Pereira de — *Anacrisis Historial*, IV, vol. II, Porto, 1913, p. 80.

também realçar que o padrão de vida por elas seguido era do maior rigor já que «despreziando Riquezas [...] dan de Espaldas al mundo»²⁸.

Assim, no Mosteiro de Jesus de Aveiro, as suas freiras, embora «as mais dellas Fidalgas muito illustres & oyto, ou dez de Casas Titulares»²⁹, viviam numa tão «admiravel clausura, que o Coro de bayxo se fecha com huma campã»³⁰. Não é, pois, de estranhar que uma aura de santidade rodeasse algumas delas, reforçando aliás, uma certa conotação miraculosa dada à construção do mosteiro, uma vez que os «principaes Architectos forão os anjos, que de noyte lhe davão conhecidos aumentos»³¹.

Por seu lado, as monjas beneditinas do Porto ficariam conhecidas pela maneira ascética como viviam. A sua primeira abadessa, D. Maria de Melo, oriunda de família ilustre, grangeou enorme fama pelo cariz que imprimiu ao seu governo, iniciado em 6 de Janeiro de 1535. A clausura era rigorosa, pois as «grades só se permitirão limitadas vezes aos Pays e Mays das Religiozas»³² que, voltadas para a oração e para a penitência, usavam vestuário extremamente modesto e comiam «só o necessário, e não superfluo»³³. Era grande a sua pobreza, ocupando-se elas próprias de todos os trabalhos, mesmo os mais servis, havendo em todo o mosteiro, unicamente cinco criadas «para a cura das doentes e velhas»³⁴.

Igualmente reputado era o Convento de Santa Clara do Porto pela nobreza das suas religiosas que, no entanto, seguiam a sua regra na mais estrita observância³⁵. Este facto justificaria que algumas das clarissas fossem tidas como santas, quer pelo exemplo que haviam dado ao longo da vida e pela forma como acolheram a morte, quer pelas graças obtidas por sua intercessão³⁶.

O convento feminino inserido nos parâmetros que acabamos de descrever era um testemunho constante da possibilidade de uma vivência mimética do modelo figurado por Cristo. Por este motivo, a sua fundação era encarada como algo devido a Deus que enchia de júbilo os humildes e particularmente os membros de elevada condição social. Este é o sentimento que perpassa na cidade do Porto quando as freiras beneditinas dão entrada no seu mosteiro, pois «não se pode imaginar que as Senhoras da Terra deixassem de mandar às novas Hospedes [...] os mimos que a sua

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Cf. COSTA, Carvalho da — ob. cit., II, Braga, 1868, p. 68.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² *Livro da Fundação...*, fl. 8.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Ver NOVAIS, Manuel Pereira de — ob. cit., p. 67.

³⁶ ESPERANÇA, Frei Manuel da — ob. cit., pp. 584-587.

piedade lhe administrasse para se sustentarem naquelles primeiros dias; vendo que tinham agora hum Mosteiro tão magnifico, em que podiam consagrar suas filhas a Deos Nosso Senhor, como muitas logo fizeram»³⁷.

2.2. — *Sobriedade architectónica/magnificência dos interiores das igrejas*

Ao analisarmos os edifícios conventuais femininos somos confrontados com uma peculiaridade curiosa: à sobriedade da architectura do convento³⁸ não corresponde, necessariamente, uma pobreza do interior das suas igrejas que, pelo contrário, apresentam uma grande exuberância decorativa.

A simplicidade da estrutura architectónica quebrada por vezes pelas linhas de um portal como no Convento de Nossa Senhora dos Cardais, em Lisboa, é quase uma constante. As mutações que o edificio pode eventualmente sofrer — acrescentos, substituições pontuais de elementos decorativos em épocas posteriores — não alteram de forma radical a faceta austera primitiva.

Porém, a partir dos finais de seiscentos e principalmente nos inícios do século XVIII, os interiores das igrejas começam a ser decorados segundo um critério estético diametralmente oposto: busca-se agora não um espaço despojado, mas um ambiente sacro onde a profusão decorativa gera uma atmosfera faustosa para a qual contribuem o ouro da talha, a policromia das imagens, as pinturas e os azulejos.

Vejamos alguns casos em que pode ser constatada a oscilação entre os dois factores — austeridade exterior/riqueza interior:

Mosteiro/igreja de São Bento de Barcelos

Lançada a primeira pedra em 1707 e concluído em 1713, data em que as freiras entram para a clausura³⁹, aquilo que hoje dele resta é uma igreja — a *igreja do Terço*⁴⁰ — que comprova a dicotomia apontada: se

³⁷ *Livro da Fundação...*, fl. 7v.

³⁸ Esta austeridade não significa de forma alguma mediocridade. Alguns exemplos podem ser apontados como o Mosteiro de Santa Maria de Arouca, cuja majestade é notória.

³⁹ Sobre este assunto consultar PEREIRA, Domingos Joaquim — *Memória Histórica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelição*, Vianna, 1867, pp. 91-99.

⁴⁰ Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Barcelos*, Lisboa, 1990, pp. 74-79.

o exterior é «mediocre e apagado»⁴¹, o seu interior é uma das mais belas expressões do barroco português.

Neste espaço sacro, é extraordinário o efeito obtido pela ligação harmoniosa dos painéis pintados dos tectos com a talha dourada de excelente feitura dos retábulos⁴² e do púlpito⁴³ que, por sua vez, se articula com o deslumbrante conjunto de azulejos azuis e brancos que revestem as paredes da capela-mor e do corpo da igreja⁴⁴.

Mosteiro/igreja de Jesus de Aveiro

No Mosteiro de Jesus de Aveiro, como a clausura era muito rigorosa, nunca se tinham permitido «mirantes, nem janellas»⁴⁵ e, por consequência, o seu exterior era de «humilde fabrica»⁴⁶, embora no interior fosse de «espaçosa architectura»⁴⁷; contudo, não se pode considerar modesta a sua igreja nos inícios de setecentos, já que nela «brilha o ouro em retabulos, & tecto: sobra a prata em baxelas & aparatos: servem os brocados em cortinas, & ornamentos»⁴⁸.

Esta descrição confirma dados documentais existentes do final do século XVII, que referem melhoramentos significativos no interior da igreja, entre eles o novo forro⁴⁹ contratado em 1685, cujo responsável — *Domingos Lopes* — era um dos mais prestigiados mestres da época, com uma actividade polifacetada⁵⁰.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 74.

⁴² Os retábulos mor e colaterais são atribuídos ao entalhador Ambrósio Coelho. Esta autoria ainda hoje levanta dúvidas. Cf. Idem, *ibidem*, p. 76.

⁴³ Púlpito atribuído ao entalhador Gabriel Rodrigues Álvares. Cf. Idem, *ibidem*, p. 76.

⁴⁴ Azulejos de produção lisboeta, sendo os do corpo da igreja datados de 1713, com cenas da vida de São Bento; por baixo destes, corre um alizar com temas emblemáticos de particular interesse. Os dois painéis das paredes da capela-mor relatam o lançamento da primeira pedra e a entrada das freiras na clausura. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 76-77.

⁴⁵ Ver COSTA, CARVALHO da — ob. cit., p. 68.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na Cidade e na diocese do Porto*, I, Porto, 1984, pp. 613-615; e FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na época barroca*, (*Artistas e clientela. Materiais e técnica*), I, Porto, 1989, p. 121.

⁵⁰ Sobre Domingos Lopes e a sua actividade, ver: FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit. p. 63 e II, Porto, 1989, pp. 390-393; e FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. — *Nótula para a história do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra*, in «Revista da Faculdade de Letras — História», II Série, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 297-301.

Nos anos seguintes, a talha dourada prolifera, iniciando-se o processo que levará ao revestimento total do interior, concretizado no século seguinte⁵¹. Datado de 1702 é o arco cruzeiro, sendo também contemporâneos os retábulos laterais desconhecendo-se, até ao momento, a sua autoria.

No segundo decénio de setecentos, realizar-se-ão os trabalhos mais notáveis estando a eles ligado um dos maiores entalhadores portuenses: *António Gomes*⁵². Sozinho, ou trabalhando em parceria⁵³ com outros artistas, António Gomes executa entre os finais do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII algumas das mais importantes obras de talha do Norte de Portugal, estendendo a influência da sua oficina até a zona de Coimbra⁵⁴.

Em 1725⁵⁵, juntamente com o entalhador *José Correia*, arremata a talha da capela-mor da igreja de Jesus que, de acordo com o contrato, deveria ser inspirada na talha da capela-mor da igreja do Mosteiro de São Bento da Ave Maria do Porto, da autoria de *Filipe da Silva e João da Costa*⁵⁶. Segue-se um hiato entre 1725 e 1728, datas importantes para a execução da talha da capela-mor. Neste lapso de tempo, as freiras tiveram uma outra preocupação bem mais pragmática: a colocação de vidraças na sua igreja, encomendadas ao mestre vidraceiro do Porto *Manuel da Costa Vale* que, na escritura assinada em 30 de Dezembro de 1727, se comprometia a fazê-las iguais às da Sé do Porto⁵⁷.

⁵¹ Sobre este belíssimo interior, ver: FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *JESUS, Igreja de (Aveiro)*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 240-242.

⁵² António Gomes é um vulto notável da arte da talha que marcou de forma decisiva a escola portuense. Ver: Idem — *GOMES, António*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 206-207; Idem — *A arte da talha no Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, II, Porto, 1989, pp. 384-386 e 585-587.

⁵³ Idem — ob. cit., I, pp. 96-98.

⁵⁴ Idem, ibidem, pp. 123-126.

⁵⁵ Contrato de 7 e 19 de Fevereiro de 1725.

Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., II, Porto, 1985, pp. 692-702.

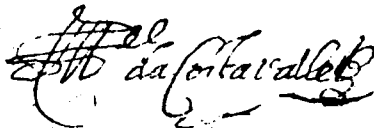
⁵⁶ Contrato de 16 de Novembro de 1707.

Idem, ibidem, pp. 303-306.

⁵⁷ Contrato de 30 de Dezembro de 1727.

A.D.P., PO-8.º, n.º 182, fls. 135v.-137.

Para além do pagamento acordado, as freiras obrigavam-se a dar ao mestre vidraceiro «de comer e besta para hida e vinda athe se por em sua caza».



Manuel da Costa Vale

Em 1728 *António Gomes e José Correia* tendo-se obrigado, a 14 de Fevereiro, a concluir com a maior brevidade⁵⁸ toda a obra, deram os seus trabalhos por terminados em 1 de Maio desse mesmo ano⁵⁹.

No ano seguinte principiava-se a operação de douramento e estofo ajustado pelas freiras, através do seu procurador⁶⁰, com os mestres douradores *Manuel da Silva e António José Correia*⁶¹.

Ainda em 1729, a capela-mor receberia os seis painéis pintados pelo portuense *Manuel Ferreira de Sousa*, relatando cenas da vida da Princesa Santa Joana⁶². Por baixo destas pinturas, e da mesma época, colocaram-se painéis de azulejo, também eles de temática alusiva à vida da Infanta no Mosteiro⁶³.

Rematando este espaço singular que é a capela-mor, destaca-se o esplêndido tecto de talha primorosamente lavrada que só tem paralelo nos tectos das capelas-mores das igrejas de São Pedro de Miragaia e de Santa Clara do Porto, concebidos dentro do mesmo espírito.

Mosteiro/igreja de Santa Maria de Arouca

O Mosteiro de Santa Maria de Arouca, que se impõe ainda nos nossos dias pela sua arquitectura majestosa mas de linhas severas, apresenta-nos um sumptuoso interior que, no entanto, é diferente daqueles que temos vindo a referir.

Graças à Visitação de 24 de Novembro de 1702⁶⁴, sabemos que, encontrando-se a igreja em «miserável estado», as monjas decidiram mandar construir uma nova. A sua preocupação foi a de mandar chamar

⁵⁸ Contrato de 14 de Fevereiro de 1728.

Segundo este novo contrato, a obra deveria estar pronta até às «Endoenças» desse ano. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., III, Porto, 1986, pp. 108-111.

⁵⁹ Escritura de quitação e distrate de 1 de Maio de 1728. Cf. Idem, ibidem, pp. 115-117.

⁶⁰ O licenciado António Telo da Veiga e Sousa, por procuração de 30 de Março de 1729, representaria as freiras no acto de outorga do contrato de douramento. Cf. Idem, ibidem, pp. 144-145.

⁶¹ O mestre dourador Manuel da Silva era de Coimbra, enquanto António José Correia era do Porto.

Contrato de 2 de Abril de 1729. Cf. Idem, ibidem, pp. 145-151.

⁶² Ver GONÇALVES, António Manuel — *Roteiro do Museu de Aveiro*, Aveiro, 1960, p. 58; *Inventário Artístico de Portugal*, VI, Zona Sul do Distrito de Aveiro, Lisboa, 1959, pp. 115-118.

⁶³ Azulejos de produção lisboeta. Atribuídos ao monogramista P.M.P., provavelmente o mesmo autor dos painéis laterais da capela-mor da igreja do Terço de Barcelos, atrás referida.

⁶⁴ Ver CARVALHO, Ayres de — *D. João V e a arte do seu tempo*, II, s.l., 1962, p. 261.

aquele que, na altura, era considerado o melhor arquitecto existente em Portugal a fim de «a vista da obra velha» fazer «a Planta da nova igreja com toda a perfeição sem reparar em custo algum».

Aponta-se habitualmente a data de 1703⁶⁵ como sendo aquela em que as freiras incumbiram *Carlos Gimac*⁶⁶ de fazer o risco da actual igreja. «Templo de boa arquitectura, feito de abobeda ao moderno, de huma só nave»⁶⁷, a sua edificação processar-se-ia entre 1704 e 1718, ocorrendo a cerimónia da benção da nova igreja em 20 de Outubro de 1718, presidida pelo D. Abade de São João de Tarouca⁶⁸.

A década seguinte será de intensa actividade artística na igreja do Mosteiro de Arouca. O interior, de grande sobriedade arquitectónica, assume uma imponente faceta barroca dada pela talha dos retábulos e pela excelente estatuária da autoria do bracarense Jacinto Vieira⁶⁹.

Executadas, com toda a probabilidade entre 1723 e 1725, de grandes proporções e colocadas em nichos altos, não só na igreja mas também no coro, estas imagens de santos, monges e freiras⁷⁰, criam uma ambiência cenográfica de grande impacte.

A feitura dos sete retábulos em talha dourada⁷¹, não se deu em simultâneo. O retábulo-mor⁷², da autoria do mestre entalhador bracarense *Luís Vieira da Cruz*, seria contratado em 1723⁷³, e o respectivo douramento, dez anos depois, pelos mestres douradores *João Nunes de Abreu e Manuel Cerqueira Mendes*, de Lisboa⁷⁴. Os seis retábulos do corpo da

⁶⁵ Ver BRANDÃO, Domingos — ob. cit., II, Porto, 1985, p. 67.

⁶⁶ Ver PIMENTEL, António Filipe — *GIMAC, Carlos*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 202-203.

⁶⁷ Cf. BRANDÃO, D. Domingos de Pinho e LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha — *Arouca. Notas Monográficas — I*, Arouca, 1991, p. 56.

⁶⁸ Ver CARVALHO, Ayres de — ob. cit., p. 263.

⁶⁹ Ver BORGES, Nelson Correia — *Do barroco ao rococó*, in «História da Arte em Portugal», Lisboa, 1986, p. 42.

⁷⁰ Entre as figuras femininas, conotadas com as Ordens Beneditina e de Cister, refira-se a da Rainha Santa Mafalda.

⁷¹ São sete os retábulos: o retábulo-mor, quatro laterais e dois colaterais. Num dos altares laterais do lado da Epístola, encontra-se o túmulo da Rainha Santa Mafalda.

⁷² A 28 de Fevereiro de 1701, os entalhadores António Gomes e João da Costa arremataram a execução do retábulo-mor e tribuna, mas desconhecemos se teriam levado a cabo a sua empreitada. em 1723, Luís Vieira da Cruz encarrega-se da feitura daquele que existe. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Obra de talha dourada...*, II, Porto, 1985, pp. 66-70.

⁷³ Contrato de 12 de Junho de 1723.

Cf. Idem, ibidem, pp. 637-641.

⁷⁴ Contrato de 29 de Abril de 1733.

Cf. Idem, ibidem, III, Porto, 1986, pp. 259-264.

igreja⁷⁵ seriam arrematados em 1738 por *Miguel Francisco da Silva*⁷⁶, estando por certo concluídos em 1741, já que nesse ano é contratado o seu douramento⁷⁷ com *Manuel Cerqueira Mendes*. Este mestre dourador, para além de ter colaborado no douramento do retábulo-mor, será o responsável por outras obras similares, entre elas, o douramento do órgão⁷⁸, peça excepcional de grande elegância⁷⁹.

Contudo, uma das obras que maior fama traz à igreja do Mosteiro é o cadeiral do coro, justamente considerado como um dos mais importantes do país. Da autoria conjunta de *António Gomes e Filipe da Silva*⁸⁰, é executado entre 1722 e 1725⁸¹, sendo magníficos, pela qualidade do entalhe e pela imaginação da temática, os espaldares do registo superior. Destacam-se pelo seu interesse iconográfico, as pinturas — seguramente posteriores — relatando cenas da vida de São Bernardo e da Rainha Santa Mafalda⁸².

Convento/igreja de Santa Clara do Porto

Ainda que em finais do século XVII o Convento de Santa Clara fosse considerado «obra mirífica y sunptuosa en la fabrica, con bellos

⁷⁵ Não se conhece a data exacta do contrato dos seis retábulos do corpo da igreja, da autoria de Miguel Francisco da Silva. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 375-376.

⁷⁶ Sobre a figura de Miguel Francisco da Silva ver: FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, I, Porto, 1989, pp. 144-146 e II, pp. 662-663; Idem — SILVA, Miguel Francisco da, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 450-451.

⁷⁷ Contrato de 8 de Novembro de 1741.

Para além dos seis retábulos, o mestre dourador obrigava-se também a dourar os oito caixilhos da capela-mor, os anjos dos lados do altar da rainha Santa Mafalda e a estofar as imagens de São Bento e de São Bernardo. O artista deu todo este trabalho por terminado em 1744, sendo lavrada a respectiva escritura de quitação e distrate em 30 de Abril. Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — *ob. cit.*, pp. 406-411 e 460-462.

⁷⁸ A datação apontada para este trabalho do mestre dourador lisboeta é de 1743. Cf. Idem, *ibidem*, p. 459.

⁷⁹ Sobre esta peça de indiscutível valor, e que tantas questões tem levantado, veja-se idem, *ibidem*, pp. 359-365.

⁸⁰ Filipe da Silva era um conhecido mestre entalhador da escola portuense do primeiro quartel do século XVIII. Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto...*, I, pp. 100-101, 130-133, II, pp. 502-503 e 658-660; Idem — SILVA, Filipe da, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, 1989, pp. 446-447.

⁸¹ Contrato de 8 de Fevereiro de 1722.

Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — *ob. cit.*, II, Porto, 1985, pp. 614-618; e SMITH, Robert C. — *Cadeiras de Portugal*, Lisboa, 1968, p. 53.

⁸² Sobre este cadeiral veja-se ainda BORGES, Nelson Correia — *ob. cit.*, p. 60.

Dormitorios y Claustro»⁸³, a sua arquitectura, pela simplicidade das formas, não suscitaria futuramente comentários dignos de realce. A igreja, porém, viria a merecer a partir dessa época os maiores elogios, pois era «Vistosissima [...] muy Capaz, clara e muy bien ordenada, con sus Capillas y el techo Magestuoso a lo Mosayco y tan primoroso» que, nas palavras de Novais, não haveria «mejores labores de artesonado en toda Hespaña»⁸⁴.

A segunda metade do século XVII é o período em que os bens disponíveis permitem às clarissas efectuar obras de diversa índole na sua igreja⁸⁵. Assim, em 1665⁸⁶, iniciam-se as despesas com o retábulo-mor⁸⁷, sendo acordado o respectivo douramento e estofos — incluindo o do novo sacrário — com o pintor *Manuel de Sousa Sampaio*, em 1667⁸⁸.

Cerca de 1680, mandam-se executar o cadeiral e o forro do coro alto — pintado entre 1680 e 1683 — sendo a sua autoria atribuída a *Domingos Lopes*⁸⁹.

Já perto do final da centúria, em 1695, fazem-se reformas importantes no interior da igreja, com particular destaque para as da tribuna da capela-mor e concertos de todos os altares⁹⁰.

Por fim, em 2 de Agosto de 1699, é encomendado ao ourives *Luís da Rocha* uma obra de envergadura — um sacrário de prata — que, a avaliar pelo texto do contrato firmado em 9 de Janeiro de 1700 (em substituição do anterior), deveria ter sido uma peça de excelente desenho⁹¹.

Nos dois primeiros decénios de setecentos efectuam-se importantes alterações no convento, designadamente na área dos dormitórios, dando-se curso a obras dispendiosas de pedraria e carpintaria⁹².

A partir de 1729, inicia-se uma época fulcral para a igreja: a capela-mor vai ser profundamente alterada, uma vez que era necessário um espaço mais amplo para acolher o novo retábulo-mor de traça «moderna»⁹³.

⁸³ NOVAIS, Manuel Pereira de — ob. cit., p. 67.

⁸⁴ Idem, ibidem, pp. 67 e 71.

⁸⁵ Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *Subsídio para o estudo artístico do convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII*, in «Revista da Faculdade de Letras — História», II Série — vol. II, Porto, 1985, pp. 273-295.

⁸⁶ Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — ob. cit., I, Porto, 1984, pp. 350-353.

⁸⁷ Este não é o retábulo-mor actual, que mencionaremos a seguir.

⁸⁸ Contrato de 13 de Setembro de 1667.

Cf. Idem, ibidem, pp. 363-366.

⁸⁹ Idem, ibidem, pp. 488 e 498.

⁹⁰ Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., p. 277.

⁹¹ SMITH, Robert C. — *Dois grandes obras de arte perdidas do Porto seiscentista*, in «O Tripeiro», VI Série, Ano VIII, n.º 11, Porto, 1968, pp. 321-328.

⁹² Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., pp. 278-286.

⁹³ Na época joanina, «moderno» é sinónimo de barroco de influência romana.

Em 13 de Maio do referido ano, as freiras contratam os mestres pedreiros *Manuel Ferreira, Pantaleão das Neves e Manuel João, o Cravo*, para executarem essa obra. São expressamente advertidos que devem cumprir tudo o que «determinar o arquiteto das obras da Sé Antonio Pereira»⁹⁴ devendo ser feito tudo o que se ache indispensável «para fortaleza do arco que será de picão porque ha de ser coberto de madeira emtalhada».

No ano seguinte, aparece ligado à igreja do Convento de Santa Clara *Miguel Francisco da Silva*⁹⁵. Figura notável na arte da talha, foi um dos melhores intérpretes do joanino portuense. Com uma actividade excepcional como autor de riscos e entalhador, Miguel Francisco da Silva terá na capela-mor de Santa Clara, cuja talha arremata em 20 de Abril⁹⁶, a sua realização máxima como artista.

Com o douramento desta talha, feito em 1747 por *Pedro da Silva Lisboa e António José Pereira*⁹⁷, a igreja ganhava o aspecto que em 1758 se relatava: «hé a mais perfeita e aseada deste Reyno, toda coberta de talha de ouro, e azul, riquissima de pratas do serviso dos Altares, e seu ornamento»⁹⁸.

⁹⁴ Contrato de 13 de Maio de 1729.

A.D.P., PO-9.º, 3.ª série, n.º 25 D, fls. 92-94.

Sobre a figura de António Pereira e sua actividade no Norte de Portugal, veja-se: FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. — *António Pereira: architecto do Palácio de São João Novo*, in «Boletim Cultural», 2.ª série, vol. 7/8, Porto, 1989/90, pp. 241-258.

⁹⁵ Sobre este artista, ver bibliografia indicada na nota 76 e FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *De Arquitecto a Entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII*, in «Actas do I Congresso Internacional do Barroco», I, Porto, 1991, pp. 355-369; Idem — *A expressão portuense do estilo joanino e a figura de Miguel Francisco da Silva*, in «O Tripeiro», VII Série, Ano XI, n.º 1, Porto, 1992, pp. 9-14.

⁹⁶ Contrato de 20 de Abril de 1730.

Cf. BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Retábulos de talha dourada e painéis de igrejas e capelas da cidade do Porto. Apontamentos e documentos para o seu estudo*, Porto, 1963, pp. 171-177.

⁹⁷ Contrato de 24 de Agosto de 1747.

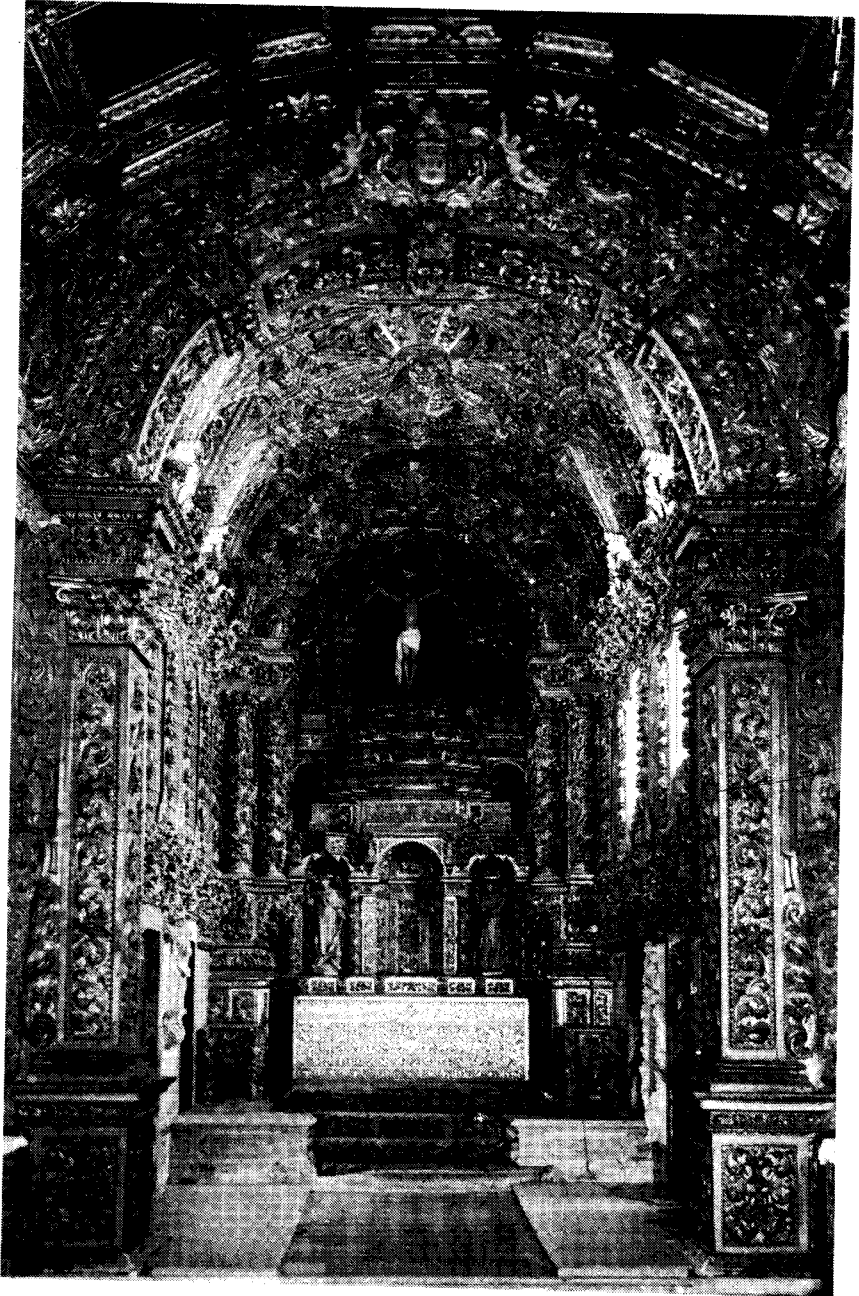
Cf. Idem — *Obra de talha dourada...*, III, Porto, 1986, pp. 520-523.

⁹⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Dicionário Geográfico, vol. 30, fl. 1638.

3 — Conclusão

O estudo que elaborámos a partir da análise de alguns conventos femininos, a cuja fundação e protecção está associada a Coroa, e de cuja comunidade fazem parte senhoras da melhor nobreza, levantou-nos questões interessantes que, longe de resolvidas, sugerem futuros trabalhos.

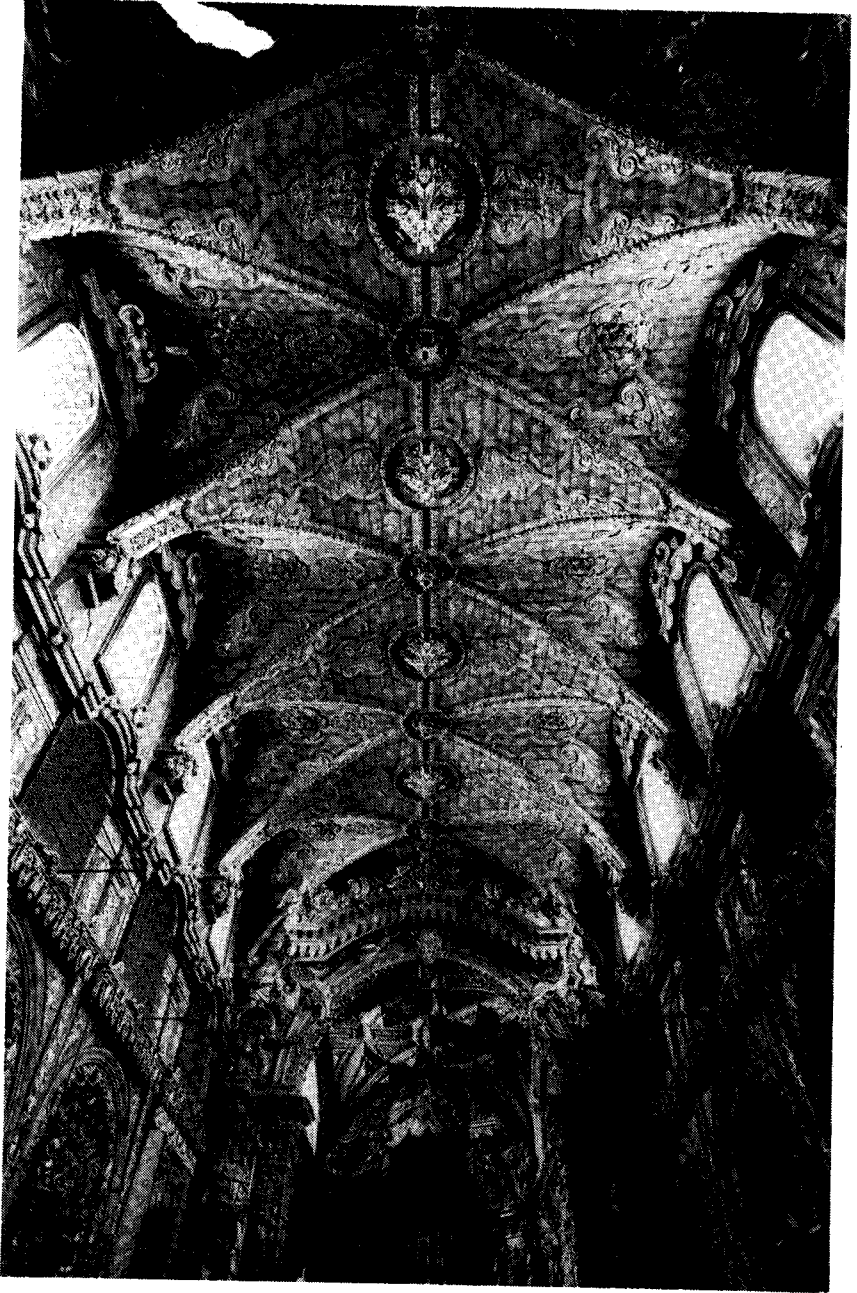
A perspectiva dicotómica que tentámos seguir, conduziu-nos a duas possíveis conclusões: a condição social elevada na vida temporal gera no convento, quase sempre, uma existência ascética; e, da mesma forma, a uma extrema singeleza arquitectónica exterior, corresponde uma igreja de interior faustoso.



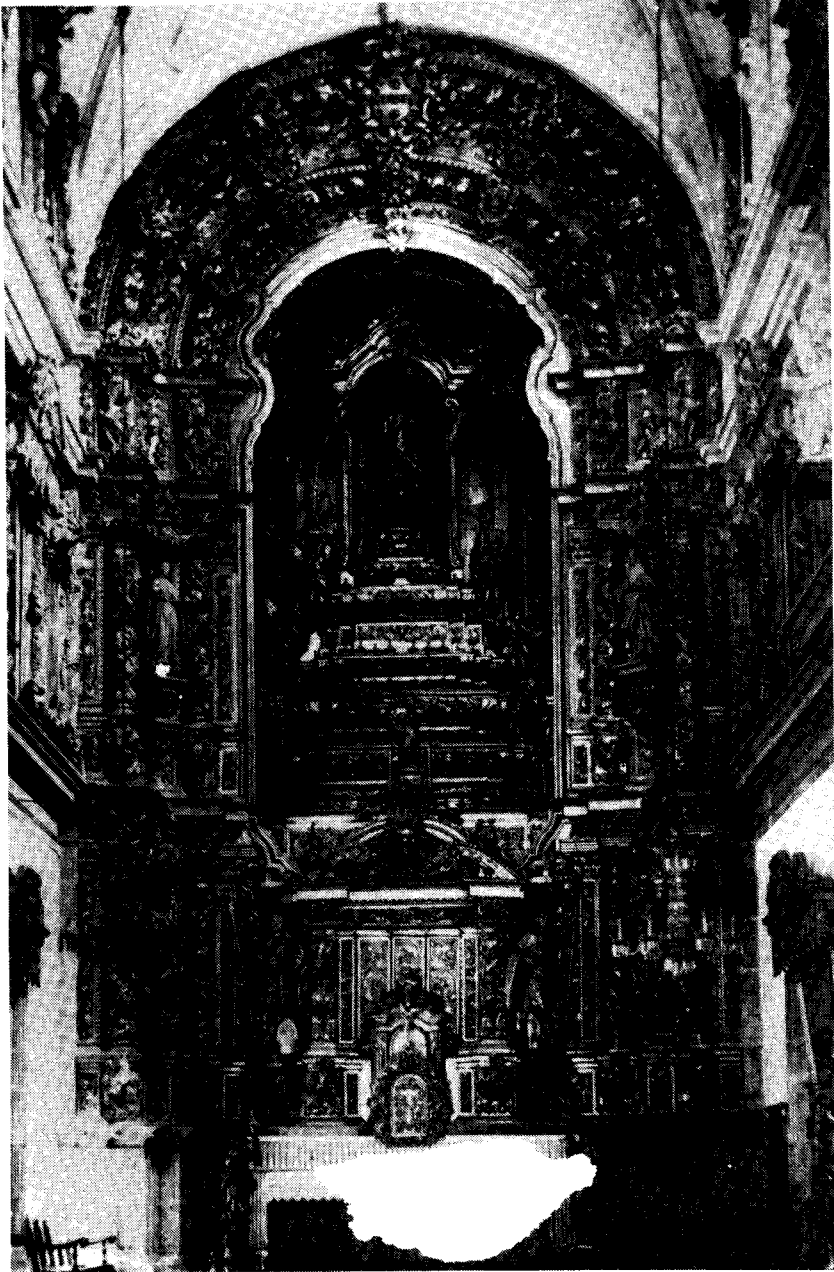
1. Aveiro. Igreja do Mosteiro de Jesus. Capela-mor



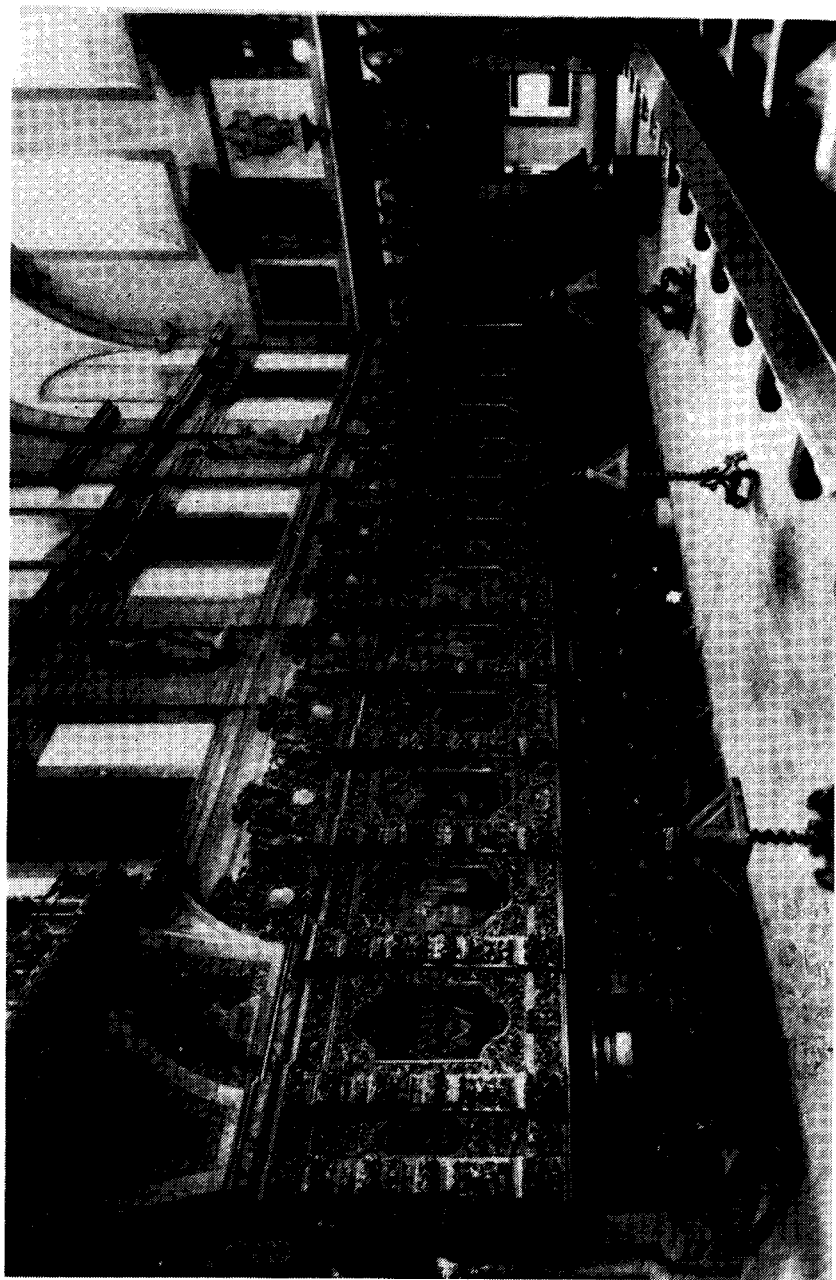
2. Porto. Igreja do Convento de Santa Clara. Interior



3. Porto. Igreja do Convento de Santa Clara. Interior. Tecto



4. Arouca. Igreja do Mosteiro de Santa Maria. Capela-mor



5. Arouca. Igreja do Mosteiro de Santa Maria. Cadeiral do Coro Alto

NÓTULA PARA O ESTUDO DA ACTIVIDADE
DO ARQUITECTO ANTÓNIO PEREIRA
NA CIDADE DO PORTO

Por Natália Marinho Ferreira Alves*

António Pereira até muito recentemente era um dos artistas portugueses sobre quem pouco se sabia e cuja actividade se centrava vagamente no Norte. Este conhecimento lacunar é talvez o maior obstáculo que os historiadores da arte nortenha têm de enfrentar a cada passo. Em boa hora, estudos feitos nos últimos anos da Universidade do Porto¹ vêm permitindo colocar este mestre de arquitectura no lugar que lhe é devido, conseguindo-se já, neste momento, traçar o seu perfil artístico de forma mais precisa.

Com a apresentação desta nótula tivémos em mente divulgar um dado do maior interesse para os investigadores desta área, já que o contrato que iremos referir aponta-nos de maneira inequívoca o papel relevante de António Pereira na arquitectura portuense do segundo quartel de setecentos.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, Porto, 1988/1990, 2 vols.; idem — *António Pereira: Arquitecto do Palácio de S. João Novo*, in «Boletim Cultural», Porto, Câmara Municipal do Porto, 2.^a Série, vol. 7/8, 1989/1990.

A 13 de Maio de 1729², sendo abadessa D. Isabel a Visitação, era assinada uma escritura cuja importância para o convento de Santa Clara do Porto o tempo viria a revelar.

Uma vez realizadas as obras de ampliação no edifício entre 1707 e 1715, era chegada a altura de se proceder à transformação da estrutura arquitectónica da capela-mor, cujo espaço existente era exíguo para as necessidades do culto e inadequado para o novo retábulo que se desejava erguer.

Assim, na referida data, representadas pelo seu procurador Frei Manuel do Rosário e Santa Rosa, as clarissas contrataram os mestres pedreiros *Manuel Ferreira*³, *Pantaleão das Neves*⁴ e *Manuel João, o Cravo*⁵ para se encarregarem da obra de pedraria da capela-mor.

Segundo este documento, os mestres pedreiros, que apresentaram como fiadores João Soares — substituído, por estar ausente, pelo ourives Manuel Carneiro da Silva⁶—Pantaleão da Fonseca⁷ e Gonçalo da Costa⁸, e perante as testemunhas Gonçalo da Silva e Luís de Sousa⁹, ficaram ajustados pela quantia de 265 000 réis para cumprirem a empreitada no prazo de cinco meses, a contar do dia da assinatura do acordo.

Entre as diversas cláusulas a respeitar por ambas as partes, destaquesmos a entrega inicial de 47 600 réis¹⁰ pelas religiosas, reservando-se o

² FERREIRA ALVES, Natália Marinho, *A apoteose do Barroco nas igrejas dos conventos femininos portugueses* (no prelo).

³ O mestre Manuel Ferreira morava ao Poço das Patas, freguesia de Santo Ildefonso. Sobre este artista ver: BASTO, Artur Magalhães — *Apointamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto — XXXIII, 1964, pp. 296-297; FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *Subsídio para o estudo artístico do convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII*, Porto, Sep. da «Revista da Faculdade de Letras — História», II Série — vol. II, 1985, p. 281, nota 64.

⁴ Pantaleão das Neves morava na Rua Direita, freguesia de Santo Ildefonso.

⁵ Manuel João o Cravo, morava na Rua do Paraíso, freguesia de Santo Ildefonso.

⁶ Manuel Carneiro da Silva, morava na Rua dos Canos.

⁷ O carpinteiro Pantaleão da Fonseca morava na Rua Direita, freguesia de Santo Ildefonso, e foi o mestre responsável pelas obras de carpintaria efectuadas no convento de Santa Clara entre 1707 e 1708 e, novamente, em 1715. Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho — ob. cit., pp. 280-283 e 286.

⁸ Gonçalo da Costa morava na Rua de Fora de Porta de Carros.

⁹ O ensamblador Gonçalo da Silva e o seu oficial Luís de Sousa viviam na Rua de São Bento das Freiras.

¹⁰ No final do contrato são referidos 57 600 réis e não 47 000.

montante restante para pagamento das férias a efectuar semanalmente aos oficiais de pedreiro; o dinheiro remanescente seria entregue aos mestres no fim dos trabalhos. Por outro lado, se ao convento pertencia o fornecimento da cal para toda a obra, tudo o que fosse preciso para a sua realização (e a contento das freiras) seria por conta dos mestres, fazendo-se no final os ajustamentos das verbas. Das inúmeras exigências feitas saliente-se, pela curiosidade, a determinação da vinda de «toda a pedra necessaria para a obra para o pateo do mosteiro»¹¹.

Serão, porém, os apontamentos transcritos no contrato que temos vindo a analisar que maior interesse despertam. Dos pormenores técnicos importantes para a compreensão das alterações efectuadas seleccionámos os seguintes:

- devia fazer-se o escoramento com o maior cuidado para que se pudesse desfazer o arco existente;
- uma vez demolida a empena, aprumar-se-iam os pés direitos do arco que ficariam como estavam;
- o arco a erguer de novo, de ponto abatido, seria construído a partir dos pés direitos com o acréscimo que se julgasse conveniente;
- as aduelas do novo arco seriam de uma única pedra, branca e dura, cada uma da largura do pé direito, de palmo e meio de grossura;
- o arco seria de ponta de picão já que estava destinado a ser revestido de madeira entalhada;
- as paredes da capela-mor seriam acrescentadas em altura, tal como a empena.

Contudo, quando se inumeram as sucessivas fases da obra, surge a referência mais importante de todo o contrato: as freiras exigem que tudo seja feito como «detreminar o architecto das obras da Sé António Pereira»¹². Pela primeira vez, e sem margem para qualquer dúvida, o artista é referido pelo cargo que efectivamente ocupava na Sé do Porto.

Com efeito, a fim de se poderem executar as obras de vulto empreendidas pelo Cabido, durante o período de Sede Vacante (1717-1741), na Sé do Porto, a fim de que esta tivesse uma feição «ao moderno», foram chamados diversos artistas. Entre eles, e vindos de Lisboa, encontravam-se o mestre de estuques António Pereira e o architecto Miguel Francisco da Silva. No Porto, António Pereira ficará conhe-

¹¹ Ver documento.

¹² Idem.

cido como «mestre das obras da Sé»¹³, estando sobejamente documentada a sua participação nessa empresa, ainda que não de forma exaustiva.

Quando, em 1725, é mencionado como responsável pela planta e respectivos apontamentos do Palácio de São João Novo¹⁴ — cuja autoria fôra atribuída incorrectamente a Nicolau Nasoni¹⁵ — António Pereira continua a ser nomeado daquela maneira.

Ao tempo em que trabalhava na Sé, aí se encontravam também Miguel Francisco da Silva, exercendo simultaneamente as funções de arquitecto e de mestre entalhador¹⁶, e Nicolau Nasoni, que tinha a seu cargo a feitura das pinturas em perspectiva. Nos anos seguintes assistir-se-á a uma estreita colaboração entre os três mestres em obras diversas. É um dos aspectos desta associação que o contrato de 1729 para a construção da nova capela-mor da igreja do convento de Santa Clara nos revela.

O retábulo-mor, um dos mais preciosos exemplares da talha joanina portuense, bem como todo o revestimento a talha dourada da capela-mor e arco cruzeiro, foram executados por Miguel Francisco da Silva em 1730. No ano anterior, as freiras, conscientes que a estrutura retabulística que desejavam para a sua igreja — segundo os novos critérios estéticos introduzidos no Porto pelo retábulo-mor da Sé¹⁷ — não podia ser erguida na capela-mor existente, deram instruções para que se procedesse aos trabalhos necessários, mas de acordo com as directrizes de António Pereira.

¹³ Cf. FERREIRA, J. A. Pinto — *Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na Cidade do Porto no Séc. XVIII)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto — XLII, s/d, p. 74; BASTO, Artur de Magalhães — ob. cit., pp. 450-454.

¹⁴ Cf. FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. — ob. cit., p. 247.

¹⁵ Ver SMITH, Robert C. — *O Palácio de S. João Novo*, Porto, Museu de Etnografia e História, Sep. da «Revista de Etnografia», n.º 21, 1968; e GONÇALVES, Flávio — *Apontamentos Nasonianos*, in «Boletim Cultural», Porto, Câmara Municipal do Porto, 2.ª Série, vol. 5/6, 1987/88, p. 441.

¹⁶ Sobre Miguel Francisco da Silva ver: FERREIRA ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha do Porto na época barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto — XLVII, 1989, vol. I, pp. 144-147 e vol. II, pp. 662-663; idem — *SILVA, Miguel Francisco da*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 450-451; idem — *De Arquitecto a Entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII*, in «Actas do I Congresso Internacional do Barroco», vol. I, Porto, 1991, pp. 367-368; idem — *A expressão portuense do estilo joanino e a figura de Miguel Francisco da Silva*, in «O Tripeiro», Porto, 7.ª Série, Ano XI, n.º 1, 1992, pp. 9-14.

¹⁷ Idem, ibidem, pp. 11-12.

No Porto, Nicolau Nasoni foi tido durante muito tempo como o único responsável pela introdução da linguagem barroca na arquitectura da cidade. Porém, António Pereira tem vindo, de forma sistemática, a ganhar terreno nessa área, destacando-se da sua função de «mestre de estuques» ou de «mestre das obras da Sé» como era conhecido. Com o contrato para a construção da nova capela-mor da igreja do convento de Santa Clara, o mestre lisboeta, designado como «arquitecto», assume definitivamente uma posição relevante no panorama arquitectónico nor-tenho de setecentos.

DOCUMENTO

«Obrigaçam que fes Manuel Ferreira pedreiro de Santo Ildefonço às Rellegiosas de Santa Clara desta cidade, aos 13 de Maio de 1729.

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publico instrmento de obrigaçam, e fiança à inteira satisfação de obra virem que no anno do nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e vinte e nove anos; aos treze de Maio, do dito anno, nesta cidade do Porto pousadas de mim tabeliam, aparesserão presentes partes outorgantes a saber de huma o muito reverendo padre Frei Manuel do Rosário e Santa relligioso digo e Santa Rosa, relligioso da ordem de São Francisco, em nome e como procurador da Madre Abbadessa, e discretas da comunidade de Santa Clara desta cidade como o fes certo pela procuraçam que me apresentou e ao diante vai tresladada; e da outra parte Manuel Ferreira pedreiro morador junto ao Poço das Patas, e Pantaliam das Neves, morador na Rua Direita da freguesia de Santo Ildefonso, e Manuel João o Cravo morador na Rua do Paraíso, todos mestres pedreiros, da dita freguesia, conhecidos de mim tabeliam e testemunhas pelos mesmos, e o theor da procuraçam he o seguinte: = Fizemos noso bastante procurador o muito reverendo padre pregador Frei Manuel do Resário e Santa Rosa, para que em noso nome e desta comunidade possa asinar o instrumento da obra da cappella mor deste noso mosteiro, para o que lhe damos todos os necessários poderes. Santa Clara do Porto aos doze de Maio de mil e setecentos e vinte e nove = Isabel da Vesitação, Abbadessa = Teresa Baptista, Vigaria = Páscoa da Ressurreição = Margarida da Prisão = Clara do Sacramento = Donna Josepha Maria Pacheco, escrevam = e não se continha mais na dita procuraçam e que tresladei na verdade e na forma que na propria se contem a que me reporto que entreguei a elle reverendo doutor pello coal foi dito perante mim tabeliam, e testemunhas, que as ditas suas constituintes pertendião fazer de novo levantando o arco da cappella mor da sua igreja de Santa Clara desta cidade na forma dos apontamentos seguintes com a mais obra que delles consta. Primeiramente se há de escorar com toda a segurança o fital do forro que abre o corpo da igreja e emcosta ao arco da cappella mor tudo o que for necessario para que se posa desfazer o dito arco; tudo isto por conta de quem mandar fazer a obra, comessarão os mestres que tomarem a obra na escritura nomeados primeiramente a desfazer a empenna apurmando os pés direitos do dito arco que estes hão de servir assim como estão, para o que hão de armar os mestres pedreiros hum aparelho de dentro da cappella mor emcostado ao dito arco assim para o desfazer sobre

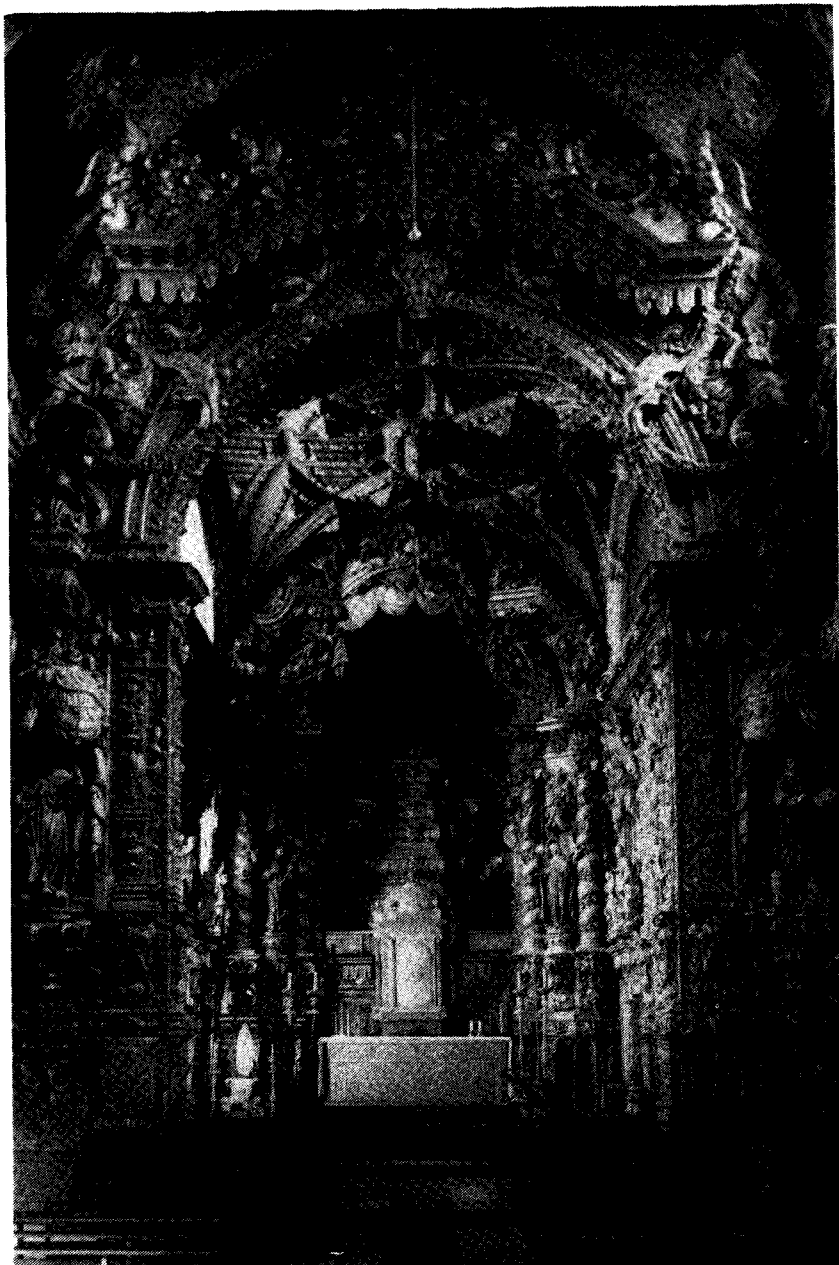
o simples, que mandarão fazer de madeira os mestres pedreiros, muito seguro, e fortemente escorado, tanto para desfazer o arco, como para guindar a pedra nova do arco que se ha de fazer de ponto habatido, com a altura que mostra a traça, e for conveniente para a dita obra será o arco novo desde os pés direitos, que estes servirão assim como estão com o acrescentamento que pedir a obra, e detreminar o arquiteto das obras da Sé António Pereira, feitas as aduelas de huma só pedra, branca e dura cada huma de largura do pé direito, de huma só pedra, e grosura de palmo e meio, que ha de mostrar pelas suas testas e o mais que for necessario para fortaleza do arco que será de ponta de picão porque ha de ser coberto de madeira emalhada, e feito o arco novo com algum contorno de pedra em que descanse o fital do forro da igreja assim como de presente está; e se acabará por cima do arco a empena, remata com a crux, como agora se acha; sobirão as paredes de cada parte da cappella mor em altura de seis emte sete palmos (*) mais ou menos na mesma grosura que tem desde o arco athe as costas; a empena da dita cappella tambem será acrescentada na altura, o que pedir a obra de cada parte; levará tres arcos a saber dous sobre as frestas e hum entre ellas, que serão de pedra escudada, e pela parte de fora com seu colarinho, e de dentro nada porque ha de ser coberto de talha; far se ha da parte da samchristia huma fresta em correspondencia da outra porta digo da outra, e por baixo della se mudará a portada da mesma samchristia para ficar debaixo da fresta, que ficará sendo de mea viage (sic) e da parte do Evangelho se fará huma porta fingida, que levará somente os pillares almofadados da parte de dentro, e de huma e da outra parte; a cal para toda esta obra há de ser por conta do convento e tudo o mais que para ella for necessario há de ser por conta dos mestres que a tomarem com declaração que se for necessario acrescentar ou deminuir alguma cousa desta obra o farão os ditos mestres à ordem e contentamento dellas Rellegiosas pagando se lhes ou habatendo o que tiver de mais ou de menos; a pedra do arco com a das portas fresta e dos tres arcos que hão de ficar por cima das frestas, há de ser de pedra branca e dura, o simples do arco da cappella mor, e dos mais se hão de fazer com toda a segurança e a porta de mea viage em forma que se tiver algum risco será por conta dos mestres que tomarem a dita obra; virá toda a pedra necessaria para a obra para o pateo do mosteiro; e depois de lavrada toda a que for necessaria para os arcos, frestas e portas se comessará a descobrir tam somente a que for necessaria para desfazer o arco, e guindar a pedra, e trabalharem os officiais de pedraria o descobrir o telhado da cappella mor, e algum do corpo da igreja, para desfazer a empena, e arco será por conta dos mestres que tomarem a dita obra; e os mestres que tomarem esta obra serão obrigados a dalla acabada por tempo do coal digo por tempo de sinco meses que principiarão da fatura da escritura em diante; em o caso que os mestres faltem a dalla acabada no dito tempo poderão ellas Relligiosas mandar meter os officiais que for necessario para acabar a dita obra com a brevidade à custa dos mestres que a tomarem toda a pedra que sahir do arco e da fresta fingida, e portas se poderão os mestres aproveitar della para tudo o que for necessario; e na fatura da escritura se lhe darão corenta e sete mil e seiscentos reis, e o mais dinheiro em que se ajustar delle se hirá fazendo feria todas as semanas aos officiais; e o acrescimo que houver no fim da obra de dinheiro se entregará aos mestres que a tomarem. E não se continha mais nos ditos apontamentos que tresladei na verdade, a que me reporto e entreguei a elle reverendo doutor, pelo coal foi mais dito que ellas Relligiosas puserão a dita obra a lansos na forma dos ditos apontamentos e entre varios lansadores o que por menos a fazem são os ditos Manuel Ferreira, Pantaliã das Neves e Manuel João o Cravo, que derão e lansarão a quantia de duzentos e sesenta e cinco mil reis e disserão elles ditos mestres que para este instrumento se obrigão fazer a dita obra da forma que

* Palavra ilegível

os ditos apontamentos se declara juntos, e cada hum per si in solidum e a logo continuar nella debaixo das clausulas dos ditos apontamentos a que se sogeitão ao que cada um obriga sua pessoa e todos seus bens, moveis e de raiz havidos, e por haver direitos e açois delles e tersos de suas almas e em expecial hipoteca cada hum as suas casas em que vive; e pellos ditos João Soares e Pantaliam da Fonseca digo vive; e logo apareserão presentes João Soares morador no Campo das Ortas desta cidade e Pantaliam da Fonseca carpinteiro morador na rua Direita de Santo Ildefonso, e Gonçalo da Costa na Rua de Fora de Porta de Carros desta cidade conhecidos de mim tabeliam e testemunhas, e disserão juntos e cada hum per si in solidum ficavão por fiadores e principais pagadores dos ditos mestres Manuel Ferreira, Pantaliam da Fonseca (sic) e Manuel João o Cravo, a que dam comprimento ao nesta declado, e não o fazendo assim tudo por elles pagar, e fazer como divida propia que sobre si removem, e sogeitão debaixo das clausulas desta escritura; e para assim o cumprir e pagar cada hum obriga sua pessoa e todos seos bens moveis e de rais havidos e por haver, direitos e açois delles, e tersos de suas almas; dizendo mais todos elles partes juntas e cada hum per si in solidum que para a inteira satisfação ao nesta declarado são contentes ficar na escolha e illeição dellas Relligiosas o pagar por elles mestres e pellos ditos seos fiadores juntos e cada hum per si in solidum, e seos bens, pegar de hum, e largar outros e tornar a pegar por coalquer sem que se escuzem huns com outros, porquanto se obrigão todos, e cada hum per si, hum e por outros e hum por todos, e sendo citados a responderem na cidade perante o Doutor Corregedor do Civel desta Rellação e Caza do Porto ou perante o Doutor Juis de Fora do Geral desta cidade para o que se dezaforão dos juizes e justiças de seos foros, e renunciã todas as leis, ferias, gerais, e expeciais, e o mais que empida esta escritura, e seu comprimento, o que aseitou o dito reverendo doutor o coal em prezença de mim tabeliam e testemunhas lançou sobre huma meza os ditos sinquenta (sic) e sete mil e seiscentos reis, onde por elles ditos mestres forão contados, e achados sertos os resseberão em si de que dou fée e da dita quantia davão quitaçam a ellas Relligiosas e asim o outrogarão e aseitarão de parte a parte de tudo requererão lho escrevesse nesta nota e desse os treslados necessarios; e eu tabeliam como pessoa publica estipullante e aseitante o estipullei e aseitei delles partes e em nome, e favor das pessoas ausentes, a que tocar possa, tanto quanto devo e posso por rezão de meu officio, e declaro que o dito João Soares não esteve presente; mas sim em seu nome aparesseo Manuel Carneiro da Silva ourives da Rua dos Cannos desta cidade conhecido de mim tabeliam e testemunhas; e disse ficava, como fica por fiador e principal pagador juntamente com os ditos Pantaliam da Fonseca e Gonçalo da Costa na forma que se têmão obrigado e de sua parte obriga sua pessoa e bens, e o dito João Soares não ficou por fiador; o que aseitou o reverendo doutor e aqui asinarão depois de lida como testemunhas presentes Gonçalo da Silva emxamblador, e seu official Luis de Sousa desta Rua de São Bento das Freiras, e eu António Mendes e Matos tabeliam o escrevi.

Manuel Carneiro da Silva
 Frei Manuel do Rozario e Santa Roza
 Pantalhão da Fonseca
 De Gonçalo + da Costa, fiador
 Como testemunha Gonçalo da Silva
 Pantalhão das Neves
 Manuel Ferreira
 De Manuel + João o Cravo
 Luis de Sousa»

(Arquivo Distrital do Porto, PO - 9.º (3.ª série), n.º 25 D, fls. 92-94)



Porto. Igreja de Santa Clara.
Capela-mor.

O PALEOLÍTICO NO VALE DO RIO LIS¹

Por João Pedro Cunha-Ribeiro*

A ocupação da bacia hidrográfica do rio Lis pelo homem remonta ao Paleolítico inferior, período durante o qual ele terá aliás chegado pela primeira vez ao actual território português. Os vestígios da sua presença nesta região encontram-se há muito devidamente documentados pela descoberta de inúmeros utensílios líticos, quase sempre elaborados a partir do talhe intencional de seixos rolados de quartzite e de quartzo, com os quais desempenhava boa parte das actividades inerentes à economia de caça e recolocção em que baseava a sua subsistência.

Apesar de actualmente se saber que o homem paleolítico utilizava também habitualmente outros artefactos não menos imprescindíveis, a fraca perenidade das matérias-primas a que recorria para a sua confecção — essencialmente madeira e osso — torna, contudo, muito fortuita a sua detecção. A própria descoberta de vestígios arqueológicos mais complexos, como é o caso de algumas estruturas de *habitat*, ou de carcaças de animais inequivocamente abatidos e descarnados pelo homem de então, embora constituam um importante documento para se conhecer adequadamente a vida quotidiana dessas populações, é igualmente bastante rara, dependendo quase sempre de condições de preservação difíceis de encontrar.

¹ O presente trabalho constitui um resumo actualizado das duas comunicações apresentadas pelo autor no I e II Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região, em Maio de 1988 e em Novembro de 1991.

* Assistente de Arqueologia e Pré-história da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do I.N.I.C.

Os artefactos líticos adquirem assim um estatuto particularmente relevante, já que frequentemente constituem o único testemunho que até nós chegou desse longínquo período da história da humanidade, como sucede no vale do rio Lis. Para o seu estudo recorre-se a metodologias que pretendem ultrapassar a mera descrição do objecto individualmente considerado, procurando integrá-lo num todo homogéneo susceptível de proporcionar o estabelecimento de comparações com conjuntos similares, definir a respectiva cronologia e assinalar a ocorrência de virtuais modificações significativas no tempo e no espaço entre os vários conjuntos em análise.

1 — História das investigações na região

No vale do rio Lis as primeiras descobertas de materiais arqueológicos atribuíveis ao Paleolítico ocorreram há mais de cem anos. Carlos Ribeiro detectou em 1879, cerca de 600 m a SW da Igreja de Milagres, um biface em quartzite, tendo logo no ano seguinte encontrado também um pequeno raspador em sílex nas imediações de Marrazes (VASCONCELOS 1897, FONTES 1917). Como, porém, tais achados só mais tarde vieram a ser noticiadas por outros investigadores, a mais antiga publicação que se conhece onde é assinalada a presença de vestígios paleolíticos nesta região é a obra clássica de Émile Cartailhac *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, na qual aquele pré-historiador francês refere ter identificado um outro biface nos arredores da cidade de Leiria (CARTAILHAC 1886). Alguns anos mais tarde, em 1909, Tavares Proença Júnior detectou no vale do rio Lena, nas proximidades da Quinta da Cortiça, um novo biface de quartzite (PROENÇA JÚNIOR 1910).

As referências a estas descobertas encontram-se amplamente dispersas por uma numerosa bibliografia dos inícios do nosso século, na qual tanto se incluem artigos de especialidade (FONTES 1917 e VASCONCELOS 1922), como algumas das primeiras sínteses que se esboçaram sobre o Paleolítico em Portugal (CORREIA 1912, FONTES 1912, 1923 e 1932). Contudo, como se tratavam de achados isolados, realizados à superfície e destituídos de qualquer contexto geológico preciso, apenas permitiam testemunhar a presença do homem do Paleolítico inferior nas imediações de Leiria, já que três dos artefactos referidos correspondiam inequivocamente a um tipo de utensílio bem característico das indústrias líticas desse período: os bifaces.

Esta situação veio a alterar-se parcialmente com a realização de novos trabalhos na região, desenvolvidos por iniciativa do Prof. Doutor Manuel Heleno nos anos trinta, quarenta e cinquenta.

As prospeções sistemáticas então realizadas levaram à identificação de materiais líticos talhados em 61 locais diferentes, muitos dos quais proporcionaram a recolha de várias dezenas de peças, nalguns casos atribuídas genericamente ao «abevilense, clactonense e acheulense». Infelizmente, a inexistência de «uma estação cuja estratigrafia pudesse ser a chave duma cronologia», levou o referido investigador a não proceder ao estudo destes novos achados. Em sua opinião, «a falta de segurança dos caracteres altimétricos das praias quaternárias, a falta de depósitos com fauna distinta da fauna actual, os perigos do critério das patinas usado por Breuil», que constituíam os fundamentos metodológicos então em voga para a análise deste tipo de vestígios arqueológicos, não ofereciam por si só a credibilidade necessária para permitir o seu estudo adequado (HELENO 1956).

O espólio recolhido no decurso destas prospeções foi integrado nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia e Entologia, instituição onde o Prof. Manuel Heleno exercia as funções de Director. Até nós apenas chegaram referências à toponímia de algumas das jazidas em trabalhos gerais de inventário, posteriormente publicados por outros autores (MACHADO 1964 e PEREIRA 1977), bem como um estudo essencialmente descritivo de uma pequena série de peças oriundas de 15 locais da zona de Monte Real, apenas identificados pela sua toponímia (ZBYSZEWSKI e PENALVA 1982). Este último trabalho reporta-se aliás a conjuntos numericamente pouco representativos, sendo a classificação das peças fundamentada numa tipologia cujos princípios não são devidamente explicitados, e numa estratigrafia que é claramente omissa. A introdução geológica da região, inserida, no início da publicação é demasiado genérica, não apresenta nenhuma descrição estratigráfica minimamente válida e nem autores referem qualquer tipo de associação entre os materiais estudados e os vários depósitos aí existentes. Ironicamente, o único fundamento que emerge da classificação dos materiais líticos que aí é apresentada resume-se ao «critério das patinas», cuja fiabilidade havia já sido posta em causa por Manuel Heleno.

Um outro achado de superfície de materiais paleolíticos foi entretanto efectuado por Afonso do Paço no lugar de S. Jorge, na periferia da bacia hidrográfica do rio Lena. Infelizmente, a descrição de tais peças talhadas, uma em sílex e duas em quartzite, nunca foi publicada já que desapareceram em circunstâncias algo insólitas (PAÇO 1966).

Posteriormente, os levantamentos de campo que precederam a publicação em 1968 da folha 23-C da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, permitiram assinalar cinco outros locais com interesse arqueológico para o estudo do Paleolítico da região (TEIXEIRA e ZBYSZEWSKI 1968).

Os achados realizados na Quinta dos Mouratos, a sul da povoação do mesmo nome, e na Quinta da Moura, situada na margem direita do rio Lena a NE de Azóia, correspondiam novamente a materiais de superfície destituídos de qualquer contexto preciso, embora os detectados no último local fossem classificados como «mustieróides» pelos responsáveis da notícia explicativa da referida Carta Geológica. No entanto, já a sul de Telheiro recolheram-se materiais atribuíveis às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior e integrados no interior de um depósito coluvionar («cascalheira de solifluxão»). Por último, nas duas jazidas arqueológicas mais importantes então assinaladas, o material paleolítico foi encontrado em associação com depósitos geológicos do quaternário, desta vez porém correspondentes a um antigo terraço fluvial intermédio do rio Lis atribuído ao Tirreniano. Curiosamente, ambas haviam já sido anteriormente identificadas pela respectiva microtoponímia nas prospecções inéditas de Heleno. O Areeiro a SW de Riba de Aves foi inicialmente reconhecido pelo nome de Outeiro Pelado (CUNHA-RIBEIRO 1987), enquanto a jazida situada a norte de Cortes, posteriormente conhecida como Quinta do Cónego, fora assinalada pelo nome de Pousias (CUNHA-RIBEIRO 1990-91).

A importância do espólio acheulense recolhido nesta última jazida levou mesmo à publicação de dois estudos, nos quais se procedeu a uma descrição dos respectivos materiais, procurando-se ao mesmo tempo estabelecer a sua classificação.

Num primeiro artigo, estudou-se um conjunto de 25 artefactos recolhidos na superfície do terraço fluvial existente no local (ZBYSZEWSKI e VEIGA FERREIRA 1969). Embora não dispusessem de qualquer referência estratigráfica precisa, já que a presença dos materiais na superfície do terraço não constituía por si só um elemento suficientemente seguro para entre eles se poder estabelecer alguma conexão, os autores do trabalho dividiram a pequena colecção em quatro séries diferentes, de acordo com o rolamento e a pátina evidenciada por cada peça. Numa primeira série (Ia), agruparam apenas dois bifaces que evidenciavam uma pátina eólica e uma certa usura das arestas, considerando-os do «Acheulense antigo e médio». Três outros bifaces e uma lasca que se apresentavam «menos usados e menos patinados» foram integrados na série Ib, atribuída ao «Acheulense médio». A série II foi, por seu turno, relacionada com o «Acheulense superior» e nela se incluíram 18 peças sem rolamento ou com um rolamento pouco pronunciado, ligeiramente lustradas, entre as quais se destacavam 4 bifaces, 9 unifaces e dois «hachereaux». Finalmente a série III foi definida a partir de uma única peça não alterada atribuída ao «Languedocense».

Uma outra colecção de 20 objectos líticos talhados, recolhidos em

circunstâncias similares à da primeira colecção, foi mais tarde objecto de uma nova publicação, recorrendo os seus responsáveis exactamente aos mesmos princípios metodológicos na classificação apresentada: índice de rolamento e incidência das pátinas nos diferentes artefactos; altimetria das formações quaternárias (ZBYSZEWSKI *et alii* 1980). A série mais antiga (série I), agrupando apenas 4 peças talhadas, era porém agora atribuída exclusivamente ao «Acheulense antigo», já que os respectivos materiais evidenciavam um pronunciado rolamento. Esta ilação permitiu aliás aos seus autores correlacionar a referida série com materiais similares detectados no Vale do rio Tejo apresentando, em seguida, uma versão do desenvolvimento do clima na região do vale do rio Lis ao longo do Quaternário com base no estado físico das peças e da cronologia que lhes era atribuída.

Por último, já nos anos oitenta, num conjunto de pequenos artigos publicadas num jornal local, Meneses Teixeira noticiou a descoberta de uma jazida arqueológica nas imediações da vila da Batalha, onde recolheu à superfície materiais líticos talhados que atribuiu às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior e à chamada «Pebble culture» (TEIXEIRA 1984-1985). Segundo o referido autor, os artefactos acheulenses apresentavam-se no seu todo bastante eolizados e, embora fossem mais numerosos (o total de peças encontrado é omitido), não eram contudo associáveis a nenhum contexto geológico preciso. Os materiais da «Pebble culture», por seu turno, agrupavam um conjunto de peças cuja descrição pormenorizada não é apresentada, mas o facto de se encontrarem isentas de qualquer alteração física significativa levava Meneses Teixeira a admitir a sua conexão com o nível marinho pliocénico em cuja superfície tinham sido detectadas.

Estes novos achados levantavam assim a hipótese de no vale do rio Lis ter ocorrido uma ocupação humana anterior à presença dos caçadores acheulenses, presença essa devidamente atestada pelos muitos vestígios aí detectados ao longo de uma centena de anos. Apesar de alguns autores corroborarem uma tal interpretação, admitindo a possibilidade de no território português ter ocorrido uma ocupação pré-acheulense de que aparentemente esta estação constituiria um dos muitos testemunhos (VEIGA FERREIRA 1984), não foram até hoje apresentados dados suficientemente seguros para se poder aceitar a presença do homem em Portugal desde épocas tão remotas (RAPOSO E CARREIRA 1986 e CUNHA-RIBEIRO 1990).

A jazida arqueológica situada nas proximidades da Batalha, junto do lugar do Casal do Azemel, é aliás um exemplo bem demonstrativo das múltiplas situações equívocas em que uma tal hipótese se baseia. Os materiais pretensamente considerados pré-acheulenses aí recolhidos,

foram detectados à superfície, tendo a respectiva antiguidade sido estabelecida pela sua pretensa associação com o nível pliocénico localmente existente, sem que todavia se tenha identificado qualquer peça passível de confirmar essa conexão. As próprias características técnicas e morfológicas habitualmente evidenciadas por objectos similares, quase sempre constituídos por pequenos seixos rolados, truncados numa das extremidades ou aí apresentado um reduzido número de levantamentos, permitem mesmo questionar a natureza intensionalmente antrópica de tais transformações.

O reduzido número de peças que pessoalmente tivemos o ensejo de recolher no local, quando aí nos deslocámos pela primeira vez na companhia de Meneses Teixeira, em Setembro de 1985, apresentavam apenas um ou dois levantamentos, normalmente localizados em zonas mais expostas à produção de choques decorrentes de fenómenos naturais ou do desenvolvimento de trabalhos agrícolas, o que permite explicar com maior plausibilidade o aspecto extraordinariamente fresco dos levantamentos. Pelo contrário, como mais adiante teremos oportunidade de referir em pormenor, o estudo dos artefactos acheulenses detectados nesta jazida veio a revelar uma importância que inicialmente havia sido pouco valorizada, tanto mais que nos foi possível estabelecer a sua associação com o desenvolvimento de um depósito coluvionar que localmente se sobrepõe ao topo da formação pliocénica aí existente.

Podemos assim concluir que, infelizmente, no seu conjunto, a validade dos pressupostos metodológicos destes trabalhos mais recentes não oferece actualmente, em termos arqueológicos, a credibilidade necessária para que muitas das suas conclusões sejam tidas em conta e possam acrescentar algo de novo aquilo que, já desde o início do século, se sabia sobre a presença do homem paleolítico no vale do rio Lis.

Em primeiro lugar, todos eles se reportam a achados compostos por um reduzido número de peças encontradas à superfície. Construir a partir desta realidade um quadro de referência com o qual se pretende estabelecer comparações com outras regiões e definir cronologias fiáveis, não carece de qualquer tipo de consistência. Só com base em conjuntos numericamente representativos e inequivocamente associados a depósitos geológicos cuja disposição estratigráfica permita inferir a antiguidade relativa entre os vários achados, é possível delinear com rigor as características específicas de cada um dos conjuntos e estabelecer a sua variação ao longo do tempo.

A representatividade dos materiais estudados deve também ser questionada, já que frequentemente as amostragens são distorcidas por uma selecção das peças talhadas com uma confecção mais elaborada no

próprio momento da sua recolha. Os dois artigos publicados sobre a Estação Paleolítica da Quinta do Cónego / Pousias são aliás um caso bem paradigmático desta situação. No conjunto das 45 peças talhadas que aí se descrevem 14 correspondem a bifaces, 11 a unifaces e 7 a «hachereaux», o que confere a cada um destes artefactos percentagens perfeitamente anómalas no quadro da composição normal das indústrias líticas acheulenses. Quando porém confrontamos essas percentagens com as existentes na colecção que aí tivemos oportunidade de detectar entre 1984 e 1986 (CUNHA-RIBEIRO 1987), facilmente se constata que elas decorrem de uma recolha seleccionada das peças não só talhadas de uma forma mais elaborada, mas também daquelas que evidenciavam maiores dimensões, o que obviamente falseia a validade do conjunto.

Por outro lado, o recurso à análise do estado físico das peças não constitui por si só um critério válido para dele se deduzir qualquer diferenciação cronológica entre elas, nem tão pouco, a partir daí se pode delinear uma interpretação paleoclimatológica credível. O maior ou menor desgaste dos objectos talhados tanto pode variar em função da natureza das respectivas matérias-primas, como depende do seu posicionamento relativo no interior do depósito a que originalmente esteve associada. No que se refere à pátina que por vezes altera a superfície de muitas peças, ela resulta quase sempre da confluência de um diversificado número de fenómenos físico-químicos que afectaram de forma não homogénea os depósitos, não sendo portanto possível inferir, à partida, qualquer diferenciação cronológica entre dois utensílios pelo facto de eles evidenciarem pátinas bem distintas. Consequentemente, mesmo quando se procede ao estudo de materiais paleolíticos provenientes de uma jazida de superfície, desprovida de qualquer referência estratigráfica precisa, torna-se imprescindível dispor de uma ampla amostragem para no seu interior se poder definir a ocorrência de grupos de peças diferenciados entre si pelo estado físico que apresentam. Evitando obviamente a adopção de critérios susceptíveis de conduzirem a uma multiplicação incontrolável de tais grupos, deve-se, em seguida, comparar entre si as características técnicas e tipológicas de cada um dos grupos, por forma a testar a acuidade dos critérios subjacentes à sua divisão e fundamentar a possível ocorrência de diferenciações cronológicas entre eles.

Finalmente, devemos também encarar com alguma prudência a realização de comparações entre diferentes regiões geográficas, principalmente quando a partir delas se pretende inferir conclusões certamente tentadoras, mas nem sempre demonstráveis pela realidade aí conhecida. A especificidade de cada região em termos geográficos e geológicos, determinando frequentemente estratégias diferenciadas de ocupação e exploração dos respectivos territórios e uma dinâmica de desenvolvimento

dos vários fenómenos geológicas nem sempre idêntica, aconselha a realização primordial de estudos regionais devidamente fundamentados, antes de se enveredar pelo estabelecimento de comparações conducentes à elaboração de uma síntese mais ambiciosa.

2 — Novas investigações

Quando em 1984 iniciámos as nossas investigações sobre o Paleolítico na bacia hidrográfica do vale do rio Lis, pretendíamos assim desenvolver um estudo de âmbito regional que permitisse um adequado conhecimento dos vestígios arqueológicos dessa época, bem como dos fenómenos paleoambientais então registados, cuja incidência certamente não só condicionou a ocupação da região pelo homem, como também terá determinado em muitos casos a preservação desses mesmos vestígios.

A escolha do vale do rio Lis para levar por diante os nossos propósitos teve em conta a sua riqueza arqueológica, bem testemunhada pelos numerosos achados que anteriormente se haviam realizado, e a abundância de depósitos geológicos contemporâneos, assinalada na respectiva carta geológica. Esta situação permitia acalentar a esperança de se poder relacionar os materiais paleolíticos com os referidos depósitos quaternários e, conseqüentemente, estabelecer a partir daí a base de uma cronologia indispensável para o seu estudo.

A prospecção sistemática de toda a região levou-nos à descoberta de novas jazidas paleolíticas e possibilitou igualmente identificar a localização precisa de alguns achados anteriores, com particular realce para os realizados por Manuel Heleno, cujo espólio permanece em grande parte inédito nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. A recolha em muitos desses locais de amostragens bastante representativas e claramente associáveis a um contexto geológico bem preciso, tornou desde logo possível aplicar no estudo desses materiais paleolíticos critérios metodológicos actualizados e delinear um quadro crono-estratigráfico de referência (CUNHA-RIBEIRO 1987). No seguimento destas investigações, efectuaram-se também escavações arqueológicas nas estações paleolíticas de Casal de Santa Maria 1 (1987), Casal do Azemel (1988, 1989, 1990 e 1991) e Quinta do Cónego/Pousias (1989), cujos resultados permitiram confirmar e alargar substancialmente os dados já obtidos.

2.1 — *Quadro geológico*

O vale do rio Lis situa-se no Centro de Portugal, nas imediações do litoral, e constitui uma das mais importantes redes de drenagem do maciço calcário estremenho, onde aliás se situa a sua nascente.

Em termos geológicos esta região insere-se na chamada orla cenozoica, que se inscreve parcialmente no bordo ocidental do Maciço Hespérico, o qual ocupa boa parte da zona central e ocidental da Península Ibérica.

Inicialmente o rio corre relativamente apertado nos calcários jurássicos do maciço estremenho, mas, alguns quilómetros a montante de Leiria, alarga progressivamente o seu vale à medida em que o respectivo leito se começa a espriar numa área onde predominam os depósitos detríticos miocénicos e pliocénicos. Nesta última zona, a rede hidrográfica que actualmente conhecemos foi em boa parte delineada pelo seu encaixe progressivo ao longo do Quaternário. Esta situação encontra-se aliás bem testemunhada pelos numerosos depósitos de terraços fluviais que se dispõem escalonadamente ao longo das vertentes dos seus principais vales, os quais correspondem quase sempre a vestígios dos antigos leitos que no decorrer desse processo o rio conheceu.

Paralelamente, as modificações climáticas que marcaram profundamente o Quaternário, determinando por vezes a ocorrência de alterações significativas da cobertura vegetal, desencadearam em certos casos a erosão superficial de depósitos geológicos mais antigos, dando origem ao aparecimento de coluviões quaternárias, que se encontram presentes um pouco por todo o lado no vale do Lis.

A importância arqueológica destes diferentes depósitos quaternários resulta em grande parte da contemporaneidade da sua formação com a presença do homem paleolítico, o que no vale do Lis se encontra bem comprovado pela descoberta de numerosos artefactos paleolíticos integrados no seu interior. O estudo que deles se realizou nestes últimos anos, veio aliás demonstrar-se imprescindível na definição do quadro crono-estratigráfico que permitiu a adequada interpretação das indústrias paleolíticas da região (CUNHA-RIBEIRO 1987, CUNHA-RIBEIRO *et alii* 1989, TEXIER e CUNHA-RIBEIRO 1992)².

A análise dos terraços quaternários permitiu a identificação de seis formações fluviais distintas, designadas, da mais antiga para a mais

² Estas investigações foram orientadas por Jean Pierre Texier, do Instituto do Quaternário da Universidade de Bordéus I. O seu empenho no desenvolvimento destes trabalhos, bem como a paciência com que nos acompanhou em múltiplas deslocações de campo, revelaram-se imprescindíveis para a obtenção de muitos dos resultados alcançados.

recente, por F1a, F1b, F1c, F2, F3, e F4. As três formações mais antigas apresentam-se sobrepostas, o que permite inferir facilmente a sua antiguidade relativa, e, no seu conjunto, evidenciam em relação às restantes um escalonamento ao longo da vertente da margem ocidental do rio Lis que fundamenta de forma complementar a cronologia que lhes foi atribuída, dado que em tais circunstâncias as formações mais antigas encontram-se sempre a uma altitude superior. Este escalonamento é bem visível na zona da povoação de Gândara dos Olivais, único local onde foi possível identificar estas formações na sua totalidade.

As coluviões quaternárias encontram-se bem representadas por toda a zona da bacia hidrográfica do rio Lis, afectando de forma variável formações detríticas mais antigas atribuídas ao cretácico, miocénico, pliocénico e quaternário. Embora seja possível admitir pontualmente a existência de coluviões mais antigas e nalguns casos se tenha mesmo identificado a presença de depósitos similares mais recentes (CUNHA-RIBEIRO 1992), a maior parte destas formações evidencia porém uma pedogénese que permite associar o seu desenvolvimento a uma fase relativamente recente da morfogénese da região, contemporânea da formação fluvial F4, que corresponde à planície aluvial actual (CUNHA-RIBEIRO 1987, TEXIER e CUNHA-RIBEIRO 1992).

A partir do estudo destes vários depósitos geológicos pode-se ainda delinear algumas das características evidenciadas pelo clima da região ao longo do Quaternário (TEXIER e CUNHA-RIBEIRO 1992).

Os níveis de textura mais grosseira dos terraços fluviais, constituídos por cascalheiras de dimensões variáveis, demonstram a ocorrência de um clima semi-árido, durante o qual a rarefacção da vegetação possibilitou uma erosão acentuada das vertentes, tendo o rio redepositado os detritos assim acumulados no fundo do vale no decurso de curtos episódios torrenciais em que o seu caudal apresentava uma forte competência. Estes períodos entremeavam com fases climáticas mais temperadas, testemunhadas quer pelos depósitos de textura fina que caracterizam o fim das sequências fluviais observáveis nalgumas das formações aí existentes, quer pelo próprio encaixe que o vale conheceu entre a deposição dos vários terraços.

A génese das coluviões, por seu turno, desenvolveu-se igualmente numa fase claramente árida, no decurso da qual a ausência de vegetação não só permitiu o desencadear dos fenómenos que justificaram a sua formação, como também determinou a frequente eolização de alguns dos seus constituintes. De notar que até agora não se assinalou nos terraços fluviais e nas coluviões nenhum indício relacionável com o frio, pelo que não se pode associar a aridez identificada a um arrefecimento significativo do clima da região.

2.2 — *Metodologia*

Os vestígios arqueológicos detectados correspondiam na totalidade a objectos líticos normalmente confeccionados a partir do talhe de seixos rolados de quartzito, apesar de pontualmente se registar também a utilização de outras matérias-primas, entre as quais se destaca o quartzo e o sílex.

A recolha exaustiva de todas as peças talhadas, embora garantisse a representatividade quantitativa das diferentes amostragens, não assegurava porém a sua homogeneidade cronológica e cultural, mesmo quando era possível estabelecer uma inequívoca associação dos materiais líticos com depósitos geológicos devidamente estratigrafados. O facto de dois ou mais objectos talhados terem sido encontrados numa camada estratigráfica de um terraço fluvial, por exemplo, não permite deduzir a sua contemporaneidade, já que eles podem ter sido para aí arrastados de locais diferentes pela própria dinâmica de formação do respectivo depósito geológico. Mas se algumas peças apresentarem um rolamento mais pronunciado do que outras, tal circunstância também não pode por si só levar-nos a inferir a sua maior antiguidade em relação às restantes, dado que os fenómenos responsáveis por essas alterações físicas têm uma incidência variável no interior de um mesmo depósito e, como já vimos, a própria natureza das matérias-primas condiciona frequentemente o seu desenvolvimento.

Para resolver estas dificuldades procurou-se dividir as peças que integravam cada amostragem de acordo com o seu estado físico, evitando contudo multiplicar os critérios de seriação subjacentes, no intuito de evitar a subjectividade da sua aplicação. Os três principais grupos considerados englobavam, respectivamente, as peças com um desgaste muito pronunciado que impedia mesmo a definição das arestas resultantes do seu talhe, os objectos claramente desgastados mas com arestas bem delimitadas e os materiais com arestas vivas que não evidenciavam qualquer tipo de alteração física. Um quarto grupo foi ainda considerado para agrupar as peças com uma eolização mais ou menos pronunciada, característica essa particularmente relevante na análise dos materiais associáveis a depósitos de textura fina, com uma génese e desenvolvimento que muitas vezes determinou a exposição mais ou menos prolongada dos materiais à superfície.

Mesmo assim, a adopção deste método defronta-se quase sempre com a presença de algumas peças cuja integração num ou noutro grupo se revela algo problemática, o que só é possível ultrapassar quando as amostragens integram um número significativo de objectos talhados, dado que tal circunstância torna estatisticamente irrelevante as opções

subjectivas que se possam tomar. Aliás, só com amostragens desse tipo é possível em seguida proceder a um estudo técnico e tipológico comparativo entre os vários grupos definidos, único procedimento válido para se poder determinar a sua potencial diferenciação cronológica ou não, devendo-se neste último caso proceder ao seu estudo conjunto.

A classificação arqueológica destes materiais, na sua quase totalidade atribuíveis às indústrias acheulenses do Paleolítico inferior, foi estabelecida em critérios bem claros e precisos, por forma a tornar exequível a realização de posteriores comparações entre os diferentes conjuntos estudados (CUNHA-RIBEIRO 1987).

As peças resultantes directamente do desenvolvimento de operações de talhe, as lascas e os núcleos, foram classificadas de acordo com as suas características técnicas, no intuito de se poder vir a delinear as estratégias de exploração subjacentes. No estudo das lascas adoptámos um método aplicado por A. Tavoso na classificação de materiais congéneres do Sul de França igualmente obtidos pelo talhe de seixos rolados, o qual permite vislumbrar se elas foram obtidas a partir de núcleos (seixos) muito explorados ou não (TAVOSO 1978). Os núcleos foram agrupados de acordo com as estratégias de extracção de lascas que evidenciavam, para o que se recorreu ao sistema classificativo desenvolvido por Santonja e Querol na vizinha Espanha (QUEROL e SANTONJA 1978, SANTONJA 1984-1985). Paralelamente, procurou-se ainda identificar na produção das lascas o recurso à utilização de técnicas de talhe específicas, como é o caso da técnica Levallois, e no caso dos núcleos anotou-se também a intensidade da sua exploração.

Para o estudo dos vários tipos de artefactos correntes nas indústrias acheulenses — bifaces, unifaces, «hachereaux», triedros, seixos talhados e utensílios sobre lasca — adoptamos métodos classificativos cuja credibilidade e utilização sistemática poderiam tornar possível a futura realização de análises comparativas, tentando, sempre que necessário, ajustar os respectivos parâmetros à realidade específica das indústrias paleolíticas do vale do rio Lis.

Na classificação dos bifaces e utensílios sobre lascas recorreremos genericamente à tipologia clássica de F. Bordes para o Paleolítico Inferior e Médio que, apesar de ter sido originalmente desenvolvida a partir das indústrias paleolíticas do NW de França, tem revelado uma apreciável eficácia no estudo dos materiais análogos provenientes doutras regiões do Velho Mundo (BORDES 1961). Para os unifaces utilizámos também os mesmos parâmetros classificativos dos bifaces, já que se trata de utensílios bastante similares e dos quais apenas se distinguem por apresentarem o trabalho de talhe circunscrito a uma das faces. Os «hachereaux», por seu

turno, foram estudados com base na tipologia de J. Tixier, cujos pressupostos técnicos e morfológicos permitem uma caracterização extremamente eficaz deste tipo de utensílios (TIXIER 1956 e BALOUT *et alii* 1967). Por último, para a análise dos triedros e seixos talhados adoptámos as classificações actualmente mais correntes em Espanha, onde, ao contrário do que sucede no vale do rio Lis, as indústrias paleolíticas apresentam amiúde uma elevada percentagem deste tipo de artefactos (QUEROL e SANTONJA 1978).

2.3 — *Quinta do Cónego/Pousias*

A Estação Paleolítica da Quinta do Cónego/Pousias situa-se numa pequena elevação da margem direita do rio Lis, sobranceira à pequena planície aluvial que se desenvolve a jusante da povoação de Cortes.

No topo da elevação, existe um pequeno terraço quaternário que corresponde à base de uma formação fluvial claramente encaixada no substrato argiloso do Portlandiano, cuja parte superior, seccionada pela erosão, foi posteriormente ocupada por um depósito coluvionar que actualmente se apresenta bastante afectado pelos trabalhos agrícolas que aí se desenvolveram. A altitude da base do terraço, bem como a sua textura e pedogénese, permitiram correlacioná-lo com a base da formação fluvial F1b identificada a jusante de Leiria, numa zona onde estes depósitos se encontram particularmente bem representados ao longo da margem direita do rio.

As investigações aí realizadas nos últimos oito anos permitiram já o estudo de uma colecção de 747 peças talhadas, 182 das quais recolhidas no decurso de uma escavação efectuada em 1989 (CUNHA-RIBEIRO 1987 e CUNHA-RIBEIRO 1990-91).

A análise destes materiais em função do seu estado físico tornou possível a definição de três grupos bem distintos: no primeiro grupo (D1), integraram-se as peças com um pronunciado boleamento, o que muitas vezes impedia mesmo que se determinasse com precisão o posicionamento das respectivas arestas; um segundo grupo englobou os objectos líticos apenas ligeiramente boleados (D2); num último grupo (D3), inseriram-se os materiais não alterados que evidenciavam arestas bem vivas.

O estudo comparativo das características técnicas e tipológicas apresentadas pelos materiais destes vários grupos não permitiu vislumbrar qualquer diferenciação significativa entre D2 e D3 (CUNHA-RIBEIRO 1987), os quais porém, no seu conjunto, se individualizavam de forma nítida das peças agrupadas em D1 (CUNHA-RIBEIRO 1990-91). Como

a maior parte dos objectos líticos agrupados em D1 correspondia à totalidade dos materiais encontrados na cascalheira do terraço, foi-nos assim possível admitir que os vestígios arqueológicos detectados nesta jazida correspondiam à presença na região, em dois momentos distintos, do homem do Paleolítico inferior.

A ocupação mais antiga encontra-se representada pela indústria lítica onde se integram os materiais cujo estado físico evidencia uma acentuada alteração, os quais podem ser inequivocamente associados à base do terraço que localmente aí se encontra parcialmente preservado. Estas condições de jazida levam-nos a admitir que o homem paleolítico responsável pela confecção dessa indústria não se terá então estabelecido muito longe da actual jazida, tendo provavelmente escolhido um local próximo do leito que o rio ocupava durante períodos de estiagem relativamente pronunciados, onde certamente abundariam os seixos rolados de quartzito, matéria-prima de que necessitava para elaborar boa parte dos seus artefactos de uso corrente. Quando o leito do rio, no decurso de um curto episódio torrencial, invadiu de forma mais ou menos abrupta as suas margens, inundando o local onde o homem ainda se encontraria ou não instalado, os materiais aí abandonados foram arrastados por um forte caudal que determinou o intenso boleamento dos objectos líticos. A posterior deposição das peças não se fez porém muito longe, o que impediu a sua dispersão, já que na escavação que realizámos se pode constatar uma elevada concentração de materiais líticos talhados no interior da cascalheira de base do terraço.

A presença de um número significativo de bifaces e de «hachereaux» permite uma clara associação destes vestígios mais remotos às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior. Correspondendo a 8,8% dos objectos estudados, os bifaces apresentam quase sempre formas espessas, muitas das vezes definidas por um retoque parcialmente bifacial. Os «hachereaux», por seu turno, constituem 6,1% do total dos materiais líticos e encontram-se apenas representados pelos tipos tecnicamente mais simples («O» e I), enquanto os utensílios sobre lasca não englobam mais de 4,4% das peças. Em termos técnicos, esta indústria revelou um claro predomínio de lascas obtidas a partir de uma exploração pouco intensiva dos núcleos (lascas de primeira geração).

Quando posteriormente o homem paleolítico seleccionou o local onde actualmente se situa a jazida para aí se instalar, fê-lo numa altura em que o rio corria já então bastante mais encaixado e a topografia envolvente se aproximaria da actual. Optou assim por uma elevação estrategicamente sobranceira ao vale, donde poderia visualizar toda a região envolvente. Os vestígios arqueológicos então aí abandonados foram parcialmente conservados em associação com o depósito coluvionar que se desenvolveu

sobre o terraço fluvial, tendo porém o recente revolvimento e desmantelamento da colúvia por trabalhos agrícolas determinado a sua dispersão à superfície.

Tais vestígios correspondem aos materiais líticos agrupados em D2 e D3 e, apesar de no seu conjunto evidenciarem uma série de características que permitiram estabelecer a sua individualização do grupo D1, integram-se igualmente nas indústrias líticas acheulenses. Os bifaces agrupam 12,1% do conjunto de objectos líticos estudados e denotam, em relação à indústria anterior, uma maior diversidade tipológica, mantendo contudo um predomínio dos tipos espessos e parciais. Proporcionalmente menos representados (5,5%), os «hachereaux» continuam a integrar-se na sua maioria nos tipos «O» e I, mas incluem já alguns tipos tecnicamente mais evoluídos (II e V). Por seu lado, os utensílios sobre lasca são agora relativamente mais numerosos (9,5%) e diversificados. Do ponto de vista técnico, a análise das lascas demonstra uma clara complexificação do talhe, não só com a preponderância de lascas extraídas numa fase mais avançada da exploração dos núcleos (lascas de segunda geração), mas também pela presença de algumas lascas obtidas pela utilização da técnica de talhe Levallois. Estas últimas, embora em reduzido número, permitem testemunhar pelo menos o domínio de uma técnica de talhe que tornava já possível pré-determinar a forma das lascas a extrair.

2.4 — *Areeiros a jusante de Leiria*

Como já se referiu, a jusante de Leiria o vale do Lis alarga-se substancialmente e o rio passa a encaixar o seu leito numa ampla planície aluvial. Entre esta cidade e a povoação de Riba de Aves, na margem direita, surgem uma série de plataformas escalonadas que testemunham localmente a disposição das várias formações fluviais até hoje identificadas na região. A plataforma topograficamente mais elevada, onde se pode reconhecer a sobreposição das três formações fluviais mais antigas (F1a, F1b e F1c), foi intensamente aproveitada para a extracção industrial de areias no decurso dos anos setenta e oitenta, o que veio permitir a realização de prospecções arqueológicas sistemáticas nos vários areeiros entretanto aí abertos.

Os 362 objectos líticos talhados que aí se recolheram foram detectados em oito locais diferentes (Areeiro da Quinta da Carvalha, Aérodromo Este, Casais 1, Casais 2, Areeiro da Fonte da Matoeira, Areeiro de Matoeira SW, Riba de Aves Sul e Outeiro Pelado), muitos dos quais relativamente afastados entre si (CUNHA-RIBEIRO 1987).

No entanto, embora tais peças tivessem sido encontradas dispersas pelas superfícies esventradas dos vários areiros e evidenciassem um estado físico diversificado, foi, contudo, possível estabelecer as permissas necessárias para admitir a sua clara associação a um contexto geológico comum. No Areiro da Quinta da Carvalha e no Areiro da Fonte de Matoesira foram detectados no interior da cascalheira de base da formação fluvial F1b, vários objectos líticos talhados, nalguns casos muito boleados e noutros sem qualquer alteração física significativa. Como a formação fluvial F1a apenas foi identificada por um testemunho residual no Areiro da Quinta da Carvalha (TEXIER e CUNHA-RIBEIRO 1992), que aliás se revelou arqueologicamente estéril, o mesmo sucedendo com a formação fluvial F1c, unicamente assinalada no Areiro da J.A.E., a associação dos materiais líticos à cascalheira da base de F1b era por demais inequívoca. Por outro lado, a comparação técnica e tipológica entre os vários grupos de peças em que era possível dividir a amostragem recolhida, em função do diferenciado estado físico que apresentavam, não permitia vislumbrar qualquer distinção significativa entre eles, pelo que se tornava também lícito proceder ao seu estudo em conjunto.

As condições de jazida destes materiais evidenciam assim uma nítida similitude em relação à situação que se observou na análise da mais antiga indústria acheulense da Estação Paleolítica da Quinta do Cónego/Pousias. É aliás possível admitir mesmo que a sua presença também aqui testemunhe a ocorrência de uma estratégia de povoamento algo idêntica, que terá ditado a instalação, ocasional ou não, do homem paleolítico nas imediações do curso de água. Neste caso, porém, os mecanismos responsáveis pela posterior deslocação dos vestígios arqueológicos determinaram a sua ampla dispersão, não sendo possível conhecer o número de ocupações a que correspondem, embora se possa considerar a sua contemporaneidade relativa dada a homogeneidade da amostragem estudada.

As características técnicas e tipológicas apresentadas pelo conjunto dos materiais líticos recolhidos permitem igualmente constatar a sua semelhança com a indústria lítica mais antiga da Quinta do Cónego/Pousias. Para além de a matéria-prima dominante continuar a ser o quartzite, o predomínio das lascas de primeira geração, obtidas a partir do talhe de seixos rolados, evidencia de novo uma clara simplificação técnica desta indústria, o que é confirmado também pela total ausência de indícios de utilização da técnica de talhe Levallois e pela presença de um significativo número de núcleos pouco explorados. Os bifaces correspondem a 14,4% da amostragem estudada e comportam no essencial tipos espessos e parciais, enquanto os «hachereaux», claramente menos representados (1,4%), incluem exclusivamente os tipos mais simples («O» e I). O número de utensílios sobre lasca é reduzido e abarca

artefactos bastante atípicos, sendo ainda de assinalar a presença de alguns seixos talhados e triedros.

2.5 — *Casal de Santa Maria 1*

A presença de materiais paleolíticos nas imediações do Casal de Santa Maria foi inicialmente assinalada pelas prospecções do Prof. Doutor Manuel Heleno (MACHADO 1964). Quando em 1985 tentámos localizar a proveniência de tais achados, tivemos porém a oportunidade de identificar 400 m a NNW do Casal de Santa Maria uma nova jazida, onde recolhemos à superfície uma pequena colecção de 118 peças talhadas. Como posteriormente se vieram também a descobrir junto do casal alguns objectos líticos que em tudo se assemelhavam aos materiais inicialmente detectados por Heleno, actualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, denominámos este local como Casal de Santa Maria 2, distinguindo-o assim da chamada Estação Paleolítica do Casal de Santa Maria 1 que havíamos descoberto.

Embora as peças encontradas nesta última estação constituíssem uma amostragem relativamente fraca em termos quantitativos, o facto de quase todas elas se apresentarem fortemente eolizadas (87,3%) e terem sido recolhidas numa área bastante restrita, conferia-lhes no seu conjunto uma assinalável homogeneidade (CUNHA-RIBEIRO 1987). Por outro lado, a sua descoberta efectuou-se num local recentemente desarborizado, o que tinha determinado a erosão e revolvimento do topo do nível pliocénico que aí aflora. Ora, a observação dos cortes abertos ao longo do caminho público adjacente à jazida, levou a constatar a existência de um depósito coluvionar, que afectara superficialmente o substrato pliocénico ao longo da suave vertente em que se situa a estação arqueológica, com o qual era admissível relacionar a presença dos vestígios arqueológicos encontrados.

A realização no local de uma campanha de escavações, apesar de não ter proporcionado um significativo aumento quantitativo e qualitativo da colecção inicialmente recolhida, permitiu no entanto evidenciar a sua clara associação com uma coluvião bem definida, cujas características pedológicas levavam a considerar a respectiva formação contemporânea da última fase de morfogénese registada na região.

Os vestígios arqueológicos desta estação pareciam assim testemunhar a existência de uma ocupação humana em circunstâncias bastante similares às que se haviam registado no nível de ocupação mais recente da Quinta do Cónego / Pousias. Não só as condições de jazida se assemelhavam, como também neste caso o homem seleccionou para se ins-

talar um local sobranceiro ao vale, donde podia controlar estrategicamente uma vasta região que se estendia a jusante da confluência do rio Lena com o Lis. O próprio estudo das características técnicas e tipológicas das peças aí encontradas, apesar de o valor da amostragem não ser muito expressivo, permite sustentar essa aproximação.

Do ponto de vista técnico, embora o pequeno número de lascas analisado³ evidencie uma distribuição equitativa entre as lascas de primeira e segunda geração, a presença de alguns núcleos Levallois demonstra já uma complexidade apreciável. Os bifaces, por seu lado, estão representados apenas por oito peças (6,7%), sendo contudo possível assinalar a sua relativa diversidade tipológica e o equilíbrio geral das respectivas formas. O grupo de artefactos mais significativo é porém o dos «hachereaux», que constituem 15,1% dos materiais recolhidos. Na sua maior parte integram-se nos tipos tecnicamente mais simples («O» e I), os quais incluem porém peças com uma morfologia bastante afeiçoada e equilibrada, sendo também de assinalar a existência de alguns utensílios tecnicamente mais evoluídos (tipos II e II/V).

2.6—*Casal do Azemel*

A Estação Paleolítica do Casal do Azemel está situada perto do bordo de um extenso planalto arenoso que se desenvolve a NW da Vila da Batalha, sobranceiro ao vale do rio Lena.

Geologicamente o planalto corresponde a um antigo nível marinho pliocénico, que actualmente aí se desenvolve entre os 164 e os 100 m de altitude absoluta, delimitado a norte e a sul pelo suave encaixe das redes de drenagem associadas a dois afluentes da margem esquerda do rio Lena, cujo vale, por seu turno, interrompe de forma relativamente abrupta o planalto a oriente. No local onde se situa a estação o pliocénico apresenta uma fácies claramente arenosa, à qual se sobrepõe um depósito coluvionar de espessura variável que, frequentemente, integra elementos com uma textura um pouco mais grosseira³.

A recolha de uma pequena colecção de artefactos na superfície desta jazida levou à realização de um primeira intervenção arqueológica em 1988, tendo-se desde logo não só estabelecido a aparente associação dos materiais líticos talhados ao referido depósito coluvionar, como também detectado no interior do coluvião uma área onde se registava uma forte

³ Nas imediações da jazida foi possível observar nalguns cortes do nível pliocénico arenoso a intercalação de pequenos leitos formados por seixos rolados de reduzidas dimensões.

concentração de vestígios arqueológicos (CUNHA-RIBEIRO e TEIXEIRA 1992). A continuação destes trabalhos veio contudo precisar melhor as condições que determinaram a integração das peças no interior do coluvião, permitindo, ao mesmo tempo, reunir uma colecção de mais de três mil objectos talhados, que, pela sua composição tipológica, constitui sem dúvida a mais representativa amostragem que se conhece em Portugal das indústrias acheulenses.

A concentração dos vestígios arqueológicos no interior da coluvião não permite associar a ocupação humana do local ao período em que terá ocorrido a formação do referido depósito. Com efeito, ao contrário da generalidade dos materiais constituintes da coluvião, a esmagadora maioria das peças talhadas que aí se recolheram apresentavam-se fortemente eolizadas. Por outro lado, a própria análise pedológica da coluvião sugeria que a sua génese era claramente posterior ao abandono dos objectos líticos acheulenses, o que aliás se veio a confirmar com a obtenção de duas datações por termoluminescência, cujos resultados integram de forma inequívoca a formação do depósito no Holocénico (CUNHA-RIBEIRO 1992).

O prolongamento dos trabalhos para a zona NW da jazida conduziu porém à identificação de uma pequena cascalheira residual na base da coluvião, no interior da qual não se detectou a presença de nenhuma peça talhada. Esta situação levou-nos a considerar que a presença do homem paleolítico no local terá decorrido entre a deposição da referida cascalheira e a formação do coluvião holocénico, numa época provavelmente contemporânea da própria fase de deflação que determinou a eolização dos materiais arqueológicos, como se infere da presença de alguns objectos líticos evidenciando uma dupla pátina⁴.

Embora ainda não se tenha procedido ao estudo exaustivo da totalidade dos materiais líticos já recolhidos, a análise técnica e tipológica de uma colecção de 974 peças, provenientes da campanha de escavações aí realizada em 1990, constitui uma amostragem suficientemente significativa para se poder delinear algumas das suas principais características (CUNHA-RIBEIRO 1992).

À semelhança do que se passa com os materiais provenientes doutras jazidas da região, um dos aspectos que de imediato ressalta na observação

⁴ Na maior parte dos casos trata-se de peças líticas talhadas que, após a sua utilização inicial, foram abandonadas em circunstâncias que determinaram uma profunda eolização do objecto, tendo a sua posterior reutilização pelo homem paleolítico obrigado a reavivar por talhe algumas das características mais relevantes do artefacto, o que se traduziu na obtenção de novas extracções que por vezes permaneceram sem alteração até à actualidade.

deste espólio reside na utilização sistemática do quartzito como matéria-prima. É mínimo o número de peças obtidas a partir do talhe do sílex (2,5%) e do quartzo (2,4%), que são aliás as duas únicas matérias-primas igualmente presentes. Por outro lado, desde logo se regista também que a maioria dos objectos líticos apresenta uma eolização que afecta de forma acentuada a totalidade da sua superfície (94,6%), enquanto os restantes evidenciam uma incidência parcial da pátina eólica ou surgem, em menor número, sem qualquer alteração significativa. Nalguns casos foi ainda possível observar a existência de algumas peças com dupla pátina, o que testemunha a sua reutilização e deixa inferir a possibilidade de a ocupação do local não ter sido pelo menos contínua.

Os bifaces são de novo o grupo de artefactos com uma representação mais expressiva, correspondendo a 13,1% do total das peças estudadas. Na sua maioria correspondem a tipos espessos, muitas vezes definidos por talhe apenas parcialmente bifacial, embora evidenciem no conjunto formas evoluídas e bastante bem equilibradas, o que podia em boa parte ser imputado ao judicioso aproveitamento da morfologia original dos respectivos suportes, os quais correspondem em 69,5% dos casos analisados a lascas. Proporcionalmente bastante menos representados (3,6%), os «hachereaux», apesar de continuarem a integrar maioritariamente os tipos «O» e I, tecnicamente pouco complexos, incluem já um assinalável número de tipos mais evoluídos, com particular destaque para os tipos II e V. Dos restantes artefactos presentes, os triedros e os seixos talhados comportam um reduzido número de exemplares, revelando-se a sua análise pouco expressiva para a caracterização desta indústria. Os utensílios sobre lasca correspondem apenas a 2,1% dos objectos analisados.

Do ponto de vista técnico o predomínio das lascas de segunda geração é acompanhado por núcleos de pequenas e médias dimensões intensamente explorados. Estas características, associadas ao conhecimento da técnica de talhe Levallois, evidenciam no seu conjunto uma nítida complexificação técnica.

Embora integrados num contexto claramente secundário, estes materiais surgem particularmente concentrados numa zona de inclinação muito suave, situada nas proximidades do topo da área envolvente, pelo que se pode inferir que a sua localização actual não se afastará muito do ponto onde inicialmente foram abandonados pelo homem paleolítico. A topografia aplanada da zona sugere assim que a ocupação do local pelos caçadores acheulenses ocorreu numa altura em que a rarefação da vegetação permitiria um fácil controle do planalto adjacente, determinando a sua proximidade dos vales do rio Lena e da ribeira da Calvaria um acesso rápido a pontos onde abundaria a água, a caça e muito provavelmente boa parte da matéria-prima de que necessitava para confeccionar alguns

dos seus artefactos. A presença de algumas peças com dupla pátina deixa contudo entrever a hipótese de a ocupação do local ter sido intermitente ou ter decorrido em momentos cronologicamente diferenciados, muito embora esta última suposição seja pouco plausível, tendo em conta a topografia pouco destacada do local em relação à zona aplanada em que se insere.

3 — Colecções do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia

O estudo das colecções paleolíticas de Leiria, depositadas pelo Prof. Doutor Manuel Heleno no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa (M.N.A.E.), permitiu também recolher algumas informações complementares para o conhecimento das primeiras ocupações humanas da região, testemunhando de forma particular a sua riqueza arqueológica⁵.

A inexistência de qualquer publicação de pormenor sobre estas descobertas, bem como a ausência de um ficheiro adequado das colecções, determinou a realização de um inventário preliminar dos materiais⁶. O facto de a maioria das peças ainda conservarem inscrito o nome do local onde foram recolhidas ou o código que a cada um dos lugares então se atribuiu, surgindo frequentemente as duas indicações associadas, levou-nos contudo a uma seriação eficaz dos materiais e tornou mesmo possível ultrapassar algumas confusões decorrentes das vicissitudes que os materiais sofreram nas várias transformações do M.N.A.E..

Pudemos assim relacionar a proveniência dos vários achados com 61 locais diferentes da bacia hidrográfica do rio Lis, 40 dos quais associados à região de Leiria e os restantes 21 a Monte Real⁷. A esta distribuição não corresponde porém qualquer fundamento de ordem admi-

⁵ Ao actual director do Museu, Dr. Francisco Alves, e ao Dr. Luís Raposo agradecemos todas as facilidades concedidas no estudo das colecções aí depositadas. O nosso reconhecimento estende-se também obviamente a todos os funcionários do Museu que nos auxiliaram de uma forma ou de outra nessas investigações.

⁶ Os inventários publicados limitam-se a apresentar uma lista de colecções cujo conteúdo não é sequer especificado, revelando frequentemente lacunas significativas e algumas confusões, certamente decorrentes da mistura de diferentes colecções (SAAVEDRA 1964, PEREIRA 1974-77). Por outro lado, a ausência de um registo adequado da entrada de colecções condicionava a amplitude das informações contidas nos próprios ficheiros do Museu, os quais evidenciavam por vezes confusões análogas às registadas nos inventários.

⁷ Duas colecções associadas à região de Leiria — MNAE 0804 e 0951 — foram eliminadas deste estudo, já que a localização dos respectivos topónimos — Guia e Lourçal — permitiram constatar a sua integração em zonas claramente exteriores à bacia hidrográfica do rio Lis.

nistrativa. Ela baseia-se apenas na proximidade relativa dos vários locais em relação aos dois aglomerados populacionais referidos, tendo provavelmente sido ditada por razões de ordem meramente pessoal, já que o Prof. Heleno era natural de Monte Real.

Embora cerca de 40% das colecções assim individualizadas correspondam a achados isolados, constituídos por um número não superior a 5 peças talhadas, 26% incluem algumas dezenas de objectos líticos cuja representatividade quantitativa é reforçada, em termos qualitativos, pelo facto de a sua composição tipológica não evidenciar na maior parte dos casos qualquer tipo de recolha selectiva. A par de artefactos com uma morfologia claramente determinada pelo talhe, por vezes cuidadosamente elaborados, surgem igualmente inúmeras peças nas quais os traços da intervenção do homem pré-histórico não são tão óbvios e que, num ou noutro caso esporádico, se revelam mesmo duvidosas.

A ausência de um registo susceptível de permitir localizar a proveniência dos vários achados e, conseqüentemente, determinar as suas reais condições de jazida, constituía no entanto um importante óbice para o apropriado estudo destes materiais arqueológicos. Para ultrapassar esta dificuldade começámos por tentar identificar na toponímia da região a ocorrência de locais com designações idênticas às existentes em muitas das peças, o que se veio mostrar exequível na determinação da provável localização de 26 das colecções previamente individualizadas. As designações das restantes colecções reportavam-se a uma micro-toponímia difícil de situar e, nalguns casos, já mesmo em desuso. No entanto, fomos ainda possível estabelecer a proveniência de outras 7 colecções, quer a partir de informações obtidas junto de habitantes da região⁸, quer pelas indicações complementares registadas originalmente nalgumas das suas peças⁹.

A posterior realização de prospecções intensivas nas várias áreas identificadas conduziu à recolha de novos objectos líticos talhados em alguns dos locais mais representativos, tendo-se mesmo detectado em seis deles algumas peças que permitiram precisar o contexto arqueológico e geológico das próprias colecções anteriormente aí recolhidas. Paralelamente, visitámos ainda a região na companhia do Sr. João Pedro Santos, antigo colaborador do Prof. Doutor Manuel Heleno a quem se deve muito do labor das prospecções realizadas nos anos trinta, quarenta e cinquenta na zona de Leiria, o que tornou possível confirmar e precisar

⁸ Foi o que sucedeu, em circunstâncias diversas, com as colecções provenientes de Outeiro Pelado, Pousadas e Pousias.

⁹ Incluíram-se nesta situação as colecções oriundas de Areia Branca, Barroca, Oiteiros e Souto.

muitos dos dados entretanto obtidos, bem como identificar a proveniência de duas outras colecções.

Entre as 26 colecções cujo local de origem não pudemos determinar, destaca-se a colecção proveniente de Salgueiros, composta por 172 peças talhadas que evidenciam no seu conjunto um estado físico bastante homogéneo e uma composição técnica e tipológica que lhes confere uma assinalável representatividade no quadro das indústrias acheulenses do vale do rio Lis. Das restantes colecções, 14 integram artefactos cujas características sugerem a sua associação às indústrias acheulenses (bifaces e «hachereaux»), embora muitas delas correspondam a achados quantitativamente pouco representativos. Igualmente constituídas na sua quase totalidade por achados numericamente reduzidos, as outras 12 colecções de origem desconhecida compreendem contudo materiais líticos que não possibilitam sequer definir com segurança a sua relação com as indústrias acheulenses da região.

As 19 colecções cuja proveniência foi estabelecida apenas com base na identificação do respectivo topónimo, agrupam também amostragens numericamente pobres, apesar de na sua maioria incluírem utensílios acheulenses. No entanto, mesmo quando tivemos oportunidade de aí recolher novas peças talhadas à superfície, a sua distribuição não permitiu definir qualquer tipo de concentração significativa nem tão pouco as condições de jazida dos materiais. Esta situação veio aliás confirmar algumas indicações registadas em objectos líticos dessas colecções que se referiam à sua recolha em locais relativamente diferenciados uns dos outros, bem como também reforça a pouca homogeneidade que da análise do respectivo espólio frequentemente transparecia¹⁰.

De referir que a presença nalgumas destas colecções de uma elevada percentagem de materiais em sílex, integrando por vezes lâminas e alguns artefactos sobre lasca genericamente incaracterísticos, deixava entrever a sua associação com indústrias pré-históricas posteriores ao Paleolítico inferior, embora a ausência de qualquer peça típica não sugerisse a ocorrência de uma ocupação paleolítica mais recente. Na jazida da Carrasqueira, situada cerca de 100 m a sul da Capela de Santa Isabel em Monte Real, e nas colecções oriundas de Albergaria e Vidigal S. Pederneira, tais materiais surgem associados a algumas peças de quartzite que, nos dois últimos casos referidos, comportam mesmo utensílios claramente acheu-

¹⁰ A colecção proveniente de Milagres (MNAE 0805), por exemplo, inclui diversos objectos que, a par da indicação do respectivo topónimo e código original (L11), apresentam inscrições que se reportam à sua descoberta em locais claramente distintos uns dos outros: «ao pé da fonte»; «perto da mata [...] ao Sul da Igreja»; «N. de Milagres/Colónia».

lenses, o que testemunha bem a heterogeneidade das amostragens. Todavia, a colecção proveniente de uma jazida de que só conhecemos o código inicialmente atribuído (Leiria 40), integra apenas objectos talhados em sílex e cinco fragmentos de cerâmica pré-histórica.

No que se refere às 17 colecções cuja proveniência pudemos determinar com precisão, constatou-se que 6 delas correspondiam a recolhas de superfície de um reduzido número de materiais acheulenses, não se tendo encontrado nenhuma peça nova nas prospecções que realizámos nos seus locais de origem¹¹. Paralelamente, as colecções de Carrasqueira e Carreiro do Rio, ambas oriundas dos arredores de Monte Real, revelaram-se inconclusivas para o conhecimento das indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior da região.

As outras colecções compreendiam contudo não só amostragens numericamente mais significativas, como também propiciaram uma melhor aferição das suas condições de jazida e, conseqüentemente, do próprio valor das respectivas amostragens. A análise das colecções provenientes de Pousias e do Outeiro Pelado permitiu mesmo integrar os respectivos materiais no estudo específico de cada uma das estações, desenvolvido no âmbito das investigações que temos vindo a desenvolver na região.

3.1 — *Matoeira*

Os materiais associáveis ao topónimo de Matoeira totalizavam um conjunto de 283 objectos líticos talhados, distribuídos nas reservas do M.N.A.E. por quatro colecções diferentes, de acordo com as indicações apresentadas pelas suas peças. O seu estudo levou-nos porém a agrupá-los numa única colecção, resultante de recolhas superficiais efectuadas nas imediações da povoação de Matoeira, situada cerca de 800 m a NE

¹¹ De Oiteiros, situado 200m a N da Estação dos caminhos de ferro de Leiria, provinham dois bifaces, detectados na superfície da formação fluvial F3, sem que contudo se pudesse estabelecer qualquer associação dos materiais ao referido depósito quaternário. Situação análoga registava-se também com o biface e um outro artefacto talhado de quartzite encontrados em Barroca, a N de Regueira de Pontes, na superfície da formação fluvial F2, bem como com a colecção dos Moinhos da Ponte de Cavaleiros, oriunda da superfície da planície aluvial do Lis (formação fluvial F4), e que integrava um biface, um «hachereaux», uma lasca e quatro núcleos, todos em quartzite. Na Quinta dos Pinhais, localizada a S de Monte Real, foram por seu turno encontrados dois bifaces, dois seixos talhados e um núcleo, detectados numa área onde os depósitos pliocénicos se apresentam superficialmente revolvidos, enquanto a colecção proveniente de Ortigosa-Cemitério foi detectada na superfície de uma zona onde sobre o Plicénico surgem amiúde depósitos coluvionares de espessura variável. Curiosamente, os três

de Regueira de Pontes, para o que muito contribuiu a descoberta de novos objectos líticos talhados, em tudo similares aos existentes no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, no decurso das prospecções que aí realizámos¹². Estes trabalhos permitiram ainda constatar a clara dispersão dos materiais pela superfície de vertentes, por vezes algo acentuadas, onde afloram depósitos detríticos miocénicos que, com frequência, se apresentam fortemente coluvionados. Em dois locais recolhemos mesmo alguns objectos talhados no interior das referidas coluviões.

Muito embora as condições de jazida desta colecção impeça um estudo que por si só seja susceptível de fundamentar a definição de uma cronologia, o elevado número de peças que a integram, bem como a acentuada homogeneidade do seu estado físico, confere à amostragem disponível uma validade suficiente para que, a partir da sua análise, se possa tentar estabelecer algumas comparações no quadro das indústrias acheulenses da região.

Um dos aspectos mais relevantes no estudo destes materiais reside aliás no facto de a esmagadora maioria das peças se apresentar relativamente boleada (95,8%), o que poderá ter sido determinado pelo arrastamento das peças ao longo das vertentes, em eventual associação com os materiais detríticos algo grosseiros que integram as coluviões areno-argilosos detectadas na zona onde foram originalmente recolhidos¹³. Por outro lado, à semelhança do que genericamente ocorre nas indústrias líticas acheulenses da região, o quartzito é também aqui a matéria-prima pre-

bifaces e restantes objectos líticos talhados aí recolhidos, num total de 19 peças, evidenciam na sua quase totalidade uma forte eolização. Por último, na superfície do miocénico que aflora na zona de Souto da Carpalhosa, encontraram-se 100 m a E da Igreja da povoação dois bifaces espessos (Souto).

¹² A colecção com a referência MNAE 0793 inclui 76 peças associadas ao topónimo Matueiras e ao código original L5, enquanto a colecção MNAE 0794 agrupa 180 objectos talhados que evidenciam o mesmo código (L 5), mas apresentam a designação de Matueiras-Pinhal. A referência MNAE 0796, por seu turno, reporta-se a uma colecção de 20 peças que apenas é relacionável com o código L5. Por último, surge um pequeno grupo de 7 objectos líticos, similares aos restantes, com a indicação de Matueiras, que foram ligadas a uma jazida da área de Monte Real, sem que todavia em nenhuma das peças se possa vislumbrar qualquer indicação que justifique tal associação. De referir ainda que as informações recolhidas junto do Sr. João Pedro Santos confirmam a proveniência destas colecções da área referida, bem como as condições de jazida que as nossas prospecções permitiram inferir. A indicação Matueira-Pinhal apenas pretendia individualizar os materiais recolhidos a N da povoação, numa área ainda hoje florestada.

¹³ Infelizmente, o alargamento das prospecções à zona planáltica adjacente, não nos permitiu identificar na superfície dos depósitos pliocénicos que aí afloram qualquer tipo de concentração de vestígios arqueológicos.

ponderantemente usada para a elaboração das peças talhadas (97,1%), surgindo apenas alguns objectos talhados em quartzo (1,8%) e, em menor número ainda, em sílex (1,1%).

Os bifaces correspondem a 15,2% dos materiais recolhidos e na sua totalidade enquadram-se claramente entre os bifaces espessos, com claro predomínio para o grupo dos amigdalóides. No seu conjunto evidenciam porém uma ampla diversidade tipológica e incluem alguns artefactos parciais, entre os quais se integram um uniface. Os «hachereaux» estão menos representados (4,6%) e distribuem-se maioritariamente por tipos tecnicamente pouco evoluídos (tipo «O» e I), embora incluam outros algo mais complexos (tipo II). O número de triedros verdadeiros é ainda mais reduzido (2), enquanto os seixos talhados agrupam 19 peças, na sua maioria unifaciais. Os utensílios sobre lasca incluem 7 raspadores, 4 denticulados, 2 «becs» e 2 entalhes, representando 5,3% das peças da colecção estudada.

Em termos técnicos, a análise dos produtos de talhe permitiu constatar o conhecimento da técnica de talhe Levallois, embora o recurso à sua utilização se revele claramente esporádico. O número de lascas obtido numa fase preliminar da exploração dos núcleos é, por seu turno, bastante aproximado do valor apresentado pelas lascas de segunda geração, o que evidencia uma clara contradição com o elevado índice de facetagem restrito aferido (15,2). Os núcleos constituem o grupo de peças melhor representado (36%) e apresentam-se na sua maioria intensamente explorados (68,6%). Entre eles destaca-se um apreciável número de peças que se integram nos grupos IV (21), V (27), VI (18) e VII (10).

No seu conjunto não é difícil de descortinar nesta colecção toda uma série de características que a aproximam de forma inequívoca das indústrias acheulenses mais recentes que conhecemos actualmente na bacia hidrográfica do rio Lis. Aliás, não deixa de ser curioso que, apesar de o contexto em que estes materiais foram recolhidos não permitir confirmar ou precisar esta ilação, ele sugere contudo um posicionamento original dos vestígios arqueológicos numa situação topográfica destacada e sobranceira ao vale do rio Lis, em tudo semelhante à estratégia de ocupação do território que pudemos constatar nas estações paleolíticas da Quinta do Cónego / Pousias e no Casal de Santa Maria 1.

3.2 — *Quinta de S. Venâncio*

Ao contrário da colecção anterior, os materiais provenientes da Quinta de S. Venâncio constituem uma amostragem numericamente reduzida (42 peças) e, no que se refere ao seu estado físico, evidenciam

uma clara diferenciação entre as peças muito roladas (14) e as que não apresentam qualquer tipo de alteração física (19).

Como tais peças foram recolhidas na superfície de um local onde os afloramentos cretácicos do Cenomaniano inferior surgem amiúde recobertos por formações arenosas mais recentes, provavelmente oriundas do coluvionamento dos depósitos pliocénicos que existem na zona aplanada adjacente ao topo da encosta que aí se desenvolve, torna-se difícil estabelecer as razões que terão determinado o aparecimento de uma clivagem tão acentuada¹⁴. No entanto, a presença de vários objectos talhados com dupla pátina (8), permite admitir a sua conexão com, pelos menos, duas ocupações paleolíticas claramente distintas entre si.

A dimensão da amostragem inviabilizou obviamente a realização de qualquer análise comparativa dos dois grupos de objectos talhados definidos em função do respectivo estado de alteração física, susceptível de aferir, ou não, a ocorrência de qualquer diferenciação significativa entre eles em termos técnicos e tipológicos. O estudo das peças proporcionou porém a identificação em ambos os grupos de um conjunto de características que, à partida, sugerem globalmente uma certa similitude com as indústrias acheulenses mais recentes.

Os bifaces, por exemplo, embora agrupem mais de metade dos objectos recolhidos (22)¹⁵, integram-se maioritariamente no grupo das peças não alteradas (15). A sua acentuada diversidade tipológica, bem como a presença de numerosos artefactos que evidenciam uma cuidada elaboração técnica e uma concepção morfológica bastante equilibrada, entre os quais se destaca um biface plano, confere-lhes no seu todo um aspecto bem evoluído. Reforçando esta tendência, assinalou-se também no grupo de peças sem alteração uma pequena lasca proto-*levallois*. Os «*hachereaux*», por seu turno, embora apenas representados por 4 peças, todas elas pronunciadamente roladas, distribuem-se equitativamente pelos tipos I e II da classificação de J. Tixier.

¹⁴ O local de proveniência desta colecção foi-nos indicado pelo Sr. João Pedro Santos, tendo tal informação sido posteriormente corroborada pela descoberta de novos artefactos talhados.

¹⁵ Em nosso entender, este elevado número de bifaces terá sido determinado por uma recolha seleccionada dos materiais, o que constitui uma clara excepção entre o conjunto das colecções estudadas no M.N.A.E..

3.3 — *Quinta de Vale de Lobo*

A colecção de materiais paleolíticos da Quinta de Vale de Lobo foi recolhida num local e em condições em tudo semelhantes às registadas na Quinta de S. Venâncio, da qual distava aliás apenas cerca de 500 m¹⁶.

Os seus materiais apresentavam-se contudo globalmente roladas, não sendo possível estabelecer qualquer diferenciação significativa entre as peças que evidenciavam uma alteração muito pronunciada e as que apenas possuíam as arestas de talhe nitidamente boleadas, tanto mais que as suas condições de jazida impediam que se inferisse dessa distinção qualquer conclusão minimamente válida, e o próprio valor quantitativo da amostragem (47 peças) inviabilizava também a realização de comparações credíveis entre ambos os grupos.

No que se refere às suas características técnicas e tipológicas, registava-se um acentuado paralelismo com a colecção da Quinta de S. Venâncio. Os bifaces constituíam os artefactos melhor representados (10) e, apesar de na sua maior parte se enquadrarem no grupo dos amigdalóides (6), incluíam uma peça claramente plana (ovalar com talão) e uma outra associável ao grupo dos bifaces lanceolados. Proporcionalmente bastante mais numerosos (7), os «hachereaux» distribuíam-se também equitativamente pelos tipos tecnicamente menos evoluídos («O») e por outros relativamente mais elaborados (II). De registar ainda a identificação de um núcleo Levallois entre os produtos de talhe presentes na colecção, o que permitiu igualmente constatar o conhecimento desta técnica de talhe particularmente evoluída.

3.4 — *Moinhos da Barosa*

Os materiais desta colecção foram recolhidos nas imediações de uma trincheira da linha dos caminhos de ferro do Oeste, entre os Km 158 e 159, a SW da povoação de Moinhos da Barosa, numa zona onde os afloramentos detríticos miocénicos se apresentam fortemente coluvionados ao longo de toda a vertente contígua¹⁷.

Reflectindo um pouco toda esta situação, as 54 peças que então aí foram encontradas apresentam estados de alteração física bastante diversificados.

¹⁶ Também aqui a localização precisa dos achados foi determinada graças à colaboração do Sr. João Pedro Santos, tendo-nos sido igualmente possível detectar no local a presença de um reduzido número de peças talhadas.

¹⁷ A localização precisa destes achados antigos só foi possível graças às informações que nos foram facultadas pelo Sr. João Pedro Santos.

O grupo de objectos talhados com um boleamento particularmente acentuado integra 5 bifaces, um dos quais claramente plano e com uma morfologia sub-cordiforme, e dois «hachereaux» (tipos «O» e I), sendo as suas restantes peças constituídas apenas por produtos de talhe, num total de 19 objectos talhados. Menos numeroso (10 peças), o grupo com um boleamento menos pronunciada incluía um único biface, também plano, 1 lasca, 6 núcleos e 2 utensílios diversos. Com um representatividade ainda mais reduzida, os materiais não alterados compreendem apenas 1 lasca, 3 núcleos e um fragmento de talhe. Por último surge um grupo de 18 peças bastante eolizados, entre as quais se destaca a presença de um «hachereaux» de tipo I, um núcleo proto-levallois e um outro núcleo com dupla pátina.

A heterogeneidade que no seu conjunto estes materiais revelam decorre certamente da associação de um conjunto de circunstâncias cuja clara identificação é inviável face aos dados disponíveis, o que impossibilita o seu adequado estudo e desaconselha o estabelecimento de comparações com outras indústrias melhor conhecidas.

3.5 — *Casal de Santa Maria 2*

Esta jazida localiza-se 1 km a NNW da povoação de Parceiros, numa zona aplanada que se desenvolve entre os vales da ribeira de Picheleiro e da ribeira de Parceiros. A colecção foi recolhida nas imediações de um casal de que ainda hoje existem vestígios, numa área fortemente perturbada por trabalhos agrícolas, onde nos foi possível detectar também alguns objectos líticos similares aos conservados no M.N.A.E..

A análise do estado físico das 58 peças que integram a colecção permitiu constatar a presença de dois grupos principais de materiais. O primeiro engloba 20 objectos não alterados e incluiu na sua maior parte artefactos relativamente elaborados: 11 bifaces, 1 «hachereau» e 3 triedros. O outro grupo é constituído por 32 peças eolizadas, nele se integrando 8 bifaces e 1 «hachereau». Das restantes peças aí recolhidas, duas apresentam-se ainda relativamente boleadas e 4 evidenciam um profundo boleamento.

Muito embora desta análise ressalte a preponderância de dois grupos de alteração física, o contexto claramente secundário em que os materiais foram recolhidos e o valor quantitativo da amostragem, não deixa contudo determinar o seu verdadeiro significado.

No seu conjunto, os bifaces detectados incluem-se na totalidade no grupo das formas espessas, com predomínio dos tipos amigdalóides, enquanto os dois únicos «hachereaux» se distribuem pelos tipos mais simples («O» e I). De assinalar ainda a presença de 2 triedros, 6 seixos talhados e 1 utensílio sobre lasca.

3.6 — *Pousadas*

Ao contrário das jazidas anteriores, as 48 peças talhadas provenientes de Pousadas evidenciam uma assinalável homogeneidade no que se refere ao seu estado físico, já que na sua maioria se apresentam totalmente eolizadas (43). Mas se este facto nos permite à partida considerar o seu estudo de uma forma global, a análise do local deixa contudo transparecer uma situação pouco clara.

Do ponto de vista topográfico, os materiais foram recolhidos numa zona que apresenta condições privilegiadas para aí se poder admitir a ocorrência de uma ocupação paleolítica¹⁸. Com efeito, trata-se de uma elevação que se destaca de forma pronunciada nas imediações da confluência do rio Lena com o rio Lis, donde é possível vislumbrar boa parte da extensa planície aluvial que se desenvolve a jusante de Leiria. Em termos geológicos, a elevação corresponde porém a um afloramento de rochas eruptivas, associado ao diapírico de Leiria, o que dificulta a definição precisa das reais condições de jazida dos materiais paleolíticos. Esta situação é ainda agravada actualmente pela implantação no local de uma ampla urbanização que transformou por completo o topo da elevação.

Os 7 bifaces identificados nesta colecção integram-se na sua totalidade no grupo dos espessos, embora evidenciem uma certa diversidade morfológica. Um deles é claramente parcial. Os restantes artefactos incluem apenas 4 seixos talhados, dois raspadores, um «bec» e uma raspadeira afocinhada atípica. Entre os produtos de talhe destaca-se apenas a presença de um apreciável número de núcleos discóides e de um núcleo Levallois.

No seu conjunto, estas características, em conexão com a localização topográfica dos achados, sugerem, porém, a associação desta colecção às indústrias acheulenses mais recentes que se conhecem no vale do rio Lis.

3.7 — *Tercenas*

O Prof. Doutor Manuel Heleno, no trabalho que publicou sobre o balanço da sua actividade arqueológica ao longo de 25 anos, refere-se explicitamente à descoberta de indústrias acheulenses «na foz do Lis abaixo do nível actual dos mares» (HELENO 1956).

¹⁸ A identificação do topónimo foi-nos facultada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros, tendo-se recolhido no local apenas uma pequena peça talhada, encontrada nas imediações da urbanização actualmente aí existente.

No inventário que realizámos dos materiais do M.N.A.E., provenientes da região de Leiria, detectaram-se duas colecções diferentes, cujas peças se encontravam na totalidade marcadas pelo código MR20, o qual surgia porém associado ao topónimo Tercenas em três dos objectos que se analisaram¹⁹. Duas outras pequenas colecções incluíam também peças apenas marcadas com o topónimo Tercenas, mas, embora num dos casos estivesse explicitamente indicada a sua localização na foz do Lis, a colecção havia sido ironicamente associada a Rio Maior, numa confusão certamente decorrente da sua proximidade em relação a outros materiais com os quais terá estado exposta²⁰.

A localização do topónimo nas margens do rio Lis, a cerca de 1400 m da actual foz do rio, não permitia porém estabelecer de uma forma segura as condições de jazida dos materiais, já que se tratava de uma zona amplamente coberta por formações dunares recentes, onde o próprio leito do Lis sofreu profundas alterações no decorrer dos trabalhos de regularização do seu curso. Quando nos deslocamos ao local na companhia do sr. João Pedro Santos fomos informados que a recolha das peças tinha sido efectuada entre os materiais utilizados na construção do dique (mota) que actualmente delimita a margem esquerda do rio, os quais provinham dos trabalhos de dragagem que então se realizaram no próprio leito original do Lis.

Tendo em conta estes dados, embora facilmente se possa compreender as razões que terão determinado quer a profunda eolização de boa parte dos objectos talhados aí detectadas (33), quer o acentuado boleamento que afectou praticamente o resto da colecção estudada (40), é-nos difícil precisar o seu real significado, dada a ausência de informações sobre as modificações que se operaram ao longo do Quaternário nas proximidades do pequeno estuário do rio. A própria análise técnica e tipológica dos materiais também se revela inconclusiva.

No seu conjunto os materiais associados a Tercenas totalizam 77 peças talhadas, na sua esmagadora maioria em quartzito (93,5%), tendo-se identificado entre os artefactos 8 bifaces, 6 «hachereaux» e 4 seixos talhados, enquanto os produtos de talhe incluem 30 lascas, 17 núcleos e 8 fragmentos de talhe. Os bifaces foram em grande parte elaborados a partir de grandes lascas de quartzito, apesar de quase sempre se enquadrarem no grupo dos bifaces espessos. Um único biface plano (discóide típico) evidencia um pronunciado boleamento. Os «hachereaux», por seu turno,

¹⁹ V. MNAE 0823 e 0824.

²⁰ V. MNAE 0870 e 0984. Junto da colecção MNAE 0870 encontrava-se uma pequena placa cuja legenda associava os materiais a Rio Maior.

distribuem-se pelos tipos mais simples («O» e I), sendo porém de assinalar a presença de utensílios de tipo II quer no grupo de peças eolizadas, quer entre os materiais profundamente rolados.

3.8 — *Salgueiros*

Embora não nos tenha sido possível localizar a proveniência desta colecção, o valor quantitativo e qualitativo da sua amostragem merece que lhe seja feita uma referência mais pormenorizada.

Os 172 objectos líticos que nela se integram foram maioritariamente obtidos a partir do talhe de quartzito (87,8%), surgindo a utilização do quartzo de forma destacada em segundo lugar (11%). O sílex está apenas representado por três peças, uma das quais corresponde a um biface espesso parcialmente fracturado e as duas restantes a fragmentos de talhe. Todos os outros artefactos foram porém elaborados em quartzito, já que as 19 peças identificadas em quartzo englobam apenas produtos directos do talhe (lascas e núcleos).

É no entanto a análise do estado de alteração física destas peças que melhor permite estabelecer a aparente homogeneidade da colecção. A eolização evidenciada por 93,6% dos materiais, apesar de se desconhecerem as respectivas condições de jazida, sugere de forma clara a sua associação a um conjunto de circunstâncias que não só terão determinado o desenvolvimento dos fenómenos responsáveis pela alteração registada, mas também evitaram a dispersão dos vestígios²¹.

Completam a colecção 10 peças com arestas vivas e sem qualquer vestígio de eolização (5,8%), nas quais apenas se incluem um biface em quartzito e um seixo talhado unifacial também em quartzito, sendo ainda de assinalar a presença de um núcleo discóide de quartzito profundamente boleado e eolizado.

Os bifaces correspondem a 19,2% do total das peças, representando 58,9% dos artefactos identificados, o que os torna indiscutivelmente o grupo de peças mais expressivo para caracterizar a colecção. Entre os 19 bifaces em que foi possível determinar a natureza do respectivo suporte, constatou-se a utilização preferencial de lascas (11), seguida pelos seixos rolados (6) e pelas calotes (2).

²¹ A maior parte das peças apresenta ainda a lápiz a primitiva indicação do topónimo e do respectivo código original (L28), sem nunca se vislumbrar qualquer inscrição susceptível de permitir deduzir a ocorrência de qualquer diferenciação significativa do respectivo local de recolha (V. a este propósito as considerações registadas na nota 10 sobre a colecção proveniente de Milagres).

Em termos tipológicos a classificação destas peças revela uma acentuada diversidade de formas, apesar de na sua quase totalidade elas se integrarem no grupo dos bifaces espessos. Apenas dois artefactos correspondem à definição clássica de bifaces planos ($m/e > 2,35$), um dos quais é porém igualmente associável ao grupo dos bifaces parciais que, num total de 9 peças, inclui 2 unifaces. De registar ainda a identificação de 3 bifaces do chamado grupo dos lanceolados, onde se destaca a presença de um biface lanceolado típico que revela um acentuado apuro técnico e uma morfologia bastante equilibrada.

Os «hachereaux» estão apenas representados por 3 peças, o que constitui 1,7% do total dos materiais da colecção e 5,4% dos artefactos detectados. Curiosamente são na sua totalidade associáveis ao tipo II da classificação de J. Tixier.

Os restantes artefactos compreendem um único triedo, 6 seixos talhados, 7 utensílios sobre lasca e seis utensílios de tipo diverso que não se integram em nenhum dos grupos classificativos anteriores. Entre os utensílios sobre lasca destaca-se a presença de 4 raspadores, 1 furador, 1 denticulado e 1 faca de dorso natural.

No conjunto das 76 lascas estudadas constatou-se o predomínio das chamadas lascas de segunda geração, sendo ainda de notar a aferição de um índice largo de facetagem bastante elevado (23,4). Os núcleos, num total de 54 peças, incluem por seu turno um grande número de núcleos discóides, tendo-se igualmente identificado um núcleo Levallois.

Globalmente esta colecção apresenta assim um conjunto de características técnicas e tipológicas que sugerem de forma nítida a sua similitude com as indústrias acheulenses mais recentes que se conhecem na região. Por outro lado, mesmo não se dispor de qualquer informação precisa sobre as condições de jazida desta colecção, já que se ignora o próprio local de proveniência dos achados, a alteração eólica registada na quase totalidade das suas peças evidencia também uma clara aproximação com a situação observada nas Estações Paleolíticas do Casal de Santa Maria 1 e do Casal do Azemel, cujas indústrias líticas representam a fase mais recente que se conhece da ocupação acheulense no vale do rio Lis.

4 — Conclusões

O estudo dos vestígios arqueológicos actualmente conhecidos na bacia hidrográfica do rio Lis apenas permite testemunhar a presença na região do homem do Paleolítico Inferior. Apesar de se terem detectado alguns achados que integravam peças passíveis de poderem ser associadas a ocupações paleolíticas posteriores, não foi até agora possível iden-

tificar materiais suficientemente característicos para se estabelecer de forma inequívoca a permanência do homem na região nos períodos subsequentes do Paleolítico.

O espólio que até nós chegou destes nossos antepassados é exclusivamente constituído por objectos líticos talhados com uma composição técnica e tipológica típica das indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior. Na sua esmagadora maioria estas peças foram elaboradas a partir do talhe de seixos rolados de quartzito, os quais se encontram abundantemente representados nas várias formações detríticas que se depositaram na região desde o Cretácico inferior até ao Pleistocénico. Num número claramente inferior surgem ainda algumas peças resultantes do talhe de seixos rolados de quartzo e de nódulos de sílex que correspondem quase sempre a lascas, núcleos ou fragmentos de talhe. Trata-se também, em ambos os casos, de um aproveitamento de matérias-primas localmente disponíveis, embora nem sempre evidenciem as características adequadas para o fim a que se destinam, o que certamente terá determinado a sua esporádica utilização. Os seixos rolados de quartzo encontram-se quase sempre associados aos de quartzito nos vários depósitos detríticos já referidos, mas registam uma frequência e dimensões globalmente bastante inferiores, para além de amiúde apresentarem clivagens nada propícias ao desenvolvimento do talhe. O sílex, por seu turno, aparece na região inserido nalguns depósitos detríticos miocénicos sob a forma de pequenos nódulos quebradiços, igualmente pouco adequados para a obtenção de objectos líticos talhados.

A identificação de um conjunto de estações arqueológicas onde nos foi possível definir com precisão as reais condições de jazida destas indústrias acheulenses, permitiu integrar o seu estudo no quadro crono-estratigráfico da região, estabelecido a partir do levantamento exaustivo das respectivas formações geológicas quaternárias. Pudemos assim detectar a existência de, pelo menos, duas ocupações acheulenses claramente distintas em termos cronológicos.

Uma primeira ocupação encontra-se representada por vestígios arqueológicos associados à base da formação fluvial F1b, o que torna legítimo admitir que a presença do homem terá então ocorrido a seguir à fase de encaixe do leito rio Lis que engendrou a quase total destruição da formação fluvial mais antiga que aí se conhece (F1a).

A região foi de novo posteriormente ocupada numa altura em que as condições climáticas vigentes conduziram à rarefacção da cobertura vegetal, o que determinou a eolização de boa parte do espólio lítico abandonado. O facto de alguns destes materiais terem sido detectados no interior de depósitos coluvionares cujos constituintes se apresentavam igualmente eolizados (Casal de Santa Maria 1, p.e.), sugere a sua contem-

poraneidade com a última fase de morfogénese que a região conheceu, dado que em termos pedológicos as referidas coluviões se terão desenvolvido num momento claramente posterior à deposição da formação fluvial F3.

Ao longo período de tempo que decorreu entre estas duas ocupações, bem testemunhado pela amplitude dos fenómenos que levaram o rio a encaixar entretanto o seu leito em quatro momentos distintos e a depositar um igual número de formações fluviais com uma assinalável espessura (F1b, F1c, F2 e F3), não correspondeu porém a uma evolução muito pronunciada das respectivas indústrias líticas.

Do ponto de vista técnico assistiu-se a uma complexificação do talhe, patente nas indústrias mais recentes quer pelo predomínio das chamadas lascas de segunda geração, quer pela presença de um elevado número de núcleos explorados de forma intensiva e com uma estratégia de desenvolvimento das extracções nitidamente mais elaborada. Os testemunhos da aplicação da técnica de talhe Levallois também aí observados, apesar de a sua utilização apenas ocorrer de forma pontual, corroboram igualmente essa tendência.

Em termos tipológicos a distinção entre as duas ocupações revela-se contudo um pouco menos evidente.

A análise dos bifaces, por exemplo, que são sem dúvida os artefactos mais significativos no conjunto das indústrias líticas estudado, apenas permite constatar uma maior diversificação morfológica nas indústrias associadas à ocupação acheulense mais recente. A presença de um maior ou menor número de bifaces parciais ou de bifaces planos, embora por vezes possa corresponder a uma aparente tendência evolutiva destas indústrias, deve no entanto ser analisada tendo em conta os condicionamentos resultantes da própria matéria-prima disponível. Na verdade, a utilização sistemática de seixos rolado de quartzito ou de lascas de grandes dimensões deles extraídas, surge quase sempre acompanhada por um judicioso aproveitamento da morfologia dos suportes originais, o que muitas vezes constitui um factor determinante na aferição de muitos dos atributos morfológicos subjacentes à classificação tipológica clássica a que recorreremos.

Já o estudo dos «hachereaux», baseado numa classificação em que a definição das características morfológicas de cada tipo emerge da própria concepção técnica da peça, torna possível constatar de novo a relativa complexidade das indústrias acheulenses mais recentes da região. Com efeito, embora se continue a verificar a persistência dos tipos tecnicamente menos elaborados que caracterizavam as indústrias mais antigas (tipos «O» e I), aparecem em número significativo alguns tipos cuja confecção revela um claro apuro técnico (tipos II e V).

De assinalar ainda que as indústrias mais antigas apresentam em

geral uma percentagem mais elevada de triedros e seixos talhados que as correspondentes à ocupação posterior, as quais, por sua vez, comportam utensílios sobre lasca em maior número e com uma diversificação tipológica relativamente acentuada, o que aparentemente coincide com a evolução técnica que entre ambas se regista. Esta situação deve todavia ser encarada com alguma prudência, dadas as reduzidas percentagens que todos estes artefactos evidenciam nestas indústrias.

Por outro lado, apesar de muitos dos vestígios arqueológicos destas duas ocupações acheulenses terem sido detectados em contextos secundários, a sua associação a depósitos cuja génese deixa entrever um posicionamento topográfico claramente distinto dos locais em que o homem se terá fixado, permite constatar a ocorrência de duas estratégias de ocupação do território bem diferenciadas.

Inicialmente o homem paleolítico ter-se-á instalado nas proximidades das margens do rio, onde abundariam os recursos de que necessitava para o desenvolvimento das suas actividades económicas de caça e recolção, entre os quais se destacavam os seixos rolados cujo talhe lhe permitia obter muitos dos artefactos que lhe eram indispensáveis.

No decurso da ocupação acheulense mais recente o homem fixou-se porém em locais elevados, estrategicamente situados nas proximidades dos vales que frequentemente percorreria no exercício das suas actividades, não dependendo já claramente das fontes de abastecimento da matéria-prima indispensável para a confecção da sua utensilagem lítica. A identificação de peças com dupla pátina nas indústrias referentes a esta última ocupação deixa aliás entrever a possibilidade de a presença do homem paleolítico nalguns destes locais se ter repetido em momentos diferentes, podendo nalguns casos ter mesmo ocorrido com um carácter sazonal.

No seu conjunto, estas observações tornaram possível enquadrar o estudo das colecções paleolíticas depositadas no M.N.A.E. num contexto regional relativamente preciso. Na verdade, muito embora a diminuta amostragem de grande parte dessas colecções tenha apenas permitido, nos casos em que foi possível localizar aproximadamente a sua proveniência, confirmar a dispersão de vestígios paleolíticos por toda a bacia hidrográfica do rio Lis, em relação a certas colecções conseguiu-se ultrapassar a mera descrição dos artefactos que as integravam, tendo-se mesmo chegado a determinar pontualmente as respectivas condições de jazida.

Curiosamente, as colecções cujo estudo se revelou mais significativo, evidenciavam genericamente toda uma série de características que levavam a estabelecer claramente a sua associação com as ocupações acheulenses mais recentes da região²². A presença de outros materiais cujo enquadramento e caracterização não foi possível definir, embora num ou noutro caso não se possa afastar a hipótese de poderem corresponder às indústrias acheu-

lenses mais antigas, sugerem a eventual ocorrência de outras ocupações acheulenses cuja existência até agora não pode ser identificada de forma adequada na região.

Os dados disponíveis não permitem, aliás, reconhecer qualquer indício susceptível de justificar um completo abandono da região por parte do homem paleolítico no longo período de tempo que terá decorrido entre as duas ocupações acheulenses até agora aí devidamente reconhecidas. Sucede porém que os trabalhos de exploração de areias e o desenvolvimento de obras públicas que conduziram à descoberta de vestígios arqueológicos em associação com a base da formação fluvial F1b, não se estenderam com a mesma amplitude às restantes formações fluviais presentes no vale do rio Lis, o que inviabilizou completamente a aferição do seu potencial valor arqueológico.

Certamente que o prosseguimento das investigações nesta região conduzirá no futuro à recolha de novos dados capazes de colmatar muitas das lacunas que emergem dos nossos actuais conhecimentos sobre o Paleolítico no vale do rio Lis²³. Antes, porém, julgamos que o desenvolvimento do estudo das diferentes indústrias líticas até agora aí detectadas, através da análise das cadeias operatórias subjacentes à produção das principais peças que as constituem, poderá vir a contribuir a curto prazo, de forma significativa, para o esclarecimento de alguns desses problemas. Na verdade, a aplicação que temos vindo a desenvolver de uma tal metodologia de trabalho às amostragens disponíveis, dado o seu valor em termos quantitativos e qualitativos, tem já revelado resultados susceptíveis de ultrapassarem muitas das limitações com que se deparam as classificações tipológicas de base morfológica correntes em estudos similares.

²² (Vem da página anterior) Não será estranho a este facto a circunstância de o próprio Prof. Doutor Manuel Heleno afirmar que não encontra na região nenhuma estação com estratigrafia, o que nos leva a deduzir que a generalidade das recolhas se reportam a materiais líticos detectados à superfície.

²³ Entre os elementos de estudo mais significativos ultimamente detectados na região conta-se aliás a descoberta num pequeno terraço do rio Lena de uma indústria lítica *in situ*, cujo estados nos propomos desenvolver num futuro próximo, no intuito de aferir nomeadamente a sua correlação com o quadro crono-estratigráfico da região (CUNHA-RIBEIRO e MONTEIRO RODRIGUES 1992).

Bibliografia

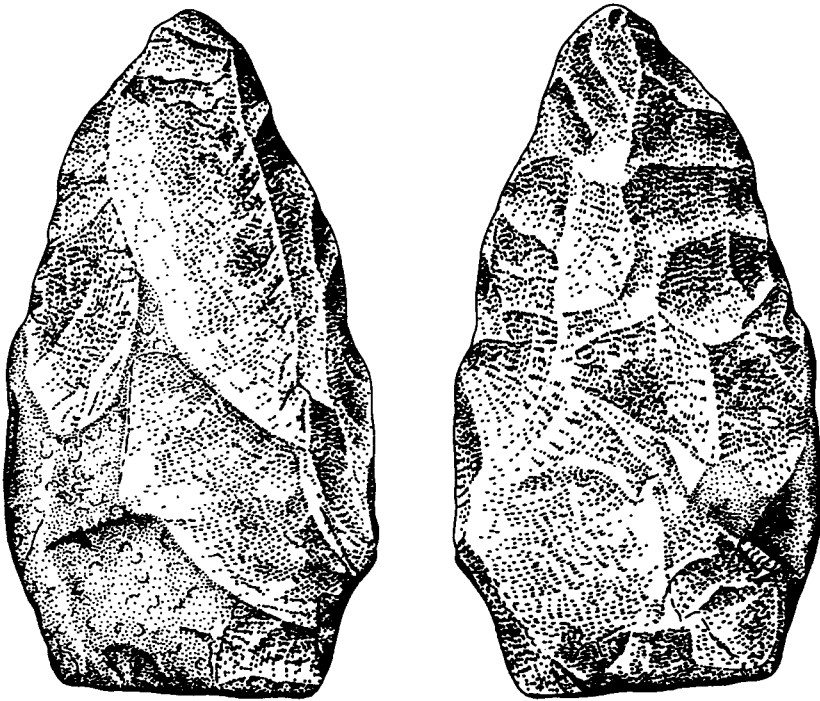
- BALOUT, L., BIBERSON, P. e TIXIER, J. (1967), «L'Acheuléen de Ternifine (Algérie), gisement de l'Atlanthrope», *L'Anthropologie*, 71, Paris, pp. 217-238.
- BORDES, François (1961), *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*, Éd. Delmas, Bordeaux, 1 vol., p. 85, 11 fig., 1 atlas, 108 est.
- CORREIA, Vergílio (1912), «O Paleolítico em Portugal. Estado actual do seu estudo», *O Arqueólogo Português*, XVII, Lisboa, pp. 55-62.
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1987), *Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto crono-estratigráfico*, Porto, p. 165 (policopiado).
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1990), «Os primeiros habitantes», *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques), vol. I (coord. de Jorge de Alarcão), Editorial Presença, Lisboa, pp. 15-74.
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1990-1991) «Intervenção arqueológica na estação acheulense da Quinta do Cónego/Pousias (Cortes, Leiria)», *Portugália*— Nova Série, XI-XII, Porto, pp. 9-22.
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1992), «Escavações na estação paleolítica acheulense do Casal do Azemel (Batalha)» (no prelo).
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, MEIRELES, José e TEXIER, Jean-Pierre, «L'Acheuleen du Nord et du Centre du Portugal: bilan des connaissances actuelles», *L'Acheuleen dans l'Ouest de l'Europe, Resume des Communications*, Saint-Riquier, 1989, pp. 76-81.
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro e MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio E. (1990-1991), «Estação Paleolítica da Jardoeira (Batalha). Notícia preliminar», *Portugália*— Nova Série, XI-XII, Porto, pp. 139-140.
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro e TEIXEIRA, A. José Meneses (1992), «Casal do Azemel (Batalha). Primeiras escavações», *Arqueologia*, 22, Porto (no prelo).
- FONTES, Joaquim (1912), «Contribution à l'étude de la Période Paléolithique en Portugal», *Compte-rendu du Congrès Préhistorique de France*, Session de Nîmes, Le Mans, pp. 3-11.
- FONTES, Joaquim (1917), «Instruments paléolithiques dans la collection de Préhistoire du Service Géologique», *Comunicações da Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal*, XII, Lisboa, pp. 1-16.
- FONTES, Joaquim (1923), *O Homem Fóssil em Portugal*, col. «Natura», Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, p. 91.

- FONTES, Joaquim (1932), «A questão do Homem Fóssil em Portugal», *Arquivo Histórico*, I, fasc. 1, Lisboa, pp. 11-26.
- HELENO, Manuel (1956), «Um quarto de século de investigação arqueológica», *O Arqueólogo Português*, Nova Série, III, Lisboa, pp. 221-237.
- MACHADO, João L. Saavedra (1964), «Subsídios para a história do Museu Etnológico», *O Arqueólogo Português*, Nova Série, V, Lisboa, pp. 51-448.
- PAÇO, Afonso do (1966), «Subsídios para uma nova Carta do Paleo e Mesolítico Português», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III Série, n.º 10, pp. 3-26.
- PEREIRA, Maria Amélia Horta (1977), «Departamento de Pré-história. Relatório em Dezembro de 1984. Reorganização das colecções», *O Arqueólogo Português*, III Série, VI-VII, Lisboa, pp. 7-13.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910), «Notícias Diversas. VII — Paleolítico de Leiria», *Materiais para o Estudo das Antiguidades portuguesas*, Anno I, n.º 2, p. 56.
- QUEROL, Maria Angeles e SANTONJA, Manuel (1979), *El yacimiento achelense de Pinedo (Toledo)*, Ministerio de Cultura, Direccion General del Patrimonio Artístico, Archivos y Museos, Madrid, p. 181.
- SANTONJA, Manuel (1984-1985), «Los núcleos de lascas en las industrias paleolíticas de la meseta española», *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII, Salamanca, pp. 17-33.
- RAPOSO, Luís e CARREIRA, J.R. (1985), «Acerca da existência de complexos industriais préacheulenses no território português» *O Arqueólogo Português*, Série IV, 4, Lisboa, pp. 7-20.
- TAVOSO, André (1978), *Le Paléolithique inférieur et moyen du Haut-Languedoc. Gisements des terrasses alluviales du Tarn, du Dadou, de l'Agout, du Sar et du Fresquel*, Études Quaternaires, Mémoires n.º 5, éditions du Laboratoire de Paléontologie Humaine et Préhistoire, Paris, p. 404.
- TEIXEIRA, A. J. Meneses (1984-1985), «Elementos da Cultura Material na Estação Paleolítica da Recta dos Pinheiros; Pinheiros (Batalha-Leiria)», *Jornal de Leiria*, n.ºs 2431, 2433, 2435 e 2437, Leiria, 1984-1985.
- TEIXEIRA, Carlos e ZBYSZEWSKI, Georges (1968), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 23-C (Leiria)*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, p. 99.
- TEXIER, Jean-Pierre e CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1992), «Les formations quaternaires du Lis. Leur importance pour la chronostratigraphie de l'acheuleen portugais», *Cadernos de Arqueologia* (no prelo).
- TIXIER, Jacques (1956), «Le hachereau dans l'Acheuléen Nord-Africain. Notes typologiques», *Congrès Préhistorique de France*, XV Session, Poitiers-Angoulême, pp. 914-923.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1897), *Religiões da Lusitania*, I vol., Imprensa Nacional, Lisboa, p. 440.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1922), «Instrumento paleolítico de Leiria», *O Arqueólogo Português*, XXI, Lisboa, pp. 133-134.
- VEIGA FERREIRA, O. da (1984), «A Pebble culture ou Pebble industry em Portugal. Breve síntese da sua descoberta e estudo», *Lucerna. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, pp. 17-24.
- ZBYSZEWSKI, G., MANUPPELLA, G. e VEIGA FERREIRA, O. da (197), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 27-A (Vila Nova de Ourém)*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, p. 82.

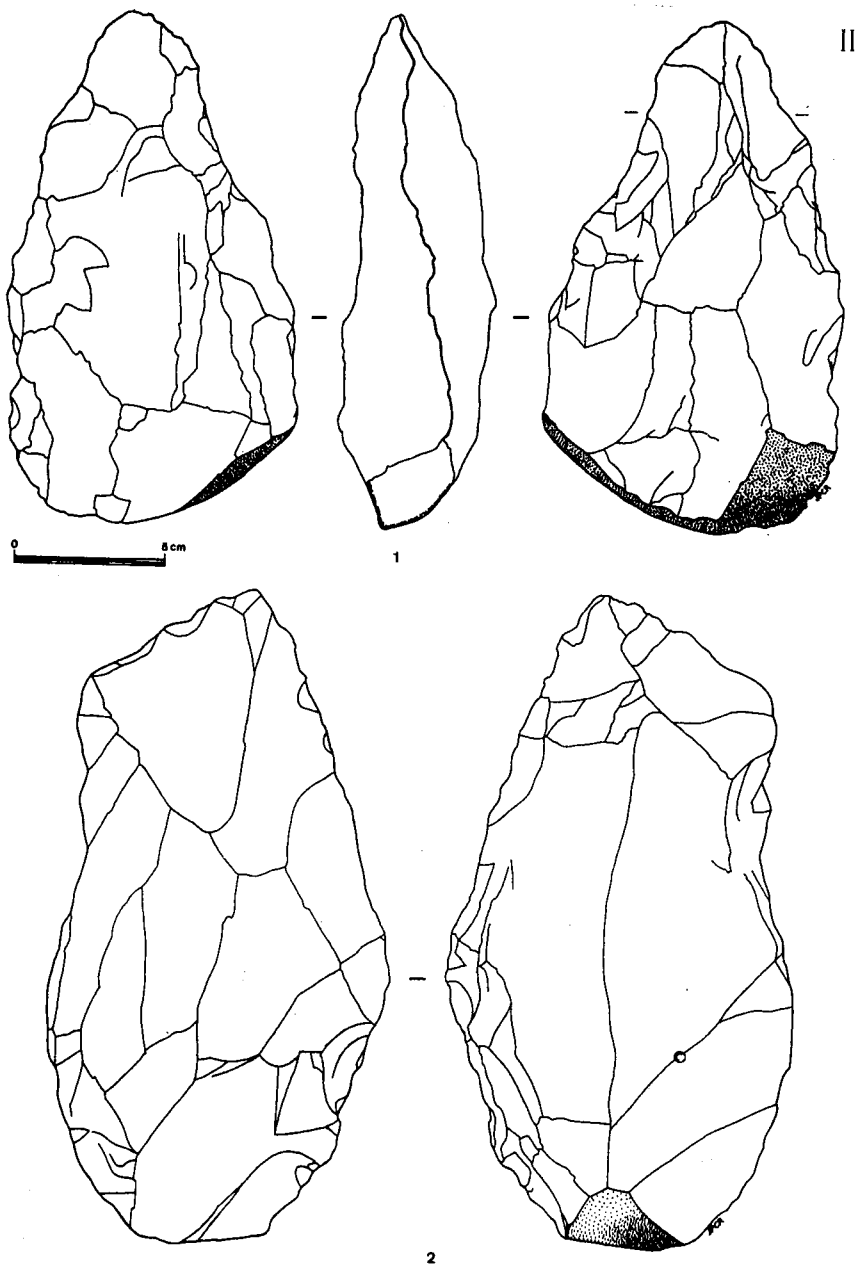
ZBYSZEWSKI, G. e PENALVA, C. (1982), «Contribuição para o conhecimento do Paleolítico do Monte Real», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 68, fasc. 2, Lisboa, pp. 299-305.

ZBYSZEWSKI, G. e VEIGA FERREIRA, O. da (1969), «La station paléolithique da Quinta do Cónego (Côrtés, Leiria)», *O Arqueólogo Português*, III Série, III, Lisboa, pp. 7-16.

ZBYSZEWSKI, G., VEIGA FERREIRA, O. da, PENALVA, C. e TEIXEIRA, A. J. Meneses (1980), «Nova Contribuição para o Conhecimento do Paleolítico da Quinta do Cónego (Côrtés, Leiria)», *Revista de Guimarães*, XC, Guimarães, pp. 181-189.

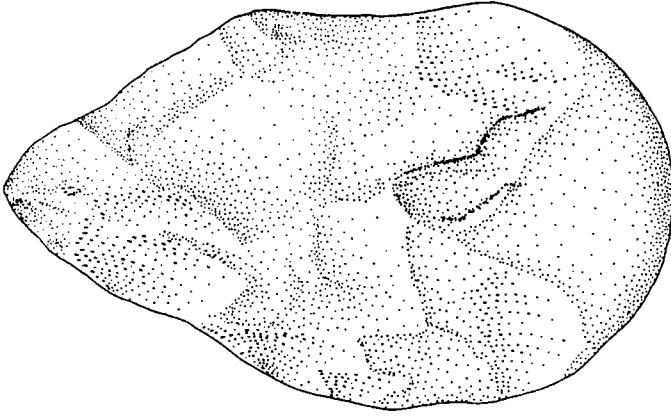


Estampa I
Biface amigdalóide com talão, muito baleado, proveniente da escavação realizada na Estação Paleolítica da Quinta do Cônego/Pousias

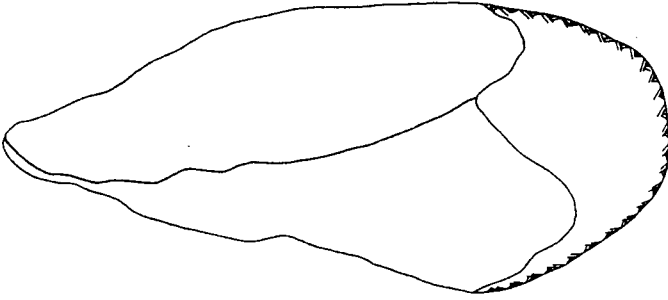


Estampa II

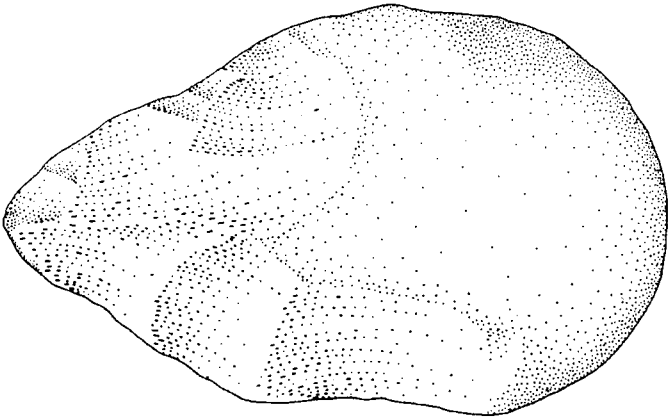
- 1 — Biface espesso com silhueta sub-triangular (Quinta do Cónego/Pousias, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)
 2 — «Machereaux» tipo V (Quinta do Cónego/Pousias)



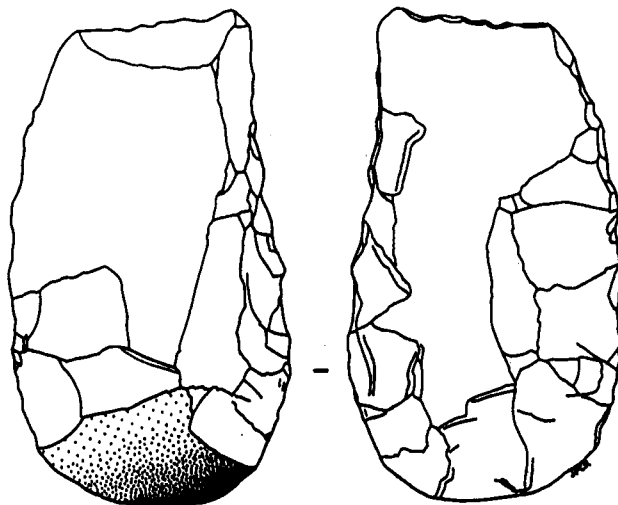
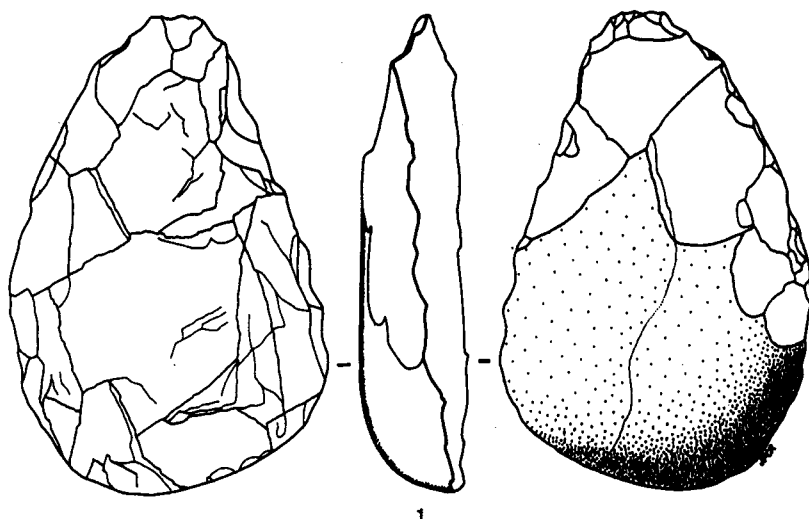
|



|



Estampa III
Biface amigdalóide com talão (Areeiro da Quinta da Carvalha,
Gândara dos Olivais)

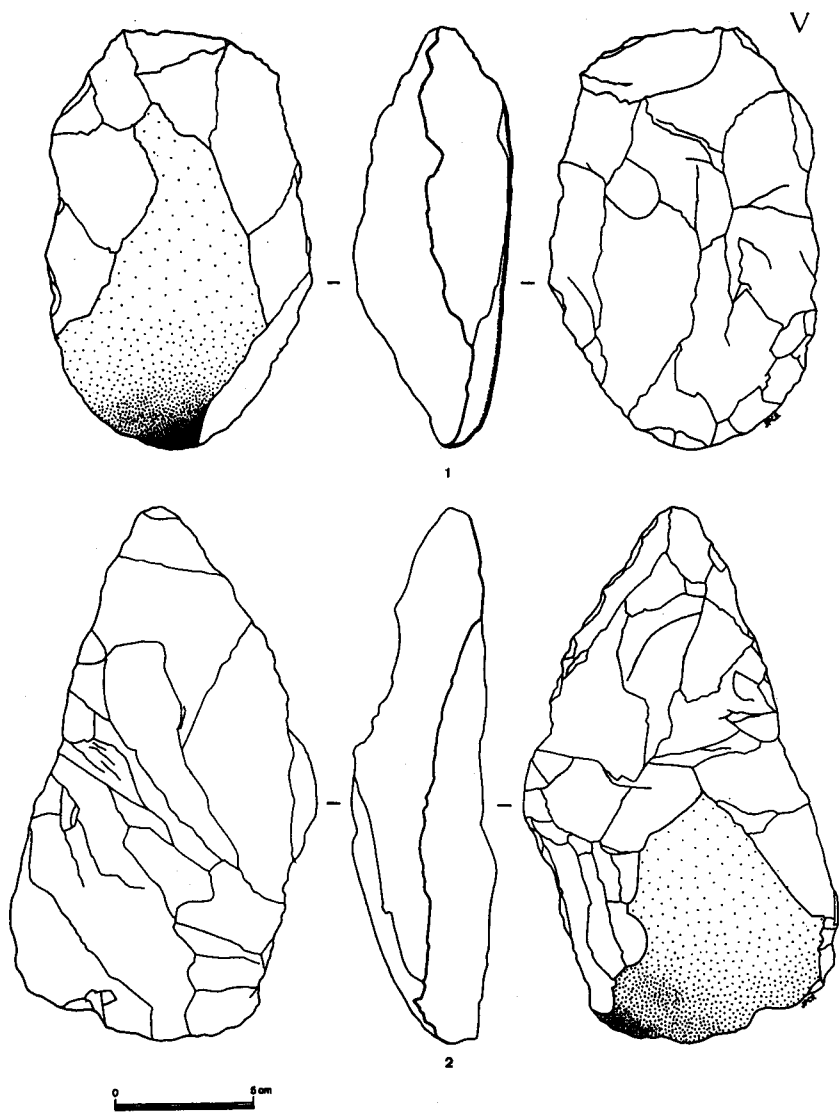


2

Estampa IV

1 — Biface cordiforme alongado (Casal do Azemel)

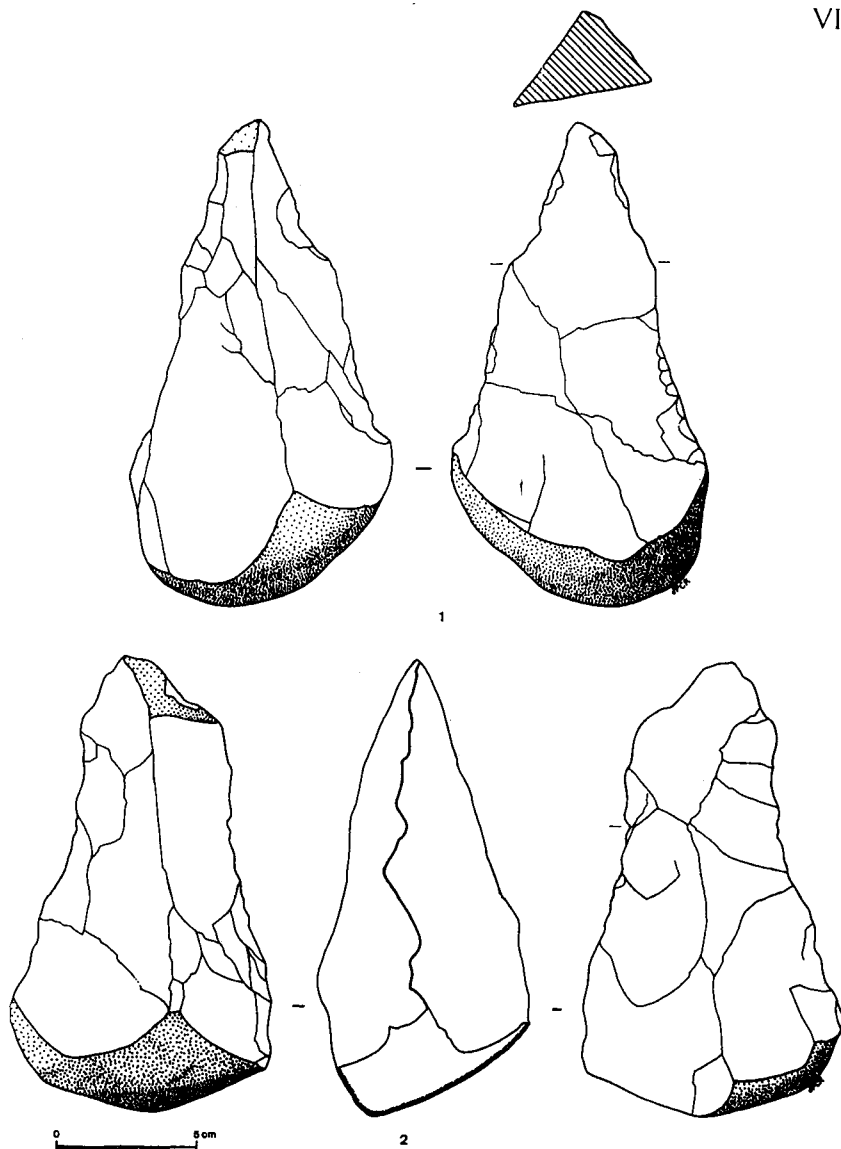
2 — «Machereaux» tipo V (Casal do Azemel)



Estampa V

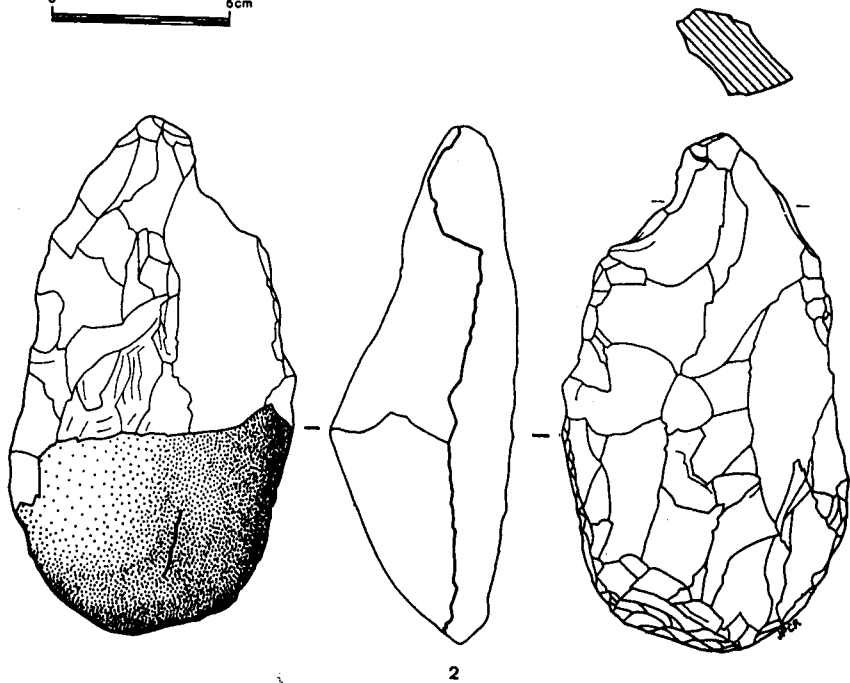
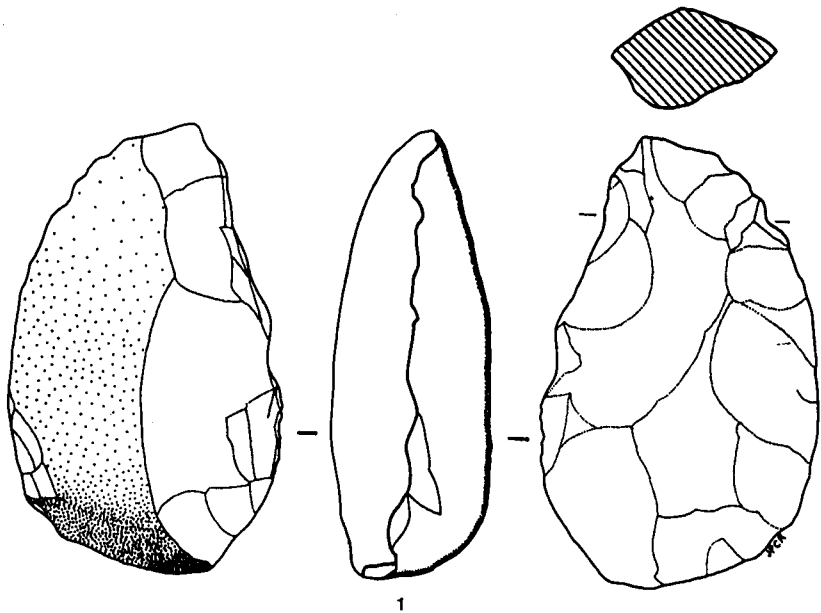
1 — Biface de bired terminal com silhueta ovalar (Matoeira)

2 — «Ficron» (Matoeira, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)



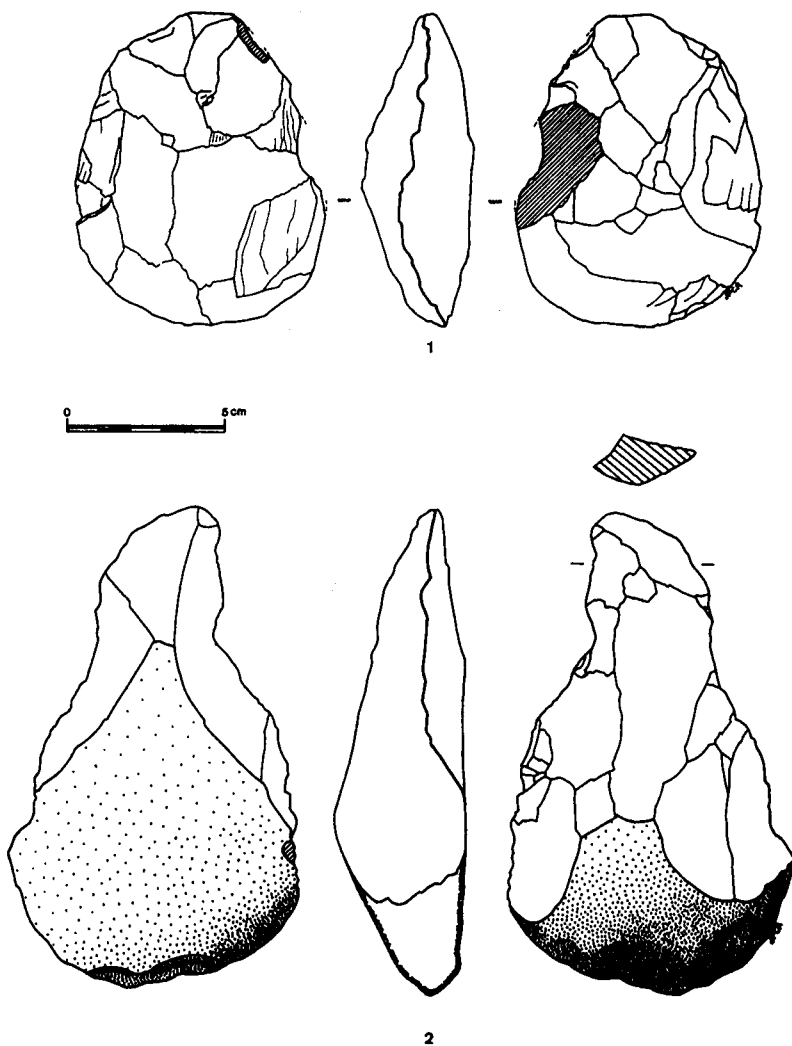
Estampa VI

- 1 — Biface lanceolado (Quinta de S. Venâncio, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)
 2 — «Fricon» micoquenese (Quinta de S. Venâncio, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)



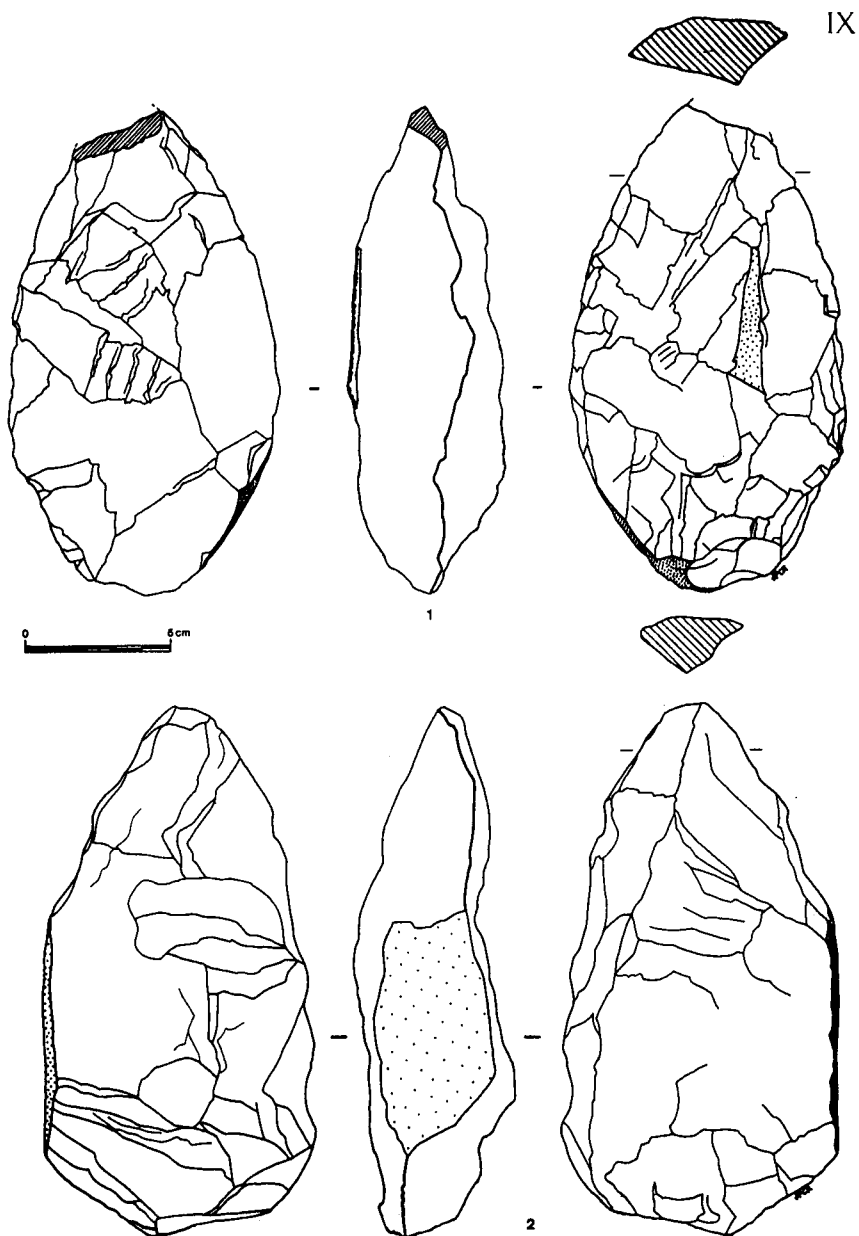
Estampa VII

- 1 — Biface de dorso (Quinta de Vale de Lobo, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)
 2 — Biface amigdalóide típico (Quinta de Vale de Lobo, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)



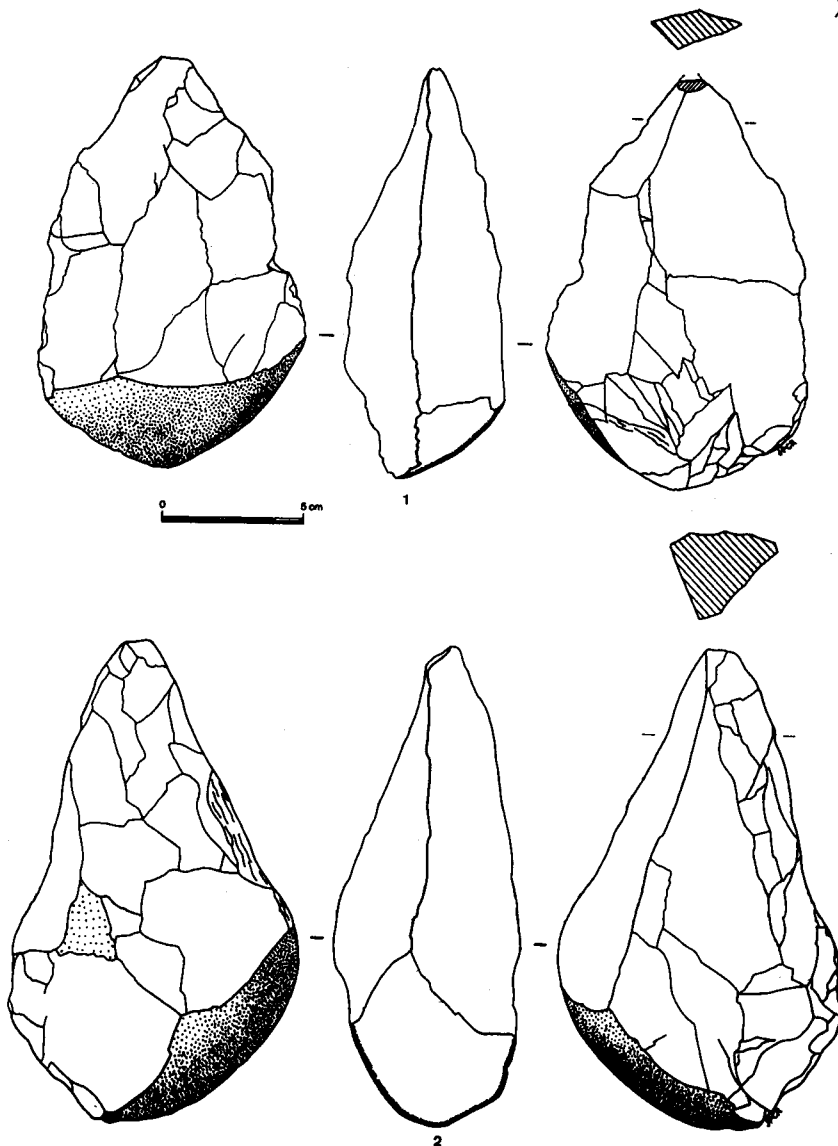
Estampa VIII

- 1 — Biface espesso discóidético (Casal de Santa Maria 2, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)
 2 — Biface longeniforme (Casal de Santa Maria 2, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)



Estampa IX

- 1 — «Proto-limande» (Tercenas, Colecção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)
- 2 — Biface espesso de dorso (Tercenas, Colecção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)



Estampa X

- 1 — Biface amigdalóide com talão (Salgueiras, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)
- 2 — Biface de dorso lanceolada (Salgueiras, Coleção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia)

LEGENDA DOS MAPAS

- — Jazidas com localização precisa
- — Jazidas cuja localização precisa não foi possível estabelecer
- ★ — Achados iniciais de vestígios paleolíticos cuja localização é possível determinar com precisão.
- ⊗ — Localização aproximada de alguns dos achados «históricos» de materiais paleolíticos no Vale do rio Lis

1 — Sudoeste da Igreja dos Milagres	25 — Fábrica da Oca — Souto
2 — Arredores de Marrazes	26 — Quinta do Banco
3 — Quinta da Cartiça	27 — Vidigal — S. Pederneira
4 — Quinta do Cónego/Pousias	28 — Calçada da Broba
5 — Areeiro da Quinta da Carvalha	29 — Lameira
6 — Aeródromo Este	30 — Quinta dos Pinhais
7 — Casais 1	31 — Fonte Além
8 — Casais 2	32 — Casal
9 — Areeiro da Fonte de Matoeira	33 — Covão
10 — Areeiro de Matoeira SW	34 — Lagoa
11 — Riba de Aves Sul	35 — Oiteiras
12 — Outeiro Pelado	36 — Barroca
13 — Casal de Santa Maria 1	37 — Ponte de Cavaleiros
14 — Casal de Santa Maria 2	38 — Ortigasa Cemitério
15 — Casal do Azemel	39 — Souto
16 — Milagres	40 — Carrasqueira
17 — Várzeas	41 — Carreiro do Rio
18 — Vidigal — Raposeira	42 — Matoeira
19 — Sismaria	43 — Quinta de S. Venâncio
20 — Telheiro	44 — Quinta de Vale de Lobo
21 — Albergaria	45 — Moinhos da Barosa
22 — Gândara	46 — Pousadas
23 — Picassinos	47 — Terceiras
24 — Areia Branca	48 — Jardoeira

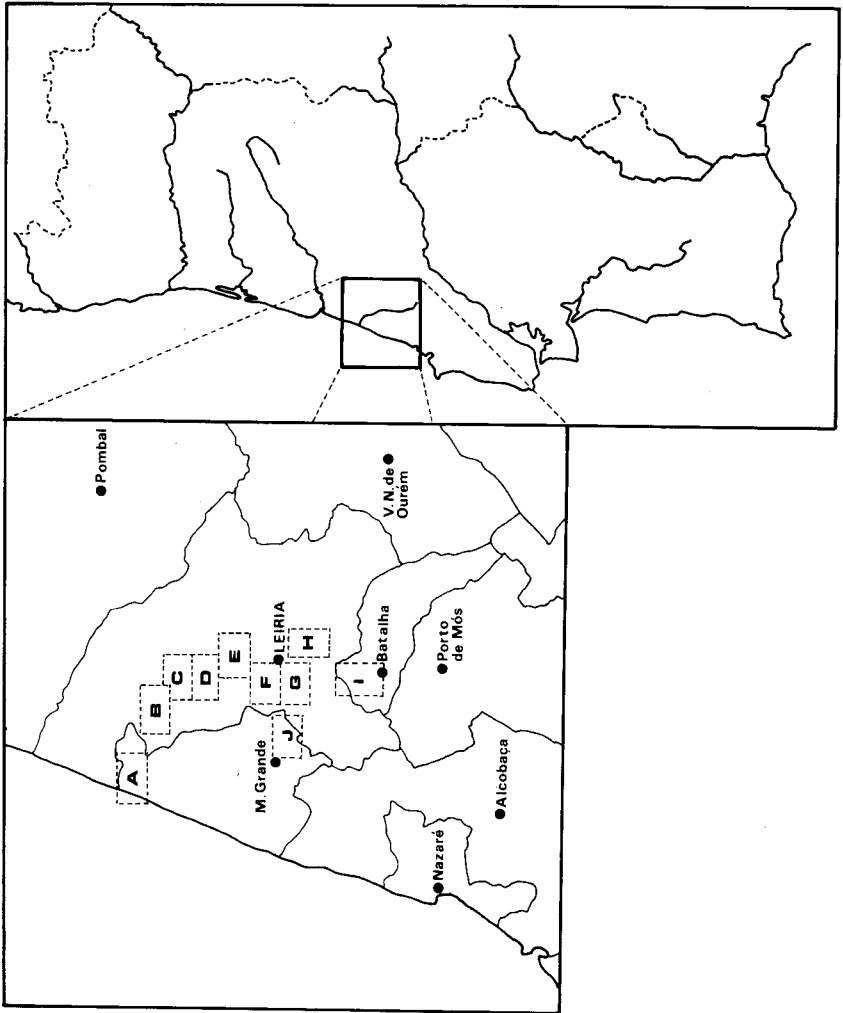
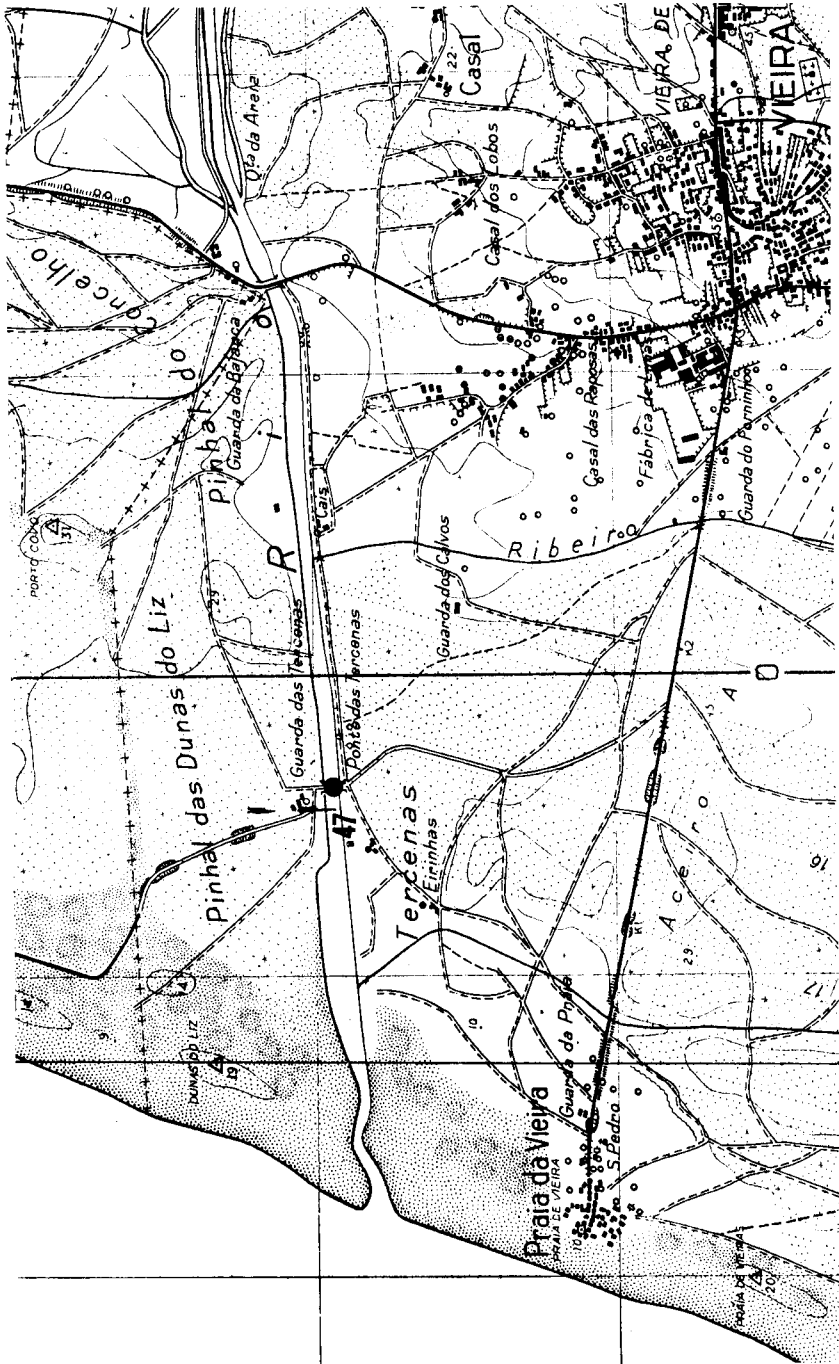
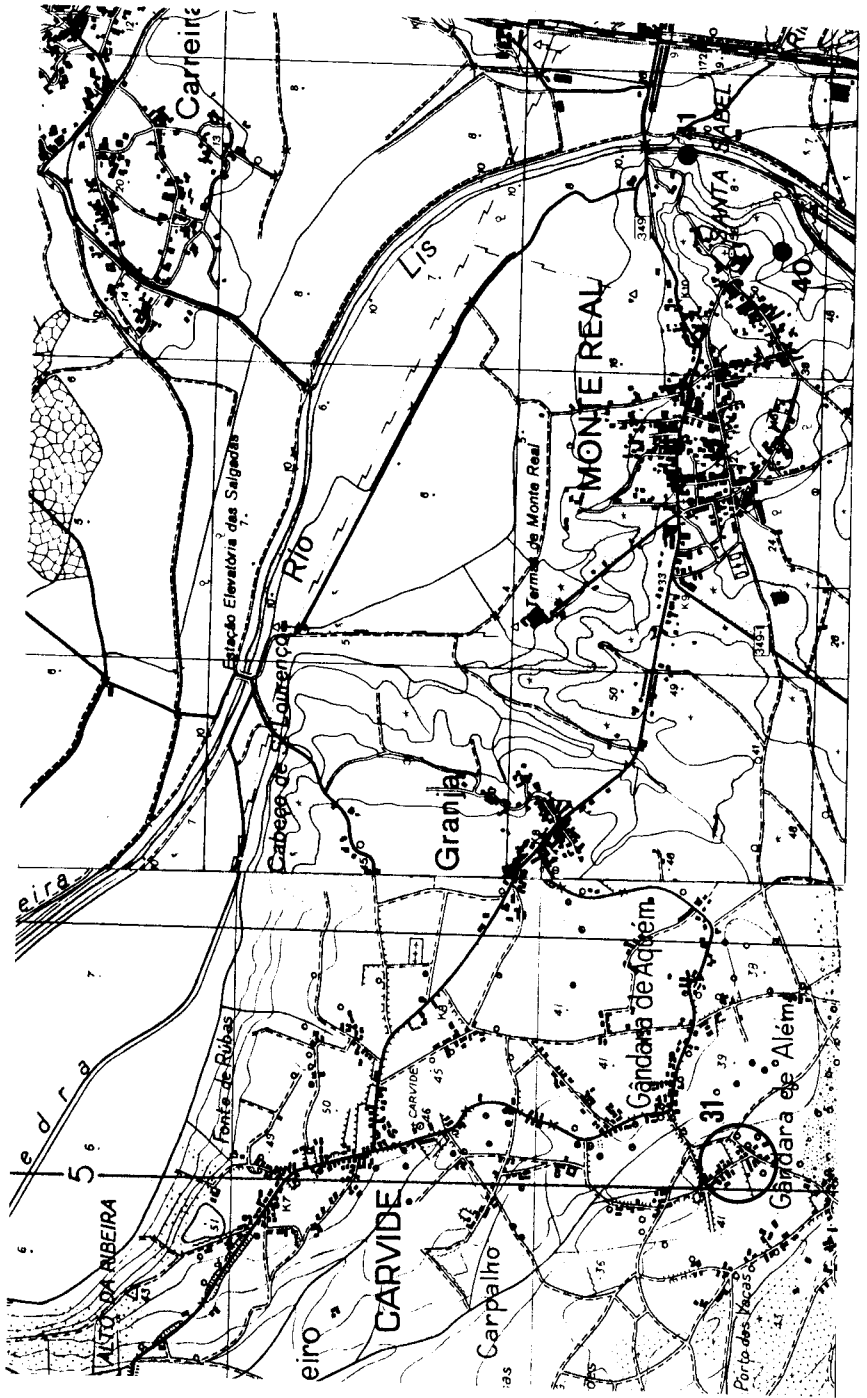
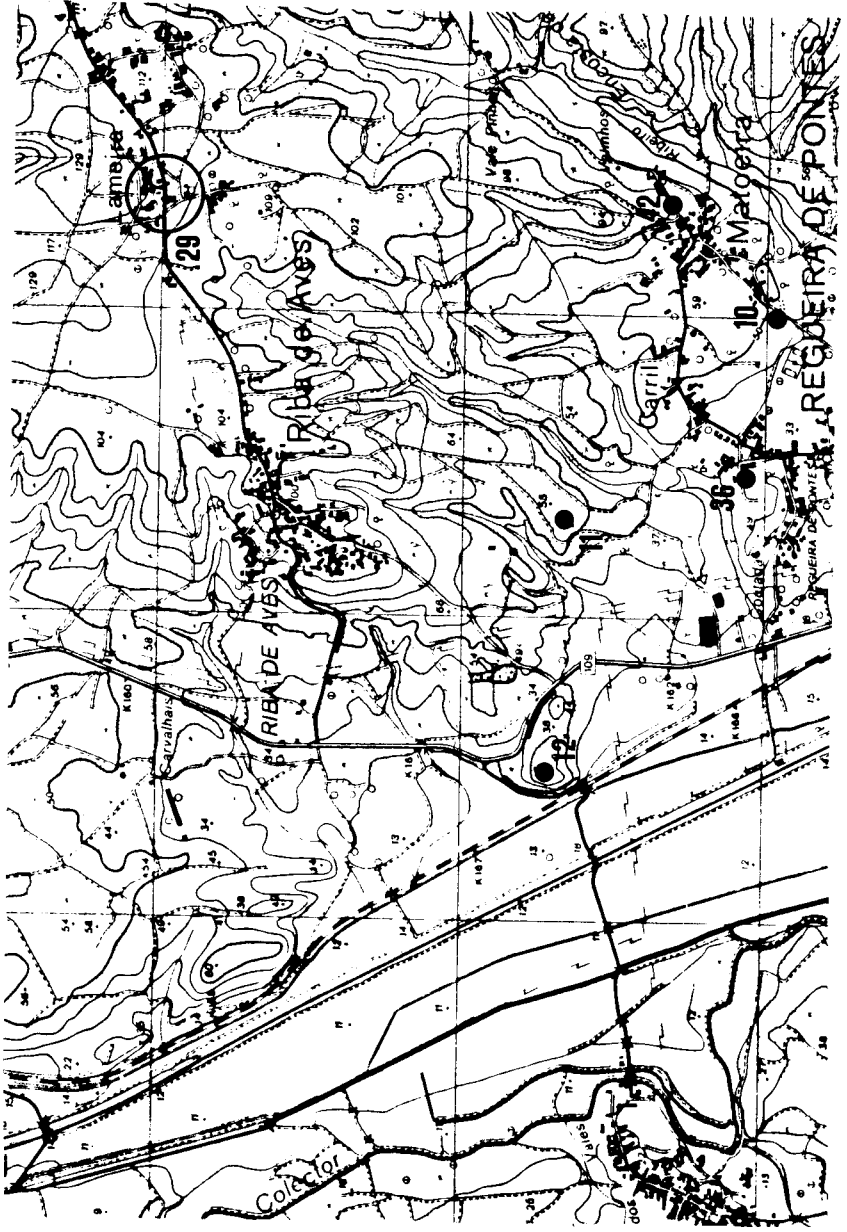


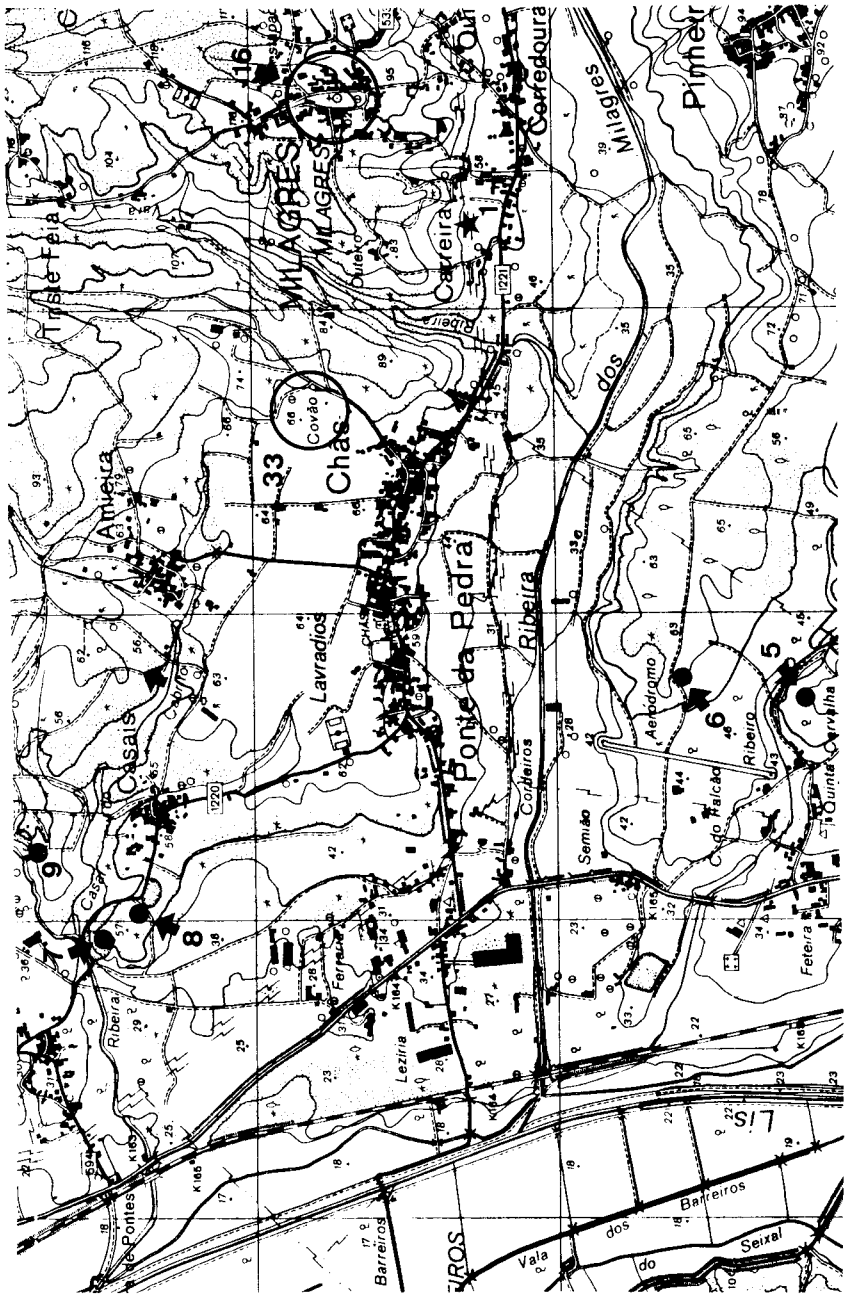
Fig. 1 — Posicionamento relativo dos mapas da região com a localização das jazidas paleolíticas (base cartográfica: Carta Militar de Portugal na escala 1/25000)

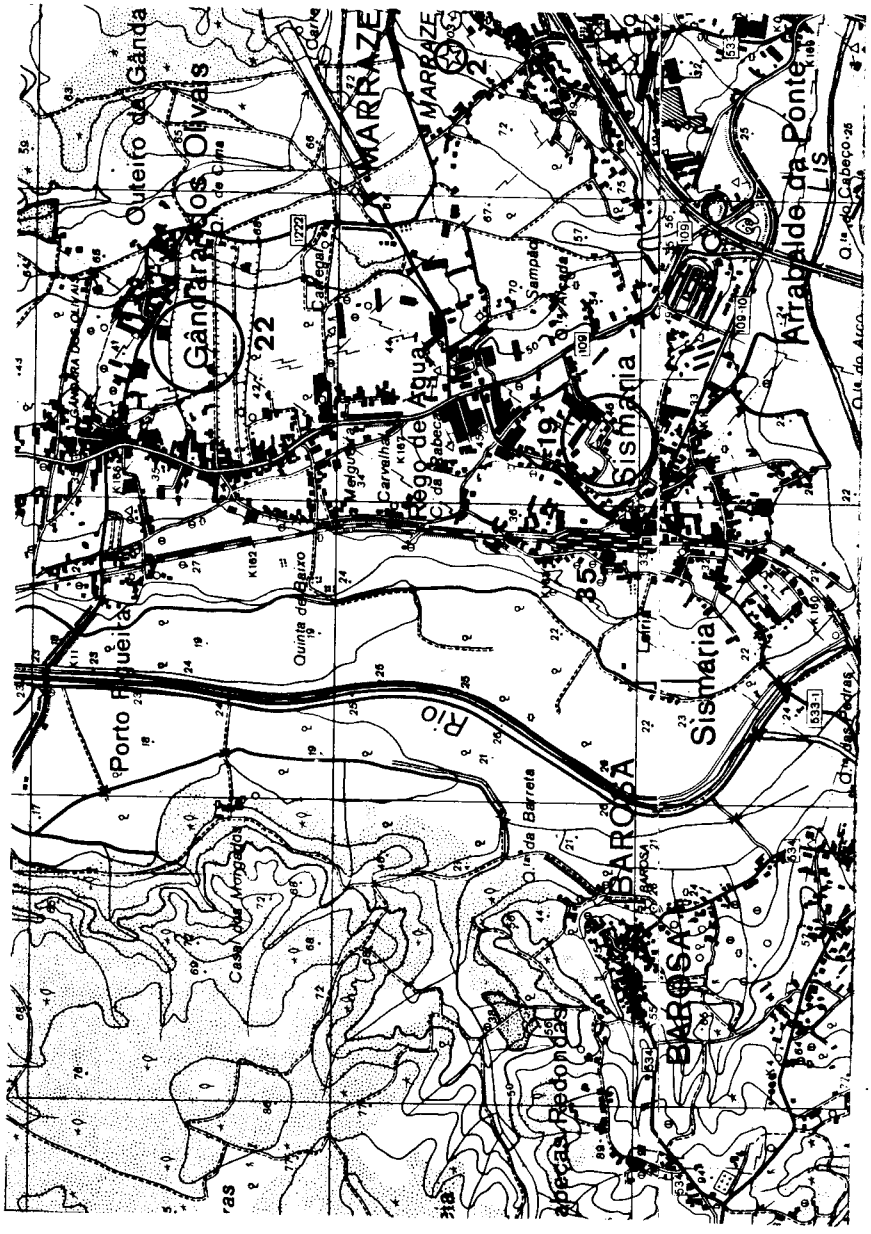


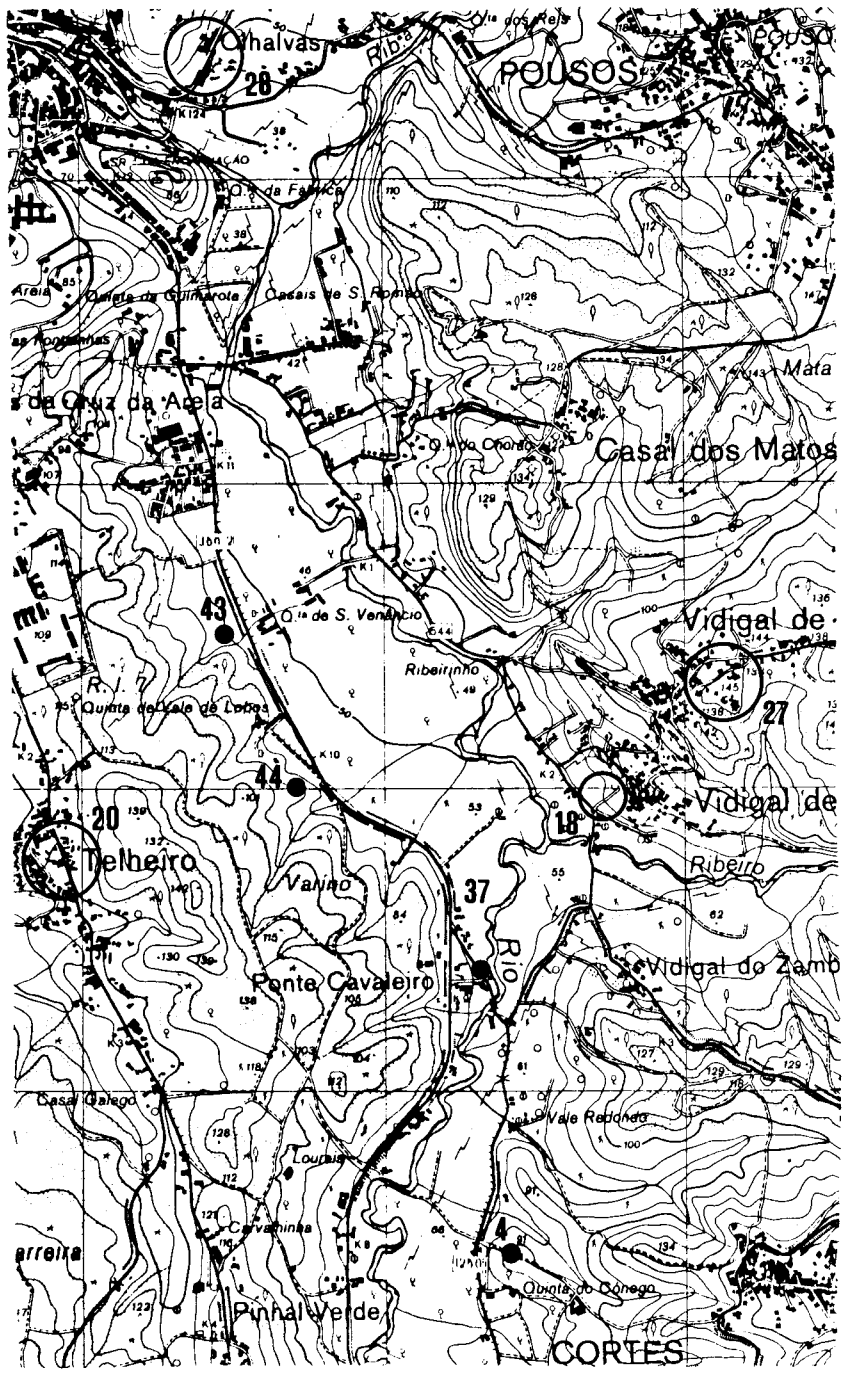


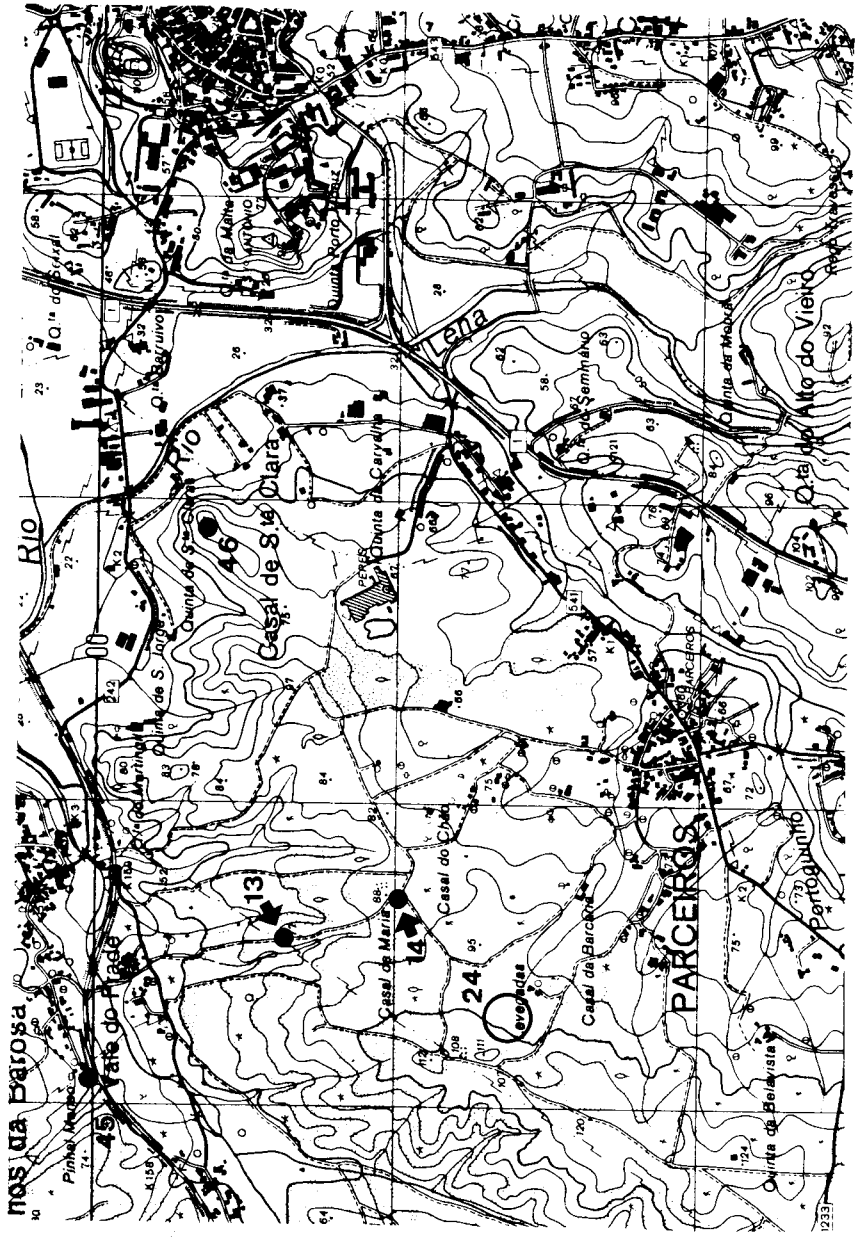


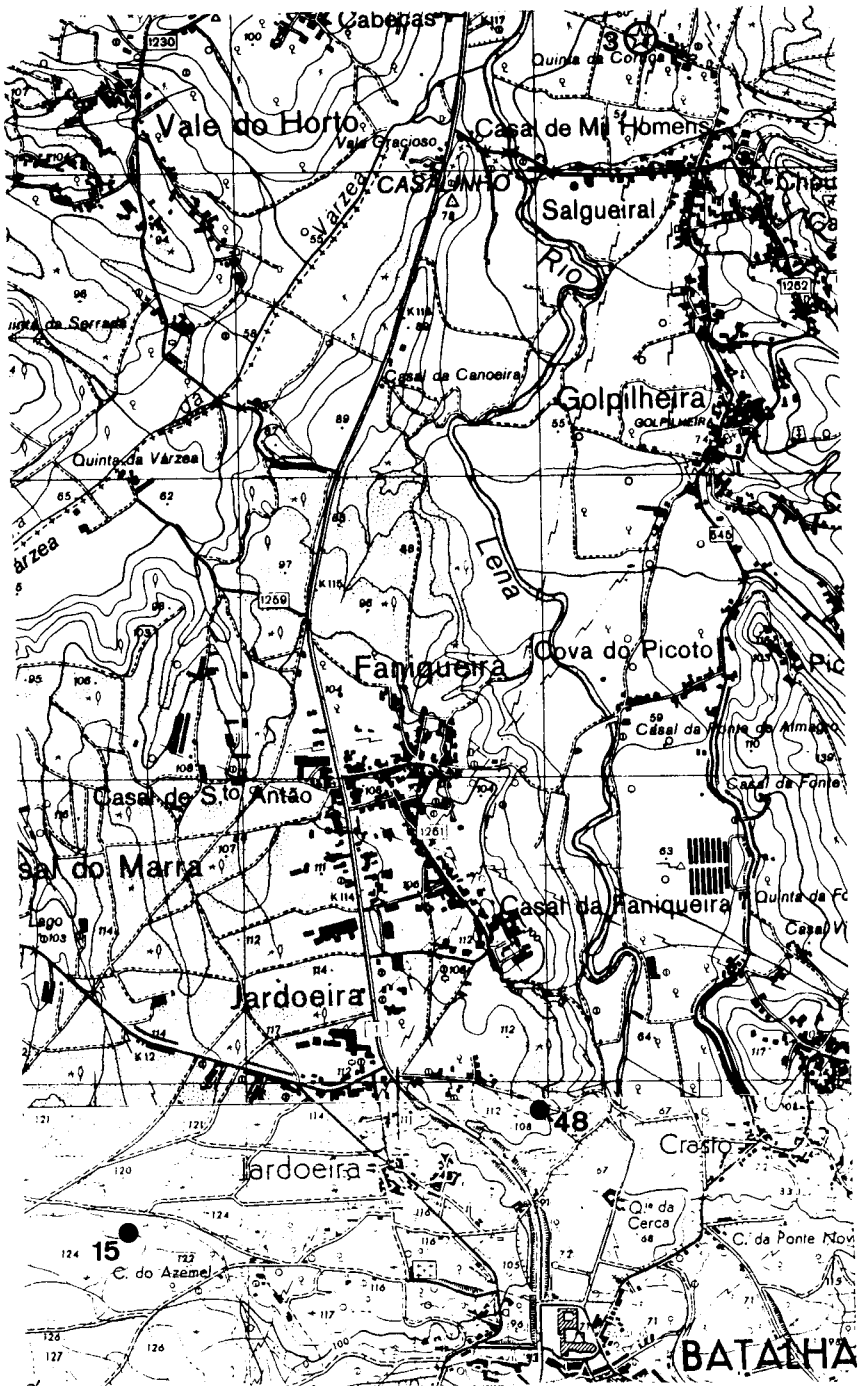


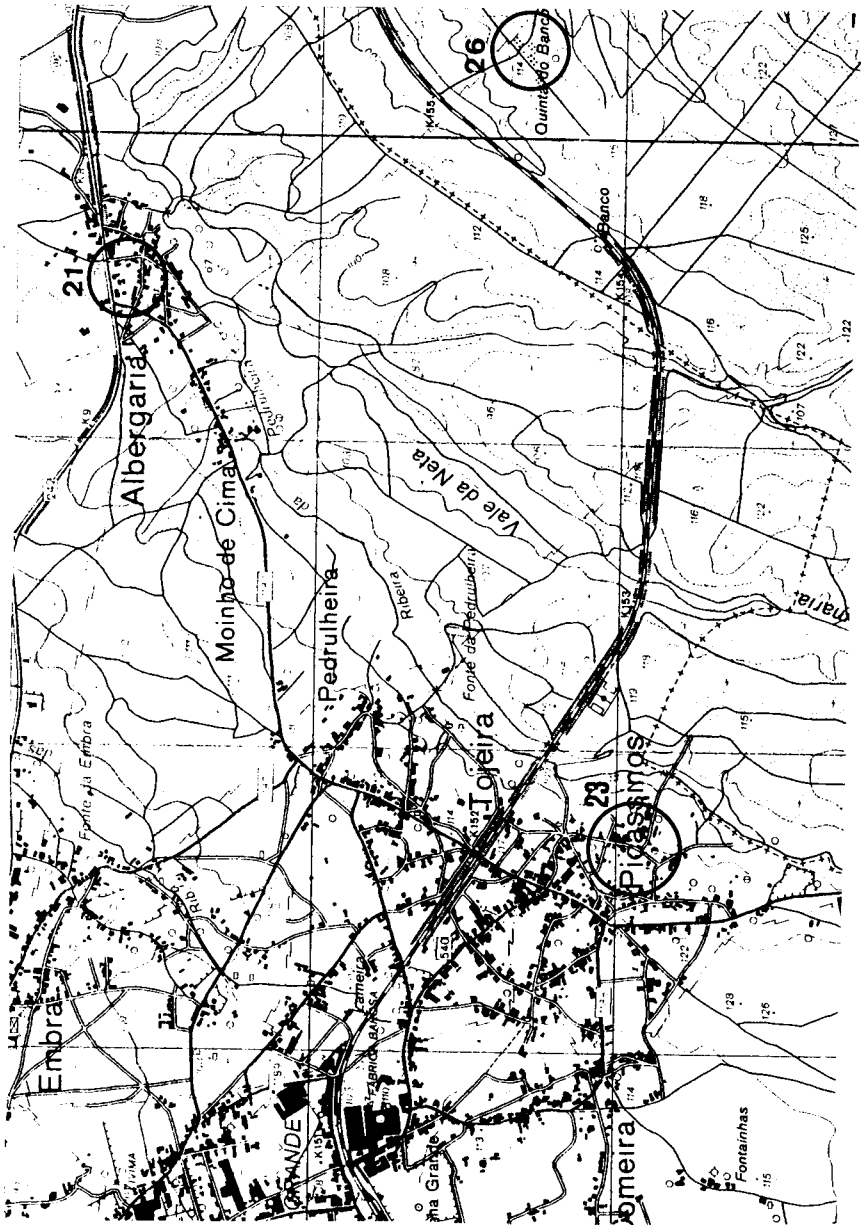












AS MAMOAS FUNERÁRIAS
DO NORTE DE PORTUGAL
(DO NEOLÍTICO À IDADE DO BRONZE ANTIGO)
COMO ELEMENTOS INDICADORES
DE UMA PROGRESSIVA COMPLEXIDADE SOCIAL:
ESBOÇO PRELIMINAR DA QUESTÃO(*)

Por Vítor Oliveira Jorge(**)

Abstract

Burial barrows of Northern Portugal

In the north of Portugal, more than 1000 late prehistoric barrows are known. The common feature of these monuments is the mound, which makes them noticeable in the landscape. These mounds generally occur in clusters, forming a necropolis. This paper intends to use a social archaeological approach in the interpretation of these burials, and to start tracing the progressive hierarchization in the communities of late prehistoric Northern Portugal.

* Comunicação apresentada ao 90th Annual Meeting da American Anthropological Association (Chicago, Nov. 1991). O autor agradece à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, aos Serviços Culturais do M.N.E. e à Comissão Cultural Luso-Americana o apoio concedido.

** Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Univ. Porto, Portugal.

1 — Introdução

É sabido, particularmente a partir dos exaustivos trabalhos do casal Leisner, como o fenómeno megalítico teve, no território português, uma das suas mais densas manifestações europeias. Porém, durante muito tempo, o estudo destes monumentos funerários concentrou-se sobretudo nas estruturas internas (câmaras, corredores) e nas oferendas funerárias, normalmente algo revolvidas, que poderiam conter. O objectivo era duplo: através de uma tipologia arquitectónica pretendia-se estabelecer, frequentemente segundo uma visão evolucionista, a posição de cada monumento num processo de desenvolvimento do simples para o complexo; por via do estudo dos espólios visava-se articular os túmulos com o todo cultural, entendido de modo monotético: um conjunto de artefactos característicos de uma certa época e região. Dessa maneira conseguir-se-ia determinar por quem (por que «cultura») e quando teriam os túmulos sido construídos e usados, incluindo eventuais reutilizações posteriores. Desde um ponto de vista das nossas problemáticas actuais, orientadas para uma compreensão mais globalizante da realidade pré-histórica (nomeadamente nos seus aspectos sociais e mentais), estes objectivos poderiam ser considerados pobres, mas a verdade é que os vários milhares de túmulos existentes no território português, muitos nas áreas mais inacessíveis deste, e sem conexão evidente com povoados coevos, levantavam aos arqueólogos um difícil problema prático de investigação. Duas outras facetas da questão poderiam eventualmente ter enriquecido a problemática, sobretudo no sentido de passar dos objectos às acções e às intenções dos seus autores: os restos osteológicos humanos e a «arte megalítica», esta bem patente (através de gravuras e/ou pinturas) nos esteios de certos dólmens. Os primeiros permitiriam em princípio reconstituir o tipo físico e, pelo menos parcialmente, os rituais funerários dos construtores de mamoa megalíticas; mas eram manifestamente raros (dada a natureza ácida da maior parte dos solos) e, quando presentes, ocorriam, como o restante espólio, de forma incompleta ou revolvida. Quanto às gravuras e pinturas, elas concentram-se sobretudo nas áreas Centro-Norte (Beira Alta e parte da Beira Litoral) e Norte do país, precisamente aquelas em que só tardiamente se iniciaram os estudos megalíticos de forma mais regular. De facto, o megalitismo português foi durante muito tempo associado à província do Alentejo (onde, por ex., os Leisner iniciaram as suas escavações sistemáticas), parecendo desconhecer-se o rico potencial que constituíam as mamoa e dólmens das Beiras e do Norte, circunstância que tem a ver com uma maior concentração de arqueólogos na capital. É significativo que só nos anos setenta E. Shee Twohig (cuja obra foi publicada em 1981) tenha feito um levantamento

exaustivo e rigoroso da arte megalítica então conhecida. Mas é evidente que um trabalho dessa natureza, em si mesmo utilíssimo de um ponto de vista documental, não poderia ter ido muito longe na interpretação do complexo fenómeno funerário em causa.

O grande número, frequente inacessibilidade, e variedade de monumentos existentes, por um lado, e a sua, em regra, má conservação, associada a uma relativa escassez ou inexpressividade de espólios (salvo casos excepcionais, sobretudo do Sul e Centro do país), por outro, cedo tornou o tema dos monumentos megalíticos pouco atractivo para muitos investigadores. A inexistência de um quadro crono-estratigráfico seguro para a Pré-história portuguesa e uma cada vez maior preocupação com a reconstituição dos aspectos económico-sociais do passado, encaminhou diversos jovens arqueólogos dos anos setenta para o estudo dos povoados, onde à partida aquelas lacunas poderiam ser mais facilmente resolvidas. Só nos finais dos anos setenta, início dos anos oitenta, se terá tornado evidente que a pesquisa pré-histórica não progrediria de forma significativa enquanto se não estruturassem equipas de investigação interdisciplinares, concentradas em áreas bem definidas do território, e trabalhando sistematicamente em vários tipos de estações (povoados, túmulos, locais com arte rupestre, etc.) com um objectivo, ou programa, comum. Infelizmente, o tradicional individualismo dos investigadores e a falta de incentivo por parte das instituições, em suma, o «pensar pequeno» tão característico da nossa tradição não têm favorecido, como seria de esperar, esses projectos plurianuais de investigação que, como o da Serra da Aboboreira, no Norte de Portugal, se esforçaram por realizar um estudo do megalitismo português em novos moldes. Basicamente, os trabalhos de fundo ainda se continuam a fazer no seio das Universidades, sob a forma de teses de doutoramento ou de mestrado, não havendo, por parte do Instituto do Património, qualquer capacidade (quer técnica, quer financeira) de resposta às graves ameaças que impendem sobre os monumentos megalíticos portugueses, e muito menos no que toca ao seu estudo, conservação e publicação, salvo alguns casos isolados que são apenas excepções a confirmarem a regra. Ora a importância científica e patrimonial daqueles monumentos — alguns dos quais são (ou eram...) dos mais belos dólmenes pintados conhecidos — excede em muito o mero interesse nacional.

2

Uma das consequências da execução de projectos sistemáticos como o da Aboboreira, ou da realização de escavações em áreas menos conhecidas do país, como, por ex., na área oriental de Trás-os-Montes, foi a percepção clara de que se não poderiam identificar com o megalitismo

(pelo menos em sentido estrito) todas as mamoadas pré-históricas existentes no nosso território. Estes montículos (quer se insiram em «necrópoles» onde há também dólmenes, quer não) podem ser construídos de diferentes formas, esconder variados tipos de estruturas internas, e estar relacionados com comunidades que suspeitamos serem muito diversificadas na sua organização social e na própria intenção com que erigiam ou utilizavam os *tumuli*. No entanto, todas as construções em causa neste texto são mamoadas cuja finalidade era, em princípio, funerária (embora o seu significado simbólico transcendesse largamente esse objectivo), e que se podem *grosso modo* colocar cronologicamente entre o Neolítico Médio/Final (meados do IV.º milénio a.C.) e o fim da Idade do Bronze Antigo (meados do II.º mil. a.C., sempre em datas não calibradas).

Os mais antigos, e podemos dizer, a maioria dos túmulos dolménicos conhecidos no Norte de Portugal (área situada entre a fronteira galega e as franjas de território ao sul do Douro inclusive, ou seja, genericamente correspondente às províncias do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes e Alto Douro) é de pequeno porte, sobretudo no que à estrutura propriamente megalítica diz respeito, isto é, à câmara funerária. Por ex., a mamoad do Monte da Olheira, na Serra da Aboboreira (Cruz, 1986), datável, pelos dados actuais, de meados do IV.º milénio a.C., apresenta um diâmetro de c. de 13 m. e restos de uma pequena câmara megalítica, com esteios de apenas 1 m. de altura. Na mesma necrópole, a mamoad 1 de Cabritos (Jorge e Vilaça, 1985), cuja data desconhecemos, tem um diâmetro de c. de 10 m. e envolve um dólmen fechado, cujo maior esteio conservado não atinge 1,5 m. de altura; a diagonal da área sepulcral, de formato poligonal, teria no máximo 1,20 m., sendo legítimo perguntarmo-nos se alguma vez se teria destinado a enterramento colectivo; quanto a nós, inclinar-nos-íamos a responder pela negativa. Noutros monumentos verifica-se uma certa ampliação das dimensões referidas, como nas mamoadas 2 e 3 de Outeiro de Gregos, por ex. (Jorge, 1979; Jorge, 1980), e por vezes um nítido alongamento da câmara, que continua a manter-se fechada (mamoad da Mina do Simão, de c. de 3.200/3.100 a.C. — Jorge, 1985), embora, note-se, não esteja excluída, em casos mais raros, a possível presença de «entradas» simbólicas, mesmo em dólmenes de pequeno ou médio porte (Meninas do Crasto 2 — Jorge, 1983, ou Outeiro de Ante 3 — Jorge, 1980). Este panorama é o preponderante naquele conjunto do distrito do Porto, mas certamente poderá estender-se a muitas outras áreas nortenhas com concentrações megalíticas, logo que estas forem sistematicamente estudadas, o que evidentemente implica atender-se tanto aos pequenos como aos grandes monumentos. Estes últimos tendem a suscitar mais o interesse dos investigadores, sendo também os que tiveram maiores probabilidades de escaparem às sucessivas depredações que, sem dúvida, em

muitas áreas, «varreram do mapa», pura e simplesmente, as construções mais modestas, apenas deixando ao nosso estudo a «ponta de um icebergue» que convém não tomar pelo icebergue inteiro.

Durante, portanto, a segunda metade do IV.º milénio e os inícios do III.º milénio a.C., os planaltos do Norte de Portugal (sobretudo no Minho, Douro Litoral e na área ocidental de Trás-os-Montes) assistiram à construção de importantes necrópoles, constituídas por mamoas que normalmente se foram agrupando em pequenos núcleos. A maior parte dessas mamoas envolveria um investimento de energia humana relativamente modesto: para continuarmos a dar exemplos da Serra da Aboboreira, a mamoa 2 de Meninas do Crasto, datada de c. de 3.300 a.C, com um diâmetro de c. de 9,5 m. e uma pequena câmara poligonal, não teria exigido mais do que uns 20 homens para arrastar os seus esteios, enquanto que apenas uns 17 homens teriam podido realizar a mesma tarefa na Mina do Simão, acima citada. Já no que toca à totalidade do tempo empregue para erigir os montículos, o de Meninas 2 corresponde a um investimento de c. de 26 dias (de 8 horas úteis), enquanto que o da Mina do Simão, com 16 m. de diâmetro, a c. de 113 dias de trabalho. Logicamente que a duração real de cada obra dependeria do número de braços empenhados na edificação dos *tumuli*, número esse que até podia ser menor do que o exigido em simultâneo para o arrastamento dos esteios. Mas as ordens de grandeza apontadas têm de ser vistas como meras tentativas de aproximação de uma realidade muito difícil de reconstituir por nós, uma vez que nos faltam diversos factores para podermos fazer cálculos exactos.

Estas edificações, que deveriam considerar-se excepcionais (a maioria dos defuntos não seria enterrada em dólmenes, mas noutro tipo de sepulturas menos visíveis no registo arqueológico) estavam ao alcance, em termos técnicos e de energia investida, de pequenos grupos, pequenas comunidades auto-suficientes e eventualmente dispersas no território, uma vez que não possuímos quaisquer indícios de povoados estáveis e concentrados. Tais grupos, da ordem, talvez, de uma centena de pessoas (evidentemente que sobre este aspecto não temos dados minimamente seguros) explorariam terrenos agrícolas, de pasto, e de caça/recolocção não muito afastados dos seus locais de residência (unidades domésticas ou casais? pequenos lugarejos?) e dos próprios túmulos onde repousavam os seus ancestrais. Esses túmulos constituiriam uma marca simbólica de posse sobre o território, e ao mesmo tempo representariam a tradição e a estabilidade, por oposição ao aleatório da vida quotidiana e à mobilidade dos sítios habitados, mobilidade essa que poderia ter sido imposta pelo esgotamento periódico dos solos devido à prática de queimadas. É possível, pois, que o território de captação de recursos de cada comu-

nidade, cujos membros se reclamariam de um antepassado comum, tivesse, sobretudo em zonas com planaltos intervalados por rios, como no Entre-Douro-e-Minho, uma forma tendencialmente mais alongada do que circular, por forma a abarcar diferentes «patamares» ecológicos, incluindo terrenos de pasto, de agricultura, de implantação de habitats em sítios abrigados, e de caça/recollecção. Neste contexto, não surpreende a opção por sítios mais altos para a colocação das mamoa, pois esses seriam locais dominantes e emblemáticos dentro do território, considerados sagrados até pela sua altitude relativa, e pelas amplas paisagens (incluindo necrópoles vizinhas) que deles se enxergariam, tanto quanto as florestas esparsas de carvalhos que os deveriam cobrir permitiam tal visibilidade. Claro que estas sugestões hipotéticas, inspiradas pelo exemplo da Aboboreira e de muitas outras necrópoles congêneres, não podem de modo algum generalizar-se ao Norte de Portugal no seu conjunto, onde toda uma variedade de situações topográficas, em relação com os túmulos, nos alerta para o facto de que a realidade não foi, de modo algum, assim tão simples.

Entretanto, a par dos montículos dolménicos foram ocorrendo, no Norte do país, monumentos com *tumulus* cobrindo outros tipos de estruturas internas (ou, mesmo, enterramentos feitos directamente sobre o solo, sem qualquer «cavidade» funerária, subterrânea ou aérea). No conjunto de sítios escavados modernamente, o primeiro a revelar-se com tais características foi a mamoa 2 de Chã de Santinhos, na própria Serra da Aboboreira, a poucos metros de uma mamoa megalítica (n.º 1 do mesmo núcleo) (Jorge, 1985). Tem uma planta sub-circular, com ligeira tendência para a elipse (eixos maior e menor de 15 e 13 m. respectivamente). Ao centro, uma acumulação estruturada de pedras cobria um «piso» de saibro calcado e sob este encontrava-se uma fossa em forma de poço, com cerca de uns 2 m. de profundidade. Este monumento está datado de c. de 3.000 a.C, tal como aliás a mamoa dolménica sua vizinha, sendo portanto contemporâneo de outros da necrópole aboboraica que se localizam cronologicamente na charneira do IV.º e III.º milénios, como Outeiro de Gregos 2 ou Meninas do Crasto 3 (Jorge *et alii*, 1986; Jorge *et alii*, 1988).

Mas este tipo de monumentos, que como se vê pode surgir «infiltrado» nas necrópoles megalíticas (na realidade muito mais polimorfas do que a simples observação superficial, sem escavações, deixaria advinhar), tende também a ocorrer noutras áreas no Norte do país de forma aparentemente dominante, tanto quanto as escavações recentes no concelho de Mogadouro o permitem afirmar (Sanches, 1987; Sanches *et alii*, 1987; Sanches *et alii*, 1992). Referimo-nos às mamoa de Pena Mosqueira 3, com um enterramento feito directamente sobre o solo de base, e às mamoa do Barreiro e de Pena do Mocho 2, providas de fossa ou poço

central, selado por um bloco de pedra (Barreiro) ou por um lajeado (Pena do Mocho). M.^a de Jesus Sanches e colaboradoras calculam que uma dezena de homens poderia ter construído os monumentos de Pena Mosqueira e do Barreiro em pouco mais de uma semana, e o da Pena do Mocho numa dúzia de dias, o que de novo se articula bem com a ideia de pequenas comunidades a que atrás nos referíamos. Quanto à cronologia, as mamoas de Pena Mosqueira (única datada pelo C14 — Sanches, 1989) e do Barreiro são colocadas por aquelas autoras na viragem do IV.^o para o III.^o milénio a.C., podendo ser também essa a época aproximada da de Pena do Mocho, cujas características a aproximam tipologicamente da do Barreiro e da de Chã de Santinhos 2.

Também a sul do Douro, trabalhos recentes de Fernando Silva e de Eduardo Jorge Silva (na esteira da nossa escavação da mamoa de Gestosa, em Gaia, sobre a qual nos interrogamos hoje se terá contido alguma vez qualquer estrutura interna de tipo sub-megalítico, como antes admitíamos, ou tão simplesmente um anel lítico central a rodear a área sepulcral — Jorge, 1984) vêm dar dados muito interessantes para a problemática destas mamoas não megalíticas no Norte de Portugal, sem dúvida em parte contemporâneas das que continham dólmenes. No fundo, o facto de haver ou não estruturas internas, ou destas serem aéreas (pequenos dólmenes, eventualmente cistas) ou subterrâneas (fossas ou poços) seria menos importante do que a circunstância de se tratar de enterramentos selados, eventualmente individuais ou de poucas pessoas, evidenciados no solo por uma mamoa; nesse sentido vão também algumas sugestões de Sanches *et alii* em trabalho acima citado (1992). O grande «corte» com essa tradição ter-se-ia dado aquando da construção de monumentos especificamente concebidos como locais de enterramento colectivo, relativamente espaçosos, e muitas vezes providos de corredor, a que adiante aludiremos. Nestes se previa um acesso de elementos do grupo, mesmo que apenas em ocasiões especiais, à morada mortuária, o que está com certeza ligado a profundas transformações na concepção da relação vivos-defuntos e em toda a ideologia social que regulava a conceptualização da morte.

A partir de finais do IV.^o, inícios do III.^o milénio a.C., deve ter-se verificado no Norte de Portugal a ascensão de elites, capazes de congregar os esforços das tradicionais comunidades, dispersas, para a construção de túmulos de relativamente grandes dimensões, com ou sem corredor. Na Serra da Aboboreira, monumentos como Chã de Parada 3 (Silva, 1985)¹

¹ Obtivemos recentemente uma datação pelo C14 para o topo do solo antigo subjacente à mamoa 3 de Chã de Parada (Aboboreira), a qual pode marcar o momento da construção desse grande monumento, com câmara poligonal sem corredor e esteios

ou como Outeiro de Ante 1 (Jorge, 1980/81) representam já um muito maior investimento de energia do que era habitual nas restantes mamoaas. O segundo megálito indicado, de ampla câmara aberta a nascente, teria exigido uns 185 dias de trabalho para a edificação do *tumulus*, que tem c. de 20 m. de diâmetro, e uma centena de indivíduos para poderem deslocar alguns (pelo menos) dos esteios até ao local. O primeiro destes valores representa um aumento de energia de c. de sete vezes em relação à mamoa 2 de Meninas, enquanto que o segundo implica uma quantidade de pessoas envolvidas na construção da câmara cinco vezes maior, sempre em referência àquele pequeno e, com probabilidade, mais antigo dólmen. No entanto, nunca será demais acentuar que estes cálculos são meras aproximações grosseiras da realidade.

A mamoa 1 de Outeiro de Ante domina a paisagem da chã em que se insere, não só pelas suas grandes dimensões, como pela sua colocação num ponto relativamente elevado (assenta num afloramento), fazendo com que os outros monumentos do mesmo núcleo ainda ali existentes (n.ºs 2 e 3) pareçam seus satélites. É ainda para nós um problema saber como se reutilizaria uma câmara que tudo indica ter sido feita para enterramento colectivo (apesar do magro espólio encontrado), a qual, não possuindo corredor, tinha, como dissemos, uma entrada evidente. É bem possível que, nestes casos, o «fecho» da mamoa pelo lado nascente se tivesse feito apenas numa fase última de utilização do sepulcro (tal como acontecia com os dólmenes de corredor, quando eram inutilizados por estruturas «de condenação»), embora essas alterações ou acrescentos arquitectónicos possam não ter deixado vestígios ao nível arqueológico.

profusamente pintados: 3.120 +/- 100 anos a.C. (Gif-8289; 5.070 +/- 100 anos B.P.) (um nível mais profundo do solo antigo, com carvões, foi datado pelo C14 de 4.960 +/- 70 anos a.C. — Gif-8290; 6.910 +/- 70 anos B.P.) (v. Jorge, 1988/89). Trata-se porém de uma única data, que terá de ser confirmada no futuro. Diga-se de passagem que, *a priori*, julgaríamos este dólmen um pouco mais recente, mais próximo no tempo do monumento n.º 1 — único túmulo de corredor da necrópole da Aboboreira (Jorge e Bettencourt, 1988; Jorge *et alii*, 1992) — do que do n.º 4 do mesmo núcleo, o qual, contrariamente ao que indicavam as primeiras datações obtidas no LNETI, parece agora que se deverá situar em torno de 3.000 a.C (datas C14 recentemente obtidas: para o topo do solo antigo, no sector Oeste: CSIC-823 — 4.910 +/- 50 anos B.P., ou seja, 2.960 +/- 50 anos a.C.; para a lareira do sector norte, igualmente ao nível do topo do solo antigo: CSIC-822 — 4.970 +/- 50 anos B. P., ou seja, 3.020 +/- 50 anos a.C. Dada a disparidade destas datas relativamente às do LNETI (que apontavam para os meados do IV.º milénio a.C.) foi feita uma datação-teste em Groningen, para carvões da lareira do sector norte, com o seguinte resultado: GrN-17433 — 5.055 +/- 40 anos B. P., ou seja, 3.105 +/- 40 anos a.C. Esta data parece estar mais em consonância com as de Madrid do que com as de Sacavém.

Se ainda hoje monumentos da necrópole da Aboboreira, como Outeiro de Ante 1 (o topónimo, atribuído à elevação contígua àquela mamoa, é significativo), são pontos de referência na paisagem da Serra, tanto para quem ali passa como para os habitantes locais (a referida mamoa está ao lado de um caminho carreteiro muito utilizado por quem atravessava a pé o *plateau*, e de uma linha de água que, para norte, adquire certa dimensão), natural é que, no Neolítico Final, eles funcionassem como «lugares centrais» de culto, em sítios cenicamente propícios, onde se poderia reunir bastante gente, para assistir a cerimónias que ali se desenrolariam. O que é que teria levado certos núcleos a constituírem-se (uma vez que também existem mamoas isoladas, como Mina do Simão, na Aboboreira, por ex.), ou a tornarem-se nitidamente mais importantes do que outros, por possuírem monumentos dominantes, como — para continuar com exemplos da Aboboreira — Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 3 ou Chã de Parada 1? Possivelmente porque tais locais representavam a «terra dos mortos» de alguns grupos ou fracções da comunidade que puderam ou souberam criar os excedentes indispensáveis e rodear-se de aderentes, constituindo equipas capazes de erguerem obras desse vulto. Parecem estar aqui implicados, em inter-relação íntima, um processo de intensificação económica, de maior coesão social (ou, se quisermos, de ampliação da escala dos grupos) e de procura de legitimação de elites emergentes através da ostentação pública de meios, desviados da «subsistência» para o plano do simbólico. Está aqui em causa, cremos, um fenómeno de integração, sob a égide de certos indivíduos, famílias, ou linhagens, de grupos que antes viveriam em estado de maior autosuficiência e de autarcia, grupos esses que agora se unem (mesmo que apenas temporariamente) para a realização de certas construções. Mas, ao mesmo tempo e por via disso, ter-se-ão criado esquemas de liderança e de poder novos, que permitiriam alianças mais amplas, circulação de informações a maior distância, redes, mesmo que muito embrionárias, de troca, etc. Trata-se, supomos, de um processo de incremento da desigualdade social, desigualdade entre grupos (com emergência de alguns ligados aos túmulos mais imponentes) e desigualdade entre pessoas adentro do mesmo grupo. De facto, provavelmente só entre os homens mais velhos de certa(s) linhagem(s) do grupo se recrutariam os que teriam a capacidade de chefia para planear e comandar a execução de certas obras, desde os aspectos técnicos aos simbólicos, claramente atestados na «arte megalítica». Esta «arte», onde é difícil isolar «temas», e cuja variabilidade é notória (apesar de certas recorrências), tem todo o aspecto de ser o «suporte gráfico» de um saber esotérico, de um discurso mitológico que estaria vedado a parte (senão mesmo à maior parte) dos elementos do grupo. Destinados a preencher as paredes interiores dos sepulcros, estes grafismos

eram, com frequência, nitidamente mais complexos à medida que «se aproximavam» da parte interna da câmara, com destaque para a laje de cabeceira ou esteios próximos, onde muitas vezes ocorrem as composições mais elaboradas ou os símbolos de maior expressividade (veja-se o caso bem conhecido do dólmen de Antelas, em Oliveira de Frades — Beira Alta —, por ex.). É que um «saber», em termos sociais, só se constitui e só tem valor enquanto fonte de poder, factor de partição entre os que a ele acedem e aqueles a quem ele (pelo menos na sua versão mais completa ou mais complexa) está vedado: uma informação que é conhecida de todos torna-se, de algum modo, neutra, porque é uma carta já lançada na mesa do «jogo social»; — para controlar é preciso saber-se algo mais do que aquele ou aqueles a quem se controla. Mas essa mais-valia não pode aparecer aos olhos dos «dominados» como uma usurpação, tal como a extracção de mais-valias económicas tem de surgir como natural, absolutamente inquestionável, na consciência dos que, pelo seu trabalho, as produzem. É bem sabido que para haver diferenças de poder, mesmo que embrionárias (reportamo-nos a sociedades que consideramos fracamente hierarquizadas), o factor decisivo é a sua aceitação pelos que são objecto desse poder. Outro elemento não menos importante é a crença, por parte das elites, de que a acção que exercem não é uma discriminação, mas um papel social imprescindível, uma «missão» fundamental ao cumprimento de certos desígnios do grupo. Quem controla fá-lo tanto melhor, tanto mais convincentemente, quanto pensa que o está a fazer «para bem dos controlados»; o melhor actor é o que se identifica completamente com o seu papel. Este é o «contrato» implícito de qualquer poder, mesmo (ou sobretudo) emergente, o de uma espécie de «ilusão» comungada por ambas as partes, liderantes e liderados, sejam aqueles, por ex., os homens em relação às mulheres, ou os homens mais velhos *versus* os mais novos, ou certas linhagens em relação a outras. Essa «ilusão» consiste em ambas as partes se reverem no mesmo «espelho deformante» que torna a situação vivida como a única possível, apresentando-se o sistema como totalmente abrangente, não sendo conceptualizável qualquer alternativa «fora do sistema», ou, se quisermos, fora do campo de sentidos existente. Não se trata de algumas pessoas «alienarem» a sua liberdade; trata-se delas nascerem, viverem e morrerem *sem poderem* pensar que a têm (de facto, só nós hoje é que imaginamos que elas a têm, o que resulta da projecção da nossa situação na delas). Por isso se torna absurdo e simplista querer utilizar um raciocínio linear, de causa e efeito, para explicar a origem ou o incremento da «desigualdade social», deslindar o seu «motor primário», nem que seja recorrendo à ideia de uma causalidade «em última instância»; a questão, como tal, praticamente não tem sentido, é como interrogarmo-nos sobre o que existiu primeiro, a galinha

ou o ovo. Só modelos de causalidade sistémica, que dêem conta da interacção, em cada momento, de variadíssimos factores, poderão «explicar» a mudança social no sentido da complexidade e, especificamente, da hierarquização. Entificar um desses factores como «causa primeira» seria imaginar um momento mítico, em que o relógio da história seria regulado para a «hora zero», quando verdadeiramente o que em cada momento se passa, na realidade concreta, é uma interligação de factores, em que ora um é (ou parece ser) preponderante, ora outro, não sendo verosímil que ao longo de um certo tempo a mesma «instância» (se é que este mesmo conceito de «instância» isolável das restantes não é já uma arbitrariedade) exerça o mesmo papel, ou tenha sempre o mesmo peso, no jogo da mudança social. Este o grande desafio de uma arqueologia social crítica: o de encarar o passado como uma realidade aberta às mais diversas explicações, sem ecletismos nem dogmatismos apriorísticos, mas com uma atitude suficientemente maleável para explorar todos os ângulos de perspetivação, suficientemente elástica para passar constantemente dos modelos aos «dados», e dos «dados» aos modelos.

Revertendo aos dólmenes do Norte de Portugal, e especificamente aos dólmenes de corredor, é hoje evidente que, para além da sua função de túmulos, mais «colectivos» do que as pequenas câmaras simples, eles eram dispositivos para a encenação de uma diferença, para o estabelecimento de um «segredo». Diferença entre o interior (câmara, corredor) com os corpos e oferendas aí depositados, com os grafismos aí inscritos (arte parietal), com os muito prováveis ritos aí realizados — os quais se poderiam manter inacessíveis à maior parte dos observadores —, e o exterior, particularmente a zona fronteira à entrada, em cujos «átrios» se cumpririam outros momentos rituais, e eventualmente se depositariam outros tipos de objectos. Estamos a lembrar-nos, em particular, de monumentos da Galiza, como Parxubeira, Argallo, Axeitos, ou Dombate, em cujas áreas defronte da entrada do corredor ocorreram «ídolos» ou «estelas» com carácter mais ou menos antropomórfico, que reforçam a ideia de que essas áreas externas do monumento (as quais certamente estariam em foco durante a realização de ritos que preludiassem ou se seguissem à entrada de alguns «oficiantes» na câmara funerária), tinham um significado religioso importante. No Norte de Portugal podem ter-se dado fenómenos comparáveis, bastando pensar nos dispositivos em «fachada» que parecem ter rodeado certos «átrios» fronteiros aos corredores (os quais, em momentos ulteriores, viriam a ser inutilizados pela junção, à mamoa original, dos volumes que lhe confeririam a forma final, ovóide ou elíptica, que chegou até nós). Num dos mais interessantes desses monumentos, o de Madorras 1, em Sabrosa (escavado por Huet Gonçalves, e ainda lamentavelmente inédito), ocorreu, na zona diante do corredor,

um grande seixo rolado com restos de pintura, que pode ter tido uma função «cultural» aproximável à dos objectos galegos antes mencionados. E outros indícios existem que vão no mesmo sentido, tanto no Norte propriamente dito, como na Beira Alta; o que é preciso é proceder à escavação cuidadosa de mais dólmens de corredor (sobretudo quando este é curto, e não atingia a periferia da mamoa), com atenção específica a esta área estratégica dos túmulos, ou seja, a que se encontrava diante dos corredores.

Uma das diferenças importantes entre um dólmén fechado e uma câmara aberta, particularmente a provida de corredor, permitindo a circulação entre o interior e o exterior do túmulo, é que esta última tinha um ponto focal onde convergia a atenção dos assistentes das cerimónias ali praticadas. Uma mamoa redonda, com a sua câmara interna, promoveria a reunião de pessoas em círculo, caso elas ali se juntassem para lembrar a memória dos mortos, ou antepassados, definitivamente selados na sepultura. Uma mamoa um pouco mais alongada, mas sobretudo provida de um átrio, faria com que o olhar da multidão se concentrasse nesse eixo, que era também o do corredor. Assim se constituiria, permita-se-nos a expressão, como que um «palco», no qual elementos de uma elite poderiam realizar certas «performances» religiosas, certos de que se encontrariam bem no centro das atenções. Tendo inclusivamente a possibilidade de entrar no sepulcro e de aí realizar actos que não estariam à vista da assistência, tais elementos da elite encenariam assim, perante todos, o discurso da sua própria supremacia, representariam a «peça» que reforçava a sua liderança, e tanto mais quanto os «mortos» (qualquer que fosse a representação que deles se elaborasse) localizados na sepultura fossem considerados seus ascendentes em linha directa (ao mesmo tempo que «antepassados» de toda a comunidade convocada para assistir).

Se nas fases mais antigas dos enterramentos assinalados por mamoas considerámos que a maioria da população não seria depositada neste tipo de túmulos, com muito maior razão o pensamos agora, para o período que se estende ao longo de todo o III.º milénio, em que os dólmens de corredor clássico (isto é, com câmara e corredor mais ou menos bem diferenciados) foram sendo reutilizados. O enterramento das pessoas «comuns» seria feito em sepulturas simples, talvez em fossa ou entre penedos, não sendo de excluir uma eventual reutilização de pequenos dólmens mais antigos, em casos excepcionais. Também não devemos descartar a possibilidade de, ao longo do III.º milénio, se terem continuado a construir monumentos dolménicos de dimensões modestas, que poderiam destinar-se a líderes de grupos hierarquicamente secundários.

Num momento indeterminado do III.º milénio a.C. — talvez durante a segunda metade — erguem-se no Norte do país construções que

apresentam uma nítida tendência para a indiferenciação planta/corredor. Essa indiferenciação não se nota apenas ao nível da planta, como no caso do dólmen da Barrosa (Âncora) ou no de Santa Marta (Penafiel), mas também, por vezes, no que toca ao alçado. Muito próximo do litoral, o monumento da Eireira (Afife), escavado por E. J. Silva, é um caso paradigmático deste tipo de construções; de facto, todos os seus esteios se encontram ao mesmo nível, isto é, têm todos uma altura muito semelhante. Para além disso, e de diversas gravuras existentes neste megálito, é de ressaltar que um dos ortostatos próximos da entrada possui uma gravura antropomórfica, de grandes proporções, como nunca até então encontráramos na figura humana pintada ou insculpida nos dólmens; esta é normalmente de diminutas dimensões, encontrando-se por vezes enquadrada em cenas (Juncais) ou em composições complexas (Antelas) (Jorge e Jorge, 1991). Assim, aquele esteio da Eireira quase se apresenta, no seu conjunto, como uma «estela», em que o simbolismo antropomórfico é evidente e dominante.

Este tipo de monumentos parece corresponder, no nosso país, a uma tendência geral do megalitismo tardio europeu, em que se enquadram as áleas cobertas, os dólmens em V, as sepulturas de entrada lateral, e certas pseudo-áleas cobertas do Sul de França ou da Catalunha, por ex., tendência essa que consiste no alargamento desmesurado da câmara em relação ao corredor ou, até, no desaparecimento deste. Os espaços sepulcrais tornam-se imensamente espaçosos, permitindo, em alguns exemplares europeus, a segmentação interior do sepulcro, provavelmente para a individualização dos sepultados. Num caso francês foi possível sugerir que se trataria de uma grande sepultura colectiva destinada a pessoas ligadas por estreito parentesco (Scarre, 1984).

São monumentos, no caso setentrional português (mesmo aqueles cuja indiferenciação só afecta a planta), que parece terem tendência para ocorrerem relativamente isolados na paisagem, longe das necrópoles nuclearizadas tradicionais e junto a bons terrenos de cultivo, no que contrastam também muito com aquelas. Apesar de serem apenas uma variante, aparentemente evolucionada, dos dólmens de corredor, é bem possível que marquem, pelo seu tipo de localização, uma certa ruptura na tradição. Tal ruptura consubstanciar-se-ia na sua implantação em áreas habitualmente não afectas ao mundo dos mortos, de cota baixa, o que pode estar em relação com uma expansão das comunidades «megalíticas» para zonas de vale, em relação com uma eventual intensificação agrícola, e/ou possível diversificação de recursos naturais explorados. Se os megá-litos eram marcas territoriais (centrais ou assinalando «fronteiras»), o seu maior espaçamento poderia indicar uma «malha» mais larga dessa rede de espaços ocupados, pelo menos por parte de comunidades instaladas

em zonas «novas», quiçá antes florestadas, ou por alguma razão menos interessantes para os povoadores do Neolítico Médio/Final.

Qualquer que tenha sido a época em que foram construídos os dólmenes de corredor descritos — clássicos, ou indiferenciados (estes últimos, na sua versão mais monumental, alongada, curiosamente inexistentes na Galiza) — a verdade é que, como dissemos, muitos deles terão sido reutilizados ao longo do III.º milénio, isto é, durante o Neolítico Final e boa parte do Calcolítico. Um sinal seguro disso é a presença (provavelmente datável a partir dos finais do III.º milénio), de cerâmica campaniforme em muitos deles, frequentemente de estilo marítimo (e suas variantes), como acontece, por ex., em Chã de Parada 1 (Aboboreira). Esse tipo de artefacto, tão padronizado, apesar das referidas variantes regionais (estas não impedem a sua identificação imediata por qualquer arqueólogo, mesmo que encontre apenas um pequeno fragmento cerâmico) mostra bem como as elites locais tinham estabelecido redes de contacto à distância, através das quais podiam fluir informações e objectos de prestígio. Cada vez mais será sobre o controlo desses circuitos, que teriam também grande importância económica, e sobre a utilização desses bens conferidores de *status*, que repousará o poder emergente dos líderes, e não tanto sobre as encenações religioso-funerárias ligadas às grandes construções tradicionais, envolvendo investimento colectivo de energia.

No entanto, não nos precipitemos na generalização. Um importante monumento da necrópole da Aboboreira, que acaba de ser alvo de um estudo monográfico (Cruz, 1991, inédito), a mamoa 1 da Chã do Carvalhal (ou da Cruz de Ferro) revelou uma pequena cista megalítica, em cujas imediações (terras resultantes de violação) se encontraram vasos campaniformes dos mais diversos estilos, incluindo o inciso, de tipo Ciempozuelos. Entretanto, as terras *in situ* do *tumulus* (que é de relativo grande porte, ostenta um anel lítico simbólico, e está construído segundo as técnicas tradicionais das mamoas em terra com revestimento de couraça lítica) revelaram cinco pontas de tipo Palmela e dois punhais de lingueta, todos de cobre. Adentro do espaço de 1 h. envolvente deste monumento, determinado segundo o método de definição dos «territórios de utilização preferencial», encontra-se a estação do Tapado da Caldeira, onde foram detectados vestígios de um povoado campaniforme (Jorge, S., 1980; *idem*, 1986).

Pela mesma época genérica — inícios do II.º milénio, ou, mais precisamente, c. de 1.800 a.C. —, já durante os inícios da Idade do Bronze Antigo, poderá ter sido construída, num dos pontos mais altos da «Serra» da Aboboreira, a mamoa 4 de Meninas do Crasto (Jorge, 1983), um monumento baixo apenas constituído por pequenas pedras, em vez de terra (ou seja, um *cairn*), rodeado por um anel exterior de lajes de porte

«megalítico». Deve ter contido uma (ou mais) cista(s), e entre o seu espólio revelou uma espiral em prata, que se articula bem com a Idade do Bronze Antigo a que pertence.

Cairns tardios foram também agregados a espaços onde tradicionalmente já existiam mamoadas megalíticas (isto é, núcleos), como é o caso de Outeiro de Gregos 1 (Jorge, 1980), igualmente pertencente à primeira metade do II.º milénio a.C. (embora talvez um pouco posterior aos monumentos citados). Encerrava uma pequena cista poligonal (na qual foi igualmente encontrada uma espiral em prata); mas a sua faceta mais *sui generis* era a existência de um pavimento envolvendo o *cairn*, pavimento esse que se prolongava para leste em forma sub-trapezoidal, de modo a incluir uma estrutura periférica possivelmente de carácter cultural. Contrastando com as mamoadas 2 e 3 do núcleo de Outeiro de Gregos em que se integra, situadas em ponto destacado da chã, este *cairn* foi nitidamente implantado (tal como as mamoadas 4 e 5 do mesmo núcleo) numa área periférica da paisagem ritual ali criada, quase como se se pretendesse que ele passasse despercebido. A explicação mais simples que desde logo ocorre (como mera hipótese de trabalho, é evidente), é que as elites que utilizavam estas sepulturas tardias, se bem que quisessem localizar os respectivos «antepassados» no espaço comunitário tradicional (como que pretendendo legitimar-se com o recurso a essa sacralidade ancestral), pretendiam ao mesmo tempo demarcar-se do sentido antigo dado a esse cenário. A «diferença» em relação às pessoas comuns fazia-se agora menos por referência a toda uma monumentalidade e carga simbólica, próprias, por ex., dos dólmenes de corredor, e mais por objectos que acompanhavam o morto e marcavam para sempre, no «segredo» do sepulcro individual, a sua radical condição superior. Com estas mutações no sentido do «cenário», o que é certo é que necrópoles como a da Aboboreira (que, nesse aspecto, não deve ser caso isolado) mostram uma pervivência de perto de 2.000 anos.

Nos inícios da segunda metade do II.º milénio a.C., porém, uma mutação importante se terá dado nos hábitos e ritos funerários, como parece atestar a necrópole do Tapado da Caldeira (a qual afectou os restos do povoado campaniforme antes referido) (Jorge, S., 1980), eventualmente correspondente a uma das primeiras fases de ocupação do povoado contíguo da Bouça do Frade (Jorge, S., 1988). Naquela necrópole, aparentemente as sepulturas já não estavam assinaladas no terreno por um *tumulus*. O ritual de enterramento, que já antes (Bronze Antigo) teria passado de colectivo a, de novo, individual, perderia agora (Bronze médio), definitivamente, a referência comunitária, na medida em que o sítio da sepultura, contendo um vaso de prestígio (não, curiosamente, uma jóia ou arma), se tornaria invisível aos vivos. A realidade social

tinha-se tornado de tal modo hierarquizada que já não necessitaria da legitimação da morte para se afirmar: a marcação das diferenças estaria a cargo de outros sinais, expressos noutros «cenários».

O panorama que acabamos de descrever, além de muito vago, dada a escassez da nossa informação, é ainda, em larga medida, hipotético, constituindo apenas um quadro de referências para fomentar e motivar a pesquisa. De facto, se esta não for movida por um decidido empenho em «reconstituir» as sociedades, globalmente consideradas, e os processos que presidiram à sua mudança, não passa de um arquivo de erudições bloqueador da inteligência e adequado a espíritos culturalmente impotentes. Para ultrapassar esse estado de coisas, que tem presidido mesmo a certos estudos da Pré-história portuguesa de melhor qualidade (isto é, àqueles raros trabalhos de análise em que nos podemos fiar, dada a idoneidade moral e científica dos seus autores), tem de haver um certo sentido do risco, que se não pode confundir com a libertação descontrolada da imaginação. A atitude que tentamos assumir pretende ser, de facto, o oposto da tacanhez descritiva e do delírio literatizante, ambos faces da mesma moeda, que é a do subdesenvolvimento científico em que durante muito tempo vivemos.

Um ponto de que nunca nos poderemos esquecer é que um cemitério, qualquer que seja o seu grau de padronização a todos os níveis, espelha a faceta ideal em que uma sociedade se projecta, e não, necessariamente, a realidade de tal sociedade. Ao longo do nosso texto incorremos, sem dúvida, muitas vezes em simplismo, ao querer inferir directamente da materialidade dos túmulos para a estrutura e dinâmica das sociedades que os construíram ou utilizaram. Estamos conscientes de tal facto, mas pensamos que se trata de uma etapa incontornável no caminho para hipóteses mais atentas à variabilidade do registo arqueológico e à sua ambiguidade em termos sociais e simbólicos. Para progredir, precisamos de objectivar as nossas intuições, não as fazendo passar por certezas, ou mesmo hipóteses bem escoradas, mas procurando novos, e se possível mais ricos, sentidos para os dados. Admirar-nos-íamos tanto com o facto dessas intuições serem inteiramente confirmadas nos próximos anos, como com a circunstância de não virem entretanto a aparecer elementos inéditos e diversificadas formas de os abordar, com toda a probabilidade contraditórios entre si.

Neste esforço sempre renovado para ordenar a realidade, é menos importante conseguir erguer o rochedo até ao alto da montanha, do que obter, em cada momento do trajecto, uma visão mais ampliada da paisagem. Mesmo depois do rochedo cair e tudo voltar a começar de novo; porque nunca há um recomeço igual ao anterior.

Porto, Janeiro de 1992.

Referências

- Cruz, D. (1986), Escavação da mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 13: 125-139.
- Idem (1991), *A Mamoa 1 de Chã do Carvalhal no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-história Recente do Norte de Portugal*, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra (polic.).
- Jorge, S. (1980), A estação arqueológica do Tapado da Caldeira — Baião, *Portugalia*, nova ser., I: 29-50.
- Idem (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP.
- Idem (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, GEAP.
- Jorge, V. (1979), Escavação das mamoas 2 e 3 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Rev. de Guimarães*, LXXXIX: 251-264.
- Idem (1980), A mamoa 2 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Rev. de Guimarães*, XC: 191-209.
- Idem (1980), Escavação da Mamoa 3 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira — Baião), *Actas Seminário Arqueologia Noroeste Peninsular*, Guimarães, I: 41-69.
- Idem (1980), Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Portugalia*, nova sér., I: 9-28.
- Idem (1980/81), Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Ante. Serra da Aboboreira — Baião, *Setúbal Arqueológica*, VI-VII: 85-115.
- Idem (1983), Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto. Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia*, 7: 23-39.
- Idem (1983), Escavação da Mamoa 2 de Cabritos (Serra da Aboboreira — Amarante), *Arqueologia*, 8: 24-36.
- Idem (1984), Escavação da Mamoa de Gestosa (Sandim, Vila Nova de Gaia), *Gaya*, 2: 19-38.
- Idem (1984), Escavação da Mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira — Amarante), *Arqueologia*, 9: 3-21.
- Idem e R. Vilaça (1985), As mamoas de Cabritos (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 11: 51-66.
- Idem *et alii* (1986), Escavação da Mamoa 3 de Meninas do Crasto. Serra da Aboboreira (Baião), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVI, 1/4: 75-93.

- Idem e A. Bettencourt (1988). Sondagens arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 17: 73-118.
- Idem (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Revista da Faculdade de Letras*, II.^a sér., VI: 365-443.
- Idem e S. Jorge (1991), Figurations humaines préhistoriques du Portugal: dolmens ornes, abris peints, rochers graves, statues-menhirs, *Le Mont Bego* (Colloque International), Pré-Actes, I: 391-433, e *Revista da Faculdade de Letras*, II.^a Sér., VIII: 341-384.
- Idem *et alii* (1992), Novas escavações na Mamoa 1 de Chã de Parada — Baião, Serra da Aboboreira, 1990, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXII: 173-200.
- Sanches, M. J. (1987), A Mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro), *Arqueologia*, 15: 94-115.
- Idem *et alii* (1987), A Mamoa do Barreiro. *Um tumulus* do Leste de Trás-os-Montes, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVII: 89-112.
- Idem (1989), 5 datas de C14 para a Pré-história recente do Leste de Trás-os-Montes, *Arqueologia*, 19: 114-115.
- Idem *et alii* (1992), Mamoa 2 de Pena do Mocho — um tumulus provido de uma estrutura central em «poço» (Sanhoane, Mogadouro), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXII: 201-234.
- Scarre, C. (1984), Kin-groups in Megalithic burials, *Nature*, 311: 512-513.
- Silva, F. (1985), Escavação da Mamoa 3 de Chã de Parada — Serra da Aboboreira, concelho de Baião, 1982-1983, *Arqueologia*, 11: 39-51.

O FORNO CERÂMICO DA CORRELHÃ — PONTE DE LIMA

Por: Carlos A. Brochado de Almeida*
João M. Viana Antunes**
Maria José Carvalho e Sousa***
Rui M. Cavalheiro da Cunha****

A Correlhã é uma das 51 freguesias do concelho de Ponte de Lima. Está situada na margem esquerda da bacia limiana e é dotada de bons solos agrícolas (Fig. 1).

A freguesia combina unidades geológicas de aluvião recente com depósitos de terraço fluvial plistocénico, cuja altitude oscila entre 20-25 metros. A sua veiga, integrada na região baixa da Ribeira Lima que foi acumulando lodos, areias e cascalhos, distingue-se assim da grande mancha granítica de grão médio que caracteriza maioritariamente a composição do solo da zona.

A toponímia da região mistura vestígios de outrora como «Anta» e «Paço» com manchas vegetais mais ou menos trabalhadas ou descaracterizadas tais como «Bouça», «Souto» ou «Agra». A cristianização da terra está bem patente nas românicas Santo Abdão e igreja paroquial.

Correlhã é terra de barro. «Barros», «Barrô», «Barral» e «Barreiros»

* Instituto de Arqueologia da FLUP.

** Licenciado em História pela FLUP.

*** Licenciada em História pela FLUP.

**** Licenciado em História, variante de Arqueologia pela FLUP.

revelam-nos a abundância deste produto, a sua provável extracção e utilização na construção e artes da cerâmica (Fig. 1,2).

O motivo deste estudo prende-se directa e primordialmente com o uso deste material na Idade Média na confecção de componentes cerâmicos de cobertura habitacional. O forno, que agora se apresenta, foi descoberto no terreno onde se construiu o recente Centro Paroquial e Social da Correlhã (Fig. 2 e Est. I,1), situado no lugar de Pereira — vizinho do lugar de Gândara — junto à estrada Darque/Ponte de Lima.

O achado do forno ficou a dever-se à abertura de uma fossa séptica na parte norte e traseiras do Centro Paroquial (Fig. 2). A máquina utilizada nesses trabalhos removeu a camada de entulho e os restos de saibro que cobriam a câmara de cozedura do forno, chegando a danificar a estrutura e o recheio que a compunham, nomeadamente a parte central da grelha e o imbrex e cerâmica comum ali depositados (Est. I, 2 e II,2).

Prontamente alertados, os Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte¹ procederam aos trâmites necessários para se efectuar uma escavação de emergência no local. Contactado o responsável pelo projecto de investigação naquela zona da bacia limiana², as fases de escavação e limpeza do forno decorreram na última semana de Setembro e nos fins-de-semana seguintes. O forno encontrava-se desprotegido e havia que estudá-lo antes das primeiras chuvas de Outono que podiam acelerar a sua degradação³.

Em primeiro lugar foi feita uma limpeza da câmara de cozedura e do recheio que restou da destruição (Est. I,2). Verificou-se que o último carregamento do forno (Fig. 5,2) não tinha sido cozido. Parte dos materiais cerâmicos que tendiam a cair para o interior da câmara de aquecimento foram retirados e tratados com uma solução de polivinilo, para obstar ao estado precário em que se encontravam.

Simultaneamente procedeu-se à escavação do sector onde se esperava encontrar a boca do forno, bem como à limpeza da câmara de cozedura. Os resultados revelaram a ausência de uma estratigrafia credível e uma construção algo fruste.

¹ Agradecemos ao Rev. Padre António Baptista, pároco da freguesia da Facha, pela sua atenção mais uma vez manifestada em defesa da arqueologia da Ribeira Lima. Aproveitamos o ensejo para agradecermos também ao Rev. Pároco da Correlhã as facilidades concedidas e à Câmara Municipal de Ponte de Lima todo o apoio prestado.

² Carlos Alberto Brochado de Almeida, assistente da FLUP.

³ A equipa de escavação, além dos signatários, foi constituída por Paulo J. Costa Pinto, Cláudio Roberto Laranjeira Brochado e Pedro Miguel Dias Brochado de Almeida.

1. Estratigrafia

O único elemento estratigráfico que conseguimos documentar (Fig. 3,3) tem mais a ver com a construção do forno que propriamente com as deposições contemporâneas e/ou posteriores. Estas foram completamente destruídas pela máquina que procedeu ao rebaixamento do solo (Est. I,1) para a construção do Centro Paroquial e os escassos dados conservados encontram-se misturados e fora de contexto.

Dos três estratos conservados podemos dizer que o 1 é uma heterogénea camada de terra, barro, ímbrices, fragmentos de tégula e cacos de produção mais recente. Mais seguras são as camadas 2 e 3. A 2, espessa, de barro amarelado e plasticável, resultou da necessidade de se dar uma consistência à parte superior do corredor na sua intersecção com a câmara de cozedura. A 3, integrando algumas pedras, é uma subdivisão da anterior, pois é a camada que mais directamente esteve em contacto com o fogo, daí resultando a coloração avermelhada.

2. Forno

O forno compõe-se, essencialmente, de três elementos distintos: corredor, câmara de aquecimento e câmara de cozedura.

2.1. *Corredor*

É um dos elementos mais destruídos (Fig. 3,1). Após a remoção do entulho que o cobria, verificou-se que resta somente a abertura, isto é, a ligação com o primeiro arco da boca do forno (Fig. 4,2 e Est. IV,1).

De execução simples, cavado no saibro amarelo que compõe o terreno, apresenta apenas pequenos restos da parede, de coloração vermelho forte, devido à acção do fogo. Em termos arquitectónicos é rectangular, de tecto em abóbada. O chão está coberto de carvões e cinzas que atingem, na entrada da câmara de aquecimento, uma camada densa de 0,06 m (Fig. 4,1). As dimensões da parte conservada são, respectivamente, de 1,40 m de espessura por 0,77 m de largura, com uma altura máxima de 0,60 m. A espessura da camada de saibro vermelho é de 0,04 m.

O corredor não tinha pedra incorporada nas suas paredes. Todavia, durante a fase de limpeza, apareceram caídas no interior algumas razoavelmente aparelhadas, que poderiam provir de um reforço da calota superior da cobertura ou mesmo delimitar a entrada que, desta maneira, se tornaria mais sólida. Mas em função da ausência de outros testemunhos

pétreos similares nesta zona de escavação, aqueles levam-nos a formular a hipótese de um reaproveitamento de material de uma anterior construção situada nas imediações.

Com tais dados, dificilmente se poderá reconstituir a entrada do corredor, que tanto podia ser frontal à boca da câmara de aquecimento, como situada na parte lateral direita, já que restos de saibro vermelho pertencentes à parede indiciam uma orientação nesse sentido (Fig. 3,1).

Um facto a destacar é o grande desnível existente entre o corredor e o interior da câmara de aquecimento. O corredor apresenta-se em rampa, cuja inclinação se faz no sentido do interior do forno (Fig. 4,2). É uma situação que escapa à normalidade dos fornos conhecidos e está ausente naqueles que ultimamente temos vindo a escavar. Nestes, a inclinação processa-se em sentido contrário, isto é, na direcção da boca do forno. Um sistema deste tipo colocava os utentes perante uma série de entraves entre os quais avultam a infiltração das águas pluviais e a correcta limpeza dos detritos dos materiais combustíveis.

À entrada, na confluência com a câmara de aquecimento, distinguem-se dois arcos geminados que estão sobre-elevados em relação aos do interior da câmara que sustentam a grelha. Não arrancam de suportes feitos em pedra, mas directamente do saibro que envolve as paredes da boca do forno na sua intersecção com o corredor (Fig. 4,2; Est. II,1 e III,1). Foram construídos com dez tijolos cada e destacam-se 0,12 m acima da grelha. Tal diferença, embora escassa, facilitaria o extravio do ar quente necessário à cozedura caso não estivesse vedada com barro e restos de cerâmica. Assim se poderia garantir a estanqueidade da câmara de cozedura e uma maior solidez no ponto de intersecção do corredor com a boca do forno.

2.2. *Câmara de aquecimento*

A câmara tem um formato sub-trapezoidal (Fig. 3,2) com as seguintes medidas: o comprimento ronda os 2 m, a largura oscila entre 1,70 m na parte mais larga e 1,50 m na parte mais estreita e a altura, obtida na zona central e tendo por meta a superfície, atinge 1,50 m, para diminuir para 0,84 m quando aquela contada a partir da parte superior da grelha.

Interiormente é constituída por sete arcos abatidos. Os seus arranques apresentam uma implantação assimétrica e totalizam o número de onze. Em planta, a câmara surge com cinco arranques na parte lateral esquerda e seis na lateral direita. O arco n.º 1 tem dois pontos de sustentação. O lado esquerdo apoia-se na base do arco n.º 2 e está cravado na parede, tendo base própria do lado direito. A partir daqui, os arcos n.ºs 3, 4 e 5 seguem uma trajectória enviezada. Os arcos 6 e 7 estão geminados e do lado

esquerdo da câmara arrancam da mesma base. O n.º 6 partilha, pelos dois lados, as bases do n.º 5 e 7 (Fig. 4,2).

Os arranques são feitos à base de granito informe embora eventualmente possam incorporar pedras reaproveitadas de alguma construção anterior (Fig. 4,2). Exemplo disso é a base do arranque do lado esquerdo dos arcos 6 e 7 onde foi reutilizado um pequeno fuste de colunelo (Fig. 4,2). Várias camadas de argamassa servem de elemento de consolidação destes suportes estruturais e de preparação para o lançamento dos arcos. A arcatura é confeccionada essencialmente com tijolos que foram intermeados e revestidos com barro, que serviu de elemento de fixação da obra executada (Est. III e Fig. 5,3). O número médio de tijolos utilizados em cada arco foi de catorze. Para permitir uma regularização da altura e uma base de sustentação mais eficiente de cada arco, foram colocadas algumas placas de tijoleira e pedaços de tégula sobre as pedras dos arranques (Fig. 4,2).

O espaço entre as bases dos arcos apresenta-se em rampa (Fig. 5, 1 e 3), feita intencionalmente e preenchida com barro que, sob a acção do calor desenvolvido na câmara, foi adquirindo uma coloração acinzentada acentuada pela má limpeza a que esteve sujeita durante a laboração. Esses tramos de rampa, cobertos com barro, foram feitos à base de pedra e pedaços de tégula. Deste modo, garantia-se uma maior solidez dos arcos e facilitava-se a subida do calor à câmara de cozedura.

2.3. *Grelha*

Bastante maltratada pelas razões já aduzidas, grande parte da zona central desapareceu juntamente com o derrube dos três arcos que a suportavam e dos quais só restam os respectivos arranques (Fig.3,1; Est. II,1).

É um elemento de execução bastante grosseira. Assenta nos sete arcos da câmara de aquecimento e é feita à base de fragmentos de tégula, tijoleira e algumas pedras, ligadas com camadas de barro. A espessura média é cerca de 5 cm (Fig.5,3; Est. III,2).

Nos espaços inter-arcos foram abertos os buracos da grelha, mais ou menos dispostos em linha perpendicular à entrada do forno, bastante irregulares e que deviam somar cerca de 10 por intervalo, em 7 sequências. O número total não é certo, devido à violação sofrida e à irregularidade da sua distribuição (Fig.3,1 e Est. III,2). A rusticidade da grelha e respectivo alinhamento dos buracos estão relacionados com o enviezamento dos arcos que não se encontram axialmente perpendiculares à caixa do forno.

2.4. *Câmara*

No seu estado actual, a grelha dista do solo entre 0,70 e 0,80 m. A largura e o comprimento são os mesmos da câmara de aquecimento, pois a caixa do forno apresenta as suas paredes com características razoavelmente regulares (Fig. 5,2 e 6; Est. II,2).

Estava cheia de ímbrices, alguns testos e um peso de barro que não chegaram a ser cozidos, devido ao abandono do forno. Os ímbrices estavam dispostos em oito ou nove fiadas alternadas tendo cada fiada à volta de 60 peças. A carga máxima poderia variar entre 500 e 550 ímbrices. Os testos, em número de quatro — um inteiro e três fragmentados — estavam colocados nos cantos (Fig. 5,2) e pousados directamente sobre a grelha. Desconhecemos o local exacto de cozedura do peso, uma vez que foi recolhido entre os materiais que compunham a grelha e sua carga.

3. *Materiais*

Como já atrás referimos o forno apresentava ainda a última fornada, não cozida, o que nos permitiu ver o tipo de materiais que iam ser cozidos, sua quantidade e a distribuição no interior da câmara de cozedura.

O grosso dos materiais a cozer era constituído por ímbrices. Os restantes eram quatro testos com a face exterior decorada e um peso de tear. Da estrutura do forno destacamos os tijolos que integravam os arcos (Est. III,1) e um indeterminado número de fragmentos de tégula (Est. V, 5,8 e Fig. 7,3) que estava incorporada na grelha ou se encontrava misturada no entulho que cobria e enchia o arruinado conjunto.

— Ímbrices

Em número de cerca de meio milhar possuem, sensivelmente, características análogas. A pasta amarelada é de textura grosseira com muitos grãos de areia. Apresentam uma marca de oleiro feita com os dedos e que consta de três sulcos verticais atravessados por dois oblíquos.

Dimensões: 0,36 x 0,18 x 0,02m (Est. V,10).

— Peso de tear

Tem forma de paralelepípedo, pasta amarelo-rosada, grosseira, com grãos de areia. O orifício, com cerca de 2 cm de diâmetro, foi feito a partir de ambos os lados, do que resultou um arqueamento do mesmo.

Dimensões: altura — 0,20 m; largura — 0,12 m e 0,10 m; espessura — 0,09 m (Est. V,7).

— Tijolos

Faziam parte da estrutura dos arcos e têm todos mais ou menos as mesmas características.

Pasta grosseira, com muitos grãos de areia e avermelhada devido à acção prolongada do fogo. Formato rectangular.

Dimensões médias: comprimento — 0,22 m; largura central — 0,12 m; largura nas extremidades — 0,10 m; espessura — 0,07 m (Est. V,6).

— Testo

Peça completa provida de asa com orifício sub-circular. Pasta amarelada, grosseira, com pequenos grãos de areia. Superfícies alisadas e decoradas. A decoração foi feita com a mão ao longo do bordo, sobre a asa e do centro para as extremidades e com estilete e, ou punção em toda a superfície superior. Consta de pequenos círculos incisos e motivos siglares de compreensão indefinida (Fig. 6 e Est. V,1).

— Asa de testo

Asa de testo com orifício sub-circular. Pasta amarelada com pequenos grãos de areia. Superfícies alisadas e pequeno sulco no topo. Está decorada com pequenos círculos incisos imperfeitos (Fig.7,2 e Est. V,3).

— Asa de testo

Fragmento de asa de testo com pasta amarelada, grosseira e grãos de areia. Superfícies alisadas e indícios de círculos incisos no arranque da asa e de um sulco feito no topo com a mão. (Est. V,9).

Fragmento de testo com pasta amarelo-rosada, grosseira. Vestígios de decoração à base de pequenos círculos incisos na superfície exterior (Fig. 7,1 e Est. V,4).

O forno da Correlhã é o terceiro que nos últimos anos escavamos na Ribeira Lima. O primeiro situa-se na vizinha Quinta do Paço da freguesia da Facha e o segundo no Paço de Calheiros⁴. Mas outros houve na

⁴ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de — *Proto-História e romanização da bacia inferior do Lima*, Viana do Castelo, 1990. ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; LEAL, António J. da Cunha — *O forno cerâmico da Quinta do Paço*, in «Actas do Colóquio Manuel de Boaventura», Vol. II, Esposende, 1988, pp. 9-28; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, et alii — *O forno cerâmico de Calheiros (Ponte de Lima)* Sep. de «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XXVII, Porto, pp.137-146.

freguesia de Lanheses⁵ e a atentar na toponímia, também na freguesia da Facha⁶, paredes-meias com a via romano-medieval que, vinda dos lados de Barcelos através da portela da Facha, entroncava na via XIX, nas imediações da ponte romana lançada sobre o Lima entre Arcozelo e Ponte de Lima⁷.

Localizada numa área de deposição quaternária, com barros de relativa qualidade, não admira que bem cedo eles tivessem sido aproveitados no fabrico de materiais cerâmicos, entre os quais necessariamente avultavam os utilizados na construção civil.

Estruturalmente trata-se de um forno preparado para cozer sobretudo materiais de construção, tais como telha, seja ela a tégula romana ou o ímbrex mais actual, elementos de colunas, tijolos compactos e tijoleira de pavimento. Tal facto não invalidou que, sempre que necessário, tenha cozido igualmente cerâmica comum. A comprovação vem precisamente da última fornada, aquela com que deparamos no decorrer da escavação.

A câmara de cozedura encontrava-se repleta de fiadas de ímbrices análogos aos que aparecem em estações da Baixa Idade Média. Nos topos e no enfiamento dos buracos, por onde passava o ar quente, havia testos decorados semelhantes a alguns bem conhecidos, provenientes do Castelo de Faria e, mais recentemente, da necrópole das Barreiras em Fão (Esposende)⁸.

Tal facto acabou por comprovar que os materiais a cozer podiam ser mistos e que a cronologia deste forno rondava, no seu término, o séc. XIII ou os alvares do XIV, já que fragmentos de testos da necrópole das Barreiras aparecem acompanhados de moedas que vão de D. Afonso II a D. Dinis e D. Afonso IV.

Se o abandono abrupto — a última fornada não chegou a ser cozida — se poderá explicar por morte ou fuga do seu proprietário⁹, já mais difícil será apontar o início do seu funcionamento.

⁵ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de — o.c., pp. 204-205.

⁶ ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, et alii — *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Ponte de Lima, 1981, pp. 4-6; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; LEAL, António J. da Cunha — o. c.

⁷ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de — *A rede viária do Conventus Bracaraugustanus; Via Bracara Asturicam Quarta*, in «Mínia», 2.ª série, Ano II, n.º 3, Braga, 1979; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de — *Proto-História...*, pp. 253-254; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de — *Uma viagem ao passado arqueológico de Balugães*, in «Barcellos-revista», 2.ª série, Vol. 1, Barcelos, 1990, pp. 131-146.

⁸ Esta estação arqueológica continua em escavação.

⁹ Entre as muitas hipóteses que poderíamos apontar para caracterizar a situação vivida na região nesta altura, destacam-se as crises do séc. XIV, nomeadamente a Peste Negra, a situação de fome endémica, a má situação agrícola e, na parte final, as guerras contra Castela.

A área de implantação do forno fica na periferia do Paço da Correlhã, bem junto à velha via romano-medieval. Trata-se de uma zona plana, fértil e propícia à implantação de uma unidade de exploração agrícola característica dos finais do mundo romano, como sucede, aliás, na Quinta do Paço Velho da Facha.

No Paço da Correlhã as tégulas dispersam-se por várias centenas de metros e num muro recolhemos, recentemente, um capitel do tipo toscano-provincial¹⁰ bastante maltratado, mas mesmo assim capaz de sugerir uma filiação tardo-romana.

Na zona adjacente ao forno não faltam também as tégulas e numa primeira análise, não nos admiraria que este ou qualquer outro tivesse fabricado os materiais cerâmicos de construção, em especial os de cobertura para os edifícios da «villa» romana e respectivas dependências. Assim aconteceu na vizinha «villa» da Quinta do Paço Velho da Facha, com o forno localizado a umas centenas de metros para Nascente a produzir a sua telha de cobertura.

Estas unidades agrárias eram por vezes bem extensas, com território descontínuo e com as suas unidades básicas instaladas onde a matéria-prima abundasse. O que nos leva a pensar que nos finais do mundo romano, início da ocupação suevo-visigótica, já aqui havia uma unidade produtora de materiais cerâmicos, é o facto de ter sido recolhida no interior e imediações do forno algumas cerâmicas com a superfície exterior «vassourada» (Est. V,2), um tipo de produções já bem nossas conhecidas de estações como a «villa» da Quinta do Paço Velho da Facha, ou povoados como os do Sabugueiro (Poiars) e Vilarinho (Seara) onde acompanham outras que, pelas suas características, se podem considerar imitações regionalizadas das cerâmicas gaulesas que Rigoir apelidou de «páleo-cristãs»¹¹.

Um outro factor ajuda a recuar pelo menos para a Alta Idade Média a construção do forno. Trata-se do aparecimento de fragmentos de tégula não cozida e de, na composição da grelha, entrarem pequenos bocados do mesmo material com claros indícios de terem aguentado temperaturas elevadas. Ambas terão sido fabricadas nesta olaria e posteriormente usadas como material de apoio e consolidação dos arcos e grelha ou abandonadas como entulho.

É ponto mais ou menos assente que a cronologia para o uso e fabrico da tégula é hoje mais dilatado, aceitando-se que a mesma tenha atingido o período moçárabe. Pelo menos no Norte de Portugal aparece a

¹⁰ Encontra-se depositado no Museu dos Terceiros em Ponte de Lima.

¹¹ RIGOIR, J. — *La céramique paléochrétienne sigillée grise*, «Provence Historique», Vol. X, Marseille, 1960.

acompanhar pedras com almofadado por vezes decorado com losangos como as que se documentam nas igrejas de Santa Maria de Geraz do Lima¹² (Est. IV,1), Bertianos, S. Simão da Junqueira (Mazarefes) necrópole da Igreja Velha (Meadela)¹³ e alicerces da capela românica de Santa Eulália de Refojos do Lima.

Um outro dado a ter em conta é o que está relacionado com a própria estrutura do forno. Esta, como atrás se referiu, é assimétrica e possui um nítido desajuste entre a boca e o primeiro arco que sustenta a grelha. Numa análise primária poderíamos ser tentados a atribuir tal facto à inépcia do construtor, mas se analisarmos com mais cuidado todo o conjunto somos levados a admitir que tal pode resultar de uma posterior remodelação.

Queremos com isto dizer que o forno, na sua fase terminal, poderá ser uma miscelânea cronológica. Do período inicial restará somente a caixa e os dois arcos que fazem a ligação entre a boca do forno e a câmara de aquecimento. À Idade Média Portuguesa, pertencerá a grelha e o conjunto dos arcos que a sustentam e onde se destaca um bocado de colunelo a servir de base de apoio a um dos arcos mais próximos da boca do forno. Da análise sumária ao modo como foram construídos os arcos, fica a impressão que estes estão bem mais próximos dos congéneres do Paço de Calheiros¹⁴ e Barreiras de Alvarães¹⁵, que dos fornos do Paço da Facha, do Eixo (Aveiro)¹⁶, e de Vila Fria (Viana do Castelo)¹⁷ bem mais em consonância com os modelos tradicionais conotados com o mundo romano.

¹² A recente escavação do interior da igreja paroquial de Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo), mostra até que ponto a tégula foi usada no lastro de sepulturas ou na confecção das próprias paredes laterais (tipo triangular) no período que medeia entre o Reino Visigótico e o período Moçárabe.

¹³ Agradecemos ao Dr. Alberto Antunes Abreu, arqueólogo responsável pela intervenção arqueológica, a informação que muito amavelmente nos forneceu.

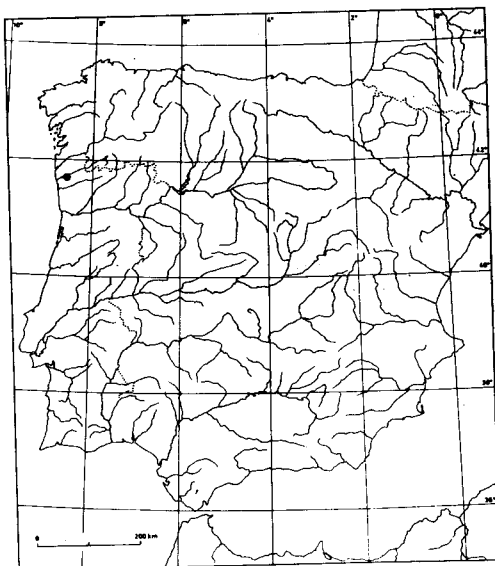
¹⁴ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, et alii — *O forno cerâmico de Calheiros*, o.c.

¹⁵ Este forno encontra-se numa zona de extracção de barro que está inundada pelas águas provenientes das chuvas. A sua escavação só será possível em pleno verão e em ano muito seco. Quando da sua descoberta foi possível observá-lo e saber-se que, tecnicamente, pouco difere deste e do situado no Paço de Calheiros.

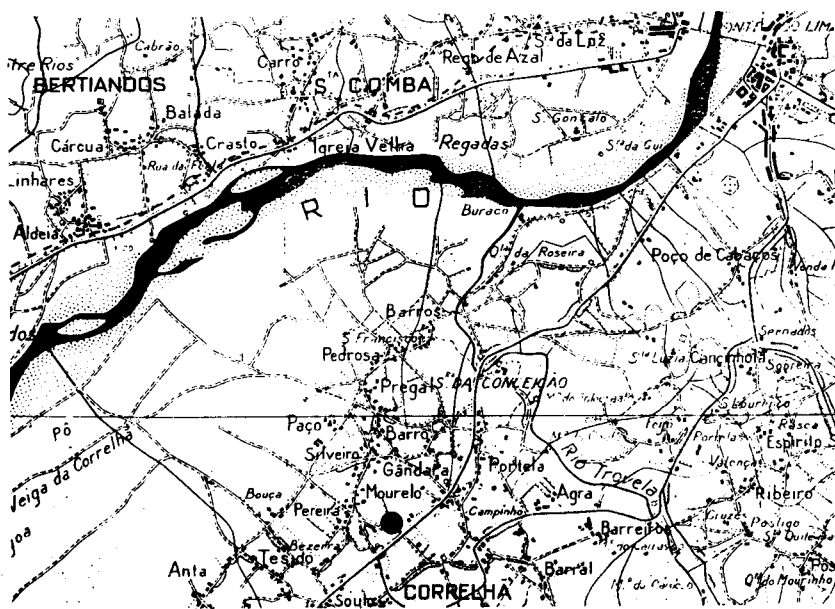
¹⁶ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Artur Jorge Leite de; LEAL, António J. da Cunha — *O Forno Cerâmico Romano do Eixo — Aveiro*, «Portugália», nova série, Vol. VIII, Porto, 1987.

¹⁷ Este forno, muito destruído, apareceu recentemente. Está situado no limite geográfico da freguesia de Vila Fria com a de Chafé. O seu estudo está a ser efectuado pelo Dr. António J. da Cunha Leal dos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Viana do Castelo a quem agradecemos a informação.

Figura 1

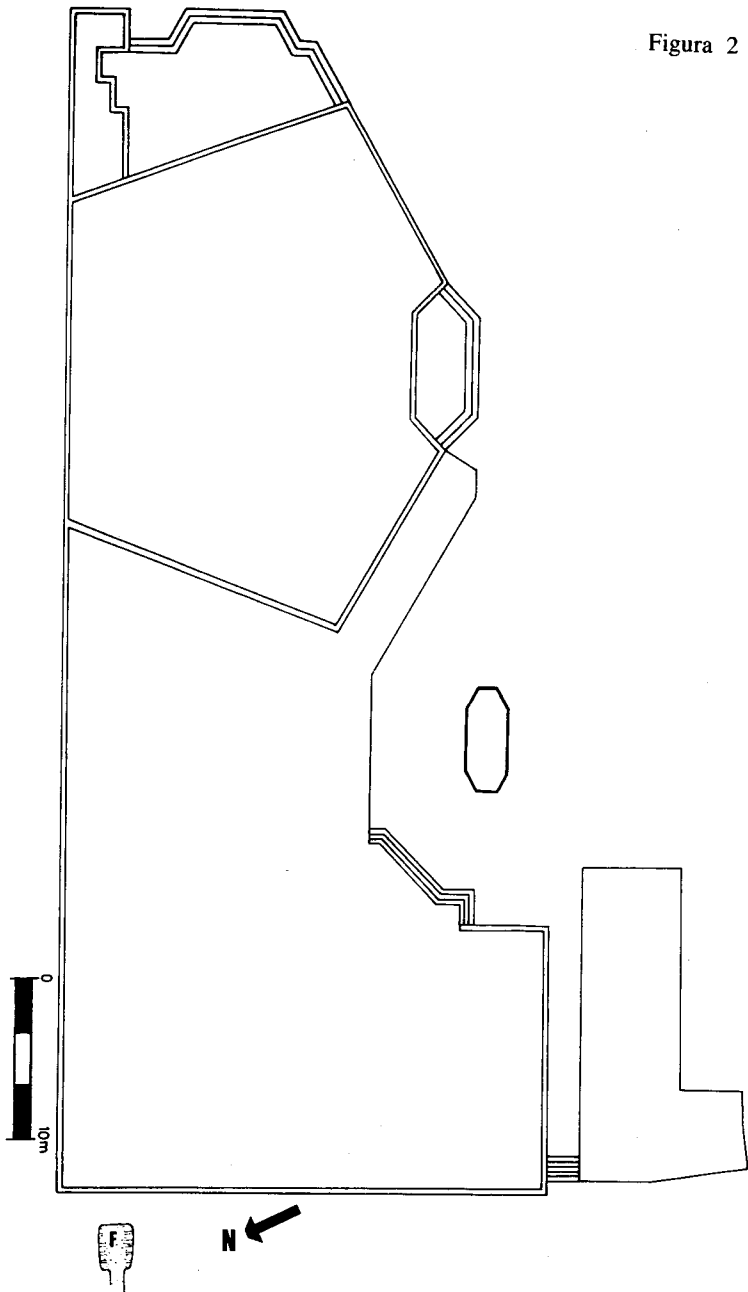


1 — Localização da Correlhá na Península Ibérica



2 — Localização do forno, Carta Militar, 1:25.000, n.º 28

Figura 2



Localização do forno do Centro Paroquial e Social da Correlhã

Figura 3

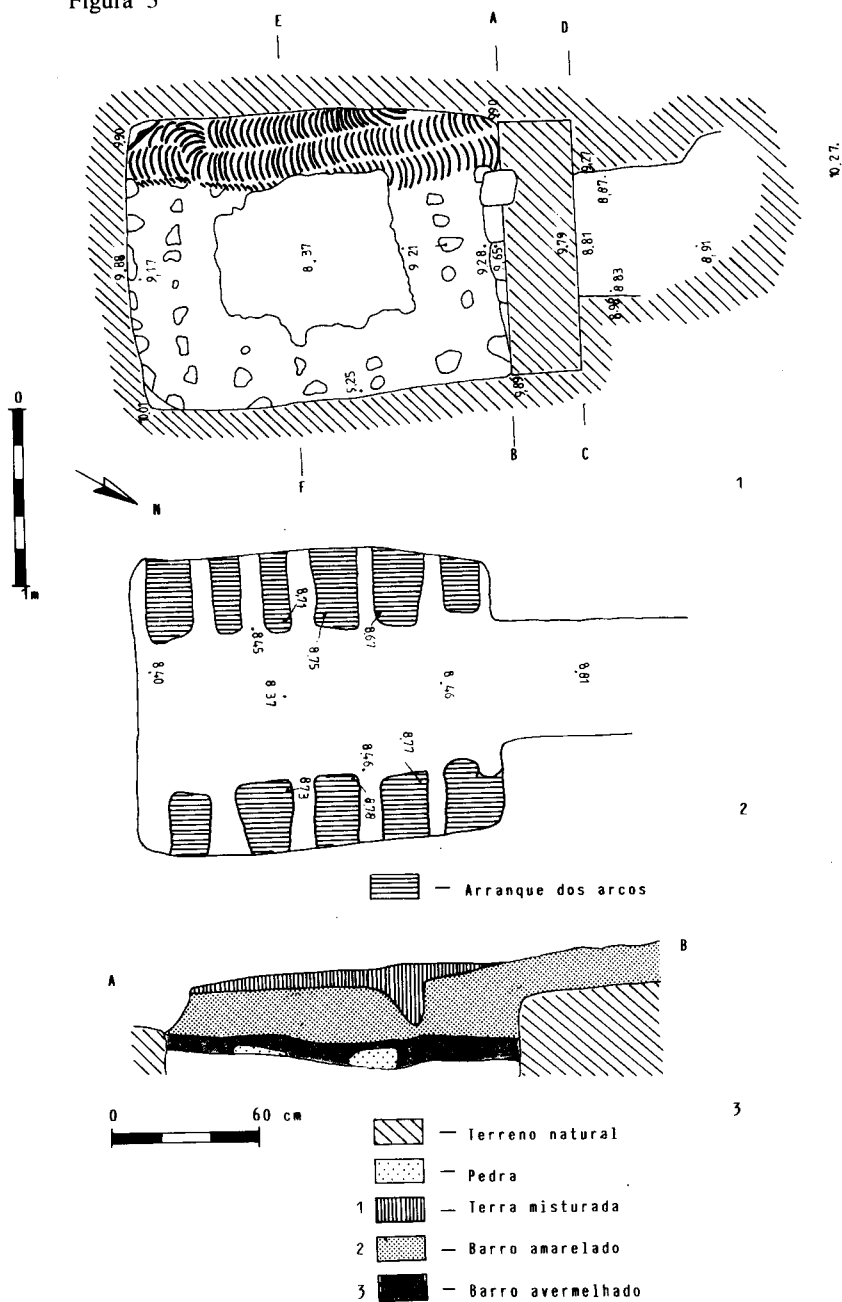
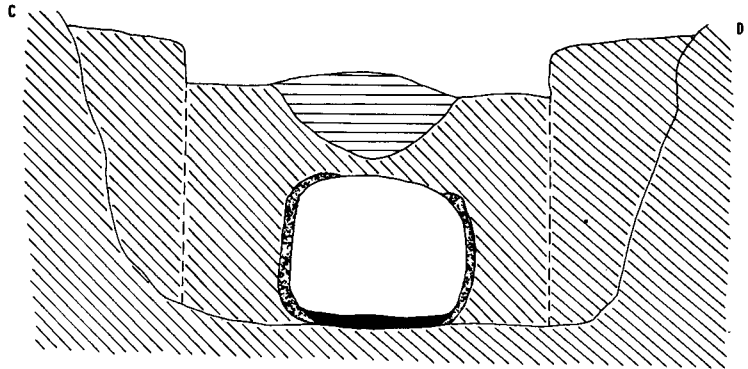






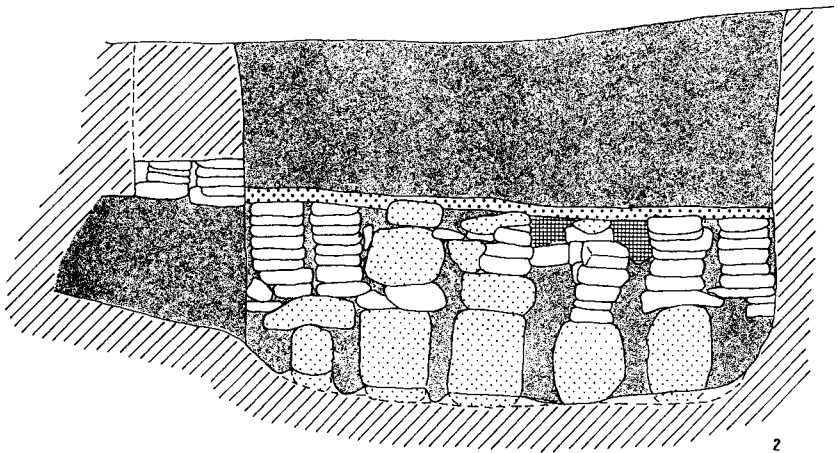
Figura 4









0 60 cm

-  - Terreno natural
-  - Violação
-  - Revestimento da boca do forno
-  - Cinzas

1

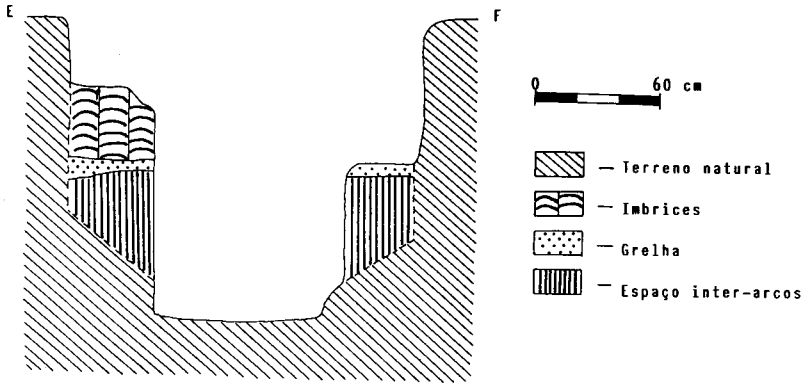


0 60 cm

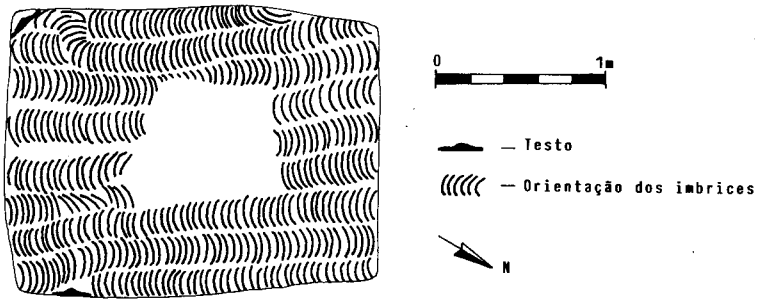
-  - Terreno natural
-  - Grelha
-  - Câmaras e boca do forno
-  - Barro de revestimento
-  - Pedra
-  - Tijolo

2

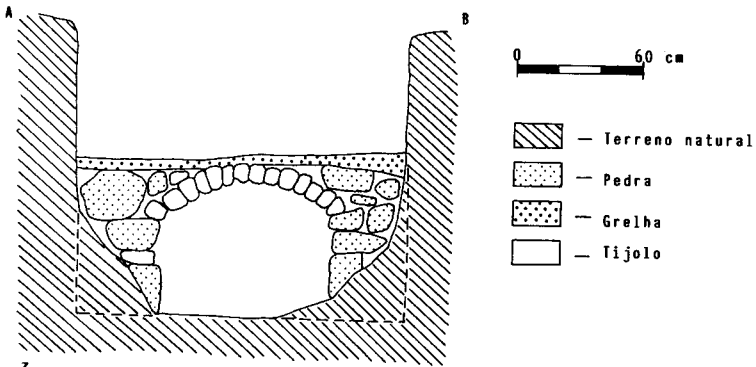
Figura 5



1



2



3

Figura 6

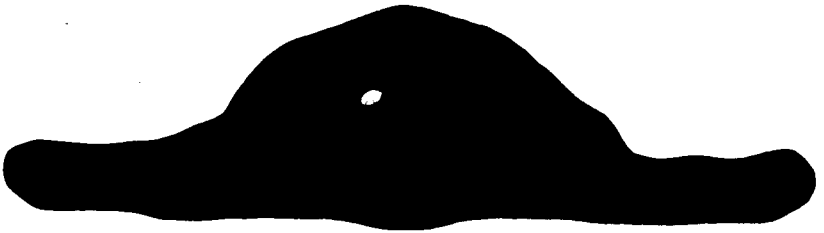
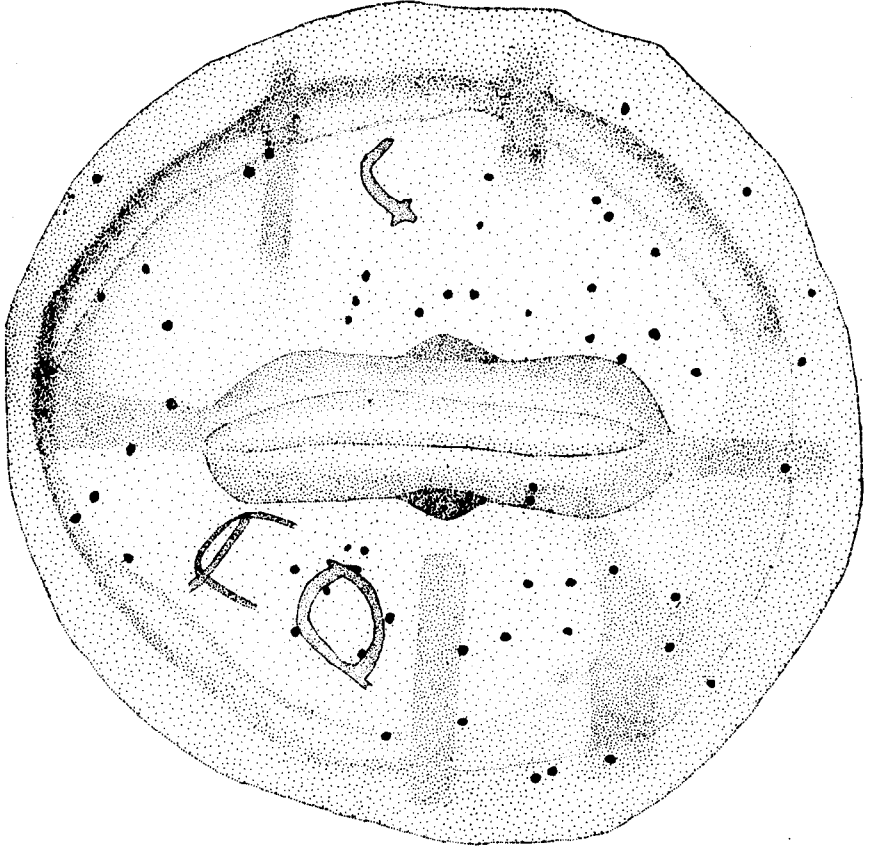
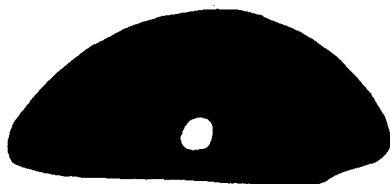
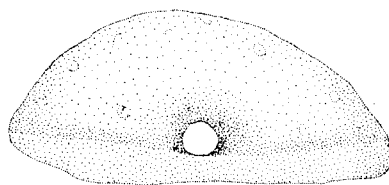
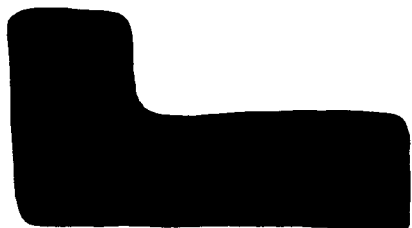
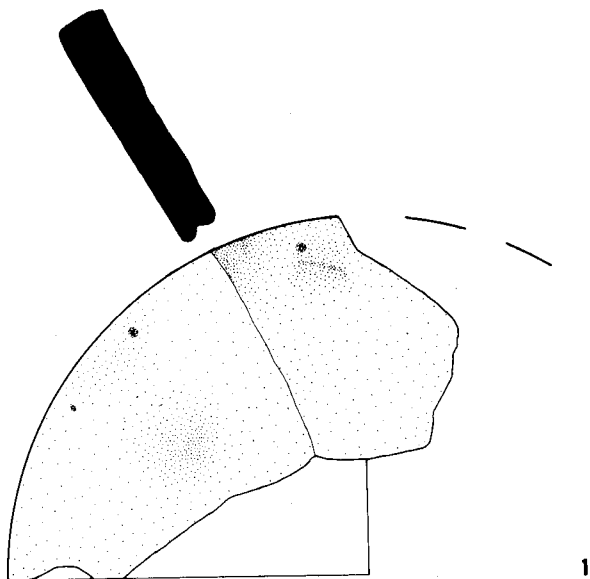


Figura 7





Estampa I,1
1 — Localização do forno cerâmico



Estampa 1, 2
2 — Início da escavação do forno cerâmico



Estampa II, 1
1 — Câmara de cozedura contendo ímbrices da última fornada



Estampa II, 2



Estampa III, 1

1 — Pormenor de um dos arcos que sustenta a boca do forno cerâmico



Estampa III, 2

2 — Vista parcial da câmara de aquecimento e da grelha

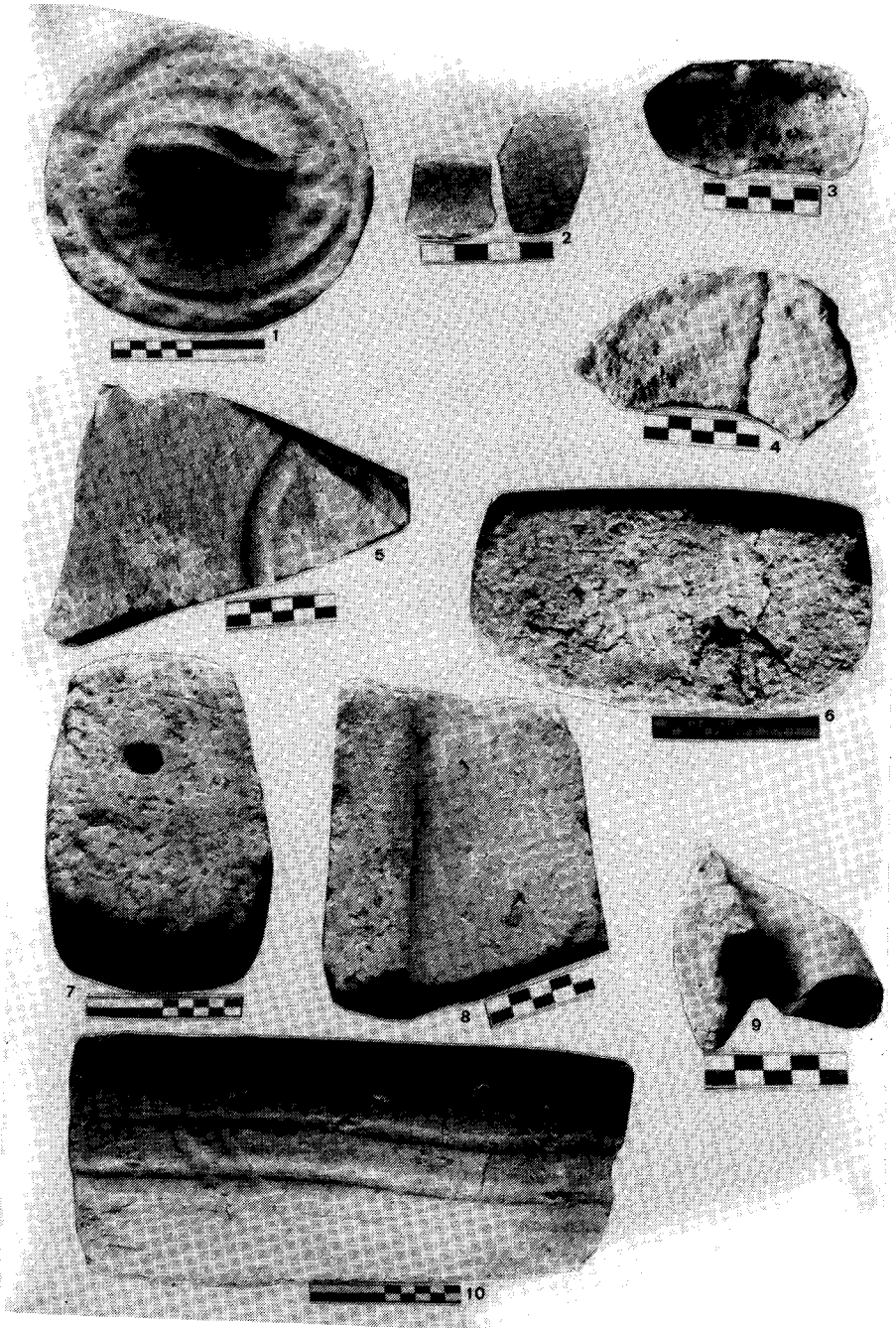


Estampa IV, 1
1 — Entrada de acesso à câmara de aquecimento



Estampa IV, 2

2 — Pedra almofadada com decoração reticulada da Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo)



Estampa V

A INSCRIÇÃO DE STA. MARIA DE AÇORES (666). NOVA LEITURA

Por Mário Jorge Barroca*

Na Igreja Paroquial de Santa Maria de Açores (freguesia do concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda), sob um arcossólio de época moderna, conserva-se, avulsa, uma inscrição paleocristã¹. Trata-se da lápide funerária de *Suinthiliuba*, falecida no ano de 666 (Era de 704), já sobejamente conhecida dos epigrafistas e várias vezes publicada na bibliografia especializada. Poderia parecer, portanto, desnecessário voltar a insistir sobre esta inscrição. No entanto, uma análise mais atenta deste epitáfio permitiu-nos estabelecer nova leitura, que passou despercebida a todos os autores que sobre esta inscrição se debruçaram. Começaremos por analisar algumas das propostas de leitura para, depois, abordarmos a nova interpretação do epitáfio.

A inscrição de *Suinthiliuba* foi divulgada pela primeira vez por Fr. António Brandão, em 1632, na Parte IV da *Monarquia Lusitana*, onde, sobre a antiguidade da Igreja de Açores, registava a presença de

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do I.N.I.C.

¹ A lápide, de granito, mede 47,5 cm de altura e 86 cm de largura. A altura média das letras é de 5 cm nas duas primeiras regras, e de 5,5 cm nas três seguintes.

«... certo letreiro que está em hua sepultura & diz como jaz alli enterrada hua serva de Christo por nome Entiubula desda da Era de 714 que he anno do Senhor de 676. (...) As palavras do letreiro são estas. REQUIEVIT FAMULA CHRISTI IN PACE SUI INTIUBULA, SUB MENSE DECEMBRIS ERA DCCIII»².

Equivocou-se Fr. António Brandão em vários pormenores, nomeadamente na leitura do nome (que transcreveu como INTIUBULA e não SUINTHILIUBA como figura na lápide) e na data, já que no texto refere a Era de 714 (A.D. 676) e na transcrição indica a Era de 704 (A.D. 666), que é a que está correcta. Também na palavra MENSE corrige o C que figura actualmente na inscrição para S, sem o indicar. No que respeita ao mês, Fr. António Brandão transcreve DECEMBRIS quando o que se lê na inscrição é NOVENBRES. Por último, ignorou a cruz com que abre o epitáfio e a *hedera* que, à boa maneira clássica e paleocristã, o encerra.

Dez anos mais tarde, Fr. António da Purificação voltaria a publicar a inscrição de Açores, repetindo os erros de Fr. António Brandão, abreviando o mês para DECEMBR e corrigindo a data para «ERA DCCXIV»:

«REQUIEVIT . FAMULA . CHRISTI . IN . PACE . SUI
. INTIUBULA . SUB . MENSE . DECEMBR . ERA .
DCCXIV»³.

Creemos que Fr. António da Purificação nunca terá tido oportunidade de analisar a inscrição de Açores, tendo-se baseado nas informações do autor da *Monarquia Lusitana*, alterando apenas a parte referente à data por forma a adequar o texto epigráfico com a datação indicada por Fr. António Brandão e contornar, assim, a evidente contradição deste autor no que respeita a este aspecto.

Nos inícios do século XVIII, António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, voltaria a reportar-se à inscrição de Açores, sem publicar a sua leitura e dando-a como sendo o epitáfio de Entiubula e da Era de 714 (A.D. 676)⁴.

² Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte IV.^a, Lisboa, 1632, p. 6v (2.^a Ed., Lisboa, INCM, 1974).

³ Fr. António da Purificação, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho...*, vol. 1, Lisboa, 1642, fl. 323, col. 3.^a.

⁴ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, tomo 2, Braga, 2.^a ed., 1868, p. 243. A primeira edição data de 1708.

Escassos três anos mais tarde seria a vez de Fr. Agostinho de St.^a Maria se referir a Açores e ao epitáfio paleocristão, dando-nos a sua versão:

«REQUIEVIT FAMULA CHRISTI, IN PACE SUI,
INTIUBALA, SUB MENSE DECEMBRIS ERA 714». ^{4a}

Uma vez mais não temos qualquer indício de que Fr. Agostinho de St.^a Maria tenha visitado a Igreja de Açores para conferir a leitura da inscrição. Pelo contrário, os elementos que falta parecem indicar que se baseou em Fr. António Brandão. A sua leitura apenas difere ao indicar INTIUBALA em vez de INTIUBULA (na versão de Brandão) e ao incluir vírgulas, ignorando os pontos de separação de palavras.

O mesmo não se diga de Luís Cardoso que, em 1747, seria o primeiro autor a corrigir a leitura de Brandão, fornecendo uma transcrição quase fidedigna do epitáfio, no que parece demonstrar que deve ter tido oportunidade de o transcrever *in loco*. Na sua proposta de leitura o epitáfio diria:

«REQUIEVIT FAMULA XPI IN PACE SUINTHILIUBA
SUB MENSE NOVEMBRIS ERA DCCIII»⁵.

Na sua leitura, Luís Cardoso apenas incorre em dois pequenos erros: ao grafar MENSE (e não MENCE, como se propõe na versão actual da inscrição) e NOVEMBRIS (e não NOVENBRES). Ignora a cruz que abre o epitáfio, a *hedera* e todos os pontos de separação de palavras.

Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, no seu *Elucidário*, forneceu uma leitura melhorada e mais correcta da versão actual do epitáfio de *Suinthiliuba*, não se esquecendo sequer da cruz com que abre a epígrafe e respeitando a própria distribuição do texto ao longo das cinco regras:

«+ REQUIEVIT FAMULA .
XPI . IN PACE . SUINTHI :
LIUBA . SUB MENCE .
NOVENBRES . ERA .
DCCIII»⁶.

^{4a} Fr. Agostinho de St.^a Maria, *Santuário Mariano*, vol. III, 1711, p. 53.

⁵ Luís Cardoso, *Diccionario Geographico*, vol. 1.º, Lisboa, 1747, p. 45, s.v. «Açores».

⁶ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases...*, vol. 1.º, ed. crítica de Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1965, p. 197, s.v. «Açores». A primeira edição data de 1798.

Apenas em dois pormenores incorreu em erro: ao interpretar o ponto colocado sobre o I no final da segunda regra, associando-o ao ponto de separação da primeira regra, como sendo dois pontos de separação, e ao corrigir, sem indicar, NOVENBRES para NOVEMBRES. Registe-se ainda que ignora a folha de hera que encerra o epitáfio e que no texto, inexplicavelmente, o data de A.D. 676.

Quase um século mais tarde, Pinho Leal teria oportunidade de voltar a publicar a inscrição no *Portugal Antigo e Moderno*, apresentando a sua versão do epitáfio:

«REQUIEVIT FAMULA XPI . IN PACE . SUINTILIUBA SUB MENSE . NOVEMBRES . ERA DCCIII»⁷.

Esquecendo-se da cruz com que se abre o epitáfio, Pinho Leal falharia ainda no nome (esquecendo-se do H de SUINTILIUBA) e no mês (ao não indicar que corrigira MENCE e NOVENBRES para MENSE e NOVEMBRES respectivamente). Como todos os autores até aqui referidos, Pinho Leal ignorou ainda a pequena folha de hera que encerra o epitáfio.

Já no nosso século, o Padre Miguel de Oliveira incluiria o epitáfio de Suintiliuba na sua *Epigrafia Cristã em Portugal*, onde apresentava a sua versão:

«+ REQUIEVIT FAMULA CHRISTI IN PACE
SUINTILIUBA SUB MENSE NOVEMBRES ERA
DCCIII»⁸.

O desdobramento de XPI por CHRISTI e a correcção de NOVENBRES para NOVEMBRES são os reparos que se podem fazer à leitura de Miguel de Oliveira, para além de ter suprimido os pontos de separação e a *hedera* final, e não ter respeitado a distribuição do texto ao longo das várias regras.

⁷ Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. 1, Lisboa, 1873, p. 24, s.v. «Açores». No vol. 6 (Lisboa, 1875, p. 158, s.v. «Nossa Senhora dos Açores»)haveria de reproduzir e comentar a versão que Fr. Agostinho de Santa Maria publicara no *Santuário Mariano*.

⁸ P.º Miguel de Oliveira, *Epigrafia Cristã em Portugal*, Lisboa, ed. Letras e Artes, 1941, p. 42-43, n.º 40.

No mesmo ano, José Maria de Almeida apresentava uma versão quase perfeita da inscrição:

«+ REQUIEVIT FAMULA
XPI . IN PACE . SVINTHI :
LIAUBA . SUB MENCE
NOVENBRES ERA
DCCIII»⁹.

Repete o mesmo erro que já anotamos em Viterbo, apresentando dois pontos no fim da segunda regra, corrige NOVENBRES para NOVENBRES e equivoca-se no início da terceira regra, lendo LIAUBA em vez de LIUBA. Como todos até aqui, não refere a presença da folha de hera no final da epígrafe.

No ano seguinte, em 1942, era a vez do Padre José Vives dar a sua versão do epitáfio de Suinthiliuba:

«+ REQUIEVIT FAMULA
XPI IN PACE SUINTHI
LIUBA SUB MENCE?
NOVENBRES ERA
DCCIII»¹⁰.

Suprimindo todos os pontos de separação de palavras, e corrigindo NOVENBRES para NOVENBRES, Vives introduziria um ponto de interrogação no final da terceira regra. Vale a pena reter, aqui, o breve comentário de Vives ao epitáfio, que em parte justifica a presença desse seu ponto de interrogação:

«Copiada por Bellino, que no sabia una palabra de latín, no merecen ninguna confianza en los detalles las lecturas de Fita o Hübner; seguramente es un disparate debido a Bellino el *sub mence* del v. 3. era DCCIII, Hübner, por distracción sin duda. Año 666»¹¹.

⁹ José Maria de Almeida, «A Ermida da Senhora dos Açores (Celorico da Beira)», *Altitude*, n.º 8, Agosto 1941, p. 14/15.

¹⁰ José Vives, *Inscripciones Cristianas de la España Romana y Visigoda*, 2.ª ed., Barcelona, C.S.I.C., 1969, p. 29, n.º 73. A primeira edição é de 1942.

¹¹ José Vives, *Inscripciones Cristianas de la España Romana y Visigoda*, 2.ª ed., Barcelona, C.S.I.C., 1969, p. 29.

Embora reconhecendo a impossibilidade de a terceira regra estar correcta (o que procurava sublinhar com o ponto de interrogação colocado no seu final), Vives não lhe soube dar outra versão mais coerente. Apenas sublinhava que fora copiada por Albano Bellino, remetendo para o seu pretendido desconhecimento de Latim a responsabilidade da versão defendida por Hübner e pelo Padre Fita nas páginas do Boletim da Real Academia de la Historia¹². Sobre a confiança, ou não, que nos merecem os «detalhes» da leitura de Hübner voltaremos mais adiante. Mas acrescentemos desde já que na edição de 1871 de Hübner, a era está correctamente transcrita («... ERA DCCIII»).

Mais recentemente, foi Adriano Vasco Rodrigues quem voltou a publicar a inscrição de Açores, lendo:

«+ REQUIEVIT . FAMULA .
XP F IN PACE . SUINTHI
LIUBA . SUB MENCE
NOVENBRES . ERA .
DCCIII . »¹³.

Apenas de anotar o erro no início da segunda regra, onde em vez de XPI leu XP F, certamente por confusão com o ponto de separação que se encontra logo após o I de XPI. E, uma vez mais, nenhum sintoma da presença da *hedera*.

Guardamos propositadamente para o fim a versão de Emílio Hübner. Em 1871, Hübner publicaria uma versão da inscrição de Suinthiliuba algo diferente de todas as restantes. Na lição de Hübner o epitáfio de Açores diria:

«+ REQUIEVIT FAMVLA
XPI IN PACE SVINTHI
LIUBA SVB die ... KAL
NOVENBRES ERA
DCCIII»¹⁴.

¹² Vol. 28, Madrid, 1896, p. 269, e vol. 45, Madrid, 1903, p. 142. Não tivemos oportunidade de consultar os artigos do P.º Fita.

¹³ Adriano Vasco Rodrigues, *Celórico da Beira e Linhares. Monografia Histórica e Artística*, s/1, 1979, p. 33-34.

¹⁴ Aemilus Hübner, *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, Berlim, 1871, p. 7, n.º 20.

Suprimidos todos os pontos de separação, corrigido NOVENBRES para NOVEMBRES, ressalta à vista a diferença substancial da terceira regra. Era a estes «detalhes» que se referia Vives, dizendo que não mereciam qualquer confiança. E não teriam?

Estranha a sina do epitáfio de Suinthiliuba que, com tantas leituras propostas desde o longínquo ano de 1632 (e só analisamos algumas delas, sem a pretensão de sermos exaustivos), em nenhuma delas foi correctamente lido. É tempo, pois, de apresentarmos a nossa versão da inscrição de Santa Maria de Açores.

Na sua versão actual, o que se pode lêr na inscrição diz:

+ REQUIEVIT . FAMULA .
XPI . IN PACE . SUINTHI
LIUBA . SUB MENCE .
NOVENBRES . ERA .
DCCIII [hedera]

Sobre XPI um traço horizontal — que não é representado graficamente por dificuldades de composição — anuncia a presença da abreviatura.

Mas esta não era a versão original. São evidentes os sinais de os caracteres terem sido reavivados em época recente, numa acção responsável pela introdução de uma séria de alterações, que passaremos a analisar.

Todos os VV da versão original que apresentavam valor vocálico foram corrigidos para UU. Os vestígios desta alteração são visíveis em todos os caracteres em causa, mas são particularmente perceptíveis, por exemplo, em REQUIEVIT e em SUINTHILIUBA.

O B de SUINTHILIUBA foi visivelmente ampliado na zona inferior, preservando-se ainda o seu traçado original.

Os II de REQUIEVIT e de SUINTHILIUBA receberam pontos, que não tinham na versão original. Por isso, alguns autores tomaram o ponto do segundo I, com que encerra a segunda regra, como ponto de separação, e outros, associando-o com o ponto de separação da primeira regra, pensaram tratar-se de dois pontos de separação. Sendo a mesma palavra, entre SUINTHI e LIUBA não seria possível existir ponto de separação.

A terceira regra sofreu uma alteração mais radical, que não deve ter passado despercebida a Hübner, e que justifica a sua interpretação publicada no IHC, que Vives não compreendeu e apelidou de «detalhe». SUB MENCE diz a versão actual. Mas uma análise mais atenta permite ver que antes de a inscrição ter sido reavivada, no espaço compreendido pela primeira metade do M (entre o traço vertical da esquerda e a primeira haste oblíqua) o que aí estava gravado era um D na sua forma tipicamente

paleocristã. A segunda haste oblíqua é apenas resultante da intervenção moderna, enquanto que a segunda haste vertical, à direita, correspondia a um I. A letra seguinte, o primeiro E de MENCE, já existia no século VII. Portanto, o que no espaço das duas primeiras letras de MENCE estava originalmente gravado era a palavra *DIE*. Entre as letras E e N de MENCE ainda é possível observar um ponto de separação que não foi avivado. Na segunda metade da palavra MENCE, o N mantém-se correctamente gravado, apesar de também ter sido avivado. Mas já o C — anomalia que tantos autores corrigiram para S — não o era na primeira versão da inscrição. O que lá estava era um O, o que também é ainda visível, ao qual se prolongou a parte superior um pouco para a direita, ligando-se a um traço vertical que não existia originalmente. Quanto à última letra desta regra, o E, uma análise minimamente cuidada permite verificar que ele apresenta uma anomalia: tem um traço vertical à direita, onde seria suposto estar aberto, e ainda se consegue perceber um traço oblíquo ligando a parte superior da haste esquerda à parte inferior da haste direita. Assim, não está lá um E mas um símbolo misto resultante da sobreposição de um E e de um N. Mas apesar de hoje ser mais visível o E, na realidade a letra que a epígrafe possuía originalmente era um N. Deste modo, em vez das letras NCE teríamos, na versão original, as letras *NON*, abreviatura de Nonas.

A análise que realizamos — que ilustramos sob a forma de croquis para a parte terminal da terceira regra — permite-nos, graças à interpretação de uma série de pequenos vestígios, proceder à reconstituição do texto original da inscrição de Suintiliuba. A sua lição seria:

+ REQVIEVIT . FAMVLA .
 XPI . IN PACE . SVINTHI
 LIVBA . SVB DIE . NON .
 NOVENBRES . ERA .
 DCCIII [hedera]

Esta parece ser a correcta leitura da inscrição de S.^{ta} Maria de Açores. Suintiliuba morreu, portanto, a 5 de Novembro de 666 (Nonas de Novembro da Era de 704). Não tendo conseguido obter uma leitura integralmente satisfatória, Hübner foi, de todos os autores, aquele que esteve mais perto da verdade. Os seus detalhes mereciam, afinal, alguma confiança ou, pelo menos, alguma atenção.

O epitáfio de St.^a Maria de Açores é um dos muitos exemplos de inscrições que foram reavivadas em épocas mais recentes, e onde essa tentativa de tornar mais legíveis textos delidos acabou por introduzir, nas passagens de textos menos intelegíveis, alterações significativas de con-

teúdo. Curiosamente, este fenómeno de reavivamento de epígrafes, tal como, em certa medida, o de falsificação ou «criação» de inscrições, pode ser circunscrito com relativa segurança no tempo e no contexto cultural. Essas intervenções foram feitas na maior parte das vezes sem a intenção de se retirar daí qualquer tipo de lucro ilícito, mas tão somente para ver aumentado o prestígio de uma construção, cidade ou região, sublinhando a sua antiguidade e filiando-a no prestigiado mundo romano ou no pioneirismo dos primeiros tempos cristãos. Neste sentido, avivam-se e tornam-se mais legíveis inscrições romanas ou paleocristãs, muitas vezes para serem reintegradas em lugar de destaque nos novos edifícios, porque elas garantem um maior prestígio. Uma inscrição medieval não reunia, então, essa condição prestigiante, pelo que na maior parte das vezes foram ignoradas. Mas, por outro lado, não podemos deixar de ter em conta que uma inscrição da Baixa Idade Média era também, na altura, demasiado recente para necessitar de ser reavivada. O mesmo se passa com as falsificações ou a «criação» de inscrições. Os grandes responsáveis por este movimento foram os Humanistas do século XVI, desde autores de tratados históricos com sede de provarem as suas teorias e de apresentarem argumentos irrefutáveis (como André de Resende, autor de várias falsificações sobejamente conhecidas) até simples letrados e homens cultos que pretendiam ter, em suas casas, monumentos tão em voga (o próprio André de Resende seria autor de algumas inscrições que conservava com orgulho nos jardins de sua casa). Mas também aqui só se forjaram epígrafes desde que elas fossem prestigiantes, ou seja, dentro da sensibilidade da época, desde que pertencessem ao mundo clássico ou que, no caso de templos cristãos, comprovassem a antiguidade do local de culto e recuassem a sua origem até aos tempos paleocristãos. Neste sentido, reavivamento e a falsificação de inscrições em Portugal, tal como um pouco por toda a Europa¹⁵, acabaria por se circunscrever sobretudo ao universo epigráfico Clássico e Paleocristão, e muito menos ao Medieval.

No caso de Açores estamos perante um processo típico de reavivamento de uma inscrição. A igreja de St.^a Maria de Açores era, nos alvares da Época Moderna, um centro de peregrinação regional de certa importância, de que encontramos eco no foral de Celorico que D. Manuel I assina em 1512¹⁶. O templo gótico de três naves seria integralmente reconstruído em 1790, pouco antes da publicação do *Elucidário de Viterbo*, tendo este autor tido oportunidade de conhecer ambos os edifícios. Não sabemos em

¹⁵ Cf. Robert Favreau, *Les Inscriptions Médiévales*, Brepols, 1979, pp. 44-45.

¹⁶ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases....*, vol. 1.º, ed. crítica de Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1965, p. 198.

que local do templo gótico se encontrava o epitáfio de Suinthiliuba, mas sabemos que na nova igreja lhe seria reservado espaço na capela-mor, onde ainda hoje se encontra resguardado por arcossólio. O processo de reavivamento do epitáfio de St.^a Maria de Açores deve ter ocorrido nos inícios da Época Moderna, altura em que o Santuário conheceu alguns dos momentos de maior esplendor. Seria por essa altura que o templo paroquial deixaria de estar ao culto, passando a Ermida de Açores a acumular as funções de templo de peregrinação e paroquial. É também o momento em que ela se vê dotada de pinturas atribuídas por alguns autores a Frei Carlos, que espelham o seu sucesso enquanto local de devoção. Deve ter sido por essa altura, no século XVI (seguramente antes de 1632), quando se procurou atribuir um crescente prestígio à ermida, que a inscrição foi reavivada e colocada em local de destaque, levando a que todos os autores que a publicaram se equivocassem na sua leitura.



S V B M E · N O N

Foto da Inscrição de Açores e «croquis» das alterações introduzidas na parte terminal da terceira regra

NOTÍCIAS E RECENSÕES

*Colóquio Internacional «Mémoires Juives d'Espagne et du Portugal»***I — Paris**

Este colóquio internacional realizou-se em Paris na Universidade de Paris IV — Sorbonne, de 14 a 16 de Dezembro de 1992, prosseguindo nos dias 17 e 18 na Universidade de Genebra, tendo sido laureado do programa KALÉIDOSCOPIE da Comissão das Comunidades Europeias (Bruxelas).

A organização foi da responsabilidade de docentes (Esther Benbassa, Aron Rodrigue, Lucie Bolens e Adalbert Giovannini) do Centro de Pesquisas sobre as Civilizações da Europa Moderna e do Instituto de Pesquisas sobre as Civilizações do Ocidente Moderno da Universidade de Paris IV — Sorbonne, das Universidades de Stanford e Genebra e ainda da Comissão Sépharad 92 (Genebra) e da Associação para a Promoção de Estudos sobre o Judaísmo do Oriente e dos Balcãs.

Em Paris, as comunicações estiveram subordinadas aos temas seguintes: «O Sefardismo dos exilados», «A Espanha ao encontro dos seus Judeus», «Memória Marrana e Inquisição», «A Hispanidade na Cultura», «Mundo Sefardita — Mundo Askenasita», «Cidades Sefarditas».

Este abrangente leque temático, aliado a uma organização impecável a todos os níveis, possibilitou a apresentação de uma série de 31 trabalhos originais de alta craveira científica, por docentes e investigadores oriundos de prestigiadas Universidades, Colégios-Universitários e museus, como a Sorbonne, Londres, Berlim, Lausanne, Madrid, Porto (Estado e Portucalense), Clermont-Ferrand, as americanas de Harvard, New York (Estado), Indiana, Arizona, Michigan, com uma natural incidência das Universidades Israelitas, nomeadamente a Universidade Hebraica de Jerusalém, Tel-Aviv, Bar Ilan, Givat Haviva, Yad Tabenkin e Open University; University College (Londres), Franklin and Marshall College, Boston College, Museum de Atenas e Toledo.

Dado o valor das comunicações, aguardamos as respectivas actas para uma revisão crítica mais aprofundada, como merecem.

Gostaríamos apenas de sugerir que mercê do patrocínio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, entre outros, estas Instituições em colóquios deste género poderiam incentivar o uso da língua portuguesa como outra língua oficial, tanto mais que uma grande maioria destes especialistas conhecem o português, necessário para pesquisas deste género.

Elvira Mea

II — Genebra

O ano de 1992 ficou triplamente assinalado como V Centenário do Descobrimento da América, da conquista do reino mouro de Granada e da expulsão dos judeus da Espanha, acontecimentos evocados pelo país vizinho na recente Exposição de Sevilha.

De entre as diversas comemorações centenárias destas efemérides, desejamos prestar alguma atenção ao último dos citados eventos, cujas numerosas evocações no seio das comunidades judaicas tiveram o seu epílogo no colóquio realizado, de forma articulada, em Dezembro de 1992, em Paris e em Genebra, subordinado ao tema comum em epígrafe — *«Memoires juives d'Espagne et du Portugal»*, que só por si traduz uma

certa nostalgia que as comunidades judaicas, descendentes dos judeus expulsos de Espanha, em 1492, e de Portugal, em 1496, sentem da Península, que tão fraternalmente os havia recebido.

Em Genebra, foi desenvolvida a temática tripartida: *os judeus da Península Ibérica, diáspora em terra de Islão e diáspora em terra cristã*.

A Comissão Organizadora quis e não se poupou a esforços para que Portugal estivesse também representado nas actividades científicas desenvolvidas em cada um dos referidos pólos do Colóquio, tendo obtido resposta pronta da Faculdade de Letras do Porto, onde o estudo da história das comunidades judaicas tem merecido a atenção de alguns dos seus docentes. Assim, em Paris, pôde contar com a colaboração dos Profs. Humberto Baquero Moreno e Elvira Azevedo Mea e, em Genebra, com a de José Marques.

Embora não seja este o momento de resumirmos os vastos e minuciosos programas para cada uma destas reuniões científicas, que, globalmente, fizeram a cobertura histórica da diáspora judaica desde os finais do século XV até à actualidade, não deixaremos de mencionar os títulos das comunicações para o efeito elaboradas pelos professores desta Faculdade de Letras, expressamente convidados:

- Humberto Baquero Moreno — *Le problème juif au Portugal après l'expulsion;*
- Elvira Azevedo Mea — *Le Saint Office de Coimbra: un tribunal de judaïsants, au XVI^e siècle. L'Inquisition comme source de la Diaspora.*
- José Marques — *Philippe III d'Espagne (II du Portugal) et l'Inquisition portugaise face au projet du 3.^e pardon général pour les nouveaux-chrétiens portugais, em 1602.*

É desnecessário ocuparmo-nos a descrever a perfeição e o rigor tradicionalmente demonstrados na organização de encontros científicos desta natureza, que, neste caso, não poderiam deixar de ser proporcionados à importância histórica da efeméride.

Mas para além de tudo isso, apraz-nos registar o elevado cunho de isenção e imparcialidade patente nos estudos apresentados e o espírito de fraterno convívio ecuménico que nos foi dado observar, durante os dias de intenso trabalho intelectual, aspectos, aliás, também sublinhados na sessão de encerramento pelo Prof. Adalbert Giovamini, da Universidade de Genebra, e um dos responsáveis pela organização do Colóquio nesta cidade, que conta com uma numerosa e activa comunidade judaica. O facto é de assinalar, mercê do profundo contraste com atitudes bem diferentes a que tivemos oportunidade de assistir, em comemorações da mesma efeméride, em moldes que provocaram o explícito e inequívoco desagrado de conceituados historiadores de origem judaica.

Desta importante reunião científica ficou-nos a impressão de que, se, por um lado, a comemoração do V Centenário da expulsão dos judeus de Espanha atingiu elevado nível científico e constituiu uma oportunidade para as comunidades judaicas da diáspora reforçarem os laços de coesão entre si, por outro, parece evidente que, pelo menos no sector intelectual, alguma coisa está a mudar no contexto do ecumenismo estimulado pelo Vaticano II.

J. Marques

17.º Congresso de Ciencias historicas. Sección Cronológica, vols. I e II Madrid, Comité International des Sciences Historiques, 1992, 1203 p.

Quem já participou em algum dos Congressos Internacionais de Ciências Históricas tem experiência de como é difícil conseguir assistir à exposição e ao debate dos numerosos assuntos de interesse pessoal, apresentados nas diversas sessões simultâneas, nem sempre sendo fácil aperceber-se da verdadeira dimensão do volume de trabalhos e controlar, de forma exaustiva, as novas linhas de pesquisa e as inovações metodológicas submetidas à apreciação dos especialistas presentes. É por isso que o mais importante dessas magnas reuniões são sempre as *actas*, que permitem analisar criticamente as propostas formuladas e nem sempre devidamente apreendidas durante esses dias, úteis pela abundância de contactos estabelecidos.

Publicar as *actas* de um Congresso destas dimensões não é empresa fácil, mesmo que o problema do financiamento esteja previamente resolvido, pois outros obstáculos costumam surgir, a começar pela recuperação integral das comunicações.

Estas notas surgem da recepção dos dois grossos volumes mencionados em epígrafe, referentes à *Secção Cronológica* do 17.º Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Madrid, de 26 de Agosto a 2 de Setembro, de 1990. Com efeito, estes volumes constituem apenas uma parcela da volumosa produção científica a que a realização deste Congresso deu lugar, tendo sido distribuídos com a documentação, antes da sessão inaugural, os dois primeiros.

Como os coordenadores da edição destes volumes esclarecem nas *advertências editoriais*, foi necessário descentralizar a publicação das *actas*, de acordo com as diversas secções, até por razões económicas, acabando a secção de Grandes Temas, dedicados ao *Descobrimento da América pelos europeus e suas conseqüências*, por ser confiada à editorial mexicana «Fundo de Cultura Económica»; a secção denominada *Las megalópolis en la História: aspectos económicos, sociológicos y políticos* deverá ser editada em Londres; por sua vez, parte dos contributos apresentados na secção de Metodologia, sobre *Las concepciones europeas y asiáticas del tiempo en la historiografía* aparecerão no Japão, etc.

Não é viável dar nesta breve nota uma ideia aproximada da vastidão de temas expostos nas diversas secções, nas assembleias das várias Comissões Internacionais integradas no Comité de Ciências Históricas e nas várias mesas-redondas, mas convirá observar que temas como os das *Migrações na América pré-colombina*, *Os sistemas feudais na Ásia*, *O mundo rural e o movimento comunal*, *A modernização do Mundo Árabe*, *A evolução profissional da mulher e o seu estatuto social depois da Revolução Industrial*, *A organização do trabalho, na Idade Média e na Época Moderna*, *As relações entre Judeus, Cristãos e Musulmanos*, etc., dão bem a ideia da riqueza temática da *Secção Cronológica* do Congresso, arquivada nestes volumes de *actas*, aliás, condignamente apresentados.

Anunciada a publicação destes volumes, resta felicitar os seus organizadores — Professores Eloy Benito Ruano e Manuel Espadas Burgos — e formular o voto de que os volumes relativos às outras secções surjam sem demora, permitindo à comunidade dos historiadores — congressistas ou não — analisar os novos rumos de investigação histórica propostos neste Congresso.

SAEZ, Carlos — *Los pergaminos del Archivo Municipal de Alcalá, de Henares. La carpeta I*, Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1990, 215 p.

SAEZ, Carlos — CASTILLO, Antonio — *El fondo medieval del Archivo Municipal de Alcalá de Henares*, Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1992, 163 p.

As duas obras aqui apresentadas, não obstante estarem integradas num programa editorial de *Ensaíos y Documentos*, onde ocupam respectivamente os números 8 e 11, constituem também dos dois primeiros volumes da auspiciosa colecção «Fuentes Medievales Alcaláinas», que o Doutor Carlos Saez, Professor da Universidade de Alcalá, se propõe levar a cabo com o apoio de uma significativa equipa de alunos e docentes por ele coordenada. É, podemos dizê-lo, uma forma de tornar acessível à comunidade de investigadores interessados na história local de Alcalá de Henares e em temas de outras dimensões uma vasta e rica documentação, que permitirá conhecer melhor a realidade histórica, económica e social que circundava esta famosa Universidade. Além do enriquecimento científico e técnico que esta experiência de trabalho proporciona aos colaboradores deste projecto, a publicação desta importante colecção documental não pode deixar de ser considerada como um relevante serviço prestado à comunidade, ávida de conhecer o seu passado colectivo.

O facto de Carlos Saez ser o principal responsável por cada um destes volumes, que nos revelam documentação do Arquivo Municipal de Alcalá, há poucos anos reorganizado e aberto ao público, estimulou-nos a fazermos uma apreciação conjunta, até porque, além de se completarem, obedecem, substancialmente, aos mesmos critérios científicos e técnicos da edição de textos.

Convirá, no entanto, esclarecer que, se a primeira destas obras publica na íntegra quarenta e seis pergaminhos da *carpeta* ou pasta a eles reservada, cobrindo um período cronológico de mais de dois séculos e meio (1252-1536), o segundo ocupa-se de uma selecção de documentos do mesmo arquivo, distribuídos pelo período que decorre entre [1209-1214] e 1513, reservando para futuros volumes outras espécies arquivísticas que, pela sua extensão ou natureza, aconselham a organização de novos volumes autónomos.

A complementariedade destas duas obras está igualmente patente nos respectivos conteúdos. Com efeito, se na segunda predomina a documentação relativa à vida económica do concelho de Alcalá, na primeira depara-se-nos uma grande variedade documental — principalmente régia, episcopal e concelhia — de elevado teor qualitativo, desde *actas* ou deliberações tomadas em Cortes, privilégios e decisões episcopais, cartas régias de privilégios, posturas municipais, etc., etc., fontes do maior interesse para o conveniente esclarecimento da história local desta cidade, internacionalmente conhecida, mercê do reconhecido prestígio da sua antiga Universidade.

Como de início sugerimos, a organização destas colecções documentais, no essencial, resultaram do trabalho conduzido, no âmbito da prática paleográfica, por Carlos Saez, motivo especial suficiente para prender a nossa atenção, tendo verificado, como esperávamos, que, na generalidade, foram respeitadas as normas internacionais em vigor, não obstante alguma inovação na normas de transcrição seguidas para as adaptar ao caso castelhano. Pensámos, no entanto, que, a divisão e numeração das linhas, a não ser em casos especiais, que, eventualmente, as recomendassem ou exigissem, poderiam ser dispensadas, facilitando a leitura e oferecendo vantagens do ponto de vista económico e da simplificação da correcção das provas.

Os sumários destas duas colecções poderiam ter sido enriquecidos com a classificação paleográfica dos documentos, embora feita de forma abreviada.

Porque se trata de uma colecção nascente, valerá a pena optar definitivamente pela uniformização do tipo de letra a usar nos volumes seguintes, evitando perda de qualidade gráfica, idêntica à que se nota no segundo volume em relação ao primeiro.

Propostas estas observações, resta esperar que a equipa coordenada pelo Professor Carlos Saez prossiga este notável e benemérito serviço de publicação integral da documentação do Arquivo Municipal de Alcalá de Henares, em boa hora iniciado.

J. Marques

Livro do Concelho de Pontevedra (1431-1463). Transcripción e estudio por Angel Rodriguez González. Observacións codicolóxicas por Isidoro Millán González-Pardo, Pontevedra, Mureo Provincial, 1989, 349 p.

Libro do Concelho de Santiago (1416-1422). Transcripción e estudio por Angel Rodriguez González coa colaboración de M.^a del Pilar Rodriguez Suárez, Santiago de Compostela, Conselho da Cultura Galega, 1992, 449 p.

D. Ángel Rodriguez González, professor jubilado da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela continua a brindar a cultura galega (e os amigos) com a expressão do seu intenso labor científico e cultural, colocando ao alcance de todos fontes do maior interesse para melhor conhecimento da história da vizinha Galiza, nomeadamente em áreas tão nevrálgicas e sensíveis como são o municipalismo, e os numerosos problemas com ele interconexos, como o urbanismo, a higiene e saúde, habitação, comércio, almotaçaria, fiscalidade, manutenção da ordem pública, marginais, complexas relações de poderes, conservação do património arquitectónico civil, militar e religioso... e tanto outros aspectos que seria inviável enumerá-los nesta breve nota de apresentação.

Com efeito, no espaço de menos de dois anos publicou as obras em epígrafe, cuja importância foi largamente compreendida, respectivamente, pelo Museu de Pontevedra e Conselho da Cultura Galega, que não só disponibilizaram as verbas necessárias para a sua publicação, mas quiseram integrá-las nas suas colecções.

Porque se trata de obras de natureza idêntica, relativas ao século XV e preparadas pelo mesmo professor, pareceu-nos conveniente apresentá-las em conjunto, embora os estudos preliminares do *Livro do Concelho de Pontevedra* sejam mais extensos e enriquecidos com a análise codicológica que permite ter uma visão segura da estrutura da códice transcrito.

Não vamos deter-nos nos estudos da autoria do professor Ángel Rodriguez González — como sempre de clareza meridiana — ele que tão bem conhece a riqueza e importância desta documentação e como tal sabe valorizá-la, nem no exaustivo estudo codicológico. Em trabalhos desta natureza, os críticos de bisturi afiado, podem encontrar sempre um ou outro motivo de reparo: uma abreviatura que não foi resolvida, uma palavra que deveria (segundo o seu critério) começar por maiúscula ou minúscula, um nome que talvez seja apenas uma profissão, etc., podendo ou não ter razão, já que neste diálogo com a obra nem sempre estão claras as razões que levaram o autor a tomar esta ou aquela opção.

Neste caso, a conhecida autoridade e larga experiência do professor D. Ángel Rodriguez González, que teve o cuidado de enriquecer as duas obras com sumários dos

documentos transcritos e índices onomástico, toponímico e de matérias dispensa-nos de enveredarmos por esse delicado caminho.

Em contraposição, consideramos preferível e de maior interesse para os leitores acentuar o real valor da publicação destas vereações municipais de Pontevedra e de Santiago de Compostela, inclusivé para nós portugueses, cuja escassez de vereações medievas é bem conhecida, podendo estas duas fontes ser de grande utilidade para uma história comparada, em múltiplos aspectos.

Por brevidade, limitar-nos-emos a assinalar o interesse linguístico destas fontes, agora que o galego conquistou foros de cidadania, mas as tendências linguísticas estão longe de se esbater e da desejável convergência, apoiada em bases científicas e histórico-linguísticas, em que as colecções documentais dos textos galaico-portugueses ajudarão a seguir os caminhos da diferenciação e os vestígios de pervivência linguística comum nas duas margens do Minho.

J. Marques

CUEVA, Fray Benito de la — *História de los Monasterios e Prioratos anejos a Celanova*, Edición, notas e índices por Maria Teresa González Balasch; introducción por José Ignacio Fernandez de Viana y Vieites, Granada, Servicios de Publicaciones de la Universidade, 1991, 337 p.

Uma compreensível desconfiança em relação a crónicas e monografias da Época Moderna, com relevo para as de proveniência monástica, tem levado a prestar pouca atenção à produção histórica das referidas centúrias. E, na verdade, quem conhece as reservas que merecem certas obras e tem presente a emulação clara ou subjacente à redacção de algumas crónicas monásticas e religiosas não deixará facilmente de encontrar argumentos para reforçar a sua posição.

A situação não é exclusiva de Portugal e na vizinha Espanha parece acontecer o mesmo. As generalizações, no entanto, são perigosas e podem implicar uma grave margem de erro e de injustiça.

Esta realidade é, de certo modo, comprovada por esta obra de Frei Benito de la Cueva, cuja edição foi preparada por Maria Teresa González Balasch e José Ignacio Fernandez de Viana e Vieites, professores de Paleografia e Diplomática, na Universidade de Granada, uma vez que na sua elaboração o autor utilizou abundante documentação.

Esta obra, essencialmente constituída pelo conjunto de monografias, mais ou menos breves dos antigos mosteiros convertidos em priorados do mosteiro de Celanova, não conseguiu ultrapassar radicalmente as características da historiografia seiscientista, e patenteia também a falta de preparação técnica do autor, por exemplo no campo da Paleografia, então, ainda longe de se constituir como ciência autónoma, mas tem o mérito de estar apoiada em largos recursos documentais. É por isso que, embora devendo ser utilizada com precaução e grande sentido crítico, agora que foi divulgada, passará a ser um importante repositório de informações sobre cada uma das comunidades estudadas e para a história do monacato do noroeste peninsular.

J. Marques

Para uma visão global da História Militar. Actas do I Colóquio, promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1990, 258 ps.

A evolução por que tem passado, nas últimas décadas, o ensino da História, sobretudo a nível universitário, mercê de certas correntes, que, não obstante a sua validade, se transformaram em *moda*, foi marginalizando a história política e, qual fruto mais que amadurecido, deixou cair a história militar.

Se o contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial era propício à concretização deste fenómeno no domínio das ciências históricas e à eclosão de novas sendas de investigação, a progressiva obliteração desses dois sectores da História não deixou de constituir um grave empobrecimento cultural, dificultando, por vezes, a conveniente compreensão de outras realidades históricas. Entretanto, nem por isso, deixou de haver desacertos políticos e convulsões bélicas profundamente condenáveis..., acontecimentos de curta ou média duração a que os historiadores não podem voltar as costas por mais trágicos que tenham sido e especialmente porque alguns tiveram efeitos tão desastrosos. Não admira, por isso, que nas áreas geográficas culturais que primeiro abandonaram a história política e militar se haja retomado e vá crescendo o interesse por esses dois campos da investigação histórica, à luz de uma conceptualização moderna, diremos mesmo, actualizada, já que a «história total», de que tanto se fala em contraponto com a estreiteza da excessiva especialização, mutilaria a sua perspectiva globalizante se continuasse a excluir as vertentes política e militar.

É neste sentido de recuperação que se deve entender o resultado conjunto deste I Colóquio, promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, aliás, subordinado ao título «*Para uma visão global da História Militar*».

Do conteúdo destas *Actas*, agora acessível a todos os interessados, importará salientar a sua amplitude temática, que perpassa pelos problemas de natureza historiográfica e das respectivas fontes, pela estratégia em épocas remotas e mais recentes e sua evolução na sequência das novas técnicas e tecnologias, e ainda pelo relacionamento com a Igreja e com as ideologias políticas dos dois últimos séculos, até às delicadas problemáticas inerentes à Instituição Militar na actualidade e suas perspectivas para o futuro. Quer dizer: a História Militar está a recuperar dimensão e dignidade culturais, que a tornam atraente e indispensável no quadro das Ciências Históricas, não sendo difícil prever que, em breve, as Universidades a inscreverão no elenco das suas disciplinas opcionais e dos seminários de Mestrado.

Por tudo isto, é desejável que as *Actas* deste I Colóquio sobre História Militar e de outros futuros sejam convenientemente divulgadas, o que, infelizmente não é corrente com importantes publicações de procedência militar.

J. Marques

VALLECILLO TEODORO, Miguel Angel — *Arte religioso en Olivenza*, Badajoz, Diputación Provincial, 1991, 198 p.

A quem conhece a história da antiga vila portuguesa e agora cidade espanhola de Olivença não passam despercebidos o orgulho e a estima com que os oliventinos falam do passado português, visível na riqueza e profusão dos seus monumentos, testemunhos perenes, sobretudo, dos períodos gótico, manuelino e barroco e no interesse com que se dedicam à sua preservação e, mais recentemente, ao estudo sistemático da língua portuguesa.

Na verdade, o que de mais nobre há nesta cidade é obra dos portugueses, começando no alcácer do antigo castelo, cujas muralhas foram substituídas pelas da época da Restauração, e prosseguindo pelas igrejas e capelas, com relevo para as de S.^{ta} Maria do Castelo, S.^{ta} Maria Madalena, da Misericórdia, etc.

É precisamente a profusão e riqueza artística aí criada pelos portugueses que Miguel Ángel Vallecillo Teodoro nos apresenta numa visão de conjunto, nesta obra que constituiu a sua dissertação de licenciatura, elaborada sob a orientação do professor D. Román Hernandez Nieves, que nos chegou pela mão do Dr. Alfonso Limpo.

Não é nossa intenção proceder a uma análise crítica da obra, oportunamente apreciada por mestres competentes, nem disporíamos de espaço suficiente para tal. Desejamos, contudo, dar a conhecer entre nós esta obra, que, na medida do possível, o autor procurou levantar sobre dados arquivísticos seguros, parcialmente publicados em apêndice.

Desde o gótico ao manuelino, renascença e barroco, aqui se encontram magníficos exemplares a reclamarem uma visita dos portugueses apreciadores da arte que os nossos maiores aí produziram. E se os cultores da arte manuelina têm como principal motivo de atracção a igreja de S.^{ta} Maria Madalena, não faltam também os grandiosos retábulos, escultura e azulejaria barrocos da igreja da Misericórdia, a talha retabular e a excelente árvore de Jessé de S.^{ta} Maria do Castelo, que escapou ao inventário do malgrado Prof. Flávio Gonçalves.

E gostaríamos de referir que a par destes exemplares da arte portuguesa olivenzina, há outros repositórios artísticos, que são os conventos na roda do tempo levantados dentro dos muros desta antiga vila alentejana, que não poderemos nem queremos silenciar.

Feita esta chamada de atenção para uma obra sobre História da Arte Portuguesa, em Olivença, actualmente sob domínio espanhol, para além do que o sentido crítico dos especialistas na matéria possa acrescentar, gostaríamos de exprimir o desejo de que esta obra, feitos eventuais retoques de pormenor, apareça, um dia, em adequado formato de impacto comercial e profusamente ilustrada a cores, que a qualidade dos monumentos e obras de arte dos seus interiores bem justificam tal investimento.

J. Marques

«Ruta Cicloturística del Romanico Internacional», Pontevedra, IX, 1991; X, 1992.

Esta revista, órgão da *Fundação Cultural Rutas del Románico*, fundada e dirigida por José António Rodríguez Mouríño, embora não se apresente com pretensões de nível superior, conta com a colaboração de vários docente universitários espanhóis, que muito a valorizam.

O seu objectivo primário é a divulgação do conhecimento da arte românica, mediante a realização frequente de visitas de estudo por caravanas de cicloturistas, que periodicamente vão concretizando o seu projecto, subordinado à divisa «*Per ludum ad bonarum artium studia*», isto é, «pelo desporto (neste caso, o *ciclismo*) à cultura». Grande parte de cada um deste volumes é preparada pelos membros desta comitiva que, *in loco*, desenham integralmente os monumentos visitados ou recolhem os elementos fundamentais para desenho ulterior, sem descurar a recolha de informações bibliográficas. Desta forma, além do conhecimento directo adquirido pelos participantes e da

difusão desta arte, valoriza-se o aspecto pedagógico, urgindo salientar a divulgação que faz de outros aspectos e agentes culturais da região com mais dificuldades de se darem a conhecer convenientemente, contribuindo, assim, para se afirmarem junto de um público mais vasto, ocupando um lugar privilegiado, neste aspecto, a música coral, representada pelos coros «Ultreia», que tanto tem divulgado o canto gregoriano, «El Eco» com cento e dez anos de existência, «San José», a orquestra de câmara «Boa Vila», etc.

A nota de internacionalidade salientada no título desta publicação periódica não reside apenas no facto de incluir também o vizinho românico português, pois o propósito de que o seu conteúdo ultrapasse as fronteiras com Portugal e as pirenaicas é notórios nos resumos em inglês, francês, alemão, italiano e português apostos aos diversos artigos científicos.

Há ainda uma outra nota que nos apraz registar e que não é comum em revistas científicas, nem predominantemente de divulgação. Referimo-nos às páginas finais em Braille, destinadas a invisuais, iniciativa digna do maior aplauso, que fica como desafio dirigido, em especial, aos responsáveis por publicações pagas com dinheiros públicos.

Às suas características de órgão difusor de cultura, temos de associar o facto de a sua distribuição ser gratuita, mercê das disponibilidades da Fundação que a organiza e de apoios veiculados pela publicidade.

Em suma: iniciativa digna de aplauso.

J. Marques

Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento com a colaboração de Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, 109 p.

Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário da viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento com a colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, 109 p.

Estava este volume prestes a entrar na máquina, quando o correio nos trouxe as obras em epígrafe, respectivamente, n.ºs 5 e 6 da Coleção «Medievalia» das Edições Cosmos, que, não obstante a falta de tempo para a apreciação atenta e minuciosa exigida por trabalhos desta natureza, não quisemos deixar de apresentar sumariamente.

Na verdade, as fontes documentais, literárias ou quaisquer outras devem merecer a preferência do investigador, até para evitar os deslizes para interpretações fantasistas que, por vezes, pouco ou nada tem a ver com a essência do objecto do seu conteúdo.

Dadas a estrutura e a natureza temática destas obras e a coincidência de o responsável pela edição dos textos latinos e das traduções ser o mesmo, decidimos proceder à sua apresentação conjunta, observando, desde já, que à pluralidade dos contratos matrimoniais reunidos na primeira destas obras se contrapõe o facto de a segunda ser integralmente constituída pelo relato da viagem dos embaixadores do imperador Frederico III, até Lisboa, para assistirem aos seus esponsais com a Princesa D. Leonor, irmã de D. Afonso V, que, a seguir, conduziriam à Itália.

Não vamos entrar na análise dos conteúdos destas obras, aliás acessíveis a qualquer leitor na versão portuguesa, mas consideramos oportuno acentuar o interesse

dos breves estudos introdutórios, da autoria de Aires A. Nascimento, que muito as enriquecem. Com efeito, no primeiro, atinente a *Princesas de Portugal*, o autor, além de valorizar os textos diplomáticos pelas possibilidades que oferecem de integração, dentro de certos parâmetros, num outro nível de *leitura*, superior à da mera funcionalidade jurídico-política-administrativa, ocupa-se da posição dos notários no plano da elaboração dos textos e da comunicação entre os outorgantes, abordando também, de passagem, os delicados e discutidos problemas da transcrição paleográfica, encarando-os, obviamente, na perspectiva do filólogo, etc., enquanto o segundo, relativo a *Leonor de Portugal*, tem como núcleo central o problema da reconstituição do texto, a partir do confronto do manuscrito de Viena com o manuscrito da British Library e com o texto impresso em 1503.

E se esta sumarássima enumeração de problemas basta para sobrelevar a importância destas duas publicações, que põem ao alcance dos investigadores dos séculos XV e XVI documentos para alguns inacessíveis nos originais latinos, não será demais declarar que o responsável pelas edições e as suas colaboradoras, bem como a Editorial Cosmos são credores de uma palavra de gratidão e de aplauso colectivo.

Embora as edições de fontes, sobretudo quando se apresentam de forma credível, pelo cunho de perenidade que lhes está subjacente se imponham e sejam de saudar e de estimular, face à galopante incapacidade de acesso directo a tais fontes, obrigam também a verberar a irresponsabilidade com que certas reformas curriculares, ao abolirem a obrigatoriedade do estudo do latim ao nível dos 10.º ao 12.º anos do ensino complementar, fecharam aos alunos as possibilidades de acesso não só ao conhecimento científico da génese e evolução da língua portuguesa, mas também da fácil aprendizagem da Paleografia e da Diplomática, da Epigrafia e Numismática, vedando-lhes, ao mesmo tempo, imensas potencialidades de futura investigação em períodos históricos anteriores aos finais do século XIII.

Só quem diariamente contacta com alunos de História e das áreas acima referidas (para não falar dos de Português-Francês, Filosofia e Direito) se apercebe como eles se sentem «traídos» por não lhes terem sido ministrados, no terceiro ciclo do ensino secundário, as bases da língua latina que tão úteis lhes haveriam de ser no futuro. Bem sabemos que há algumas escolas secundárias onde os docentes vão alertando os alunos para as vantagens de se inscreverem na disciplina de latim, de acordo com certas áreas do Ensino Superior, que pretendem seguir. Aí está uma correcta acção pedagógica, de que tais docentes nem sequer imaginam quão gratos lhes ficaram os alunos que seguiram a sua prudente orientação!

Pelo alcance cultural e científico que estas duas obras assumem face à generalizada e progressiva ignorância do latim, reiteramos o nosso aplauso ao Professor Aires A. Nascimento, extensivo às suas colaboradoras, à Presidência da Comissão Feminina, a quem cabe o mérito das encomendas, à Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses pelo patrocínio, e à Cosmos, que as integrou na sua jovem colecção «Medievalia».

J. Marques

La Première Communion. Quatre siècles d'histoire, sous la direction de Jean Delumeau, Paris, Desclée de Brouwer, 1987, 315 p.

É já um lugar-comum afirmar-se que a história nova trouxe à investigação um leque sugestivo de objectos diferentes. Trata-se do resultado da fecundidade imaginativa do historiador continuamente interessado em alargar o horizonte do passado cujo conhecimento importa cada vez mais desvendar e aprofundar.

Para preencher a lacuna, já apontada por Lucien Febvre em 1932, de uma história da Primeira Comunhão em França, surpreendente dada a sua importância e tradição na vida religiosa do país, ainda que a Idade Média a desconhecesse. Foi preciso esperar mais de meio século sobre o reparo, para surgir a iniciativa destinada à sua elaboração. Coube a uma equipa de investigadores do Seminário de Jean Delumeau, Professor do Collège de France, lançar mãos à obra.

Trabalho colectivo, pois, mas marcado por três preocupações originais: a da visão externa do acto festivo na ficção e no testemunho dos que vieram a deixar o cristianismo; a da colaboração pedida a historiadores protestantes; a da amostragem iconográfica do piedoso acontecimento, aliás pertinentemente documentado com belas e elucidativas ilustrações. Jean Delumeau, que assina o tão informativo prefácio, se nele traça magistralmente a orientação metodológica seguida e os objectivos visados, recusa-se a transformar o posfácio num repositório de conclusões. Na verdade, entende que estas devem os leitores tirá-las, pertencendo aos historiadores reunir «dossiers» cientificamente válidos para se conhecer e assinalar o passado.

No caso presente, chama ainda a atenção para as convergências entre a comunhão-profissão de fé dos católicos e a confirmação-comunhão dos protestantes reformados.

Como toda a obra colectiva, se a homogeneização do texto fica, forçosamente, a perder, ganha a variedade das análises, embora venham ao de cima as diferenças de valia. A panorâmica resultante de tão sugestivo inquérito histórico permite-nos descobrir o aparecimento desta prática religiosa, inexistente até ao século XV, e o papel que veio a ter na vida social setecentista; a sua representação iconográfica e a função da imagem na relação significante-significado; a separação ocorrida entre comunhão particular e comunhão solene, hoje mais rito de passagem, festa familiar e da comunidade paroquial e transição para o domínio da profissão de fé, como compromisso no serviço da igreja; o lugar ocupado dentro da tradição luterana no protestantismo reformado novecentista.

Pela novidade do tema, por fim tratado numa dimensão historiográfica de absoluto rigor científico, a pedir continuidade de investigação e outros desenvolvimentos, é a leitura desta obra de indiscutível interesse.

João Francisco Marques

CHIRON, Yves — *Edmund Burke et la Révolution Française*, Paris, Téqui, 1987, 189 p.

É conhecida a influência de Edmund Burke (1729-1797) no pensamento contra-revolucionário europeu, para se rodearem de interesse ensaios na linha do de Yves Chiron, premiado pela Academia Francesa. Sabe-se, ainda, que Burke principiou a escrever o seu virulento panfleto, *Reflections on the Revolution in France*, em 1790, que

seria considerado uma das análises mais penetrantes sobre o famigerado processo revolucionário que marcou a história do mundo.

Irlandês, anglicano, conservador e humanista, Burke traçou uma visão catastrófica da Revolução de 89, numa reacção imediata e apaixonada aos acontecimentos que via desenrolarem-se, fulminando-os com uma condenação radical através da refutação dos princípios e ideias defendidos.

Estruturado em três partes, o ensaio de Chiron estuda sucessivamente o perfil do polemista como serventário do Estado e parlamentar; como opositor intransigente dos proclamados objectivos da Revolução Francesa; e, por fim, mentor destacado do doutrinarismo contra-revolucionário.

A história considerava-a o espelho mais acabado da complexidade humana. Por isso, fazia uma ligação constante entre o passado e o presente. Em sua condição de jornalista, tivera oportunidade de acompanhar criticamente a política da Inglaterra na questão irlandesa em que entendia dever solucionar-se o problema dos católicos não pelos abstractos direitos do homem, mas pela legitimidade que lhe conferem as considerações tecidas sobre o bem comum. Por sua vez, o caso específico da América leva-o a escrever o primeiro panfleto político onde defende um ideário assente na apologia da propriedade privada, fonte da iniciativa empresarial e da liberdade do comércio, o que lhe valeu a admiração de Adam Smith. O conhecimento, porém, que tinha da França, em que esteve por três vezes, permitira-lhe ajuizar acerca das jornadas revolucionárias que destruíram as instituições vigentes.

É assim levado a redigir as *Reflections* que logo tiveram um sucesso assinalável, a ponto de se esgotarem em Paris, onde uma tradução aparece nos fins de Novembro de 1790, em dois meses 10 mil exemplares, difundindo-se largamente no estrangeiro.

Filósofo da contra-revolução, Chiron lembra a influência que exerceu sobre Joseph de Maistre, Bonald e, mais tarde, Charles Maurras.

Apoiando-se não nos teóricos direitos do homem (*rights of man*), aliás nunca em rigor respeitados, mas nos direitos dos homens (*rights of men*), assegurava que só estes tinham em conta o quadro real e presente da sociedade. Embora marcado pelo iluminismo setecentista, sublinha Chiron com argúcia, Burke repudiou o homem novo, o «bom selvagem», tal como os filósofos enciclopedistas o viam, defendendo que a razão do indivíduo importava ser guiada ou, ao menos, apoiada pela religião e pelo poder constituído, que era de origem sagrada e cuja autoridade tinha por modelo a fraternidade divina e devia agir conforme as realidades concretas oferecidas. A história, como mestra da vida e da política, proporcionava lições através dos erros cometidos e males suportados pela humanidade. Aliás, como assinala Chiron, o tema da relação entre a natureza, a razão e a história viria a ser um dos mais debatidos no século XIX. Analista, mais do que doutrinador, Burke não foi apologista de um liberalismo de direita, como pretendia certa historiografia das ideias políticas e, se alinhou na corrente teocrática, não defendeu o laicismo do Estado.

Acessível e penetrante, o estudo de Yves Chiron, dada a riqueza de análise, acaba por ser, ainda, uma sugestiva e útil introdução à obra de Edmund Burke.

João Francisco Marques

CHAUNU, Pierre — *L'apologie par l'histoire*, Paris, O.E.I.L./Téqui, 1988, 618 p.

Pierre Chaunu é autor de uma vasta obra historiográfica que reflecte a fecunda actividade do investigador, do mestre universitário, do colaborador da imprensa especializada e periódica. Em *Apologie par l'histoire* faz questão de assinalar que tem necessidade de escrever por uma espécie de higiene mental. É isso que marca esta dedicação plena ao mister que lhe consome a vida e se transforma em paixão. Dezenas de anos antes, em título quase similar, «Apologie pour l'histoire», legou Marc Bloch um testemunho logo tornado célebre acerca da utilidade da história. Nesta sua obra Pierre Chaunu sublinha que o move a defesa de tudo o que, para si, dá sentido à história e, na circunstância, dos valores da herança judeo-cristã, pagã, greco-romana e semito-cristã.

São seis centenas de páginas onde reuniu perto de dois anos de contacto assíduo com um público que o lê e escuta. Melhor: acabam por ser 156 textos, entre artigos, entrevistas, intervenções diversas e escritos inéditos, datados mais propriamente de Abril de 1985 a Fevereiro de 1987. O pretexto, para além dessa bulimia de comunicar é a luta em prol da verdade e a extroversão febril de convicções, em que o homem religioso leva vantagem. Por educação, confessa, coerência e prática universitária, sente-se impelido a conciliar a tradição cultural judeo-cristã com a perspectiva iluminista.

A sistematização de escritos tão heterogêneos é feita através de um tríplice propósito apologético: defesa pelo «Sentido», sem necessariamente atingir a veemência; defesa pela «Continuidade» na convicção, porém, de que a história também é ruptura; defesa pela «Continuidade da Vida», aspecto mais difícil ante o duplo risco da implosão do mundo industrial, com ameaça para a sobrevivência da parte mais rica e inteligente da humanidade, e do declínio da informação global no seio do universo. Prestes a perfazer 70 anos, Chaunu continua fiel ao que o levou a enveredar pela história: conhecer e explorar o que há de apaixonante no passado humano.

A maioria dos textos compilados é resultante da leitura e reflexão de obras, que se iam publicando, ao menos pelo interesse do tema e originalidade da investigação. Motivaram-no, ainda, certos acontecimentos ou notícias de impacto, veiculados pelos meios de comunicação social, em que o historiador, o pedagogo e o pregador evangélico encontrou razões imperiosas para um comentário doutrinário. Contemplado com o prémio Europa «Litterature/Histoire 1988», *Apologie par l'histoire* é, por tudo, um belo repositório e penetrante conta-corrente de autores e obras contemporâneas, de sugestões e análises pertinentes, de confissões e testemunhos, reveladores de um historiador vivo, de um cronista atento e de um interventor apaixonado pelo que lê, escuta e observa. Em suma: pela história que se faz e escreve.

João Francisco Marques

HILPISCH, Dom Stephanus — *Histoire du Monachisme Benedictin*, traduit de l'allemand par E. de Solms, O.S.B., Paris, Téqui, 1989, 421 p.

Aparecida em 1929, a obra do alemão Stephanus Hilpisch é uma síntese histórica que pretende abranger milénio e meio de monaquismo beneditino na multiplicidade de seus mosteiros, reformas e personalidades marcantes, bem como na vastidão da sua actividade religiosa, missionária e cultural, desde as origens até aos inícios do século

presente. Projecto arrojado, sem dúvida, mesmo deixando deliberadamente por tratar o ramo feminino da antiga e tão prestigiada ordem.

O processo narrativo utilizado, que a versão francesa deixa fluir numa linguagem corrente, facilita a leitura e vai ao encontro da finalidade divulgativa da obra, acabando mesmo por sentirmos que o pendor crítico cede ao panegírico. O Autor tem consciência da amplitude da empresa, a ponto de rotular o trabalho de tentativa, dada a superabundância da matéria a historiar. E atribui a raiz das dificuldades ao facto da autonomia usufruída por cada mosteiro, concedida pela primitiva regra de S. Bento, ser de tal natureza que a história do monaquismo beneditino resulta, em grande parte, na história dos seus mosteiros. Mas, embora reduzidas ao mínimo, não se esquivam a apresentar referências bibliográficas que atestam a seriedade científica com que foi elaborado o texto, bem estruturado aliás, ao gosto da historiografia germânica.

Estendendo-se por uma introdução e quatro partes, detém-se na génese do monaquismo, para se espriar a seguir no aparecimento da ordem beneditina e sua difusão, na época dos dois mosteiros cabeças, Cluny e Cister, e da reforma da congregação antes de Trento, e, por fim, na restauração. O livro termina no primeiro quartel do século XX, em virtude da morte do Autor. Como este afirma, o que deixa por abordar mereceria bem mais um volume. Na verdade, a penetração na América dos beneditinos pode comparar-se à missão evangelizadora que efectuaram na Europa medieval. E mais avulta ainda se lhes juntarmos a desenvolvida em outras regiões do mundo, inclusivé em países africanos, onde muito faz na educação da juventude e cultivo da terra, através de fundações modestas, porém adaptadas a novas mentalidades. De notar que não faltam sequer menções a Portugal e ao Brasil, podendo alargar-se até nós o interesse pela leitura desta obra.

João Francisco Marques

DELATOUCHE, Raymond — *La Chretiente Medievale*. Um Modele de Developpement, préfaces de Regine Pernoud et Jean Gimpel, Paris, Téqui, 1989, 222 p.

Numa altura em que o termo e noção de «desenvolvimento» irrompem em força no vocabulário da política mundial pós-moderna, justifica-se a publicação de obras de perfil histórico concebidas como a presente. O Autor, de formação académica arquivista-paleógrafo, é especialista em temas económicos e sociais da Idade Média, em França havendo subscrito já, com Roger Grand, Regine Pernoud e Jean Gimpel, trabalhos de inegável valia.

Poderá a cristandade medieva ser tomada como modelo de desenvolvimento, ao menos em seu último século, dada a expansão agrícola e o aumento populacional então registados? Eis a questão a que se procura responder através de um inquérito historiográfico, conduzido com mestria, ao longo de doze séculos, dentro de uma análise comparativa de singular acuidade. A sociedade medieval, que se desenvolveu segundo um paradigma de relações solidárias, de criação de excedentes, de economia de mercado e livre concorrência, tem a cimentá-la valores religiosos que a ajudaram a crescer humana e culturalmente. A catedral surge assim, no horizonte urbano, como «suma e cume», pautando uma harmonia colectiva, a caminhar na paz. Insistência, talvez, algo idílica do Autor que pretende ver projectados na simbólica estrutura deste edifício sagrado, na vertical o povo e suas ocupações e, na horizontal, a síntese da religião que a cimenta e instrui. Daí, o passado não esclarecer só o presente, mas propor-

-Ihe também directivas que poderão evitar às gerações futuras os percursos inúteis e os caminhos ruinosos. Sublinha-se que as reflexões moralistas disseminadas pela obra não obscurecem a fundamentação da tese defendida, por apoiada em rigorosa base histórica. Assunto, de resto, actual a deste aliciante ensaio onde se faz uma apologia da agricultura como factor primeiro da economia mundial.

João Francisco Marques

COLETTI, Vittorio — *L' éloquence de la chaire*. Victoires et défaites du latin entre Morfen Age et Renaissance, traduit de l'italien par Silvano Serventi, Paris, Les Éditions du Cerf, 1987, 245 p.

Pregar é comunicar oralmente uma mensagem religiosa em ordem a obter a adesão dos ouvintes a quem o orador sacro se dirige. O suporte verbal da mensagem é a língua falada. O catolicismo, sendo uma religião do livro, é reconhecidamente também um facto de linguagem. Mas, se a igreja romana utilizou, desde início, o latim como língua sagrada, em que fora vestida a Sagrada Escritura e era empregue na liturgia, como seria possível atingir a massa dos fiéis, gente rústica e inculca, levando-a a uma compreensão da doutrina cristã e à participação no ritual, através do entendimento do sentido dos textos, sem o recurso à língua vulgar usada no quotidiano? Eis o ponto de partida para a análise histórica que intentou Vittorio Coletti, historiador da língua, na presente obra em que estuda o papel da pregação em língua vulgar, mostrando como esta acaba por veicular uma expressão mais complexa do que a exigida pelo simples uso corrente. Defende mesmo que, se é certo que a laicização do mundo e da cultura se torna um factor decisivo para a causa da língua vulgar, suscitando a reacção dos eclesiásticos, será forçoso admitir que os sinais mais evidentes de uma aproximação nova entre a cultura e a língua aparecem primeiramente no universo religioso, a ponto de ultrapassar os preconceitos que entravam a afirmação do idioma nacional.

O subtítulo da obra esclarece o caminho seguido neste inquérito histórico intentado pelo Autor: «Vitórias e derrotas do latim entre a Idade Média e a Renascença». No contexto desta longa duração, que se estende do século XII ao XVI, onde as vicissitudes concretas capazes de influir na evolução da língua acabam por ser não apenas as linguísticas, mas também as culturais, sociais e pedagógicas, no diálogo entre as instituições e a população, assiste-se ao embate que o latim sofreu das línguas locais e do próprio lugar, tendo a pregação desempenhado um papel privilegiado. De realçar a atenção dada: aos heréticos na imposição da língua vulgar à igreja, através da polémica levantada com a hierarquia eclesiástica ao apelarem para uma nova moral que acatasse os princípios fundamentais de uma cultura cristã; ao período da recuperação católica em que, ao menos a partir do século XIV, mercê da pregação, a igreja romana se abre aos idiomas nacionais, tanto pela necessidade sentida de verter em língua vulgar as orações mas de utilizá-la, também, nos textos místicos e intimistas, como os de Santa Catarina de Sena, e nas criações literárias e para-literárias de inspiração religiosa; à recuperação que, durante um século, em particular o século XIV, a cultura laica italiana decididamente humanista faz, tornando-se a língua cultural por excelência e o instrumento privilegiado de uma reflexão moderna; ao emprego da língua vulgar na instrução religiosa antes do Concílio de Trento que levou este a debruçar-se sobre as traduções da Bíblia e a sua penetração na liturgia. A intensificação da pregação aos fiéis acabará

então por ser o único domínio aberto à língua vulgar eclesiástica que nos últimos decênios do século XVI adquirirá uma extensão cada vez maior. E é assim que se vê o sermão perder a sua finalidade didáctica para se converter em manifestação de arte oratória, passando o «ensinar» a ser dominado plenamente pelo «deleitar».

A investigação a que a elaboração desta obra conduziu o Autor, aliás de escrupuloso rigor científico, a clareza expositiva, profundidade e riqueza de conteúdo tornam-na numa referência indispensável para o estudo das relações entre a religião e a língua, nomeadamente através da oratória sacra italiana da Idade Média à Renascença.

João Francisco Marques

CASSIRER, Ernest — *L'Idée de l'Histoire*, les inédits de Yale et autres écrits d'exil, presentation, traduction et notes par Fabien Capeillères (traduction avec collaboration d'Isabelle Thomas), Paris, Les Éditions du Cerf, 1988, XXXV — 227 p.

Não resta dúvida que a reflexão epistemológica sobre a história, como realidade e conhecimento, desperta natural interesse, se proveniente de um filósofo. E sobretudo se ele se apresenta com a envergadura de Ernest Cassirer, nome justamente célebre da cultura contemporânea. Falecido em 1945, legou-nos uma ampla bibliografia, para o que a docência universitária muito contribuiu. Ficaram, no entanto, em seu espólio textos por publicar. O livro *L'Idée de l'Histoire* reúne os denominados inéditos de Yale e outros escritos, aliás já publicados, numa compilação de Fabien Capeillères que subscreve a apresentação e tradução, oferecendo aos leitores interessados um trabalho de grande mérito. Cassirer, cujos estudos acerca das formas simbólicas são singularmente criativos, debruçara-se, tomando uma directiva epistemológica, no IV tomo do «Problema do Conhecimento» terminado em 1941, sobre o problema da constituição do saber histórico. Três anos volvidos, volta a reflectir acerca da história para inseri-la, e desta vez expressamente, no sistema da sua filosofia das formas simbólicas. Constata, porém, com pertinência o apresentador que não se trata de textos escritos para especialistas, mas para estudantes e historiadores. Daí o seu carácter propedêutico.

Os cinco primeiros tratam mais do lado teórico da filosofia da história, a partir da perspectiva do idealismo crítico, sem deixar, contudo, de pôr em evidência o seu lado prático. Os restantes cinco incidem, no âmbito da filosofia da cultura, sobre a filosofia da história, desde o século XV até ao contributo hegeliano. Atente-se, no entanto, que no centro do pensamento filosófico de Cassirer está sempre o homem, o ser concreto e não o ente transcendental. Entende-se assim que o vector dominante da sua ideia de história seja a vida do homem no seu percurso temporal em ordem à liberdade, o que trai obviamente a influência exercida por Hegel. Assim a opinião de que não há história senão a humana, e não só por serem os homens que a constroem, mas também porque todos os domínios da história agravitarem em seu redor. A própria história da história revela que a função desta é levar ao conhecimento, que não as restantes formas simbólicas, como a linguagem, o mito, a religião. O que se não descobre sem se tentar aprofundar a sua respectiva evolução histórica. E se o conhecimento histórico pode reivindicar uma especificidade e cientificidade, deve rejeitar e separar-se do mito e assumir a lógica que respeita às leis formais, aceites por todo o cientista, porque comum a todas as ciências. Será ainda de sublinhar que textos como os referentes à filosofia da história, ao conceito da história durante o Renascimento, à génese da teoria da história

no século XVII, com Descartes, Leibniz e Vico, e a filosofia kantiana da história, são páginas de uma profundidade e riqueza de perspectivas para reflexão e debate. a sublinhar o pendor teórico de um grande filósofo e epistemólogo e a justificar a leitura atenta desta obra densa por quantos se interessam pela história.

João Francisco Marques

TACKETT, Timothy — *La Révolution, l'Église, la France*, préface de Michel Vovelle, posface de Claude Langlois, traduit de l'américain par Alain Spess, Paris, Les Éditions du Cerf, 1986, 485 p.

O processo de viragem radical que, na França católica, o desencadear dos acontecimentos marcantes da Revolução de 1789 provocou, obviamente havia de atingir o clero, esteio da sociedade do Antigo Regime. A Constituição Civil, tornada objecto polémico para os defensores do estatuto tradicional privilegiado de todo o corpo eclesiástico e interesses da igreja, envolveria também problemas de consciência para seus ministros, factores suficientes de gerarem a confrontação aberta com a nova ordem imposta e o poder político emergente, imbuídos de laicismo e provocadores de ruptura. O juramento de 1791 seria um pretexto decisivo.

Para a historiografia sobre a Revolução Francesa que, dois séculos volvidos, não cessa de crescer, a obra presente do americano Timothy Tackett é contributo importante para o esclarecimento da temática em causa. Michel Vovelle, com a autoridade que lhe assiste, aponta-a como destinada a fazer data e a passar a ser de obrigatória referência. O abate sangrento da monarquia legitimista, garante do velho estatuto sociológico, forçava a corporação eclesiástica a lançar-se na empresa da sua imediata reorganização que passava pela inevitável mudança de mentalidades. O juramento exigido ao clero, se referendava por arrastamento a nova constituição, só legitimaria, porém, a sua aceitação se o compromisso fosse firmado em liberdade. Na circunstância, contudo, ele conotava-se com o assentimento tácito a uma política anti-clerical e anti-católica. O terreno do embate era, pois, à partida escaldantemente polémico e seria propício à clivagem crescente entre o progressismo católico e o conservadorismo imobilizador. Eis por que a impugnação do acto prescrito se tornaria num acontecimento-chave. Em período de radicais mudanças, tornou pertinente a relação entre a opinião pública e o comportamento social dos responsáveis pela comunidade. Aceita-se assim que um dos campos essenciais desta análise seja a região, através da leitura propícia à quantificação dos padres que aceitaram ou repudiaram o juramento e à ligação dialéctica com as opiniões dos leigos que pastoreavam. Pode ver-se, defacto, no estudo de Tackett que a influência de certos ministros sagrados e paroquianos se inscreve na linha das vantagens recíprocas, face à aceitação ou rejeição do juramento, tanto na esfera material como psicológica. Os novos curas, assaltados pelo temor de futura insegurança, e os leigos pela perda da autoridade política e influência actuam em conformidade. O contraste cidade-campo é, por isso, natural.

De notar que o «corpus» documental utilizado se baseia nos levantamentos, publicados ou inéditos, feitos pacientemente no decurso dos cem últimos anos. A análise intentada estrutura-se através do estabelecimento da metodologia seguida e do contexto histórico da posição concreta perfilhada pelo clero perante a exigência do juramento e da opinião generalizada dos franceses ante o mesmo. Chega o Autor, desta forma, a conclusões pertinentes que vão desde a constatação de que as tendências opostas verificadas entre o clero estariam ligadas ao modelo de padre «tridentino» e

«cidadão» e à mudança decisiva operada que alterou a face da França.

De facto, esta análise mostra a bipartição do país em clerical e anti-clerical que perduraria até ao nosso tempo, permitindo a verificação de que a cartografia da reacção eclesiástica é semelhante à da prática religiosa nos meados do século XX e mesmo convergente com a geografia política.

Trabalho de fôlego histórico-sociológico, baseado na ponderação do elemento quantitativo para melhor objectivação e dimensionamento tipológico, a nível do espaço rural e urbano, das pirâmides etárias e das origens familiares dos eclesiásticos, a obra de Timothy Rackett é um valioso e lapidar estudo monográfico que abre sugestivamente para mais vastas panorâmicas.

João Francisco Marques

SIGAL, Pierre André — *L'homme et le miracle dans la France médiévale (XI^e-XII^e siècle)*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1985, 349 p.

O corpo atingido pelo mal: os deterioramentos físicos e as incapacidades psíquicas; os bens desejados e a protecção para os perigos quotidianos; a cessação dos castigos punitivos vindos do além e o regresso à vida dos entes queridos — tudo isto pretexto o apelo ao transcendente, à intervenção miraculosa no mundo dos mortais. O milagre é companheiro de todos os tempos e sociedades. Como o sentiam, porém, os habitantes da França medieva? Como perpassava no seu imaginário? Como o concebiam em suas mentalidades? Eis a temática escolhida por Sigal para o seu inquérito ao passado. Não se pense, todavia, que se trata de um objecto restrito. Pelo contrário. A sua integração na religiosidade, na economia, na sociedade, na literatura, na arte, na geografia, na hagioponímia é de uma evidência imediata. O espaço temporal escolhido foram os dois séculos logo após a viragem do primeiro milénio e a análise incide sobre o culto das relíquias que principia na alta idade média, atingindo, então, o seu apogeu.

O «corpus» documental resulta da pesquisa efectuada em tudo onde o autor antevia poder encontrar narrativas de milagres, nomeadamente: obras históricas, sermões, literatura hagiográfica. Conseguiu assim inventariar 5.000 milagres cuja maioria pertence a textos redigidos entre 1050 e 1150, provenientes da região a norte do Loire onde se situavam os grandes centros religiosos que dispunham de «scriptoria» e bibliotecas, podendo o contexto das narrativas deduzir-se do próprio carácter das intervenções miraculosas descritas. A concorrência dos santuários torna-se óbvia. Daí a finalidade das composições ser atrair peregrinos e esmolos, pela eficácia taumatúrgica das relíquias. Adverte, porém, o Autor que as fontes, ao darem informações sobre os milagres atribuídos, não transmitem com rigorosa fidelidade os factos sucedidos e a importância relativa dos diversos tipos de intervenções sobrenaturais em virtude das condições de redacção das obras que acabaram por influir no seu conteúdo. A imagem do milagre fica assim pendente da opinião do grupo social que zelava pelos santuários e das comunidades espalhadas em redor. Explica-se também desta forma a predominância de milagres colectivos e individuais; o recurso maior ou menor à tradição oral e ao imaginário fantástico; a incidência em cada um dos estratos sociais; os dados elucidativos sobre a inferior situação em que a mulher se encontrava. A utilização das relíquias, sublinha a propósito Sigal, teve ainda um importante efeito na extensão do conceito de milagre que permitiu a sua verificação não imediata como

acontecia nos operados em vida dos taumaturgos em que o efeito era imediato. Há, de resto, outros aspectos que interessam o leitor: a panóplia dos meios de acção taumatúrgica como reflexo da eficácia da santidade; a relação com os ex-votos; a difusão dos milagres e o contexto espaço-temporal; a intervenção miraculosa no quotidiano e nas suas franjas sociais.

Estudo singularmente fascinante pelo rigor histórico no tratamento de dados, em que o quantitativo surge com frequência, pela fecunda análise dos textos compilados, pela relação constante dos elementos destacados e pela exploração da multiplicidade de perspectivas: sócio-religiosas, psico-sociais, antropológicas. E justo será concordar que representa um contributo para a história do corpo e das mentalidades.

João Francisco Marques

FICHEIRO DE ENTRADAS

AFRICANA — N.º 11, 1992.

AL-ULYA: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé. N.º 1, 1992.

BRIGANTIA: Revista de Cultura — Vol. 12, N.º 3, 1992.

ESTUDIOS MINDONIENSES — Vol. 8, 1992.

ESTUDOS ORIENTAIS — N.º 3, 1992.

ESTUDOS REGIONAIS: Revista de Cultura do Alto Minho.
Último N.º recebido: N.º 10/11.

FAVENTIA: N.º 12/13, 1990-91.

HISPANIA: Revista Espanhola de História. N.º 181, 1992.

HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS. N.º 18, 1991.

REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMENOS — Vol. 49, N.º 1, 1992.

RURALIA: Revista da Ruralidade. N.º 2.

TRABAJOS DE PREHISTORIA. Vol. 49, 1992.

N.B. — Além destas, há muitas outras entradas, cuja recuperação informática ainda não é possível. Indicar-se-ão oportunamente.